

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

ANDRÉA MOREIRA LIMA

**POLÍTICA SEXUAL:
ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR, OS DIREITOS HUMANOS LGBT EM
BELO HORIZONTE E LISBOA**

Belo Horizonte

2013

ANDRÉA MOREIRA LIMA

**POLÍTICA SEXUAL:
ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR, OS DIREITOS HUMANOS LGBT EM
BELO HORIZONTE E LISBOA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de pesquisa: Política, participação e processos de identificação

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado.

Belo Horizonte

2013

150
L732p
2013

Lima, Andréa Moreira

Política sexual: [manuscrito] : entre o universal e o particular, os direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa / Andréa Moreira Lima. - 2013.

424 f.

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado.

Coorientadora: Ana Cristina Santos.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Direitos humanos - Teses. 3. Movimentos sociais - Teses. 4. Sexualidade – Teses. I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Santos, Ana Cristina. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Tese “*POLÍTICA SEXUAL: ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR, OS DIREITOS HUMANOS LGBT EM BELO HORIZONTE E LISBOA*”

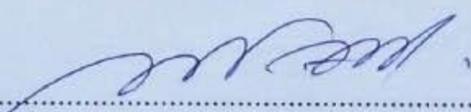
elaborada por **Andréa Moreira Lima**

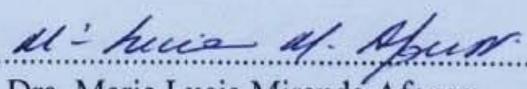
e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

DOUTOR EM PSICOLOGIA

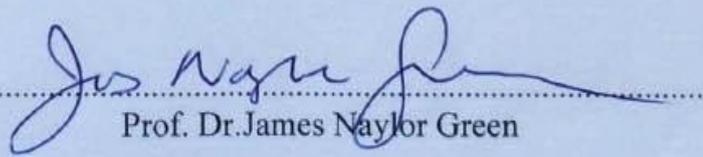
Belo Horizonte, 18 de junho de 2013.

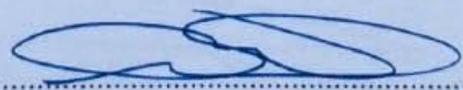
BANCA EXAMINADORA


.....
Prof. Dr. Marco Aurelio Maximo Prado(orientador)


.....
Dra. Maria Lucia Miranda Afonso


.....
Prof. Dr. Frederico Viana Machado


.....
Prof. Dr. James Naylor Green


.....
Prof. Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Frida e Miguel,
que me deram a vida com todas as suas cores,
me despertando para o respeito e o amor à diversidade humana.

Ao meu irmão e amigo, Rogério,
com quem compartilho o respeito e amor pelas igualdades e diferenças do humano.
Ao meu amor, Acrísio Luiz Gonçalves, sua companhia e contribuição foram fundamentais e
tornaram esse momento final da escrita mais leve e prazeroso.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento do término de quatro anos e meio de muitos estudos, escritas, experiências e vivências, quero agradecer a cada um, que de alguma forma, contribuiu nessa travessia pelo doutorado.

Aos entrevistados, pessoas com as quais tanto aprendi e convivi nesse tempo. Agradeço imensamente a vocês, que se dispuseram a estar comigo por vezes em momentos e lugares tão inusitados e que mesmo assim não se esquivaram de compartilharem suas histórias e vivências. Suas contribuições foram imprescindíveis à pesquisa.

Ao meu orientador, Marco Aurélio Máximo Prado, que abriu a primeira porta para a realização deste sonho. Você é a referência norteadora desta pesquisa, mesmo antes dela existir, quando em 2006 iniciamos nossos trabalhos de parceria entre política pública, academia e militância. Ao acreditar que na minha trajetória havia um saber construído coletivamente e que deveria ser melhor sistematizado e compartilhado, possibilitou-me crescimento acadêmico e incentivo para novas caminhadas.

À minha co-orientadora do período de estágio de doutoramento em Portugal, Ana Cristina Santos. Suas contribuições teóricas e ativistas foram fundamentais à pesquisa de campo realizada neste país e para (re)escrever esta história. O seu jeito cuidadoso de me receber, como nos seus dizeres para a Bolsa Bacalhau, fez toda a diferença nas minhas inserções portuguesas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelas informações precisas e necessárias aos encaminhamentos da pesquisa. Em especial, ao coordenador Maycoln Teodoro e à funcionária Flávia, pelas relevantes orientações nos processos administrativos. Aos professores do Curso de Doutorado em Psicologia da UFMG, em especial ao Cornélis Van Stralen, pela sabedoria e simplicidade na condução de nossos estudos.

Ao Centro de Estudos Sociais (CES), em especial aos funcionários da biblioteca e aos professores da Faculdade de Economia (FEUC), Universidade de Coimbra, em especial a Boaventura de Sousa Santos e Cecília Mc Dowell pelos instigantes ensinamentos nas aulas e nos corredores, bem como pela forma receptiva de compartilhar outros espaços poéticos e amistosos com seus alunos.

À CAPES, pelo período de estágio de doutoramento no CES, da Universidade de Coimbra, em Portugal. A bolsa de Estágio de Doutorado Sanduiche no Exterior fornecida por

este órgão de fomento à pesquisa, ao viabilizar que parte dela fosse realizada no exterior, ampliou minhas possibilidades de estudos e minhas percepções sobre a diversidade humana.

Aos membros da banca de defesa, meus agradecimentos. À Lúcia Afonso, que desde o início da minha trajetória profissional tem sido uma grande referência intelectual, me dando força e incentivo nos momentos de maiores desafios. À Frederico Viana Machado, que sempre foi um grande interlocutor na vida acadêmica. À James Green, que tive a honra de conhecer já há alguns anos atrás e, desde então, aprendo muito com seu conhecimento e experiência, tanto por ser um pesquisador e ativista de destaque internacional quanto por ser uma pessoa sensível e acolhedora. À Adriano Nascimento, pela disponibilidade na participação e no compartilhamento de saberes, possibilitando a ampliação de novos olhares sobre a pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação: Claudia Mayorga, pela leitura cuidadosa do projeto e pela indicação de referências bibliográficas que contribuíram na politização do texto, e a Benedito Medrado, pela leitura atenta e crítica do projeto.

Aos amigos e colegas do doutorado da UFMG, em especial à Lecy, pelo apoio mútuo e amizade. Aos amigos e colegas do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH), em especial: Daniel Arruda, Lili Anderson, Marco Antônio, Rafaela Vasconcelos, Leonardo Toletino, Leonel Santos, Gustavo Fortunato e Igor Monteiro, pelos trabalhos e carinhos compartilhados. Aos amigos e colegas do Núcleo de Psicologia Política (NPP), em especial a Frederico Alves Costa e à Tayane Lino pelas trocas de conhecimentos e amizade.

Aos amigos portugueses e brasileiros com os quais convivi no período de moradia em Portugal e aos colegas do doutorado da Universidade de Coimbra, em especial ao Flávio, pelo rigor e cuidado na transcrição das entrevistas e pela amizade de sempre; à Lili e ao Leandro, pela importante acolhida e amizade compartilhada; à Manu, pela afetiva companhia na morada portuguesa; à Josi, pela divertida amizade cotidiana, nos estudos, nas baladas e nas viagens pela Europa; a Criz, Alexandra, Lena, Mônica, Iolanda, Nil, Carol, Caetano, Paulinho, Inês, Bruno e demais colegas nos estudos, no fino e no pastel de Belém.

Ao Movimento Social LGBT de Belo Horizonte, em especial a Carlos Magno, à Soraya Menezes e à Walkíria La Roche, com os quais aprendi muito e tive a oportunidade de compartilhar uma década de ações políticas conjuntas.

Ao Movimento Social LBGT de Portugal, em especial a Paulo Jorge Vieira, Mário Dinis, Daniel Medina e Cassilda Pascoal. O apoio e a companhia de vocês foi imprescindível no aprofundamento da coleta dos dados e nas minhas experiências de ativismo em Portugal.

À Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH), ao Centro de Referência LGBT (CRLGBT), ao Centro de Atenção às Vítimas de Violência (CAVIV), à Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (SMADC) e à Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS), por serem parte do alicerce desta produção. Nestes espaços construí queridos amigos e grandes parceiros de trabalho ao longo da minha trajetória profissional. Em especial agradeço a Aléxia Passos, Flávia Santana, Valdênia de Carvalho, David de Sousa Junior, Soraya Romina, Juliana Micheletti, Marcelo Zanetti, Paulo Brescia, Adriane Cobucci e Ana Paula Sarsur.

Ao Centro Universitário UNA e à Faculdade FEAD, pela força e colaboração; aos amigos e colegas de trabalho da UNA e da FEAD. Também aos integrantes do Projeto de Extensão *Una-se contra a Homofobia* e ao GLOS.

Ao querido amigo e colega de trabalho Marco Antônio Silva Alvarenga, pelo cuidado e solidariedade neste árduo processo de verificação das normas acadêmicas.

Aos queridos familiares da Bahia, de Coronel Murta e de Belo Horizonte, pelo apoio e compreensão frente ao meu distanciamento ao longo deste período.

Aos queridos amigos de ontem, hoje e sempre pelas alegrias e desafios compartilhados e por compreenderem os momentos de minha ausência. Sou muito feliz em ter a presença de cada uma de vocês em minha vida. Em especial à Alessandra Sandy, Nicole Signorelli, Thaísa Bellozzi, Josiane Soares, Renata Fantoni, Diná Cunha, Cecília Castro, Mônica Afonso, Mônica Aquino, Fran Fabiane e aos amigos da Graduação em Psicologia. À Mariinha, pela convivência afetuosa e pelo cuidado com a casa, contribuindo para minha dedicação aos estudos e aos trabalhos.

EPÍGRAFE

*A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*

Eduardo Galeano

RESUMO

Com esta pesquisa objetiva-se o estudo e a análise da política sexual, com enfoque na relação entre o universal e o particular, na construção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em Belo Horizonte e Lisboa. Esta discussão foi materializada nas relações não lineares entre as demandas dos movimentos sociais LGBT e as respostas construídas pela política governamental. Busca-se, deste modo, discutir alguns efeitos produzidos no conteúdo dos discursos universalistas e particularistas sobre a construção da política de direitos humanos LGBT na realidade destas duas cidades. Assim, propõe-se investigar a relação de tradução das demandas particulares do movimento social para as respostas universais construídas pelas políticas de governo, na construção da política de cidadania e identidades LGBT, com foco nas cidades de Belo Horizonte e Lisboa. Destaca-se os efeitos produzidos na tensão entre a universalidade dos direitos humanos e a especificidade dos direitos LGBT, reconhecendo, para tanto, este campo político perpassado por disputas muitas vezes antagônicas e de difícil consenso com as próprias lutas dos grupos LGBT. Para isto, construíram-se algumas categorias de análise a partir do roteiro de pesquisa, dos dados coletados e do referencial teórico. Deste modo, foram organizados temas mais objetivos, quais sejam, as trajetórias ativistas, governamentais e mistas, os marcos internacionais, nacionais e municipais, as conquistas no poder executivo, legislativo e judiciário e os impactos no movimento social, no poder público e na sociedade civil. Ademais, foram contemplados temas do ponto analítico social, como as concepções de direitos humanos naturalista-cristã, legislativa-constitucional e sócio-histórica crítica, a interface direitos humanos – direitos LGBT via regulação, emancipação, universalidade-igualdade-geral e particularidade-diferença-especificidade, a relação entre demandas do movimento social e respostas do poder público via diálogos e consensos, os conflitos e tensões, os paradoxos entre resistência e parceria, e cooptação e parceria. Tais categorias e temas foram correlacionadas com categorias teóricas fundamentadas nos seguintes conceitos: tradução, historicidade, identidade coletiva, ator social, universalismo e particularismo, direitos humanos, direitos sexuais e direitos LGBT. Neste sentido, foram utilizados autores de tradições de pensamento distintas e articulados na tentativa de construir um arcabouço conceitual que abarcasse a complexidade dos fatores relacionados ao tema pesquisado. Utilizou-se os seguintes métodos qualitativos para coleta dos dados: entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos e observação de campo. Foram analisadas entrevistas com ativistas e agentes públicos que ocupam cargos nos governos locais das cidades de Belo Horizonte e Lisboa. Como método de análise, privilegiou-se a análise de conteúdo e metodologia de tradução. O campo delimitado neste estudo refere-se às políticas e atores do campo LGBT de Belo Horizonte e Lisboa, como também relaciona as experiências da autora deste trabalho no campo profissional e ativista. Com isto, constatou-se que as tensões produzidas na relação entre as perspectivas universalistas e particularistas na construção da política de direitos humanos LGBT são analisadores psicopolíticos estratégicos no sentido de perceber os possíveis efeitos de alargamento, deslocamento e reconfiguração das noções universais de direitos humanos frente as particularidades das lutas por direitos LGBT. Numa sociedade desigual, é possível perceber que as particularidades universalizadas, na maioria das vezes, são modelos impostos pela elite dominante. Assim, o enfoque numa especificidade absoluta também traz problemas, tais como a fragmentação e enfraquecimento das lutas sociais, já que existe uma lógica de opressão que perpassa todas as minorias sociais. De outro modo, o tensionamento sobre os direitos específicos amplia, desloca e torna mais crítica a noção de universalidade dos direitos humanos. Daí a relevância da manutenção constante dos

conflitos e demandas dos grupos LGBT para o alargamento das possibilidades dos direitos humanos serem universalizados, garantindo assim um caráter mais pluralista e democrático.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Direitos LGBT; Universalidade e Particularidade; Política Governamental; Movimentos Sociais LGBT

ABSTRACT

The main object of this research understand and analysis the sexual policy, with emphasis on the relation between the universal and the individual aspects involved on LGBT human rights in the cities of Belo Horizonte and Lisbon. This discursion was materialized in the non-linear relations between on demands of LGBT social movements and the responses constructed by the governmental policy. It was intended to discuss some effects produced in the content of those universalist and individualist speeches about the construction of LGBT human rights policy in the reality of those two cities. Thus, the matter that permeates this study is to investigate, on relation of individual demand translation of the social movement to the universal responses constructed by governmental policies in the construction of citizenship policy and LGBT identities, focusing the cities of Belo Horizonte and Lisbon, and then which are the effects produced in the tension of the universality of human rights and the specificity of LGBT rights, recognizing that this is a political field of disputes sometimes antagonistic and of difficult consensus with the proper struggles of LGBT groups. For that matter, it was created some categories of analysis departing from the research plot, the collected data and the theoretical referential. Thus, the data were organized in more objective themes, such as, activist, governmental and mixed trajectories; international, national and municipal frameworks; conquests of the executive, legislative and judiciary powers, and the impacts in the social movement, in the public power and in the civil society, as well as, more analytical themes: Christian-naturalistic, constitutional-legislative and critical socio-historical conceptions of human rights; interface human rights and LGBT rights via regulation, emancipation, universality-equality-general, particularity-difference-specificity, relation between social movement demands and responses of public power via dialogues and consensus, conflicts and tension, resistance vs. partnership, cooptation vs. partnership. Those themes were correlated with theoretical categories, such as, translation, historicity, collective identity, social actor, universalism and particularism, human rights, sexual rights, LGBT rights among others. For that matter, we used authors of distinct traditions of thought and that, in this study, were articulated in order to construct a conceptual outline that could cover the complexity of factors related to the researched theme. It was used the following qualitative methods to collect data: semi-structured interviews, document analysis and field work. Interviews with public servants engaged in governmental offices in Belo Horizonte and Lisbon and with activists of those cities were analyzed. As a method of analysis we privileged Content Analysis and the contribution of the methodological-theoretical referential of Translation. In order to delimit an investigative field, it was demarcated at this study to the policies and actors of LGBT field of Belo Horizonte and Lisbon, as well as our own experiences of activisms, in political offices and during the carrying out of this study. As a general result, some conclusions were possibles as that the tensions produced in the relation between universalistic and particularistic perspectives in the construction of LGBT human right policies are strategic psychopolitical analyzers as a way to perceive the possible effects of enlargement, displacement and reconfiguration of universal notions of human rights front of the particularities in the struggle for LGBT rights. In an unbalanced society, it was recognized that the particularities which are universalized, most of the time, are model imposed by dominant elite. Hence, on one hand, focusing in an absolute specificity also raises some problems, such as, fragmentation and weakness of social struggles, once there is a logic of oppression that permeates most of the social minorities; on the other hand, the tensioning on specific rights enlarges, displaces and makes the notion of universality of human rights a more critical one. Consequently the relevance of a constant maintenance of conflicts and demands of LGBT groups to the enlargement of the possibilities of human rights to be universalized, guaranteeing a more pluralist and democratic character.

Keywords: Human Rights; LGBT Rights; Universality and Particularity; Governmental Policy; LGBT Social Movements

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
AIDS	Acquired Imune Deficiency Syndrome
ALEM	Associação Lésbica de Minas Gerais
ASSTRAV	Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Minas Gerais
BELOTUR	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte SA
CDHC	Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania
CELLOS	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual
CES	Centro de Estudos Sociais
CMDH	Coordenadoria de Direitos Humanos
CRDS	Centro de Referência da Diversidade Sexual
CRGLBT	Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CRLGBT	Centro de Referência de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CRS	Clube Rainbow de Serviços
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FEUC	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
GAPA	Grupo de Apoio e Prevenção à Aids
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLTB	Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais
HIV	Human Immunodeficiency Virus
HSH	Homens que Fazem Sexo com Homens
ILGA	Internacional Lesbian and Gay Association
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
NPP	Núcleo de Psicologia Política
NUH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
ONU	Organização das Nações UnidaS
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte

PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
SCOMPS	Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SMADC	Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania
SMATDC	Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Direitos de Cidadania
SMDC	Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMPS	Secretaria Municipal de Políticas Sociais
SMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SOMOS	Grupo de Afirmação Homossexual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 Contextualização do estudo	33
2.2 Direitos Humanos na era das pluralidades: contribuições teóricas contemporâneas	43
2.3 Construção dos direitos LGBT enquanto direitos humanos: “endireitamento da sexualidade ou a sexualização do direito?”	61
2.4 A crítica a uma política sexual restritiva: contribuições dos estudos e ativismos feministas para os direitos humanos LGBT	68
2.5 Entre o universal e o particular: movimentos sociais, políticas e identidades	82
3. DISCUSSÃO DO CAMPO DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS	111
3.1 Objetivos	101
3.1.1 Geral	101
3.1.2 Específico	101
3.2 Metodologia	102
4. SISTEMATIZAÇÃO DO CAMPO	110
4.1 Trajetória na área LGBT	112
4.1.1 Ativismo/Militância	112
4.1.2 Poder Público	120
4.1.3 Mista	122
4.2 Marcos políticos da luta LGBT	128
4.2.1 Principais marcos internacionais	128
4.2.2 Principais marcos nacionais	135
4.2.3 Principais marcos municipais	141
4.3 Conquistas LGBT	144
4.3.1 Principais conquistas no Poder Legislativo	145
4.3.2 Principais conquistas no Poder Judiciário	153
4.3.3 Principais conquistas no Poder Executivo	157
4.4 Concepção de Direitos Humanos	167
4.4.1 Naturalista	167

4.4.2 Legislativa	168
4.4.3 Sócio-Histórica-Crítica	168
4.5 Interface Direitos Humanos e LGBT	170
4.5.1 Regulação	171
4.5.2 Emancipação	174
4.5.3 Universal/Igualdade/Geral	179
4.5.4 Particular/ Diferença/ Especificidade	195
4.6 Relação movimento social e poder público	203
4.6.1 Principais demandas/reivindicações do movimento social	203
4.6.2 Principais respostas do poder público	210
4.6.3 Diálogos e consensos	214
4.6.4 Tensão e conflito	225
4.6.5 Resistência x parceria	235
4.6.6 Cooptação x parceria	238
4.7 A (não)institucionalização da política LGBT	248
4.7.1 Impactos no movimento social	249
4.7.2 Impactos no poder público	252
4.7.3 Impactos na sociedade civil	264
5. A (NÃO) INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA LGBT NO PODER PÚBLICO DE BELO HORIZONTE: ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR	272
6. A (NÃO) INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA LGBT NO PODER PÚBLICO DE LISBOA: ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR	307
7. TRADUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE IGUALDADE E DIFERENÇA NAS POLÍTICAS LGBT DE BELO HORIZONTE E LISBOA	319
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	367
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	392
APÊNDICE A - Atividades do estágio de doutoramento em Portugal	405
APÊNDICE B - Proposta de roteiro para entrevistas	407
APÊNDICE C - Quadro com o perfil dos entrevistados em Belo Horizonte	409
APÊNDICE D - Quadro com o perfil dos entrevistados em Lisboa	411
ANEXO A - Informações gerais sobre a cidade de Belo Horizonte	413
ANEXO B - Informações gerais sobre a cidade de Lisboa	415

ANEXO C - Projeto de Lei 5003/2001 (PLC 122/2006)	416
ANEXO D - Lei Estadual 14.170/02	418
ANEXO E - Lei Municipal 8.176/01	419
ANEXO F - Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 002/2008	420
ANEXO G - Materiais informativos sobre ações políticas em Belo Horizonte	421
ANEXO H - Materiais informativos sobre ações políticas em Lisboa	431

1 INTRODUÇÃO

É verdade que somos um país racista, sexista, homofóbico e socialmente egoísta. Entretanto, o liame unificador, aquilo que pode forjar uma identidade brasileira, não é a negritude, o sexo, a opção sexual ou o dinheiro. É a cidadania, a vontade de construir uma sociedade ao mesmo tempo brasileira e igualitária. E igualdade significa redistribuir a renda, o status social e a própria história do povo brasileiro.

Mateus Afonso Medeiros

O movimento pela defesa dos direitos humanos das minorias sexuais em Portugal remete-nos para uma realidade complexa, heterogénea e fluida, onde o respeito pela dignidade do ser humano em toda a sua diversidade permanece um objetivo, mais do que uma aquisição.

Ana Cristina Santos

No contexto brasileiro e português, respectivamente em Belo Horizonte e Lisboa, a política de direitos humanos voltada para a defesa da cidadania e afirmação da identidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) tem sido implementada por uma lógica de tensões e diálogos entre a universalidade dos direitos humanos e a particularidade dos direitos sexuais. Frente a estes paradoxos¹ para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, quais seriam os desafios para a promoção dos direitos humanos como instrumento para dialogar com as diferenças? A articulação da política universal dos direitos humanos com as políticas específicas dos grupos sociais contribui para o reconhecimento das formas de violência a estes segmentos como as violações à dignidade humana?

A defesa da cidadania de pessoas com orientação homossexual tem se destacado nas diferentes instâncias de poder. Vive-se, atualmente, momentos relevantes de reformulações da ética sexual, “os limites do que deve ou não ser tolerado (...), quanto da política sexual (...) os limites do que deve ou não ser criminalizado (...) amparado por lei civil, do que deve ser objeto de políticas públicas” (Carrara, 2005, p. 20).

¹ Indica-se a leitura da dissertação de Costa (2010), intitulada *Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural*, para maior compreensão e discussão sobre os conceitos paradoxos, antagonismos inconciliáveis, fenômeno sociohistórico originário da exploração social.

As tensões entre os aspectos universais e particulares subjazem e constituem o movimento ou o campo de debates sobre o tema em todo o mundo. Tais tensões se reproduzem tanto no Brasil quanto em Portugal, resguardadas as suas características contextuais. Este fato aponta para importância de considerarmos estes debates internacionalmente, reforçando a relevância de estudos comparados, já que tal tensionamento traz consequências para a construção da política de direitos humanos de pessoas LGBT.

A livre orientação sexual como direito humano é uma experiência nova, principalmente para as políticas governamentais voltadas para pessoas LGBT, contribuindo, dessa forma, para a afirmação de identidades políticas e para o exercício de cidadania. No âmbito municipal, tanto mineiro quanto português, considera-se o surgimento pontual de perspectivas de intervenção que, de forma incipiente, mas criativa, constroem políticas mais contextualizadas, com uma análise sistemática e crítica dessas políticas permitirá um planejamento de estratégias teóricas, técnicas e políticas para a formalização desse saber na interface entre a universalidade dos direitos humanos e as particularidades das lutas para garantia desses direitos às pessoas LGBT.

A autora do presente estudo trabalhou no período de 2000 a 2008 na Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH) de Belo Horizonte. Este órgão público se destaca no âmbito nacional pelo seu pioneirismo na criação de políticas públicas, programas e projetos na área de direitos humanos e direitos de minorias sociais. A CMDH foi criada no país em 1993, desde essa época já existem ações políticas LGBT, mesmo que pontuais, desenvolvidas por essa política pública. Naquele momento, este órgão era coordenado pela militante de referência nacional na área dos direitos humanos, D. Helena Greco, que desenvolvera até então ações de direitos humanos LGBT em parceria com o militante de referência nacional na área LGBT, Edson Nery².

Entre na CMDH como estagiária de psicologia, depois passei pelos cargos de técnica do atendimento, assessora política, gerente do atendimento jurídico e psicossocial e por fim ocupei o cargo máximo de gestão, como coordenadora do órgão no período de 2004 a 2008. Isso me possibilitou ocupar cargos e funções que me colocou em posições estratégicas nas discussões sobre a universalidade e a especificidade dos direitos humanos voltados para o público LGBT. Desde 1998, tenho participado ativamente de ações políticas e acadêmicas realizadas por diferentes atores sociais sobre orientação sexual e direitos humanos. Em 2009

² Indica-se Carmona (2006), *A prática interdisciplinar de psicólogos no campo dos direitos humanos: tentativa de formalização*.

pedi exoneração da CMDH para me dedicar à pesquisa de doutorado em Belo Horizonte e Lisboa. Desde 2009, tenho realizado trabalhos de capacitação e consultoria em políticas e programas sociais do município e do estado sobre a temática da universalidade e particularidade dos direitos humanos. Permaneci, ainda, com os trabalhos acadêmicos, lecionando as disciplinas de Psicologia Social, Intervenções Psicossociais, Psicologia e Políticas Públicas e Psicologia e Direitos Humanos, em instituições de ensino superior particulares da cidade de Belo Horizonte, nas quais tenho também desenvolvido debates e oficinas acerca da temática dos direitos humanos e da diversidade sexual.

No período que permaneci no cargo de Coordenadora da Política Municipal de Direitos Humanos, pude conviver de forma mais efetiva com algumas das tensões e diálogos entre a universalidade e a especificidade dos direitos humanos. Vivi momentos de parcerias e também de conflitos acirrados tanto com o movimento social quanto com o próprio poder público, o que conduziu desde o reconhecimento da gestão em constantes premiações nos períodos das Paradas LGBT em Belo Horizonte e de frutíferas ações conjuntas até a pressões e questionamentos sobre a eficácia desse trabalho. Resguardadas as proporções, tal ativismo também ocorreu em Lisboa e Coimbra, a partir das participações ativas nos eventos formais e informais dos movimentos LGBT portugueses, com destaque pela iniciativa e participação na comissão organizadora da I Parada LGBT de Coimbra.

Os dilemas entre o universal e o particular com os quais me deparei no meu cotidiano de trabalho e de estudos suscitou a formulação de um problema de pesquisa que tem se manifestado naquilo que aqui tenho chamado de universalidade dos direitos humanos, ou seja, as tensões vividas nas divergências das ações políticas mais amplas pela garantia de uma perspectiva de indivisibilidade dos direitos e das lutas e minorias sociais àquelas mais específicas, particulares a lutas por direitos para as pessoas e grupos LGBT, tais como a luta em prol da criminalização da homofobia, conforme é apresentado na entrevista abaixo³:

agora, existem também as bandeiras específicas, a própria contradição nossa hoje, a gente dizer que nós queremos criminalizar a homofobia quando o Movimento de Direitos Humanos é contra a criminalização... isso é um diálogo tensionado, né?... a gente precisa de um apoio, mas... por outro lado a gente tá indo contra um dos nossos possíveis apoiadores... o Movimento não defende mais a

³ Optou-se por utilizar trechos das entrevistas ao longo de todo o texto da pesquisa como forma de reconhecimento da relevância dos vários discursos presentes no contexto estudado.

criminalização... pelo contrário, acho que isso... depende de uma responsabilização, uma pena alternativa e etc... tem um elemento aí religioso muito forte na questão dos Movimentos Sociais, né?... mas ao mesmo tempo que a gente precisa do Movimento de Direitos Humanos, a gente sente... alguma rejeição... pelas nossas questões... o que me fica é a luta contra a violência... a luta contra a violência, a luta pela vida, mas às vezes quando a gente começa a colocar as nossas reivindicações específicas, elas não são incorporadas no conjunto das lutas... é que nem um aborto... né?... tirando algumas... alguns setores... é... contra, ninguém não... não dá... então eu acho que é uma... é uma... tensão mesmo... né?... (Entrevista 12 BH)

Bem como, a luta pela união civil, pela redistribuição socioeconômica – geração de emprego e renda para travestis, demandas por reconhecimento sócio-cultural – ações afirmativas para gays, entre outras.

Então... a gente não tá lutando por igualdade... porque Direitos iguais se pressupõe que eu sou igual... e nós não somos iguais... então a gente não tem que lutar por Direitos iguais, entendeu?... quando o próprio Movimento diz assim: Eu quero lutar pelos Direitos iguais, a gente tá dizendo que nós somos iguais e... nós somos diferentes... e o motivo da nossa luta é por causa da nossa sexualidade... Olha... quer trabalhar com viado, tem que ser assim... e eu não me importo quando as pessoas vêm aqui fazer bafão e... e chamar caralho, buceta, essas coisas todas... porque isso faz parte da cultura pra elas... não é porque você tá falando com...sabe?... com... Direitos Humanos, nós temos que ter outra linguagem, tal, tal, tal... É... é um desafio, não é?... é... eu acho que... as lésbicas e as travestis, elas incorporaram parte da direção da ABGLT... porque... houve uma renovação... é... da... das pessoas e... as lésbicas e as travestis começam a... a... ocupar mais espaços de poder... espaços de poder dentro da... da área LGBT e é isso... quando você ocupa espaço de poder, você pauta as suas questões e aí... é... o Movimento, ele... assume a própria direção com relação do fluxo, então se eu... se eu tenho um... uma gestão

hegemonicamente... gay... é... a sua... a sua política vai ser específica... Agora, é... a gente... a ABGLT já tem... já tá começando a fazer alguns projetos como... Somos LES... e o Projeto Tulipa... é... não... é o... projeto dá trabalho, assim... Astral Top... Astral Top, é um projeto pra travesti, mais pra mercado de trabalho, entendeu?... elas começam a entrar na ABGLT, se... fortalecer, ocupar cargos importantes de direção e começa a exigir políticas dentro da ABGLT... agora, ela tem umas especificidades, sabe?... a bandeira da questão de prevenção ainda é uma bandeira dos gays... porque os gays é que ainda são infectados pelo HIV... entendeu?... É... aí a travesti... não reivindica a bandeira do casamento, entendeu?... e aí, ela já... já pensa o que?... na cirurgia, no nome social, na questão do silicone, né?... da Saúde, do... do problema de Saúde com o silicone, etc e etc... então são outras especificidades que... que... uma... a ABGLT tem esse desafio, né?... da gente poder se incorporar, agora também não... também sem romantismo, ali é uma disputa de poder, entendeu?... e aí cada um vai... é... lutar pelas suas demandas, não acho que é separando... entendeu?... porque disputa de poder é em qualquer espaço... então se você faz um... um grupo ... então a disputa de poder, ela se dá em qualquer... é... é... a opressão se dá em outras formas, poder é poder, né?... e lá ninguém tá brincando não, ninguém... ai... ai eu vou abrir mão... do meu cargo pra ajudar... não, eu vou disputar poder... eu tô ali numa direção, de um Movimento Nacional... e eu quero resolver os problemas dos gays... Hoje mesmo na reunião com a Polícia, foi muito interessante... porque... é colocado que as travestis, elas sofrem mais violência... e isso até... até as estatísticas apontam isso... mas o maior preconceito... é contra os gays e eu vou te dizer porque... porque... a... a... eu não deixo um dia sem ouvir a palavra viado... eu não deixo de ouvir a palavra viado... porque... eu não tô dizendo o maior preconceito, é besteira isso, só tô dizendo assim... o preconceito mais consolidado, mais... é... presente.... Mais civilizado cotidianamente? É... o do gay... porque se você vai no futebol, tá chamando de viado, você tá na parada do ônibus, alguém vai falar de viado... você vai na padaria você vai ouvir

viado... você nas suas relações pessoais, você vai ouvir alguém dizer viado, você vai no barzinho alguém vai soltar um viado... começa a perceber isso... no seu dia-a-dia, né?... e aí... é... é... não tô dizendo isso... eu tenho acordo com a questão do machismo, as lésbicas só pelas, as travestis a... pelas... sei lá... se tem vários termos... aí... é... você sofre...é...mais a questão do viado porque vocês aí da... Psicologia pra pensar... porque tá tão presente a questão viado?... quando eu ando na rua, ninguém me chama... traveção, sapatão... não... é viado...É... o simbolismo no conceito social, tá muito... presente...talvez até pela questão do machismo do patriarcado... isso... é... agora o viado... que nem a lésbica... mas o viado é qualquer hora, um xingando o outro... então essa violência que é simbólica, ela tá muito no imaginário público... social (Entrevista 5BH).

Neste sentido, não estamos falando de direitos específicos para um grupo social, mas de demandas particulares de um grupo social que se encontra excluído daquilo que é formalizado como política universal de direitos humanos. Desta forma, podemos afirmar a não existência no nosso cotidiano dessa universalidade para todos, já que as demandas neste campo dos direitos humanos acabam sempre se particularizando nos modelos de referência impostos pela elite dominante⁴. Tais antagonismos apontam o seguinte questionamento: como lutar de forma mais ampla contra as injustiças socioeconômicas e culturais sem perder as especificidades de cada grupo social e nem fragmentar as lutas? (Fraser, 1997; Young, 2006).

Ressalto que esse trabalho é fruto de uma relação entre política e ciência, ativismo e pesquisa. Dessa forma, não tenho a pretensão de me apresentar como uma pesquisadora neutra, mas como uma pesquisadora engajada em seu objeto de estudo. A pesquisa, além de fazer referência à trajetória profissionalizante pela qual caminhei e que me levou a ocupar lugares e construir saberes ao qual nomeio como campo da política de direitos humanos

⁴ O termo “elite dominante” será utilizado ao longo de todo o texto. Estaremos nos referindo a uma análise crítica que tem origem no conceito marxista de Classe dominante, termo utilizado para designar a classe social que controla o processo econômico e político. Mas buscamos nesse estudo expandir o conceito para abarcar qualquer grupo social que detenha características reconhecidas como superiores na nossa sociedade, tais como ser homem, branco, rico, heterossexual, casado. Assim, o termo elite designa um grupo dominante na sociedade ou um grupo localizado em uma camada hierárquica superior, em uma dada estratificação social. Por isso, é um grupo que estabelece um domínio subjetivo, social, histórico, político, econômico e cultural em determinado país ou região apesar de ser uma minoria demográfica. (Para maiores estudos ver na literatura de Marx, Foucault, Bottomore, Gramsci)

LGBT, dá ênfase a uma tentativa de sistematização sobre o que vem sendo produzido, por quem e como se produz na referida área.

A primeira hipótese levantada, ainda de forma incipiente, refere-se à constatação de que tanto a tensão quanto o diálogo são necessários a perspectiva universal e particular de construção da política de direitos humanos LGBT. Ao confrontar esse fato com a administração pública e com estudos posteriores, na entrada no doutorado, a autora do presente estudo formulou novas questões sobre o assunto. Como propiciar uma política de direitos humanos que seja interlocutora dos direitos específicos, trabalhados pelas demais políticas e pelos diferentes grupos LGBT, que abarque a complexidade humana? Em que contexto é interessante para os grupos LGBT se articularem por uma concepção universal de direitos humanos ou se afirmarem em demandas específicas?

A relação entre a política universal de direitos humanos, defendida no discurso do Estado, e a política específica de direitos LGBT, defendida no discurso dos movimentos sociais, tem possibilitado ações conjuntas com efeitos significativos. Essa aproximação mais ampla entre Estado e movimentos sociais pode ser constatada principalmente com o período de redemocratização política (Dagnino, 2002; Scherer-Warren, 1999). Isso representaria, como questiona Carrara (2005), clientelização ou novas pressões sociais? Como estimular, nos cidadãos e nas ações coletivas, a afirmação de identidades políticas que fortaleçam a efetivação dos direitos humanos? O que é visto pelo movimento LGBT como universal e particular em suas estratégias políticas de redes sociais com o poder local?

Diante dessa realidade, minha nova hipótese foi de que a emergência dos sujeitos políticos LGBT no cenário das políticas universalistas denunciam como a política dos direitos humanos é uma hegemonia reguladora de discursos e práticas sociais. Portanto, um particular construído pelas elites no poder e universalizado para todos de modo a não aparecer como particular. E é exatamente daí que surge a ambiguidade dos direitos humanos. Dessa forma, meu foco não será a análise de políticas públicas e nem de movimento social, mas pesquisar e refletir sobre como essa tensão e diálogo entre a universalidade e a particularidade se materializa na construção da política de direitos humanos LGBT.

O tensionamento desse diálogo tem sido importante para as especificidades da construção das políticas voltadas para os direitos humanos de LGBT no âmbito das políticas públicas consideradas universais. Dessa forma, por um lado, o debate sobre os direitos específicos amplia, desloca e torna mais crítica a noção de universalidade dos direitos humanos. Por outro lado, o enfoque numa especificidade absoluta também traz problemas como fragmentação e enfraquecimento das lutas sociais:

Não, eu acho que... eu... cada vez mais acho que as lutas identitárias são uma armadilha, que reforçam... reforçam as discriminações e os modismos existentes na Sociedade. Mas acho que a nossa luta ou é universalista, para todos de verdade, ou não é..... então lutemos por essa... por essas coisas para todos... não com coisas LGBT, mas com coisas que interessem a toda gente... é... é nesse sentido de universalidade que eu acho que vale a pena (Entrevista 1L).

Ou seja, esta tensão entre universal e particular tem se mostrado produtiva. Em linhas gerais, a tensão presente entre o universal e o particular mostra-se, até o momento, bastante prolífica no campo dos debates e políticas assertivas para o movimento de emancipação, qual seja o LGBT. Tal tensão é elemento importante de análise, uma vez que é a partir dela que as políticas LGBT têm sido construídas. Esta tensão, além disso, tem produzido efeitos de alargamento de direitos e participações. A discussão sobre direitos específicos das pessoas LGBT, que está aqui situada numa prática e conhecimento, ainda é precária e provisória, mas necessária à politização do debate sobre direitos universais. Entre as tensões – e diálogos – específicas vividas nesta relação entre a política universal de direitos humanos e as especificidades das demandas por direitos voltados às pessoas LGBT, destaca-se abaixo alguns exemplos que serão discutidos ao longo da pesquisa sobre como estes conflitos foram concretizados na gestão dessa política e se tornaram objeto de análise dessa pesquisa. Tais tensões são as seguintes:

1. Tensões construídas pelas diferenças entre a cultura política do poder público e do movimento social. Por um lado frente as burocracias e hierarquias do serviço público e por outro frente à informalidade e incipiente organização dos movimentos sociais.
2. Conflitos por (re)distribuição de verbas, orçamentos e seleções em editais para projetos, programas e políticas públicas voltados para grupos de minorias.
3. Discordância sobre qual deve ser o perfil dos profissionais para realizar o atendimento ao público LGBT. O poder público considera como critério apenas ter uma formação adequada e experiência ou sensibilidade com a temática. Já o movimento social sustenta que o principal critério é que sejam profissionais com orientação sexual LGBT.

4. Pouca descentralização na delegação de poder pelo governo, conduzindo à falta de transparência nas decisões e autoritarismo por parte de alguns agentes e gestores públicos nas relações de parcerias.
5. Priorização das ações vinculadas a interesses privados e/ou de um determinado segmento, na maioria dos casos motivadas por rivalidades partidárias.
6. Cultura política do *jeitinho brasileiro*⁵, com práticas de clientelismo, fisiologismo, nepotismo, assistencialismo e tutela. Promovidas pelo poder pública e vivências de forma contraditória pelos grupos sociais. Ou seja, às vezes os grupos de pessoas LGBT entram em confronto com tais práticas conservadoras e em outras vezes busca se beneficiar delas.
7. Dificuldades de maior envolvimento e participação da população da cidade de uma forma geral, seja LGBT ou não, nas atividades realizadas.
8. Falta de maior envolvimento e participação dos grupos LGBT nas atividades mais amplas desenvolvidas pelo Estado por meio de sua política universal de direitos humanos.
9. Resistência dos grupos específicos em participar e compartilhar das lutas de outros grupos de minorias ou mesmo de realizar ações conjuntas, conduzindo a uma não adesão as ações realizadas numa perspectiva universal de direitos humanos.
10. Falta ou pouco conhecimento e interesse do governo local sobre as especificidades das demandas dos grupos sociais. E, também, falta ou pouco conhecimento e interesse dos movimentos sociais sobre os organogramas e fluxogramas do governo. Isso demonstra o desconhecimento de que para demandar ao governo é preciso construir formas mais estratégicas que viabilizem a efetivação das ações dentro da realidade burocrática dos serviços.
11. Perfil identitário dos diferentes atores sociais envolvidos na política, onde os agentes e gestores públicos tendem a um modelo de posturas e atitudes mais normatizadas e os militantes a um modelo de posturas e atitudes com maior liberdade de expressão e despojamento nas condutas.

⁵ O "jeitinho brasileiro", é uma expressão utilizada no país, para caracterizar posturas de improvisação, flexibilidade, criatividade, intuição, etc., diante de situações inesperadas, difíceis ou complexas. Tais atitudes não se baseiam em regras mas em "dar um jeitinho", ou seja, encontrar alguma solução informal. É típica de indivíduos de baixo nível de politização, pois não há compromisso de se mudar o que não vai bem ou mesmo o status quo, busca-se exclusivamente obter uma solução de curto prazo para si, às escondidas e sem chamar a atenção; por isso, o jeitinho pode ser também definido como "molejo", "jogo de cintura", habilidade de se "dar bem" em uma situação "apertada". Para maiores informações ver os livros de Roberto Damatta : *Carnavais, Malandros e Heróis* e *O Que faz do Brasil, Brasil?*.

12. Divergência nas visões sobre as ações políticas, onde os movimentos sociais criticam as práticas universalistas como sendo muito abstratas, argumentando que estas só ganham materialidade nas lutas específicas. Já o poder público critica a dispersão das demandas por práticas particularistas, argumentando que estas conduzem a fragmentação e fragilidades das lutas por direitos humanos universais.
13. Conflitos entre os movimentos sociais LGBT e os movimentos sociais de direitos humanos e serviços públicos de direitos humanos frente à falta de laicidade destes espaços vinculados a uma perspectiva universal de direitos humanos. Tais discordâncias estão presentes nas contradições do discurso religioso vinculado historicamente ao campo dos direitos humanos, que perpassa desde correntes mais críticas relacionadas à teologia da libertação até correntes mais fundamentalistas vinculadas ao protestantismo, renovação carismática, entre outras.
14. Diferença nas concepções sobre direitos humanos com relação as penalidades de punição de agressores. Por exemplo, existem debates sobre as medidas punitivas relacionadas a discriminação as pessoas LGBT, se por exemplo, elas ocorreriam por meio de penas alternativas ou pelo encarceramento.
15. Tensões sobre a necessidade da criação de um órgão público específico para os direitos LGBT ou do fortalecimento dos serviços específicos para as pessoas LGBT no âmbito de um órgão público de direitos humanos na perspectiva universal.
16. Demandas dos movimentos sociais para criação de políticas sociais específicas, voltadas não apenas para assistência social e participação como também para políticas de autogestão e autossustentação. Por exemplo, por meio de programas de geração de emprego e renda as minorias mais estigmatizadas pela sociedade.
17. Despolitização na compreensão das diferenças entre o que significa melhorias na infraestrutura dos serviços específicos e melhorias no orçamento financeiro e na visibilidade política dessas ações.
18. Desgastes e retrocessos causados pelas mudanças de governo. Principalmente pela desmobilização das ações políticas diante da inserção de novos profissionais sem perfil ou mesmo sem experiência para ocupar os cargos públicos específicos.
19. Contradição entre as capacidades e habilidades profissionais e pessoais para lidar com as políticas universais por parte do movimento social LGBT e com as políticas particulares por parte do Estado.
20. Confusão de papéis e funções dos diferentes atores sociais na construção da política de direitos humanos LGBT, conduzindo a conflitos de ordem estrutural e conjuntural.

21. Tensionamentos estratégicos mobilizados pelo movimento social LGBT com vistas para o público externo, com objetivo a alcançar uma maior visibilidade de suas reivindicações junto ao poder público, aos demais movimentos sociais e a sociedade em geral.
22. Resistência dos movimentos sociais LGBT frente às parcerias do poder público com pesquisadores e profissionais vinculados a Universidades para realização de pesquisas, reforça a crítica dos grupos sociais de que o Estado é elitista.
23. Conflitos velados, nos quais por vezes o governo, mesmo discordando de alguns posicionamentos do movimento social LGBT, cede às suas demandas para evitar maiores divergências políticas. O movimento social por sua vez também cede por se tornar refém de alguns benefícios públicos.
24. Desconhecimento e falta de interesse entre os diferentes atores sociais sobre o trabalho e ações políticas desenvolvidas pelos demais, conduzindo a uma desmobilização das ações conjuntas.

Tais tensões foram sistematizadas e articuladas à experiência da autora na área, bem como às bibliografias estudadas e também à pesquisa de campo realizada. Constatou-se que a universalidade dos direitos humanos não existe na prática e nem se trata de uma agenda pronta de direitos a serem aplicados ou mesmo agregados às especificidades. Mas, sim, trata-se de um campo de disputas políticas, de quem consegue nomear, a partir da sua particularidade, uma âncora para reconhecer e ser reconhecido nos direitos humanos ditos universais. Por isso, o foco desta pesquisa foi analisar o que essa tensão produz em termos de ampliações, deslocamentos e mudanças nos discursos e práticas no campo das conquistas pelos direitos humanos LGBT.

Enfim, o problema proposto para ser investigado nesta pesquisa é a relação de tradução das demandas do movimento social para as respostas construídas pelas políticas do Estado, na construção da política de cidadania e identidades LGBT, com foco nas cidades de Belo Horizonte e Lisboa. Nesse sentido, uma questão se apresenta: quais são os efeitos produzidos na tensão entre a universalidade dos direitos humanos e a especificidade dos direitos LGBT, reconhecendo que esse é um campo político de disputas muitas vezes antagônicas e de difícil consenso com as próprias lutas dos grupos LGBT? Vale ressaltar que

a escolha por fazer uma pesquisa de delineamento do tipo “tradução” (Santos, 2008)⁶ entre as cidades de Belo Horizonte⁷ e Lisboa⁸ parte também de uma escolha de abrir mão de um modelo tradicional de estudo comparativo, devido ao risco de serem feitas análises lineares que desconsiderem as diferenças do contexto de cada uma dessas cidades. As diferenças entre elas em termos de população, espaço geográfico, cultura, educação entre outros aspectos também apontam seus distanciamentos. É também nesse sentido que vale destacar que minha atuação em Belo Horizonte foi, prioritariamente, na gestão da política. Já em Lisboa minha experiência foi, prioritariamente, na militância. Ciente dessas diversas posições, isso me possibilitou como pesquisadora continuar transitando entre os lugares de gestão, ativismo e pesquisa.

Assim, a escolha por estudar essas duas cidades partiu, principalmente, das justificativas a seguir:

1. Por serem cidades com construção de políticas de direitos humanos LGBT de referência nacional⁹, devido ao seu pioneirismo e localização geográfica estratégica no seu respectivo país.
2. Por se tratarem de cidades com núcleos de pesquisas consolidados e com desenvolvimento de estudos na área de direitos humanos e LGBT¹⁰.
3. Pela aproximação acadêmica nos estudos realizados pela pesquisadora e seu orientador, ambos brasileiros, com a sua co-orientadora do período de bolsa sanduíche em Portugal, bem como com os professores do curso de doutoramento vinculados ao Centro de Estudos Sociais (CES) / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC/Portugal), entre eles Boaventura de Souza Santos, ao qual a pesquisadora participou nesse período.
4. Pelo fato da realidade pesquisada em Belo Horizonte estar em um contexto sobre o qual tenho conhecimento e experiência aprofundada e dessa forma a relevância de

⁶ Esse referencial teórico-metodológico perpassa toda a pesquisa, sendo discutido de forma mais sistematizada na introdução e no capítulo sobre metodologia.

⁷ Ver anexo A com as principais informações sobre Belo Horizonte.

⁸ Ver anexo B com as principais informações sobre Lisboa.

⁹ Belo Horizonte sedia de forma pioneira a primeira Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos do país. Já Lisboa, por ser a capital do país também concentra a maioria das ações políticas LGBT de forma pioneira.

¹⁰ No caso de Belo Horizonte, temos o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, vinculado a UFMG, a partir de parceria com o Programa Brasil sem Homofobia da Presidência da República. No caso de Lisboa, temos o Centro de Estudos Sociais-CES, vinculado a Faculdade de Economia/FEUC da Universidade de Coimbra e com extensão na cidade de Lisboa.

confrontar tal experiência com aquela vivida em outro contexto, havendo igualdades e diferenças nessa relação.

Foi partindo de uma releitura desse referencial teórico-metodológico que se formulou e foi aprovada a proposta de tradução entre as experiências de Belo Horizonte e Lisboa sobre o tema da pesquisa. O estágio de doutoramento em Portugal ocorreu no período de março a setembro de 2010¹¹.

Os estudos realizados por Santos (2003, 2004, 2005, 2008, 2009) apontam o Brasil e Portugal – além de Moçambique, África do Sul, Colômbia e Índia – como países de referência entre os seis países semiperiféricos que servem como exemplos para pesquisas que buscam desenvolver modelos alternativos à globalização neoliberal e ao capitalismo global. O autor argumenta que, em tais países, os conflitos entre a globalização hegemônica e a contra-hegemônica são mais intensos, já que são países que tem construído alternativas de baixo para cima, por meio da sociedade civil organizada e pelos grupos de minorias sociais. Essa lógica também vai ao encontro do viés dessa pesquisa em conduzir um estudo que articule teoria e prática, que extrapole o circuito hegemônico de produção da ciência social. Por este motivo, articula-se diferentes tradições teóricas e metodológicas para este tipo de estudo, tomando em conta as idiosincrasias das culturas brasileira e lusitana.

Santos (2008) argumenta que é preciso reconhecer que: 1) a experiência social do mundo é mais ampla do que aquela que conhecemos através da ciência e filosofia ocidental; 2) Essa riqueza da diversidade de conhecimentos está desperdiçada pela imposição do modelo hegemônico de fazer ciência; 3) para dar visibilidade aos modelos alternativos não basta propor um novo modelo de ciências sociais, mas também desenvolver um pensamento crítico em relação aos modelos de produção ocidental dominante de conhecimento.

Deste modo, constitui-se a crítica da razão indolente para uma proposta de razão cosmopolita, fundada em três pilares: 1) a sociologia das ausências, 2) a sociologia das emergências e 3) o trabalho de tradução. Este último será o foco do referencial teórico-metodológico do presente trabalho. Para alcançar a racionalidade cosmopolita é necessário expandir o presente e contrair o futuro, para que se possa melhor conhecer a experiência social em questão. Desta maneira, a sociologia das ausências permite a expansão do presente e a sociologia das emergências, contrair o futuro. Santos (2008) destaca que “em vez de uma teoria geral, propomos o trabalho de tradução, um procedimento capaz de criar uma

¹¹ Ver apêndice A com descrição das atividades realizadas no estágio de doutoramento em Portugal.

inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade” (p. 95). Esta ideia, por sua vez, contribui para esta pesquisa, uma vez que a tradução de experiências entre Belo Horizonte e Lisboa na área da construção da política de direitos humanos LGBT permite analisar suas perspectivas universalistas e particularistas:

Acho que grande parte do sucesso das lutas que têm sido bem-sucedidas nos últimos anos devem-se à capacidade de estabelecer analogias e fazer traduções entre aquilo que as pessoas já compreendem como... fundamental, aceitável, e aquilo que ainda não compreendiam. Isto é, a capacidade de dizer que os direitos LGBT são da mesma ordem dos direitos das mulheres, por exemplo. Para isto é preciso oferecer uma narrativa sobre a pessoa humana, sobre os direitos humanos, sobre o cidadão, que inclui a ideia da sexualidade como uma das variáveis... isso é da ordem da liberdade pessoal e todos temos as mesmas possibilidades... e então estamos todos a partir da mesma coisa, todos somos pessoas humanas que entram em relações amorosas e sexuais com outras (Entrevista 9L).

Para realizar tais discussões sobre a construção da política de direitos humanos LGBT, far-se-á uma passagem pelas diferentes concepções de direitos humanos, para situar de os aspectos teóricos elementares desta investigação, ou seja, qual concepção que oferece respaldo ao problema de pesquisa. A partir daí, focar-se-á nos efeitos produzidos no tensionamento do debate entre o universal e o particular: os deslocamentos e reorientações da noção de universal produzidos, de alguma forma, na efetivação da política LGBT para que deste modo, seja possível também, pensar os momentos e contextos nos quais essa tensão se apresenta de forma regulatória e emancipatória. Vale ressaltar, o foco das tensões avaliadas nesta tese, como forma de produção aos avanços políticos, já que eliminar esta tensão significaria o fim da política, em algum sentido. Por isso, a proposta perpassa pela dialética, a dinamicidade com que os seguintes conceitos se apresentam na realidade estudada: direitos humanos e direitos LGBT, universalidade e particularidade/especificidade, igualdade e diferença, tensão e diálogo, emancipação e regulação, resistência e parceria/cooptação, identidade coletiva/política e identidade psicossocial, políticas públicas e políticas sociais e Estado e movimentos sociais.

Desta forma, no primeiro capítulo será feita uma introdução ao tema e contextualização sobre a construção da pesquisa.

No segundo capítulo, apresentar-se-á uma discussão sobre alguns dos principais marcos históricos dos direitos humanos e as diferentes concepções sobre esse tema, com foco nas concepções críticas e sócio-históricas. A partir disto, o capítulo afunilará as discussões para a relação entre o universal e o particular através da relação direitos humanos e direitos LGBT e direitos humanos e direitos sexuais, utilizando, para este fim, contribuições dos estudos e ativismos feministas, bem como de teorias sobre os novos movimentos sociais, políticas e identidades.

No terceiro capítulo, tratar-se-á da discussão do campo de pesquisa, seus objetivos e a metodologia utilizada para análise dos dados.

No quarto capítulo, far-se-á uma sistematização de dados coletados nas entrevistas e que foram discutidos a partir da categorização construída pelo próprio roteiro de entrevista articulado ao referencial teórico da pesquisa.

No quinto capítulo, será apresentada uma proposta de discussão sobre a (não) institucionalização da política LGBT no poder público de Belo Horizonte, a partir dos dados coletados nas entrevistas, nos documentos pesquisados e no referencial teórico trabalhado.

No sexto capítulo, discutir-se-á a (não) institucionalização da política LGBT no poder público de Lisboa, a partir dos dados coletados nas entrevistas, nos documentos pesquisados e no referencial teórico trabalhado.

No sétimo capítulo, realizar-se-á uma análise dialogada dos dados, traduzindo algumas das experiências de igualdade e de diferença entre as políticas LGBT de Belo Horizonte e Lisboa.

No oitavo capítulo, serão apresentadas as considerações finais retomando as principais discussões, sistematizando análises que articulem as teorias e práticas pesquisadas neste estudo.

Todo conhecimento é desconhecimento, uma vez que, para conhecer, reduzimos o contexto, simplificamos as inter-relações e a complexidade (Santos, 2000). A produção intelectual parte da pressuposição que o avanço do conhecimento está limitado a uma ou mais hipóteses de uma pesquisa, por este motivo, reduziu, sobremodo, o contexto desta investigação, simplificando as inter-relações e a complexidade. O texto que segue não tem a pretensão de responder a todas as questões que poderão suscitar o tema. É apenas uma tentativa de, sem essencializar conceitos, levantar teorias e experiências que possibilitem articular conhecimentos, discutir e sistematizar o tema proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização do estudo

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.

João Cabral de Melo Neto

A luta pelos direitos humanos está relacionada à desigual distribuição do poder pelas classes dominantes em cada contexto. Em vários momentos da história, aquele que detinha o poder abusava de sua autoridade violando os direitos de outros. À medida que uma classe social reivindica um determinado direito por meio de disputas políticas que romperam com hierarquias socioeconômicas, outros valores agregam-se aos existentes. Há muitas desigualdades, diferenças e jogos de poder entre a reivindicação e a conquista de mudança.

As pressões sociais vindas de diferentes movimentos sociais conseguiram uma construção irregular, feita de avanços e recuos. Nesse processo de negociação por uma redistribuição e reconhecimento mais justos (Fraser & Honneth, 2003), alguns grupos têm menos recursos, de forma que as elites tendem a receber mais benefícios. No entanto, é preciso também considerar os direitos que foram conquistados pela luta dos movimentos sociais e que não existiriam de outra maneira.

No Brasil, a luta se fortalece no movimento contra a Ditadura Militar instalada em 1964, na redemocratização da política e ruptura com o regime autoritário. Através dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 surgem significativas mudanças:

No Brasil, acredito que isso está mais localizado a partir dos anos 60 e 70 quando a partir da...nova... estrutura governamental da pós... Ditadura, quando se... primeiro luta contra o ditador, acho que a gente tem um grande crescimento dos movimentos sociais e pelo fim da ditadura e ao fim da ditadura pelos direitos políticos, sociais, o

Brasil começa exatamente nesse momento. Acho que no Brasil, muito espelhado pelos anos 70, quando... nos Estados Unidos, acontece um grande movimento pelos direitos LGBT, então depois disso nós temos no Brasil desse... dos anos 70, a gente tem uma organização do movimento de mulheres... então, logo nos anos 80 começa a haver uma crescente reivindicação pelos direitos LGBT (Entrevista 6BH).

Assim, é também neste contexto de redemocratização política que, no final da década de 1970, surgiu o movimento homossexual no Brasil. O marco de criação de um movimento politizado sobre o tema é reconhecido na literatura específica e pela militância com a fundação, em 1978, do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), em São Paulo, e do Jornal Lâmpião da Esquina, no Rio de Janeiro. Na década seguinte, temos, como iniciativa de destaque, o surgimento dos grupos Triângulo Rosa no Rio de Janeiro, Grupo Gay da Bahia em Salvador e, também, do Atobá, no Rio de Janeiro (Facchini, 2005; Green, 2000; Trevisan, 2000).

O fim dos anos de 1960 e o início da década de 1970 podem ser descritos como um contexto de efervescência política, cultural e social no cenário brasileiro. O movimento de contracultura, sob influência da juventude de classe média urbana, contribuiu para questionar o modelo hegemônico de sexualidade e gênero. Foram também iniciativas importantes nesse processo: grupos teatrais, como o Teatro de Oficina, que exibiam ao público cenas de sexo explícito e os tropicalistas, tais como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Betânia e Gal Costa, que romperam com os paradigmas sobre a heterossexualidade normativa escancarada (Green, 2000; Simões & Facchini, 2009).

Green (2000) salienta que a repressão desencadeada pelo regime autoritário abafou um possível êxito destas iniciativas na área da homossexualidade. O autor esclarece que, a partir de 1978, expandiram-se no país os movimentos sociais e aumentou o número de jornais alternativos que criticavam o regime militar em declínio, tal como cita Green (2000, p 394): “O desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com as questões levantadas pelo movimento gay a partir de 1978”.

Facchini (2005) considera que as ações antiautoritárias do movimento homossexual brasileiro serviram como uma anteposição à ditadura militar no Brasil. Assim, de acordo com Facchini (2009) pode-se classificar a história do movimento LGBT em três fases ou ondas, que perpassam a trajetória de transformação do termo Movimento homossexual para Movimento

LGBT Brasileiro. A primeira onda abarca o final dos anos de 1970, a partir da formação de grupos de homens e mulheres homossexuais, cujo Grupo SOMOS é um marco significativo e pela criação do jornal Lampião da Esquina, ambos de 1978 e oriundos da cidade de São Paulo. Ambas as ações serviram para uma politização da homossexualidade, correspondendo ao final do regime militar brasileiro (1964-1985), no contexto de abertura política instalada no país no término de tal década.

A segunda onda do movimento, na década de 1980, ocorreu com a redemocratização brasileira. Nesse período, inicia o processo de institucionalização do movimento homossexual a partir das ações de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Como pode ser ilustrado na entrevista abaixo:

a experiência do Movimento LGBT, principalmente no Brasil que vai sendo construída... se contrói e fortalece o movimento LGBT a partir da questão da AIDS. A experiência dessa parceria com o Estado, ela se dá muito na Saúde... até porque hoje a Saúde, isso a gente pode dizer, uma parte do poder público que começou com a participação popular... se foi muito na Saúde, desde as reformas sanitárias, das conferências de Saúde que são as conferências mais antigas, mais importantes, né?... o SUS... por exemplo, quando ele é construído, ele é construído a partir de conferência, ou seja, com a participação popular, com o povo e tal... então... com a questão da AIDS, o Movimento LGBT, ele teve muita participação, é... dentro do Estado, inclusive na elaboração e também na... na execução, né?... os Movimentos Sociais, eles começam... a... a entrar no Estado e fazer parceria... então o Movimento LGBT tem essa característica... ele nasce parceiro do Estado, ele nasce e se fortalece dentro do Estado, então... não tem algumas dificuldades... eu particularmente tive... tive, mas não... foi mais uma questão pessoal mesmo, entendeu?... de... uma mais pessoal e ideológica do que realmente uma necessidade, assim... porque a gente já fazia uma parceria muito... com a Saúde e com... mas você vinha... pro... pra responder uma política... é... que é do Estado... é aquela história, né?... você joga pedra e agora você vai ser apedrejado, ela muda... diferente, né?... agora o que... o que eu acho que é bacana... é primeiro, como essa política LGBT, ela precisa

de pessoas ... implicadas, entendeu?... porque como ela não é uma política consolidada, ela não é uma política... é... estruturada, ela vai precisar de uma fulana que tá no Departamento tal, que aí ela vai bancar essa discussão lá, ela vai precisar de um sicrano que tá ali...tá, tá, tá... ela vai precisar de um fulano que tá lá na Saúde, ela precisar de um... não que a gente possa fazer a política por pessoa, nem defendo isso... mas é preciso ter pessoas que banquem isso, senão não aparece... porque dentro de um... de um... de uma questão que tem um monte de prioridades, se você não tem uma pessoa que coloque lá, visibilize... ela não vai aparecer, não vai ter ação, acho que foi isso que aconteceu... (Entrevista 5BH).

A terceira onda é considerada como o reflorescimento do movimento homossexual brasileiro e, em meados da década de 1990, é marcada pelo aumento do número de organizações do movimento, pela sua diversificação de atuações e de formatos institucionais (Facchini, 2005; Simões & Facchini, 2009). É nesse contexto também que é ampliada a rede de articulação do movimento com a presença de novos atores sociais e da ampliação da visibilidade da diversidade sexual, daí a mudança para o termo GLBT. Posteriormente, por definição na I Conferência GLBT, há alteração da letra L para o início da sigla como proposta de visibilidade política para as mulheres, passando a ser LGBT.

Desta forma, vale salientar que em meados dos anos 1980, com a epidemia da AIDS, por muitos estigmatizada como a *peste gay*, há autores (Facchini, 2005; Machado, 2007) que discorrem sobre o fato de nesse contexto ter ocorrido uma certa desmobilização do movimento homossexual. O movimento homossexual brasileiro ressurgiu gradativamente na primeira metade de 1990 e se fortalece por diferentes atores sociais locais, nacionais e internacionais, vinculados a universidades, políticas públicas, partidos políticos, associações científicas ou profissionais:

O fato de se pensar direitos LGBT dentro da perspectiva dos Direitos Humanos já se caracteriza como algo novo. O Estado brasileiro durante muitas décadas tratou essas questões no âmbito da saúde, sempre relacionado-as à possíveis riscos à saúde, como desvios ou em busca de causas e curas. Transpor estas questões para o âmbito dos direitos humanos é mais do que considerar essas pessoas como seres

de direitos, é possibilitar a luta por algo muito maior do que o acesso à saúde, é reivindicar que estas experiências sejam consideradas formas legítimas de vida (Entrevista 13BH).

Há outros autores (Ramon & Carrara, 2006) que, diante da epidemia da AIDS, argumentam ter ocorrido nesse momento um fortalecimento das manifestações dos movimentos sociais através do fenômeno de “onguização”, ou seja, a reconfiguração de muitos destes grupos sociais em organizações não-governamentais (ONG). Ressalta-se que este acontecimento também esteve presente no movimento feminista latino-americano, tal como aponta a citação de Ramos e Carrara (2006, p. 187):

(...) valorização da competência técnica (em oposição à idéia de ‘representatividade’); a profissionalização e a especialização da militância;atendênciaàdiversificaçãoeà multiplicação; o diálogo com experiências internacionais; a busca de autonomia em relação ao Estado, combinada com a disputa por recursos para amanutençãodeestruturas que tendem a incluir sedes, equipamentos e funcionários.

Em 1995, fundou-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), com o objetivo de implementar políticas de direitos homossexuais em todo o país. Entre outras iniciativas, destaca-se principalmente a primeira Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, pela sua inclusão de ativistas e homossexuais não organizados por meio de uma política de visibilidade massiva.

Assim, a saúde e os direitos humanos foram interlocutores fundamentais do processo de mudanças neste contexto, à medida que as ações políticas de prevenção e controle da AIDS/DST se efetivaram, percebe-se a ocorrência de uma migração das lutas contra DSTs para o enfrentamento à violência homofóbica, o que contribuiu significativamente para uma aproximação do movimento LGBT com a área dos direitos humanos (Facchini, 2005; Fonseca, Nascimento & Machado, 2007). O trecho de entrevista abaixo mostra claramente esta transição:

Na verdade, é... a pauta dos Direitos LGBT, ela começa muito...pela AIDS mesmo, pela questão da epidemia da AIDS, mas ela também

ela... vem num... num bojo quando você tem algumas resoluções internacionais das... é... quando você tem resolução que Direitos Sexuais é Direitos Humanos, né?... é que eu esqueci dessa Conferência...da Conferência do Cairo e da Conferência de Beijing ...aí... e isso é fruto também da própria questão da... da epidemia e das lutas feministas, né?... agora quando o Movimento começa... a pautar mais a questão dos Direitos Humanos... é... já é a partir do... dos anos... dos finais dos anos 90... início do ano 2000, começa a pautarem a questão assim : Ó... a minha luta é uma luta dos Direitos Humanos, entendeu?... e até a questão da sexualidade mesmo...quando eu não... quando eu... eu sou proibido de manifestar meu afeto, eu sou proibido... é... de andar de mão dada, de trocar beijo... de... a minha sexualidade é reprimida, eu estou sendo desumanizado, então... começa a ter essa discussão... dos Direitos Humanos e aí começa a pautar muito a questão dos Direitos, né?... que a gente diz que conversa, porque... é... hoje muitos militantes dizem assim : Olha, não me interessa o que você tá fazendo na sua casa, se você transa com um, dois, três ou se você é ativo ou passivo, isso... não... não é a questão... é que existe um Estado que precisa te defender... te negou um Direito e ele precisa garantir esses Direitos... é isso, entendeu? (Entrevista 5BH).

Em 2004, no âmbito governamental, ocorre um avanço nas conquistas dos direitos LGBT devido as pressões dos movimentos sociais para que o Estado se posicionasse formalmente e garantisse ações concretas na área dos direitos LGBT. Foi criado então, a partir de uma parceria tensionada entre Estado e sociedade civil organizada, o Programa Brasil sem Homofobia. Tal programa propõe 53 ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, juntamente com os demais ministérios, políticas públicas e atores sociais mobilizados nessa causa. A partir desse Programa foram descentralizadas várias ações políticas nos estados e municípios do país:

Se pensarmos na posição estratégica da Secretaria Especial de Direitos Humanos, percebemos que esta abriga discussões complexas, tais como as de gênero, raça, sexualidade e outras, que

encontrariam grande resistência ao serem inseridas com o plano de governo em outros ministérios, tais como educação, planejamento etc. Isto pode ser compreendido como uma forma do governo abrir espaço para debates internacionais, dando resposta a demandas contemporâneas, sem ter que bater de frente com os grupos conservadores que se organizam nos poderes legislativo, executivo e judiciário (Prado, Machado & Carmona, 2009, p. 158).

O fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil coincide historicamente com o surgimento da ação coletiva organizada em Portugal, após a revolução de 1974. O enfoque principal das lutas sociais centrou-se no combate a pobreza, no acesso a recursos materiais, nas campanhas de alfabetização e na negociação de melhores condições de trabalho (Estanque, 1999; Santos & Nunes, 2004).

Ainda na década de 1970, surgem as primeiras manifestações públicas exigindo liberdade sexual (Almeida, 2010; Cascais, 2006; Santos, 2005). O trecho de entrevista abaixo contextualiza alguns marcos:

termos assim históricos... é a seguir à crise da SIDA. É durante a crise da SIDA. Há uma mudança fundamental, não é? Antes da crise da SIDA, antes de meados dos anos 80 o movimento LGBT só existia nos países centrais, não é? Estados Unidos, Inglaterra, França, não sei o quê... era um movimento muito mais preocupado com a liberdade sexual, a afirmação e a aceitação da homossexualidade comum... a forma de estar... muito pouco preocupado com os direitos. Isto é... Não é porque não quisessem, mas não concebiam como possível. Isto é, as pessoas achavam mesmo que pertenciam a uma subcultura marginal que precisava de ser afirmada, mas não lhes passava pela cabeça de que isso fosse possível de ser transformado em igualdade de direitos. As coisas não se punham nestes termos. Punham-se em termos de uma cultura de liberdade sexual que, por exemplo, não pensava na conjugalidade, não pensava na reprodução e na parentalidade, não pensava numa série de... Não pensava que pudesse existir uma educação anti-homofóbica... pensava mais em “como é que eu posso viver no meu espaço com liberdade”, não é? E

afirmando a minha sexualidade e tal... E, portanto, era um movimento muito contra-cultural de certa maneira, não é?... Politizaram-se contra a indústria farmacêutica e contra o Estado que não os apoiava e que perseguia as pessoas com SIDA na base do preconceito. Portanto, houve uma re-politização do movimento em torno da questão da SIDA, e houve também uma reconfiguração das comunidades. As comunidades transformaram-se completamente. Deixaram de ser comunidades de festa e de sexo e de não sei o quê... para serem comunidades trágicas, não é? Passaram a ter um problema, e na crise da saída da SIDA, – que a SIDA ainda existe... mas a crise passou... foi ultrapassada... Na saída da crise você tinha uma demografia completamente diferente, sobretudo nessas grandes cidades *gay* do mundo, não é? Nova Iorque, Londres... Tinha basicamente muitas pessoas que estavam a ultrapassar toda uma cultura sexual de festa e de promiscuidade e não sei o quê, tinham muitas pessoas a reconstituírem as suas vidas na base de alguma espécie de apoio doméstico, isto é, de conjugalidade. E, de repente, o que se tem de facto é o surgimento da questão da... da família, não é? Dos direitos em termos familiares (Entrevista 9L).

A homossexualidade foi descriminalizada apenas em 1982, sendo necessários vários anos até que surgissem no país associações LGBT com intervenção pública, organizada e regular. Considera-se que tal regularidade pública das iniciativas LGBT em Portugal, contribuiu para que o movimento LGBT no contexto lusitano emergisse a partir de 1995¹². Após a descriminalização da homossexualidade, desenrolou-se um período de quase duas décadas na qual nenhuma conquista jurídica foi concretizada no campo LGBT. No início do século XXI, mais precisamente em 2001, foi aprovada a lei das uniões que de fato que garantiu o reconhecimento da coabitação a casais, independentemente da orientação sexual. Este foi um dos motivos ou das matrizes do movimento desde a década anterior, sendo celebrada como uma vitória coletiva. A aprovação da lei das uniões de fato iniciou uma série

¹² Foi neste ano que se realizou a primeira celebração dos eventos de Stonewall em Portugal, quando ocorreu a I Marcha do Orgulho LGBT de Portugal em Lisboa. Hoje o evento é organizado por um conjunto de grupos LGBT e possui uma ampla participação na sociedade. Vale ressaltar que desde 1995 foi criada a ILGA Portugal, a associação LGBT mais antiga entre as que persistem até o momento. Para maiores informações ver no Anexo F a capa do folder que aponta os direitos homoafetivos como a principal luta da Ilga Portugal no atual contexto.

de alterações jurídicas que incluíram medidas de proteção contra a discriminação no Código do Trabalho (2003) e na Constituição (2004), a equalização das idades de consentimento (2007), a proteção contra a violência doméstica e os crimes de ódio (2007) e o casamento civil (2010).

Ademais, acontece uma peculiaridade nas comemorações da Parada LGBT de Portugal, pois desde 2007 elas são acompanhadas de um outro evento chamado *Arraial Pride*. Este último se integra a programação oficial das festas da cidade de Lisboa e é organizado pela Associação ILGA de Portugal em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa. Percebe-se que se trata de um momento mais festivo e menos político como a realização da Parada LGBT e se insere no circuito *Europride* e *WorldPride*, como uma característica da cultura das grandes cidades europeias¹³. Nesta mesma linha, acontece o *Arraialito*, composto por um conjunto de atividade lúdicas voltadas para famílias homoafetivas e suas crianças¹⁴. Nestes eventos a política se expressa, exatamente, nas festividades.

Não obstante o impacto político das estratégias desenvolvidas pelo movimento LGBT português (Carneiro, 2009; Santos, 2008), algumas destas alterações foram também influenciadas por instâncias supranacionais, com especial ênfase para a União Europeia. Entre as reivindicações não respondidas pelo poder político e legislativo permanecem ainda os direitos de homoparentalidade, nomeadamente a procriação medicamente assistida, a co-adoção e a adoção por casais do mesmo sexo. Conforme esclarece a fala abaixo:

Portugal está em plenos anos 90 em plena União Europeia a receber directivas sobre orientação sexual e identidade de género, coisa que cá até então nem se discutia... e portanto teve que fazer alguma coisa... teve de... transformar leis em grande medida por imposição Europeia, não foi porque quisessem...mas isto significa um preço alto em termos de transformação social... ela não se fez ainda, tá por fazer... É um... é um motor, significa uma aceleração grande sobretudo em termos legais e em termos de visibilidade da pobreza de espírito que isto era há quinze anos atrás porque os portugueses também se começaram a comparar com a realidade lá fora... Eu acho

¹³ Ver no Anexo F o *folder* do evento. Para maiores informações, pesquisar o site: <http://arraialpride.ilga-portugal.pt/2012/>.

¹⁴ Ver no Anexo F o *folder* com a propaganda do evento.

que tem havido grandes transformações nestes últimos dez, quinze anos... quando eu digo que não foi feita uma transformação social decisiva, mantenho essa afirmação, mas... mas também não posso dizer que nada mudou... há dez, quinze anos não se falava de homossexualidade em Portugal... não existia... não existia sequer enterros mediáticos (Entrevista 14L).

Todos estes acontecimentos gerais no Brasil e em Portugal apontam para a compreensão dos processos (contra) hegemônicos presentes na relação entre os movimentos sociais e o poder público na construção da política de direitos humanos LGBT. Resgatar as tensões e diálogos da relação entre o universal e o particular, presentes nessa política contribui para percebermos a complexidade desse fenômeno social. Para isto, Santos afirma que (2006, p. 127):

Ao invés de reificar estes atores e tratá-los de forma dicotômica (o Estado enquanto a “encarnação do mal” e a sociedade civil representando o “pólo das virtudes democráticas”), é mais relevante entender as intrincadas relações e “trânsitos” de indivíduos e idéias entre ambas as esferas e como estas relações e “trânsitos” auxiliam e/ou dificultam a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Neste sentido, as trajetórias de militância, as experiências bem sucedidas de encontros com agentes estatais e a presença de interesse em “partilhar” poder de decisão e “incorporar” demandas dos movimentos são importantes indicadores dos limites e/ou possibilidades destes trânsitos.

Assim sendo, reconhece-se que há uma certa articulação entre Estado e sociedade civil, mas isso não significa homogeneizar o campo e nem desconhecer suas relações de poder, mas ressaltar que estas (in)diferenciações também estão presentes e precisam ser percebidas nos momentos que elas aparecem para que se possa demarcar os papéis entre os atores sociais – por isso, a importância da percepção da fluidez dessas fronteiras e ao mesmo tempo suas demarcações (Machado, 2007; Prado et al., 2009). A discussão presente na entrevista a seguir possibilita compreender também a intensificação desse dilema entre o universal e o particular

a partir da fluidez dos lugares ocupados pelos atores sociais na construção da política de direitos humanos LGBT:

vim do movimento e sou do movimento, né?... e vim trabalhar com o poder público... mas muito pela necessidade mesmo... da gente ter uma... por que era tudo sempre construído, né?... era uma política que tava sendo construída... necessitava de ter uma pessoa... que tivesse essa interlocução com os movimentos, refletisse um pouco... é... essa questão do movimento dentro do poder público... então, eu acho que era isso... É, na verdade... é... é... é uma... é um momento muito delicado, na verdade não se torna tão delicado, porque...é... com a questão da redemocratização, o Estado, ele não se torna tão inimigo... do... da Sociedade Civil (Entrevista 5BH).

2.2 Direitos Humanos na era das pluralidades: contribuições teóricas contemporâneas

O assunto mais importante do mundo deve ser simplificado até ao ponto em que todos possam apreciá-lo e compreendê-lo. Isso é a mais elevada forma de arte.

Charles Chaplin

Diante da reivindicação por igualdade de direitos e a sua pretensa efetivação por parte da política de universalização dos direitos pelo Estado na modernidade, percebe-se um contraponto na sociedade contemporânea, qual seja o pluralismo de subjetividades. Por meio desse pluralismo, coexistem tanto a diversidade de expressões quanto a intolerância e a fragmentação destas, o que tem levado alguns estudiosos conservadores a acreditar que a saída para diminuir a violência seria manter a seguinte lógica: todos são iguais. Ao sustentar a lógica de que direitos são para todos e, conseqüentemente, de que as políticas para serem públicas precisam ser feitas para todos, sem especificar a necessidade de ações específicas pela equiparação de direitos aos seguimentos sociais historicamente excluídos, o discurso, paradoxalmente torna-se neoliberal.

Para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema dos direitos humanos, faremos no início desse item um recorte histórico sobre seus marcos formais, e, em seguida,

acrescentaremos um debate mais crítico com teóricos contemporâneos. Finalizaremos com uma problematização sobre o (não) reconhecimento dos direitos voltados para as pessoas LGBT como direitos humanos. A proposta é trazer subsídios que serão retomados ao longo de todo o texto sobre a pesquisa em questão.

Na Grécia Antiga, a pólis grega era o espaço de sociabilidade e a leitura de mundo se sustentava pelo Direito Natural como regra da convivência humana derivada da natureza. Influenciados por uma perspectiva universal, alguns pensadores gregos procuraram princípios gerais e válidos para todos em qualquer época. Diante da constatação da diversidade de leis e costumes, surgiu um questionamento sobre a validade do direito (Carmona, 2006).

Já na Idade Média, a natureza passa a ser considerada como um produto criado por um único Deus, sendo as leis impostas pelo clero e pelos senhores feudais e apoiadas pelo suposto Direito Divino. Destacaram-se nesse período pensadores como Santo Agostinho (354-430 d.C.) e Santo Tomás de Aquino (1226-1274). Nesse mesmo período, mesmo permanecendo no continente europeu as violações dos direitos fundamentais, na Inglaterra desenvolveu-se o marco inicial dos Direitos Humanos: a Magna Carta – 1215, contendo reivindicações dos barões ao Rei João Sem-Terra (Bobbio, 1997).

É por compreender este acontecimento como o início da limitação do poder do Estado e como uma primeira reivindicação do cidadão por seus direitos, que muitos teóricos consideram a elaboração da Magna Carta como sendo o marco inicial dos Direitos Humanos. Já outros, consideram-na apenas um marco do constitucionalismo moderno, por se tratar de uma garantia dos direitos dos Barões, proprietários de terra, diferente de uma ampla garantia dos direitos de todo o povo (Magalhães, 2000). Nessa contradição de posições sobre a Magna Carta, de certa forma, já começa a se revelar o cunho ideológico por trás do estabelecimento dos direitos.

Outros acontecimentos na Europa também contribuíram para a indagação da realidade social, como o aperfeiçoamento da imprensa por Gutemberg - crescimento da impressão de livros e da circulação de ideias, o Renascimento e a Reforma Protestante – com mudanças na religião, o Iluminismo – corrente filosófica e cultural fundada no Racionalismo. Gradativamente, o direito natural deixa de se vincular à vontade de Deus para ser denominado como produto da razão, a partir da Escola de Direito Natural de Grotius (1625). Magalhães (2000) aponta que:

(...) o interesse sistemático pelos direitos humanos iniciou com a Escola Clássica do Direito natural – Hobbes, Spinoza, Puffendorf,

Locke, Jefferson, Rousseau, Kant e outros. (Entretanto) apesar da riqueza do pensamento encontrada na Antigüidade, sobre o direito natural e o conceito de justiça, a realidade social não correspondia à preocupação demonstrada pelos pensadores. As civilizações ocidentais antigas baseavam-se, muitas delas, em conceitos primitivos de justiça, sendo que o trabalho escravo se colocava na base da sociedade como sustentáculo da vida na polis grega ou nas cidades do Império Romano (p. 19).

Porém, essa fora a época do jusnaturalismo abstrato, tempo no qual a explicação de tudo era encontrada no próprio homem. “Nada de objetivo é levado em consideração: a realidade social, a história, e a razão humana se tornam uma divindade absoluta (...), abrindo caminho para o Positivismo” (Magalhães, 2000, p.37).

Na Idade Moderna, o Direito Natural passa a ser legitimado pela razão e tem como objetivo a validade universal. Pela necessidade de valorização do indivíduo, e a consequente resistência ao Estado, as ideias de garantia formais dos direitos humanos começaram a circular, como se percebe na realização de Revoluções como a norte-americana, de 1776, que inspirou a Constituição norte-americana de 1787 e a Revolução Francesa de 1789, com o lema da igualdade, liberdade e fraternidade e à implantação do Estado Liberal. Contudo, para Magalhães (1997) estes movimentos, ao contrário de inserirem a democracia, caracterizam-se pelo individualismo, pela liberdade à propriedade e por um Estado omissos aos problemas sociais que se alastram face ao sistema capitalista e à Revolução Industrial.

Neste contexto, também se destacam o ato de *Habeas Corpus*, de 1679, o *Bill of Right*, de 1688, e o *Instrumento de Governo de Cromwell*, reconhecidos por alguns autores como inspiração para a Constituição Norte-Americana de 1787.

O conteúdo dos Direitos Humanos nessa época não faz menção ao aspecto econômico, restringe-se aos direitos relativos à liberdade e à igualdade. Por isto, pode-se considerar que o Liberalismo fracassou ao prometer a liberdade através de um estado mínimo e da possibilidade da propriedade privada, levando a uma concentração econômica daqueles que detinham o poder e a exclusão social dos demais, gerando rebelião, desigualdade, desemprego e violência.

A I Guerra Mundial (1914-1918) veio como um agravante das tensões sociais estabelecidas no final do século XVII ao século XVIII. As novas constituições irão se preocupar com os direitos e o dever social do Estado. De acordo com Bobbio (1997), após a I

Grande Guerra, além dos direitos civis e políticos conquistados no Estado Liberal, acrescentam-se os direitos sociais, econômicos e culturais nas constituições modernas. Os direitos coletivos aparecem como via de realização dos direitos individuais.

Para Magalhães (2000), nos séculos XVII e XVIII, a perspectiva individualista e de omissão do Estado diante dos conflitos sociais e econômicos propiciou um capitalismo desumano e escravizador. No século XIX, com a revolução industrial, essa miséria se agrava e o Estado é cobrado a se posicionar frente as suas omissões diante dos problemas sociais e econômicos.

Na passagem de um Estado abstencionista, ou Estado Liberal, para um Estado Social, podemos apontar a Constituição do México, de 1917 e a de Weimar (Alemanha), de 1919, como alguns dos marcos da inclusão dos direitos sociais na concepção dos direitos fundamentais. Entretanto, o incipiente Estado Social diante da crise econômica de 1928-1929, principalmente nos EUA, cede lugar para a um Estado totalitário, opressor e violento.

Em 1939, ocorre a Segunda Guerra Mundial tornando evidente a falência do Estado social. Para compreendermos os acontecimentos que envolveram esse fato, recorreremos ao pensamento de Arendt¹⁵ (apud Telles, 1999). A filósofa alemã define o contexto da segunda guerra mundial como *tempos sombrios* para dizer dos limites e possibilidades da convivência humana numa sociedade estruturada nas frágeis fronteiras entre a civilização e a barbárie. O terror nazista, o genocídio de seis milhões de judeus e a fragilidade dos negócios humanos explicita a entrada da sociedade no mundo moderno juntamente com a perda das garantias que antes a religião e a tradição podiam oferecer.

Guiada por Hitler, a sociedade alemã vivenciou a experiência do totalitarismo. A incapacidade de discernimento e a subversão dos valores na sociedade alemã da época é definida por Arendt (1980) como a banalidade do mal. A autora tematiza a sociedade moderna como despolitizada, indiferente às questões públicas, individualistas, competitivas. Como efeito houve uma dissolução do espaço público que significou a perda de um espaço comum entre os homens. Um espaço onde fosse possível o reconhecimento recíproco entre os cidadãos quanto a pluralidade de opiniões, tal qual era proposto na Grécia.

Toda essa discussão sobre o pensamento filosófico de Hannah Arendt é importante para compreender suas contribuições à política e aos Direitos Humanos. Assim, para a autora, a lei não é vista como mandamento, prescrição ou regulamentação de interesses privados, e sim uma delimitação do espaço no qual a interação política se dá e pode se realizar. Daí a

¹⁵ Ver Arendt (1980), *A condição humana*.

especificidade da noção de direito em Arendt (1980). Ao contrário de significar necessidades, interesse em demandas individuais, o direito é definido como uma forma de sociabilidade política, que só existe através do seu efetivo exercício. Quer dizer, o problema não está na garantia do trabalho, da residência ou da vida. Tudo isso pode ser obtido pela caridade, solidariedade etc. O problema é ter condições para reivindicar esses direitos (Telles, 1999).

Há críticas dirigidas a Hannah Arent pela sua recusa em reconhecer, na pólis, a existência do conflito como uma dimensão constitutiva, bem como a vinculação deste a interesses particulares. Entretanto, parece ser consenso o reconhecimento pela sua originalidade com relação à possibilidade de pensar a política como algo que não se define exclusivamente por referência ao Estado, e sim, como forma de sociabilidade.

Lefort¹⁶ (apud Telles, 1999) faz uma leitura da expressão *Direito a ter Direitos*, identificando nesta a eficácia simbólica dos direitos, o que nos leva a pensar os direitos como linguagem política que articula práticas individuais e coletivas num espaço comum de pertencimento. Isso significa dizer que os direitos “estão inscritos na dinâmica cultural e simbólica da sociedade. Determina-se neste ponto de interseção entre legalidade e a cultura, a norma e as tradições, a experiência e o imaginário” (Telles, 1999, p.69).

Por esse viés é possível reconhecer que o espaço público precisa ser regido por uma dinâmica em que o próprio direito é sujeito a uma constante reinterpretação. Isso implica a abertura da sociedade a um permanente questionamento de seus próprios fundamentos e marca a diferença entre uma sociedade democrática, na qual há a legitimidade do conflito, para os regimes totalitários, na qual não há espaço para as particularidades, diferenças.

Disto, certamente, dão testemunho os movimentos sociais que foram surgindo na década de 1940. Os protestos foram intensificados através de uma luta simbólica em que se questionavam as representações e imagens instituídas, referidas à condição de classe, de gênero, idade ou de raça, o que veio culminar na criação das Nações Unidas em 1945¹⁷. Dessa forma, Bobbio (1992) nos deixa claro que resultados trágicos da Segunda Guerra Mundial levou a população a um consenso de que não poderia mais deixar a outorga de direitos tão importantes, bem como sua tutela, ao Estado, exclusivamente.

A respeito da internacionalização desses direitos é possível pensar que seu desenvolvimento pode ser atribuído às duas grandes guerras e à crença de que essas violações poderiam ser prevenidas através da criação de um sistema de proteção internacional dos

¹⁶ Ver Lefort(1996), *Éssais sur lê politique*.

¹⁷ A ONU elabora periodicamente um relatório sobre a situação econômica e social das pessoas residentes nos países que assinaram a carta das nações unidas. O relatório é intitulado por: Índice de desenvolvimento humano (IDH).

direitos humanos. A partir desse momento, a proteção e promoção dos Direitos Humanos deixa de ser tarefa apenas de cada país para ser de interesse internacional. Ocorre um rearranjo na organização do poder e cria-se o Estado Democrático de Direito como uma possibilidade de participação da sociedade civil na vida política:

No decorrer das quatro últimas décadas, o processo histórico de generalização e expansão da proteção internacional dos direitos humanos tem-se demarcado pelo fenômeno da multiplicidade e diversidade dos mecanismos de proteção, acompanhadas pela identidade predominante de propósito destes últimos e pela unidade conceitual dos direitos humanos. (Trindade, 1998, p.1)

A partir do percurso feito pela história dos Direitos Humanos, é possível perceber diversas conquistas, ainda que estas apresentem contradições, retrocessos e limitações. Certamente a sociedade utópica constituída por homens livres e iguais, que consta na Declaração Universal, ainda não está garantida, sequer foi alcançada. O que sempre prevaleceu na realidade social é a desigualdade, por fatores diversos: econômicos, sociais, sexuais, psicológicos, jurídicos, educacionais etc. Porém, a conquista pela internacionalização dos Direitos Humanos está baseada na concepção de que toda nação tem o dever de respeitar e proteger os Direitos Humanos de seus cidadãos e de todas as nações internacionais, sendo que estas mesmas também têm o direito de protestar se um país violar os direitos de um outro. Apesar disso, o mundo ainda vivencia com intensidade esse desafio.

Estes acontecimentos precisam ser pensados de acordo com o contexto sócio-econômico dos últimos tempos, isto é, como a elite articulada com o Estado, às vezes isolados, outras vezes articulados internacionalmente, acionam estratégias de defesa e ataque distantes das mesas de negociação e na contramão de valores compartilhados pelas convenções assinadas de direitos, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos-PIDCP/1966 e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais-PIDESC/1966. Por outro lado, a ONU e as cortes internacionais que deveriam tomar uma decisão efetiva quanto as violações dos direitos humanos, cada vez mais, tem perdido espaço e força neste debate.

É imprescindível lembrar das milhares de vítimas indefesas de Hiroshima e Nagasaki durante a Segunda Guerra Mundial, bem como, após décadas posteriores, do sinistro pronunciamento de defesa proferida por George Bush, acerca desse evento histórico, em rede nacional, dizendo que era a luta dos bons contra os maus. Remetendo-nos aos equívocos desastrosos da era hitleriana. Sabe-se que Hitler tentou legitimar-se a chacina de um povo, imputando a toda uma comunidade racial e cultural características negativas de

indivíduos que podem ser originárias de qualquer orientação sexual, identidade de gênero, etnia, raça ou religião, para que desta forma, aceitassem o assassinato coletivo como uma lamentável necessidade.

Estes exemplos servem de questionamento acerca abordagem em direitos humanos com a qual queremos trabalhar. Numa abordagem naturalista do direito, esses acontecimentos podem ser compreendidos como o direito universal, absoluto e inerente dos governantes sob os governados. Quer dizer, o privilégio dos governantes de decidir o que é melhor para todos. Já numa perspectiva crítica e sócio-histórica do direito, valoriza-se as mobilizações sociais em prol da garantia de direitos nas leis, mas contestamos que privilégios das minorias dominantes sejam legitimados pelas leis locais, como ocorreu na era Hitler, na era Bush, e agora se repete com de forma pulverizada pela mídia hegemônica e pelas instituições de repressão social.

Por isto, os direitos humanos não devem ser entendidos como uma mera prescrição, mas como uma forma de sociabilidade política em constante reinterpretação e que tenha como fim a promoção da dignidade humana para todos. Este é um princípio de universalização, o que não garante que na particularidade de sua execução na prática política conseguirá a promoção de uma qualidade de vida com direitos básicos como saúde, educação, trabalho, moradia, vestuário, alimentação e relações de respeito mútuo para todos. Daí a ilustre expressão de Arendt: “ter direito a ter direitos” (1989, p. 332), que remete à “exigência de um espaço no qual cada um pode ser julgado por suas ações e opiniões e não pelo que são, enquanto gênero, classe ou raça” (Telles, 1999, p.61). Isto leva à análise do antagonismo irreconciliável entre as posições monistas e dualistas clássicas. As primeiras pretendem provar a primazia do direito internacional sobre o direito interno, e, as segundas, pretendem provar primazia do direito interno sobre o direito internacional. Porém, como afirma Trindade (1996), ambos devem ser aplicados de forma dinâmica e interativa para o processo de expansão e fortalecimento do direito de proteção do ser humano. Segundo Santos (2005), a superação dessa dicotomia contribuirá para uma política contra hegemônica de direitos humanos, uma vez que a cultura ocidental tende a formular seus princípios como universais. É necessário que ocorra, entre os diversos países, a constatação da incompletude cultural mútua e a abertura para diálogos interculturais.

É por isto que, na hipótese de conflito entre regras internacionais e internas de proteção aos direitos humanos, há de prevalecer sempre a regra mais favorável ao sujeito de direito, pois a proteção da dignidade humana e a justiça deve ser a razão do sistema jurídico (Comparato, 1999, p.59). Neste contexto, acreditamos que a saída para uma sociedade

emancipatória está na criação e na promoção de mecanismos de prevenção à violência e de educação para uma cultura de efetivação dos direitos humanos e do exercício de cidadania, acompanhados de uma reconstrução efetiva das capacidades sociais do Estado e da participação da sociedade civil organizada na gestão pública. A partir desta afirmação, assumiu-se a abordagem crítica e sócio-histórica dos direitos humanos.

O cenário atual da política internacional de globalização tem servido aos interesses dos que comandam a economia mundial e se beneficiam da exploração dos países pobres, sendo que essas nações tem defendido seus próprios interesses como sendo os interesses globais. A globalização da contemporaneidade não pode significar, como querem os governos das grandes potências, um retorno à era do colonialismo. Como muito já se discute, em nome de um ideal de inclusão progressiva, o que se percebe é a exclusão e a segregação. Resgatar os direitos e deveres de todas as nações se torna uma saída possível por um pacto mundial de solidariedade, cooperativismo e de novas formas de laços sociais. Desta forma, trabalhar pela interrelação e interdependência entre os direitos, as leis e valores nacionais e internacionais, a política econômica, o funcionamento das políticas públicas e a possibilidade de criação de novos direitos é condição para um Estado Social e Democrático de Direito.

Diante deste fato, retomemos o percurso sócio-histórico, salientando que, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1939, a falência do Estado Social na Alemanha hitlerista e a experiência do totalitarismo, a emergência dos movimentos sociais na década de 1940 e a criação das Nações Unidas em 1945 são momentos que obrigam o fortalecimento dos laços internacionais por meio de mecanismos universais de proteção aos Direitos Humanos. Dentro desse quadro – embasados nos laços internacionais que foram estabelecidos no pós-guerra, pela necessidade da criação de instrumentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos – a Comissão de Direito Humanos, criada em decorrência da carta da ONU, elaborou, em três anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tal declaração teve como lema a internacionalidade, universalidade, interdependência, inter-relação e indivisibilidade dos direitos fundamentais. Promulgada em Paris, no Palais de Chaillot, em 1948, sob a presidência de Eleanor Roosevelt, contendo trinta artigos sobre os direitos da pessoa humana, cujos princípios vêm representar o compromisso assumido pelos países signatários da mesma.

Apesar de não ter valor jurídico, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) está respaldada pela constituição dos países que assinaram esse documento¹⁸. Trata-se de uma carta política, considerada por muitos pensadores como o marco principal da história dos Direitos Humanos, a primeira vez que diversos povos se uniram, partilhando um sistema de valores, em prol dos direitos de todo ser humano. Todavia são direitos históricos, nascem de certas circunstâncias, de lutas contra velhos poderes e de forma gradual. A perspectiva descrita anteriormente, leva a indícios de que os Direitos Humanos não são inatos à constituição de uma pessoa e sim são direitos conquistados no curso da história. É a partir desse pensamento que Bobbio (1992) vem nos afirmar que os direitos humanos são construções sociais, historicamente orientadas por necessidades humanas. Mas, ao mesmo tempo, é possível perceber que a luta pelos Direitos Humanos esteve sempre relacionada com a desigual distribuição do poder pelas classes dominantes de cada época. É notável que, em vários momentos da história, aquele que detinha o poder abusava de sua autoridade violando os direitos de outros. À medida que uma classe social¹⁹ sentiu a necessidade de reivindicar um determinado direito, a partir de lutas sociais, outros valores e normas foram sendo agregados às existentes.

Para fins didáticos, alguns teóricos, como Marshall (1967), Vasak (1979), Sorondo (1998), Lafer (1988) e Ângelo (1998), Carvalho (2008), utilizam da concepção de gerações de direitos para discorrer sobre o tema. Assim, de forma sintética, temos descrito por Marshall, citado por Palazzo (2000), a seguinte divisão:

1. Direitos de 1ª geração: que incluem os direitos civis, direitos políticos ou direitos da liberdade à vida.
2. Direitos de 2ª geração: tratam dos direitos econômicos, sociais e culturais.
3. Direitos de 3ª geração: seriam os direitos dos povos, desenvolvimento, solidariedade e outros; a terceira geração é historicamente muito recente.
- 4.

¹⁸ A DUDH foi aprovada por 48 países, tendo apenas 8 abstenções: os países comunistas (União Soviética, Ucrânia, Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia), Arábia Saudita e África do Sul (Comparato, 1999).

¹⁹ Marsiaj (2003, apud Machado, 2007), argumenta que a noção de classe social é crucial para compreendermos diversos fenômenos sócio-políticos do universo LGBT, inclusive a formação e atuação dos grupos militantes. Segundo o autor, “como em vários outros países latino-americanos, a maioria dos participantes no movimento gay e lésbico no Brasil tendem a ser de classe baixa ou classe média baixa, e muitos líderes de organizações, de classe média” (Marsiaj, 2003, p. 144).

Ângelo (1998) descreve essa mesma divisão, contudo, acrescenta algumas perspectivas diversas e incorpora mais uma geração:

1. Direitos de 1ª geração: os direitos do indivíduo que podem ser traduzidos como atributos da pessoa, direitos da liberdade e contrários ao Estado absolutista.
2. Direitos de 2ª geração: são os direitos econômicos, sociais e culturais. Nasceram no século XX e se resumem aos direitos de igualdade.
3. Direitos de 3ª geração: são os direitos à fraternidade, ao desenvolvimento e ao meio ambiente.
4. Direitos de 4ª geração: são os direitos à democracia, ao pluralismo e a informação.

Lafer (1998) resume os direitos de 1ª geração como sendo os individuais e políticos; de 2ª geração, os direitos sociais; de 3ª geração, os direitos dos povos e de 4ª geração, os direitos das gerações futuras. Ainda, de forma mais contextualizada, Sorondo (1988) descreve:

1. Os direitos de 1ª geração surgem dos primórdios até a Revolução Francesa, século XVIII, pela necessidade de valorização do indivíduo e a conseqüente resistência ao Estado, por meio de conquistas derivadas das aspirações da classe social dominante na época, a burguesia. Na medida em que a sociedade foi se transformando, surgiram novas aspirações e exigências de satisfação das necessidades humanas.
2. Os direitos de 2ª geração são frutos dos efeitos degradantes da Revolução Industrial, que suscitou o deslocamento dos direitos do indivíduo para os direitos das categorias e classe, reconhecendo o direito ao trabalho, à assistência social, à segurança, etc.
3. No período pós-guerra, a humanidade se viu compelida a reivindicar direitos dos povos, consolidando-se a 3ª geração dos direitos. Nesse grupo, ressaltam-se os direitos ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente e à comunicação. Essa conquista acelerou a independência e a descolonização de vários países que, até então eram subordinados a outros, ao proclamar que todos os povos têm direito à livre determinação.

4. Em seguida, foi percebido que para a concretização desses últimos, seria necessária uma 4ª geração de direitos que garantissem a democracia, o pluralismo, a informação, ou seja, os direitos de solidariedade.

Carvalho (2008) “problematiza essa questão ao dizer que o surgimento sequencial de direitos aponta para o seu caráter histórico” (p. 11). Desta forma, o autor vai argumentar que havia uma crença de que a democratização das instituições traria a felicidade nacional. Porém, os problemas centrais da desigualdade social permanecem – por exemplo, miséria, analfabetismo, exclusão social, etc. Daí dizer que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido, ou seja, ele envolve múltiplos fatores e há uma relação dialética entre eles. O exercício de certos direitos não garante automaticamente a conquista de outros:

- Os direitos civis garantem a participação na vida em sociedade
- Os direitos sociais garantem a participação nas riquezas coletivas
- Os direitos políticos garantem a participação no governo

Por isto, Carvalho (2008) esclarece que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado/Nação: a internacionalização do sistema capitalista e a criação de blocos econômicos tem causado uma redução do poder dos Estados. Se os direitos políticos significam participação no governo, a diminuição no poder do governo reduz o direito de participação popular. E, ainda, a ampliação da competição internacional afeta os gastos com direitos sociais. Tudo isso mostra a complexidade do problema e o desafio da nossa participação, e assim exercerei a cidadania.

Aqui se apresenta uma classificação que não é meramente didática, mas que aponta para uma mudança de percepção. Pouco a pouco, novos conceitos acerca da definição de direitos e proteção vão sendo incorporados, por isso se falam em gerações. No entanto, vale ressaltar que todas essas gerações têm como lema dois princípios – liberdade e igualdade – diferindo no que vem representá-los em cada momento da história. Dos direitos fragmentados das épocas passadas ao século XX, devido aos efeitos aterrorizantes da I e da II Guerra Mundiais, as nações se viram desamparadas e, por isso, a divisibilidade de direitos já não bastava, sendo necessária uma política global de Direitos Humanos. Desta forma, quando foi proclamada a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, instituiu-se, como lema a

internacionalidade, a universalidade, a interdependência, a inter-relação e a indivisibilidade dos direitos.

Autores como Bobbio (1992), Comparato (1999), Lima Júnior (2002), Magalhães (1997, 2000, 2001), Piovesan (1998) e Trindade (1998) advertem sobre os riscos fornecidos pelas *gerações de direitos*, pois esta premissa pode tornar-se uma noção simplista ou fragmentada sobre os Direitos Humanos, uma vez que estes não sucedem ou substituem uns aos outros, mas se expandem, se acumulam e se fortalecem. Sendo assim, a variabilidade histórica do conceito de Direitos Humanos, a íntima relação destes com as mobilizações sociais e as transformações de necessidades sociais propiciaram a formulação de leis e o reconhecimento jurídico destes direitos. Porém novos direitos sempre irão surgir como consequência dos imperativos resultantes das novas necessidades do desenvolvimento humano.

É interessante conhecer a forma com que foram construídos os direitos ao longo da história, até mesmo para compreender a interdependência entre eles. Todavia, não deve existir uma hierarquia entre os Direitos Humanos, uma vez que não existe uma ordem de importância entre eles, tal como citado pela ONU (1948, p. 1):

Todos os direitos devem ser desenvolvidos e protegidos. Na ausência de direitos econômicos, sociais e culturais, os direitos civis e políticos correm o perigo de serem puramente nominais; na ausência dos direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais não poderiam ser garantidos por muito tempo.

Assim, se na Grécia Antiga o direito natural justificava a leitura de mundo dos gregos, na Idade Média, essa verdade passa a ser contestada pela força e pelo poder do clero em benefício de seus interesses em ter determinados direitos. Por sua vez, as mobilizações sociais e políticas que foram surgindo em oposição ao poder instituído nas respectivas épocas – como exemplo: a Magna Carta, a Constituição Norte Americana, a Declaração dos Direitos do Homem, etc. – apesar de representarem conquistas alcançadas pela luta de classes, apontam que o conceito de Direitos Humanos sempre esteve relacionado à ideologia de cada época e ainda ao poder das mobilizações sociais para definir o que é o direito humano.

Por isto, o surgimento do conceito de indivisibilidade dos direitos humanos permite que se afirme a importância da percepção dos direitos como indivisíveis. Essa concepção está relacionada ao fim da Segunda Guerra Mundial, período de criação da Organização das Nações Unidas –(ONU) e dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, desencadeando na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com o fim da

Guerra Fria, que dividia especialmente duas potências territoriais a partir de seus modelos econômicos, Estados Unidos e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi reconhecido que toda pessoa necessita de direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais. Por este motivo, como enfatiza Lima Junior (2002), foi concebida a ideia de indivisibilidade dos direitos humanos nas práticas pela efetivação dos direitos, questão pela qual Magalhães (2000, p. 8) também afirma:

É de extrema importância a constatação da indivisibilidade dos direitos humanos, superando a noção liberal dos direitos humanos como grupos estanques de direitos individuais e políticos ou mesmo a compreensão dos direitos humanos numa perspectiva neoliberal, onde somados aos direitos individuais e políticos, aparecem os direitos sociais e econômicos (...) portanto numa perspectiva clientelista (...) não há efetivamente liberdade sem que existam as condições mínimas para o seu exercício, que são os direitos sociais e econômicos, que surgem aí como garantias sócio-econômicas de implementação dos direitos individuais e políticos (p. 8).

Desta forma, pela teoria da indivisibilidade, a aquisição dos Direitos Humanos significa ter direito a um padrão de vida mínimo com dignidade, com garantia de acesso à saúde, educação, trabalho, participação na política, entre outros, representando, deste modo, as vias de exercício da liberdade individual e política. Diante das duas grandes guerras mundiais e do totalitarismo político que vivenciamos no século XX em âmbito internacional e nacional, houve uma ênfase nos direitos civis e políticos, como forma de garantir direitos que, naquele contexto, eram os mais violados: direitos dos presos políticos, liberdade de opinião, proibição da tortura e da escravidão etc.

No entanto, é somente a partir de 1968, na I Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada no Teerã/Irã, que a indivisibilidade dos Direitos Humanos foi expressa com clareza. Posteriormente, com a II Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena/Austria em 1993, é reafirmada a indissociabilidade dos direitos humanos. A partir deste momento, há um delineamento no Pacto do Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC) acentuando seu caráter de garantia dos direitos civis e políticos. A proposta do DHESC contrapõe-se às políticas neoliberais, cujo modelo de concentração de renda e riqueza tem gerado exclusão econômica, social, política e cultural, tornando-se um impasse à construção de uma sociedade mais justa e solidária (Miranda, 2002). Pode-se considerar que a primeira conferência corresponde à fase legislativa e a segunda à fase de implementação.

Devido a estas condições, Comparato (1999), Magalhães (2000), Piovesan (2006) e Trindade (1997) desenvolvem propostas teóricas que utilizam como estratégia a concepção

de indivisibilidade dos direitos para a intervenção no campo dos direitos humanos, buscando superar a perspectiva liberal e neoliberal. Nas perspectivas reacionárias, os direitos são entendidos de forma estanque, fragmentada, a partir da ênfase nos direitos civis e políticos e, quando aparecem os direitos sociais, estes são focados numa prática clientelista. No entanto, os direitos civis e políticos só serão garantidos se os direitos econômicos, sociais e culturais forem exercidos. Todavia, reconhecer a necessidade de políticas específicas para a efetivação de determinados direitos, não impede de perceber os direitos como indivisíveis em relação ao conjunto dos direitos humanos. Numa democracia efetivamente participativa, a parceria entre Estado e sociedade civil não exclui a condição de que o governo seja gerido com o controle social, a participação e o acompanhamento da sociedade civil organizada. A ideia de democracia se difunde muito com a fundação da ONU também, e isto teve um impacto forte nos estados nacionais.

Dada a densidade do tema, busca-se agora dialogar com contribuições teóricas mais críticas e contemporâneas no campo dos direitos humanos. Para tal, partir-se-á de aproximações e distanciamentos de teorias sobre direitos humanos desenvolvidas por An-Na'im (2002), Arendt (2004), Santos (2001, 2010b), Sen (2004) e Shivji (2006).

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, esse tema tem cada vez mais sido discutido no campo do direito e das relações internacionais, bem como das disciplinas na área social e humana e nos organismos governamentais e não governamentais. Entretanto, as concepções, valores e normas de direitos humanos são diversas, existindo desde concepções de base naturalista, passando pela concepção normativa até chegar as concepções mais críticas e sócio-históricas e políticas. Entre as principais questões em torno dessa temática temos no universalismo dos direitos humanos o eixo principal de discussão. Duas outras grandes questões correlacionadas a ao universalismo são: 1) o processo de legalização dos direitos humanos, seus limites e possibilidades no reconhecimento de sujeitos de direitos; e 2) as mobilizações sociais dos indivíduos e grupos e os sistemas jurídicos e políticos, como cada um deles se apropria e/ou reconfiguram os direitos humanos participando de sua construção (Santos, 2010c).

Reconhece-se que as reflexões de Arendt (2004) ainda são atuais. A autora há tempos já analisava que, apesar da maior visibilidade dos direitos humanos, no pós guerra já se podia perceber o fim destes direitos. As minorias e povos que não estão inseridos no contexto do Estado e os apátridas, que perderam sua vinculação ao Estado no pós guerra, não eram acolhidos onde moravam e nem na sua nação. Ou seja, não tinham cidadania, existência formal perante o Estado, a saída muitas vezes era a repatriação – voltar para seu Estado ou a

naturalização – permanecer onde moravam. Por questões políticas a prática da desnaturalização foi mais comum. Isso acontece até nossos dias, onde muitos imigrantes são reconhecidos apenas na sociedade, porém não são cidadãos de direitos para o Estado. Daí a discussão da filósofa sobre a importância de vincular o tema dos direitos humanos ao de cidadania. Sua célebre frase de que direitos humanos é o direito a ter direito, rememorando-nos que para termos direitos humanos é preciso ter o direito de ser cidadão. Entrementes, se for feita a seguinte pergunta: quem são os marginais do Estado nos dias atuais? A população LGBT ainda é considerada por muitos como sujeitos e grupos sociais descartáveis, portanto, eles devem ser excluídos dos direitos, leis e serviços públicos.

Sen (2004) destaca a importância que os direitos humanos assumiu internacionalmente no âmbito normativo após a Segunda Guerra Mundial. A partir disso levanta três críticas: 1) a falta de legitimidade de que os direitos humanos sejam naturais; 2) a falta de coerência desses direitos, com isto, se não há formas de aplicá-los no cotidiano não há sentido a existência das leis, se não há efetividade dos direitos não existem os direitos humanos; e, por fim, 3) a crítica cultural, por meio dela, os direitos humanos podem ser mais importantes para uma cultura e não ser para outra, então não existe universalidade, pois o ocidente não é o único produtor da cultura dos direitos humanos. O pensamento de Sen (2004) aponta um ceticismo frente aos direitos humanos que ajuda a fortalecer um olhar mais crítico sobre os limites da universalidade, mas não podemos deixar de considerar também que apesar dos limites, a existência de leis abre espaço para as lutas sociais, já que propicia reconhecimento e legitimidade aos direitos formalizados. Por isso um relativismo absoluto não é viável, pois princípios universais se tornam válidos quando conseguem gerar a materialização de lutas sociais específicas pela igualdade de direitos. Tais críticas se concatenam aos contributos de Arendt (2004) e Santos (2010b), e permite concluir que as desigualdades econômicas e culturais também estão definindo o estar fora do Estado, já que a globalização e expansão econômica tem conduzido a subalternização de sujeitos e grupos minoritários.

A tese hegemônica dos direitos humanos e a importância de uma universalidade contextualizada é objeto de análise por parte de Shivji (2006). A autora argumenta que a formação hegemônica dos direitos pertence aos indivíduos, à filosofia liberal e à perspectiva ocidental. Ou seja, os direitos humanos são uma ideologia do contexto europeu e americano que torna invisíveis as desigualdades, já que a afirmação absoluta da igualdade gera opressão. Por isso, é preciso reconceitualizar os direitos humanos: o seu nascimento já demonstra que ele veio para proteger europeus brancos, dividindo o mundo em países desenvolvidos e não

desenvolvidos, essa categorização leva a opressão e a não libertação. Entretanto, a linguagem dos direitos humanos deveria ser aquela da autodeterminação dos povos, buscando assim construir uma luta contra-hegemônica.

An-Na'im (2002) avança nesse debate ao trazer a discussão de que é possível pensar os direitos humanos sem o Estado, mas a partir dos grupos, das redes sociais e da sociedade. O autor faz um contraponto ao universalismo pelo relativismo cultural. No entanto, o debate com ênfase na cultura pode obscurecer as relações de poder. Por exemplo, num debate sobre relativismo cultural deve ser pensado o modo como uma cultura tradicional e local é utilizada de forma a não perceber outras diferenças e correlações de força na relação com outras culturas.

Santos (2001) aborda uma concepção multicultural dos direitos humanos a partir das tensões dialéticas da modernidade ocidental, entre a regulação social e a emancipação social, o Estado e a sociedade civil. O autor argumenta que os direitos humanos só conseguirá abarcar as diferentes regiões e lutas se der conta de realizar um diálogo entre universos de sentidos diferentes que possam ser mutuamente traduzidos.

Por fim, Sen (2004), apesar da sua raiz de base liberal, traz discussões pertinentes aos desafios para os direitos humanos, defendendo a ideia de que os direitos humanos deveriam ser em primeiro lugar direitos culturais, ultrapassando uma perspectiva legalista. Já a discussão de Arendt (2004) contribui para pensar quem na sociedade atual seriam os descartáveis, os excluídos do direito a ter direitos. A autora nos leva a questionar qual é o principal direito humano, sugerindo que é o direito de pertencimento a uma comunidade política. Por isso, identificar os direitos humanos implica em dizer quem são esses sujeitos de direitos. Shivji (2006) utiliza de uma perspectiva crítica sobre o colonialismo para desafiar os limites do universalismo, daí sua ênfase na cultura de direitos humanos. Assim, os direitos humanos não são apenas aquilo que já está formalmente legalizado, mas principalmente o que a sociedade reconhece como suas necessidades para alcançar a dignidade humana.

As propostas teóricas anteriores identificam o caráter político como fundamental aos direitos humanos. A importância de saber quem declara os direitos humanos (Santos, 2010b), pois ele é antes de tudo um sistema de representação, de reconhecimento, uma questão política. Enquanto para Arendt a questão central dos direitos humanos é a falta de pertencimento, para Shivji a questão central é da representação desses direitos, o fato deles não representarem os direitos dos povos, e daí a importância da autodeterminação. Entretanto, tais autores não trabalham a relação sujeito e sociedade, público e privado, o que leva a uma perspectiva cultural de certa forma essencialista.

An-Na'im (2002) ao discutir os direitos humanos fora da esfera Estatal e a partir das redes sociais, contribui para a construção de um caráter mais contra-hegêmonico dos direitos humanos. Santos (2001) problematiza os direitos a partir de uma concepção multicultural e tenta instrumentalizar as discussões propostas por An-Na'im. Assim, estes teóricos ampliam o debate, ao desenvolver um sistema de pensamento sobre universal e particular, regulação social e emancipação social, Estado e sociedade civil, numa perspectiva multicultural, reconhecendo que os direitos humanos são contraditórios. Há também aí uma utopia, já que na prática cotidiana é difícil articular essas diferenças, mas é uma luta necessária e que deve ser contínua.

Para Santos (2010b) os dois autores entendem que os direitos humanos são necessários e ambos assumem a importância da relação entre a perspectiva global e local dos direitos, mas questionam se sua vertente dominante não é imperialista. A concepção de cultura para Santos e An-Na'im é mais dinâmica. Daí a importância da interlegalidade, de discutir as diferentes legislações, da intertextualidade – debater as lutas discursivas e do interculturalismo – onde se articulam, na arena pública, o pluralismo de práticas e atores sociais. A maior contribuição desses cinco autores é a importância dada por eles ao alargamento dos atores sociais, buscando assim fortalecer o caráter crítico e político dos direitos humanos.

Busca-se identificar neste item a demarcação das condições nas quais revelam os direitos humanos e estes se encontram numa perspectiva progressista e emancipatória. Santos (2008) argumenta que fazer este exercício exige a compreensão das três principais tensões dialéticas que perpassam nossa sociedade atual: 1) a tensão entre regulação social e emancipação social, 2) a tensão das contradições entre o Estado e a sociedade civil e 3) a tensão entre o Estado-nação e a globalização neoliberal. Santos sustenta esta percepção por meio da seguinte frase:

Atravessado por concepções tão contraditórias e com violações ocorrendo a uma escala global, o campo dos direitos humanos tornou-se altamente controverso. E a controvérsia não cessa de se aprofundar à medida que o enfrentamento entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica vai revelando que em muitos aspectos cruciais, as políticas de direitos humanos são políticas culturais (...) ora, falar de cultura (...) é falar de diferenças, de fronteiras, de particularismos. Como poderão os direitos humano ser uma política simultaneamente cultural e global? (Santos, 2008, p. 437).

Assim, mais do que considerar o conjunto dos direitos humanos como indivisíveis, é preciso considerá-los como um espaço do político e não como uma pauta pronta que precisa

ser negociada com direitos específicos sem levar em conta que os direitos humanos constituem um horizonte de possibilidades, de disputas políticas e antagonismos contemporâneos (Prado, 2003). Isso nos leva a uma aposta de que talvez o que seja possível de ser universalizado nos direitos humanos são as particularidades. Os direitos específicos parecem ser mais universais do que particulares como alguns autores propõem, já que há uma lógica de discriminação que perpassa diferentes lutas; e os direitos universais não são para todos, podendo servir tanto para incluir quanto para excluir pessoas e grupos. Mais do que no seu caráter normativo, os direitos humanos conseguem alguma consistência na prática se pensados como construções sociais, políticas e históricas.

Trata-se de um processo marcado pela correlação de forças frente às necessidades humanas já garantidas em lei, ou às novas demandas (direitos) que possam garantir aquilo que representa a dignidade humana para cada grupo e sujeito (Carmona, 2006). Nesse sentido, os direitos humanos se assumem enquanto motor de tradução, um mecanismo catalizador de reconhecimentos recíprocos (Santos, 2005). De acordo com o trecho da entrevista abaixo, essa concepção permite pensar em direitos de uma nova humanidade:

direitos pós humanos, direitos pós humanos, ou seja, direitos de uma nova humanidade, portanto não Direitos Humanos naquele sentido de que há um conjunto de direitos que determinadas pessoas têm e as outras também já devem estar a ter, direitos que já estão definidos, que já estão... verificados quais são e tal... mas, direitos pós humanos, direitos para inventar uma nova maneira de sermos que seja a melhor para todos... Direitos Humanos parece-me que é uma... são caixinhas já feitas, não é?...Porque aparece sim... aparece... aparece conceito de humanos já prontos, um conceito de humano e o conceito de Direitos Humanos já estruturados, né?... e depois parece que vamos todos então tentar adquirir isso que os outros já têm... não, a ideia é propor coisas novas que ainda não foram pensadas ou... ainda não foram bem pensadas ou que não foram bem distribuídas, ou que estão sendo vividas só por uns... e pôr pra toda gente como novidade, como emancipação pra todos, por isso digo... direitos pós humanos... (Entrevista 1L).

Após essa análise histórico-política sobre direitos humanos, podemos afirmar que a atualização destes conceitos, concepções e práticas nos dias atuais pode se potencializar por meio da articulando tensionada entre a universalidade dos direitos humanos e as particularidades dos direitos, no nosso caso dos direitos voltados para as pessoas LGBT:

Assim, poderíamos pensar que além ou aquém dos direitos humanos está sua politização, os modos como eles são articulados, problematizando as concepções históricas em que foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos e/ou apontando as insuficiências de todas as lutas humanas, pautadas pela matriz heterossexista, por direitos (Torres, 2010, p. 14).

Assim, a pluralidade das noções de direitos humanos como direitos de cidadania de grupos historicamente violados na sua dignidade humana, tem contribuído para ampliar as lutas sociais e especificá-las frente as contradições na efetivação da universalidade dos direitos na prática cotidiana. Porém, pode-se considerar que as lógicas de regulação heterossexistas fazem parte da história dos direitos humanos, por isso a importância de manter um constante questionamento sobre elas na busca por uma emancipação não apenas social no seu sentido mais amplo, mas especificamente a garantia da emancipação sexual e de gênero de maneira universal.

2.3 Construção dos direitos LGBT enquanto direitos humanos: “endireitamento da sexualidade ou a sexualização do direito”²⁰

Antes de concretizada, uma ideia apresenta uma estranha semelhança com a utopia. Nos tempos que correm o importante é não reduzir a realidade apenas ao que existe.

Jean-Paul Sartre

A primeira fase de implementação dos princípios dos direitos humanos enfatizou a proteção universal e abstrata. Na segunda fase, década de 1960, surge à especificação do direito e das particularidades do sujeito. A expansão dos discursos sobre direitos humanos incluiu novas temáticas de grupos excluídos, como o LGBT (Santos, 2004, 2005). Este fato

²⁰ O termo “indireitamento da sexualidade”, ou “sexualização do direito”, foi cunhado pelo pesquisador e membro da banca de qualificação dessa tese, Benedito Medrado, ocorrida em novembro de 2011.

contribuiu para o alargamento das lutas sociais, conforme foi esclarecido no trecho de entrevista abaixo:

Portanto, pode ter a vantagem de levar a um público mais “alargado”, dar uma certa credibilidade – com muitas aspas – às comunicações dos direitos sexuais, mas ao mesmo tempo acho que pode abafar a especificidade dos direitos sexuais e entrar mais numa lógica de assimilação do que de diversidade (Entrevista 13L).

Quando a ONU construiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as discussões sobre sexualidade e gênero em 1948, eram quase inexistentes. A sexualidade era compreendida como algo da natureza humana. No final da década de 1960, com as perspectivas construtivista, desenvolvidas pelas Ciências Sociais, é iniciado uma aproximação desses temas como questão social pertinente na discussão dos direitos humanos. Ou seja, o reconhecimento de que a sexualidade e o gênero são formas estratégicas de diferenciação social que propiciam hierarquizações e desigualdades. Por isso, a importância de uma reflexão crítica sobre os direitos LGBT no âmbito do conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais, considerados fundamentais e universais pela ONU (Duque, 2009).

Avanços importantes aconteceram com os Planos de Ação das Conferências do Cairo (1994) e de Beijing (1995), pelo reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos. Estes processos resultam também na tentativa de garantia dos direitos LGBT frente ao poder público, como nos dizeres da entrevista seguinte:

De início, eu lembro-me de ver uma faixa, numa marcha que eu não estive presente, mas vi fotografias, em que dizia “nós também somos família”, e acho que o argumento inicial era “nos somos... (nós, não-heterossexuais) somos iguais a vocês, heterossexuais”. Então, o argumento era *aceitamos, porque nós não somos tão mal quanto vocês pensam, e até somos muito parecidos e parecidas convosco...* o argumento era o argumento da igualdade.... Eu acho que há de facto pessoas para quem esta questão da igualdade se coloca verdadeiramente. Embora eu desconfie sempre, tenha sempre alguma coisa de suspeita a tudo que é dito pelo poder público, a verdade é que

eu acho que há mesmo... eu posso não concordar com as formas de intervenção dessas pessoas, ou dos argumentos... ou não concordar com os argumentos, mas acho que há de facto pessoas que acreditam que é preciso que... que acreditam verdadeiramente nas questões da igualdade...Eu acho que em termos gerais é mais fácil eu aceitar um discurso pelos direitos humanos do que pelos direitos sexuais. “Direitos sexuais” parece capricho... reivindicar direitos sexuais parece um capricho. ...há um olhar muito desmoralizante às manifestações pelos direitos sexuais. E, então, associar a um discurso dos direitos humanos é capaz de dar esse ar mais.... Se os direitos humanos são uma coisa que toda a gente compreende como necessários e urgentes, associá-los aos direitos sexuais era capaz de... dar mais força às reivindicações dos direitos sexuais. Por outro lado, também tem um período que é... Às vezes eu tenho a sensação de que o discurso dos direitos humanos é um discurso... paternalista, um discurso feito... decorado, sem regá-lo... sei lá, acho que as pessoas falam... .. é um discurso fácil. É um discurso que as pessoas podem montar com facilidade e, portanto, impedir que se pense de facto aquilo que se está a dizer. Ou seja, entrar mais na lógica do discurso comum e geral, que até se aceita, mas que não se pensa de facto dizer, e que não se... não está as transformações de facto (Entrevista 13L).

A proposta desta pesquisa, como já ressaltado, é analisar as tensões e diálogos presentes na relação entre a perspectiva universal dos direitos humanos e perspectiva particular dos direitos LGBT, por meio das demandas dos movimentos LGBT e das respostas construídas pelo Estado, na constituição da política de cidadania e identidade LGBT, e vale ressaltar que essa relação entre as demandas e respostas não é linear. Nem sempre quem reivindica está na função de movimento social e nem sempre quem responde é o poder público. Esses espaços mistos de participação entre diferentes atores na construção da política LGBT tem demonstrado fluidez nas fronteiras entre *nós* versus *elas*, aliados e adversários, por isso o que mais importa nesse contexto é identificar, sendo perspectivas universalistas ou particularistas, para que fins se prestam estas ações políticas.

O processo de construção da política LGBT em Belo Horizonte e Lisboa tem demonstrado um movimento dinâmico, mesmo que por vezes apresente efeitos estáticos, de

tentativa de capacitação do poder público na área LGBT ou mesmo de visibilidade dessa tentativa – e uma busca de capacitação por parte de alguns grupos LGBT na área de gestão pública – ou mesmo de saída do trabalho voluntário para o profissionalizante.

Apesar de a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal Brasileira de 1988 não terem inserido a orientação sexual entre as formas de discriminação a serem proibidas – contrariamente a Portugal, desde 2004 –, ações dos movimentos e ativistas LGBT e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, têm utilizado de interpretações e analogia para a garantia de direitos de igualdade nas leis existentes (Anjos, 2002; Rios, 1998). No âmbito nacional, com impactos municipais, destaca-se, em 1995, a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros-ABGLT, e em 1996 ocorre a I Parada do Orgulho LGBT em São Paulo. No que se refere às políticas governamentais, desde 1996 tem aparecido nos documentos públicos na área dos direitos humanos temáticas como homossexualidade, diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero, como, por exemplo, nos Programas Nacionais de Direitos Humanos (1996, 2002, 2010). Assim, nos dois primeiros Programas, referentes aos anos de 1996 e 2002, apenas aparecem os temas citados junto a outros grupos de minorias violadas nos seus direitos. Já no último, de 2010, aparecem discussões específicas sobre o tema e ampliação do debate na homossexualidade para direitos LGBT.

Esse conjunto de diferentes iniciativas contribuiu para a criação, em 2004, do Programa Brasil Sem Homofobia, e, em 2008, para a realização da I Conferência Nacional LGBT, que culminou no Plano Nacional da Política LGBT. Em Belo Horizonte, temos as leis municipais 8.283/01, contra discriminação por orientação sexual, 8.176/01²¹, que penaliza estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude da orientação sexual, 8.719/03 sobre os direitos das minorias, entre elas LGBT, e 9.011/05, que atribui à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH) o desenvolvimento de políticas de direitos LGBT. Há o apoio político-administrativo do Poder Público Municipal aos Movimentos LGBT, e, em Junho de 2007, foi criado o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania GLBT (CRGLBT), vinculado à CMDH.

Tal realidade se aproxima da experiência de outros países semiperiféricos e do Hemisfério Sul. Por exemplo, em Portugal mesmo após o fim da ditadura em 1974, permanece uma ideologia moralista cristã, baseada principalmente numa vertente fundamentalista da religião católica, que dificulta a intervenção no espaço público. Nessa

²¹ Ver no anexo E a descrição da Lei Municipal 8.176/01.

medida, a intervenção do poder público em Lisboa não assume a mesma dimensão que em Belo Horizonte, necessitando ainda da criação de serviços ou órgãos públicos que visem o atendimento das especificidades da população LGBT. No entanto, o ativismo LGBT tem possibilitado conquistas, em termos socioculturais e, sobretudo, a nível jurídico. Por exemplo, em 1997 é inaugurado o Centro Comunitário Gay e Lésbico com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, ocorre a I Celebração do Orgulho Homossexual, Arraial Gay, do I Festival de Cinema Gay e Lésbico e em 2000 acontece a I Marcha do Orgulho Homossexual com participação do poder público via Câmara Municipal.

Em 2003, é incluída no Código de Trabalho a proteção contra a discriminação homofobia e em 2004 foi aprovada pela Assembleia da República a inclusão no artigo 13 da Constituição a proibição de discriminação em função da orientação sexual. Portugal tornou-se assim o quarto país a nível mundial e o primeiro Europeu a incluir este critério na sua Constituição (Santos, 2008). Entre outras ações, deve-se ressaltar ainda as intervenções da esquerda política e de organizações como o Clube Safo, International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), de Portugal, Não te Prives²², Opus Gay, Associação de Jovens LGBT (Rede ex aequo), Panteras Rosa e o Portugal Gay entre outros, através de atos públicos, seminários, saraus e publicações (Santos, 2003).

No nível da interação entre movimento social e poder público em Portugal, centramos o nosso interesse analítico na criação de órgãos tais como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) que assume esta nomenclatura e novas funções a partir de 2007, bem como a recém-criada Secretaria de Estado para a Igualdade (2009). Estes dois órgãos do poder público têm sido importantes interlocutores do movimento LGBT, assumindo a luta contra a discriminação sexual entre as suas prioridades políticas. Contudo, como foi referido anteriormente, continuam por responder diversas das demandas jurídicas do movimento LGBT, com especial ênfase para as questões da parentalidade e do atendimento aos casos de orientação sobre direitos e enfrentamento à violência. No relato da entrevista a seguir é afirmada a relevância de, neste cenário político, existirem ações estratégicas que possam fortalecer a efetivação dos direitos LGBT:

Eu acho que em todos os lugares que se a gente deixar ser... ser complicado, tudo vai ser formatado, não somente em Direitos

²² O grupo *Não te prives* tem uma especificidade em relação aos demais grupos portugueses e também em relação aos grupos LGBT brasileiros, por ter uma pauta ampliada em defesa dos direitos sexuais, ou seja, abrange a luta pelos direitos LGBT e de gênero. Ver no Anexo F o *folder* com uma de suas principais campanhas contra a homofobia, realizada no Dia dos Namorad@s.

Humanos, se nos Direitos Humanos, se a gente não tiver o foco de... é... de estar, é... lutando por aquilo que a gente acredita, claro que vai ser formatado, agora vai ter... vai... vai depender da gente não deixar, é... é... isso ser formatado, agora em questão de... de tirar o foco da sexualidade, a nossa luta é por orientação sexual... eu sou lésbica, então eu vou ser discriminada por que eu desejo a outra na minha cama, uma outra mulher na minha cama e isso os Direitos Humanos pode formatar do jeito que quiser mas ele não vai mudar a nossa... a nossa luta... eu luto pra que eu tenha uma parceria civil registrada com a outra mulher, então como é... se eu permitir que... não tem como formatar agora, tem que sim que ser... você ser como... aí o Movimento... aí é um papel do Movimento... é... usar os Direitos Humanos, né?... assim, usar da fala dos Direitos Humanos, usar do olhar dos Direitos Humanos pra nossa causa, não ao contrário... porque se a gente deixar ser cooptado... isso acontece mesmo, porque é muito fácil, por exemplo, uma mulher pode ser feminista, pode ser tudo... mas é muito fácil ela falar da luta no geral do que... que ela falar da questão de lésbica, é muito mais fácil os Direitos Humanos falar da... de uma luta mais geral do que falar da questão da homossexualidade... mas o Movimento, ele tem que estar dentro dessa... dessa luta de Direitos Humanos pra dizer: Olha... eu estou aqui porque... eu gosto de transar com outro homem, eu gosto de transar com outra mulher, é essa a nossa luta, né?... que a nossa luta é... e o nosso Movimento, ele é um Movimento que diz: Olha... é... eu estou aqui por que gosto... o homem... eu gosto de outro homem... a mulher... olha... e nem tem como tirar isso da gente... a não ser que heterossexualizem a gente... é... e queira heterossexualizar nossa luta e isso... é se a gente deixar (Entrevista 12BH).

Desta forma, torna-se importante ressaltar que a sexualidade, por ser um dispositivo histórico de poder e saber, ela disciplina e classifica os corpos a partir dos saberes e das práticas que vivenciamos nas nossas leis, nas políticas públicas e nas nossas crenças e valores sociais (Foucault, 1998). Essa perspectiva foucaultiana também irá contribuir nos estudos norte-americanos sobre sexualidade no final dos anos 1980, a partir das pesquisas realizadas

sobre a Teoria Queer. Esse tema será trabalhado no próximo item desse estudo e retomado nas análises das falas de alguns entrevistados.

Tais questões de ordem histórica e política apontam relações estreitas com questões de ordem contextual e administrativa. Se, por um lado, na cidade de Belo Horizonte, a política municipal de direitos humanos mostra uma tentativa de gestão local baseada na transversalidade com as demais políticas, por outro lado, revela limites políticos e institucionais nessa perspectiva de atuação. A CMDH, no período de 1993 a 2000, por estar vinculada diretamente à Secretaria de Governo, possuía legitimidade política e estrutura administrativa para as ações intersetoriais embasadas na universalidade dos direitos humanos. Atualmente, vinculada à SMADC, que possui frágil posição estrutural e institucionalização fragmentada do conjunto de suas políticas, há maior resistência e falta de compreensão do caráter transversal dessa política.

Já na cidade de Lisboa, se por um lado, há o respaldo de o país ser considerado um dos mais avançados do ponto de vista legislativo, por outro lado há contradições entre a lei formal e a sua efetivação, ancoradas numa cultura conservadora (Santos, 2004). Por isso, uma perspectiva essencialista de aplicação dos direitos humanos universais desconsiderando as especificidades de cada contexto se torna ingênua.

As discussões sobre a construção da política de direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa serão retomadas ao longo dessa tese. Desse modo, este item foi construído para focar no pensamento de marcos histórico e políticos sobre a compreensão dos direitos LGBT enquanto direitos humanos. Por isso, a necessidade de diferenciar o que está no campo dos discursos sobre os princípios fundamentais e universais e o que está no campo da prática cotidiana de execução da política de direitos humanos LGBT. Principalmente nessa última, há uma lógica heterossexista que perpassa o modelo imposto de sociedade, mesmo que nem sempre de modo racionalizado, hoje muitas vezes essa lógica ocorre de maneira implícita e as vezes até inconsciente, mas sempre apontando seus efeitos de desigualdade social.

Esta constatação também pode revelar tensões sobre direitos humanos existente nas comunidades políticas, pois existem grandes conflitos sobre o que deve ser protegido, promovido e reparado. As discussões sobre os direitos humanos da população LGBT precisa perceber os riscos das generalizações dos discursos universalistas. Entretanto, tais discussões e articulações políticas entre direitos humanos e direitos voltados às pessoas LGBT tem servido como possibilidade de análise das violações de direitos nos diferentes espaços sociais. Nesse sentido essas questões podem alargar e questionar a noção de dignidade

humana presente no discurso universalista de direitos humanos a partir da desconstrução das lógicas heterossexista pelos diálogos propostos entre os diferentes atores sociais que participam da construção da política de direitos humanos LGBT.

Assim, neste processo de construção dos direitos LGBT como direitos humanos, para não cairmos em um endireitamento da sexualidade e conseguirmos colocar na nossa prática cotidiana as diretrizes construídas nas leis e políticas públicas, é preciso reconhecer que apesar de atualmente existirem leis, documentos governamentais e eventos que tem propiciado um diálogo, mesmo que tensionado, entre perspectivas universalistas e particularistas e entre governo e sociedade civil, ainda existe o grande desafio de transformar as incipientes políticas de governos em políticas de Estado, para que não se tornem reféns de possíveis governos mais reacionários que poderiam retroceder as conquistas já alcançadas.

2.4 A crítica a uma política sexual restritiva: contribuições dos estudos e ativismos feministas para os direitos humanos LGBT

Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome.

Clarice Lispector

A emergência de programas e políticas de direitos humanos LGBT nas duas últimas décadas pode ser percebida como consequência de uma crítica, ou seja, um processo complexo que foi a crítica a uma política sexual restritiva que acabou norteado concepções sobre os sujeitos LGBT no Estado. Sabemos que os direitos sexuais incluem os direitos LGBT e o próprio fato dele ser mais amplo possibilitou um diálogo entre o ativismo feminista e LGBT.

Segundo Carrara (2004), atualmente os teóricos tem buscado construir um conceito objetivo sobre os direitos sexuais, porém não precisamos ficar ansiosos para fechar esse conceito, mas muito mais em discutir suas nuances devido ao seu potencial agregador²³.

²³ De toda forma, vale ressaltar que a relação entre direitos sexuais e direitos LGBT não deve reduzir as pessoas LGBT à sua sexualidade. Há uma lógica organizacional, política e histórica que conduz a esta articulação, porém é preciso ampliar este debate já que muitas reivindicações LGBT não passam por discussões da sexualidade, mas por direitos civis e políticos, como, por exemplo, o nome social para travestis e transexuais. Talvez esteja nesse tensionamento entre direitos sexuais e direitos LGBT um dos motivos da pouca articulação ainda presente entre o movimento feminista e o movimento LGBT. Para aprofundamento neste debate ver GÓIS (2003).

As conquistas LGBT também são frutos das lutas feministas. Esses atores diversos se debruçaram na análise dos efeitos disciplinares sobre os corpos, buscando assim entender essas relações de poder. Hoje, o momento é diferente, mas esses corpos estão cada vez mais participando da construção dessa política sexual no Estado, nos movimentos sociais e nas universidades, e agora pode-se dizer que de forma mais abrangente, inclusiva (Mayorga, 2011).

É preciso esclarecer que, no contexto das Nações Unidas, a legitimação dos direitos sexuais das mulheres não foi acompanhada por avanços equivalentes no que se refere aos direitos da diversidade sexual. Os debates mais acirrados sobre sexualidade e direitos humanos na esfera global se iniciou em 1993 desembocando na Conferência de População e Desenvolvimento, em Cairo (1994), onde foi incluído os termos saúde sexual e direitos sexuais no programa de ação. Porém, no texto final, direitos sexuais foram excluídos e reapareceu na Plataforma de Ação de Pequim (1995), como o primeiro consenso normativo global dos direitos sexuais e por iniciativas feministas.

Em 2001, na sessão especial da Assembléia Geral sobre HIV/AIDS, houve objeção quanto à participação de grupos LGBTs. Na conferência internacional contra racismo e outras formas de intolerância, a ILGA foi questionada pela Conferência Islâmica Internacional. Durante a Conferência em Durban, após debates acirrados, foi rejeitada a inclusão da orientação sexual como base de discriminação. Já em 2007, ocorre uma grande conquista na inclusão dos direitos LGBT, com a criação dos Princípios de Yogyakarta: Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Sistematizado por 29 pesquisadores de 25 países, os princípios de Yogyakarta foram elaborados após uma reunião de juristas realizada na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, em 2006. Tais princípios preveem que “Toda pessoa tem o direito à educação sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero” (Princípio de Yogyakarta, 2009). Assim, ainda está presente nas Nações Unidas um discurso homofóbico que se contrasta com a realidade das sociedades que lutam pela igualdade de direitos e reconhecimento social (Corrêa, 2006, 2009; Corrêa & Parker, 2004). Corrêa afirma que:

O debate intelectual e político que fez da sexualidade um tema político na era contemporânea teve origem na revolução sexual dos anos 1960, mas ganhou densidade e legitimidade acadêmica a partir de sua vinculação com as teorias pós-modernas que situam a sexualidade no coração da formação cultural e política moderna. Essa inflexão intelectual – posteriormente denominada viragem

linguística – deu grande fôlego político aos movimentos societários que se mobilizam ao redor das questões da sexualidade (2006, p. 105).

A mobilização para inclusão dos direitos sexuais como direitos humanos ainda é algo muito novo e permanece com contradições de entendimento nas lutas políticas. Porém, apesar de nenhum programa ou tratado internacional ter ainda incluído de forma explícita os termos direitos sexuais ou orientação sexual, vale destacar que os documentos: Convenção da União Européia e Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2000 validaram a não-discriminação a orientação sexual (Corrêa apud Chacam, 2007, p. 145)²⁴. Conforme é esclarecido no trecho de entrevista abaixo, não há menção aos direitos LGBT, de maneira explícita, nos documentos internacionais significativos:

Os instrumentos internacionais não falam dos direitos LGBT: a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (1966), a Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos - Viena (1993), a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo (1994), a Declaração do Milênio das Nações Unidas - Cúpula do Milênio (2000), a Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata - Durban (2001). Percebe-se, assim, uma lacuna na elaboração de instrumentos internacionais específicos de proteção aos direitos humanos e cidadania LGBT, além da ausência de citação deste segmento nos documentos arrolados nos sistemas geral e especial de proteção dos direitos humanos. Verifica-se, também, a inexistência de uma simples menção à categoria “orientação sexual” entre as tradicionais categorizações elencadas nos documentos da ONU. Ademais, vê-se,

²⁴ Chacam (2007), citando Corrêa e Parker, esclarece que, após 5 anos, essa discussão sobre a inclusão dos direitos sexuais nos documentos de direitos humanos foi retomada no período de 1999 a 2001, a partir das revisões para atualização dos documentos do Cairo e de Pequim. Esse debate também foi realizado na 13ª Conferência Internacional sobre AIDS, em Durban, e, também, na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre HIV/AIDS, realizada em 2001.

frente tal ausência, a afirmação de que os direitos do público LGBT encontram-se intrinsecamente abrigados no rol do sistema geral de proteção dos direitos humanos. Faz-se necessário enfatizar, contudo, a existência de outros dois documentos de alcance internacional no terreno dos direitos LGBT, mais recentes, *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*...É importante destacar que o processo de luta pela incorporação dos direitos sexuais na esfera dos direitos humanos remonta a não mais de duas décadas. Os direitos sexuais são conceitos relativamente novos e permanecem, ainda, controversos. Por outro lado, o reconhecimento dos direitos reprodutivos como parte dos direitos humanos alcança, atualmente, legitimidade, sendo incorporados em dois documentos internacionais, quais sejam, as plataformas do Cairo (1994) e de Beijing (1995), decorrentes respectivamente da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, Egito, em 1994, e da IV Conferência da Mulher, realizada em Beijing, no ano de 1995, na China (Entrevista 2BH).

Vale destacar a recente campanha realizada pela ONU, pronunciando-se oficialmente contra países que criminalizam as relações entre pessoas do mesmo sexo, entre bissexuais e entre transgêneros. Foi realizado um vídeo pelo Escritório de Direitos Humanos, no qual pessoas de diversas origens culturais comentam sobre as violações de direitos humanos sofridas pela comunidade LGBT. O vídeo inclui a fala do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e da alta comissária para os direitos humanos, Navi Pillay. A mensagem de destaque da campanha é de que direitos LGBT são direitos humanos²⁵. Tal iniciativa aponta para um gradativo compromisso da ONU com a luta pelos direitos humanos LGBT, porém ainda é uma ação pontual frente à necessidade de uma intervenção de maior impacto social.

Uma das perguntas que perpassam esta pesquisa é como a articulação entre direitos humanos e direitos sexuais, ou seja, universal e particular, foi ocorrendo e de que forma esse princípio foi se materializando na política, para a partir daí perceber também como a participação desses diferentes atores sociais na política sexual está se dando. Dito de outra

²⁵ Cf. o vídeo no link: <http://nadaerrado.com.br/um-beijo-onu>

forma, quais os efeitos produzidos nessa participação tensionada entre a universalidade e a particularidade? Essa pergunta exige uma análise complexa. As contribuições de Corrêa (1996, 2006, 2009), nos possibilitam tecer um diálogo entre elementos da modernidade e da pós-modernidade que buscaram responder a alguns desses dilemas da participação política.

Na modernidade, primeira posição apontada pela autora mencionada acima, com o processo de construção das democracias, dos Estados liberais e dos direitos humanos, tais elementos se apresentaram numa perspectiva liberal em tensão com a luta pela igualdade. Porém, ocorreram críticas a modernidade na metade do século XX, quando as contribuições de teóricos como Foucault (2002, 2007a, 2007b, 2007c) mostraram como o poder é disciplinar e marca os corpos. Com isso, os ideários da pós-modernidade, tais como a desconstrução das relações sociais, o reconhecimento de que os sujeitos são efeitos do poder disciplinar e o apontamento de que a visibilidade é uma estratégia do poder disciplinar, conduzem àquilo que a autora nomeia como a segunda posição (Corrêa, 2009), o que permite questionar: seria possível um engajamento nas lógicas estatais para a construção da política sexual sem intensificar as tramas do poder disciplinar? É possível participar da construção da política sexual reivindicando especificidades e pluralidades sem cair nos mesmos efeitos da universalidade disciplinar que se critica?

No entanto, esse questionamento do modelo pós-moderno acaba se tornando bastante cético em relação à ideia de transformação social e política, porque tudo se torna impossível pela lógica do poder, da disciplina, o que acaba conduzindo a falta de um elemento de possibilidade de horizontes de emancipação. A autora utiliza de Foucault e Derrida para seu argumento:

A corrente intelectual pós-moderna forneceu aos atores da política sexual um poderoso instrumental analítico para compreender os mecanismos através dos quais instituições, leis, percepções e práticas sociais eram fontes de exclusão e estigma. Mas não oferece alternativas fáceis para programas de mudança social, cultural e política na medida em que expressa um marcado ceticismo em relação à concepção clássica do sujeito político-universal, racional, autoconstituído, bem como em relação à lei e ao direito como instrumentos potenciais de correção das injustiças (Corrêa, 2006, p. 106).

A feminista Sônia Corrêa é referenciada na discussão crítica sobre direitos sexuais, pois ela se debruça na análise dos tratados internacionais que tem repercussões localmente para tratar desses dilemas. A autora propõe uma terceira posição na tensão entre direitos sexuais e direitos humanos, ou seja, uma releitura dos direitos humanos a partir do debate de que as

lutas LGBT exigem deslocamentos da perspectiva universalista. Talvez esse seja o principal efeito produzido nessa relação. Dessa forma, não precisamos abandonar o debate dos direitos humanos, mas propiciar que sua ampliação provoque novas configurações capazes que abarcar melhor as demandas das pessoas LGBT. Ou seja, “reconstruí-lo de forma a poder especificar diferenças de gênero, classe, cultura e outras e, ao mesmo tempo, reconhecer as necessidades sociais” (Corrêa, 1996, p. 149). Para isso, a autora recorre a Heller (1992) para argumentar que os direitos humanos marcam um campo de luta pela justiça social no ocidente. E esta posição pode ser interessante, desde que os direitos humanos não se tornem uma agenda pronta apenas para aplicação.

Esta terceira posição permite trazer os movimentos sociais e, principalmente, as identidades políticas para o centro dessa discussão, ao possibilitar a percepção de como os movimentos sociais vão se articulando de forma dialética na dinâmica da relação com o Estado e na relação entre as demandas universalistas e particularistas. Quer dizer, ora via práticas emancipatórias e ora via práticas regulatórias.

É nesta releitura da relação direitos sexuais e direitos humanos que a construção de identidades políticas aparecem na ampliação do que é o humano. Pensar a dinâmica das ONGs e dos grupos sociais, bem como as trajetórias dos militantes, é perceber quando os direitos sexuais se deslocam dos direitos individuais para os direitos sociais, como princípio do bem comum, da ética.

Butler (2003), Corrêa (2006b)²⁶ Fraser (1997) e Plummer (2001) defendem a ideia da articulação entre reconhecimento e redistribuição a partir da noção de universalidade situada. Quer dizer, nosso foco nas lutas por direitos sexuais não deveria ser nos direitos civis, mas ampliá-los para os direitos sociais. Quando focamos apenas nos direitos civis há o risco de acirrar uma disputa de personagens, numa política de reconhecimento que se afirma apenas nas especificidades: casamento gay, não discriminação para cada categoria sexual. Quando recoloca-se esta discussão no campo dos direitos sociais podemos construir uma luta menos dependente dos personagens, retomando o tema da desigualdade a partir de novos arranjos sociais, tais como: previdência social, saúde, trabalho, demandas mais amplas. Construção de uma pauta política que não se limite a reivindicar direitos para esse ou aquele personagem, retomando os direitos humanos na sua amplitude.

Conforme foi apontado no item 2.2, sobre as contribuições teóricas contemporâneas dos direitos humanos e sua pluralidade, reafirma-se aqui o campo heterogêneo dos direitos

²⁶ Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, realizado no ano de 2006.

humanos. Esse discurso sobre os direitos perpassa desde concepções religiosas, naturalistas, constitucionalistas até outras mais sócio-históricas, críticas e progressistas.

Magalhães (2000) nos apresenta uma divisão sobre tais concepções: filosófica ou jusnaturalista – na sua dimensão natural, são como os direitos absolutos, imutáveis e intemporais, inerente aos seres humanos –, constitucional – que vai das localizações intraconstitucionais de uma variada temática às garantias constitucionais –, e internacionalista – direitos que devem ser impostos a todos os Estados e a necessidade de garanti-los a todos e em todas as culturas –, entre outras.

Sobre a perspectiva constitucional é importante ressaltar:

Sem dúvida, o reconhecimento oficial dos direitos humanos, pela autoridade política competente, dá muito mais segurança às relações sociais. Ele exerce, também, uma função pedagógica no seio da comunidade, no sentido de fazer prevalecer os grandes valores éticos, os quais, sem esse reconhecimento oficial, tardariam a se impor na vida coletiva. Mas nada assegura que falsos direitos humanos, isto é, certos privilégios da minoria dominante, não sejam também inseridos na Constituição, ou consagrados em convenção internacional (Comparato, 1999, p.56).

Diante deste fato, destaca-se a importância de considerar as garantias conquistadas pelos Direitos Humanos, declarados em textos normativos, além de considerarmos ainda a importância de se fortalecer uma “consciência ética coletiva (...) de que a dignidade da condição humana exige o respeito a certos valores em qualquer circunstância, ainda que não reconhecidos no ordenamento estatal, ou em documentos normativos internacionais”. (Comparato, 1999, p.57).

Dornelles (1998) também nos apresenta uma categorização que busca sintetizar as diferentes perspectivas:

- a idealista, que apresenta os direitos através de uma visão abstrata, como inerentes à razão humana, um humano universal sem rosto e sem conflitos;
- a científico-positivista, que fundamenta os direitos na legislação, um humano igual aos demais, um rosto igual ao de muitos outros e
- a crítico-materialista, que fundamenta os direitos como garantias de um processo histórico de conquistas, um humano real, conflitivo, contraditório, marcado pela diferença, de um rosto representado por um coletivo que se singulariza.

Esta última perspectiva que mais se aproxima da nossa pesquisa, uma vez que, através do coletivo, podemos considerar o outro como alteridade que nos abre para a experiência de novos territórios. Nossa ética deve ser construída em um processo de diferenciação coletiva, que impede a cristalização de posições em verdades absolutas.

Assim, é possível sistematizar as perspectivas trabalhadas acima:

- Perspectiva Naturalista/Cristã: Direitos como algo natural, um dado à priori, inerente ao humano, imutável, intemporal. Por vezes justificado pela lei divina.
- Perspectiva Positivista/Constitucional: Reconhecimento apenas dos direitos garantidos nas leis. Isso propicia um respaldo jurídico-social, mas permanece uma concepção reducionista.
- Perspectiva Internacionalista: Ênfase universalista, apesar da tentativa de diálogo entre diferentes culturas.
- Perspectiva Crítica e Sócio-Histórica: Direitos humanos como construções sociais e/ou históricas; ou seja, um processo marcado pela correlação de forças frente às necessidades humanas já garantidas em lei, ou as novas demandas (direitos) que possam garantir a dignidade humana nos diferentes contextos.

Desta forma, sobre a crítica a uma perspectiva positivista dos direitos humanos, na entrevista abaixo é argumentado que:

Há um perigo, que é o perigo do discurso institucionalista dentro do movimento... que é dizer, assim “ah, se os direitos formais, os direitos legais, já estão garantidos a gente agora não precisa fazer mais nada acontecer”... quando nós sabemos, que o facto de os direitos legais estarem garantidos não significa que a sociedade tenha sido transformada.... E, portanto, nós mudarmos a lei tem um efeito importante do ponto de vista social, mas também não chega. E nós precisamos trabalhar no domínio da... mudança de... da mudança das estruturas sociais... que não mudam de um dia para o outro... os sistemas de representações, os sistemas de relações... Isso é também uma luta política. A lei é uma pequena expressão da luta política, e é a cristalização de relações de forças sociais em cada momento. Mas, a

luta política não acaba com as conquistas legais. Se fosse preciso mais alguma coisa para o provar, nós temos a própria Carta Universal dos Direitos Humanos que, legalmente, reconhece coisas extraordinárias e que são violadas todos os dias pelos governos e pela sociedade... pelos que têm mais poder (Entrevista 4L).

Neste estudo, sustenta-se a abordagem crítica e sócio-histórica dos direitos humanos. Considera-se o caráter contextual, mutável e material dos direitos humanos, como valores pré-constitucionais surgidos por aquilo que em cada contexto sócio-histórico-cultural venha melhor definir o que seja a dignidade humana, bem como as mobilizações sociais em prol da garantia desses direitos nas nossas leis e cultura social.

Assim, um primeiro passo para processar as tensões e dilemas entre direitos humanos e direitos sexuais é reconhecer a heterogeneidade presente nos direitos humanos. Podemos avançar nesse debate sobre as diferentes perspectivas dos direitos humanos ao classificar a relação entre direitos humanos e direitos sexuais em quatro grandes correntes (Corrêa & Parker, 2004):

- uma corrente moral (absolutista), que afirma que os direitos humanos por princípios são universalmente bons e necessários.
- Uma segunda corrente com bases filosóficas e sociológicas, mas que também valida a universalidade dos direitos humanos, comportando aí uma posição essencialista sobre a condição humana quanto posições que se interrogam sobre quais condições sociais poderiam ser firmadas como argumentos universais.
- Um terceira corrente pode ser nomeada como pragmática, onde os direitos humanos aparecem como relevantes e universais na medida em que sejam aceitos internacionalmente e disseminados.
- E, por fim, uma quarta corrente procedimental, menos conhecida e que define que os direitos humanos só podem se tornar universais pelo processo de sua construção, através de diálogos permanentes, democráticos e intersubjetivos, onde haja espaço para o reconhecimento das diferenças e da reciprocidade.

Porém, devido a essa abertura da corrente procedimental ela pode apresentar alguns limites ao momento atual daí a sugestão de que esse referencial seja conjugado a corrente pragmática. Ou seja, identificar quais princípios gerais dos direitos humanos são suficientemente abertos para se aplicarem ao campo da sexualidade. Mas sem deixar de lado a premissa central da corrente procedimental, onde mais importante do que conteúdos dos acordos de direitos humanos são os processos através dos quais esses acordos são conquistados.

Daí a importância de se apresentar e discutir diferentes concepções de direitos humanos, para nos posicionarmos sobre qual perspectiva nesse campo estamos aqui adotando. Isso vai indicar tensões e diálogos diferentes: por exemplo, se o debate fosse em um campo religioso, um debate essencialista seria diferente de um debate de viés construcionista, como é a proposta do presente trabalho.

Por meio desta perspectiva, pensar quais possibilidades emancipatórias existem aos movimentos sociais em lutar por direitos em parceria ou não com o Estado, é reconhecer que há posições universalistas e particularistas que estão em disputas em relação a estas questões. Busca-se aqui compreender quais grupos são mais cooptados ou não do que outros, o que seria reducionista frente à complexidade de tal realidade já exposta, como também pensar nos momentos e contextos ao invés de pensar em pessoas. Daí a importância de falar da dinâmica da construção da política de direitos humanos LGBT, e, assim deslocar da ideia de sujeitos cooptados para a ideia de ações políticas, configurações que se dão que num determinado momento são hegemônicas e em outros contextos contra-hegemônicas.

Um bom exemplo desta dinâmica presente no cotidiano atual dos grupos LGBT pode ser encontrada nas contribuições feministas sobre a Teoria Queer. Na tentativa de dissolver as fronteiras rígidas de gênero e sexo tradicionalmente estabelecidas, surge um movimento, no início dos anos 1990, composto em sua maioria por teóricas feministas, que começaram a definir gênero em termos de performance. A pesquisadora de maior destaque é a Judith Butler. A Teoria Queer se opõe ao modelo essencialista sobre a diferença sexual como uma “verdade natural ou pré-discursiva e, finalmente, contra quaisquer imposições normativas de formas determinadas de masculinidade e feminilidade” (Prado & Machado, 2008, p. 54). Ou seja, os teóricos desse referencial colocam-se contrários à normalização, “seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade (...)” (Louro, 2001, p. 546). É por isso que se pode traduzir *queer* por “estranho”, “excêntrico”, “raro”, “extraordinário”, “ridículo”. Ressalta-se também que:

Os/as teóricos/as *queer* constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante, eles/elas compartilham alguns compromissos amplos – em particular, apoiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como um método de crítica literária e social – põem-se em ação, de forma decisiva, categorias e perspectivas psicanalíticas; são favoráveis a uma estratégia descentrada ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes (Seidman, 21, apud Louro, 2001, p. 547).

A Teoria Queer possibilitou novas configurações sobre o conhecimento, o poder, a cultura e as identidades sexuais e de gênero, com toda sua carga de multiplicidade, ambiguidade e fluidez. Deste forma, pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade” (Silva, 12, apud Louro, 2001, p. 550).

A autora citada acima esclarece que alguns segmentos dos movimentos homossexuais incorporaram a Teoria Queer buscando romper com a normalização padronizada pela política de identidade construída pelo próprio movimento homossexual e sustentada pela política de direitos humanos voltada para as pessoas LGBT. Entretanto, “as condições que possibilitaram a emergência do movimento *queer* ultrapassam, pois, questões pontuais da política e da teorização gay e lésbica e precisam ser compreendidas dentro do quadro mais amplo do pós-estruturalismo” (Louro, 2001, p. 547).

Fazendo um diálogo entre Belo Horizonte e Lisboa, pode ser encontrado na discussão levantada sobre a Teoria Queer um debate acirrado pelo ativista, pesquisador e parlamentarista português Miguel Vale de Almeida. Este autor proferiu no Seminário Internacional Fazendo Gênero 9, em Florianópolis, a seguinte palestra: “Ser mas não ser, eis a questão: o problema persistente do essencialismo estratégico”. Nessa palestra, Almeida debateu a tensão entre os liberais e os radicais, ao problematizar a relação entre identitários e *queers*. Ele argumentou que a posição *queer* não é reducionista, mostrando a insuficiência da lógica identitária para defender os direitos.

A partir destes relatos ocorreram várias repercussões de respostas indignadas com esse posicionamento. De modo geral, estas falas repercutiram no texto apresentado no mesmo evento mencionado pelo também ativista e pesquisador brasileiro Richard Miskolci. Ele argumentou que a posição identitária é importante como estratégia política, mas que ela está chegando ao limite. O autor fez um contraponto com as discussões de Almeida, esclarecendo que o teórico português de fato tenta fazer uma discussão sobre a tensão identitários x *queer*, porém, segundo Miskolci, ele, pois, fala de um dilema a partir do contexto português, no qual a união civil é a questão mais central.

No Brasil, diferentemente de Portugal, a questão central é a luta contra homofobia²⁷. Isso exige posições frente às tensões de forma diferentes também. A luta LGBT se configurou de forma diferente nos dois contextos. Em Portugal, tensionar frente à regulação do Estado é sustentar, de acordo com Almeida²⁸ (2009):

O pensamento crítico radical – vindo quer da libertação sexual quer da teoria queer – é fundamental para garantir autocritica de um movimento social como o LGBT. Este funciona, de facto, em modo identitário e categorial. Este modo é útil na negociação política concreta nas democracias ocidentais, mas é perigoso se transformado em pensamento e teoria, pois tal conduziria ao essencialismo. Mas quando o pensamento crítico radical e suas formas culturais são traduzidas literalmente para a acção política corre-se o risco de perder a capacidade de transformação das situações concretas no plano dos direitos. As duas tendências não se excluem mutuamente, mas não se podem atropelar na estratégia. (...) um pensamento de crítica cultural radical que ajude a relativizar o peso do carácter historicamente construído das categorias em que nos encaixamos como pessoas. Por isso, o lema português: somos mas não somos. Somos em acção e movimento. Mas não somos em essência trans-histórica e transcultural. (p. 8-9)

Para Miskolci (2010)²⁹, não se vive no Brasil algo similar ao caso português. Os dilemas do movimento LGBT brasileiro não se reduzem a oposição identitários x *queer*. Para isso, o autor retoma a história dos grupos e sua relação com o Estado. Se como muitos outros movimentos é com a abertura política no final da década de 1970 que há um florescimento dos grupos sociais, somente na década de oitenta com a epidemia de HIV/AIDS que ocorre um bem-sucedido diálogo entre movimento e Estado. Isso possibilitou a criação de um programa nacional reconhecido mundialmente por seu êxito no combate a doença. Porém, na década de 90, quando o movimento vai crescendo e se expandindo, tanto em termos de demandas quanto de atores sociais, ocorre uma relação privilegiada com o Estado para a constituição de políticas públicas.

Tal parceria não ocorreu apenas na área da saúde, como também na educação e nos direitos humanos de forma mais ampla. Com isso, essas tensões e diálogos vão propiciando uma dinamicidade e plasticidade ao movimento LGBT de forma que o modelo antigo já não se sustenta mais. Os efeitos disso podem ser percebidos, por exemplo, nas novas demandas referentes não apenas a questões de saúde, mas também ligadas a direitos, cultura e a obtenção de recursos variados, com parcerias também variadas, incluindo entre os

²⁷ Ver Anexo C com o Projeto de Lei 5003/2001 (PLC 122/2006), referente a tramitação no legislativo de um projeto de lei para criminalização da homofobia.

²⁸ Ver a recente publicação que sistematiza o pensamento de Butler, Salih (2013), *Judith Butler e a Teoria Queer*.

²⁹ Artigo apresentado na mesa intitulada *Novas perspectivas e desafios políticos atuais*, no evento *Stonewall 40 + o que no Brasil?*, ocorrido em Salvador, em setembro de 2010.

interlocutores as universidades. Com isso, a soma de letrinhas LGBT já não basta para formar o nós. Se, por um lado, os ditos *identitários estabelecidos* são nomeados como aqueles que defendem a parceria com o Estado, mas que também gerou cooptação e clientelismo. Por outro lado os denominados *queer*³⁰, que propoem uma relação mais crítica com o Estado, colocando em xeque a essencialização identitária estratégica, não são necessariamente anti-identitários e/ou acadêmicos como alguns de forma reducionista tentam classificar, tal como cita Miskolci (2010, p. 8-9):

Para refletir sobre as perspectivas do movimento LGBT brasileiro, é imprescindível retomar a aprender com a história do movimento feminista, pois o feminismo já passou por momento similar ao enfrentado hoje pelo LGBT. De um movimento formado por mulheres brancas, educadas e de classe-média, o feminismo se espalhou pelo mundo tendo que lidar com realidades locais no então chamado Terceiro Mundo e incorporar em seu “nós, mulheres” as não-brancas, pobres e sem acesso à educação assim como o movimento homossexual brasileiro incorporou lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e outr@s. Mais tarde, o feminismo se deparou com o desafio de des-naturalizar, des-essencializar, o sujeito “mulheres” a partir da emergência do conceito de gênero assim como o movimento LGBT agora lida com a Teoria Queer.

O que tem sido produzido pela proposta *queer* no Brasil, tem caminhado muito mais para uma proposta unificadora de experiências da vergonha, humilhação e sofrimento. O fato de “transformar esta experiência em força política de resistência é o objetivo da proposta original queer” (Miskolci, 2010, p. 11). No Brasil, o eixo de lutas que tem se transformado nesse denominador comum é o combate à homofobia. Mas as práticas, principalmente das travestis e transsexuais, tem mostrado que ele não se faz apenas a partir da obtenção de direitos estabelecidos pelos modelos do Estado, mas também apontando seja nas práticas formais como no cotidiano que a diversidade sexual presente no chamado movimento LGBT é muito maior do que aquilo que a sociedade e o Estado tentam enquadrar, daí Miskolci dizer que: “Não somos o que nos é atribuído, mas queremos ser diferentes do que nos é oferecido como única forma de aquisição da igualdade” (2010, p. 20).

A utilização do termo homofobia no âmbito institucional é um aspecto importante de ser analisado também devido à individualização do fenômeno. A forma pela qual o Estado assume este conceito nas políticas públicas acaba caindo em um reducionismo, pois utilizam como referência o modelo heteronormativo e heterossexista que sustenta a violência contra as pessoas LGBT.

³⁰ Para uma introdução à Teoria Queer e seus conceitos ver Miskolci (2009) e Louro (2001).

Em Lisboa, ao contrário de Belo Horizonte, os grupos LGBT possuem uma adesão maior, bem como uma vivência das teorias e práticas que transitam pelo reconhecimento da fluidez identitária. Entretanto, estes grupos também destacam que há momentos estratégicos para defender uma posição *queer* ou identitária. Acredita-se que até mesmo pela realidade brasileira de altos índices de homofobia, a Teoria Queer não tenha sido tão identificada no país. Nas entrevistas realizadas em Portugal foi ressaltado que o trabalho dos grupos LGBT portugueses não se dá pela via da afirmação rígida, já que o discurso é sempre pela via da igualdade. Nessa lógica, as diferenças somente se apresentam quando o Estado não reconhece os LGBT. Assim, é argumentado que a Teoria Queer se torna potencialmente transformadora se não cair numa perspectiva radical sobre a fluidez das identidades.

Se vivêssemos numa cultura de direitos para todos, poder-se-á abrir mão da política identitária, porém quando ocorre uma violência por motivos homofóbicos temos clareza que a identidade sexual e/ou de gênero daquela pessoa foi discriminada. Daí a necessidade de dialetizar essas perspectivas e estratégias políticas. Assim, acredita-se que ambos os pesquisadores ativistas, apontam discussões teórico e práticas que desafiam a uma maior contextualização dessas diferentes realidades.

Um outro exemplo pode ser encontrado nos efeitos da entrada no mundo do direito pelas(os) travestis e transexuais. Se, por um lado, se inserir nas políticas públicas significa a conquista de direitos fundamentais, tais como geração de emprego e renda, escolaridade, entre outros, por outro lado, também significa abrir mão de uma certa cultura identitária já introjetada, como deixar de exibir a nudez e os palavrões para conseguir ser reconhecido socialmente como um sujeito de direitos. Quer dizer, é deixar de ser o que eles são, e isso produz outra forma de ser, o que não garante a princípio que seja uma mudança emancipatória ou regulatória.

É por isto que para Foucault (2002) o Estado não é uma grande caixa da qual o poder emana, mas um processo permanente de criação e recriação de lógicas estatais e sociais. Esse posicionamento destes novos atores sociais como público-alvo das políticas públicas também propicia impactos nos programas, por se ver ameaçado no seu poder de normalização, já que uma política de direitos humanos, tende a participar desta higienização da sexualidade, tal como pode ser notado na citação de Foucault por Rabinov (1984, p. 199):

Ao contrário do poder que é visível, o poder disciplinar é exercido através da invisibilidade. Mas ao mesmo tempo ele impõe sobre aqueles e aquelas que submetem uma visibilidade compulsória (...). É o fato de ser constantemente visto que mantém o indivíduo disciplinado na sujeição.

Entretanto, conforme argumenta Corrêa (2009), Foucault, elucida as discussões presentes neste trabalho. No entanto, este autor, qual seja Foucault, não está mais presente neste momento político, para também perceber que estes corpos e identidades que resistem a lógica disciplinar, estão também engajados em parcerias estatais buscando transformar as leis e políticas a partir de novas regras de regulação da sexualidade.

O que pode ser percebido, quando, por exemplo, essa mesma travesti que abriu mão de mostrar sua nudez a todo tempo não abriu mão dos seus trejeitos e nem de seu vocabulário censurado ao participar das mesas de negociações. O que não deixa de ser mesmo assim uma mudança identitária, mas não necessariamente sem processos emancipatórios.

2.5 Entre o universal e o particular: movimentos sociais, políticas e identidades

Tente mover o mundo - o primeiro passo será mover a si mesmo.

Platão

A complexidade das ações coletivas contemporâneas é ilustrada pelas reivindicações de equivalência de direitos que contribuem para a ruptura de símbolos hegemônicos. Essa complexidade se apresenta nos antagonismos e negociações entre os diferentes atores sociais, tal como se apresenta a relação movimentos sociais e o Estado. Se, por um lado, os movimentos sociais demonstram especificidades e diferenças que podem conduzir à afirmação e/ou fragmentação de suas lutas, por outro, no campo das políticas públicas, há um referencial de universalização dos direitos humanos que podem conduzir à homogeneização.

Iniciar-se-á esta reflexão apresentando algumas categorias de mediação na relação sujeito e sociedade, a partir das contribuições de dois grandes sociólogos contemporâneos, quais sejam, Alain Touraine e Alberto Melucci. Serão discutidos pontos entre algumas de suas obras que contribuíram para a afirmação deste trabalho, buscando possibilitar o tensionamento e o diálogo de suas proposições acerca de uma síntese, e, por vezes de um hiato, na relação entre o universal e o particular. Em seguida será articulada a contribuição de outros autores, com destaque para Boaventura de Sousa Santos e Ernesto Laclau, para uma interlocução nesse debate entre as perspectivas universalistas e particularistas para pensar

sobre a relação entre movimentos sociais, políticas e identidades a partir, principalmente, da realidade de Belo Horizonte e Lisboa.

Ao analisar a sociedade pós-industrial, o sociólogo francês, Touraine (1984) argumenta que a representação da vida social pela Sociologia Clássica entrou em crise. A partir daí, impõe-se a necessidade de substituí-la por uma nova representação e a ideia de mutação surge como um novo momento do desenvolvimento industrial ou pós-industrial que apresenta novos conflitos sociais e políticos. É proposto, então:

substituir uma representação da vida social fundamentada nas noções de sociedade, de evolução e de papel, por uma outra em que as noções de historicidade, de movimento social e de sujeito ocuparão o mesmo espaço central (Touraine, 1984, p.11).

Esta perspectiva se aproxima das teorias de Melucci, já que, para o sociólogo italiano, as ações coletivas nas sociedades pós-industriais complexas apontam conflitos inerentes a esse tipo de sociedade, tal como aponta o autor:

As sociedades complexas não têm mais uma base ‘econômica’, elas produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. Os bens ‘materiais’ são produzidos e consumidos com a mediação dos gigantescos sistemas informacionais e simbólicos (Melucci, 1989, p.58).

A sociologia clássica, ao assumir esse modelo centrado na sociedade, se afastou da ideia de ação social e ator social, e, por isso, Touraine (1984) retira a ideia de sociedade do centro da análise sociológica e a substitui pela de ação social, na qual a “separação crescente entre o ator e o sistema seja substituída pela sua interdependência, graças à ideia de sistema de ação” (Touraine, 1984, p.24). Tal debate aponta para uma categoria de mediação entre sujeito e sociedade.

A mudança no pensamento sociológico representa a passagem da sociedade industrial, caracterizada como uma empresa ou um exército dominante da natureza para uma sociedade pós-industrial. Touraine (1984) a caracteriza como um novo tipo de organização social que age de forma direta sobre os comportamentos e as relações sociais, por meio da produção de conhecimentos, de informações, de linguagens e de imagens. Mais tarde, retoma essa discussão acrescentando que a sociedade pós-industrial não pode ser compreendida fora do contexto histórico de rápido crescimento cultural. Touraine (1994) ressalta esta ideia da seguinte forma:

Com efeito, eu chamo de sociedade programada – expressão mais precisa que a de sociedade pós-industrial, que só é definida por aquilo a que sucede – aquela em que a produção e a difusão maciça dos bens culturais ocupam o lugar central que fora o dos bens materiais na sociedade industrial (Touraine, 1994, p. 258).

A vida social deixa de ser compreendida em uma visão essencialista e funcionalista para ser pensada como uma invenção permanente, produzida e transformada pelo nosso trabalho, pelos nossos conflitos sociais, pelas nossas criações culturais e pelos nossos debates políticos nas negociações sobre a vida coletiva.

O conceito de historicidade está perpassado nas discussões sobre a sociedade podendo ser definido como a capacidade que a sociedade possui de ação sobre si mesma, ou seja, de transformação, de “capacidade que uma sociedade tem para construir as suas práticas a partir de modelos culturais e através dos conflitos e dos movimentos sociais (...)” (Touraine, 1984, pp.11-2). No entanto, Touraine (1994) se questiona sobre a continuidade ou não desse conceito em seus livros posteriores, ao argumentar que quando utiliza o termo historicidade está falando de criação de uma experiência histórica, e não da posição na evolução histórica, buscando assim romper com uma visão evolucionista.

A partir da discussão sobre ator social (Touraine, 1984, 1994) e ator coletivo (Melucci, 1996), é possível apresentar uma nova concepção de sujeito, como posicionamento contra uma perspectiva naturalista e evolucionista de sociedade. O sujeito é pensado:

menos pela sua capacidade de dominar e transformar o mundo do que pela distância que ele assume em relação a essa mesma capacidade (...). O sujeito apreende-se, para lá das suas obras e por oposição a elas, como silêncio, como estranheza perante o mundo dito social e também como desejo de encontro com o outro, reconhecido como sujeito. Encontramo-lo no protesto contra o totalitarismo e a tortura, contra as palavras de ordem e as pseudo-racionalidades das políticas de poder, na recusa das pertenças. Era revolucionário, tornou-se libertário (Touraine, 1984, p.12).

Esta noção de sujeito é mais complexa, porém corre o risco de encerrar o ator na recusa do social em nome do não-social. Na verdade, a distância que o sujeito toma em relação à organização da sociedade não deve fechá-lo em si mesmo, mas preparar o seu regresso à ação, ao investimento em um movimento social ou a uma inovação cultural. Nesse ponto, pode-se encontrar, mais uma vez em Touraine (1984), uma possível saída ao dilema da relação sujeito e sociedade, particular e universal. Para o pesquisador, a necessidade de uma renovação do pensamento social, por meio de uma nova representação da vida social, poderá se desenvolver com a formação de novos atores sociais e da organização de conflitos para gerir uma historicidade em transformação.

Percebe-se que tal lógica tem sido desenvolvida pelos grupos sociais LGBT tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa, quando tomam distância sobre os fatos de retrocessos sociais causados pelas perspectivas políticas conservadoras para analisá-los a luz dos processos de historicidades ocorridos nesse percurso e a partir daí construir estratégias de mudanças sociais.

O conceito de sociedade programada encontrado em Touraine pode ser associado ao de sociedade da informação em Melucci. Este autor também traz a discussão sobre as estratégias de atuação dos sujeitos em sociedades complexas, buscando compreender o surgimento de identidades coletivas, por meio dos movimentos sociais. Suas novas obras vão se conduzindo muito mais por uma abordagem psicossocial do indivíduo do que da coletividade. A biografia individual é construída pela integração entre passado, presente e futuro. A permanência de um sujeito no tempo permitirá que a identidade se defina como o conjunto de representações do eu que o torna igual a si mesmo e diferente dos outros (Melucci, 1996, 1997).

A noção de crise de um sujeito organizado e unificado para a noção de um sujeito múltiplo reflete a não redução do sujeito em ator único, ocupando uma única posição na estrutura social a partir das relações de trabalho. Isso contribui para as críticas ao processo de construção do ator (Melucci, 1996; Touraine, 1984). Assim, o indivíduo passa a ser sujeito quando age como um ator social que interfere no seu meio. Mais do que ter acesso, o sujeito participa, transforma e constrói o próprio sistema.

Conforme apontou o entrevistado abaixo, os ativistas com afinidades políticas ao invés de se fecharem em um modelo de ator único, sentem-se à vontade para transitar entre vários grupos LGBT:

Sim... isso é muito comum, haver acumulação de associações no movimento... cá... (...) as Panteras não são uma associação... as Panteras são uma rede informal de... de activistas de outras associações, na sua esmagadora maioria, temos gente que participa na Club Safo, temos gente que participa na ILGA, temos gente que participa na Não te Prives... o que que é característica comum?... regra geral são as pessoas que fundaram o movimento cá em Portugal... a... e dentro das pessoas que fundaram o movimento cá em Portugal, aquelas que sempre tiveram uma intervenção mais

politicizada,(...) Sim... porque todos nós temos outras frentes de... de atuação em outros movimento LGBT... (Entrevista 14L).

O entrevistado abaixo justifica essa transversalidade das participações dos ativistas em vários movimentos LGBT e mesmo em outros espaços como o poder público dizendo que se trata da multiplicidade de identidades e cidadanias. Numa visão que não perceba esse modelo de sociedade pós-industrial pode parecer uma atitude esquizofrênica, porém frente a essa complexidade social esses atores múltiplos convivem muito bem com essa fluidez nas representações identitárias e participações políticas.

Sim... é um papel... percebido como esquizofrênico, eu não acho assim tanto... Então, na realidade acho que há espaço... e tu consegues enxergar bem as barreiras e perceberes o que estás a fazer nesse momento... ham... e... mas há... há espaço e há... Portanto, consegues criar com... essa barreira, essa diferença entre os diferentes Movimentos... mas, o contraponto em... é que às vezes é muito preciso, como esquizofrênicos, as pessoas são... tende a serem muito vistas como apenas uma coisa e há ali uma dificuldade e nós... quer a Não Te Prives, quer eu... eu nem tanto, mas a Não Te Prives é um bom exemplo disso... nós sempre tivemos pessoas que pontuam por esses vários caminhos, não é...? Ou seja, e isso tem a ver com a nossa multiplicidade de identidade e cidadanias... nós somos... tão cidadão quando estamos a ser académicos como somos cidadãos quando estamos a ser activistas, não é...? (Entrevista 10L).

Posteriormente, Touraine (1994) publica uma síntese de toda a sua nova teoria sobre o sujeito, desde a história do seu desaparecimento; com a filosofia Iluminista que eliminou o dualismo cristão via racionalização, até o seu reaparecimento na modernidade com os “estragos do progresso”. Desse raciocínio ele chega à nova modernidade com o desafio de unir razão e sujeito como tentativa de integrar os seus elementos esfacelados, e vem daí sua célebre concepção de que o sujeito só existe como movimento social. Para ele, o sujeito social a ser analisado deve ser o movimento social, colocando a categoria de sujeito cada vez mais central para a análise dos movimentos sociais atuais. É possível, então, perceber um movimento de construção da teoria sobre o sujeito na literatura touraineana, iniciado com os

estudos sobre o movimento operário por meio das classes sociais, passando pelos movimentos sociais como atores coletivos na sua historicidade até chegar a ideia central da importância dos sujeitos na história como um ator de transformação social.

O principal interesse deste seu debate é destacar a ideia de que o sujeito é inseparável das relações sociais. Na sociedade programada o indivíduo é reduzido a um mero consumidor, e para que consiga se opor a lógica dominante do sistema deve se reafirmar como sujeito. O sujeito se define pela sua oposição ao sistema que objetiva suas necessidades em demandas mercantis. Assim, é possível tomar as ideias de razão e de sujeito – a princípio opostas – de maneira integrada quando mediadas pelo movimento social. Isto é, a transformação da defesa pessoal e cultural do sujeito em ação coletiva, dirigida contra o poder que submete a razão aos seus interesses particulares. Um movimento social é ao mesmo tempo racionalidade e subjetivação, universalidade e particularidade.

Na perspectiva touraineana, a concepção de sujeito e a concepção de democracia são indissociáveis. A democracia não significa apenas o conjunto de garantias institucionais e procedimentos formais, mas a luta dos sujeitos sociais contra os sistemas dominantes e por uma sociedade pluralista, capaz de organização e de negociação, ou seja, de mediação entre interesses e valores diversos. Uma sociedade democrática reconhece o outro como sujeito na sua pluralidade, ser sujeito é estabelecer um elo entre o universal e o particular, o corpo e o espírito, a emoção e a razão. Assim, a ideia de democracia, inicialmente identificada à de sociedade, aproximou-se progressivamente da ideia de sujeito (Touraine, 1994).

Ou seja, o sujeito é a expressão política da democracia, uma vez que os princípios constitutivos do regime permitem aos atores sociais se formarem e agir livremente. Nos momentos em que os diferentes atores sociais envolvidos na construção da política de direitos humanos LGBT se colocam como produtores dessa história são capazes de aproximar a perspectiva universalista da razão e a perspectiva particularista da identidade pessoal e coletiva, da subjetivação.

Neste tipo de lógica torna-se necessária uma maior articulação entre a perspectiva universal dos direitos humanos e a perspectiva particular das situações e relações sociais nas quais esses direitos devem ser protegidos, assim afirma Touraine (1994, p. 345):

Só há atores sociais se se combinar a consciência interiorizada de direitos pessoais e coletivos, o reconhecimento da pluralidade dos interesses e das ideias, particularmente dos conflitos entre dominantes e dominados, e enfim a responsabilidade de cada um a respeito de orientações culturais comuns. Isso se traduz, na ordem das instituições políticas, por três princípios: o reconhecimento dos direitos fundamentais, que o poder deve respeitar; a representatividade social

dos dirigentes e da sua política; a consciência de cidadania, do fato de pertencer a uma coletividade fundada sobre o direito.

O que está exposto significa, então, que somos convidados a pensar a democracia por outro viés, ao contrário do retorno a uma perspectiva apenas universal, racional e objetiva, do século das luzes, “é preciso voltar-se para o sujeito como princípio fundador da cidadania e definir os conflitos sociais como um debate sobre o sujeito – aposta cultural central – entre os atores sociais opostos e complementares” (Touraine, 1994, p. 358). Segundo o autor, ainda, a “democracia não é o triunfo do povo, mas a subordinação ao mundo das obras, das técnicas e das instituições, à capacidade criadora e transformadora dos indivíduos e das coletividades” (Touraine, 1994, p. 370).

Diante das aceleradas e diversificadas mudanças, seria ainda possível falar de sistema social, definido por relações de classe como um conflito central na sociedade atual? Essa questão permite estabelecer um diálogo entre Touraine (1984, 1994) e Melucci (1996). As contribuições dos autores nos possibilitam avançar de uma sociologia dos sistemas para uma sociologia dos atores, e, principalmente, de uma ideia de ator social para uma ideia de sujeito. Touraine (1984, 1994) retoma o questionamento levantado acima acrescentando novas argumentações ao dizer que o sujeito se coloca por oposição a lógica do sistema. O sujeito e o sistema não são universos separados, mas movimentos sociais antagônicos:

Enfim, não estarão os movimentos sociais divididos entre (...) resistir às manipulações tecnocráticas, e (...) utilizar as técnicas mais avançadas para transformar a gestão da sociedade? Os atores sociais do passado tinham uma capacidade de ação limitada, porque ainda estavam mergulhados num mundo mais de reprodução do que de produção; hoje é o contrário: a mudança acelerada não desmembrará os atores? (Touraine, 1984, p. 223).

Touraine (1984) não se propõe a responder tais questionamentos, argumentando que para isso seriam necessários novos estudos sociológicos e históricos sobre a sociedade, mas anuncia que o conceito de sociedade programada serve para discorrer sobre o assunto. Acredita que esse termo seja mais preciso do que sociedade pós-industrial para caracterizar a excessiva produção e difusão de bens simbólicos e culturais, de conhecimentos e de informações, contrários a difusão de bens materiais da sociedade industrial.

A análise crítica dos novos movimentos sociais, por meio dos novos atores sociais, neste caso os ativistas e agentes públicos envolvidas nas tensões entre as práticas universalistas e particularista da política de direitos humanos LGBT, rompe com a antiga representação dos movimentos sociais como agentes históricos do progresso, da razão e da

revolução. Tal discussão é substituída para uma nova representação do movimento social como um ator coletivo envolvido num conflito pela gestão da sociedade. É a substituição da perspectiva de uma sociologia da sociedade para uma sociologia dos atores, dos sujeitos, dos sistemas de ação, das relações de poder e dos conflitos sociais e, portanto, dos movimentos sociais. Desta forma, é preciso ir além da perspectiva marxista, na qual a dinâmica das forças de produção e das relações de classe entre burguesia e proletariado são determinantes na análise social. Segundo Touraine, (1984, p. 49), “Os atores sociais não se limitam a reagir a situações, mas produzem igualmente estas últimas. Eles definem-se ao mesmo tempo pelas suas orientações culturais e pelos conflitos sociais em que estão envolvidos”.

Isto só poderá ocorrer numa sociedade democrática e na ausência de princípios metassociais e de autoridade absoluta do Estado. Ou seja, Touraine (1984) separa os movimentos sociais da ideia de revolução para relacioná-la a de democracia e de liberdade política, sem a qual os atores sociais não podem negociar e nem enfrentar as relações de dominação as quais se integram. A passagem de um tipo de sociedade a outro pode operar-se por meio de guerras ou, pelo contrário, através de transformações internas operadas na base da vida social:

Só há movimento social, condutas coletivas empenhadas no conflito pela gestão da historicidade, se o ator possuir a capacidade de se sobrepor às meras reivindicações e mesmo às negociações políticas para se reconhecer e afirmar mais como produtor do que como consumidor da situação social, como capaz de a pôr em questão em vez de tão-só lhe responder (Touraine, 1984, p. 28).

Para Melucci (1996), a democracia na sociedade complexa permite aos atores sociais o reconhecimento pelo que eles são ou pelo que eles querem ser. Tais condições os conduzem para a criação do reconhecimento e autonomia. Nesse sentido, “democracia é a liberdade de representação, liberdade de expressão identitária no sistema de representação, liberdade de pertencimento ou liberdade para construir espaços sociais de reconhecimento” (Melucci, 1996, p. 220).

Neste viés é argumentado que apesar da palavra classe ser necessária para definir as categorias sociais a que os movimentos sociais organizados se referem, é preferível na sociedade atual utilizar o termo movimentos sociais do que classes sociais, já que classe pode ser definida como uma situação enquanto movimento social é uma ação, uma ação de um sujeito social. Ou seja, de um “ator que põe em causa a formação social da historicidade” (Touraine, 1984, p. 103). Esse debate é retomado na década posterior:

A noção de classe social correspondeu a um pensamento historicista. Ela fazia com que a oposição entre dominantes e dominados se baseasse na oposição entre a sociedade e a natureza (...). Atualmente, ao contrário, devemos substituir as noções que definiram os atores por uma situação não social por outras noções que analisam as situações em termos de atores e de relações sociais. É por isso que a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social (Touraine, 1994, p. 257).

Um movimento social possui uma vontade de mudança e de reapropriação da sociedade, representando um conflito social que busca realizar valores culturais de combate a um adversário social. Dessa forma, uma luta reivindicadora, não é a princípio um movimento social, podendo ser apenas uma defesa corporativa ou mesmo a denúncia de uma injustiça. Porém, tais expressões não dizem nada sobre o sentido da ação e não colocam em questão a gestão social das grandes orientações e investimentos de uma sociedade. Touraine (1984) traz uma diferenciação entre três termos ainda muito confundidos: comportamentos coletivos, lutas e movimentos sociais. Comportamentos coletivos são ações conflituosas que buscam a defesa, a reconstrução ou a adaptação de um elemento que esteja diferente do seu sistema social. Lutas são conflitos que representam mecanismos de mudança. Movimentos sociais são ações conflituosas que procuram transformar as relações de dominação.

Os comportamentos coletivos para a efetivação de lutas sociais voltadas aos direitos das pessoas LGBT apontam novas formas de convivência social pautadas na transformação das relações de dominação. Desta forma, não nos causará estranheza pensar os grupos sociais portugueses como um movimento social mesmo comparando-os aos grupos sociais brasileiros, já que mais do que quantidade de atores sociais para composição de um movimento social, percebe-se que estes atores estão conseguindo romper com as desigualdades sociais. Quer dizer, a compreensão dos movimentos sociais só poderá ocorrer através da ideia de construção da visibilidade do conflito, baseada na sociologia da ação, tornando-se cada vez mais necessário afirmar essa nova forma de investigação social:

dando um papel central à noção de movimento social e criando uma nova prática profissional, que procure apreender o ator na consciência que ele tem da sua própria ação. Uma sociologia para quem os homens fazem a sua história sabendo que a fazem, sem deixar de estar, ao mesmo tempo, aprisionados em ideologias [...] que estudem os atores não só nos seus atos mas também na análise que eles próprios fazem desses atos, e que tentem fazer emergir, para lá das condutas-resposta impostas pela existência de uma ordem social, as condutas de questionamentos, pelas quais a sociedade se produz conflituosamente (Touraine, 1984, p. 198).

A respeito da presença dos movimentos sociais nas sociedades complexas, Melucci (2001) discorre sobre seus princípios de análise. Pode-se perceber nessa obra uma alusão ao conceito

de Touraine. Um movimento social é um sistema de ação que expressa um conflito e não apenas resposta a uma crise. Sua ação coletiva “comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (Melucci, 2001, p. 35), sendo assim, seu campo analítico se refere a esse contexto, que por sua vez possui uma pluralidade de significados e de afirmações identitárias.

É possível encontrar em ambos os autores uma advertência quanto à sacralização dos movimentos sociais como iniciativas progressistas. Sabe-se da existência de movimentos sociais que se potencializam por estarem mais próximos das práticas e discursos dominantes e das instituições hegemônicas. Esse fato foi comentado pelos entrevistados ao destacarem a diferença na visibilidade dos movimentos sociais que estão mais pactuados com o Estado e a falta de visibilidade daqueles que preferem uma postura de independência das parcerias com o poder público. Os primeiros podem ser sutilmente utilizados como mecanismos do sistema político de enfraquecimento das mobilizações progressistas. Esse é um fenômeno que tem sido muito comum na atualidade e tanto Touraine (1984) quanto Melucci (1994) alertam sobre o risco de cooptação dos movimentos sociais pelo poder público e, conseqüentemente, o risco das perspectivas universalistas de direitos humanos abafarem as especificidades das lutas das minorias sociais.

Ao discutir sobre o paradigma dos novos movimentos sociais, Gohn (1997) agrupa Touraine como líder da corrente francesa e Melucci como líder da corrente italiana. A autora argumenta que há uma concordância entre Touraine e Melucci quanto à visão de que os movimentos sociais são como “uma lente por meio da qual problemas mais gerais podem ser abordados (...). Eles institucionalizam práticas sociais e mudam a linguagem cultural de uma época” (Gohn, 1997, p.157).

No entanto, esta postura de classificar os movimentos sociais tradicionais a partir de uma ênfase econômico-estrutural e os novos movimentos sociais a partir de uma ênfase simbólico-cultural contribuiu para reduzir a compreensão da complexidade das ações coletivas. Principalmente no Brasil, sabe-se que as lutas conciliam demandas no âmbito econômico-estrutural e no âmbito simbólico-cultural. Por exemplo, as reivindicações das travestis e transexuais por geração de emprego e renda e também por direitos de liberdade de expressão.

Neste aspecto, Melucci (1996; 1999) irá, posteriormente, fazer uma revisão da sua própria teoria, distanciando-se de Touraine tal como descrito no parágrafo anterior. Melucci irá argumentar que a complexidade das relações que envolvem os movimentos sociais se refere a antagonismos plurais geradores de constantes conflitos de negociações. Por isso, se é

possível falar de novos movimentos sociais, suas características principais não estariam numa única ênfase das ações coletivas, mas nas suas novas formas de linguagem, hábitos e culturas que se traduzem em resistência e transformação de uma lógica dominante, por meio de conflitos simbólicos e da reapropriação de seu significado, tal como consta na citação abaixo:

Os movimentos sociais não são novos ou velhos em si mesmos, mas compreendem um tanto de diferentes orientações com seus componentes pertencendo a diferentes leis históricas de uma dada sociedade. A noção de identidade coletiva pode ajudar a descrever e explicar essa conexão entre a aparente unidade, que é sempre nosso ponto de partida empírica e a sublinhar a multiplicidade, que pode ser detectada somente por uma apropriada ferramenta analítica (Melucci, 1996, p. 79)³¹.

Desta forma, pensar sobre a categoria identidade coletiva, como construções coletivas em torno de valores e símbolos de pertencimento grupal, contribui para o avanço das discussões sobre as demandas, discursos e práticas coletivas que tem permitido redes de solidariedade para a mudança social. As noções de reconhecimento, reciprocidade e pertencimento tornam-se importantes para a compreensão dos processos de constituição das identidades coletivas – o “nós” – como via de realização das ações coletivas (Melucci, 1996; Prado, 2002; Scherer-Warren, 2005).

Diante destes argumentos, para além da expressão Novos Movimentos Sociais, termo cunhado por Touraine, merece destaque ressaltar as Novas Identidades Coletivas, termo cunhado por Melucci, pode-se dizer que o conceito de ação coletiva supõe uma teoria da identidade coletiva:

A ação coletiva de um movimento empírico é o resultado de propostas, recursos e limites (...). Indivíduos e grupos definem em termos cognitivos e efetivos o campo de possibilidades e limites que eles percebem e ativam simultaneamente suas relações para criar significados a partir de seu comportamento compartilhado para dar sentido a seu estar junto e aos objetivos que eles perseguem (Melucci, 196, p. 39)³².

Melucci localiza sua discussão sobre os novos atores conflituais a partir do contexto pós-industrial e informacional, ele propõe um novo conceito de identidade como provenientes do resultado de trocas, negociações, decisões e conflitos entre atores. Sua ênfase é sobre o papel da informação na mudança da natureza da ação coletiva no final do século XX. Assim, as novas formas de identidade política apontam recentes formas de ações coletivas voltadas, por exemplo, para o movimento LGBT, o movimento de mulheres, os protestos ecológicos e a cultura juvenil. Ao enfatizar na concepção de identidade coletiva o seu caráter interativo, compartilhado e permeado por tensões internas e externas, nos conduz

³¹ Tradução livre do inglês.

³² Tradução livre do inglês.

a pensar o sujeito como ator da ação e dotado de identidade. Sua identidade coletiva asseguraria a continuidade da ação coletiva. Diferente das abordagens funcionalistas, sua análise não se reduz a um modelo de cálculos e benefícios, mas engloba investimentos emocionais e cognitivos na definição de seu pertencimento a um coletivo. Por isto, os conflitos que envolvem tanto a transgressão de papéis quanto os recursos materiais, são prioritariamente conflitos de identidade (Melucci, 1996).

Segundo Melucci, apesar da sua discussão ser próxima a de Touraine, para este a “identidade é simplesmente colocada como um dado, como um tipo de essência do movimento” (Melucci, 1996, p. 67)³³. Ao contrário, Melucci destaca que a dimensão social dos “conflitos antagônicos não pode explicar tudo, e por isso o conceito de identidade coletiva nos adverte sobre a constante necessidade de reconhecimento de uma pluralidade de níveis na ação coletiva” (Melucci, 1996, p. 79). Esta sempre será a contribuição mais importante que o conceito de identidade coletiva pode acarretar para o campo de estudo dos movimentos sociais, conforme é percebido nos argumentos da entrevista abaixo:

então um pouco assim como que movimentos sociais que vem de lugares tão diferentes com discursos e práticas tão distintos, tavam formando o mesmo campo político né, eles começaram a atuar juntos na organização da Parada em um determinado momento...mas eu podia ver as dinâmicas entre eles, como que eles argumentavam na hora que eles discordavam né, como que eles buscavam justificar e sustentar os argumentos deles, onde que eles se aproximavam, onde que eles se separavam... e que se criou uma determinada hegemonia em torno dos movimentos LGBT, né , se criou uma hegemonia ali em torno desses movimentos (Entrevista 7BH).

Para pensar sobre estes entre tantos outros dilemas contemporâneos, Touraine (1994) escreveu uma obra crítica sobre a modernidade. Vários teóricos já argumentaram o desencantamento do mundo nesse momento histórico, porém este não pode ser reduzido ao triunfo da razão e da objetividade. Para Touraine a crise na relação sujeito e sociedade no mundo atual representa muito mais a separação dualista entre o conhecimento objetivo e o subjetivo, bem como entre o universal e o particular. Enquanto nas sociedades pré-modernas

³³ Tradução livre do inglês.

havia certa confusão entre sujeito e objeto, na modernidade ocorre a “derrubada das convenções, tradições, costumes e crenças; a saída dos particularismos e a entrada no universalismo” (Touraine, 1994, p. 216).

No entanto, diferente do que ocorreu com o processo capitalista de modernização, hoje é preciso reconhecer que numa sociedade pós-moderna tanto a racionalização quanto a subjetivação são imprescindíveis para abarcar a complexidade e pluralidade das demandas sociais. Por isso, razão e sujeito, universal e particular são dois lados opostos e ao mesmo tempo complementares na modernidade. Passou-se muito tempo acreditando naquilo que a elite capitalista, identificada com a racionalidade, tenta nos impor de que para que a ciência possa triunfar seja necessário renunciar ao sujeito, ao sentimento, à imaginação, ou seja, a todas as particularidades envolvidas aos grupos sociais, tal como aponta Touraine (1994, p. 229):

(...) o triunfo exclusivo do pensamento instrumental conduz à opressão, como o triunfo do subjetivismo conduz à falsa consciência. O pensamento só é moderno quando ele renuncia à ideia de uma ordem geral, ao mesmo tempo natural e cultural, do mundo, quando ela combina determinismo e liberdade, inato e adquirido, natureza e sujeito. Isto deve levar a reconhecer a diferença essencial entre ciências da natureza e conhecimento social, mas sob a condição de não esquecer que existem ciências naturais do homem, sendo o ser humano ao mesmo tempo natureza e sujeito.

A melhor definição de modernidade para esse autor não está no progresso das técnicas, nem no individualismo e consumismo, mas no imperativo de liberdade do sujeito, que significa a sua transformação de objeto em sujeito da ação. É a interação entre a racionalidade e a subjetividade, entre o universal o particular, que mantém o caminho da liberdade. No ponto ao qual chegamos é pertinente questionar: como articular o reconhecimento das liberdades dos sujeitos com o reconhecimento de suas diferenças sociais, econômicas e culturais frente às garantias constitucionais que protegem essas liberdades e essas diferenças? Nos autores Melucci (1997); Scherer-Warren (2005) e Touraine (1997) pode-se encontrar a discussão de que a liberdade do sujeito está na alteridade, não como submissão, mas como reconhecimento de sua igualdade e diferença. É por isso que os temas voltados para o dilema entre universalidade e particularidade são centrais nesse debate sobre a construção da política de direitos humanos LGBT.

Assim, diante do hiato entre sujeito e sociedade, particular e universal, Touraine e Melucci nos apresentam uma possível síntese por meio de categorias de mediação, como: ação social, ação coletiva, ator social, sujeito e principalmente, historicidade, movimento

social e identidade coletiva. Pode-se perceber que os paradoxos entre uma perspectiva universalista e particularista, naturalista e culturalista, racionalista e subjetivista, totalitarista e democrática, são enfrentados a partir dos conflitos antagônicos e por uma busca permanente de interpretação desses diálogos e tensões por meio de suas teorias e categorias de análise. Não podemos deixar de reconhecer a importância do pensamento contemporâneo desses sociólogos e o aprofundamento e complexidade com que interpretam a realidade social. Suas teorias sobre respectivamente, a sociologia da ação e a identidade coletiva, traz um avanço nas discussões sobre os diferentes atores sociais envolvidos nas ações políticas numa perspectiva crítica e referendada a uma dinâmica intercultural e pluralista da modernidade, da democracia e dos sujeitos em seus diferentes contextos sociais.

A construção de uma identidade coletiva supõe investimentos constantes, porém, nesse movimento, que é processual – quanto mais se institucionalizarem as ações sociais, mais cristalizadas estarão suas regras. Se a política é feita para o(a) cidadão(ã), esta deve propiciar o exercício de cidadania que, por sua vez, ocorrerá desde que cada cidadão(ã) seja um agente social na construção de sua identidade. Dessa maneira, pode-se dizer que a definição de identidade articulada a uma noção mais ampla de cidadania é crucial para a relação entre os discursos e as práticas que nos interpelam, ora como sujeitos sociais de discursos particulares, ora como sujeitos que podem falar e ser falados por uma ação coletiva (Hall, 2005; Melucci, 2001; Mendes, 2002). O trecho da entrevista abaixo adverte sobre a importância de alargar o conceito de identidade:

Deve haver uma nova articulação entre o direito à igualdade e o direito à diferença... Sim, acho que foi no bojo desses movimentos sociais e também da nova esquerda, etc., que tem um papel diferente em lutar pela igualdade e pela diferença. E que o facto de termos a identidade diferente não quer dizer que devemos ter direitos desiguais, não é? Nós podemos ter os mesmos direitos reconhecendo a nossa diferença... É importante defender essa “identidade”, mas também corremos o risco da balcanização. E, portanto, o desafio... E, desse pondo de vista, acho que nós temos sempre... que ganhamos sempre em afirmar os direitos específicos tendo como referência os direitos universais. Ou seja, os transexuais têm o direito a identidade como todas as pessoas têm o direito a identidade. Todas as pessoas têm direito a ter um nome e que o seu nome seja respeitado... visto

que os transexuais também são pessoas e têm o direito a este direito... ham... têm esse direito a identidade. Os homossexuais existem, são vítimas de discriminações específicas... Têm direito a serem respeitados por aquilo que são assim como todas as pessoas têm direito a ser respeitadas por aquilo que são. Então, esta ponte entre os direitos de todos – porque nós temos que nos comunicar com todos... e quando nós fazemos uma luta, uma disputa contra a hegemonia das ideias... acho que a luta feminista é uma luta contra as hegemonias das ideias, mas que disputa contra as ideias sexistas. Não disputa diretamente contra as ideias homofóbicas, e ambas são ideias discriminatórias. Quando nós fazemos esta disputa, acho que nós devemos e queremos ganhar a maioria para ideias anti-discriminação. E para ganhar a maioria contra a ideia de discriminação, acho que é interessante que... dar visibilidade a identidades minoritárias e nomeá-las – porque se nós não as nomearmos elas não existem, o seu reconhecimento é impossível... Mas, não vejo nenhuma desvantagem a que estes movimentos façam referência a direitos universais, porque aí estás a comunicar com grupos de pessoas que acham que esses direitos têm um valor para todos... e tu dizes que não valem para determinadas categorias porque estão a ser negados. Acho que isso é positivo (Entrevista 4L).

Fraser (2006) esclarece que, desde o final do século XX, a luta por reconhecimento instaura-se como um conflito político pós-socialistas, nos quais a identidade de grupo é o principal meio de mobilização política, em contraponto as questões de classe. Assim, reivindicações por reconhecimento da diferença fortalecem as lutas dos diferentes grupos em torno dos temas: gênero, raça, sexualidade, nacionalidade e etnicidade. Percebe-se que, em Belo Horizonte e Lisboa, bem como em demais cidades de países em desenvolvimento, esta tem sido uma articulação que gradativamente os movimentos LGBT têm proposto.

De acordo com Souza (2000), a teoria de Nancy Fraser sobre reconhecimento e redistribuição tem contribuído para elucidar os conflitos políticos presentes na modernidade tardia. Nesse sentido, conforme esclarece a entrevista abaixo, elaborar uma teoria crítica do reconhecimento, requer que sejam contemplados tanto os aspectos simbólico-culturais quanto os aspectos redistributivos econômicos:

Ham... Não há homogeneidade nos movimentos, e nem há homogeneidade no poder público. Os movimentos são atravessados por diferenças políticas... e o poder público também é atravessado por estas políticas... Ou seja, as questões... para utilizar aqui os termos da Nancy Fraser... acho que é assim... as questões da distribuição e dos reconhecimentos estão ligadas.... E, portanto, nós temos uma luta muito forte contra o governo sobre as questões da redistribuição. E temos tido algumas divergências a respeito das questões do reconhecimento. Algumas associações LGBT fazem como nós uma ligação mais forte entre a distribuição e o reconhecimento. Outras fazem uma ligação mais ténue. Ou seja, não se metem em discussões políticas que não sejam políticas sectoriais LGBT. Mas eu acho, que as políticas do trabalho, as políticas de... pronto, as políticas de distribuição... também têm um bocado das questões da política do reconhecimento: na questão das mulheres, nas questões LGBT, etc.... se calhar aí alguma separação um bocadinho maior de campos de associações que, de alguma forma, se enfraqueceram, baixaram as bandeiras e conformaram-se com a proposta do governo... (Entrevista 4L).

Souza (2000) assinala a inter-relação entre o reconhecimento e a redistribuição, sublinhando, contudo, que para o enfrentamento de tais injustiças as intervenções são diferentes. Assim, para a supressão da injustiça económica é necessária a indiferenciação de um determinado grupo e, por outro lado, para a remoção das injustiças de cunho simbólico, necessita-se de delimitar a diferenciação de um grupo específico. No relato de entrevista a seguir é possível constatar tal discussão:

Só vale a pena afirmar essa especificidade para lhe dar existência e para lhe dar reconhecimento. E acho que o domínio do reconhecimento é sempre um domínio que aspira um reconhecimento universal ainda que “daquela” especificidade, ainda que daquela identidade específica (Entrevista 4L).

Deste modo, os movimentos sociais que lutam pelos dois tipos de injustiça mencionados - sofrendo concomitantemente discriminações econômicas e culturais -, como paradigmaticamente os movimentos LGBT, acabam por apresentar, ao mesmo tempo e de forma necessariamente contraditória, uma afirmação e uma negação de suas especificidades.

Para ser um movimento social, os indivíduos envolvidos devem compartilhar de objetivos e de motivações resultantes de processos sócio-históricos conflituosos e contraditórios. A ação coletiva se mobiliza, por um lado, na direção da ação e dos conflitos sociais, e por outro lado, na direção da cidadania, ambas buscam a inclusão dos excluídos na esfera pública (Melucci, 1989).

Vale ressaltar que a relação entre os movimentos sociais e o Estado passou por várias mudanças ao longo dos acontecimentos históricos. Tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa, durante o período de ditadura os grupos sociais foram bastante reprimidos pelo Estado e pelas elites dominantes. Os movimentos sociais no período de redemocratização, começaram a se reaproximar do Estado. Alguns militantes passaram gradativamente a assumirem cargos na administração pública. Porém, hoje percebemos que esse processo também desencadeou uma desmobilização dos movimentos sociais Gohn (1994). Isto pode ser constatado também pelo trecho da entrevista seguinte:

porque na medida que os movimentos sociais eles perderam aquela ebulição que eles tinham, e é natural, ia perder mesmo, nenhum movimento social consegue permanecer mobilizado durante tanto tempo ...porque eles já estão todos muito amarrados, todos, poucos movimentos sociais permanecem com o poder de tiros, digamos assim, né, tanto em nível interpretativo, porque o discurso deles não avançou muito né, porque eles não souberam se apropriar do discurso acadêmico pra construir o deles, pelo contrario né, eles vulgarizam o discurso acadêmico quando eles o usam né, tentando reproduzir, falando nós também citamos autor né, ou eles fazem um discurso militante, muitas vezes, eles não conseguem complexificar o discurso deles pra produzir articulação, pra produzir renovação do movimento, pra remobilizar setores, pra reimpulsionar ações, porque também onde que estão essas pessoas, o movimento social são pessoas também né, o movimento social não é só as pessoas mas ele é feito de pessoas, onde tão essas pessoas, que impacto... Olha, eu acho que o

principal, principal, que os movimentos social tem conseguido fazer hoje, de um modo geral, eu acho que isso que eu vou falar nem circunscreve ao âmbito LGBT apenas né, eu acho que é explicitar conflito que já existiam antes... Porque eles conseguem apontar com mais precisão né o conflito, com mais precisão o conflito, eles politizam mais o debate... (Entrevista 7BH).

Consequentemente, as formas de participação na gestão das políticas sociais mudaram. Por exemplo, no período ditatorial as organizações da sociedade civil preferiam atuar de forma autônoma em relação ao Estado. A partir da redemocratização as associações civis buscam interlocuções com os governos, mas algumas ainda buscaram resguardar suas identidades coletivas. Sobre as ambiguidades dessas parcerias podemos de uma forma geral ressaltar que elas situam-se no campo da cultura política. O poder público ainda tende a se orientar por práticas políticas tradicionais, e a sociedade civil ainda se encontra incipientemente organizada (Scherer-Warren, 1999).

É, na verdade... é... é... é uma... é um momento muito delicado, na verdade não se torna tão delicado, porque...é... com a questão da redemocratização, o Estado, ele não se torna tão inimigo... do... da Sociedade Civil e a experiência do Movimento LGBT, principalmente no Brasil que vai sendo construída... se constrói e fortalece o movimento LGBT a partir da questão da AIDS, a experiência dessa parceria com o Estado, ela se dá muito na Saúde... até porque hoje a Saúde, isso a gente pode dizer, uma parte do poder público que começou com a participação popular... se foi muito na Saúde, desde as reformas sanitárias, das conferências de Saúde que são as conferências mais antigas, mais importantes, né?... o SUS... por exemplo, quando ele é construído, ele é construído a partir de conferência, ou seja, com a participação popular, com o povo e tal... então... com a questão da AIDS, o Movimento LGBT, ele teve muita participação, é... dentro do Estado, inclusive na elaboração e também na... na execução, né?... e implementação de algumas ações e de políticas... e isso ficou... Movimentos Sociais, eles começam... a... a entrar no Estado e fazer parceria... então o Movimento LGBT tem

essa característica... ele nasce parceiro do Estado, ele nasce e se fortalece dentro do Estado, então... não tem algumas dificuldades... eu particularmente tive... tive, mas não... foi mais uma questão pessoal mesmo, entendeu?... de... uma mais pessoal e ideológica do que realmente uma necessidade, assim... porque a gente já fazia uma parceria muito... com a Saúde e com... mas você vinha... pro... pra responder uma política... é... que é do Estado... (Entrevista 5BH).

Sobre as dificuldades desta parceria pode-se apontar que, por parte do Estado encontra-se: resistência a democratizar o poder, rivalidades partidárias, clientelismo, fisiologismo, política do “jeitinho”, falta de transparência e atrelamento a interesses privados; entraves no funcionamento da máquina administrativa, burocratizada e centralizada e autoritarismo dos agentes públicos, indicando a falta de prática para lidar com a democracia. Por parte da sociedade civil destaca-se: incipiente organização da população; dificuldade de envolvimento do cidadão nos processos participativos; falta de exercício de participação na gestão pública, ultrapassando as meras denúncias para a formulação e acompanhamento de propostas e tradição de delegação do poder, de demandas corporativas e de supervalorização do interesse privado (Scherer-Warren, 1999).

Na entrevista abaixo, esse dado é complementado pela justificativa de que a institucionalização das parcerias pelo consenso político somente tem sido possível via assimilação do movimento social em relação aos posicionamentos do poder público

e a outra parte do movimento está mais institucionalizada, digamos, é um “também” de assimilação, de querer estar... Então, isso era o argumento, vejam-nos, aceitem-nos, que nós até nos comportamos bem, e então não fazemos grande moça. Acho que esse é um argumento que funciona e que é amplamente aceite pelo poder político, até porquê, convenhamos, sublinha com um sistema de poder que já existe. Portanto, não põe em questão nenhum sistema de poder... ham... acrescenta mais pessoas a este sistema de poder. É claro que sempre com... com assimetrias. Com o poder, claro, não... Mas, incorpora nas suas próprias lógicas, não questiona as suas próprias lógicas. Isso é um ponto de consenso (Entrevista 13L).

Conforme o exemplo abaixo, esta assimilação tem conduzido o Estado a apoiar financiamentos de projetos sociais desenvolvidos pelo movimento LGBT de determinados grupos que mantem um discurso mais homogêneo com o poder público, ou seja, pelo direito a igualdade que é o discurso português ou pelo direito universal que é o discurso brasileiro, porém ambos nesse caso numa perspectiva de homogeneização, do que pelo direito à diferença, numa perspectiva de emancipação.

O Estado apoia iniciativas do movimento LGBT e de associações LGBT através de financiamentos de projectos, e isso é uma forma de intervenção também. O Estado contribui para o próprio movimento e para as reivindicações LGBT. Mas lá está, estes projectos são... da ILGA Portugal, da... são associações que têm o discurso da igualdade, e não tanto da diversidade. Mas esta é uma forma do Estado apoiar, sim; mas é perceber que é uma política... (Entrevista 13L).

Por isto, hoje o Estado não é mais reconhecido como inimigo, os equívocos desta parceria têm de certa forma anulado seus possíveis avanços. Isso mudou a própria dinâmica dos movimentos sociais, que foram amenizando suas lutas, conflitos e reivindicações (Gohn, 1994).

Na entrevista abaixo, são apontados alguns dos dilemas decorrente do fato de se transitar por esses dois lugares, pontuando que isso conduz a ter um olhar mais amplo da situação. O que aponta para a dificuldade de se manter uma postura mais crítica de controle social do Estado a partir do momento que se passa a fazer parte deste.

Eu entendo e... respeito, Andréa... assim, a militância raivosa, porque eu também fui da militância raivosa, só que as coisas vão mudando... o Estado de Minas Gerais... ele realmente assumiu... a questão LGBT, ele internalizou porque o Estado é feito por pessoas, né?... a gente, quando fala parece que é uma coisa bem diferente, a gente pensa o Estado como se fosse uma estrutura... numa... ela não funciona sozinha, né?... a partir do momento que essas pessoas estão... falando em nome de... falando em nome do Governador ou o próprio Governador assume que existe isso... é um bom caminho andando,

então assim... o que tem de resposta do Estado às demandas apresentadas pelo... pelo Movimento Social, nós nos pautamos em... fatos, quais são estes fatos?... propostos, né?... argumentados, discutidos... debatidos, exaustivamente debatidos da nossa Conferência LGBT... acho que a Conferência Estadual foi o maior documento retirado pra ser apresentado pro Estado... legítimo, a Sociedade e o cidadão que paga imposto... que paga ...eles pleiteam algumas coisas que já estão sendo implementadas pelo Estado ou que virão no ano 2011/2012... e não há esse diálogo, né?... não pode ter esse atrito, essa... esse desencontro, que é o desencontro de informação... isto é que causa esse atrito... pelo desencontro, aí num momento X... você fica preso: Não, isso vai ser construído, mas vai demorar dois anos, né?... e infelizmente, né?... Andréa, até para mim... eu gostaria que as coisas fossem mais rápidas, elas não são... é... nós passamos por troca de Secretários, você sabe muito bem o que é isso, troca de Prefeitos, depois é... troca de Governadores, depois vem vice-versa... e a gente fica... a gente fica à mercê de novos atores que entram e você vai começar o bê-a-bá... tudo do zero.... então... é... o Movimento LGBT... ele... ele foi educado a ter essa parceria com o Estado, diferente de outros Movimentos Sociais que... que têm muita dificuldade ainda (Entrevista 14BH).

Assim, a participação social a partir das lutas, conflitos e reivindicações, que antes era a maior ênfase dos movimentos para a transformação social, passa a se identificar com atuações de assimilação, com isso dissolvem as particularidades no universalismo do Estado. A criação das ONGs, o chamado Terceiro Setor, se fortalece nesse contexto, onde a relação entre a sociedade civil e o Estado deixa de ser uma relação de oposição e conflito e se estrutura como uma troca de interesses, onde as experiências e vivências do movimento social complementam as limitações do Estado e a institucionalidade deste para aprovação de projetos financiados complementam as limitações dos movimentos sociais. Daí o dilema: “afasta-se do Estado, perde-se poder, legitimidade e instrumentos de ação; aproximar-se do Estado perder-se credibilidade e a dinâmica das/com bases (...) tornando-se legalista, elitista e burocrático” (Fonseca et al., 2007, p. 18). O caso da AIDS, já discutido no primeiro capítulo, serve como exemplo paradigmático desta realidade.

No cotidiano dos movimentos sociais tanto belo-horizontino quanto lisboeta, percebe-se que este dilema encontra-se presente, tanto nas parcerias já estabelecidas entre alguns grupos LGBT mais institucionalizados e o poder público, quanto entre outros grupos LGBT que se propõem assumir uma postura mais contra-hegemônica na relação com o poder público naquilo que se ganha e perde em termos de conquistas políticas e de ascensões pessoais em ambas as situações. Se, por um lado, a parceria estreita com o poder público pode viabilizar a captação de recursos e projetos, a legitimidade dos grupos no âmbito governamental e mesmo a profissionalização de práticas voluntárias, por outro lado a autonomia em relação ao poder público é o que permite um maior poder de pressão e independência política.

Todavia, percebe-se tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa um movimento social que seja independente e não institucionalizado encontra maior resistência por parte do governo e mesmo de determinados grupos, para inserir suas reivindicações na agenda política. Tal constatação leva-nos a questionar se a priori as parcerias entre sociedade civil organizada e poder público representam massificação ou podem sinalizar tentativas de alargamento da participação de diferentes atores sociais na vida pública?

Desta maneira, pode-se dizer que a definição de identidade é crucial para a articulação entre os discursos e as práticas que nos interpelam, ora como sujeitos sociais de discursos particulares, ora como sujeitos que podem falar e ser falados (Hall, 2005; Mendes, 2002).

Porém, devido à complexidade temática do próprio conceito, utilizar o termo identidade como categoria de análise supõe definir com que concepção teórico-metodológica trabalhamos. Assim, embasados na concepção de Santos (1999), podemos dizer que só é possível servir desse conceito pelo fato de acreditarmos que a identidade não é um conceito rígido e imutável:

São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação (...). Identidades são, pois, identificações em curso (...). A questão da identidade é assim semifictícia. Para quem a fórmula apresenta-se sempre como uma ficção necessária (Santos, 1999, p. 135).

Hall (2005) busca sintetizar três concepções diferentes de identidade: 1) esclarece que o sujeito do Iluminismo era um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de consciência, razão e ação, o que aponta para uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade; 2) o sujeito sociológico surgiu com a crescente complexidade do mundo

moderno, o que levou à percepção de um sujeito que não era autônomo, mas dependente das outras pessoas e da cultura que habitava, o que demonstrava uma concepção interativa da identidade e do eu; e 3) o sujeito pós-moderno é fragmentado, não tem uma identidade física e essencial, mas várias identidades algumas vezes contraditórias frente às mudanças estruturais e institucionais de nossa cultura.

Quer dizer, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, as mudanças se tornam rápidas e constantes, o que leva à perda de um referencial único. A sociedade pós-moderna está, constantemente, sendo descentrada. É dessa concepção de uma identidade fragmentada e plural que percebemos nas nossas experiências e pelas falas dos entrevistados que esteja presente nesses atores sociais da política de direitos humanos LGBT.

É importante notar, conforme Santos (1999), que, além de plurais, as identificações são subjugadas pela hierarquia das distinções. Por isso, é necessário saber quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. Laclau (apud Hall, 2005) adverte que essa é uma concepção de identidade muito mais inquietante e inconstante que a dos modelos clássico e modernos mencionados. Por outro lado, essa concepção abre a possibilidade de novas articulações para a produção de novas identidades. O que leva à seguinte constatação: se a identidade não é física, as identificações também se transformam de acordo com o contexto histórico e social de cada época. Este, por sua vez, também é transformado pela inserção do sujeito no mundo em que vive.

No entanto, Mendes (2002, p. 532) enfatiza que:

As pessoas não têm dificuldade em (...) ancorar as suas identificações em identidades fixas, essencialistas, naturais, genéticas e históricas. A certeza do que se passa pela sua inscrição precisa e delimitada em espaços e em lugares concretos, pela criação discursiva e pragmática de fronteiras, limites e divisões (...). As suas identificações pessoais e sociais estão continuamente procurando a estabilização, mesmo que provisória, em identidades.

A fim de complementar essa discussão, Jacques (1998, p. 165) acrescenta que:

Compreender identidade (...) implica, necessariamente, articular dimensões aparentemente contraditórias, pois avessas ao pensamento lógico formal com o qual estamos habituados: indivíduo/social, estabilidade/transformação, igualdade/diferença, unicidade/totalidade. Implica compreendê-la como constituída na relação interpessoal (eu, não-eu, eu-grupo) a partir da inserção do indivíduo no mundo social e através da sua atividade que se substancia e se presentifica como atributo do eu: eu sou trabalhador – substantivo – porque exerço a atividade de trabalhador – verbo.

Santos (1999) utiliza o termo “descontextualização da identidade na modernidade”, porém procura ir mais adiante ao dizer que a descontextualização e a recontextualização das identidades coexistem como elementos contraditórios de um mesmo processo histórico, representados por atores individuais e coletivos.

Partir-se-á do pressuposto conceitual de Afonso (2001) para dizer que tanto a identidade social – posição social e desempenho de diferentes papéis no conjunto das relações sociais vividas – quanto a psicossocial – percepção de si no seu desempenho social ao longo de uma biografia – é construída na relação entre subjetividade e sociedade, comportando uma dimensão consciente e outra inconsciente. A trajetória diz respeito à sequência de fatos, relações, interações e papéis que agiram sobre o indivíduo desde o seu nascimento, englobando sua posição de classe, definição de gênero, etnia, etc. A experiência diz respeito à subjetivação dessa trajetória, ou seja, como foi vivida, percebida, nomeada, elaborada.

Desta forma, pensar sobre a categoria identidade coletiva, como construções coletivas em torno de valores e símbolos de pertencimento grupal, contribui para o avanço das discussões sobre as demandas, discursos e práticas coletivas que tem permitido redes de solidariedade para a mudança social. As noções de reconhecimento, reciprocidade e pertencimento tornam-se importantes para a compreensão dos processos de constituição das identidades coletivas – o “nós” – como via de realização das ações coletivas (Melucci, 1996; Prado, 2002; Scherer-Warren, 2005).

O reconhecimento da necessidade de equivalências sociais (Mouffe, 1988), percebido frente a injustiça social, ocorre diante da conscientização de que os direitos humanos devem ser garantidos para todos. Apesar dos conflitos sociais no campo LGBT serem muitas vezes devido a disputas personalistas e interesses individuais relacionados à luta por recursos, percebe-se que a cultura política, as crenças políticas e ideológicas e a formação de redes também foram importantes para a constituição e manutenção das identidades coletivas. Assim, temos como exemplo as primeiras Paradas LGBT de Belo Horizonte, a partir das quais os movimentos LGBT iniciaram articulações com outros movimentos sociais. Já nos últimos eventos as parcerias foram focadas em órgãos e pessoas ligadas ao poder público da área dos direitos humanos, com isso a identidade coletiva desses grupos tem migrado para uma assimilação as lógicas institucionais (Machado, 2007).

Os movimentos sociais são formados por sujeitos e não podemos esquecer que estes são plurais, ambivalentes e por vezes contraditórios. Talvez seja por isso que a teoria de Melucci, ao constatar este dilema, divide-se por um lado entre o desejo de sistematizar e

generalizar um conceito e por outro lado na preocupação de apontar a diversidade existente dentro dos próprios movimentos sociais. Tal pluralidade pode ser apontada ao movimento LGBT, que por si já representa uma grande diversidade de lutas e diferentes níveis de conquistas políticas. Por exemplo, se compararmos os avanços alcançados pelo movimento gay, bem como seu menor nível de discriminação em relação ao movimento transgênero, poderemos constatar o quanto são diversos e o quanto o grupo de travestis e transexuais ainda se encontra num maior nível de vulnerabilidade e ausência de políticas específicas. Por isso, as práticas políticas universais precisam se articular com as práticas voltadas para grupos específicos, buscando assim uma política que seja para todos sem descaracterizar os grupos e sujeitos. Mas como garantir que todas as lutas e particularidades sejam incluídas na arena política?

As mobilizações que permitem o debate e a intervenção em questões sociopolíticas – como a violação de direitos, ações coletivas e movimentos sociais, relações de poder, valores democráticos e autoritarismo – contribuem para o exercício de ações coletivas para a mudança social. Prado (2003) observa que o caráter político dos direitos humanos não é algo inerente a essa temática. Porém, os direitos humanos pode se incluir nesse debate, desde que sejam capazes de articular questões individuais e coletivas sem reduzir o coletivo aos “interesses individuais e a vida individual de sujeição coletiva (...). O campo do político deve ser definido como o campo da tensão entre a lógica da posição identitária e a lógica da diferença” (Prado, 2003, p. 68-70).

Teoricamente, se as políticas públicas constituem respostas construídas pelo Estado às demandas da sociedade, o direito coletivo que as fundamenta elege prioridades de um grupo social em relação a outros. Esse processo apresenta conflitos que devem ser orientados para os interesses públicos, o que requer intersetorialidade das ações, territorialidade dos serviços, descentralização da política, acessibilidade e participação da sociedade civil na gestão local (Cunha & Cunha, 2002).

Por isto, é preciso definir que políticas públicas são o “curso de ação baseado na seleção de meios orientados para a realização de certos fins, adotadas por autoridades ou agentes públicos (...) onde estão envolvidos os ocupantes de cargos públicos” (Zauli, 2003, p.27).

Cabral (1999) nos propõe um conceito de políticas públicas mais abrangente, ao enfatizar a responsabilidade do Estado na construção de respostas políticas e a responsabilidade da sociedade civil na participação política:

A política pública é uma atividade de governo que compõe interesses conflitantes (que devem ser orientados) para o bem comum, ou interesse público. Os destinatários de uma política pública são todos os cidadãos, sem exceção. (...) A constituição brasileira determina que as políticas de cunho social sejam feitas com a participação da sociedade, representada por suas entidades, de modo a defender os interesses gerais da população (Cabral, 1999, p.131-32).

Assim, a formulação de políticas públicas deve ser compreendida, como o processo por meio do qual os governos traduzem as demandas em programas e ações, que produzirão resultados frente à mudança desejada, possuindo impactos no curto prazo, mas tendo como horizonte temporal o longo prazo. Por isso, a dificuldade de perceber os impactos das políticas públicas sobre a vida das pessoas, devido à dificuldade de elaborar indicadores de sua efetividade. Isso demanda processos permanentes de avaliação, para reformulação das ações, definição de prazos, atores responsáveis e recursos necessários. Mas não podemos deixar de destacar que esse cenário burocrático é marcado por correlações de força e poder, conflitos ideológicos e escassez financeira. Assim, uma desarticulação entre os processos de formulação e implementação pode conduzir à fragmentação, centralização e equívocos nas ações políticas. Nesse caso, o diálogo constante entre formuladores e implementadores de políticas públicas é um grande desafio para sua efetividade (Mello, Avelar & Maroja, 2012). A complexidade que envolve a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas vem da histórica de sua criação. Muitas vezes, são formuladas em contextos autoritários, nos quais os indivíduos representam muito mais objetos de regulação estatal do que sujeitos de direitos. Tais dinâmicas políticas sustentam concepções acríticas sobre dignidade humana, liberdade e solidariedade. Essa dinâmica se manifesta também na história das demandas por direitos sexuais mediados pelos direitos sociais no Brasil (Nardi, Reis e Machado, 2012). Segundo Sposati (2000), a Constituição Federal Brasileira de 1988 expressa a garantia dos direitos em lei nacional e as políticas públicas, por sua vez, expressam respostas construídas para assegurar sua realização. Entretanto, os diversos governos têm implementado tais políticas de maneira fragmentada. Deste modo, o desafio atual do Brasil é sair das políticas públicas setoriais para o desenvolvimento de formas mais articuladas e transversalizadas.

Programas emergenciais e/ou assistencialistas, portanto, não dão sustentação à consolidação do direito. Partindo do princípio de que os direitos têm uma função normativa e jurídica, desenvolver políticas públicas de direitos humanos implica reconhecer dois aspectos indissociáveis e complementares:

- direitos humanos são base de todas as políticas públicas, no sentido de que elas vêm para responder à responsabilidade do Estado de garantir acesso e satisfação de direitos;
- direitos humanos exigem políticas públicas específicas³⁴.

A questão subjacente a todo este processo é saber até que ponto, na prática, essas respostas, ao contrário de públicas, não representam o interesse próprio dos governos na tentativa de garantir sua condição de governabilidade e governação.

Estas questões enfatizam a articulação entre subjetividade e cidadania para a efetivação de uma cultura emancipatória. Santos (1994) ressalta que vivemos um processo de transição paradigmática entre modelos regulatórios e emancipatórios. Para superar os primeiros não basta considerar a inter-relação entre cidadania (respeito à igualdade) e subjetividade (respeito às diferenças), mas é preciso trabalhar essa articulação pela emancipação. No princípio da regulação, o mercado e o Estado sobrepõem-se à comunidade, e a relação entre subjetividade e cidadania se dá pela via da tutela e caridade. O equilíbrio entre essas concepções se dá na medida em que os limites impostos por uma concepção à outra, propiciem a participação por meio da autonomia do sujeito-cidadão.

Conforme já foi discutido, no período do regime militar brasileiro, os movimentos sociais atuavam de forma autônoma em relação ao Estado, e lutaram contra o governo porque era um Estado ditatorial. A partir do processo político de redemocratização, a sociedade civil organizada tem realizado parcerias com o poder público. muitas delas buscando resguardar suas identidades políticas. As maiores dificuldades de parcerias entre Estado e sociedade civil situam-se no campo da cultura política (Scherer-Warren, 1999).

A relação entre poder público e movimentos sociais pode apresentar semelhanças com a relação entre a regulação e a emancipação (a relação se torna delicada se não for bem conduzida), da mesma forma que a relação entre os direitos humanos e os direitos específicos, numa vertente emancipatória, pode equivaler a uma maior pressão social e numa vertente regulatória pode resultar em padrões comportamentais estritos (Santos, 2004).

Para buscarmos abarcar melhor a complexidade envolvida nessa discussão sobre movimentos sociais, políticas e identidades, entre uma perspectiva universal e particular, destacamos as contribuições de Laclau (2011) que, no livro *Emancipação e Diferença*, trabalha um capítulo sobre *Universalismo, particularismo e a questão da identidade*. O autor

³⁴ Trecho baseado na carta elaborada pelo Conselho Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos-MNDH e enviada ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 10 de dezembro de 2003.

discorre sobre as múltiplas identidades que estão surgindo na contemporaneidade e sua correlação com a morte do sujeito, pela nossa constatação diante da inexistência do Sujeito de que podem existir sujeitos múltiplos.

Daí foram surgindo novas identidades a partir dos sujeitos ditos universais. Por isto, persiste-se na seguinte questão: as relações entre universalismo e particularismo seriam relações simples de exclusão mútua? Para respondê-la utilizou-se das contribuições de Ernesto Laclau que levanta as formas históricas que este tema tem sido pensado. Primeiro pela abordagem de que há uma divisão rígida entre o universal e o particular; segundo de que o universal representa a razão e o particular representa o subjetivo, por isso as especificidades viriam para corromper a universalidade, ou mesmo que o particular realiza em si o universal e terceira possibilidade é articular essa discussão ao cristianismo. Onde a totalidade existe, porém pertence a Deus. Assim, chega-se à conclusão de que a fissura entre o “universal e o particular é irreparável, o que equivale a dizer que o universal nada mais é do que um particular que em algum momento se tornou dominante, que não há nenhuma possibilidade de alcançar uma sociedade reconciliada” (Laclau, 2011, p. 54).

Isto pode ser constatado pela multiplicidade de lutas políticas que surgiram a partir da década de 1990, tanto no Brasil quanto em Portugal, no interior das quais questões particularistas entre movimentos LGBT, feministas, negro e outros por vezes disputaram agendas políticas por demandas sociais específicas, e, como decorrência, as agendas universalistas foram sendo deixadas de lado. No entanto, tanto o apelo ao puro particularismo quanto ao puro universalismo se tornam lutas autodestrutivas, pois “não posso afirmar uma identidade diferencial sem distingui-la de um contexto, e, no processo de fazer uma distinção, afirmo o contexto simultaneamente” (Laclau, 2011, p. 56).

Desta forma, constatamos a contradição inerente a todas as formas de oposição rígida. O que nos convida a uma análise dialética da relação entre o universal e o particular. Ou seja, as lutas particularistas se tornam comprometidas com a mudança social ao rejeitar tanto aquilo que nega sua identidade quanto a própria identidade (Laclau, 2011). Isto retoma a discussão realizada nessa Tese no item 2.4 do capítulo II, em que foi discutida a necessidade das ações de estratégias políticas para a afirmação de identidades LGBT não caminharem isoladas de uma discussão mais ampla sobre a fluidez identitária proposta pela Teoria Queer:

Ultrapassar uma ambiguidade implica ir além de seus polos; significa que nenhuma política de simples preservação de uma identidade é possível. Se uma minoria (...) tiver de afirmar sua identidade num novo contexto social, terá de levar em conta novas situações que inevitavelmente a transformarão (...) a rejeição do outro não é

eliminação radical, mas uma renegociação constante das formas de sua presença (...) Ora, como seria possível essa coexistência sem alguns valores universais em comum, sem um senso de pertencer a uma comunidade mais ampla do que cada um dos grupos específicos em questão? (uma coisa é dizer que os valores universalistas do ocidente são prerrogativas de seus grupos dominantes tradicionais; outra, muito diferente, é afirmar que o vínculo histórico entre os dois é um fato contingente e inaceitável, que pode ser modificado através de lutas políticas e sociais (Laclau, 2011, p. 59-64).

As discussões acima servem para pensar o paradoxo discutido por Laclau (2011), de que o universal não tem um conteúdo concreto próprio, mas é um horizonte sempre móvel, por isso ele é incomensurável com qualquer particularidade e só existe dentro dela.

O risco é o apagamento das questões, mas esse é sempre o risco quando se fala em Direitos Humanos... por uma lado é quando são abrangentes, por outro lado o que é... o que é difícil aqui é sempre garantir que se consegue simultaneamente lutar por Direitos Humanos... dos... dos mais diversos grupos... porque de outra forma acaba por ser um discurso tão englobante que acaba por ser vazio, não é? Vazio de conteúdo... e esse é o risco do discurso em torno dos direitos humanos (Entrevista 11L).

Enfim, este paradoxo entre os direitos humanos ditos universais e aqueles de ordem particulares não pode ser resolvido, pois sua irresolubilidade é que garante a democracia, tal como afirma Laclau (2011, p. 66):

Se a democracia é possível, é porque o universal não tem corpo e conteúdos necessários; antes, diferentes grupos competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal. A sociedade gera um vocabulário de significantes vazios cujos significados temporários decorrem de uma competição política. É essa incapacidade última da sociedade de se constituir enquanto sociedade (...) que torna incontornável a distância entre o universal e o particular e, conseqüentemente, encarrega os agentes sociais concretos desta tarefa impossível: o alcance da interação democrática.

Desta forma, pode-se exemplificar que nos momentos em que os atores sociais LGBT, podem realizar o universal a partir de suas ações políticas é porque conseguiram superar a própria forma de dominação, mantendo uma permanente assimetria entre o universal e o particular, garantindo assim o alargamento das lutas democráticas.

3. DISCUSSÃO DO CAMPO DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

(...) não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular.

Boaventura de Sousa Santos

3.1 Objetivo Geral:

Descrever e analisar como as tensões e diálogos entre a universalidade dos direitos humanos proposta pelo poder público e a particularidade dos direitos LGBT proposta pelo movimento social se materializam na construção da política de cidadania e identidade LGBT, nas cidades de Belo Horizonte e Lisboa, com foco no período de 1990 a 2010.

3.1.2. Objetivos Específicos:

- Descrever e analisar as tensões e os diálogos presentes na relação entre as ações políticas que o movimento LGBT desenvolve sobre a especificidade de suas reivindicações no sentido de sua articulação ou diferenciação com as reivindicações por direitos humanos universais;
- Descrever e analisar as tensões e os diálogos presentes na relação entre as ações políticas que o poder público desenvolve sobre a universalidade dos direitos humanos e a promoção da cidadania e identidade LGBT;

Sistematizar os efeitos dessa tensão e diálogo entre as particularidades das lutas por direitos pelo movimento LGBT e a universalidade das lutas por direitos humanos pelo poder público, tendo em vista as produções dessa articulação entre direitos específicos e direitos humanos.

3.2 Metodologia

(...) caminante, no hay camino, se hace camino al andar.

António Machado

A partir do levantamento bibliográfico relativo à interface entre direitos humanos e direitos LGBT, das entrevistas realizadas e da experiência construída, busca-se a complexidade teórico-prático da área, permitindo uma leitura ampliada do cotidiano. Foram enfatizados os antagonismos, hierarquias e relações de poder, buscando construir uma análise das tensões e diálogos entre a universalidade e a particularidade, entre o consenso e a diversidade, para a construção de mecanismos de transformação social.

Para a construção metodológica dessa pesquisa, tanto na coleta quanto na análise dos dados, utilizamos como referências principais Bardin (2011), Minayo (1994, 2007) e Santos (2008). A análise das entrevistas e a análise dos documentos foram complementados, respectivamente, por Gil (2002) e Mata Machado (2002).

Minayo (1994) conceitua, como campo de pesquisa, o recorte que o pesquisador faz do espaço, como uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas da pesquisa. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas e a análise de documentos, como formas de aproximação com o objeto de estudo e de construção de conhecimento.

Foram investigados pontos de tensão encontrados no cotidiano do planejamento, execução e avaliação da política considerando que esse é um espaço de disputa. Investigou-se questões tais como:

1. Quando e como a reivindicação pela diferença e/ou igualdade emerge?
2. Quando e como a associação de LGBT com direitos humanos aparece?
3. Quais conflitos aparecem?
4. Em que momentos algum consenso é possível?

Assim, tratou-se de sistematizar o campo e oferecer ao leitor um panorama de uma nova área de atuação.

No primeiro recurso metodológico, foram feitas entrevistas semi-estruturadas, gravadas e posteriormente transcritas. Tal técnica iniciou-se com um roteiro de perguntas que

foi se modificando pela liberdade do entrevistador em acrescentar novas perguntas para o aprofundamento dos objetivos da pesquisa. Esta ideia é sustentada por Minayo (2007, p. 14):

A qualidade da entrevista semi-estruturada consistem em enumerar de forma mais abrangente possível as questões onde o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto de investigação.

Conforme Mata Machado (2002), pode-se dizer que o emergente da entrevista de pesquisa é a situação intersubjetiva. O discurso produzido na interação pesquisador/entrevistado é uma co-construção mediada por formas de comunicação conscientes e inconscientes. Foi realizada também a técnica chamada *bola de neve*, em que o campo é composto através do próprio campo, isto é, os entrevistados indicaram outros, seja para entrevista, seja para localizar suas práticas e inserção institucional, quando era o caso.

Um segundo recurso metodológico foi a pesquisa documental ou análise de documentos. Aqueles dados produzidos de forma escrita, quase sempre, e mantidos nos espaços onde operam os gestores, agentes públicos e militantes que fazem parte do campo da pesquisa, ou seja, são as políticas que tratam do tema direitos humanos e direitos LGBT, seus projetos, seus relatórios, suas estruturas, fluxogramas e suas práticas. O *corpus* analisado também foi composto por materiais informativos diversos, tais como: jornais, panfletos, *folders*, atas, relatos de reuniões, *fanzines*, sítios de internet, estatutos internos e outros materiais produzidos pelos grupos e instituições. Além disso, vale ressaltar que de forma não sistemática foram realizadas: observação participante e confecção de diário de campo em reuniões, listas virtuais de discussão, seminários e outros eventos que envolviam a militância LGBT.

Sabe-se que os documentos, como materiais de domínio público, são produtos sociais que podem refletir as transformações das posturas institucionais cotidianas assumidas ou omitidas. Desse modo, escolhemos utilizar a pesquisa documental como complementar na coleta de dados, pois como Gil (2002, p. 47) ressalta:

Algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema, ou então hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.

Para a análise dos dados, utilizou-se o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (1992) que possui como pressupostos a concepção de que não há consenso no

processo de produção de conhecimento e que este processo é provisório e aproximativo, bem como o fato de que o produto final de uma pesquisa se constrói numa relação dinâmica entre o conhecimento daqueles que a praticam e a experiência da realidade concreta. Para esclarecer esse processo, a autora destaca três etapas:

1. Ordenação de dados: momento em que é feita uma sistematização de todos os dados obtidos no trabalho de campo;
2. Classificação dos dados: momento em que se realiza, com base em uma fundamentação teórica, uma leitura exaustiva e repetida dos dados coletados a fim de se obter interrogações para se identificar o que surge de relevante e articular aproximações e distanciamentos entre a teoria e a prática. Nessa etapa, o pesquisador elabora categorias específicas do material obtido com as entrevistas iniciando-se assim a busca de coerência interna das informações³⁵;
3. Análise final: momento em que se procura estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa a fim de responder as questões desta com base em seus objetivos. Desta maneira são estabelecidas as relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática (Minayo, 1994).

Esta pesquisa sustentou-se por meio da análise de conteúdo com a contribuição de Bardin (2011, p. 44) a partir do seguinte referencial:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagem.

Assim, na análise do material foi também considerado o processo de categorização definida por Bardin (2011, p. 145) como:

uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

³⁵ Bardin (1988) afirma que a categorização é um dos procedimentos mais importantes para a análise de conteúdo, que consiste em agrupar os elementos a partir de um critério previamente definido.

Este processo comporta duas etapas: o inventário, isolar elementos; e a classificação, repartir os elementos e procurar dar uma certa organização às mensagens. Ou seja, esta etapa deve possuir os seguintes critérios, segundo Bardin (2011):

- exclusão mútua, cada elemento não pode existir em mais de uma divisão;
- homogeneidade, cada conjunto categorial só pode funcionar com um registro e com uma dimensão de análise;
- pertinência, cada categoria deve estar adaptada ao material de análise escolhido e pertencer ao quadro teórico definido;
- objetividade e fidelidade, as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grade categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises;
- produtividade, fornecer resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

As contribuições analíticas de Minayo (1994) e Bardin (2011) foram complementadas pelas contribuições do referencial teórico-metodológico de “tradução”, de Boaventura de Sousa Santos. Porém, “o acervo teórico e metodológico da tradução deve ser utilizado com cautela dado que esta tem sido tradicionalmente unilateral na medida em que tem estado ao serviço das línguas e interesses de difusão cultural hegemônica” (Santos, 2008, p. 129). Por isso, o autor argumenta que ao contrário de utilizarmos de uma teoria geral na comparação de diferentes realidades, é preciso propor uma análise das igualdades e diferenças entre as experiências, por meio da tradução de saberes e práticas de cada contexto (Santos, 2008).

A tradução pode ser compreendida como um dos procedimentos metodológico que busca superar a insuficiência da ciência na compreensão da complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos. A experiência social é muito mais ampla e diversificada do que a nossa tentativa de racionalização que por vezes contribui para a manutenção das desigualdades ao desconsiderar a diversidade social e intensificar os conflitos frente a tentativa de homogeneizar a vida em sociedade. Por isso, o trabalho de tradução vem substituir a busca de uma teoria geral por uma ecologia de saberes³⁶.

³⁶ A ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias contra-hegemônicas ao modelo imposto pela globalização neoliberal. Tem como pressupostos: a defesa de que não há conhecimento neutro e que a reflexão epistemológica não deve buscar um conhecimento abstrato, mas os impactos sociais das nossas práticas de saberes (Santos, 2008).

O trabalho de tradução pode ser realizado sobre os saberes, as práticas e os seus agentes. Isso ocorre tanto entre os saberes hegemônicos quanto entre os saberes não-hegemônicos, pois o objetivo é criar inteligibilidades recíprocas que possam construir a contra-hegemonia (Santos, 2003, 2004, 2005, 2008, 2009).

Conforme argumenta o autor supramencionado, os procedimentos de realizar uma sociologia das ausências e a sociologia das emergências juntamente com o trabalho de tradução servem como um trabalho não apenas intelectual, mas também político. Se as primeiras possibilitam aumentar a percepção e captação da diversidade de experiências existentes, o trabalho de tradução permite criar inteligibilidade, coerência e articulações dessa diversidade de saberes e fazeres. Daí dizer que a sociologia das ausências trabalha substituindo monoculturas por ecologias de saberes.

Assim, o trabalho de tradução pode ser realizado a partir dos procedimentos que respondam as seguintes questões (Santos, 2008):

1. O que traduzir? As zonas de contatos, ou seja, os campos onde diferentes mundos se encontram e interagem
2. Entre quê traduzir? Os saberes e práticas que se formam como resultado de uma convergência de experiências;
3. Quando traduzir? Quando a zona de contato for resultado da conjugação de tempos, ritmos e oportunidades;
4. Quem traduz? Os representantes dos processos contra-hegemônicos, tais como ativistas intelectuais e acadêmicos, líderes de movimentos sociais e militantes da base;
5. Como traduz? A partir de um trabalho argumentativo, de desejar compartilhar o mundo, saberes e experiências;
6. Para que traduzir? Para alcançarmos uma razão cosmopolita, pois a justiça social não existe sem uma justiça cognitiva global. As expectativas são as possibilidades de reinventarmos a nossa experiência, promovendo a transformação social por meio de alternativas contra-hegemônicas.

Seguindo por esses referenciais teórico-metodológicos, considera-se que na pesquisa qualitativa, é mais legítimo trabalhar com amostragem não-probabilística, na qual é desconhecida a possibilidade de cada elemento do universo ser incluído na amostra, por não se basear no critério numérico para garantir sua representatividade. Cada entrevista foi

analisada minuciosamente, a amostragem de qualidade é aquela que abrange a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 1992).

Foram realizadas 29 entrevistas, sendo 15 entrevistas em Portugal, na capital Lisboa, e 14 entrevistas no Brasil, em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Quanto ao número de entrevistas realizadas partiu da metodologia descrita acima, ou seja, a coleta de dados foi encerrada a partir do momento que não apareceram novas indicações de entrevistados a partir da técnica bola de neve, o que coincidiu com o momento em que as entrevistas também deixaram de oferecer novas informações à pesquisa, conforme foi discutido anteriormente, na página 103 dessa Tese. O período de realização das entrevistas compreendeu os anos de 2010 a 2012, sendo que algumas delas foram complementadas por novas entrevistas realizadas dentro deste prazo. Junto às entrevistas também foi realizado visitas com observação participante nos locais em que atuam os movimentos sociais e as políticas LGBT e coletados documentos para o aprofundamento da análise dos dados e confrontação entre o discurso formal e informal³⁷.

A saturação de informações foi o critério de interrupção da coleta, as entrevistas foram interrompidas quando elas deixaram de oferecer informações suplementares. Minayo (2007, p. 197-198) afirma que: “por critério de saturação se entende o conhecimento formado pelo pesquisador, no campo, de que conseguiu compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo”.

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas em profundidade. Cada transcrição das entrevistas teve duração em média de duas horas de gravação que computou numa média de 50 páginas por entrevista. Além do rigor na coleta e na transcrição das informações, foi também garantido o cuidado na escolha de um transcritor com nacionalidade específica, brasileira e portuguesa, para que a transcrição ocorresse dentro das normas gramaticais da língua culta de cada nacionalidade, incluindo as idiossincrasias de cada contexto linguístico e urbano.

Não se pretendia compor uma amostra, uma vez que o universo é restrito e não justifica encontrar representantes proporcionais que indiquem a área e sua práxis. Optou-se, portanto, por compor um universo com informantes estratégicos, quer seja por representarem marcos históricos, aqueles que são nomeados como pioneiros no envolvimento com as questões concernentes aos direitos humanos e direitos LGBT, ou por estarem em posições

³⁷ Nos apêndices C e D se encontram, respectivamente, uma caracterização geral dos entrevistados de Belo Horizonte e de Lisboa. Maiores informações foram resguardadas para evitar uma grande exposição dos entrevistados

institucionais privilegiadas, de onde podem ter um panorama do campo. Incluiu-se, ainda, uma terceira categoria de entrevistados, aqueles que carecem de tal perspectiva, mas cuja inserção institucional os coloca em posição-chave nas suas funções.

Sistematizar um pouco dessa heterogeneidade entre os diferentes atores sociais envolvidos direta ou indiretamente na temática e na política dos direitos humanos LGBT nos espaços formalizados de atuação contribuiu para a sistematização das práticas, saberes e experiências, voltadas a uma nova configuração do contexto político. Esse foi o nosso desafio, de dar continuidade a tal estudo a partir da tradução das teorias críticas de análise da política de direitos humanos LGBT, do contexto Brasileiro e Português, com foco em Belo Horizonte e Lisboa. Salientou-se também nesta pesquisa, analisar as formas que os atores sociais da área LGBT têm encontrado para traduzir ou não os direitos LGBT em direitos humanos e vice-versa.

Enfim, de forma sintética, pode-se descrever os passos percorridos pela metodologia: levantamento bibliográfico; coleta de dados (documentos oficiais e não-oficiais); entrevistas com gestores, agentes públicos e militantes atuantes nos órgãos ou formadores do campo, tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa e estudo sobre a inserção da temática e política LGBT no poder público de Belo Horizonte e Lisboa.

A política é construída a partir de paradoxos (Scott, 2005), ela é a negociação do impossível. Reconhecer e manter uma tensão necessária entre perspectivas universalistas e particularistas contribui para ampliar e radicalizar a democracia. Tanto a tensão quanto o diálogo são necessários à política de afirmação da identidade e cidadania LGBT. A inserção de uma política de direitos LGBT numa política de direitos humanos é estratégica como via de politização do debate.

4. SISTEMATIZAÇÃO DO CAMPO

Somos diferentes, mas não opostos.

Gilles Deleuze

A partir deste momento, entramos em uma discussão mais aprofundada da análise dos dados coletados nas entrevistas. Para analisar mais de perto essa questão, partiremos agora para a pesquisa de campo realizada neste estudo. Dois tipos de material foram explorados: um debate em torno de uma categoria, diversa, que é conhecer a construção de uma área através dos ativistas e agentes públicos que dela se acercaram, e outro debate em torno da construção dessa política propriamente dita.

Para a realização das entrevistas, procurou-se os profissionais que se ligaram por diferentes razões, a entidades governamentais ou não-governamentais, ou ainda desenvolvem um trabalho de formadores, mas, que, enfim, estão inseridos na construção da política de direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa.

O objetivo, na pesquisa de campo, era o de sistematizar o campo de construção dessa política na interface entre a relação não linear de formulação de demandas pelo movimento sociais e da construção de respostas pelo poder público, conforme relatado no capítulo 3. Buscar os ativistas e agentes públicos permitiu uma leitura mais complexa do referencial teórico. Tratou-se de pensar como se dá a *práxis*³⁸ e mais além: quem são as pessoas envolvidas, como se inseriram na área, como se apropriaram do campo, por onde esse campo vem sendo delineado e o que ele tem demonstrado de limites e avanços, o que nos põe questões a analisar de forma propositiva.

A técnica de entrevista foi utilizada na pesquisa de campo como uma forma de ter um contato aprofundado de maneira sistematizada e interativa com o objeto de estudo. Foram entrevistados ativistas e agentes públicos, formadores ou não do campo, mas atuantes na área da política de direitos humanos LGBT nas cidade de Belo Horizonte e Lisboa. O universo da pesquisa é restrito, por isso não optou-se por compor uma amostra.

³⁸ É preciso ressaltar que o conceito de prática é diferente de práxis. Prática é o “ato ou efeito de praticar; uso; experiência; exercício; saber; resultante da experiência; rotina; aplicação da teoria” (Bueno, 2000, p. 615). Já o conceito de práxis vai mais além, diz respeito a uma ação com engajamento sócio-político; com esta palavra, a terminologia marxista designa “o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações” (Abbagnano, 2000, p. 786). Optou-se por utilizar o segundo conceito por acreditarmos que o mesmo aposta em um maior engajamento com o trabalho.

Através da já mencionada técnica de *snow-ball*, em que o campo é composto pelo próprio campo, foram entrevistados informantes estratégicos para a abrangência das múltiplas dimensões do problema investigado. Os temas do roteiro de entrevistas estão relacionados à formação pessoal e/ou profissional e a questões de cunho informativo, teórico e político. Diante desses temas, do material recolhido nas mesmas e das teorias que embasaram a pesquisa, foram levantados temas principais e secundários através de recortes para construção de categorias, conforme a técnica de análise temática que compõe a metodologia Análise de conteúdo, de Bardin (2011), já descrita no capítulo 3. Essa técnica permite que os conteúdos sejam compostos pelo material fornecido pelas próprias entrevistas e pelas teorias que possam interpretar as descobertas levantadas pela pesquisa. Cada tema principal abrange o assunto de uma parte da entrevista. Já os temas secundários especificam diferentes aspectos contidos nos temas principais.

A finalidade do texto, ao dar esta ordenação ao material da pesquisa com profissionais da área, era tentar uma sistematização do campo, como apresentado na introdução. Neste estudo, utilizou-se também o método dialético de análise, proposto por Minayo (1992), no qual não há consenso no processo de produção de conhecimento e este é provisório e aproximativo. Contamos, ainda, com as contribuições do referencial teórico-metodológico de tradução, de Santos (2008), ambos descrito no capítulo 3.

As entrevistas foram realizadas no período de 2010 a 2011. Este período de dois anos para a realização das entrevistas foi acompanhado de uma análise minuciosa e aprofundada de cada material coletado. Tal procedimento serviu para garantir o critério de saturação de informações suplementares.

Todas as categorias foram criadas de forma interpretativa. Assim, foram levantados os seguintes temas principais: Trajetória na área LGBT, Marcos políticos da luta LGBT, Conquistas LGBT, Concepções de Direitos Humanos LGBT, Interface Direitos Humanos e LGBT, Relação Movimento Social e Poder Público e Institucionalização da política pública LGBT. Estes temas se subdividiram em subtemas.

Desta forma, nos itens de 4.1 a 4.7, apresentamos análises que se preocupam mais com a discussão das categorias apresentadas sem uma sistemática comparação entre Belo Horizonte e Lisboa. Já nos dois últimos itens, 4.8 e 4.9, buscamos discutir de forma mais sistematizada aproximações e distanciamentos entre Belo Horizonte e Lisboa no que se refere à construção da política LGBT.

Conforme a técnica de análise temática, estamos utilizando como unidade de análise o tema, porém por questão de estética textual foi pertinente incluir, no conteúdo, os termos categoria e item como sinônimos de tema.

Optou-se por não explicitar no relato da fala dos entrevistados suas identificações, como forma de garantir o sigilo e privacidade dos sujeitos em relação aos dados confidenciais nas entrevistas. Dessa maneira, foram identificados por meio de números seguidos das iniciais de suas respectivas cidades de origem.

4.1 Trajetória na área LGBT

Esse tema busca trabalhar a formação e inserção dos entrevistados na política LGBT, levantando as trajetórias diferenciadas por funções, ideologias, teorias e práticas que foram priorizadas por cada um. Dessa forma, procura identificar se a inserção na área se deu pelo ativismo/militância ou pelo poder público. E, ainda se foi uma inserção mista na qual o entrevistado transita entre cargos na militância e no poder público, alguns passando também por uma trajetória acadêmica. Este item foi construído basicamente pela primeira questão do roteiro de entrevista, que perguntava, por exemplo, sobre a Trajetória pessoal com relação ao ativismo e/ou a formação profissional (cargos, funções, identificações, vínculos que o levou a essa temática).

Esta categoria também possibilita verificar, além da identificação inaugural com a área dos direitos LGBT, os caminhos que os entrevistados têm percorrido para sustentar essa interface; seja trabalhando em movimentos sociais e ONGs, seja trabalhando em políticas públicas ou, ainda, desenvolvendo trabalhos que ora transitam pelas instituições governamentais e ora pelas não-governamentais.

4.1.1 Ativismo/Militância

Neste subtema, englobam-se nove entrevistados que têm desenvolvido suas trajetórias na área da política LGBT através de trabalhos que realizam, exclusivamente, em movimentos sociais e ONGs. Isto é, estão ligados profissionalmente a instituições não-governamentais ou militam em prol dessa causa.

A partir da discussão sobre ator social (Touraine) e ator coletivo (Melucci), é possível refletirmos que estes ativistas se encontram numa nova concepção de sujeito, como atores que se posicionam contra uma perspectiva naturalista e evolucionista de sociedade. Para

Touraine (1984), a necessidade de uma renovação do pensamento social, por meio de uma nova representação da vida social, poderá se desenvolver com a formação de novos atores sociais e da organização de conflitos para gerir uma historicidade em transformação.

O relato de três entre os nove informantes, que compõem este item, expõe de forma clara como a identificação com a área pela via da militância prévia pode demonstrar maior engajamento com esse campo, como é possível perceber nos trechos abaixo:

Eu comecei a fazer política no Movimento Estudantil... no início dos anos 90... não sei se tens ideia, mas nos anos 90 houve um Movimento Estudantil (...) Eu estava a estudar Jornalismo, Ciências da Comunicação, fui jornalista... a... deixei de ser jornalista por questões éticas e também por ter que escolher ou... ou... ou fazer Jornalismo ou fazer activismo LGBT (...) fui descobrindo outras formas de ganhar a vida, mas hoje em dia...hoje em dia trabalho como tradutor... Politicamente eu envolvi-me nesse Movimento Estudantil, estive num pequeno Partido que já não existe que era o Partido Socialista Revolucionário, uma direcção de extrema-esquerda... de origem trotskista (...) e havia este grupo que era o grupo que trabalhava o homossexual, que foi a primeira organização *gay* (...)que formou o que viria a ser os activistas de hoje, ou uma boa parte deles e esse grupo durou 10 anos até 2001... como vês foi uma experiência continuada... a... era um grupo dentro de um Partido Político, portanto não se pode dizer que fosse ainda um movimento associativo... a ILGA e o CLUBE SAFO que são as primeiras associações não partidárias surgem em 95/96... portanto cinco anos depois do aparecimento do GTH e o GTH ainda dura outros cinco anos, sendo que eu simultaneamente participei na ILGA, estive na... estive na direcção informal da ILGA, nunca estive na direcção propriamente mas... mas... mas estive bastante envolvido no trabalho político...nomeadamente... (Entrevistado 14L).

Em uma outra parte da mesma entrevista, é argumentado que a inserção via ativismo contribuiu para que o entrevistado se tornasse da ala mais crítica entre os demais movimentos LGBTs.

É uma espécie de... de... núcleo duro do activismo mais politizado se quiseres... e é uma rede informal... Sim, nós tamos sempre um passinho à frente... novas fasquias... é engraçado porque, por exemplo (...) eu não acredito em vanguardas esclarecidas, não se trata disso... agora, que há um grupo de pessoas... que antes estavam dispersas e que têm um pensamento mais aprofundado e que encontrou num... num sítio onde pode pensar em conjunto e que isso tem dado frutos importantes... sem dúvida nenhuma... não faz de nós o grupo mais amado no movimento, isso não faz... (...) Despertamos emoções fortes, digamos assim... prum lado e pro outro... (...) Sim... alguém tem que fazer este papel... nós intervimos tanto pra fora quanto pra dentro... eu acho que neste aspecto somos únicos... (Entrevistado 14L).

O relato acima, de um entrevistado português, pode ser corroborado pelo argumento levantado nos trechos a seguir de duas entrevistadas brasileiras:

Bom...é... é... hoje eu sou assessora da Associação Lésbica de Minas, que é o interessante, que hoje tem um quadro renovado, mas eu tô ajudando as novas lideranças aí nesse... nessa nova etapa que a gente tem... Bom... a Associação Lésbicas de Minas, ela foi fundada em 1997 por um grupo de mulheres trabalhadoras na área da Saúde, bancárias... e professoras... nós não tínhamos um debate nas estâncias que estávamos... é... por exemplo... nos Sindicatos, partidos políticos onde se tivesse um debate específico... em relação à... à lésbica... então aí nós construímos esse espaço(...)a gente discutia de fazermos algumas oficinas sobre a questão de visibilidade... e dentre essas reuniões, nós... é... definimos que a gente ía organizar a Primeira Parada de Minas Gerais, então... né?... olha, nós vamos organizar um Seminário Nacional, agora vamos estar organizando a Parada, é... isso é um grande avanço que quando você sai de uma sala e vai pra rua dizer: nós somos lésbicas e temos orgulho, e aí... a gente... é... é... o engraçado em que... em outros Estados sempre eram os gays que

puxavam as Paradas e tal... e aqui em Minas, apesar de ser um Estado conservador... da... da família tradicional mineira, com tudo isso... nós conseguimos levar... é... à frente... e conseguimos fazer a Primeira Parada, decerto com pouca gente, decerto que com pouca estrutura, mas... enfim tivémos a ousadia, fomos e fizémos (...) e depois nós organizamos o Primeiro Encontro de Lésbicas Mineiro... que foi em 2001... (Entrevista 12BH).

E, ainda, pode-se acrescentar esse argumento com a entrevistada abaixo:

Sinto que em BH muitas pessoas que não fazem parte dos LGBT podiam até ter interesse em ajudar e a compreender a nossa população, mas não existia uma formação, conhecimento, um eixo de aproximação (...) aí entra meu trabalho para aproximar essas diferentes pessoas e assim poder dar visibilidade a minha população (Entrevista 4BH).

Essas duas últimas citações nos apontam para o quanto a inserção na área LGBT via ativismo tem servido como estratégia política de visibilidade social. Contudo, isso não significa dizer que conduz, necessariamente, a uma maior eficácia na sua atuação. O que irá definir se essa atuação realmente tem sido emancipatória é perceber a quais fins tem se prestado esse trabalho.

Desta forma, é possível levantar que tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa foi observada a coexistência de Grupos de militantes mais progressistas em relação aos Grupos de militantes mais consensuados:

Bom... é importante estar lembrando que a gente vive numa Sociedade patriacal... falocrática... infelizmente existe também... o machismo no Movimento Gay... o Movimento Gay é machista e tem se trabalhado em relação a isto... e... enquanto nós enquanto Movimento de Mulheres Lésbicas... nós temos algumas bandeiras... mas é claro que não deixando aquelas bandeiras específicas e históricas nossas... por exemplo... nós temos duas bandeiras históricas, que é a parceria entre pessoas do mesmo sexo e agora a... a

aprovação da PL 122... mas para além disso, nós...enquanto lésbicas, nós também lutamos pela legalização do aborto, temos outras bandeiras feministas enquanto feministas... que eu acho que... muitas pessoas perguntam: Mas vocês são lésbicas...porque que vocês estão aí... em toda hora...vinte e sete de Setembro, é em todos os lugares com a faixa pela legalização do aborto, é... e aí eu até digo que seria muito fácil de falar assim... é porque nós somos mulheres... é... e aí é importante ter diálogo que, do mesmo jeito que a Igreja quer... ser dono do corpo da mulher... mulher como propriedade, é mesma coisa que a Igreja quer pro nosso corpo, quer ver que nós temos orgasmo... que... é uma coisa do poder do corpo da mulher que a gente tem que lutar contra isso... e essas bandeiras específicas de... de... das lésbicas, por exemplo... qual seria o sentimento de pessoas do mesmo sexo... é uma coisa que nós vamos ter como nossa bandeira de luta, visto que... (...) isso... e é importante constatar que de 1997 até... é... é... 2000, 2001... nós éramos mais ou menos uma entidade mais classista, né?... era uma entidade mais classista, visto também que... é... uma grande maioria dos Sindicatos... e a partir de então a entidade nossa muda... muda... é... mas mantendo a questão da classe, da raça e visto que 80% das mulheres é que são negras... (Entrevista 12BH).

Esse argumento progressista de uma entrevistada belo-horizontina se aproxima do argumento do entrevistado lisboetano abaixo:

mas eu considero-me um radical... um... no melhor sentido da palavra e da regra das coisas e portanto um... o meu trabalho sempre foi de politização e de consciencialização e de aprofundamento do impacto político na comunidade LGBT e de combate à homofobia... e portanto não se dirige necessariamente ao poder político, não é?... e daí eu achei... sobretudo quando o movimento já tinha alguns pés pra andar, que era necessário outro tipo de intervenção... mais politizada... menos dependente da... das relações do final, portanto, mais independente... a... mas também mais... como dizer?... mais virada pra ação direta e pra um tipo de intervenção menos pedagógica... não é

menos pedagógica, mas é com outro tipo de pedagogia, menos discursiva e mais virada pra ação... o que nós fizemos na altura, só pra concretizar o que que isto quer dizer... foi a... passamos cinco, seis anos... e isso teve um grande impacto naquilo que é a visão do movimento LGBT hoje que há em Portugal... a ir a todos os lugares e situações onde havia denúncia de casos de homofobia, de lesbofobia, de transfobia... (...). Em todo o país... surgimos atrás de casos de discriminação, de violência, de despedimentos injustos, de todo o tipo de situações de discriminação... (...) E dois anos depois, fundamos o grupo com observatório da discriminação, mas também com o grupo de ação direta contra a discriminação... (...) Fomos nós que reagimos em primeiro lugar a esse caso (Entrevista 14L).

A fala supracitada esclarece sobre o que seja um movimento de vanguarda dentro do próprio movimento. O mesmo entrevistado reafirma este ponto de vista, conforme a transcrição abaixo:

Reagimos à contra-corrente do conjunto do movimento LGBT... (...) em vários momentos da história deste movimento, houve momentos em que nós tivemos que introduzir léxico no discurso público... é que há alguns anos não se dizia LGBT, dizia-se homossexuais... é que há uns anos não se dizia homofobia, dizia-se discriminação das pessoas homossexuais e em cada um destes momentos nós tivemos que lutar... eu digo nós... nós mesmos... de pegar, nós tivemos que lutar no próprio movimento pra impor estes termos ... (...) também somos... a... de alguma forma, um foco de conflito interno dentro do movimento, por que somos uma espécie de consciência chata... porque em muitos momentos nós tivemos que intervir contra ideias internas ao movimento e não contra a homofobia lá fora... mas isso é... eu penso que é o eupanágio dos grupos que têm um bocadinho mais de discussão política e de aprofundamento... Eu acho que... bom... é... é engraçado ver... eu penso que podemos dizer... em todas as áreas que nós trabalhamos que... com uma diferença de dois, três anos, quatro anos... o conjunto do movimento LGBT tem vindo a... a

adotar o discurso que era nosso... e não estou a brincar... e tem sido mesmo assim, em determinado momento nós estamos com discurso, a maioria dos activistas diz: Não... radicais, isso não faz sentido nenhum... quatro anos depois no máximo, estão a adotar o nosso discurso como... como normalizado, digamos assim... (Entrevista 14 L).

Entretanto, dentro do próprio movimento encontramos falas mais consensuadas, no sentido de não se proporem a ser um movimento de resistência radical ao sistema:

É. É porque... tudo aquilo que depois... Aqueles movimentos, aquelas situações que aceitam... ou que recusam a entrar nesse jogo... dizendo que a identidade LGBT é uma “coisa alternativa à norma”... Eu não... eu discordo desse argumento, porque é transformar uma opção numa espécie de “virtude”... e de identidade. Eu não concordo com isso. Eu tenho imensas com os segmentos mais radicais do movimento. Tenho grande conflito entorno disso. Eu recuso a ideia contra-cultural de que existe qualquer coisa intrinsecamente contestatária por ser LGBT...Contestatária, intrinsecamente, revolucionária, alternativa... Não há! Há para quem quiser, mas não há para todos, não é? Isto é, para mim uma pessoa LGBT tem exactamente a mesma variedade que uma pessoa não-LGBT. Isto é, pode ser reaccionário, católico, conservador, progressista, anarquista, pode querer estar casado com um pessoa, pode querer ser... Não tenho nada a ver com isso (Entrevista 9L).

O mesmo entrevistado acima complementa sua justificativa pela escolha de não ser da ala radical do movimento, acrescentando que:

Sou um liberal, nesse sentido. Há segmentos do movimento que fazem uma narrativa do ser-LGBT como uma coisa em si mesma alternativa, revolucionária... Ham... e, portanto, acho que aquilo que foi... que é importante é justamente passar esta ideia de que... de que há uma normalidade absoluta no ser-LGBT, mas que esta

normalidade está impedida por um sistema opressivo e homofóbico que sistematicamente vê o LGBT como anormal. E, portanto, o trabalho pedagógico é mostrar que não, que não é anormal. Agora, isso não quer dizer que eu vá ter um discurso conservador “olha, vejam como somos bem comportados”, não, não. É “vejam como somos pessoas como as outras”. Isto é, gente bem-comportada, gente malcomportada consoante os valores de cada um”, não importa. A questão é... a questão é anterior a isso. Isto é, pessoas, cidadãos... com sexualidade seja ela qual for, com capacidade de relação com outras, com ou sem desejo de constituir família e de reproduzir, etc... Podem ou não podem fazer igualdade de circunstâncias? E aí não me interessa o discurso dos modos de vida alternativos. Isso é com cada um. Isso é uma questão cultural também, não é uma questão política (Entrevista 9L).

Assim, fica para nós um questionamento: dentro de um modelo de sociedade heteronormativa, qual seria a melhor saída política, sustentar a lógica de que somos iguais e por isso não haveria nada de revolucionário no “sair do armário”³⁹, conforme dito na entrevista, 9 ou sustentar a lógica de que somos diferentes, apontando nisso o conflito inerente as relações de poder sexista e de gênero, de acordo com os entrevistados 12 e 14? Dar-se-á prosseguimento a tais discussões nas demais categorias analíticas.

4.1.2 Poder Público

Neste subitem estão incluídos os (as) nove entrevistados(as) que tem desenvolvido suas trajetórias na área das políticas LGBT por meio de trabalhos que realizam em órgãos públicos, seja como agentes públicos concursados ou contratados, ou seja como gestores. Uma entrevistada diz que:

Eu sou formada em Psicologia e desde de quando eu formei tive interesse em trabalhar por questões de gênero e sexualidade, aí eu fui

³⁹ Sair do armário é uma expressão que descreve o anúncio público da orientação sexual ou identidade de gênero de alguém, ou de si próprio. Estar fora do armário significa que alguém, cuja orientação é geralmente LGBT, não oculta a sua orientação sexual. Porém, a atitude de sair do armário torna-se difícil de ser realizada pela própria pessoa em contextos de maiores índices de preconceito e discriminação.

trabalhar numa ONG, de grupo de apoio e prevenção a AIDS, e ai lá eu comecei a trabalhar tanto na área que vm trabalhar aqui como Referência Técnica do Programa (Entrevista 1BH).

Um outro entrevistado esclarece que:

eu tenho como formação acadêmica, eu sou graduado em Medicina, fiz a residência em infectologia, e a partir do término da residência eu me vinculei ao Sistema Público de Saúde, no Ambulatório de Assistência, às pessoas que vivem com HIV/AIDS e hepatites virais... depois dessa vinculação eu recebi o convite pra assumir o cargo de gestão... eu nunca participei de nenhum Movimento Social da sociedade civil, desde muito cedo eu realizo alguns trabalhos voluntários, mas não vinculado a nenhuma OSCIP ou ONG, são trabalhos voltados pra Assistência Social, mas na maioria das vezes ligados às instituições religiosas (Entrevista 9BH).

Tomando como referência as duas falas acima, é possível inferir que o trabalho (isto é, ter se ligado à área pelas oportunidades de emprego) foi a estratégia utilizada pela maior parte dos entrevistados para participar desse campo no cargo governamental, levando-nos a algumas hipóteses:

1. pode haver por parte de alguns reduzido compromisso político prévio, ao menos no sentido pragmático, oportunidades profissionais atraem pessoas para uma área sem, necessariamente e
2. haver prévia adesão a valores no campo de atuação.

Entretanto, seria inadequado pensar, apenas, pelo viés do oportunismo profissional, porque, de alguma forma, percebe-se que há uma sensibilidade prévia e uma adesão ao tema sem resistência. Isto pode ser corroborado nas três argumentações a seguir, de um português e de dois brasileiros, respectivamente. O entrevistado português afirma que

Em 1999, eu era estudante do ensino secundário, tinha 15 anos... e, nasceu o Bloco de Esquerda e... então, nessa altura eu fui, portanto,

com o meu pai assistir uma sessão de apresentação do Bloco... E, portanto, nós... nessa altura eu juntei-me ao Bloco, e comecei a participar das actividades. Foi nessa altura que eu, por entrar no Bloco, conheci alguns activistas LGBT e comecei a tomar contacto com eles à distância (Entrevista 4L).

De forma objetiva, a entrevistada brasileira esclarece que:

Como membro da equipe técnica da CMDH/SMADC, no período de 1997 a 2010, ocupante do cargo de Analista de Políticas Públicas/Assistente Social deu-se a minha aproximação com a temática LGBT, especialmente, com o advento da Lei 9.011/05, por meio da qual a CMDH passou a ter a competência de elaborar e implementar ações, projetos e programas voltados para a defesa e a promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT (Entrevista 2BH).

Essa análise pode ainda ser reafirmada no argumento do entrevistado brasileiro a seguir:

Bem, na realidade a...a minha participação se deu especificamente por... ocupar espaços de gestão na Prefeitura de Belo Horizonte, é... eu sou professor do Município, desde... longínquos anos, é que a partir de 1998, depois de duas experiências de mandato como diretor de escola, eu fui assessor da política educacional na Secretaria Municipal de Educação, eu fui diretor de escola, mais precisamente nos anos de 91/92. Então, foi essa experiência muito rica, em dois mandatos eleitos na escola do Município, me levou à Secretaria da Educação à convite do Secretário da época, fui assessor de política educacional, posteriormente Secretário Municipal AdJunto de Educação, em 98, 99 e 2000, posteriormente Secretário Municipal de Educação em 2001, 2002 até meados do ano, exatamente em meados de 2002... Eu sou professor... muito adepto, nunca deixei de sê-lo, continuo hoje sendo, estou licenciado, mas leciono pra curso de Engenharia...quer dizer, nunca perdi a referência da sala de aula, que é fundamental na minha vida e também para o meu trabalho aqui... e as demais atividades

também são consequências da uma trajetória político profissional. A experiência de ser Secretário Municipal de Cidadania...foi muito rica, não só porque o ambiente de conflito, conflito por direitos, por direitos ainda não constituídos, por direitos que existem proclamados mas não são efetivados, enfim a passagem do exercício da tradução do Direito Humano no sentido lato, para um direito que interfira no cotidiano da pessoas, do cidadão, da cidade, o que a gente chama de Direito da Cidadania, é...isso foi um desafio muito rico. É... eu... eu digo de uma maneira muito transparente que eu não escolhi ir pra Cidadania...certo?... é... eu tinha um trabalho a ser concluído na Educação, mas, o desafio me foi posto e eu acabei aceitando e eu assumi a Secretaria Municipal de Direitos da Cidadania em Abril de 2002... (Entrevista 3BH).

Enfim, percebe-se que de uma forma geral tais entrevistados a princípio não escolheram trabalhar na área dos direitos humanos LGBT, mas ao serem convidados acolheram essa luta social. Daí observa-se a passagem de uma prática profissional de tradução dos direitos humanos na sua vertente de universalidade para um direito que age diretamente nas particularidades do cotidiano das pessoas LGBT.

4.1.3 Mista

Com esta classificação ampla, estão aglutinados àqueles 11 entrevistados que apresentam mais de uma identificação com a área. São aquelas pessoas cuja identificação profissional prioritária é trabalhar com as questões sociais e políticas, ou seja, independente da área (movimento social, ONG, política pública), da circunstância (militância prévia ou não). Seu maior vínculo é com a política ligada a área social e/ou dos Direitos Humanos e da Cidadania e/ou dos direitos LGBT.

Por um lado, demonstram que se envolvem ativamente na área política, instrumentalizando agentes de mudança, além de ocupar postos em que pode dar seguimento a projetos políticos ou participar de (re)formulação de projetos que delineassem ações de equipe na área social. As hipóteses levantadas nesse item reaparecem apontando uma forte sensibilidade prévia, associada a uma prática em que sua qualidade e compromisso não

depende do tipo de vínculo institucional, seja organismos não-governamentais ou governamentais.

Conforme fora discutido a partir das leituras de Gohn (1994) e Scherer Warren (2005), no período de redemocratização começa uma gradativa reaproximar entre sociedade civil organizada e Estado. Consequentemente alguns militantes passaram a assumir cargos na administração pública, mas sem abandonarem suas inserções nos grupos sociais. Constatase nas entrevistas que alguns ativistas conseguiram realizar esse movimento resguardar suas identidades coletivas, já em outros levaram a uma desmobilização dos movimentos sociais.

O entrevistado abaixo iniciou sua trajetória política na militância estudantil e posteriormente migrou para funções junto ao poder legislativo, mas é possível compreender essa passagem sem deixar de lado uma atuação ativa junto aos movimentos sociais na área dos direitos humanos:

Minha militância política iniciada em 1963 em Teófilo Otoni no movimento estudantil, sindicalização rural e igreja. A partir de 1965 a militância na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, movimento estudantil (Colégio Estadual e FACE), movimento operário. Em 1968, militância no Partido Operário Comunista; período em que tive minha primeira prisão política (30 de abril de 1968 a 02 de junho), devido as ações no movimento estudantil e movimento operário. A partir de 13 de dezembro de 1968 comecei a participar na resistência na clandestinidade (Bahia, Santo André, São Paulo) na OCML-PO. Fui novamente preso em 1º de maio de 1972 em São Paulo. Condenações em quatro processos pela Lei de Segurança Nacional, num total de 6 anos e 3 meses. Locais: DOPS/SP; DOI-CODI/SP; Presídio Tiradentes (SP); Carandiru (SP); Hipodromo (SP); e Linhares (Juiz de Fora). Libertado em 1º de junho de 1975. Depois comecei a participar no Jornal dos Bairros (setembro de 1976 a fevereiro de 1982). Reingressei na UFMG-FAC Comunicação (1976 a 1979). Fiz Ciência Política no DCP-UFMG (1980-1981). Trabalhei no Sindicato dos Bancários e fui demitido após a greve em 1979. Trabalhei como jornalista no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (1981 a fevereiro de 1983). Participei da fundação do PT em 1980; fui vice-presidente em Contagem (1981-

1982), Secretário de Organização do PT-MG (1983-1985); Secretário Geral (1985). Em 1986 fui eleito deputado estadual e federal em 1990/1994/1998. Fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em 1995 e 1999. Particpei da organização e Convocação das Conferências Nacionais de Direitos Humanos e dos Planos Nacionais de Direitos Humanos, PNDH1 e PNDH2. Assim, entrei em contato com a temática LGBT. De 2003 a 2005 fui Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e coordenei a elaboração do Programa Brasil sem Homofobia (Entrevista 11BH).

Já os dois entrevistados a seguir iniciaram suas trajetórias políticas no movimento social LGBT e em seguida assumiram cargos de gestão governamental na área LGBT. A justificativa de ambos pela sua inserção no governo foi pela necessidade de existirem pessoas com experiência e compromisso com a causa ocupando cargos estratégicos na construção da política pública LGBT. Percebe-se que em partes esta seja uma justificativa considerável, porém não exclui os jogos de poder e interesses privados vinculados a ocupação de cargos públicos:

vim do movimento e sou do movimento, né?... e vim trabalhar com o poder público... mas muito pela necessidade mesmo... da gente ter uma... por que era tudo sempre construído, né?... era uma política que tava sendo construída... necessitava de ter uma pessoa... que tivesse essa interlocução com os movimentos, refletisse um pouco... é... essa questão do movimento dentro do poder público... então, eu acho que era isso... É, na verdade... é... é... é uma... é um momento muito delicado, na verdade não se torna tão delicado, porque...é... com a questão da redemocratização, o Estado, ele não se torna tão inimigo... do... da Sociedade Civil e a experiência do Movimento LGBT, principalmente no Brasil que vai sendo construída... se contrói e fortalece o movimento LGBT a partir da questão da AIDS. A experiência dessa parceria com o Estado, ela se dá muito na Saúde... até porque hoje a Saúde, isso a gente pode dizer, uma parte do poder público que começou com a participação popular... se foi muito na

Saúde, desde as reformas sanitárias, das conferências de Saúde que são as conferências mais antigas, mais importantes, né?... o SUS... por exemplo, quando ele é construído, ele é construído a partir de conferência, ou seja, com a participação popular, com o povo e tal... então... com a questão da AIDS, o Movimento LGBT, ele teve muita participação, é... dentro do Estado, inclusive na elaboração e também na... na execução, né?... os Movimentos Sociais, eles começam... a... a entrar no Estado e fazer parceria... então o Movimento LGBT tem essa característica... ele nasce parceiro do Estado, ele nasce e se fortalece dentro do Estado, então... não tem algumas dificuldades... eu particularmente tive... tive, mas não... foi mais uma questão pessoal mesmo, entendeu?... de... uma mais pessoal e ideológica do que realmente uma necessidade, assim... porque a gente já fazia uma parceria muito... com a Saúde e com... mas você vinha... pro... pra responder uma política... é... que é do Estado... é aquela história, né?... você joga pedra e agora você vai ser apedrejado, ela muda... diferente, né?... agora o que... o que eu acho que é bacana... é primeiro, como essa política LGBT, ela precisa de pessoas ... implicadas, entendeu?... porque como ela não é uma política consolidada, ela não é uma política... é... estruturada, ela vai precisar de uma fulana que tá no Departamento tal, que aí ela vai bancar essa discussão lá, ela vai precisar de um sicrano que tá ali...tá, tá, tá... ela vai precisar de um fulano que tá lá na Saúde, ela precisar de um... não que a gente possa fazer a política por pessoa, nem defendo isso... mas é preciso ter pessoas que banquem isso, senão não aparece... porque dentro de um... de um... de uma questão que tem um monte de prioridades, se você não tem uma pessoa que coloque lá, visibilize... ela não vai aparecer, não vai ter ação... (Entrevista 5BH).

Tal discussão é corroborada pela justificativa da entrevistada abaixo:

minha militância é o meu record de vida, eu acho que qualquer pessoa na condição de vivenciar a transexualidade ou a travestilidade ela já milita... ou seja, ela luta todos os dias, né?... você sai de casa, você sai

de casa vestida ou travestida, é... já é uma luta pra sua sobrevivência, pelo menos pra sua integridade física, né?... na ASTRAVE, eu não continuei mais por estar nesse cargo político, né?... eu acho que... que... acaba esbarrando em outras questões... eu milito pela ASTRAVE, mas não estou mais na Presidência, eu abdiquei da Presidência da ASTRAVE já que ocuparia...e... e... a gente não consegue exercer duas, três funções ao mesmo tempo, né?... já tenho minha carreira artística, pelo menos de madrugada... já a ASTRAVE toma muito tempo, as demandas são inúmeras, né?... estando à frente desse Centro de Referência, nós começamos a suscitar a discussão, principalmente a levantar a questão de que... o Centro de Referência passou a ser um órgão do Estado, então... ele tinha que falar de igual pra igual com outros órgãos e com outros diretores, com outros secretários, com outros superintendentes, né?... (Entrevista 14BH).

Porém, tais espaços mistos de participação não necessariamente podem conduzir a um trabalho mais crítico, pois experiências assimilacionistas e de cooptação do Estado à Sociedade Civil organizada podem contribuir para uma desmolização das ações políticas e mesmo uma ausência de controle social frente ao Governo. Contudo, as formas de participação são amplas e em alguns casos a passagem pelo poder público ocorre de forma pontual em determinados momentos, o que garante uma certa autonomia nas decisões políticas.

Torna-se importante considerar que, dos entrevistados, aqueles que têm ou já tiveram algum tipo de participação em movimentos sociais e ONGs, reconhecem que este seja um espaço privilegiado para realização de práticas transformadoras, devido ao seu caráter de ser independente e ter maior flexibilidade na definição de suas funções e ações. Isso pode ser exemplificado nos relatos abaixo:

Eu sou licenciado em Geografia... trabalhei como Jornalista... e trabalho especificamente para um Partido Político, mas como um mero executivo... preparação de eventos e de funcionamento do próprio partido... há doze anos quando fui para o Erasmus tive meu primeiro contato com o movimento LGBT na Espanha... em 2001 senti a necessidade de junto a uns amigos meus construir coisas na

cidade de Coimbra na área LGBT, assim criamos um grupo pela livre orientação sexual e igualdade de género... Fruto desses doze anos de activismo por um lado e fruto do processo de formação académica por outro lado, faz-me com que às vezes eu tenha vontade de estar distante das coisas fechadas e poder transitar entre vários sítios... Agora uma das coisas que estou a fazer neste momento é participar de um estudo encomendado pelo poder público (Entrevista 10L).

E, ainda:

Eu comecei por participar na Associação ILGA Portugal há quase doze anos...e depois fui Presidente da Rede Ex-aequo... Agora como técnica da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género-CIG... eu continuo a ajudar os grupos sociais... eu continuo presidente na associação... como consultora, mas como consultora sem remuneração... ou uma pessoa que dá apoio. Porque, obviamente... ham... Nesta mudanças houve pessoas que entretanto saíram do movimento, pessoas com experiência... Portanto, assim neste sentido ainda estou um bocado presente... Ham... a CIG acabou por ser um convite. Eu realmente percebo que a nível de... a nível de trabalho e da experiência que eu tenho... dos projectos que acabei por preparar e os pedidos de financiamento... ou seja, eu tenho experiência nisso, de concessão de projectos, de candidaturas a financiamentos... de coordenar equipas de trabalho... neste caso mais especificamente voluntários... ham... aqui no governo se calhar é diferente, aqui é mais fácil, se pode exigir mais das pessoas... ham... e também pelo factor de se calhar a associação... a Rede Ex-aequo é a única que está com um intervenção geográfica tão espalhada... Ou seja, o núcleo que eu estou a trabalhar, que é o núcleo de cooperação regional e autárquica... é a área da CIG que faz intervenção local... que é um bocado parecido do que foi feito pela Rede Ex-aequo, que é começar a intervir localmente nos vários distritos. Aliás, há muitos distritos em que a primeira coisa LGBT que alguma vez aconteceu foi a Rede Ex-aequo que organizou (Entrevista 12L).

Assim, é importante ressaltar que dos entrevistados, aqueles que têm ou já tiveram algum tipo de participação em movimentos sociais e ONGs, reconhecem que este seja um espaço privilegiado para realização de práticas transformadoras, devido ao seu caráter de ser independente e ter maior flexibilidade na definição de suas funções e ações. Mas tal reconhecimento, entre aqueles que ocupam funções mistas entre a sociedade civil organizada e o poder público, não os impede de aceitarem em alguns contextos específicos a ocupação de cargos públicos.

4.2 Marcos políticos da luta LGBT

Este tema foi construído com objetivo de levantar contextos sóciohistóricos, datados ou não, que foram identificados pelos entrevistados como inovadores. É importante ressaltar que tanto no tema posterior, quanto neste, o que tem significado de novo/inovador, avanços e limites para os entrevistados, por vezes, não é equivalente – o conceito recebe diferentes atribuições entre eles. Nesses casos, a convergência estaria muito mais na nomenclatura utilizada do que no significado da mesma para cada entrevistado. Essa variabilidade pode ser justificada pelas escolhas subjetivas, políticas e epistemológicas adotadas por cada entrevistado em relação ao contexto sócio-histórico no qual se processa a política.

4.2.1 Principais marcos internacionais

A maioria dos entrevistados destacou como marcos internacionais, principalmente, a luta dos movimentos sociais LGBT contra a epidemia da AIDS, conforme as quatro citações a seguir:

Na verdade, é... a pauta dos Direitos LGBT, ela começa muito...pela AIDS mesmo, pela questão da epidemia da AIDS, mas ela também ela... vem num... num bojo quando você tem algumas resoluções internacionais das... é... quando você tem resolução que Direitos Sexuais é Direitos Humanos, né?... é que eu esqueci dessa Conferência...da Conferência do Cairo e da Conferência de Bejjim...aí... e isso é fruto também da própria questão da... da epidemia e das lutas feministas, né?... agora quando o Movimento

começa... a pautar mais a questão dos Direitos Humanos... é... já é a partir do... dos anos... dos finais dos anos 90... início do ano 2000, começa a pautarem a questão assim : Ó... a minha luta é uma luta dos Direitos Humanos, entendeu?... e até a questão da sexualidade mesmo...quando eu não... quando eu... eu sou proibido a manifestar meu afeto, eu sou proibido... é... de andar de mão dada, de trocar beijo... de... a minha sexualidade é reprimida, eu estou sendo desumanizado, então... começa a ter essa discussão... dos Direitos Humanos e aí começa a pautar muito a questão dos Direitos, né?... que a gente diz que conversa, porque... é... hoje muitos militantes dizem assim : Olha, não me interessa o que você tá fazendo na sua casa, se você transa com um, dois, três ou se você é ativo ou passivo, isso... não... não é a questão... é que existe um Estado que precisa... te negou um Direito e ele precisa garantir esses Direitos... é isso, entendeu? (Entrevista 5BH).

A entrevistada belo-horizontina acima também destacou o papel dos movimentos feministas e do reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos, sendo também dois marcos de relevância nas conquistas LGBT. A citação abaixo, de um entrevistado lisboetano, se aproxima dessa discussão, na qual aparece também como marco os momentos históricos de institucionalização dos movimentos LGBT, ou seja, de legalização e legitimação social das mobilização da sociedade civil organizada a partir dos processos de redemocratização e rompimento com os regimes totalitários de uma forma geral em todo o mundo ocidental:

Eu acho que isso tá mais ou menos delineado... o... o movimento atual pelo menos nos países ocidentais vem, se torna o que é período revolucionário, anos 70, 80...e eu creio que a partir da crise da SIDA, portanto anos 80 e... e com a consolidação muito grande nos anos 90 que o movimento se institucionaliza e se começa a concentrar mais em reivindicações legais... a... do que em... a... meras reivindicações sociais ou de cultura... com exceção pra Portugal porque Portugal é um processo todo... todo ele anos 90, né? (Entrevista 14L).

As duas entrevistas a seguir corroboram nossa discussão no sentido de pensar os principais marcos internacionais perpassados pela luta contra HIV/AIDS:

No âmbito internacional teria que dizer no princípio... no princípio do século vinte, com as reclamações do... do terceiro sexo e com aquelas tiriadas que... enfim, que baseando-se... baseando na homossexualidade da Biologia, mas de alguma maneira a desculpabilizavam socialmente e defendiam a integração do homossexual na Sociedade... Grandes marcos... tenho que dizer... a despsiquiatrização... a... a aliança com os Movimentos contra a SIDA... (Entrevista 1L).

E, ainda:

Sem dúvida, sem dúvida, porque se existiu uma aproximação entre os movimentos sociais e o Estado anterior a esses equipamentos ela se deu pela saúde, não foi pelos direitos humanos (Entrevista 7BH).

O entrevistado abaixo também cita a AIDS como marco principal, porém apresenta uma discussão mais aprofundada sobre a mudança do paradigma das lutas sociais, em que, em um primeiro momento, as pessoas estavam mais preocupadas com a liberdade sexual e após o enfrentamento da AIDS e com as discussões sobre violência o enfoque passa a ser as questões referentes ao direito humano à diversidades sexual:

Em termos assim históricos... é a seguir à crise da SIDA. É durante a crise da SIDA. Há uma mudança fundamental, não é? Antes da crise da SIDA, antes de meados dos anos 80 o movimento LGBT só existia nos países centrais, não é? Estados Unidos, Inglaterra, França, não sei o quê... era um movimento muito mais preocupado com a liberdade sexual, a afirmação e a aceitação da homossexualidade comum... a forma de estar... muito pouco preocupado com os direitos. Isto é... Não é porque não quisessem, mas não concebiam como possível. Isto é, as pessoas achavam mesmo que pertenciam a uma subcultura marginal que precisava de ser afirmada, mas não lhes passava pela cabeça de que isso fosse possível de ser transformado em igualdade

de direitos. As coisas não se punham nestes termos. Punham-se em termos de uma cultura de liberdade sexual que, por exemplo, não pensava na conjugalidade, não pensava na reprodução e na parentalidade, não pensava numa série de... Não pensava que pudesse existir uma educação anti-homofóbica... pensava mais em “como é que eu posso viver no meu espaço com liberdade”, não é? E afirmando a minha sexualidade e tal... E, portanto, era um movimento muito contra-cultural de certa maneira, não é?... Politizaram-se contra a indústria farmacêutica e contra o Estado que não os apoiava e que perseguia as pessoas com SIDA na base do preconceito. Portanto, houve uma re-politização do movimento em torno da questão da SIDA, e houve também uma reconfiguração das comunidades. As comunidades transformaram-se completamente. Deixaram de ser comunidades de festa e de sexo e de não sei o quê... para serem comunidades trágicas, não é? Passaram a ter um problema, e na crise da saída da SIDA – que a SIDA ainda existe... mas a crise passou... foi ultrapassada... Na saída da crise você tinha uma demografia completamente diferente, sobretudo nessas grandes cidades *gay* do mundo, não é? Nova Iorque, Londres... Tinha basicamente muitas pessoas que estavam a ultrapassar toda uma cultura sexual de festa e de promiscuidade e não sei o quê, tinham muitas pessoas a reconstituírem as suas vidas na base de alguma espécie de apoio doméstico, isto é, de conjugalidade. E, de repente, o que se tem de facto é o surgimento da questão da... da família, não é? Dos direitos em termos familiares (Entrevista 9L).

No entanto, também apareceram falas que apontaram seja uma dificuldade em apresentar marcos internacionais, ou seja, mesmo um não reconhecimento dos marcos descritos nos argumentos anteriores:

Bem, no âmbito internacional eu tenho alguma dificuldade em dizer. Eu não sou um perito em história do movimento LGBT, e não vivi o suficiente para Não é... é... Então, no âmbito internacional... ham... o discurso do Movimento LGBT sobre... o que os Movimentos... os

Direitos LGBT são Direitos Humanos é um discurso bastante antigo, é um discurso... eu não tenho a certeza, mas é um discurso que eu penso que vem inclusive da própria ILGA Internacional, portanto... uma... e que tem a ver com o facto de por exemplo, a ILGA Portugal ter tentado entrar no... no Conselho de Direitos Humanos da ONU... Portanto, há sempre uma visão que os Direitos LGBT são Direitos Humanos e o discurso de um site como o da ILGA mundo... é... é um discurso em torno disso, é um discurso que passa muito pela discriminação da homossexualidade... ou por Informe Nacional de Luta contra a Homofobia e Transfobia... ... há um conjunto de dinâmicas internacionais que são potenciadoras mais a nível de grandes estruturas de ONGs Internacionais que são potenciadoras de uma mudança ou de... de programas específicos da ONU, que são potenciadoras de uma mudança de uma discursividade, mas que... até que não há uma Política Internacional clara sobre isso... há por exemplo no nosso caso, na União... na União... (Entrevista 10L).

A fala a seguir apresenta uma discussão mais dispersa ao enfatizar acontecimentos mais amplos, porém importantes ao contexto da pesquisa:

Acho que internacionalmente temos um maior número de violações que foram decorrentes nas duas grandes guerras mundiais... passa-se a ter uma reivindicação maior por direitos...então, tivemos grandes violações, luta-se por direitos... e para além disso... eu acho que um novo formato de um mundo mais Capitalista, começou a surgir, organizações e movimentos sociais que buscam direito por direitos, lutas por direitos iguais, acho que é ...um pouco isso (Entrevista 6BH).

Já nos argumentos abaixo, percebemos uma sistematização de marcos diversos, porém trazendo críticas as próprias lutas pelos direitos humanos que ainda não conseguiram construir marcos significativos para as conquistas LGBT:

Neste sentido, de maneira explícita, não há menção aos direitos LGBT em instrumentos internacionais significativos, quais sejam: a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (1966), a Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos - Viena (1993), a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo (1994), a Declaração do Milênio das Nações Unidas - Cúpula do Milênio (2000), a Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata - Durban (2001). Percebe-se, assim, uma lacuna na elaboração de instrumentos internacionais específicos de proteção aos direitos humanos e cidadania LGBT, além da ausência de citação deste segmento nos documentos arrolados nos sistemas geral e especial de proteção dos direitos humanos. Verifica-se, também, a inexistência de uma simples menção à categoria “orientação sexual” entre as tradicionais categorizações elencadas nos documentos da ONU. Ademais, vê-se, frente tal ausência, a afirmação de que os direitos do público LGBT encontram-se intrinsecamente abrigados no rol do sistema geral de proteção dos direitos humanos. Faz-se necessário enfatizar, contudo, a existência de outros dois documentos de alcance internacional no terreno dos direitos LGBT, mais recentes, Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero...É importante destacar que o processo de luta pela incorporação dos direitos sexuais na esfera dos direitos humanos remonta a não mais de duas décadas. Os direitos sexuais são conceitos relativamente novos e permanecem, ainda, controversos. Por outro lado, o reconhecimento dos direitos reprodutivos como parte dos direitos humanos alcança, atualmente, legitimidade, sendo incorporados em dois documentos internacionais, quais sejam, as plataformas do Cairo (1994) e de Beijing (1995), decorrentes respectivamente da Conferência

Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, Egito, em 1994, e da IV Conferência da Mulher, realizada em Beijing, no ano de 1995, na China (Entrevista 2BH).

Desta forma, um campo de pressões sociais vindas de diferentes lugares, grupos e segmentos, consegue uma construção irregular, em termos de conquistas, ora um grupo conseguindo benefícios ou privilégios, ora outro, e, no fim, constrói-se um conjunto de normatizações da conduta humana. Contudo, essas normatizações são regidas por regras relativamente compartilhadas, no sentido de que nem sempre as negociações são inteiramente acatadas. E mais, alguns segmentos têm menos recursos no jogo de negociações, de forma que as elites tendem a receber mais benefícios, de um modo geral.

No item 2.4, no qual discutimos contribuições de Corrêa (2009) em uma análise dos marcos internacionais, fica claro sua posição crítica sobre a inclusão dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos, a autora debruçou na análise dos tratados internacionais citados pelos entrevistados acima para apontar sua baixa repercussões localmente, daí o desafio de que as lutas LGBT exigem deslocamentos da perspectiva universalista presente de forma tão incisiva nos marcos internacionais, principalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

4.2.2 Principais marcos nacionais

Optou-se por analisar nesta categoria, de forma separada, os marcos nacionais ocorridos. Assim, foi discutido primeiro os marcos brasileiros e em seguida os portugueses.

Os entrevistados apontaram o processo de redemocratização da política Entre os principais marcos brasileiros. Porém, as décadas descritas variam entre final da década de 1970 a 1990, o que pode ser compreendido pelo processo gradativo de abertura política no Brasil.

O entrevistado abaixo detalhou alguns momentos importantes:

Diante dos caminhos de afirmação de direitos de cidadania as primeiras organizações surgem no Brasil nos últimos anos da década de 1970, e tinham como pano de chão a luta por significativas transformações sociais e políticas no país. As primeira organizações têm origem no final do mais longo período ditatorial do país e tinham

como proposta a politização das questões referentes a homossexualidade, principalmente masculina. Na década seguinte surgem grupos especificamente lésbicos que questionavam entre outras coisas a hierarquia de gênero e a inferiorização das mulheres lésbicas no país. A intensa movimentação destes grupos contribuiu para um notória visibilidade na busca de direitos. Jornais, folhetins e panfletos foram produzidos e tiveram muita circulação na época. Muitos encontros e seminários são propostos a fim de pensar a atuação do antigo movimento homossexual e atual movimento LGBT (Entrevista 13BH).

Nessa mesma linha, temos a entrevista abaixo:

No Brasil, acredito que isso está mais localizado a partir dos anos 60 e 70 quando a partir da...nova... estrutura governamental da pós... Ditadura, quando se... primeiro luta contra o ditador, acho que a gente tem um grande crescimento dos movimentos sociais e pelo fim da ditadura e ao fim da ditadura pelos direitos políticos, sociais, o Brasil começa exatamente nesse momento. Acho que no Brasil, muito espelhado pelos anos 70, quando... nos Estados Unidos, acontece um grande movimento pelos direitos LGBT, então depois disso nós temos no Brasil desse... dos anos 70, a gente tem uma organização do movimento de mulheres... então, logo nos anos 80 começa a haver uma crescente reivindicação pelos direitos LGBT, embora isso tenha sido reconhecido muito mais pela área da saúde do que pelas demais áreas... porque ela vem muito atrelada à questão da AIDS que também teve um grande crescimento nessa mesma época (Entrevista 6BH).

A entrevistada seguinte já destacou o período posterior à abertura política, enfatizando que no período anterior não havia espaço para questionamentos sociais:

80 pra 90... a sorte nossa, eu te falo com toda a certeza, porque eu vivenciei essa história, né?... essa discussão dos Direitos Humanos,

porque pra ter efetivada a política pública de Saúde nós fomos as... as Câmaras Municipais, nós fomos às Assembléias, nós apresentamos projetos de lei, como foi feita aqui a lei 14.170... depois veio a do Município 8.176, primeiro aprovada foi a estadual, né?... então é... nós através disto que começamos a mobilizar, a registrar as nossas ONG's, né?... que tanto é... é... de... de 80 pra 90 é que foram aparecer as primeiras ONG's do nosso país... Sim, porque você tinha que discutir, você apanhava na rua... as pessoas estavam sendo assassinadas por serem rotuladas (Entrevista 14BH).

Esta última entrevistada preferiu não citar datas, porém o contexto descrito é o mesmo das entrevistas anteriores:

Olha, eu... eu acho que começa... primeiro foi a democratização, eu acho que em todo país, a... a política dos Direitos Humanos começa a ser uma política é... consolidada, não consolidada no sentido da sua total implementação... mas consegue... é... mas começa a ser uma política... pela legitimidade, né?... os grupos começam... a Sociedade Civil começa a se organizar novamente e... e... a... e a da questão política dos Direitos Humanos começa a ser implementada por parte do Estado, assim... você tem aqui a Coordenadoria de Direitos Humanos... é a primeira implementada no país, aí você vê... é... que várias outras cidades, é... ter Coordenadorias ou... políticas de Direitos Humanos, você ter órgãos do Estado de respeito aos Direitos Humanos... eu acho que o Brasil pós- Ditadura, ele... ela começa a se organizar, né?... e... e... mesmo no Governo Fernando Henrique Cardoso começa a dar os primeiros passos de... de atuação de política de Direitos Humanos e acho que o Movimento se localiza nisso daí... ele consegue teoricamente... não resolve... mas ele consegue dar uma resposta pra AIDS e aí ele entra nesse contexto dos Direitos (Entrevista 5BH).

Os entrevistados portugueses localizaram a década de 1990 como o período dos principais marcos das conquistas nacionais, período posterior ao que foi ressaltado pelos

entrevistados belo-horizontinos como tendo sido o início das lutas LGBT no Brasil.

A entrevista abaixo ressalta as orientações recebidas da União Européia:

Portugal está em plenos anos 90 em plena União Européia a receber directivas sobre orientação sexual e identidade de género, coisa que cá até então nem se discutia... e portanto teve que fazer alguma coisa... teve de... que transformar leis em grande medida por imposição Européia, não foi porque quisessem...mas isto significa um preço alto em termos de transformação social... ela não se fez ainda, tá por fazer... É um... é um motor, significa uma aceleração grande sobretudo em termos legais e em termos de visibilidade da pobreza de espírito que isto era há 15 anos atrás porque os portugueses também se começaram a comparar com a realidade lá fora... Eu acho que tem havido grandes transformações nestes últimos 10, 15 anos... quando eu digo que não feita uma transformação social decisiva, mantenho essa afirmação, mas... mas também não posso dizer que nada mudou... há 10, 15 anos não se falava de homossexualidade em Portugal... não existia... não existia sequer enterros mediáticos (Entrevista 14L).

Os três entrevistados abaixo destacaram o papel dos primeiros grupos e movimentos sociais LGBT nas primeiras conquistas sociais:

No âmbito nacional eu diria... tem a criação da... do... grupo que trabalha o homossexual do Partido Socialista Revolucionário que é tal... a associação das Panteras Rosa, precisamente a que foi a primeira... 1980, pra aí... a primeira associação, foi a primeira associação LGBT... um grupo LGBT... a... foi grupo político... depois o nascimento das associações mais institucionais e o... Portugal e Opus Gay... a... depois a visibilização da luta contra a SIDA com as marchas... com as marchas específicas de solidariedade para com as pessoas infectadas pelo VIH... a...o grande marco é... é... quando na Constituição se pôs lá a não discriminação, não é?... pra mim isso é o marco fundamental... (Entrevista 1L).

Como também é argumentado pela entrevista a seguir:

Havia um grupo, que era o GTH... o Bloco de Esquerda ainda não existia. Vinculado ao PSR (Partido Socialista Revolucionário) que foi um grupo específico que, mais tarde, constituiu o Bloco de Esquerda. Portanto, era o partido mais parecido ao que é hoje o Bloco de Esquerda... e tinha um pequeno grupo chamado *grupo do trabalho homossexual* que era dirigido pelo Sérgio Vitorino. Eu colaborei com eles, isto é, não pertenci, mas colaborei numa conferência, numa sessão que houve na altura, mas de facto o movimento não cresceu. Só houve este grupo e não houve mais nada durante muito tempo. Até que em 95... em 95 surgiu a ILGA, não é? Ham... vinda muito daquele movimento (Entrevista 9L).

E, ainda:

mas eu presumo que se possa dizer com algum acerto que o primeiro... a primeira organização – assim mais forte e organizada – de luta pelos direitos LGBT surge nos anos 90, e surge ligada a um partido o Partido Socialista Revolucionário (PSR)... Não, não... eu acho que o movimento LGBT soube... acho que houve acontecimentos colectivos e outros acontecimentos antes... mas o associativismo LGBT nasce nos anos 90, em meio dos anos 90. E, na verdade, ele torna-se importante no final dos anos 90 e início dos anos 2000. E ele cresce muito, creio eu, com o processo dos fóruns sociais eu acho que este processo teve importância no momento em que o movimento LGBT... em que os movimentos puseram-se em contacto.... talvez isso foi na origem do movimento LGBT... o fórum mundial foi um momento muito importante... Eu coloco que sim. Porque acho que permite cruzar o direito LGBT com outros direitos e, sobretudo, permitiu... fez com que a agenda LGBT entrasse no... no discurso desses movimentos.... Isso foi muito importante... o movimento feminista e o movimento sindical (Entrevista 4L).

Já nas entrevistas abaixo, percebe-se uma ênfase ao momento histórico de realização da primeira Marcha LGBT e da mudança na Constituição Federal, garantindo direitos específicos contra a discriminação LGBT.

Bem, o que eu vejo mais claramente é uma mudança... a nível de... Em primeiro lugar, talvez, uma mudança a nível de visibilidade do tema. Isso começou a mudar em 2000... Por exemplo, se nós formos ver hoje as reportagens, elas não dizem nada sobre o manifesto, por exemplo, da marcha... que é a parte mais importante, não é?... Nós temos o partido dos verdes, que foi quem começou com a primeira tentativa de haver a União de facto entre pessoas do mesmo sexo. E acho que isso foi em 96 ou 97, já não me recordo. Pronto... ham... depois, de facto a lei só começou em 2001 O arranque depois maior, que se calhar de uma outra base foi... ham... a questão da mudança na Constituição portuguesa dentro do princípio de igualdade no 13º onde se podia... onde não se podia ser discriminado. E obviamente que terem incluído a orientação sexual deu-nos uma base maior... (Entrevista 12L).

Segue nessa mesma argumentação a próxima entrevista:

Acho que do âmbito nacional... a... a... eu... eu... do ponto de vista de se tornar uma causa nacional com visibilidade eu atribuo já no ano 2000... 2000, quando começa a haver as primeiras marchas LGBT... e que vêm crescendo... ligeiramente vem crescendo... (Entrevista 3L).

E, também, a entrevista seguinte:

É óbvio que a luta da... a luta dos Movimentos Sociais é mais antiga, mas é isso... o acolhimento de suas propostas só... só mesmo a partir de 2007, final de 2006... 2007 é que a aparece com o projecto Ano... Ano... Ano Europeu... (Entrevista 5L).

Entretanto, nesta última entrevista, há um destaque para o evento intitulado Ano Europeu, que de alguma forma com maior ou menor intensidade também apareceu nas falas da maioria dos entrevistados:

É... a partir... Então percebemos que a primeira coisa que o Governo Português fez com... que o Governo Português fez sobre questões de Direitos LGBT foi no Ano Europeu... criou um... um... trabalho... um grupo de trabalho de acompanhamento com ONGs do Ano Europeu, onde estavam ONGs de Direitos LGBT, fez grandes Seminários temáticos para acesso de discriminações que estão a ser trabalhadas... ham... entre eles, um Seminário sobre Direitos LGBT... e esse Seminário sobre Direitos LGBT foi a primeira coisa institucionalmente que o Estado português fez sobre isto, depois há uma alteração da CIG e da sua... da criação da CIG vidna de uma outra estrutura anterior que se chamava Comissão Pra Igualdade e Direitos das Mulheres que se transforma em Comissão pra... pra Cidadania e Igualdade de Gênero, está com uma mudança em termos de discursos e de dinâmicas (Entrevista 10L).

Desta forma, constata-se que no âmbito nacional os entrevistados de Belo Horizonte reconhece como marcos de início das lutas LGBT no Brasil as mobilizações sociais ocorridas a partir do final da década de 1970. Já os entrevistados de Lisboa localizam esses marcos em Portugal mais tardiamente. Consideram que já existiam manifestações pontuais no final da década de 1970, porém a partir da década de 1980 que ressaltam como grandes marcos. Conforme foi discutido em Green (2000) e Facchini (2005), no Brasil existe, respectivamente, tanto um movimento de enfraquecimento das lutas LGBT no período ditatorial quanto algumas experiências de resistência política. Assim, o fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, no final dos anos 1970 coincide historicamente com o surgimento da ação coletiva organizada em Portugal, já que os entrevistados de Lisboa reconhecem como marcos do surgimento do movimento social LGBT a década de 1980.

4.2.3 Principais marcos municipais

Neste item, apresenta-se apenas relatos das entrevistas realizadas em Belo Horizonte. Os marcos municipais de Lisboa coincidem com seus marcos nacionais por se tratar de um município que é a capital do país. Nesse aspecto Belo Horizonte apresenta peculiaridades em relação a capital do país, Brasília. Estamos falando de uma cidade que, por um lado, ainda seja provinciana em relação aos acontecimentos políticos na área LGBT do eixo Rio de Janeiro e São Paulo e por outro lado apresenta momentos pioneiros nesse contexto, destacamos a criação da primeira Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos do país a qual a política LGBT está vinculada.

Essa peculiaridade pode ser percebida na fala dos entrevistados a seguir:

Aparece quando entidades que lidam com os direitos humanos começam a ser convocadas a agir a favor de mulheres e posteriormente da população LGBT. As questões reprodutivas e relativas à sexualidade feminina começam a transbordar a esfera da saúde e passam a ser entendidas como direitos da cidadã do sexo feminino, de orientação hetero e homossexual. Esta relação ampliou as formas e conteúdos das reivindicações, incluindo novos atores que até então não se sentiam responsabilizados neste debate. O ativismo LGBT tem nesta forma de compreensão, a possibilidade de se afirmarem como sujeitos de direitos. Sujeitos com identidades sexuadas, com territórios de origem, com peles pigmentadas e muitas vezes desumanizados em função destas condições (Entrevista 13BH).

Na entrevista seguinte há o mesmo destaque, porém é acrescentado o papel da Coordenação de DST/AIDS entre os marcos:

acho que é a grande luta né das Coordenadorias de Direitos Humanos, é conseguir promover o debate, pra que as pessoas comecem a refletir um pouco mais né, que todos tem o seus direitos, e ai a gente discute muito aqui na Coordenação assim, mudando um pouco agora pros direitos sexuais reprodutivos né, é uma discussão inerentes a política do DST/AIDS, porque se agente discute a necessidade de prevenção, além de garantia da assistência a gente discute a prevenção, não dá pra gente ficar focando sempre no viés da doença, a gente precisa

promover a discussão do sexo como um direito das pessoas de ter uma vida sexual sadia, prazerosa, e isenta de riscos, e isso é meio difícil, isso é difícil na saúde, na educação, porque a gente ainda tem uma sociedade que trata o sexo de forma pecaminosa, é um assunto né considerado tabu pela maioria das Instituições e pessoas, e a gente tem feito esse esforço internamente, inclusive na mudança do nome da Coordenação, e a gente começar a emplacar que aqui é uma Coordenação de Saúde Sexual, isso implica dizer que nós trabalhamos prevenção de DST/AIDS e Hepatite Virais, porque saúde sexual significa não ter, prevenir esses agravos, mas garantir o direito ao exercício da sexualidade de forma prazerosa, não discriminatória, e saudável (Entrevista 9BH).

As três entrevistas abaixo também destacam a relevância da política municipal de direitos humanos, mas dessa vez com foco na criação do CRDS, espaço criado pelo governo para a atuação dos movimentos sociais junto ao poder público. Na primeira é afirmado que

No Poder Público municipal e o Movimento Social, a gente tem tido esse acompanhamento porque o Centro de Referência, nós conseguimos realizar a primeira Conferência municipal LGBT... nós conseguimos aprovar, saiu da Conferência a criação da Coordenadoria, a questão do Conselho Municipal LGBT, e de Programas de combate à homofobia... (Entrevista 8BH).

E isso também pode ser observado na fala abaixo:

É claro que a história faz com que as políticas amadureçam, né? Não é possível que experiências sejam elas negativas ou positivas, elas não tenham um encaminhamento qualquer, não sendo, acredito que seja para uma amadurecimento, então tudo que se viveu de 2002 – quando a implantação de um Centro de Referência da diversidade sexual... que era um Centro formado apenas por ONG's, até hoje com o segundo Centro de Referência, né? ...houve uma história e essa história tem desdobramentos, ela tem efeitos, ela tem um

amadurecimento do próprio Município. Então, o que a gente percebe hoje, é que já não... já não causa tanto estranhamento nas demais políticas, nos espaços onde se fala em Direitos Humanos, falar de público LGBT (Entrevista 6BH).

E, por fim, no relato a seguir:

com cuidado, com clareza, com segurança e paulatinamente foi se ganhando isso. Tem uma questão que é... que é... que é importante, porque é... um houve um segundo momento em que com esses arremedos de institucionalização da política, certo?... abriu-se um espaço mais largo de interlocução, outras entidades começaram a aparecer... e ainda que fosse muito marcado, fortemente marcado com um trabalho voluntário, já havia nessa época, certo?... uma... uma... um equipamento mobiliário mais adequado... no Centro de Referência da Diversidade Sexual, ainda muito tímido, mas houve um assumimento também nesse sentido, não só no sentido de botar na marca da Prefeitura o solzinho... mas também de sentir que tinha um papel que você podia assinar, timbrar e poder escrever sem medo, viu?... é... a Secretaria Municipal de Direito da Cidadania se referindo à universidade sexual... certo?... sai timbrado com o símbolo da Prefeitura, aí você tem uma mesa, uma cadeira, tem um computador, tem um telefone, tem sim... um acesso ao fax... com uma materialidade que possibilitava que os setores se organizassem, ainda que, repito, fosse fortemente atrelado a um trabalho voluntário, articulado pelas entidades representativas...mas aí surgiram outras... né?...surgiu... é que a memória incorre... corre sempre o risco de errar, mas... surgiu o GURI, certo?... surgiu ALEM... surgiu o CELLOS, que depois acabou assumindo de uma maneira mais efetiva... um papel de protagonista nessa questão, eu acho que o CELLOS acabou com o tempo assumindo de uma maneira mais marcada... esse protagonismo, é... é...é, a participação de representantes em conselhos de Direitos... certo?... (Entrevista 3BH).

Assim, pode-se compreender que ao longo dessa última década a construção da política de direitos humanos LGBT no município passou de ações totalmente informais e com grandes equívocos entre os papéis sociais para uma tentativa de institucionalização dessa política frente as pressões dos movimentos LGBT. Porém, apesar de alguns poucos avanços políticos seus impactos na mudança social ainda são pequenos. Todavia para quem vivenciou uma época em que móveis do movimento social se alojavam no espaço governamental, militantes faziam atendimentos voluntários junto a equipe de agentes públicos, militantes utilizavam do telefone governamental para organizarem suas ações do movimentos social e agentes públicos organizavam manifestações contra a homofobia no centro da cidade, entre outras situações consegue perceber hoje uma certa clareza sobre o lugar de cada um desses atores sociais na arena política.

4.3 Conquistas LGBT

Esta categoria serve tanto para o afunilamento das categorias anterior quanto para a introdução de debates posteriores. Aqui destaca-se os marcos que foram especificamente levantados como conquistas de iniciativa dos três poderes políticos, respectivamente: Legislativo, Judiciário e Executivo.

Nesta categoria, o conceito de historicidade permite compreender a relevância das ações políticas do movimento social perpassadas nas discussões sobre a ação dos atores sociais na sociedade. Quer dizer, a capacidade que a sociedade civil organizada possui de ação sobre si mesma, ou seja, de transformação. A capacidade que percebemos em muitas falas dos entrevistados de “construir as suas práticas a partir de modelos culturais e através dos conflitos e dos movimentos sociais (...)” (Touraine, 1984, pp.11-2). Assim, pode-se perceber este movimento de historicidade desde os marcos históricos internacionais, nacionais e municipais, bem como nas transformações sociais ocorridas, mesmo que ainda a passos lentos, a partir das demandas, reivindicações, conquistas e impactos sociais.

4.3.1 Principais conquistas no Poder Legislativo

Primeiro, apresentar-se-ão os relatos dos belo-horizontinos e em seguida dos Lisboetanos. Poderemos analisar conforme a sequência apresentada que os argumentos oscilam entre críticas ao modelo conservador que ainda perpassa muitas das posturas dos

representantes legislativos e entre reconhecimentos de conquistas pontuais que tem ocorrido com muita pressão dos movimentos sociais e de forma ainda muito lenta.

A entrevista abaixo é radical no posicionamento de que no âmbito nacional o poder legislativo permanece retrógrado:

é... mas a nível nacional, nós temos aqui um... um... um Legislativo que não avança, nós não temos uma... uma... leis que garantam os Direitos, é... LGBT, uma lei... em 1985, teve uma lei da Marta Suplicy que... que nem sequer se colocou pra ser votada... nem foi votada (Entrevista 12BH).

O argumento acima pode ser justificado, principalmente, pelo esclarecimento da entrevista que se segue. Ou seja, o fato de que ainda não alcançamos um Estado laico no Brasil e por isso há ainda uma grande interferência das religiões, principalmente nas suas vertentes mais fundamentalistas, nas ações do poder público⁴⁰:

hoje o Parlamento tá cada vez mais crescendo o número de evangélicos e carismáticos ocupando o Parlamento né e enquanto eles estão nessa contradição, não consegue desvincular esses direitos humanos no campo de direitos humanos a luz da Constituição, insiste que é a bíblia é a referência deles (Entrevista 8BH).

É por isto que, em outra entrevista, aparece o argumento:

eu acho que dessas Leis tem que sair muita coisa ainda no papel pra realidade assim, é claro que é inegável que já avançou né, que antes não tinha nada, e que a gente hoje já tem políticas, tem Legislação, mas tem o impacto mas que eu acho que ele ainda é pequeno diante do tamanho das questões homofóbicas mesmo, da discriminação, dos direitos que são cercados né, inclusive direitos civis, então eu acho,

⁴⁰ Como, por exemplo, a trajetória política do Marco Antônio Feliciano, pastor da igreja Assembleia de Deus e deputado federal brasileiro eleito pelo Partido Social Cristão (PSC). Em março de 2013, Feliciano foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil e mesmo com todas as denúncias da sociedade civil organizada sobre suas falas racistas, homofóbicas e misóginas ele permanece na direção cargo devido a grande influência das religiões fundamentalistas nas decisões do Estado.

mas acho que já tem um impacto, hoje a gente já vê o reconhecimento, né, do casamento né, entre pessoas do mesmo sexo, e eu acho que isso já é um impacto na sociedade (Entrevista 1BH).

Especificamente, com relação ao poder legislativo estadual, numa entrevista é destacado que:

nós conquistamos Direitos Previdenciários e Beneficiários... para esse ano, o ano passado foi vexame... é... é... junto aos Servidores Públicos e Servidores Militares... que nós achávamos que a Polícia Militar do Estado ía recorrer... eles não recorreram... Porque?... Nossa... pensa bem, isso na Polícia... Direito Previdenciário e Beneficiário... a Polícia... mesmo não falando publicamente, ela... acatou que dentro de sua... do seu... de sua corporação existe homossexuais, quer dizer... ... é o primeiro Estado que tem os Direitos Previdenciários e Beneficiários a casais homo-afetivos, a gente não tem uma legislação nacional... que prevê isso (Entrevista 14BH).

As duas falas a seguir apresentam uma visão mais otimista sobre o quadro político, seja pela crença no poder das mobilizações sociais no campo dos direitos humanos e dos direitos LGBT, seja pela crença na potencialização das ações políticas a partir da inserção da militância nos cargos políticos:

Na minha percepção, as recentes alterações na legislação são o melhor exemplo da força que os direitos LGBT adquiriram dentro dos direitos humanos. As mudanças na legislação é resultado da percepção social das lutas LGBT. De todo modo, ainda há a barreira de cunho cultural/religioso que impõe um ritmo lento as mudanças necessárias na consolidação/incorporação aos Direitos humanos, os direitos LGBT. Por isso a Criminalização da Homofobia tem um caráter tão importante nesse momento (Entrevista 10BH).

E, ainda, o reconhecimento de conquistas de âmbito nacional:

O movimento LGBT cresce nas paradas (que se espalharam pelo país), apresentam candidaturas, articulam nas Câmaras de

Vereadores, Assembleias, Congresso, com prefeitos, governadores, disputam espaços de mídias, obtêm segundas vitórias no judiciário. Buscam alianças no movimento social. Participaram das Conferências Nacional e conseguiram convocar e realizar a própria conferência com a presença de Lula. O limite é a necessidade da mudança cultural. Daí a importância da educação (Entrevista 11BH).

No que se refere ao papel do poder legislativo em Portugal, podemos ressaltar que o mesmo contrariamente a cultura religiosa do país tem se demonstrado mais progressista em relação ao Brasil. Tal justificativa pode ser encontrada na significativa presença e participação de legisladores militantes ou mesmo simpatizantes das lutas LGBT conciliadas ao papel de ativismo dos grupos sociais LGBT. Esta atitude pode ser encontrada no discurso abaixo:

um deles foi sem dúvida a discussão da lei das uniões de facto... a... entre 97 e 2001 porque foi a primeira vez que o conjunto, o movimento... a... se uniu e disse: Agora vamos conseguir isto!... e conseguiu... e foi um processo que durou três anos, com muita discussão pública... ... há mais duas que são marcos, sem dúvida nenhuma... uma é a alteração constitucional que aparentemente em termos mundiais nos coloca um bocado à frente, não há... não há muitos países que eu vejo orientação sexual na Constituição... infelizmente esqueceu-se a identidade de género, os políticos ainda não sabem falar dela hoje... (Entrevista 14L).

Bem como no argumento que se apresenta de forma mais aprofundada a seguir:

É assim... houve algumas transformações que foram feitas num momento um bocadinho anterior... Nomeadamente, houve algumas coisas importantes... a inscrição da orientação sexual no artigo 13º da constituição. O que significa que quando um artigo da constituição... que proíbe a discriminação em função de idade, religião, sexo e tal e tal... inclui a orientação sexual... isto foi, creio eu, no início dos anos 2000. Ham... Houve... houve algumas outras coisas que foram

importantes do ponto de vista do Estado, nomeadamente... Nós vivemos num país que ainda é conservador, que ainda é homofóbico. Mas, nós temos tido alguns avanços importantes do ponto de vista legal. Eles são importante não apenas por direitos materiais que reconhecem, mas porque mudam a percepção das pessoas também... de alguma forma. Espero que os homossexuais se sintam mais protegidos e mais legitimados a partir do momento em que o Estado reconhece homossexuais... Quer dizer, a homofobia, a discriminação sofre um golpe. E, do ponto de vista do homossexual é “se o Estado me reconhece, eu tenho menos vergonha de ser quem sou”. Quer dizer, há uma legitimidade maior. O Estado é o poder simbólico da disputa, porque o Estado também é a disputa do poder simbólico das categorias que nós usamos para compreender o mundo, etc. e, portanto, eu acho que as conquistas do Estado deveram muito às transformações culturais e ao papel e acção do movimento social... e da visibilidade crescente que ganhou e das reivindicações que fez... das lutas concretas que travou, etc. Por outro lado, as reivindicações legais permitem que também nós, pessoas, no âmbito da sociedade sintam-se à vontade para assumir a sua identidade e, eventualmente, para se reverem na luta por essas identidades. Há um perigo, que é o perigo do discurso institucionalista dentro do movimento... que é dizer, assim “ah, se os direitos formais, os direitos legais, já estão garantidos a gente agora faz nada acontecer”... quando nós sabemos, que o facto de os direitos legais estarem garantidos não significa que a sociedade tenha sido transformada.... E, portanto, nós mudarmos a lei tem um efeito importante do ponto de vista social, mas também não chega. E nós precisamos trabalhar no domínio da mudança das estruturas sociais... que não mudam de um dia para o outro... os sistemas de representações, os sistemas de relações... Isso é também uma luta política. A lei é uma pequena expressão da luta política, e é a cristalização de relações de forças sociais em cada momento. Mas, a luta política não acaba com as conquistas legais. Nós temos a própria Carta Universal dos Direitos Humanos que, legalmente, reconhece

coisas extraordinárias e que são violadas todos os dias pelos governos e pelos... pelos que têm mais poder (Entrevista 4L).

Isto permite ressaltar a percepção crítica dos próprios atores sociais dessa arena ao discutirem que, se por um lado a lei garante uma certa legitimidade reconhecimento social para as reivindicações, por outro lado ela por si só não basta:

Mais formalizada... até... até seria depois disso na realidade... a primeira vez que o Estado na forma reconhece na Legislação a nossa existência, foi na lei de Uniões de Facto de 2001... Porque, enfim... a Sociedade foi discriminizada em 1982, portanto aí também o Estado já reconhecia a existência naquela idade mas... mas perseguia ativamente, pronto... mas depois, em 2001 pela primeira vez reconhece a necessidade de atribuição de direitos, no fundo... acho que foi isso que aconteceu, depois... isso em 2003 houve aquela... aquela mudança do Código de Trabalho que decorre da Diretiva Européia... mas em 2004 é que foi de alguma forma para nós, um marco, isso quando foi isso... Legislativo, que foi a mudança da Constituição e essa mudança teve um impacto muito importante em termos de... de... pro futuro...Exato... e em termos de... é isso uma orientadora, não é? Portanto, temos aqui uma mudança que é... que é a própria história, que embora tenha sido muito pacífica e muito... foi aprovada por unanimidade no Parlamento, portanto não parecia haver sequer algum tipo de resistência, não é?... Aspectos do Código Penal... Em 2007, houve muitas mudanças e todas elas foram... foram importantes, desde a igualdade do consentimento, que ainda não era igual até à... até à penalização agravada de... de crimes com motivação homofóbica... (Entrevista 11L).

Daí a relevância de passar de uma luta legalista para demandas mais sociais, conforme os argumentos que se seguem:

Acho eu que acreditam que mudando as leis, se muda tudo. E, portanto, as reivindicações foram sempre mais “legais”, de pressão

política, de *lobby* político. Por isso é que acho que têm... As outras associações... ham... acho que nunca foi prioridade delas, de ter esse papel, de constituírem-se como associações de *lobby* político. E, portanto, foram... E para além disso, não são estruturas tão organizadas, tão pesadas, com estatutos... A Não Te Prives tem este estatuto também, e também é uma associação, mas eu acho que a prioridade sempre foi mais as pessoas do que propriamente as leis; e acho que a ILGA a prioridade foi a transformação social através da transformação legal. E por isso que acaba por ser a única interlocutora aqui, porque existiu isso (Entrevista 13L).

Isso pode ser complementado pela fala abaixo:

quando é aprovada na Constituição Portuguesa a inclusão da... da orientação sexual com o motivo não discriminação... eu achei que já era altura de deixar esse ativismo mais virado para questões de direitos ilegal, passar... tentar passar um ativismo mais social, mais criativo que... tava um bocadinho farta dessa coisa das... legislações e tal... que era um trabalho assim que não é tão interessante, pelo menos pra mim como... tentar ali, digamos a... lutar... a... digamos... fazer análise de... de sistemas mais vastos, estruturais mais vastos, culturais mais vastos de documentação e... não só de... de legislação... Eu não diria que... no meu percurso essa foi, mas... mas a Associação com que eu trabalho atualmente, as Panteras Rosa, é precisamente uma associação que não... que nunca fez esse tipo de ativismo nos Direitos, sempre foi muito mais um ativismo pra mudança das mentalidades... com alguma ação direta... Sim... contra a homofobia...terminar as conquistas legais não foram... não eram atingidas, dediquei-me a essa parte... à conquista legal mas quando a Constituição começou a... a reconhecer, não é?... esse direito à não discriminação eu achei que era uma boa base legal para então se começar a se lutar por... outras conquistas mais vastas do que as legais... (Entrevista 1L).

A entrevistada a seguir ousa criticar o dito pioneirismo português devido à inclusão na Constituição portuguesa do artigo 13, já comentado em outras passagens desta pesquisa:

Não tenho bem noção. Sinceramente, eu não tenho. Essa coisa do “nós somos pioneiros, e nós somos pioneiras”... porque o casamento, e isso só acontece em poucos países europeus, essa sensação de que estão a ser progressistas e que... estão a inovar, que estão a ir na frente, acho que isso [pequena pausa] influencia na aprovação da lei, este quer *ir à frente*, este querer *destacar-se* a nível europeu por ter estas leis (Entrevista 13L).

Assim, a entrevistada abaixo esclarece:

O trabalho do poder público não pode parar nas leis. Tem-se depois que se preocupar com a aplicação e com as estruturas que existem assimilem a questão e estejam preparadas para lidar com elas (Entrevista 12L).

Enfim, vale também ressaltar um elemento novo de crítica que aparece nessa discussão: A não existência de leis e ações sociais voltadas para o segmento de trans, apontando a marginalização dessa luta dentro das próprias reivindicações LGBT:

... transexuais são questões importantes para nós, para a revolução também... mas depois ficam arrumando lógica da transformação social e cultural que tem a ver com visibilidade, tem a ver com a luta contra a homofobia no cotidiano... que não para e... é essa que me parece que é mais difícil delas todas, mudar uma Lei é muito fácil de acostumar uma Sociedade... assustador, né...? (Entrevista 10L).

Vale ressaltar que no Brasil se faz urgente a aprovação do Projeto de Lei PL122, de criminalização da homofobia, já que os índices de mortes homofóbicas permanecem altos. Porém, devido a falta de laicidade do Estado ainda permanece uma grande resistência, principalmente da bancada evangélica presente no parlamento. E em Portugal, apesar da conquista recente de aprovação da co-adoção por casais homossexuais, permanece como uma

conquista pela metade já que este critério é válido apenas para casais que comprovem casamento civil ou união estável⁴¹. Assim, as conquistas no poder legislativo tem caminhado de forma contraditória em relação aos alcances das leis aprovadas.

4.3.2 Principais conquistas no Poder Judiciário

Nesta categoria vale esclarecer que Belo Horizonte e Lisboa vivem regimes políticos diferentes, de acordo com as respectivas classificações da República Federativa do Brasil e de Portugal. O Brasil é uma República Federal Presidencialista, de regime democrático-representativo. Em nível federal, o poder executivo é exercido pelo Presidente. Como em Portugal, é uma república porque o Chefe de Estado é eleito e temporário. E é uma república presidencial porque as funções de chefe de Estado e chefe de governo estão reunidas em um único órgão: a Presidência da República. Já o Estado português é uma república democrática parlamentarista. Em Portugal existem quatro órgãos de Soberania: a Presidência da República, a Assembleia da República (parlamento unicameral), o Governo e os Tribunais⁴².

⁴¹ Para maiores informações, cf. a reportagem “Portugal torna-se o quinto país a aprovar co-adoção por casais homossexuais”, no site <http://www.publico.pt/politica/noticia/parlamento-aprova-coadocao-homossexual>.

⁴² O Presidente da República é eleito por sufrágio universal para um mandato de cinco anos, e exerce uma função de fiscalização sobre a actividade do Governo, sendo quem nomeia o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, tendo, da mesma forma, o poder de demitir o Governo e exonerar o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo. Tem igualmente o poder de dissolver a Assembleia da República. Tem também o poder de promulgar ou vetar leis aprovadas na Assembleia da República ou decretos-lei aprovados pelo Conselho de Ministros, e de pedir a apreciação da sua constitucionalidade... A Assembleia da República funciona em Lisboa, no Palácio de São Bento e é eleita para um mandato de quatro anos e neste momento conta com 230 deputados, eleitos em 22 círculos plurinominais em listas de partidos. Os círculos correspondem aos 18 distritos de Portugal continental, mais dois círculos das Regiões autónomas (Açores e Madeira) e por fim, dois círculos para os portugueses emigrados na Europa e fora da Europa. Compete à Assembleia da República suportar o governo, tendo de aprovar o seu programa e o orçamento de estado e pode derrubá-lo por meio de uma moção de censura. A Assembleia é também o maior órgão legislador, onde são discutidos os projectos de lei. Qualquer revisão à Constituição, tem obrigatoriamente de ser aprovada por dois terços dos deputados... O Governo é chefiado pelo primeiro-ministro, que é por regra o líder do partido mais votado em cada eleição legislativa e é convidado nessa forma pelo presidente da República para formar Governo. O Primeiro-Ministro é quem escolhe os ministros, e em conjunto com estes os Secretários de Estado. As competências do Governo estão divididas não só pelo Primeiro-Ministro mas também pelos diversos ministérios. O Governo pode também apresentar projectos de lei à discussão da Assembleia da República como pode legislar autonomamente, aprovando Decretos-lei no Conselho de Ministros... Os Tribunais administram a justiça em nome do povo, defendendo os direitos e interesses dos cidadãos, impedindo a violação da legalidade democrática e dirimindo os conflitos de interesses que ocorram entre diversas entidades. Segundo a Constituição existem as seguintes categorias de tribunais: a) Tribunal Constitucional; b) Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais judiciais de primeira instância (tribunais de comarca) e de segunda instância (Tribunais da Relação); c) O Supremo Tribunal Administrativo e os tribunais administrativos e fiscais de primeira e segunda instância (Tribunais Centrais Administrativos); d) Tribunal de Contas. O Tribunal Constitucional tem a competência interpretar a Constituição e fiscalizar a conformidade das leis com a Constituição. Pode fazê-lo preventivamente, por requerimento do Presidente da República, dos Ministros da República, do Primeiro-Ministro ou de 1/5 dos Deputados à Assembleia da República em efectividade de funções, ou posteriormente no âmbito de um processo judicial, ou a requerimento dos mesmos órgãos descritos acima e, também, do Presidente da Assembleia da República, do Provedor de Justiça e do Procurador-Geral da República (ARCARY, 1980; SERRÃO, 1980).

Ou seja, enquanto no Brasil o maior poder está concentrado no executivo, o Presidente, em Portugal o maior poder está concentrado no parlamento, o Primeiro-Ministro. Tais diferenças contribuem na compreensão da relevância atribuída ao poder judiciário no Brasil e de sua pouca autonomia, conseqüentemente pouca relevância em Portugal.

Desta forma, o poder Judiciário, a partir de suas jurisprudências, tem sido uma alternativa frente a morosidade no poder legislativo, principalmente no Brasil, conforme aponta os dois relatos abaixo:

mas tem alguns lugares que a gente já tem algumas vitórias... do Judiciário, né?... que aí o Judiciário está muito mais avançado do que o Legislativo, nós já temos lugares que... que o casal ganhou por exemplo Direito a herança, tem lugares que... é... tem... é...os casais conseguiram adotar a criança com o nome... da... das duas pessoas, né?... de... dos... dois gays ou de duas lésbicas... então ainda infelizmente os nossos Direitos estão na mão do Juiz, então... a gente tem que ver, é... qual o Juiz que vai cair aquela causa... porque se for um homofóbico nós vamos perder, nós vamos ter que recorrer e ainda infelizmente nós não temos os Direitos garantidos (Entrevista 12BH).

Sendo que na entrevista abaixo fica claro que tais avanços são principalmente de iniciativa do Supremo Tribunal Federal:

O que há no Brasil de avanço é a discussão do Supremo, eu acho que ainda vai continuar sendo a âncora desses direitos difusos, esses direitos humanos mais complexos, eu acho que pode ser o Supremo o fiel da balança ai pra resolver esses impasses, entendeu...a vitória no Supremo da união estável de algum modo ela fortalece essas bandeiras dentro do campo de direitos humanos porque a própria argumentação foi fantástica como acho que deu visibilidade pra sociedade e sinalizou para o Supremo, que é a Estância mais forte e mais importante hoje, ela aponta que a união estável ela é necessária, oportuna, e como se tornou um grande passo, é óbvio que hoje o Jean Willian já deu um passo muito maior, que é o casamento civil, que eu acho fantástico o casamento civil igualitário, a necessidade, acho que

é o passo além da união estável, mas o Supremo dá um recado “olha, não dá pra continuar invisível, esse segmento existe e nós temos que tratar com a seriedade que deve ser tratada (Entrevista 8BH).

Já em Lisboa, não se credita devidamente o Judiciário português devido a pouca autonomia nas decisões políticas LGBT:

Não, não. Não, nós não temos jurisprudência. Nós não temos jurisprudência em Portugal. Ou seja, ao contrário de outros países – se calhar até da maioria dos países, não sei – os casos em tribunal não fazem jurisprudência, não fazem... Ou tu mudas a lei, ou não mudas a lei. Mas o poder legislativo está totalmente concentrado no Parlamento e os tribunais não têm nenhuma hipótese através de decisões sob casos concretos criar... ham... digamos são bem separados... São portanto, um juiz pode decidir totalmente diferente de outro juiz. Olha para a lei que existe e decide. Se nós formos alterar a lei que existe, alteramos a lei que existe. Mas os tribunais não contribuem para dizer qual é a interpretação da lei. Quer dizer, cada juiz faz a interpretação que... Entende essa forma? Mas não há essa lógica, como nos Estados Unidos ou... Portanto, a luta política em Portugal é muito concentrada no Parlamento e não é... não é muito nos tribunais. Há uma parte importante dos tribunais que é... Por exemplo, a luta sobre a parentalidade, um pai homossexual que entrou no tribunal dos direitos do homem, dos direitos humanos e ficou... e ganhou o direito de ficar com o filho, sendo ele um pai homossexual... portanto, era pai casado... era um homem casado com uma mulher, tiveram um filho, separaram-se, o pai lutou pela custódia, mas o tribunal disse “não, porque ele é homossexual e está a viver com um homem”. Ele recorreu para o tribunal europeu, o tribunal europeu deu-lhe razão. Isto é muito importante. Ham... eu acho que isso pode acontecer no domínio da parentalidade em Portugal. Mas não acho que o poder judiciário – como estava a dizer – ou que o poder judicial seja muito importante nessa fase da luta LGBT. Eu não vejo muito assim. Não há, de facto, grandes casos de

discriminação. A maior parte das vítimas de discriminação não chegam a apresentar queixa... Ham... e, portanto não acho que seja uma via de atalho... Não estou a dizer que seja desimportante, acho que ela hoje não é muito utilizada porque as pessoas não têm um acesso fácil à justiça, porque as pessoas que são vítimas de discriminação dificilmente apresentam queixa... de um lado... por outro lado, porque Portugal não tem essa tradição existente em outros países do poder judicial, no fundo, ter uma componente de... apurativa, de criar as interpretações das leis (Entrevista 4L).

Entretanto, na entrevista abaixo aparece uma tentativa de valorização do papel da Justiça Portuguesa:

uma questão da jurisprudência seria... a questão da proteção legal como a Identidade de Género... não está... não está em nenhum Tratado, em nenhuma Constituição, não está... em termos de jurisprudência e isto já aconteceu no Tribunal de Direitos Humanos e no Tribunal Europeu de Justiça que há casos de jurisprudência em que os Estados já foram condenados, não é? E... e... e demanda-se pros Estados, ou seja, pede-se aos Estados, não é? Que as questões de Identidade de Género sejam cobertas em termos de proteção contra a discriminação por toda a Legislação, que permite discriminação em favor do sexo... são ainda questões distintas, mas... Mas às vezes é mais fácil fazer esta jurisprudência do que mudar um Tratado e... pôr a Identidade de Género num Tratado... o Conselho da Europa tem uma Comissão pros Direitos Humanos e o Comissário pros Direitos Humanos que é um Comissário Nórdico... que é o Thomas Armarter tá com uma agenda fortíssima sobre as questões LGBT... com uma preocupação específica nas questões T... o que é importante, não é? O que é importante e entendo... Porque veio cá Portugal, se reuniu com o Secretário de Estado Português da Justiça, deixou a mensagem e é também por essa mensagem que nós estamos a trabalhar (Entrevista 5L).

Desta forma, entende-se que as lutas sociais em Lisboa se concentram no parlamento, já que o poder do judiciário é pequeno e com isso não há legitimidade para realização de jurisprudências. Em Belo Horizonte este tem sido um recurso utilizado nas situações que há margem para uma reinterpretação das leis já existentes. Por exemplo, as primeiras uniões estáveis registradas em cartório ocorrem nesta condição.

4.3.3 Principais conquistas no Poder Executivo

Neste tema também é possível encontrar distanciamentos entre Lisboa e Belo Horizonte, tanto devido aos argumentos sobre os respectivos regimes políticos, conforme o item anterior, quanto ao fato do Brasil ser o campeão mundial em casos de assassinatos homofóbicos⁴³. Isso demanda um maior investimento em políticas públicas de combate a homofobia no país. Dessa forma, desde 2004, existe o Programa Brasil sem Homofobia, coordenado pelo Governo Federal, com o objetivo principal de descentralizar políticas estaduais e municipais de atendimento e pesquisa nessa área. Já em Lisboa há uma incipiente construção de políticas vinculadas ao poder executivo para o atendimento de vítimas de homofobia. Isso pode ser comprovado pelos relatos abaixo, sobre o contexto histórico:

creio que instituições ligadas à prefeitura para direitos humanos surgiram pela primeira vez em 1993, em BH (governo Patrus) e em Maceió a temática LGBT é incorporada (Entrevista 11BH).

O resgate histórico realizado na entrevista abaixo consegue detalhar como essa política, na visão dos gestores, foi construída no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, bem como, as correlações de força e poder presentes dentro do próprio poder público:

Deixa eu falar o que eu encontrei, certo?... Como eu disse, tudo muito incipiente, certo?... uma timidez muito grande de se assumir e tocar nessa questão, porque tava longe de haver um assumimento do poder público municipal à época e que as questões ligadas à área da comunidade LGBT é questão de política pública...certo?... isso não

⁴³ As estatísticas compiladas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) sugerem que o Brasil é o país com a maior quantidade de registros de crimes homofóbicos do mundo, seguido pelo México e pelos Estados Unidos. De acordo com o GGB, um homossexual é morto a cada 36 horas no país e cerca de 70% dos casos de assassinatos de pessoas LGBT ficam impunes.

tava minimamente dado, contudo havia um projeto de um Centro de Referência chamado à época, nós estamos falando aqui de 2002, segundo semestre, Centro de Referência do Homossexual... era assim a primeira designação... É... Centro de Referência Homossexual. A gente avaliava... que essa designação, nem de longe respondia... à necessidade, a gente tinha documentos que falavam do homossexual, aí veio a discussão do Centro de Referência da Diversidade Sexual, que também compreendeu-se depois que essa designação não abrangia... né?... a totalidade, digamos assim nos recortes que compõem... e que deviam ser objetos dessa discussão da constituição, da elaboração, da implementação e do assumimento dessas questões como questões de política pública. A ideia do Centro de Referência do Desenvolvimento da Diversidade Sexual, ela surgiu desse alargamento da questão do homossexual... os interlocutores principais que se encontram na época eram ligados a dois recortes muito específicos... certo?... homossexuais masculinos... especificamente, certo?... na pessoa de um já falecido militante e a época também ligado à... à ASTRAV, a associação de travestis, quando encontrei ainda com o primeiro de título de Centro de Referência do Homossexual, curiosamente... certo?... em alguma medida, compreendia esses dois segmentos que estavam presentes, mas a ideia de institucionalizar, de fortalecer levou uma discussão conceitual que rapidamente sem maior dificuldade virou... diversidade sexual, mas virou ali para consumo interno, porque não havia nenhuma ação de externalidade nesse primeiro momento, não havia uma identificação dessa política com... a Prefeitura, não havia nada, um documento, uma peça publicitária, um cartaz, uma placa que fosse, que dissesse que essa matéria é da competência do poder público municipal... Na realidade tinha uma sala, nessa uma sala tinha uma mesa, nessa uma mesa tinha por trás dela uma cadeira e tinha um armário, certo?... não mais do que isso... é... não havia nem telefone... à época. É... quando houve esse problema lá com a ASTRAV... certo?... acabou pedindo autorização e foi autorizado, trouxe alguns outros móveis que acabaram compondo esse ambiente,

é... e nós trabalhávamos exclusivamente a essa época com a participação voluntária... dos representantes desses dois segmentos, E pronto... certo? A seção de espaço e pronto. A gente não tinha ainda atendimento, tentamos constituir uma possibilidade de que ouvesse um lugar de escuta, de eventual orientação, uma articulação mais adequada, de pressionar... havia a nosso juízo, um caminho natural de institucionalidade e fortalecimento pela via da Coordenadoria de Direitos Humanos... mas isso não tá posto dessa forma, era a construção. Essa construção, exigia também, alguma...algumas sinalizações do Governo Municipal em outros níveis... se a discussão era tímida na internalidade da Secretaria de Cidadania, né?... ela é inexistente nas outras áreas... completamente inexistente, então, ficava um...um...um diálogo e um discurso entre os mesmos, é... tentar fazer a parte da necessidade de avançar dessa política, a gente buscar minimamente uma institucionalização. Pra se constituir as bases que poderia vir a ser uma política municipal de promoção de direitos LGBT, e por outro lado tinha uma coisa que a gente não explicitava assim, mas me parecia estratégica... de ter uma peça, de ter uma placa, de ter algum papel dizendo: Política LGBT é questão de política pública para o Município de Belo Horizonte (Entrevista 3BH).

A entrevista abaixo complementa o argumento:

E a primeira vez que nós fizemos isso, não sem algum desasossego, foi fazer peça publicitária na ASCOM... cartaz... folder... papel... enfim, em que você pudesse pregar nos espaços da cidades, nas estruturas da Prefeitura, nos espaços regionais... certo?... um cartaz, uma peça publicitária... feita por agências, não me recordo minimamente qual teria sido a agência à época, mas foi um passo que foi a primeira vez que saiu a logomarca da época, lá... o solzinho... né?... saiu o Centro de Referência de Diversidade Sexual, Secretaria de Direitos da Cidadania, não tinha o título de adjunta à época, né? e o solzinho da Prefeitura... (Entrevista 5BH).

A seguir uma narrativa sobre um segundo momento da construção dessa política, com foco na Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos, a qual o Centro de Referência se vinculou institucionalmente:

No ano de 2005, a Coordenadoria passa a ter a atribuição de implementar políticas de direitos humanos e cidadania LGBT... e no ano de 2007 por meio de um convênio assinado também com o Governo Federal, a Coordenadoria, coordena o Centro de Referência em direitos humanos e cidadania LGBT e esse convênio, ele é formalizado em 2008 e no ano de 2008 a Coordenadoria passa a coordenar o Centro de Referência pelos direitos humanos e cidadania LGBT. Foi um convênio de 12 meses, apenas, depois ele não foi renovado... mesmo a Coordenadoria tendo dentro de suas atribuições, que na verdade ela vem com a reforma, não é em 2005, com a reforma de 2002, é...então mesmo a Coordenadoria continuando com a atribuição de implementação políticas para este público, ela fica sem o centro de referência até o ano de 2010, então... de final, do princípio de 2009 até o início... o meio, Junho de 2010, o município fica sem a política, mas a Coordenadoria continua fazendo o atendimento por meio de um serviço de atendimento integrado ao cidadão a este público especificamente. E... aí, Julho com a nova gestão de 2008 ele já inclui nos programas de governo a implementação e fortalecimento de um programa voltado ao público LGBT e no ano de 2010 ele realmente é reaberto e o atendimento passa a ser efetivo em Junho de 2010 (Entrevista 6BH).

Nas duas falas abaixo, aparecem o reconhecimento da conquista histórica de criação dessa política no âmbito do governo municipal, porém há também críticas às suas limitações políticas, financeiras e conseqüentemente de relevância social:

Bom, a criação né desse serviço é um avanço, só de ter criado uma coisa não tinha criada, mas ainda eu vejo ainda como um frágil, que foi um Centro de Referência que foi criado depois ficou desativado e

voltou né, acho, penso que é uma Coordenadoria que vai trabalhar principalmente a questão hoje assim dos crimes violentos né, da homofobia, acho que essa é a maior demanda que eles tem e é inegável a importância de termos na Secretaria que tem o direitos humanos ter uma Coordenadoria de direitos LGBT, mas penso que é um desafio também eles conseguirem também a Coordenadoria dos direitos humanos ali, LGBT, começar a construir com esses outros atores, né, com Assistência Social, com a Educação, com esses vários, Esporte e Lazer, Cultura, para além das Secretaria de Direitos Humanos né, começar a também buscar e discutir a questão dos direitos humanos, da violação dos direitos humanos dentro de cada uma dessas esferas né, como que a saúde tá violando algum direito humano dessa população, como que a educação, né, eu acho que esse é um papel importante deles, dessa construção com as outras políticas... Eu vejo como ainda sendo uma coisa que ainda é um desafio pra a avançar mesmo né, de não ficar só no caso a caso, do atendimento das pessoas, pra isso ai partir pra uma construção mesmo, uma discussão da política com vários seguimentos mesmo, com empresas, por exemplo, quando tem alguma questão né, de debate, de levar essa discussão, então eu acho que é uma Coordenadoria importantíssima que vai fortalecer essa discussão nos vários outros seguimento... acho que isso é o desafio agora, de trabalhar junto também, de aproximar (Entrevista 1BH).

E, também a importância dessa política ser efetivada como política pública e internalizada e refletida no nosso cotidiano:

agora, a Coordenadoria ainda, sinceramente, ainda não senti... uma mudança assim... há uma Coordenadoria, há... teve um avanço... que avanço que vai poder ter numa vida de uma lésbica que mora lá no morro e favela?... qual que é a mudança de fato nisso?... então, a mudança, eu acho é que... da existência dessa Coordenadoria... olha... no Brasil... mas não adianta, por exemplo, nós fizemos Conferência, nós temos as maiores Paradas, nós temos a Coordenadoria, mas isso

não reflete, é... nos nossos Direitos, a gente continua a... a... a depender de um Juiz, por exemplo, pra decidir a nossa vida... ainda... dependemos de um Juiz pra dizer: Olha... fica ou não com a herança de uma pessoa que você morou trinta ou quarenta anos... então isso... não tá refletindo, essa... é... todas essas ações aí... por exemplo, as Paradas, a Coordenadoria, a Conferência ainda não tá refletindo na vida do nosso dia-a-dia enquanto lésbica... Agora, é importante... é importante, é claro que é importante mas muito mais do que importante eu quero ver o meu Direito garantido, que não tá acontecendo... (Entrevista 12BH).

Já em Lisboa, mesmo sendo a capital do país, ao contrário de Belo Horizonte, tal discussão e inserção de uma política LGBT no âmbito do poder público executivo aparece mais tarde do que em Belo Horizonte, conforme localiza a entrevista abaixo:

Sim... sim... do ponto de vista do Executivo seria 2007... do ponto de vista social eu diria que foi... foi precisamente os meados dos anos 90 em que finalmente aparece uma... Enfim, uma Associação, por que isso no fundo é o início de um... já vi Movimento antes mas é a tal coisa, tava relacionado diretamente com o Partido, portanto não era tão... tão clara a... enfim... que não era tão clara para uma Associação... (Entrevista 11L).

Na entrevista a seguir aparece com mais detalhes o surgimento dessa política e seu gradativo processo de institucionalização incentivado pelo Ano Europeu:

É... exatamente... e até 2007... até 2007 o Movimento LGBT não tinha nenhum organismo público de... com diálogo institucional estabelecido como tinha todas as outras áreas de discriminação, ok? ... um Ano Europeu que pediu que cada país organizasse um plano nacional de ação pro seu trabalho... pra trabalhar digamos, o projecto do Ano Europeu durante todo o ano de 2007... Óbvio que Portugal fez também, né? E Portugal optou por trabalhar também por trabalhar numa lógica de cruzamento entre todas as áreas de discriminação, ou

seja, terem focos específicos, não é? Sei lá... Em 17 de Maio fizemos um... Um Seminário só sobre questões LGBT, mas foi o primeiro em Portugal... 17 de Maio de 2007, foi o primeiro Seminário em Portugal organizado ou co-organizado... e com financiamento público... 2007... A ILGA Portugal e a Opus Gay, ok? Pela primeira vez as Organizações... que representam pessoas LGBT passaram a ter acento e passaram a ter um organismo institucional de diálogo que é a CIG, ou seja, a CIG passou pra além das questões de género, passou a... preocupar-se a ter na sua esfera de trabalho as questões de orientação sexual e de identidade de género... Desde o fim de 2007... durante todo o ano de 2007 por causa do Ano Europeu, mas formalmente desde o fim na... na Conferência do encerramento do Ano Europeu porque o Ano Europeu encerrou... na Europa toda encerrou em Lisboa porque Portugal tinha a presidência da União Europeia nessa altura... e nessa Conferência, no discurso de encerramento da Conferência, a Elza Paes... na altura era presidente da CIG, anunciou formalmente que as Organizações LGBT a partir daquele momento tinham um organismo público institucional de diálogo que era da CIG... e que iam ser integradas no Conselho Consultivo, ...pela primeira vez é atribuído financiamento público a dois projectos LGBT... é um projecto da ILGA Portugal e um projecto da Rede Ex-aequo... também pela primeira vez, lá está... Pela primeira vez é atribuído financiamento público e aqui parece-me que é o início, não é? De tentar a começar a estabelecer um desenho de políticas públicas na área LGBT (Entrevista 4L).

A entrevista abaixo complementa a discussão, trazendo outros elementos que têm fortalecido a institucionalização desta política:

Desde o início do ano passado... o Poder Público... seria melhor especificar, portanto... ele é financiado pelo mecanismo financeiro do espaço económico europeu que basicamente é... é... constituído pela... pela Noruega, pela Islândia e pela Liechtenstein... é uma contrapartida destes países em termos de acordo com a União Europeia...

que não pertencem à União Européia... é... promoção neste caso de Direitos Humanos na União Européia. Há é uma entidade intermediária e co-financiadora em Portugal que é a Comissão pra Cidadania e Igualdade de Género... Aliás, não existia a Secretaria de Estado da Igualdade nessa altura... e... e portanto, este projecto... é um projecto específico de dois anos que tem... que tem uma duração limitada e tem objectivos específicos e... Não é uma política pública... é um projecto... politizado... nós temos uma equipe grande de psicólogas e psicólogos a trabalhar no Serviço de Aconselhamento Psicológico, mas é uma equipe de voluntários, com formação específica... mas, no fundo nós temos uma pessoa contratada que é Coordenadora do Centro LGBT e temos uma pessoa até parcial que trabalha no Centro de Documentação e que é documentalista... São só estas duas pessoas que estão lá pra atender... isso é uma... uma das faltas que nós sentimos, a outra tem a ver também com a parte do apoio jurídico, nós não queremos por uma questão de Legislação... ter um Gabinete Jurídico aqui... precisamos que a Ordem dos Advogados autorize esse Gabinete e essa autorização nunca... nunca chegou e... e portanto... o máximo que podemos fazer é dar informação jurídica, que não é consulta... não é necessariamente suficiente, sobretudo pela quantidade de pedidos que nos têm chegado... Portanto, temos que garantir uma estrutura mais alargada que permita dar resposta... há sempre a Comissão pra Cidadania e Igualdade de Género que, neste momento também recebe queixas oficialmente... este edifício é da Câmara Municipal de Lisboa e portanto este espaço é nos cedido como uma tenda que é obviamente controlada... (Entrevista 11L).

Os dois entrevistados abaixo apontam a insuficiência desses serviços e a necessidade de avançar na efetivação de uma política pública:

Porque eu acho que o passo agora que nos falta dar é exatamente o passo de se inserir nas políticas públicas... eu acho que esse é o passo que falta, ou seja, já tivemos aqui alguns avanços legislativos e vamos ter mais em breve, não é? Faltará no campo da população LGBT,

depois faltará a questão da parentalidade, mas eu penso que isso também virá... mais dia, menos dia virá, não é? Até porque, não sei se tu ainda viste uma campanha da ILGA, mas o Paulo lá... não sei como que é, mas vais entrevistá-lo amanhã... outras duas coisas, a CIG... toda a formação que a CIG antes dava que era muito homens e mulheres, hoje já tá adaptada e já está numa formação mais alargada, fala de umas questões de orientação sexual e de identidade de género, do heterossexismo, pra além do sexismo... fala-se também do heterossexismo, portanto... esse foi um passo também importante (Entrevista 5L).

E, ainda, nos argumentos de outro entrevistado:

Que nós em português não temos, é tudo política e portanto, está quando diz política e Política Pública, não é...? Ou seja, há uma questão aqui de diferenciação clara, porque... isto porque, porque... as Políticas Públicas no sentido dessa Politix, né...? Sobre questões LGBT em Portugal são recentíssimas, são muito recentes... estamos a falar de menos de três anos, estamos a falar de quase nada... estamos a falar de ainda estamos a conquistar algum espaço institucional, não há... até meados de 2007 nós não tínhamos formalmente uma Instituição do Governo português com quem dialogar... Não... há uma coisa inovadora, a única coisa que eu vejo que é inovadora é, por exemplo, este ano uma campanha e um... há um conjunto de coisas que a CIG... a Comissão pra Igualdade e Cidadania do Género vai fazendo que são inovadoras, este ano está fazendo uma Campanha sobre o mundo da discriminação... é que a Orientação Sexual tá presente, ou seja, desde 2007 que sempre que há uma coisa sobre... múltiplas, a Orientação Sexual se faz tanto presente e portanto... o que é inovador é esta continuidade nesta... na anterior equipe e na atual equipe da Comissão pra Igualdade... mas que é muito identificável pelas pessoas, nós conseguimos identificar as pessoas que levam este tema pra lá e portanto... é... é esta novidade... é isto, é por... Uma abertura maior. Uma abertura maior dessa Instituição... Portanto, os

caminhos estão a aparecer mas... mas sem nenhuma política real, né...? (Entrevista 10L).

Assim, pode-se constatar que tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa não existem políticas públicas de direitos humanos voltadas as pessoas LGBT. O que existem são ações políticas, programas e projetos sociais. No entanto, são ações do governo atual, o que não garante sua viabilidade após uma mudança de gestão, de partidos e de ideologias políticas. Há uma pressão significativa por parte dos grupos sociais, pelo entendimento de que apenas um avanço dessas ações para a efetivação de políticas públicas poderiam garantir orçamentos públicos permanentes e a formalização da responsabilidade do Estado, buscando assim um maior compromisso do poder executivo.

Desenvolver políticas públicas de direitos humanos implica reconhecer tanto a universalidade dos direitos humanos na base de todas as políticas públicas quanto a responsabilidade do Estado em responder as demandas da sociedade civil organizada. Para isso, é necessário que tais políticas públicas universais construam outras políticas públicas particulares para responder as demandas específicas. Mas como foi visto nos argumentos dos entrevistados, há também uma questão subjacente a todo este processo teórico-político que é conseguir diferenciar na prática até que ponto essas respostas, ao contrário de públicas, não representam o interesse próprio dos governos na tentativa de garantir sua gestão de forma harmoniosa, para que a partir dessa constatação a sociedade possa construir estratégias de pressão e controle social.

4.4 Concepção de Direitos Humanos

Existem diferentes concepções e perspectivas de atuação sobre Direitos Humanos. No capítulo 2, foram discutidos diferentes concepções e autores que trabalham com essa temática. Esta categoria, a da análise de entrevistas, busca construir subitens, levando em consideração o material fornecido pelas próprias entrevistas e as teorias que puderam servir de base para a análise das informações coletadas pela pesquisa.

Assim, a partir dos teóricos trabalhados, foram definidas três concepções de Direitos Humanos: a concepção naturalista, a concepção legilativa e a concepção sócio-histórica. Na concepção naturalista se encontra o grupo de entrevistas cujo conteúdo apresenta ênfase numa definição naturalizante e/ou religiosa sobre os Direitos Humanos. Uma concepção dos direitos como algo natural, um dado à priori, ou seja, inerente ao ser humano, imutável,

intemporal e por vezes justificado pela lei divina. Na concepção legislativa está englobado os entrevistados que concebem os direitos humanos apenas como aquelas normas positivadas nas leis, institucionalizadas pelos nossos documentos legislativos. E, na concepção sócio-histórica encontra-se o grupo de entrevistas cujo conteúdo apresentou ênfase numa definição dos direitos humanos como construções sociais e/ou históricas; ou seja, um processo marcado pela correlação de forças frente às necessidades humanas já garantidas em lei, ou as novas demandas que possam garantir a dignidade humana nos diferentes contextos.

4.4.1 Concepção Naturalista

Não foi encontrado nenhum relato nas entrevistas que pudesse contemplar este tópico. Esta ainda é uma perspectiva de visão e atuação no campo dos direitos humanos muito presente em outras áreas. Mas na política LGBT, essa concepção é criticada, talvez até mesmo pelo caráter contestatório dos ativistas sobre as visões abstratas, universalistas e religiosas, que tem dificultado o avanço das conquistas pelo respeito a diversidade sexual.

4.4.2 Concepção Legislativa

Esta categoria pôde ser mais encontrada nas entrevistas ocorridas em Lisboa. O que pode ser compreendido pelas características do sistema político vigente em Portugal, conforme discutimos no item 4.3. Porém, vale ressaltar que a grande maioria dos entrevistados, ou seja, aqueles que compõem a ala mais radical fizeram várias críticas às limitações desse entendimento dos direitos humanos no seu viés apenas legislativo.

Quer dizer, se por um lado, garantir a inclusão dos direitos LGBT nas nossas leis contribui para um maior reconhecimento social desses direitos e conseqüentemente uma maior legitimidade nas reivindicações por igualdade, por outro lado, nada impede que leis sejam criadas apenas por interesses da elite dominante e/ou que se tornem obsoletas frente as novas demandas e novos contextos de lutas sociais. Além disso, se não forem internalizadas por todos para uma mudança cultural se tornarão apenas palavras no papel.

4.4.3 Concepção Sócio-Histórica-Crítica

A fala da ativista abaixo retrata a contradição entre termos ações formais como as Paradas e algumas leis de garantias de direitos, entretanto o Brasil continuar sendo o país

com maior número de casos de homofobia⁴⁴:

muitas pessoas que acham que a gente tá num mar de rosas, porque quando se fala de Parada, fala... olha... a Parada vai trazer milhões pra essas cidades, vai trazer... mas e os nossos Direitos?... , acho que o Brasil é o país que hoje tem mais Paradas e ... e os Direitos... não existe política pública pra LGBT... Olha... fica na mesma situação, ainda a gente não tem os Direitos garantidos... infelizmente você vai... nós temos a lei... porque olha a Sociedade que a gente vive... precisa-se de uma lei para você direito de ter uma afetividade em público... precisa-se de uma lei... então... é triste, né?... a gente precisa dessa lei, mas é triste... a gente pensar de uma lei para se ter uma afetividade em público... (Entrevista 12BH).

Abaixo encontra-se uma crítica a uma concepção de direitos humanos imposta de cima para baixo e que não reconhece as reivindicações das próprias pessoas envolvidas na situação de violação⁴⁵:

direitos pós humanos, direitos pós humanos, ou seja, direitos de uma nova humanidade, portanto não Direitos Humanos naquele sentido de que há um conjunto de direitos que determinadas pessoas têm e as outras também já devem estar a ter, direitos que já estão definidos, que já estão... verificados quais são e tal... mas, direitos pós humanos, direitos para inventar uma nova maneira de sermos que seja a melhor para todos... Direitos Humanos parece-me que é uma... são caixinhas já feitas, não é?... Porque aparece sim... aparece... aparece conceito de humanos já , um conceito de humano e o conceito de Direitos Humanos já estruturados, né?... e depois parece que vamos todos então tentar adquirir isso que os outros já têm... não, a ideia é propor coisas novas que ainda não foram pensadas ou... ainda não foram bem pensadas ou que não foram bem distribuídas, ou que estão sendo

⁴⁴ Para maiores informações sobre os casos de violência homofóbica no Brasil ver as pesquisas realizadas pelo professor e ativista Luís Mott (2007).

⁴⁵ Ver discussão sobre nova cidadania, onde Dagnino (2004) faz um paralelo entre a concepção clássica e a nova concepção de cidadania.

vividas só por uns... e pôr pra toda gente como novidade, como emancipação pra todos, mas... talvez pós humanos... (Entrevista 1L).

A entrevista acima, ao dizer sobre a necessidade de que os direitos humanos sejam constantemente (re)construídos, pode ser complementada com a discussão abaixo que aponta o caminho para essa transformação no processo de conscientização e sensibilização da população em geral sobre os direitos e deveres de todos:

Eu acho que... esta agenda de direitos é uma agenda que independentemente da formalização dos direitos, necessita depois de uma consciencialização social, ou seja, não se esperou pela maioria dos portugueses... uma sondagem qualquer que eram favoráveis à existência do casamento entre pessoas do mesmo sexo, uma consciencialização de elite que era preciso mudar e... o que significa que há necessidade da consciencialização social depois da conquista dos direitos... que passa por educação sexual, mas também passa por sensibilização das forças sociais (Entrevista 3L).

De uma forma geral os discursos dos entrevistados podem ser classificados dentro de uma concepção crítica dos direitos humanos. Conforme foi trabalhado no capítulo 2, direitos humanos vai além das leis e garantias formalizadas nas constituições. Por isso, além de parecer nas falas a necessidade da indivisibilidades dos direitos, já que certos direitos, como trabalho para travestis, só serão garantidos se outros direitos forem exercidos, como educação e saúde; apareceu mais ainda a necessidade de uma perspectiva crítica e plural dos direitos humanos. Ou seja, conforme Corrêa e Parker (2004) uma perspectiva que define a universalidade dos direitos humanos pelo processo de sua construção, através de diálogos e tensões permanentes, para que haja espaço de reconhecimento das diferenças e da reciprocidades.

4.5 Interface Direitos Humanos e LGBT

Conforme foi apontado em Corrêa (1996) a emergência de programas e políticas de direitos humanos LGBT nas duas últimas década pode ser percebida como consequência de uma crítica, ou seja, um processo complexo que foi a crítica a uma política sexual restritiva

que acabou norteadas concepções sobre os sujeitos LGBT no Estado. Sabemos que entre os direitos humanos estão presentes os direitos sexuais que por sua vez incluem os direitos LGBT, entretanto na prática cotidiana essas interfaces ocorrem de forma contraditória, permanecendo uma linha tênue entre a regulação e a emancipação.

A partir deste novo tema, utilizou-se o conteúdo autodeclarado nas entrevistas, entretanto, percebe-se que as respostas levantadas eram de certa forma vagas em relação a consistência das informações obtidas no conjunto da entrevista. Por isto, refez-se o trabalho, permitindo construir uma interpretação livre para a análise dos subtemas. Dessa forma, as frases aqui levantadas são leituras dos discursos de cada entrevistado. Mesmo assim, algumas ainda se encontram, de certa forma, esvaziadas de um conteúdo mais aprofundado, pelo rigor de não extrapolar os alcances de seus discursos.

Os dados aqui analisados foram levantados a partir de uma questão genérica do roteiro de entrevistas, a questão de número 6, conforme o Apêndice B. No tema referido, perguntava-se sobre: Há algo de novo nas práticas oriundas da relação entre direitos LGBT e Direitos Humanos? Se não, justifique. Se sim, quais as características potencialmente inovadoras das práticas decorrentes dessa relação, ou na inserção dos direitos LGBT no campo dos direitos humanos? Quais são os avanços e limites dessa interface? Ocorreram desde repostas que se preocuparam em demarcar as especificidades da área dos direitos LGBT àquelas que procuravam diluí-las. Ao realizar essa leitura do material coletado, buscamos construir categorias através dos temas que mais apareceram, separando os discursos semelhantes e os divergentes.

4.5.1 Regulação

Neste subtema estão englobadas as entrevistas que apareceram críticas à interface direitos humanos e direitos LGBT. Tais críticas, de uma forma geral, referem-se a relação de controle, homogeneização e normatização que muitas vezes as políticas de direitos humanos conduzem as discussões sobre direitos LGBT. O que pode ser compreendido tanto pelo caráter histórico das lutas por direitos terem caminhado muito por um viés universalista quanto pelo fato de serem coordenadas, na maioria das vezes, por gestores de políticas públicas que acabam burocratizando as mobilizações sociais.

Buscou-se neste item identificar e demarcar as condições em que demonstram indicadores de que os direitos humanos na interface com os direitos LGBT se encontram numa perspectiva regulatória. Situamos o conceito de regulação por meio de um diálogo

entre Santos (2008) e Foucault (1998), argumentamos que fazer esse exercício exige a compreensão das tensões dialéticas que perpassam nossa sociedade atual entre a regulação social e a emancipação social. Como discutimos a sexualidade é desde sempre um fator político, por ser um dispositivo histórico de poder e saber, ela regula e é regulada, pela disciplina e classificação dos corpos a partir dos saberes e das práticas que vivenciamos nas nossas leis, nas políticas públicas e nas nossas crenças e valores sociais.

É por isso que as entrevistas aqui incluídas argumentam que inserir a discussão pelos direitos LGBT nas discussões mais amplas pelos direitos humanos se torna útil muito mais no seu aspecto regulatório do que emancipatório. Na entrevista abaixo esta discussão aparece ressaltando o papel dos movimentos sociais em não deixarem ser cooptados e controlados por um discurso massificador das lutas:

Se a gente deixar ser... tudo vai ser formatado, não somente em Direitos Humanos, por exemplo, na Saúde teve uma época que tava se formatando um Movimento do LGBT ...se... se nos Direitos Humanos, se a gente não tiver o foco claro que vai ser formatado, agora vai ter... vai... vai depender da gente não deixar, é... é... isso ser formatado, agora em questão de... de tirar o foco da sexualidade, a nossa luta é por orientação sexual...eu sou lésbica, então eu vou ser discriminada por que eu desejo uma outra mulher na minha cama e isso os Direitos Humanos pode formatar do jeito que quiser mas ele não vai mudar a nossa... a nossa luta... eu luto pra que eu tenha uma parceria civil registrada com a outra mulher, aí é um papel do Movimento... usar do olhar dos Direitos Humanos pra nossa causa, não ao contrário... porque se a gente deixar ser cooptado... isso acontece mesmo, por exemplo, uma mulher pode ser feminista, pode ser tudo... mas é muito fácil ela falar da luta no geral do que... que ela falar da questão de lésbica, é muito mais fácil os Direitos Humanos falar de uma luta mais geral do que falar da questão da homossexualidade... mas o Movimento, ele tem que estar dentro dessa... dessa luta de Direitos Humanos pra dizer: Olha... eu estou aqui porque eu gosto de transar com outro homem, eu gosto de transar com outra mulher, é essa a nossa luta, né?... (Entrevista 12BH).

Nas duas entrevistas abaixo são apresentados alguns dilemas dessa interface direitos humano e direitos LGBT:

e falamos tudo em “direitos humanos”, não é? Ham... A nível de Portugal, por exemplo, eu acho que a Rede Ex-aequo tentou trabalhar muito nesse óptica... ham... quando as pessoas falam em projecto de educação LGBT “ah, vão dar educação sexual e isso...?”, não, não, não. Nós vamos dar educação para a cidadania e para os direitos humanos, para as pessoas perceberem o que é ser LGBT e que não devem discriminar. Porque temos todos o direito a sermos quem somos... somos diversos, etc., etc., e que a diversidade é uma coisa boa, etc., etc.... Eu acho que as pessoas deixam de pensar só na parte sexualizada. Obviamente que a educação sexual também é educação para os afectos, não é? E o que se fez foi... Foi uma dúvida que eu tive enquanto dirigente e activista nestas áreas de... E depois foi uma escolha feita entre nós, no grupo directivo da associação de “ok, vamos dar enfoque na educação para a cidadania ou da educação sexual a nível de educar sobre o que é ser LGBT para não discriminar?”. E nós pensamos “não. Quer dizer, a orientação sexual ainda está muito orientada para as práticas seguras, para a vivência das relações com respeito, etc., etc., e vamos estar a focar mais uma vez só na questão sexual... e não no que é ser LGBT, que é pessoas que têm direito de ser como são, etc., etc.”. Acabou por estar a solução nas duas coisas (Entrevista 12L).

E ainda, discutem os riscos de ao alargar as reivindicações poder cair na armadilha de assimilação das lutas sem uma ênfase no respeito as diversidades e diferenças:

Portanto, pode ter a vantagem de levar a um público mais “alargado”, dar uma certa credibilidade – com muitas aspas – às comunicações dos direitos sexuais, mas ao mesmo tempo acho que pode abafar a especificidade dos direitos sexuais e entrar mais numa lógica de assimilação do que de diversidade... (Entrevista 13L).

Pode-se então sintetizar que a relação entre os direitos humanos e os direitos LGBT, numa vertente emancipatória, pode equivaler a uma maior pressão social, e numa vertente regulatória, pode resultar em padrões comportamentais estritos (Santos, 2004). É por isso que as entrevistas aqui incluídas argumentaram que inserir as discussões pelos direitos LGBT nas discussões mais amplas pelos direitos humanos se torna útil muito mais no seu aspecto regulatório do que emancipatório. Já que na prática política percebem uma grande pressão das perspectivas universalistas para homogeneizar as lutas sociais.

4.5.2 Emancipação

A palavra “emancipação” historicamente possui vários sentidos, mas quando se fala em emancipação social, é impossível não se remeter à figura e à teoria de Karl Marx, como uma das principais referências teóricas no pensamento referente à transformação social. Santos (1994, 2003, 2004, 2005, 2008, 2009) utilizou desse importante referencial para dizer dessa categoria que é um termo que perpassa todas as grandes obras do autor.

Especificamente no livro “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” (2007), comenta sobre a importância de pensarmos a teoria sem ter medo de enfrentar a realidade. Ou seja, a necessidade de reinventarmos o conceito de emancipação social, como uma possibilidade de repensar a nossa realidade a partir das minorias e da periferia, enfrentando a lógica do capital, reconhecendo e dialogando com os saberes de fora da universidade, aqui pensado através da experiência dos atores envolvidos na construção da política de direitos humanos LGBT. Assim, pensar a emancipação é refletir sobre a luta dos grupos LGBT pelos seus direitos de igualdade ou pelos seus direitos enquanto cidadãos.

Nesta subcategoria foram utilizadas quatro entrevistas para exemplificar o tema, sendo duas de Belo Horizonte e duas de Lisboa. Aqui estão incluídas as entrevistas que perceberam como inovadora a relação entre direitos humanos e direitos LGBT e/ou perceberam avanços das conquistas na área após essa aproximação.

Conforme argumenta o entrevistado a seguir:

Discutir essa especificidade dentro de direitos humanos eu acho que é um ganho não só para o Movimento mas facilita internamente dentro do Governo de lidar com essa temática, eu acho que estar dentro do bloco de direitos humanos eu acho que é o grande ganho... Ah, eu acho que a questão de tá discutindo essa temática que é tão espinhosa,

tão difícil e cheia de milindres eu acho que se a gente conseguir aprofundar essa temática cada vez mais dentro do campo de direitos humanos eu acho que vai facilitar pra todo mundo, eu acho que os direitos humanos e cidadania eu acho que é o chavão ou o norte que anos temos seguir pra gente consegui implementar porque realmente é um desafio sabe, acho que o Brasil deu um grande passo de realizar a primeira e a segunda Conferência do planeta de direitos humanos e LGBT (Entrevista 8BH).

Na entrevista abaixo esse debate é localizado na possibilidade do alargamento das lutas LGBT ao sair de uma reivindicação por saúde para direitos mais amplos:

O fato de se pensar direitos LGBT dentro da perspectiva dos Direitos Humanos já se caracteriza como algo novo. O Estado brasileiro durante muitas décadas tratou essas questões no âmbito da saúde, sempre relacionando-as a possíveis riscos à saúde, como desvios ou em busca de causas e curas. Transpor estas questões para o âmbito dos direitos humanos é mais do que considerar essas pessoas como seres de direitos, é possibilitar a luta por algum muito maior do que o acesso à saúde, é reivindicar que estas experiências seja consideradas formas legítimas de vida (Entrevista 13BH).

A próxima entrevista esclarece ainda mais esse posicionamento:

Nossa... eu acho que assim... foi muito importante, quando você localiza a questão LGBT na luta... da... questão dos Direitos Humanos, você dá... dá um caráter mais de política pública mesmo, força o Estado a assumir isso, diferente da questão da doença porque... é... vem muito... ó, pobres coitadinhos, nós temos que não deixar eles morrerem... né?... talvez... agora não, se eles... você tem que falar: Não... eles são cidadãos... e... merecem Direitos e etc... e aí começa a ter vários... várias políticas públicas no âmbito do Executivo... é... no país, e a maioria pelo discurso dos Direitos Humanos, então começa a ter Centros de Referência, começa a ter

Coordenadorias... é... tem a Coordenadoria LGBT... em Brasília, tem programa e esse programa de... é... é... ele começa a justificar essas ações em vários Municípios... é... o Movimento... ele sempre afirmou muito as questões... LGBT, né?... as questões específicas (Entrevista 11BH).

A entrevista a seguir também traz esse argumento, mas já problematiza os limites e possibilidades desse alargamento das lutas LGBT no referencial dos direitos humanos:

Bom... olha... é... eu acho que o Brasil sem Homofobia, ele veio colocar o seguinte... tirar a questão do LGBT do campo da doença e colocar no campo de Direitos Humanos, porque antes era só... Coordenação da ST AIDS, é... todo mundo... Ah... procura a AIDS, procura a AIDS, então isso nem era muito ruim... então quando se abre é... é... o... esse Brasil sem Homofobia, é... aí já abre no campo de Direitos Humanos... de Cultura, abre-se uma possibilidade de diálogo... e aí hoje a gente tem o exemplo do... do... Educação sem Homofobia que entra também nesse... nessa questão do... do Brasil sem Homofobia... Então, houve um avanço?... houve sim... mas... é pequeno ainda mediante tantos assassinatos e tantas coisas que vêm acontecendo... Bom... eu acho importante é... essa questão do LGBT... tá?... com a questão dos Direitos Humanos, porque o debate, ele avança... ele avança em outros aspectos... é... como eu disse que... com... com o Brasil sem Homofobia teve um avanço que discutia a Cultura, discutia a LGBT... então os Direitos Humanos também começou a... ter um outro olhar porque antes a... a questão LGBT era vista somente como a questão da doença, né?... e aí a gente começou a... o avanço porque... avançou porque a gente começa a... a... a reivindicar essa questão, a questão da LGBT tem que ser tratada como questão de Direitos Humanos... os nossos Direitos, é... por exemplo, nós temos vários Direitos que... que nós não temos e aí... isso daí é questão... aí a gente começa: Ah não... porque que nós não temos... então, se existe Direitos Humanos, nós temos que ter esses

Direitos também, então é um outro patamar que a gente não fica só reivindicando (Entrevista 12BH).

Esta discussão também apareceu entre os portugueses, ou seja, falar que direitos LGBT são direitos humanos legitima as reivindicações e lutas sociais:

Mas... ham... é uma questão de que as pessoas ainda não têm a consciência de que é uma questão de direitos humanos. E eu outra coisas que na altura vi foi pessoas que trabalhavam na área da violência doméstica e eu tive a lutar, que também a violência doméstica... atenção que, por vergonha ou por uma noção de que são situações vividas entre quatro paredes, as pessoas não vão apresentar queixa e, portanto, o abuso pode permanecer. Ou até porque a pessoas acha que não vai encontrar mais ninguém... que é tão difícil encontrar alguém, que é outra ideia errada, mantêm-se em relações abusivas. E então aquelas coisas que nós vamos estudando...? Não há a noção... Portanto, e a ligação é óbvia porque também dá alguma... parecendo que não, para além daquele estigma da invisibilidade – nós muitas vezes somos invisíveis, o que permite às pessoas não notarem que nós estamos ao lado, não é? – há também um bocado de uma ideia suja, não é? As pessoas acham que são pessoas doentes, que fazem coisas feias, ainda está tudo cercado na questão do sexo, não é? É quase como se fosse uma doença... uma obsessão sexual, etc., etc. E obviamente falar em “direitos humanos” dignifica a questão... parecendo que não. E muda o paradigma para aquilo que é correcto, ou seja, todos nós temos direito ao afecto, à sexualidade – parte integrante da nossa personalidade, parte essencial da nossa felicidade (Entrevista 12L).

Entretanto, na entrevista abaixo é destacado também que a luta não é por direitos LGBT, mas por direitos de igualdade para todos:

direitos LGBT são Direitos Humanos... o que eu acho é que nós não devemos lutar por direitos... a que possamos chamar LGBT, nós

devemos lutar por direitos ou por práticas que sejam do interesse de todos... não essa coisa... Direitos Humanos são... direitos LGBT são Direitos Humanos, não é... não é essa formulação.. é, esta e esta coisa que nós achamos que é emancipador... emancipadora é do interesse de todos... isso que tamos a propor não é uma coisa LGBT, nós tamos a propor algo que... achamos que é emancipador pra todos... Não... não... isso não... isso não... tem... os direitos têm sido concedidos dentro dos processos da inter... dos esquemas... então eu diria que haja novidade... onde eu acho que realmente pode haver novidade é precisamente nesta ideia de que os Movimentos LGBT, trans mais os Queer... a... em vez de reivindicarem direitos... criar novos direitos e o Estado... porque essas pessoas praticam depois logo essas novas coisas... o Estado vê-se obrigado a acompanhar aquilo que já existe mas que... ainda não... vemos que há uma capacidade de experiência social própria desses Movimentos e desses grupos... que não é uma experiência social conduzida pelo Estado, nem... porque o Estado tem de ser uma grande facilitador, né?... de novas experiências sociais, mas não... não é o caso, esses grupos estão com... com uma capacidade própria de experiência social, eles inventam novas maneiras de ser, inventam novos direitos e depois o Estado vê-se obrigado a legislar... pra... para que não haja demasiada conceitualidade entre esses grupos... e essas maneiras de estar e as restantes pessoas (Entrevista 1L).

Estas questões instigam a articulação entre subjetividade e cidadania para a efetivação de uma cultura emancipatória. Santos (1994) ressalta que vivemos um processo de transição paradigmática entre modelos regulatórios e emancipatórios. Para superar os primeiros não basta considerarmos a inter-relação entre cidadania (respeito à igualdade) e subjetividade (respeito às diferenças), mas é preciso trabalharmos essa articulação pela emancipação. No princípio da regulação, o mercado e o Estado sobrepõem-se à comunidade, e a relação entre subjetividade e cidadania se dá pela via da tutela e caridade. O equilíbrio entre essas concepções se dá na medida em que os limites impostos por uma concepção à outra, propiciem a participação por meio da autonomia do sujeito-cidadão.

4.5.3 *Universal/igualdade/geral*

Neste item, será apresentada uma análise de entrevistas que ressaltaram a importância de uma perspectiva de universalidade dos direitos humanos para a discussão dos direitos LGBT. Estão inseridos nesse debate os entrevistados que defenderam um conceito geral e/ou de igualdade que pudesse abarcar um referencial para a diversidade sexual. Alguns problematizaram os riscos e limites dessa perspectiva, porém ainda assim defenderam que seja a melhor opção já que há uma lógica da opressão que perpassam as diferentes minorias sociais por não estarem identificadas ao modelo da elite dominante.

Entretanto, como nos dizeres de Laclau (2011), os dados abaixo servem para pensar o paradoxo de que o universal não tem um conteúdo concreto próprio, mas é um horizonte sempre móvel, por isso ele é incomensurável com qualquer particularidade e só existe dentro dela. Desta forma, vimos que cada entrevistado partiu de suas referências e realidades particulares para justificar a importância da universalidade. A entrevista a seguir mostra esse paradoxo da aposta numa política universal:

O Centro de Referência... ele aposta numa política universal, eu acho que cada... cada... vez discursar mais pra fora é que está... resultando nessas conquistas porque o nosso segmento sempre falou pra dentro, nossos Seminários eram pra nós mesmos... ainda acontece assim, né?... os nossos Fóruns eram pra nós mesmos, nós discutimos entre a gente... entre nós mesmas, né?... mesmo com diversas é... etnias, gêneros, sexualidade ou orientações sexuais... Mas a lógica é universal... universal... assim... é uma política mesmo universal, é pensada nos Direitos Humanos... pensada naquela pessoa como... não... é Direito Humano, a gente não fala sobre recortes... não, ela é travesti... ela... não, ela é mulher... ela tem cabelo grande, porque que a mulher tá com o cabelo grande?... ela tá com a cabeça raspada, porque?... entendeu?... então... se a ... nesse... pensa um pouco, é uma loucura... né?... mas que pelo menos nós tivemos impacto positivo... (Entrevista 14BH).

A próxima entrevistada defende que a pauta de enfrentamento da violência ela é universal e unifica a discussão dos direitos em geral:

A pauta universal unifica a discussão. Eu acho que a questão da violência, ela unifica... A questão... da violência... ela unifica, entendeu?... por que os Direitos Humanos quando ele... ele... principalmente no Brasil, ele teve esse histórico muito de trabalhar contra a violência, né?... contra a Ditadura... depois contra os massacres, etc e tal... então essa pauta específica... ela... direito à vida... ela é bem universal... quando eu digo assim: É... nós lutamos pela vida... é... é... é uma... uma bandeira universal, não tem como... é... os homossexuais tão morrendo... entendeu?... (Entrevista 1BH)

A entrevistada problematiza este debate complementando a contradição inerente a toda possibilidade de universalizar, utilizando como exemplo a contradição existente dentro do próprio movimento de direitos humanos sobre a criminalização ou não da homofobia:

agora, existem também as bandeiras específicas, a própria contradição nossa hoje, a gente dizer que nós queremos criminalizar a homofobia quando o Movimento de Direitos Humanos é contra a criminalização... isso é um diálogo tensionado, né?... a gente precisa de um apoio, mas... por outro lado a gente tá... o Movimento não defende mais a criminalização... pelo contrário, acho que esse... depende de uma responsabilização, uma pena alternativa e etc... e o Movimento tá ali, por que tem que cuidar da questão da criminalização... então, é... não é fácil... tem um elemento aí religioso muito forte na questão dos Movimentos Sociais, né?... ontem eu tava conversando com... com o Mário... e... temos candidatos muito bacanas, no ponto de vista das lutas sociais mas acho que não vão defender as nossas bandeira, por que tem uma base religiosa muito forte... entendeu?... e a gente falou... e o Deputado falou : Não... esse aí... é um grande lutador, é um cara... dos... que foi eleito pelos Movimentos Sociais, em geral, mas a... a questão específica LGBT ele não vai defender, entendeu?... mas ao mesmo tempo que a gente precisa do Movimento de Direitos Humanos, a gente sente... alguma rejeição... pelas nossas questões... o que me fica é a luta contra a

violência... a luta contra a violência, a luta pela vida, mas às vezes quando a gente começa a colocar as nossas reivindicações específicas, elas não são incorporadas no conjunto das lutas... é que nem um aborto... né?... tirando algumas... alguns setores... é... contra, ninguém não... não dá... então eu acho que é uma... é uma... tensão mesmo... né?... (Entrevista 5BH).

A entrevista que se segue também se posiciona a favor da universalidade, porém apresenta uma discussão consistente sobre os equívocos de como essa perspectiva tem ocorrido na prática. Ou seja, ao defender uma política universal, de igualdade muitas vezes o que vemos sendo reproduzido na prática é a construção de políticas públicas individualizantes e burocratizantes, pelo fato de localizar a discussão na vítima e não no fenômeno sociopolítico mais amplo:

Centro de Referência virou isso, a individualização do fenômeno, sabe, a particularização né ... porque direitos humanos você cai na perspectiva da vítima, e você nunca volta o problema pro, é, pra indivisibilidade que os direitos humanos fala ... claro que tem algum impacto né, mas no cotidiano das políticas públicas, a leitura que eu faço hoje é de uma burocratização, e de uma individualização crescente cada vez maior dos direitos humanos, das políticas públicas... porque o discurso dos direitos humanos tem essa coisa da especificidade, que não pode perder, claro que tem especificidade né, só que ele fica ai, ele atomiza os problemas, ele dificulta a politização desses temas... é uma determinada sedução por conta daqueles lugares de poder, por conta daqueles fluxos institucionais, por conta daqueles lugares de pertencimento, por conta dessas pessoas que são militantes profissionais e agora depende daqueles lugares pra continuar existindo e sobrevivendo né, eu acho que essas dinâmicas, elas produzem esse engessamento das políticas de direitos humanos, o que desova a dificuldade de você chegar nessa universalidade dos direitos humanos né ... eles já tem uma tendência a fragmentação, por conta de relações pessoais que já são muito difíceis, os dias de hoje são muito individualistas né, as pessoas tem muita dificuldade de

conviver com a coletividade né ... e esses lugares quando eles cruzam, por exemplo, o racismo e a sexualidade, ele produz não o enriquecimento mas ele produz uma especificidade cada vez maior, você não vai falar da sexualidade, do racismo, enquanto demarcadores de relações sociais né, enquanto elementos de hierarquização social, mas você vai falar do preto gay, ou da negra gay, ou da lésbica negra, né, você vai criar ainda uma cisão maior ali dentro, ao invés dessas pessoas pensarem como que brancos e negros são marcados pelo racismo no âmbito da sexualidade, como que negros e brancos são marcados pela sexualidade no âmbito de seus processos de hierarquização social ... o Governo adora fazer isso “então vamos criar uma Coordenadoria do negro gay, vamos criar aqui então o Centro de Referência do preto pobre gay, sei lá o que” e os movimentos sociais adoram porque ai você vai ter que contratar um preto pobre gay, e geralmente é quem? é quem tem mais poder de aglutinação ali ... nessa especificidade cultural dos direitos humanos, que tá ai desde que criaram o direitos do homem né, não to desqualificando o discurso dos direitos humanos através disso, eu estou mostrando que essa é uma critica presente no campo dos direitos universais desde que essa expressão surge, que era de respeitar a cultura né, ... e como que a resposta do Estado é o particular ... mas por conta dos direitos humanos você foca o problema da sexualidade no gay ... porque a gente precisa conseguir criar um pouco uma matriz de compreensão do discurso dos direitos humanos pra além dessa especificidade né... (Entrevista 7BH).

Na entrevista seguinte é discutido que a dialética entre universal e particular com relação à questão da comunidade LGBT. Ela não pode estar dissociada de uma perspectiva de universalidade dos direitos, ou seja, dos direitos que são devido a todos por serem seres humanos:

nessas áreas gerais dos direitos humanos elas ficaram um pouco sem objeto... em alguma medida, eu acho que se ressentem disso ainda hoje... O que é ação específica, precípua da área de Direitos

Humanos?... Eu convido, certo?... aos queridos companheiros da área, a dizer... o que seria hoje, certo?... uma maneira bem definida, um objeto bem conformado... do seu campo de atuação... mas por outro lado, essa mudança da perspectiva abriu espaço... abriu espaço pra que a gente pudesse estabelecer um diálogo, certo?... e avançar... na... na... numa qualificação melhor de um debate entre a universalidade dos Direitos e a especificidade dos Direitos, ou seja, a dialecta entre universal e específico... eu acho que aí surge uma oportunidade da gente retomar uma caminhada, vincular essa área, essa temática, questão dos Direitos Humanos de uma maneira mais sólida, fortalece e dá a ela, na folguita do termo, uma roupagem... que é importante, certo?... a questão da comunidade LGBT, ela não pode estar dissociada dos direitos enfim que nos são devido a todos, como humanos que somos... ela tá lá dentro, tem especificidades, mas tá lá dentro... certo?... tem especificidades do livre pensar, de declarar, de professar e de optar... Então, eu acho que é tênue... mas acho que é o melhor caminho... dissociar a discussão do Direito LGBT dos Direitos Humanos no sentido mais amplo, eu acho que é um equívoco... é um equívoco conceitual, eu acho que um equívoco estratégico... porque acho que o exato era aproveitar... aproveitar no bom sentido, certo?... a experiência, a credibilidade, do... do trânsito... é... que a área de Direitos Humanos constituiu, com muita dificuldade ao longo do tempo, se... teve que se repensar como lugar de atuação política depois desse processo de mobilização, perdeu um pouco... o rumo da coisa... farol que piscava e atraía, que era muito nítido, depois foi esmaecendo... e foram virando vários faróizinhos de intensidade menor... mas acho que é importante conceitualmente, não fazer como se for um direito dissociado, uma coisa isolada, que tá chegando agora... eu acho que você tem que discutir a universalidade e a especificidade desse direito ... mas é dentro do campo da universalidade também, sempre tendo em vista aquilo que é universal... (Entrevista 3BH).

No argumento abaixo, a entrevistada utiliza da experiência da política municipal de direitos humanos de Belo Horizonte para tecer suas críticas a perspectivas muito particularistas, e discute que as políticas por direitos específicos tem alcançado uma maior relevância na sociedade em relação às políticas universalistas de direitos humanos, ressaltando que tais movimentos sociais e políticas que reivindicam direitos específicos se fortaleceram no bojo dos movimentos sociais e políticas universalistas, mas quando ganham força deixam de articular suas lutas com outras, ou mesmo deixam de trabalhar pelas ações políticas universais. Com isso, segundo ela, as políticas universais ficam perdidas ao serem desvalorizadas pelos próprios segmentos e as lutas se tornam individualizadas descontextualizando suas questões mais amplas:

É, então... o que eu posso pensar do que há de novo?... eu fico pensando que há de novo e vejo isso muito mais no campo... negativo que no positivo, é que direitos específicos e não necessariamente LGBT, ele tem ganhado um campo muito maior do que o próprio campo dos Direitos Humanos, que é muito maior do que qualquer campo do direito específico. Vejo que Direitos Humanos procuram absorver... a reivindicação dos movimentos sociais, fortalecer e hoje come um pouco desse próprio processo, negativamente, porque deu força e os Movimentos cresceram... na verdade, eles não se... reconhecem até como Direitos Humanos mas não lutam por Direitos Humanos, lutam por direitos específicos. Então, dentro da... da estrutura da Prefeitura, a gente vê claramente isso onde todas as Coordenadorias de direitos específicos têm, estão, no mesmo... mesmo status da Coordenadoria de Direitos Humanos... dentro de uma política de direitos de cidadania que por vezes está dentro do campo de Direitos Humanos, né?... então o que eu vejo é isso, não no campo positivo, mas no campo negativo. O que eu vejo no campo positivo é que principalmente a luta pelos direitos do grupo LGBT... ela é crescente...então ela tem sido cada vez mais, é... sido fortalecida pelo campo dos Direitos Humanos... então hoje a gente tem... a gente tinha uma diretoria na política nacional, a gente tinha uma diretoria junto com uma Coordenadoria nacional... isso é muito bom... a política de Direitos Humanos dá um status e um mistério,

mas cada vez mais ainda existe uma indagação que cabe hoje na política de Direitos Humanos, já que as políticas de direitos específicos sabem muito bem a que elas vieram (Entrevista 6BH).

Neste sentido, as entrevistas posteriores realizadas em Lisboa, em maior ou menor medida, se aproximam das entrevistas citadas acima e que foram realizadas em Belo Horizonte. Elas chegam a ressaltar que as lutas identitárias utilizadas de forma restrita se tornam uma armadilha ao próprio fortalecimento das lutas LGBT:

Não, eu acho que... eu... cada vez mais acho que as lutas identitárias são uma armadilha, que reforçam... reforçam as discriminações e os modismos existentes na Sociedade e que a nossa luta ou é universalista ou não é... ou tanto eu... na luta pelos Direitos Humanos sempre recolhi essa costela de que os Movimentos emancipatórios tem que ser pra todos, não podem ser Movimentos emancipatórios só pra alguns, tem que ser... tem que trazer sempre qualquer coisa pra todos... a... e portanto, os nossos Movimentos só serão ganhadores se realmente trouxerem propostas de convivealidade e do que for... pra todos, interessantes pra todos... não... nunca só... nunca só os nossos direitos, as nossas especificidades... isso não tem... não tem interesse fixo, aliás... fixa-nos em... não é emancipador pra nós sequer, portanto... é mais... é mais a... a maneira de se pensar como luta universal que eu acho que tem valor nessa questão dos Direitos Humanos, que cada vez mais deve ser a nossa maneira de pensar também, como a luta universal, transversal, em coligação e... aberta... não é?... aberta a... aberta a futuros melhores pra toda a gente... Sim... também, mas sempre... o que eu quero dizer é... enquanto lutares por algo como sendo uma coisa especificamente LGBT da... de minorias, não é?... de estilos de vida minoritários... de minorias, tu apenas estás a reforçar a ideia de que há do outro lado uma maioria e depois há lá a minoria que são diferentes e... eu acho que isso é uma armadilha e que reforça as discriminações, tanto a ideia é... pensar o que é que nos estilos de vida LGBT existe que pode ser interessante pra todos... então lutemos por essa... por essas coisas para todos... não com coisas

LGBT, mas com coisas que interessem a toda gente... é... é nesse sentido de universalidade que eu acho que é comum... (Entrevista 1L).

O argumento abaixo problematiza o debate sobre universalidade e igualdade ao apostar que este seja o caminho. Porém, a entrevista esclarece que o discurso pelos direitos humanos é mais aceito que o discurso pelos direitos sexuais devido ao moralismo sexual. Assim, se por um lado o discurso pelos direitos humanos soa com mais firmeza na sociedade, por outro lado este pode conduzir a uma postura paternalista por impedir que o tema seja discutido de forma mais crítica e emancipatória:

De início, eu lembro-me de ver uma faixa, numa marcha que eu não estive presente, mas vi fotografias, em que dizia “nós também somos família”, e acho que o argumento inicial era “nos somos... (nós, não-heterossexuais) somos iguais a vocês, heterossexuais”. Então, o argumento era *aceitamos, porque nós não somos tão mal quanto vocês pensam, e até somos muito parecidos e parecidas convosco...* o argumento era o argumento da igualdade.... Eu acho que há de facto pessoas para quem esta questão da igualdade se coloca verdadeiramente. Embora eu tenha sempre alguma coisa de suspeita a tudo que é dito pelo poder público, acho que há de facto pessoas que acreditam verdadeiramente nas questões da igualdade...Eu acho que em termos gerais é mais fácil eu aceitar um discurso pelos direitos humanos do que pelos direitos sexuais. “Direitos sexuais” parece capricho... Essas pessoas querem é andar a ter sexo com quem lhes apetece, e quando lhes apetece e com as pessoas que lhes apetece, e... há um olhar muito desmoralizante ns manifestações pelos direitos sexuais. E, então, associar a um discurso dos direitos humanos é capaz de dar esse ar de que são uma coisa que toda a gente compreende como necessários e urgentes, mais força às reivindicações dos direitos sexuais. Às vezes eu tenho a sensação de que o discurso dos direitos humanos é um discurso... paternalista, um discurso feito... decorado. Eu própria, sei lá, pelo pouco que sei dos direitos humanos, e sou capaz de relacionar aos direitos humanos, e se

não tenho conhecimento e ham... é um discurso fácil. É um discurso que as pessoas podem montar com facilidade e, portanto, impedir que se pense de facto aquilo que se está a dizer das transformações de facto (Entrevista 13L).

A entrevista abaixo acrescenta:

É a tal coisa: somos cidadãos e cidadãs de segunda porque não podemos casar. Então, vocês como Estado, vocês como governo, têm de alterar isto porque... Se nós pagamos impostos como todas as pessoas também temos que ter – e isso a meu ver... temos que ter os mesmos direitos que... Aí mais uma vez por comparação, e por assimilação: *queremos ser iguais a, queremos...* esse acho que é o principal argumento ou aquele que é mais ouvido, e o mais aceite também pelo Estado. Em termos de políticas universais dos direitos humanos, a nível local... (Entrevista 3L).

É nesta lógica que a próxima entrevista defende a universalidade como uma possibilidade de fazer traduções de experiências similares, entre o que elas se aproximam e se distanciam, podendo assim abarcar melhor tais complexidades e intervir de forma mais eficaz sobre elas:

As lutas que têm sido bem-sucedidas nos últimos anos devem-se à capacidade de estabelecer analogias e fazer traduções entre aquilo que as pessoas já compreendem como... fundamental, aceitável, e aquilo que ainda não compreendiam. Isto é, a capacidade de dizer que os direitos LGBT são da mesma ordem dos direitos das mulheres, por exemplo. Para isto é preciso oferecer uma narrativa sobre a pessoa humana, sobre o cidadão, que inclui a ideia da sexualidade como uma das variáveis que são... em que o Estado não pode intervir. Estas a perceber? Ham... por isso, quando fizemos a luta pelo casamento, aquilo que nós exigíamos sempre era que não fosse uma instituição específica para nós... Isto é, uma das grandes divisórias nas lutas do movimento LGBT na Europa entre quem exige o casamento e quem

aceitava outro tipo de coisa. Eu acho que quando nós exigimos a igualdade temos por baixo uma narrativa, que é uma narrativa no fundo dos direitos humanos e divisão daquilo que é pessoa ou não... que é... “Não, não, a questão LGBT é da mesma ordem da questão da raça, a questão do género”... aliás, é uma... uma subclasse da questão do género, não é? E deve ser traduzida e tornada numa analogia para as pessoas perceberem... nesses termos. Ham... grande parte do nosso trabalho pedagógico e político foi nesse sentido. Foi dizer “somos todos membros da mesma sociedade, crescemos com os mesmos tipos de coisas, somos pessoas sejamos homens ou mulheres, isso significa que podemos ter relações amorosas com pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente”... isso é da ordem da liberdade pessoal e todos temos as mesmas possibilidades... (Entrevista 9L).

Na próxima entrevista, pode-se perceber uma discussão que faz a defesa da universalidade por reconhecer que os direitos LGBT fazem parte do conjunto dos direitos humanos e dessa forma tal reconhecimento contribuiu para o reconhecimento social dos próprios direitos humanos. Assim, fortalece a articulação entre diferentes movimentos sociais e a percepção de que todos fazem parte de uma mesma luta social. No entanto, é necessário o equilíbrio em articular a afirmação pela diferença e a luta pela igualdade:

Eu acho que em particular por volta dos anos 2000 é que se começou a usar a temática dos direitos humanos. Eu acho estrategicamente inteligente e importante de usar... por várias razões: por uma razão de concessão. Os direitos LGBT são de facto uma parte dos direitos humanos. Ham... os direitos sexuais são direitos humanos. Ham... e trazer estes direitos.... Os direitos humanos são, por natureza, universais... a declaração universal dos direitos humanos. Ham... quando nós falamos em direitos humanos associamo-los a uma noção de universalidade... quando estás a reivindicar direitos que são, de certa forma, específicos... eu acho que do ponto de vista político, do ponto de vista do discurso político, seja dos partidos, seja dos movimentos, tu ganhas sempre em tentar... O facto de falares de direitos humanos... ganhas pelos menos duas coisas – poderia dizer

mais, mas pelos menos duas coisas: fazes integrar ao movimento LGBT uma noção universal dos direitos humanos, ou seja, que isso é uma parte dos direitos de todos.... O reconhecimento dos direitos desta parte da nossa humanidade é uma contribuição para os direitos de toda a humanidade... de todas as pessoas. E, depois, os “direitos humanos” é uma coisa que já está dentro das cabeças das pessoas para que as pessoas tenham uma comunicação positiva. Ninguém é contra os direitos humanos. Há muita gente que tem práticas atentatórias aos direitos humanos, mas ninguém se diz contra os direitos humanos. Há muitos crimes cometidos em nome dos direitos humanos. A guerra do Kosovo era supostamente uma guerra, mas o conceito de “direitos humanos” é um conceito muito forte... e é um conceito que está muito fortemente presente na consciência das pessoas. As pessoas estão abertas para o discurso dos direitos humanos. Ainda que em alguns casos ele seja tornado inócuo, que ele seja uma espécie de sedativo para outras coisas e etc... mas as pessoas estão abertas para o discurso dos direitos humanos. Eu acho que esta é uma pergunta difícil. Ham... Eu acho que hoje há uma... há uma incorporação muito forte dos direitos LGBT com os direitos humanos no discurso do movimento, e acho que isso é bom e é positivo. Acho que isso permitiu que o movimento LGBT também tivesse planos com outros movimentos. Não é por acaso que a UMAR, uma associação feministas, e SOS Racismo, uma associação anti-racismo, o partido humanista e as suas associações... ham... ou... enfim, outras associações dos direitos humanos hoje participam da marcha LGBT. O facto de se entender e se fazer o discurso de que os direitos LGBT são direitos humanos permitiu também ao movimento LGBT fazer pontes com outras agendas, com outros movimentos sociais, outras associações. No campo dos direitos humanos eu acho que isso é uma das grandes potencialidades. Não vejo uma resistência em particular da defesa dos direitos LGBT como direitos humanos...Acho que é preciso encontrar o equilíbrio certo... sendo que penso, evidentemente, que entra a afirmação pela diferença e a luta pela igualdade. E a afirmação de espaços de auto-organização são espaços

específicos, mas que depois conseguem convergir com lutas mais globais. Ou seja, eu acho importante definir um movimento LGBT, e não que se diga simplesmente “direitos humanos”. Não. Porque é importante definir identidades e que são identidades dominadas... Num mundo ideal, na minha opinião, não há homossexuais ou heterossexuais porque estas categorias são dispensáveis (Entrevista 4L).

A entrevista abaixo exemplifica a mesma lógica da entrevista anterior:

Sim... A abordagem que está a ser feita aqui na CIG agora é a da discriminação múltipla, ou seja, uma pessoa não é só uma coisa, uma pessoa é várias... E eu se... que sou dominante, por exemplo, supondo que eu tenho nacionalidade portuguesa, basta eu passar a fronteira para outro sítio e já não sou. Portanto, nós estamos sempre numa situação de estar numa discriminação e de não sermos só uma coisa. Aquela coisa: sem dinheiro, lésbica, negra... deficiente, etc., etc. Ham... e é esta a abordagem que está a ser feita a nível de política interna na... na área que eu estou a intervir e na CIG. Ham... eu não creio que pulverize desde que haja a preocupação [eu acho que fortalece]... desde que haja a preocupação de não estar a hegemonizar ou a criar essencialismos, ou seja, achar que é tudo assim, não é? (Entrevista 12L).

Enfim, na entrevista a seguir destaca a lógica portuguesa de pensar os direitos LGBT muito mais pelo discurso da igualdade do que pelo discurso dos direitos humanos:

... Quer dizer que, eles interessam quando são importantes... ham... perceber, para que as pessoas percebam que não estamos a falar do direito de uma minoria, mas o direito de todos... Mas, este discurso não é dito como... os Direitos Humanos são... Direitos LGBT são Direitos Humanos, é dito como a igualdade de um grupo específico, a igualdade de acesso... a igualdade de um... a igualdade... a relação de um problema de igualdade num grupo específico que torna-se toda...

torna a Sociedade mais igual e mais livre... e este discurso... ham... do Miguel Val de Almeida ou da Idalina Pinto no Parlamento no dia dez... foi este discurso, porque nós estamos a tornar-nos todos mais iguais... ham... quando foi da discussão do Casamento e portanto é... esta lógica da Igualdade que está muito mais marcadamente... presente (Entrevista 10L).

Assim, constata-se que, mesmo alguns entrevistados sendo adeptos da perspectiva universalistas, muitos reconhecem que a universalidade dos direitos humanos não existe na prática e nem se trata de uma agenda pronta de direitos a serem aplicados ou mesmo agregados às especificidades, mas, sim, de um campo de disputas políticas, de quem consegue nomear, a partir da sua particularidade uma âncora para reconhecer e ser reconhecido nos direitos humanos ditos universais. Porém, a utilização de estratégias mais particularistas pode conduzir a riscos, tais como:

reificar identidades, apontar para um reforço do gueto e incrementar reações repressivas (basta verificar o contra-discurso conversador dos “direitos especiais” e a ressurgência de legislação medicalizadora “curativa” de homossexuais). Isto sem se falar dos perigos de limitar a liberdade individual na potencialmente fluida esfera da sexualidade (preocupação expressa pela chamada ‘teoria queer’) e de requerer, quando acionados os mecanismos de participação política e de proteção estatal, definições identitárias mais rígidas acerca de quem é considerado sujeito da proteção jurídica específica (Nadi, Rios & Machado, 2012, p 255-66

Frente a esse modelo rígido de particularismo tornam-se importantes as estratégias mais universalistas, desde que tais estratégias universais estejam atentas às especificidades, reconheça as diferenças e identidades sem fechar-se nelas, é possível superar uma concepção abstrata de igualdade. A partir disso percebemos que existe um fator positivo nessa tensão, quando ela produz ampliações, deslocamentos e mudanças nos discursos e práticas no campo das conquistas pelos direitos humanos LGBT. Ou seja, conforme argumenta Corrêa (2006b) a partir da noção de universalidade situada, podemos pensar numa perspectiva universal aberta a ser reorientada pelas demandas específicas.

4.5.4 *Particular/diferença/especificidade*

Esta categoria inclui algumas das entrevistas que defendem a perspectiva da particularidade, da diferença, dos direitos LGBT em relação ao conjunto dos direitos humanos. Ou seja, reconhecem que há uma relativa importância na perspectiva da universalidade dos direitos humanos como eixo aglutinador das reivindicações sociais desde que nesse universal sejam reconhecidas as especificidades das necessidades e possibilidades de cada segmento de minorias sociais.

O entrevistado a seguir buscou esclarecer que não se trata de uma luta por igualdade, pois essa suporia que todas as pessoas são iguais. É ressaltado que inclusive somos diferentes nas atitudes e costumes culturais e isso pode condizer a preconceitos e discriminações devido ao não respeito às diferenças. Essa discussão foi exemplificada pelas diferenças e especificidades existentes dentro da própria diversidade das lutas LGBT e a necessidade de sua visibilidade para que os próprios atores sociais ocupem espaços de poder decisório nas ações políticas:

Então... a gente não tá lutando por igualdade... porque Direitos iguais se pressupõe que eu sou igual... e nós não somos iguais... nós somos diferentes... e o motivo da nossa luta é por causa da nossa sexualidade... e eu não me importo quando as pessoas vêm aqui fazer bafão e... e chamar caralho, buceta, essas coisas todas... porque isso faz parte da cultura delas... não é porque você tá falando com...sabe?... nós temos que ter outra linguagem, é um desafio, não é?... as lésbicas e as travestis começam a... a... ocupar mais espaços de poder dentro da... da área LGBT e é isso... quando você ocupa espaço de poder, você pauta as suas questões e aí... é... o Movimento, ele... assume a própria direção com relação do fluxo, então se eu... se eu tenho um... uma gestão hegemonicamente... gay... é... a sua... a sua política vai ser específica... Agora, é... a gente... a ABGLT já tem... já tá começando a fazer alguns projetos como... Somos LES... e o Projeto Tulipa... Astral Top, são projetos pra travesti... elas começam a entrar na ABGLT e a exigir políticas... a bandeira da questão de prevenção ainda é uma bandeira dos gays... porque os gays é que

ainda são infectados pelo HIV... entendeu?... É... aí a travesti... não reivindica a bandeira do casamento, entendeu?... e aí, ela já... já pensa o que?... na cirurgia, no nome social, na questão do silicone, né?... então são outras especificidades... também sem romantismo, ali é uma disputa de poder, entendeu?... e aí cada um vai... é... lutar pelas suas demandas, não acho que é separando... entendeu?... porque disputa de poder é em qualquer espaço... a opressão se dá em outras formas, poder é poder, né?... e lá ninguém tá brincando não, ninguém... ai... ai eu vou abrir mão... do meu cargo pra ajudar... não, eu vou disputar poder... eu tô ali numa direção, de um Movimento Nacional... e eu quero resolver os problemas dos gays... Hoje mesmo na reunião com a Polícia, foi muito interessante... porque... é colocado que as travestis, elas sofrem mais violência... e isso até... até as estatísticas apontam isso... mas o maior preconceito... é contra os gays e eu vou te dizer porque... eu não deixo um dia sem ouvir a palavra viado... eu não tô dizendo o maior preconceito, é besteira isso, só tô dizendo assim... o preconceito mais consolidado... Mais civilizado cotidianamente? É... o do gay... porque se você vai no futebol, tá chamando de viado, você tá na parada do ônibus, alguém vai falar de viado... você nas suas relações pessoais, você vai ouvir alguém dizer viado, você vai no barzinho alguém vai soltar um viado... começa a perceber isso... quando eu ando na rua, ninguém me chama... traveção, sapatão... não... é viado... o simbolismo no conceito social, tá muito... presente, talvez até pela questão do machismo, do patriarcado... então essa violência que é simbólica, ela tá muito no imaginário público... social (Entrevista 5BH).

Esta discussão também pode ser exemplificada no argumento da entrevistada seguinte:

é... é... eu vendo que os Direitos Humanos se... se... percebi isso desde o início, se você falar dos homossexuais eram três pontinhos, tanto que nós tivemos brigas homéricas e você já assistiu muitas delas, de... com... com amigos célebres, aí... é... do... ao antes, de outros que

presidiram Câmaras, presidiram Assembleias, a Comissão de Direitos Humanos, né?... fala: Não, perái... nós não somos três pontinhos não... a Conferência é outra, né?... que era de Direitos Humanos... parece que só direitos... então a gente vê que limita-se sim... os Direitos Humanos... que como a gente vai discutir até dentro do próprio Direitos Humanos se eles têm preceitos morais e religiosos que... sobrepõem... os Direitos Humanos... Nós já estamos segundo as igrejas, Andréa... é... unidas com o fogo do inferno... então os Direitos Humanos quando atende demandas LGBT's são traduzidas como privilégios... como foi a tradução... É... não... sim, eu tô... eu tô atestando que existe limites... parece até que é uma incoerência eu ter falado de avanços, de tanta beleza... de tanta conquista, né?... nós passamos por grandes retrocessos, porque a militância raivosa infelizmente não teve boas estratégias... né?... (Entrevista 14BH).

Ainda neste raciocínio, na entrevista abaixo há uma discussão sobre a dinâmica diversa dos movimentos sociais LGBT: seus lugares e formas de inserção social, suas práticas e lutas sociais. Tais questões apontam aproximações e distanciamentos de suas reivindicações e quando encaixamos todos nos mesmo discurso universal podemos cair numa homogeneização dos movimentos:

então um pouco assim como que movimentos sociais que vem de lugares tão diferentes com discursos e práticas tão distintos, tavam formando o mesmo campo político né, eles começaram a atuar juntos na organização da Parada em um determinado momento...mas eu podia ver as dinâmicas entre eles, como que eles argumentavam na hora que eles discordavam né, como que eles buscavam justificar e sustentar os argumentos deles, onde que eles se aproximavam, onde que eles se separavam... e que se criou uma determinada hegemonia em torno dos movimentos LGBT, né, se criou uma hegemonia ali em torno desses movimentos (Entrevista 7BH).

Assim, a entrevista abaixo explica:

Acredito que a inserção dos direitos LGBT no campo dos direitos humanos subtrai, em grande medida, a especificidade dos primeiros e contribui, em muitas circunstâncias, para dificultar a implementação de políticas governamentais específicas, mais intersetoriais para o segmento LGBT (Entrevista 2BH).

Em Lisboa, alguns entrevistados também utilizaram de um argumento parecido a este conjunto de entrevistados de Belo Horizonte que foram citados acima. Apareceu muito a discussão de que as pessoas são constituídas por vários papéis sociais e por isso ao mesmo tempo possuem diversas identidades.

Na entrevista abaixo é argumentado que não há resposta para o dilema entre o universal e o particular que isso só pode ser resolvido em cada contexto e momento histórico específico. Fala-se da importância do reconhecimento das especificidades, mas como questões da individualidade e que deve ser pensada de uma forma mais dinâmica, não por fatores de sexo, gênero, cor etc., mas daquilo que é próprio de cada um e em cada contexto. E a necessidade que isso seja reconhecido e valorizado universalmente:

Acho que a outra parte do movimento o argumento é mais pela diversidade o “nós também somos família, também somos isto e aquilo, também somos muitas coisas”. Este “também” soma: “somos várias coisas”... Eu acho que tem que ser uma negociação e um diálogo entre as duas... dependendo do contexto, da reivindicação – ou da urgência daquele momento... de um tema, por exemplo... ham... se escolhe uma forma de intervenção. Não acho que em termos absolutos se reivindica a igualdade pela diferença “nós somos diferentes e por isso temos o direito a sermos iguais a todas as pessoas”, nem o contrário “nós somos iguais a você e, portanto, temos que... ser aceites nessa igualdade, e os nossos direitos são os mesmos de que toda a gente”. Acho que... Não acho que haja uma resposta absoluta para isso. Eu, pelo menos, não penso dessa forma. Tem que ser de momento a momento, de acordo com uma relação específica, com um contexto político e social específico... o próprio contexto do movimento, em que pé é que está, quantos aliados é que existem naquele momento, que conquistas é que se conseguiram fazer e quais

é que são as prioritárias nesse momento. Aí é que se define. Mas tanto uma quanto outra podem ser válidas. Eu diria que... Pois, eu não consigo te responder. Eu ia dizer que me atrai mais a ideia da... da especificidade. Mas é especificidade que não é pela diferença. É uma especificidade de todas as pessoas, não só das LGBTs. É uma questão de individualidade específica, não é individualidade identitária, não é individualidade de orientação sexual, não é isso, é: de cada pessoas, com as suas especificidades e isso ser universalmente reconhecido e valorizado. E não reivindicar o “diferente” pelo “diferente, mas não é isso. Não sei se é clara esta ideia. Especificidades não só de LGBTs, não só de pessoas negras, não só de mulheres, não só... Mas também acho que num discurso universal e de total igualdade muitas vezes silencia as especificidades que aquelas pessoas vivem, por quê são socializadas de uma ou de outra forma. Então, este discurso do “universal” causa alguns... tenho algumas reservas. Deste-me agora muitas coisas para pensar (risos) (Entrevista 13L).

A próxima entrevistada utilizou de uma famosa frase do Boaventura de Sousa Santos para sustentar sua defesa pela especificidade:

Sim, acho que foi no bojo desses movimentos sociais e também da nova esquerda, etc., que tem um papel diferente em lutar pela igualdade e pela diferença. A ideia, para usar uma expressão do Boaventura, é que nós “devemos reivindicar a diferença quando a igualdade nos anula – anula a nossa identidade – e temos o direito de reivindicar a igualdade quando a diferença nos inferioriza”. Só há plena igualdade com o reconhecimento das diferenças. E o reconhecimento das diferenças não deve significar a aceitação da desigualdade... como é que nós conseguimos fazer integrar no conceito de “igualdade” o direito a “diferença” no sentido em que o reconhecimento da “diferença” implica dignidade? Igual reconhecimento para as diferentes opiniões, e as diferentes orientações sexuais, das diferentes identidades das pessoas. E que o facto de termos a identidade diferente não quer dizer que devemos ter

direitos desiguais, não é? Nós podemos ter os mesmos direitos reconhecendo a nossa diferença... É importante defender essa “identidade”, mas também corremos o risco da balcanização. E, portanto, o desafio... Só vale a pena afirmar essa especificidade para lhe dar existência e para lhe dar reconhecimento. E acho que o domínio do reconhecimento é sempre um domínio que aspira um reconhecimento universal ainda que “daquela identidade específica. E, desse ponto de vista, ganhamos sempre em afirmar os direitos específicos tendo como referência os direitos universais. Ou seja, os transexuais têm o direito a identidade como todas as pessoas têm o direito a identidade. Os homossexuais existem, são vítimas de discriminações específicas... Têm direito a serem respeitados por aquilo que são assim como todas as pessoas têm direito a ser respeitadas por aquilo que são. Então, esta ponte entre os direitos de todos – porque nós temos que nos comunicar com todos... é quando nós fazemos uma luta, uma disputa contra a hegemonia das ideias... E para ganhar a maioria contra a ideia de discriminação, acho que é interessante que... dar visibilidade a identidades minoritárias e nomeá-las – porque se nós não as nomearmos elas não existem, o seu reconhecimento é impossível... Mas, não vejo nenhuma desvantagem a que estes movimentos façam referência a direitos universais. (Entrevista 4L).

Assim, na entrevista seguinte é ressaltado que o discurso muito global corre o risco de ser vazio:

Bom, a partir do... o risco é o apagamento das questões, mas esse é sempre o risco quando se fala em Direitos Humanos... por um lado é quando são abrangentes, por outro lado o que é... o que é difícil aqui é sempre garantir que se consegue simultaneamente lutar por Direitos Humanos... dos... dos mais diversos grupos... Direitos Humanos de pessoas que são a partir discriminadas por fazer parte de um grupo, mas... Tendem a atenção a especificidades de cada um e aliás porque é a única maneira de... lutar efetivamente ou eficazmente... de uma forma eficaz no fundo... contra... contra esta... com todas as formas,

por exemplo, de discriminação é... de... de fundo económico nas discriminações geral... é evidente que há elementos comuns às... às diferentes formas de discriminação e no entanto, a única forma de lutar eficazmente como... contra a discriminação como um todo é atender às especificidades de cada uma e lutar especificamente contra as... as... essas especificidades, porque de outra forma acaba por ser um discurso tão englobante que acaba por ser vazio, não é? Vazio de conteúdo... e esse é o risco do discurso em torno dos... dos d.h... (Entrevista 11L).

Abaixo, um exemplo para ilustrar tal discussão:

eu dou-te um exemplo claro que está em curso... nós somos a... a... estamos nesse momento com oito organizações na campanha Stop Apologização Trans 2012... tanta tentativa porque em 2012, os... os... as classificações de doenças da Associação Americana de Psiquiatria deixam de classificar a transexualidade como doença mental... somos oito organizações hoje... há dois anos era exclusivamente as Panteras Rosa, há três anos o conjunto das associações em Portugal era contra, diziam que nós éramos malucos... eu tenho esse... esse registro... eu tenho o registro de todo esse debate no blog das Panteras com gente da ILGA, da Rede Ex-aequo, da... doutras associações no geral... a dizer vocês são malucos... vocês são malucos, isso não é um tema, o tema é Direitos Humanos, não é dizer que as pessoas não são doentes mentais, as pessoas precisam dos médicos... quatro anos depois já estão... dois, três anos depois, já estão a entender... do que nós estamos a falar... (Entrevista 14L).

Assim, é possível visualizar em Touraine (1997) uma discussão elucidativa sobre os dilemas apresentados nas entrevistas acima, ao afirmar que a liberdade do sujeito está na alteridade, mas não como submissão, mas como reconhecimento de sua igualdade e diferença, de sua universalidade na particularidade. É por isso que debater o dilema entre universalidade e particularidade é central nesse estudo sobre a construção da política de direitos humanos LGBT.

4.6 Relação entre Movimento Social e Poder Público

Nesta categoria discute-se as reivindicações dos movimentos sociais e as respostas construídas pelo poder público na arena política. Pensando esta lógica de forma não linear, já que por vezes o Estado também demanda e quem responde é o movimento social e em outras vezes apenas um desses mesmos atores sociais reivindicam e respondem. E nesta relação dialética serão também analisados os diálogos, as parcerias, os consensos, bem como, as tensões, conflitos e divergências entre o poder público e os movimentos sociais.

Assim, analisar a relação movimento social e poder público, a partir das contribuições de Mellucci (2001) e Touraine (1994) é reconhecer que a vida social não pode ser compreendida numa visão essencialista e funcionalista para ser pensada como uma invenção permanente, produzida e transformada pelo nosso trabalho, pelos nossos conflitos sociais, pelas nossas criações culturais e pelos nossos debates políticos nas negociações sobre a vida coletiva.

4.6.1 Principais demandas/reivindicações do movimento social

Touraine (1994) coloca a categoria de sujeito cada vez mais central para a análise dos movimentos sociais atuais: a concepção segundo a qual o sujeito existe apenas como movimento social, aponta para a importância dos sujeitos LGBT na história de alargamento da política de direitos humanos, a partir do papel de atores da transformação social. Na sociedade programada o indivíduo é reduzido a ser apenas um consumidor, e para que consiga se opor à lógica dominante do sistema deve se reafirmar como sujeito. O sujeito se define pela sua oposição ao sistema que objetiva suas necessidades em demandas mercantis.

Assim, é possível tomar as ideias de razão e de sujeito – a princípio opostas – de maneira integrada quando mediadas pelo movimento social. Isto é, a transformação da defesa pessoal e cultural do sujeito em ação coletiva, dirigida contra o poder que submete a razão aos seus interesses particulares. Um movimento social é racionalidade e subjetivação ao mesmo tempo. Na perspectiva touraineana, a concepção de sujeito e a concepção de democracia são indissociáveis. Ou seja, o sujeito é a expressão política da democracia. Nos momentos em que os diferentes atores sociais envolvidos na construção da política de direitos humanos LGBT se colocam como produtores dessa história são capazes de aproximar a

perspectiva universalista da razão e a perspectiva particularista da identidade pessoal e coletiva, da subjetivação.

Entre as principais reivindicações do movimento social LGBT de Belo Horizonte, que aliás coincidem com as demandas gerais do país, estão: equidade nos direitos, direito ao casamento⁴⁶, a parentalidade com a definição jurídica e social de família, a criminalização da homofobia, o nome social, geração de emprego e renda para o segmento T, a criação de Centros de Referência LGBT que funcionem 24 horas e de políticas públicas no formato de Coordenadorias LGBT. Entre as principais demandas do movimento social LGBT de Lisboa, capital do país, estão: casamento civil⁴⁷, despatologização das trans, homoparentalidade e adoção.

Vale ressaltar, que as reivindicações de ambas as cidades são similares, porém no Brasil há uma ênfase nas demandas pela criminalização da homofobia devido ao alto índice de assassinatos homofóbicos. Já em Portugal, a violência homofóbica atinge um índice baixo, o que explica o fato dessa demanda só ter aparecido referente ao segmento transgênero.

Desta forma, a fala abaixo expressa as reivindicações de uma maneira mais ampla:

A busca atual do movimento é pelo que chamamos de luta pela equidade. A busca pelo direito ao casamento, a parentalidade e a união estável e a definição jurídica e social de família que considerava apenas relações afetivas entre homens e mulheres. A criminalização da homofobia é uma questão importante que tem sido tema de marchas, paradas e caminhadas. Por fim, é importante ressaltar que, os movimentos se organizaram em movimentos sociais para lutarem pela efetivação da plena cidadania (Entrevista 13BH).

De modo sintetizado a entrevista abaixo descreve esta ideia:

Hoje... a gente... nós temos três eixos centrais de luta na ABGLT, esses três projetos... é a união civil, a penalização e o nome social... esses três... hoje... (Entrevista 5BH).

⁴⁶ Na época da entrevista, a união civil estável ainda não havia sido aprovada pelo Supremo Tribunal Federal. Ela ocorreu em maio de 2011, mas permanece ainda uma demanda pelo casamento civil propriamente dito, para que os direitos possam ser alargados.

⁴⁷ Na época da entrevista ainda não havia sido promulgada a lei do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo pelo Presidente de Portugal, ela ocorreu em maio de 2010.

A seguir, uma demanda mais recente, frente ao grande número de agressões homofóbicas:

a gente luta também pra criar um Centro de Referência 24 horas pra tá acolhendo esse LGBT excluído da sociedade (Entrevista 8BH).

A próxima entrevista aponta a percepção do Governo sobre a demanda do movimento social pela efetivação de políticas públicas LGBT. E demonstra a confusão entre os papéis do poder público e do movimento social na construção dessa política no município, que reflete o contexto nacional:

É... talvez eu não saberia te dizer... ou delinear a todas as reivindicações do movimento. A Coordenadoria... ela viveu uma situação talvez particular nesse sentido, não sei se em todas as políticas LGBT espalhadas pelo Brasil... isso se repetiu. Mas, pelo fato... do governo ter, inicialmente trabalhado com uma sessão de espaço para o movimento social lá nos anos de 2002... já que o Município não contava com uma política específica... isso tomou um formato de uma ONG que trabalhava dentro do Município e de certa forma... para o Município.... Então... com a reforma existiu uma exigência pra que o governo implementasse uma política pública, isso era uma reivindicação do próprio movimento, mas no pouco que eu posso ter de conclusão desse processo, o próprio movimento não sabia qual que seria a cara desse lugar já que também ele não queria abrir mão daquilo que o governo já estava cedendo, que era um espaço físico onde se faziam bons atendimentos... e também servia de um lugar de orientação que encaminhava os demais serviços... e para além disso, todo o apoio ao movimento social pra um grande momento de reivindicação que era as Paradas do Orgulho LGBT que acontece há 11 anos em Belo Horizonte...13 anos... Pois é... o ponto que penso que ainda temos que caminhar muito, e... o governo tem que pensar que tipo de política, então, ele oferece, né?... que tipo de política pública é... colocada hoje para uma política social para esse

segmento, já que o nosso Centro ainda não é institucionalizado...Ele não é uma política pública formal, não tem nenhum decreto que o institucionaliza, ele é apenas um programa... não tá inserido no governo, nem da Secretaria, ele é um programa dentro da Coordenadoria, sobre a coordenação da Coordenadoria. Então, acho que tem que caminhar para isso, pra buscar a institucionalização, na verdade a reivindicação do movimento que vem do primeiro fórum LBGT que aconteceu em 2008, é que se crie uma Coordenadoria LBGT, né?... (Entrevista 6BH).

As duas entrevistas a seguir apontarão demandas específicas do segmento *T*. Além da acessibilidade aos serviços públicos, as travestis e as/os transexuais demandam o nome social nos documentos e estabelecimentos públicos. Reivindicam, também, alternativas para geração de emprego e renda, como forma de saírem do subemprego e das condições socioeconômicas precárias, que acabam conduzindo a uma maior violação dos direitos humanos:

Para minha população queremos o respeito pelo ser humano, sermos tratadas como qualquer outro ser humano. Na saúde termos o mínimo que é o respeito pelo nome social e dignidade na segurança pública. Ter o direito de entrar em qualquer órgão público sem ser questionada por ter um corpo marcado (Entrevista 4BH).

É também acrescentado:

De buscar acesso a emprego, de buscar alternativas de qualificação profissional que lhe aumente a capacidade de inserção profissional... enfim... buscar condições objetivas para gerar emprego e renda e a qualificação é fundamental nesse sentido, a requalificação... nós tivemos... o setor mais vulnerável nesse sentido são os travestis, os transexuais (Entrevista 3BH).

O conceito de identidade coletiva para Mellucci (1996) como provenientes do resultado de trocas, negociações, decisões e conflitos entre atores, nos elucida os pontos de

aproximação e distanciamento nas reivindicações dos movimentos LGBT. Assim, as novas formas de identidade política apontam recentes formas de ações coletivas voltadas, por exemplo, para o movimento LGBT, ao enfatizar na concepção de identidade coletiva o seu caráter interativo, compartilhado e permeado por tensões internas e externas, nos conduz a pensar o sujeito como ator da ação e dotado de identidade. A identidade coletiva é o que assegura, ao sujeito, a continuidade da ação coletiva.

As próximas entrevistas apontam as principais demandas do movimento social LGBT de Lisboa. Na entrevista seguinte é apontado que o nível de relevância de cada demanda e suas concordâncias é diferente para cada movimento social e tem a ver com a trajetória e especificidade de suas próprias lutas sociais.

As Panteras tiveram muito envolvidas nesse processo do casamento por necessidade estratégica óbvia... porque foi um tema central, né? ...Sobretudo porque consideramos pra além da... da... pra além da posição crítica que temos sobre o matrimónio como instituição, por que temos... sempre defendemos a igualdade legal e sempre soubemos que o momento de discussão desta legislação seria um momento crítico de confronto homofóbico e portanto estivemos implicados e tínhamos que estar... não tivemos uma posição de não nos envolvermos ou não ser uma prioridade... não, no momento certo foi uma prioridade, este ano... a... mas, a verdade é que desde 2006 nós priorizamos o tema transexual... e somos provavelmente a associação que mais o tem feito... nós temos trabalhado sobretudo a questão da discriminação, as... as ideias, a ideia da despatologização trans e as questões da homoparentalidade... mas sem dúvida que o centro de nossa atividade tem sido a questão transsexual, porque é a comunidade mais discriminada dentro da Comunidade... (Entrevista 14L).

Desta forma, em maior ou menor grau todos se mobilizaram pela aprovação do casamento civil, mas quanto a aprovação da homoparentalidade há discordâncias, quanto a forma de reivindicá-la. Alguns a reconhecem, como algo imprescindível e outros como um complemento ao casamento civil. É destacado que as reivindicações de determinados grupos que estão mais pactuados com o governo tem maior legitimidade e acabam sendo

reconhecidas como demandas gerais de todo o movimento, conseqüentemente são aprovadas mais rápido que do aquelas dos grupos mais de esquerda política.

o casamento é o consenso, a homoparentalidade é a discórdia. Agora, há um exclusivo desta relação – poder público, com o movimento – por parte de uma associação, que é a ILGA. Portanto, as reivindicações da ILGA são muitas vezes tidas em termos gerais e pelo próprio governo como representantes do movimento (Entrevista 13L).

A fala do entrevistado governamental abaixo aponta que a responsabilização do governo pela criação de ações políticas da área LGBT tenha sido não apenas pelas exigências do Ano Europeu, mas também devido às reivindicações dos movimentos sociais LGBT português. O entrevistado aponta ainda, a necessidade da articulação das diferentes demandas das minorias sociais para uma maior integração entre as políticas:

Eu por um lado, acho que esta Secretaria de Estado existe também devido a alguma força do Movimento LGBT em Portugal... não só, mas também... Porque na verdade... no Governo anterior não havia uma... uma Secretaria de Estado da Igualdade e neste existe... e eu tenho... Tenho a certeza, não é? Que também há uma quarta parte das reivindicações do Movimento LGBT e esta Secretaria tem um mandato claro e direto, sobre as questões de género e as questões de orientação sexual e de identidade de género, ok? Porque também são as esferas de atribuição da CIG, depois tem um mandato também de fazer *make extreming*, de género e não discriminação... nas outras áreas de discriminação, ou seja, cruzar o género e orientação sexual na questão étnica, na questão do religião, na questão da deficiência, porque estas questões ainda estão com outros organismos... a visão ainda não está com esta integração de políticas... e num futuro próximo, eu penso que esse será um passo decisivo e fundamental (Entrevista 5L).

De acordo com Melucci (1996)⁴⁸, a dimensão social dos conflitos antagônicos não pode explicar tudo, e por isso o conceito de identidade coletiva nos adverte sobre a constante necessidade de reconhecimento de uma pluralidade de níveis na ação coletiva. Assim, como reivindicações mais recentes foram apontadas a parentalidade e a adoção. Devido a complexidade dos aspectos que envolvem tais direitos, ainda há um preconceito e um desconhecimento muito grande sobre os efeitos da união homoafetiva no desenvolvimento do filho. Entretanto, pesquisas recentes apontam a qualidade de vida e o desenvolvimento saudável dessas crianças adotadas⁴⁹:

Sim, a questão da parentalidade e adoção são reivindicações recentes com alguma complexidade porque envolvem direitos da criança. A sociedade portuguesa tem-se vindo a abrir para a sua aceitação. A informação e a divulgação de casos específicos é fundamental...Abertura de uma agenda de reivindicações LGBT cujo próximo passo será a parentalidade e identidade de género (Entrevista 18L).

Apoiando em Touraine (1984) e Melucci (1996), sustenta-se que só há movimento social e identidades coletivas comprometidas no conflito pela gestão da historicidade, se o ator possuir a capacidade de ir além das meras reivindicações e negociações políticas para se reconhecer e afirmar mais como produtor do que como consumidor da situação social, ou seja, como capaz de questionar o sistema em vez de apenas responder a este.

Por isso nas demandas apresentadas acima vemos que há momentos que os grupos LGBT se posicionam como movimento social e em outros momentos acabam caindo em ações conformistas ou pontuais. Dessa forma, para ser reconhecido como um movimento social é preciso que haja um sistema de ação que expressa um conflito e não apenas resposta a uma crise. Sua ação coletiva “comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (Melucci, 2001, p. 35).

4.6.2 Principais respostas do Poder Público

⁴⁸ Tradução livre do inglês.

⁴⁹ Ver pesquisa sobre adoção homoafetiva nas publicações da advogada e ativista Maria Berenice Dias.

Nesta categoria nosso foco será levantar e analisar as respostas governamentais. Tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa, compreende-se que o governo geralmente não tem uma resposta formalizada para as demandas do movimento LGBT. Quando se chega a uma mesa de negociações percebemos que várias questões políticas estão postas ali, desde interesses públicos a privados e nesse jogo de poder algumas respostas são construídas informalmente para mediar as divergências entre os atores sociais. E isso na prática política gera ainda mais equívocos e não efetivação da política.

O entrevistado abaixo responde como gestor principal da Política Municipal LGBT da Prefeitura de Belo Horizonte, que conseguiram melhorar as condições estruturais do Centro de Referência LGBT, mas não conseguiram responder as demandas políticas e financeiras para seu fortalecimento, como: a criação da Coordenadoria Municipal LGBT e do Conselho Municipal LGBT. Tais reivindicações permanecem como necessárias à efetivação da política pública municipal LGBT:

Nós conseguimos melhorar o espaço do Centro de Referência LGBT que era a reivindicação tá, equipar com alguns recursos humanos como o advogado, psicólogo, advogado, e o que fica pendente ai é a questão do Conselho que nós ainda não conseguimos operacionalizar, a criação do Conselho, mas tá dentro da diretriz, e a Coordenadoria este ano não pode pelo fato do ano eleitoral, a gente tá contando com o ano que vem, a criação da Coordenadoria, que pra mim seria um grande avanço também, além do Conselho ter a Coordenadoria eu acho que seria assim, a Coordenadoria com o Conselho ai sim, eu acho que daria, ficar no mesmo nível de igualdade com as outras temáticas (Entrevista 8BH).

A gestora abaixo, de um nível hierárquico menor em relação ao gestor acima, aponta críticas sobre as correlações de força e jogos de interesse presentes na mesa de negociações para a institucionalização dessa política no município. A mesma chega a sugerir implicitamente que não consegue ter a dimensão do que está servindo como moeda de troca quando as demandas dos movimentos sociais são atendidas pelo governo:

Então, o Centro de Referência, ele não tinha uma identidade única e isso... é... foi a resposta que o governo tinha inicialmente só de apoio

do que a constituição de uma política pública... “real”... O governo não tem uma resposta formalizada, porque... eu acho que... quando se chega a uma mesa de negociações, né?... várias questões políticas estão postas ali e esse movimento ele tem moeda de troca, né?... vamos dizer assim, entre aspas... o... muitas vezes poder público responde a isso, ele atende a essa reivindicação, mesmo discordando... mesmo achando que ele pode ser, ham... pensado de outra forma, mas eu não posso te dizer o que tá sendo negociado ou o que tá vindo em troca quando ele atende a essa reivindicação. É... agora... agora por outro lado fico pensando também, se a gente não pode tratar essa questão de tentar efetivar um Centro de Referência LGBT composto por uma equipe técnica deste público, se não é também dar visibilidade dentro do poder público a esse público que muitas vezes não tem um lugar dentro do mercado de trabalho... Por essa lógica, eu até entendo, né?... Se formos pensar dentro de uma estrutura da Prefeitura qualquer, uma Secretaria pequena como a nossa, quantas pessoas que se dizem do segmento LGBT, são pouquíssimas... então a gente tem dentro do Centro de Referência pessoas que se assumem quanto à sua orientação sexual...e isso para eles é dar visibilidade também pra luta desse segmento...isso eu acho... por essa ótica... penso que seja uma discussão até interessante...e nesse sentido penso que partes do Governo acredita que seja possível ceder, simplesmente pelo fato de que o atendimento tem que ser ... continuar a ser feito por pares, eu não gosto de usar essa palavra iguais, prefiro pares (Entrevista 6BH).

A gestora a seguir assume alguns limites existentes nas respostas do poder público na área da saúde:

algumas coisas a gente ainda demora muito pra avançar, como por exemplo, ainda não tá garantido no prontuário eletrônico o espaço pro nome social da travesti né, mas já é uma militância que nós fizemos aqui dentro da Secretaria né, então assim, a gente sempre procura... Tudo que é reivindicado e for possível de ser executado, for

consequível assim, a gente procura fazer, e quando é alguma coisa que tá fora do nosso alcance é sempre conversado (Entrevista 1BH).

A seguir, nas entrevistas portuguesas aparecem também uma crítica a insuficiência das respostas governamentais, que como no Brasil, quando ocorrem estão direcionadas muito mais ao âmbito de demandas pontuais do que de reivindicações estratégicas e estruturais para a transformação social. A diferença entre Belo Horizonte e Lisboa nesse aspecto se refere ao fato de, na primeira, as respostas políticas dadas pelo poder executivo estarem mais avançadas do que na segunda, que por sua vez está mais avançada nas respostas do poder legislativo. Esse tema será novamente melhor discutido numa categoria específica sobre o assunto:

Exatamente... a Câmara já... já criou um Centro Comunitário *Gay* e Lésbico há dez anos, apoia o Arraial há dez anos, mas a marcha recebeu o apoio pela primeira vez este ano apesar de estar há dez anos a receber pedidos de audiência... é pra tu veres como as coisas funcionam... Pois... mas é mais fácil pro Poder Político financiar uma festa do que financiar um acontecimento político, é exatamente isso... é o medo do debate político e é... é essa a minha apreciação do oportunismo aos nossos olhos, porque foi muito populista na altura, mas quando... quando foi necessário apoiar o movimento de facto, ele não o fez... nunca o fez, mas pronto... isso (Entrevista 14L).

Nesta mesma postura se apresenta a entrevista seguinte:

Simples... simples... em Lisboa... em Lisboa há... em Lisboa há dez anos que ouço falar de um escritório contra a discriminação, já teve aprovado várias vezes por vários... por vários Presidentes da Câmara e nunca avançou... tanto esse tipo... de... de ser a própria Câmara o poder local a prestar o serviço... agora em Évora seca... o Opus gay em Évora conseguiu um financiamento para um projeto de atendimento... a... aos homossexuais... portanto... um projeto ligado à Câmara, mas é o primeiro que eu conheço no país e isto agora... há um ou dois meses só... portanto realmente não há... o poder... o

poder público não assume como sua responsabilidade dar resposta a nada disso e... (Entrevista 1L).

No caso específico de Lisboa, e de Portugal de uma forma mais ampla, a resposta frente a demanda pelo casamento civil foi a menos tensionada nos últimos tempos, tanto internamente ao movimento social quanto entre eles e o poder público em geral. Diferentemente, de Belo Horizonte, e mesmo Brasil, onde a aprovação apenas se deu via intervenção do Supremo Tribunal Federal, já que a bancada dos religiosos fundamentalistas, ao contrário de Lisboa, tem uma grande influência nas decisões governamentais:

Portanto, eu vou te falar do casamento, que é aquilo que eu acompanho... quando eu entro no movimento, é a luta que eu mais acompanho. Essa é de facto a reivindicação que é apropriada pelo governo, pelas... e que entra nas políticas públicas. É aquela que é mais apropriada pelo... não se faz... é apropriada por que é levada a sério. Digamos... Porque claro que, de certeza absoluta... que outras reivindicações foram tidas em conta, mas esta teve um papel hegemónico nas... na relação entre políticas públicas e movimentos sociais. Já é dentro do próprio movimento LGBT; porque o movimento sendo múltiplo, a voz que mais se ouve é uma voz que reivindica o casamento (Entrevista 13L).

O entrevistado abaixo argumenta, pela sua função de deputado membro do partido do Governo, seus limites e possibilidades na construção de respostas aos movimentos sociais LGBT diante dos conflitos internos ao próprio partido:

É difícil. Se bem que quando és Deputado não estás bem do lado de quem responde, porque... teoricamente os deputados apresentam, não é? Os deputados representam os eleitores e, portanto, o deputado não é um governante. É um legislador que quando participa da legislação representa aqueles que o elegeram, não é? O problema é quando és um deputado do partido do governo, não é? Pronto. E este problema eu tenho. Porque aí tu tens um problema que é o governo... e o grupo parlamentar do próprio governo desalinham... tendem a divergir em

muita coisa, não é? Não são necessariamente unidos. Mas têm a sua igualdade (Entrevista 9L).

Nas entrevistas tanto de Belo Horizonte quanto de Lisboa, ficaram claras as insatisfações dos movimentos sociais quanto as respostas construídas pelo poder público. Porém, nas entrevistas dos representantes governamentais ficou claro a concordância entre eles de que tem feito o melhor possível para responder as reivindicações políticas. Isso mostra um dos motivos dos desencontros e conflitos na percepção de cada ator social sobre sua atuação e sobre atuação dos demais. Com isso, o problema é sempre o outro e do outro, dificultando um maior compromisso nas ações coletivas.

4.6.3 Diálogo e Consensos

Para esta subcategoria encontram-se as entrevistas que ressaltaram a existência, ou mesmo, necessidade e relevância do diálogo entre movimentos sociais e poder público, através de consensos e parcerias nas ações políticas.

O entrevistado abaixo faz um resgate histórico mais amplo para justificar a construção e necessidade desse diálogo localizando-o no momento histórico de redemocratização política, onde as configurações entre os diferentes atores sociais foram gradativamente sendo modificadas até chegar nas parcerias entre movimentos sociais e poder público na área da saúde nas ações de enfrentamento à AIDS. O mesmo alerta que apesar de ser uma parceria o movimento entrava para responder a uma política que é de responsabilidade do Estado. O que aponta novamente para a confusão de papéis e funções entre esses atores sociais na construção desse novo contexto sócio-político. Tais experiências, que de certa forma foram exitosas, serviram de exemplos para os diálogos com outros setores do poder público, principalmente no campo dos direitos humanos:

É, na verdade... é... é... é uma... é um momento muito delicado, na verdade não se torna tão delicado, porque...é... com a questão da redemocratização, o Estado, ele não se torna tão inimigo... do... da Sociedade Civil e a experiência do Movimento LGBT, principalmente no Brasil que vai sendo construída... se contrói e fortalece o momento LGBT a partir questão da AIDS, a experiência dessa parceria com o Estado, ela se dá muito na Saúde... até porque hoje a Saúde, isso a

gente pode dizer, uma parte do poder público que começou com a participação popular... se foi muito na Saúde, desde as reformas sanitárias, das conferências de Saúde que são as conferências mais antigas, mais importantes, né?... o SUS... por exemplo, quando ele é construído, ele é construído a partir de conferência, ou seja, com a participação popular, com o povo e tal... então... com a questão da AIDS, o Movimento LGBT, ele teve muita participação, é... dentro do Estado, inclusive na elaboração e também na... na execução, né?... e implementação de algumas ações e de políticas... e isso ficou... Movimentos Sociais, eles começam... a... a entrar no Estado e fazer parceria... então o Movimento LGBT tem essa característica... ele nasce parceiro do Estado, ele nasce e se fortalece dentro do Estado, então... não tem algumas dificuldades... eu particularmente tive... tive, mas não... foi mais uma questão pessoal mesmo, entendeu?... de... uma mais pessoal e ideológica do que realmente uma necessidade, assim... porque a gente já fazia uma parceria muito... com a Saúde e com... mas você vinha... pro... pra responder uma política... é... que é do Estado... (Entrevista 5BH).

Entretanto, não podemos afirmar, como na entrevista acima, que nos anos 1980 começa haver uma crescente reivindicação pelos direitos LGBT, pois, segundo o próprio referencial teórico, houve um reavivamento destes movimentos, aqueles que continuaram militando neste período o faziam restritamente no campo da saúde. A luta por direitos vem posterior, a partir da década de 90 e mais precisamente em 2000, conforme é trabalhado na parte histórica da pesquisa. Por isso, também não é legítimo afirmar que o movimento LGBT nasce parceiro do Estado, já que em meados da década de 70, movimentos como o SOMOS não tinha tal interesse. Somente na década de 80 com os trabalhos voltados para o enfrentamento a AIDS/HIV que a parceria com o Estado se estabelece.

A entrevista a seguir, de uma gestora da saúde corroborou a fala do ativista acima:

a gente sempre tem, o diálogo, não tem tanto tencionamento assim, por isso entendeu, porque sempre, eu acho que por existir o diálogo mesmo, então mesmo quando a gente não pode, a gente não pode ao léu assim, tem argumento, entendeu? (Entrevista 1BH).

Do mesmo modo, o gestor da área da saúde acrescenta que a crescente organização dos movimentos sociais LGBT contribuiu para hoje se configurarem como os atores sociais de maior quantidade de parcerias com o poder público na área da saúde:

A gente considera como fundamental a nossa interface com o Movimento Social LGBT, e que, pra dizer a verdade, até por uma qualificação progressiva do Movimento Social LGBT, eu acho que quantitativamente é o que a gente tem mais parceria em eventos, a Parada gay é o protótipo dessa parceria, mas várias outras né, pessoas irem, pessoas virem, eventos serem realizados em parceria, a gente sentar na mesa junto de eventos que eles propõem, eles virem em eventos que a gente propõem né, as Conferências Municipais e Estaduais e pra discussão dos direitos LGBT, sempre contam com essa parceria entre o Movimento Social e nós, mas até do que as parcerias que a gente tem encontrado com o movimento especificamente ligado à AIDS, a garantia da assistência, e em questão de tratamento, eu acho que reforça essa visão histórica que eu coloquei, que no primeiro momento essa militância pra garantia do diagnóstico, da assistência, de medicamento, enfim, ela é muito mais forte porque ela ainda tá em construção, agora, ainda que tenha limitações ela tá colocada com uma qualidade bem razoável e com amplo acesso, então cada vez mais a gente tem se aproximado do movimento social LGBT, na discussão do combate ao preconceito como uma forma de prevenção, eles te um acesso ao ensino, um acesso ao serviço de saúde, acesso a informação (Entrevista 9BH).

O gestor seguinte justifica que foi pela via da apropriação dos espaços políticos que ocorreu uma gradativa parceria do poder público na área da educação e na área dos direitos humanos e da cidadania com os movimentos sociais LGBT:

É, eu acho que nessa estrada toda que eu te falei, eu acho que esse casamento ele foi se dando né, apropriando o espaço político, nosso espaço de gestão e tá associando esses interesses, esses interesses da

sexualidade que tava oprimido, até então Andréia, a diretora da escola, esse assunto era trancado no cofre da escola entendeu, um cofre, uma gaveta dentro de um cofre, pra não mexer, porque como é uma temática difícil, uma temática que esbarra com vários interesses, inclusive esbarra nos interesses da formação cultural e religiosa que a diretora tem, como os outros interesses interno e os conflitos, e o despreparo da escola politicamente para estar lidando com a questão da sexualidade nessa temática, que até então a ESMED já tinha uma trajetória de anos de sexualidade, muito voltada pro aspecto da biologia. Não, eu acho que não tem muita divergência porque nós conseguimos uma Conferência bem afinada, bem ajeitada, a Parada nós tão bem junto, a prefeitura liberou grana, não tem dificuldade política do prefeito nessa temática... (Entrevista 8BH).

No argumento posterior, as justificativas são similares às anteriores, porém apresenta uma análise complementar sobre os riscos que sempre rondam essa parceria diante da tênue separação entre religião e Estado no Brasil:

A partir do momento em que os movimentos e grupos LGBT se organizam e assumem um sentido mais coletivo e mais político das suas questões começa um diálogo com o poder público. À medida que procuram junto aos espaços de representação política, a defesa do direito de existirem, estabelecem uma relação direta com os direitos humanos. À partir desse patamar, fica evidenciado que é fundamental trabalhar com a garantia e o acesso aos direitos por esta comunidade e que, por outro lado, faz-se fundamental também que o Estado assuma a responsabilidade de estabelecer compromissos no sentido de colocar a máquina pública a serviço desses cidadãos. Quando as mudanças e alterações cobradas pelos cidadãos LGBT assumem que é preciso alterar paradigmas e quebrar barreiras culturais e sociais, as construções de consensos são travadas, mas mesmo assim o diálogo torna-se muito difícil. No Brasil a tênue separação entre religião e Estado torna-se um complicador a mais nesse processo (Entrevista 10BH).

A fala de uma representante do poder legislativo apresentou outros aspectos também importantes para a compreensão dos interesses desses atores sociais de construir diálogos e parcerias:

O movimento LGBT cresce nas paradas (que se espalharam pelo país), apresentam candidaturas, articulam nas Câmaras de Vereadores, Assembleias, Congresso, com prefeitos, governadores, disputam espaços de mídias, obtêm seguidas vitórias no judiciário. Buscam alianças com outros movimentos sociais. Participaram das Conferências Nacional e conseguiram convocar e realizar a própria conferência com a presença de Lula. O limite é a necessidade da mudança cultural. Daí a importância da educação (Entrevista 11BH).

Enfim, a ativista e atual gestora direta do órgão público estadual LGBT aponta alguns dos dilemas de transitar por esses dois lugares, pontuando que isso a conduziu a ter um olhar mais amplo da situação. O que aponta para a dificuldade de se manter uma postura mais crítica de controle social do Estado a partir do momento que se passa a fazer parte deste:

Eu entendo e... respeito, Andréa... assim, a militância raivosa, só que as coisas vão mudando... o Estado de Minas Gerais... ele realmente assumiu... a questão LGBT ... a gente pensa o Estado como se fosse uma estrutura... numa... ela não funciona sozinha, né?... a partir do momento que essas pessoas estão... falando em nome de... falando em nome do Governador ou o próprio Governador assume que existe isso... é um bom caminho andando, nós nos pautamos em... fatos, quais são estes fatos?... propostos, né?... argumentados, discutidos... debatidos, exaustivamente debatidos da nossa Conferência LGBT... acho que a Conferência Estadual foi o maior documento retirado pra ser apresentado pro Estado... legítimo, a Sociedade e o cidadão que paga imposto... que paga os... salários dos funcionários públicos, do Governador, do policial... então o Centro de Referência não tem um pensamento da cabeça da gestora... ele se pauta em fundamento, em um documento...né?... então, criou-se o Centro de Referência, passou-se alguns anos nessa discussão... de quem somos, de quem é essa

Sociedade, depois dessa... discussão vem o papel deste Centro de Referência como articulador entre Sociedade Civil e o poder público... ataquei muito o Estado... pelo desconhecimento de como é o mecanismo do Estado, como demora pra se criar uma política pública... eu vejo essa dificuldade de entendimento e acaba gerando esse... esse atrito ou então, o... esse... esses pontos que pegam entre o poder público e a Sociedade Civil, né? o Estado tinha obrigação de ser transparente... eles pleiteam algumas coisas que já estão sendo implementadas pelo Estado ou que virão no ano 2011/2012... e não há esse diálogo, né?... não pode ter esse desencontro de informação... isto é que causa esse atrito... Andréa, até para mim... eu gostaria que as coisas fossem mais rápidas, elas não são... é... nós passamos por troca de Secretários, você sabe muito bem o que é isso, troca de Prefeitos, depois é... troca de Governadores... e a gente fica... a gente fica à mercê de novos atores que entram e você vai começar o bê-a-bá... tudo do zero.... então... é... o Movimento... ele... ele foi educado a ter essa parceria com o Estado, diferente de outros Movimentos Sociais que... que têm muita dificuldade ainda (Entrevista 14BH).

As discussões sobre o tema do diálogo entre movimento social e poder público a partir da visão das entrevistas lisboetanas se distanciam das entrevistas belo-horizontinas. Isto ocorre pelo fato de localizarem a legitimidade desse diálogo centrada na relação de apenas um grupo social com o governo local. Sendo que este grupo é reconhecido nos diferentes espaços como representante legítimo de todo movimento, porém os demais grupos discordam dessa representatividade por questões políticas partidárias, bem como pelos jogos de interesses e poderes:

Ou seja, quando a ILGA faz uma reivindicação, a maior parte das pessoas entendem que aquela reivindicação é a reivindicação de todo o movimento. Por isso, a relação entre movimento e poder público está aqui nas mãos desta associação, que é a ILGA (Entrevista 13L).

Este dado é complementado na entrevista abaixo, pela justificativa de que a institucionalização das parcerias pelo consenso político somente tem sido possível via assimilação do movimento social em relação aos posicionamentos do poder público:

e a outra parte do movimento está mais institucionalizada, digamos, é um “também” de assimilação, de querer estar... Então, isso era o argumento, “vejam-nos, aceitem-nos, que nós até nos comportamos bem, e então não fazemos grande moça”. Acho que esse é um argumento que funciona e que é amplamente aceite pelo poder político, até porquê, convenhamos, sublinha com um sistema de poder que já existe. Portanto, não põe em questão nenhum sistema de poder... ham... acrescenta mais pessoas a este sistema de poder. É claro que sempre com... com assimetrias. Com o poder, claro, não... Mas, incorpora nas suas próprias lógicas, não questiona as suas próprias lógicas. Isso é um ponto de consenso (Entrevista 13L).

Conforme o exemplo abaixo, essa assimilação tem conduzido o Estado a apoiar financiamentos de projetos sociais desenvolvidos pelo movimento LGBT de determinados grupos que mantem um discurso mais homogêneo com o poder público, ou seja, pelo direito a igualdade, numa perspectiva de homogeneização, do que pelo direito à diferença, numa perspectiva de emancipação:

O Estado apoia iniciativas do movimento LGBT e de associações LGBT através de financiamentos de projectos, e isso é uma forma de intervenção também. O Estado contribui para o próprio movimento e para as reivindicações LGBT. Mas lá está, estes projectos são... da ILGA Portugal, da... são associações que têm o discurso da “igualdade”, e não tanto da “diversidade”. Mas esta é uma forma do Estado apoiar, sim; mas é uma política... E isso também de facto marca uma mudança do governo de maior abertura às questões LGBT – sendo que são as questões LGBT colocadas por estas duas associações que têm mais peso institucional e, portanto, as suas reivindicações são mais ouvidas. Há aqui uma maior proximidade e, havendo essa proximidade... Cada vez que o Estado faz alguma coisa

com relação à questão LGBT consulta essas associações. Agora, a AMPLOS, que é uma associação de mães e pais, também começa... também começa a entrar nesta lógica... ham... e então acham que as reivindicações destas três associações – mais as duas, a Rede Ex-aequo e a ILGA – são representativas de todo o movimento. Então, quando fazem alguma coisa, convidam estas pessoas, financiam estas pessoas achando que estão a financiar todo o movimento. Essa é a minha preocupação (Entrevista 13L).

O gestor abaixo utiliza de um discurso mais formal para localizar os momentos de diálogos, dessa forma não entra nas correlações de forças e disputas políticas:

Agora, eu acho que o diálogo estruturado a... e começou desde 2007 tem se mantido e essa é uma das coisas boas que eu vejo quer na CIG e eu venho da CIG pra aqui... quer agora aqui na Secretaria de Estado, que é de uma forma geral a Secretária de Estado da Igualdade que fala com todas as Organizações do Movimento Social... a Secretária de Estado fala ao telefone com os Presidentes dalgumas Organizações LGBT,... sim, o diálogo é simples e fácil e há aqui... e há aqui até alguma sinergia deste... diálogo (Entrevista 5L).

Este discurso é complementado pela fala abaixo:

É... depois temos... outra... outra... se calhar outra coisa importante que vale a pena falar em termos de intervenção política, tem a ver precisamente com a relação com o Estado... não só pela, enfim... com a relação com os Partidos Políticos e com a... com o Parlamento, por que essa é uma relação já com a história longa e que passa por vários momentos de diálogo... sistemáticos e que também... a nível do Executivo, coisa que não acontecia em Portugal de facto, até muito tarde não teve qualquer tipo de possibilidade se quer de... interlocutores a nível do Poder Executivo e isso mudou em 2007, porque 2007 foi o ano europeu da Igualdade e Oportunidades para Todas e Todos e... uma das áreas cobertas pelo ano europeu

obrigatoriamente, aliás... seria a orientação sexual e portanto, na altura a estrutura de admissão para este ano europeu... que era constituída... que era basicamente liderada pela CIG, pela Comissão de Cidadania Igual à Gente... chamou no fundo, ONGs para participar no processo, não é? E contribuírem com atividades e com sugestões para um ano europeu e foi um ano de trabalho intensivo mas que teve claramente frutos, desde logo no final do ano... uma das consequências foi a integração nomeadamente da ILGA no Conselho Consultivo da Comissão pra Cidadania e Igualdade de Género... (Entrevista 11L).

A ativista a seguir utilizou a mesma lógica argumentativa da entrevista anterior:

O actual governo tem mecanismos de defesa dos direitos LGBT (Comissão para a Igualdade de Género; Secretaria de Estado para a Igualdade); as parcerias têm sido feitas em ligação sobretudo com a ILGA-Portugal e através do deputado independente da bancada do PS Miguel Vale de Almeida. Tem havido consensos negociados caso a caso. Não faço ideia dos argumentos de parte a parte melhor perguntar aos agentes envolvidos (Entrevista 18L).

A entrevista posterior é de um representante do poder legislativo, que aponta de forma crítica que apesar de alguns consensos terem sido possíveis junto aos partidos mais progressistas é preciso reconhecer que isso ocorre em momentos estratégicos, como épocas de eleições, quando é considerada a pertinência ou não em apoiar as reivindicações dos grupos LGBT:

Os movimentos sociais vão sempre á frente nas exigências que fazem, para obrigar o poder político, em geral conservadores até homofóbico a avançar. Alguns partidos políticos progressistas tem tido posições muito importantes, um discurso pro activo, ajudaram muito os movimento a levar mais longe as suas exigências. Alguns consensos são possíveis, sobretudo em momentos eleitoralistas... Normalmente a primeira consideração dos poderes é se a defesa desses interesses, lhes pode trazer benefício ou prejuízo eleitoral... Os serviços públicos

não estão em geral preparados para lidar com esta problemática, independentemente, de pessoas isoladas nesses locais, estarem absolutamente à vontade, sobre o tema (Entrevista 15L).

O militante seguinte ressalta uma defesa de que o movimento LGBT se responsabilize pelo papel de mediador entre poder público e sociedade civil na construção de uma consciência crítica dos diferentes atores sociais sobre os direitos LGBT. Isso aponta novamente para uma certa confusão presente tanto em Lisboa quanto em Belo Horizonte, em relação aos papéis do Estado e dos grupos sociais na construção dessa política:

Há uma forma de haver uma conjugação de interesse... É os Movimentos Sociais perceberem que têm um papel fundamental mais do que consciencializar o poder político, de trabalhar a consciencialização da Sociedade para facilitar a decisão do poder político, da mesma forma que trabalha o poder político quanto à necessidade da Sociedade estar mais consciencializada... No entanto, os Movimentos Sociais são importantes na formação das consciências do poder político, mas também é muito importante no enraizamento dos direitos do ponto de vista social, né?... Efetivação dos direitos... A... E, portanto... É... Consciencialização social perante a... A... Existência de casos concretos, consciencialização perante a denúncia da discriminação, ou seja, criar ambiente pra que o poder político sinta que não é nenhum drama ou nenhum... Ou não será penalizado no caso de... De... Assumir essa posição política... (Entrevista 3L).

A entrevista abaixo localiza um diálogo pontual, porém tardio e ainda incipiente nas discussões sobre a transexualidade:

hoje em dia eu reconheço o movimento institucional, o discurso sobre as... das... da transexualidade, que é um discurso coerente e é um discurso que começa a ser útil... sobretudo na negociação com o poder político, na tentativa da aprovação da legislação... Miguel Vale de Almeida e José Soeiro acabou de representar projetos de lei... tudo isto não era possível há muito pouco tempo... e é curioso porque o

discurso... esse discurso que existe agora no meio institucional é muito parecido com o discurso que as Panteras tinham há quatro anos... já não temos, já estamos... estamos noutra, estamos a falar de espetacularização, já não estamos sós a falar de Direito... a... mesmo assim alguém tem que ir à frente (Entrevista 14L).

Assim, na entrevista a seguir percebe-se uma visão mais cética, porém mais crítica sobre tal realidade:

Eu não diria que há parcerias, existem alguns entendimentos e... Que disse é que parte do Movimento entrou por um processo de um maior lobby político e neste sentido... E por outro lado, há uma institucionalização crescente do Movimento, ou seja, há o Movimento de conserto neste momento há cada vez mais financiamentos... Diversos para as suas actividades e isso significa algum elemento de colaboração entre Estado e o Movimento... Mas estes projectos são projectos do Movimento para fazer coisas dentro do Movimento e, portanto... Pra promover determinado tipo de coisas e isto significa normalmente a construção depois de discursividade, de práticas que o... Que são passadas por Estado... Dou-te um exemplo... Um exemplo bom... Da Rede Ex-aequo, ou seja, a Rede Ex-aequo faz um trabalho inicialmente financiado pelo Conselho... Conselho Europeu e por um financiamento do Conselho Europeu e depois... A partir daí, em determinado momento financiado inclusive pelo Instituto Português da Juventude de recolha... De situações de homofobia no espaço educativo, que depois a Rede... O que faz é... Influenciar, uma lógica de lobby de política se quisermos... Manda e faz isso público, todos aqueles dados sobre situações claras de homofobia para o Ministério da Educação... Isto faz com que haja uma influência crescente da temática junto de alguns técnicos e de políticos dentro do Ministério da Educação... E é possível que isto tenha influenciado, por exemplo, quando foi o debate sobre a Orientação Sexual e o modo como ele é... A Educação Sexual coloca a questão da homofobia, portanto... Não há parceria no sentido... Formal no termo... Há uma

institucionalização que possibilita o Movimento LGBT ter financiamento do Estado e por outro lado uma institucionalização que leva um lobby político mais forte do Movimento junto das estruturas do Poder... Ham... Não há parceira no sentido de... Em que o Estado se faz substituir por uma ONG ou por Movimento social (Entrevista 10L).

Assim, tais diálogos e consensos tem conduzido o Estado a apoiar financiamentos de projetos sociais desenvolvidos pelo movimento LGBT, tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa, principalmente diálogos com determinados grupos que mantem um discurso mais homogêneo com o poder público. Ou seja, pelo direito a igualdade que é o discurso português ou pelo direito universal que é o discurso brasileiro, porém ambos nesse caso por vezes numa perspectiva de homogeneização e em outras vezes numa perspectiva de emancipação.

4.6.4 Tensão e Conflito

Como bem aponta a pergunta à relação do Movimento LGBT com o Estado em nenhum momento é linear. O Estado é por vezes solicitado a se posicionar quanto aos processos de discriminação e negação de direitos ao segmento. Há algumas décadas o Movimento LGBT reivindica a devida atenção à cidadania LGBT e tenta selar o compromisso do Estado com os direitos deste segmento. Porém, esse processo apresenta tensionamentos frente aos conflitos e divergências de posições e valores que sustentam as posturas de cada um dos atores sociais presentes nessa realidade cotidiana.

Nas próximas quatro entrevistas são argumentadas por militantes que o nível dos conflitos são tão intensos que dificultam o diálogo. Porém, essas tensões não tem impedido o processo de visibilidade das reivindicações:

Os conflitos na maior parte das vezes não têm possibilitado o diálogo entre a sociedade civil organizada a o Estado. O que vemos é que as reivindicações/ações do movimento têm se visibilizado a ponto de suscitarem projetos de lei no poder legislativo, a formação de frentes parlamentares, centros de referência, secretarias de âmbito nacional e estadual, entre outros (Entrevista 13BH).

Na entrevista abaixo o militante justifica a presença desse conflito pelo descaso do governo com o fortalecimento do Centro de Referência LGBT:

Bom... Olha... Eu avalio o seguinte... Que ainda há um descaso muito grande... É... Infelizmente... – É... Eu acho que ainda a gente... A gente não fala, é... É... Quero dizer que a gente não fala em tom de vitimização, porque a gente vai pra luta pra reivindicar... porque... É... Muitas falas têm sido: Ah... não... Coitadinha de mim, eu não tenho nada... Não... A gente tá... No... não somos coitadinhas, nem nada, mas temos o poder de estar fazendo essa avaliação crítica... Porque infelizmente há um descaso... É... Houve um tempo que houve um Centro de Referência, depois simplesmente fechou-se sem dar um... Um motivo para a Comunidade, a Comunidade pensando ainda que existia ou não, ficaram uns dois anos sem existir, depois foi uma pressão... Com a pressão do Movimento, que eu acho que foi... Foi um descaso muito grande que o então Prefeito Márcio Lacerda tinha assinado um acordo com o Movimento de não se deixar acabar o Centro de Referência, mas não... Não se fez mais nada em relação a isso... Então se não fosse o Movimento, o Centro de Referência hoje não estaria funcionando... Então de tudo que acontece, tanto a nível Municipal, quanto a nível Estadual, quanto a nível... Quanto a nível Nacional, por exemplo, o Brasil sem Homofobia, ele não aconteceu por boa vontade do Governo... Ah... Eu vou dar... Não... Por que se não fosse à força do Movimento e aqui em Belo Horizonte a mesma coisa, nada acontece se o Movimento não pressionar, porque infelizmente a gente não tem uma política pública de dizer... Ah... Que Belo Horizonte nós temos... Não temos... Né?... Temos um Centro de Referência que ainda... Ainda tá capengando, porque se você tem um Centro de Referência, ficam dois anos sem funcionar e ele volta... ele torna a... Funcionar de novo, quer dizer... Não teve uma seriedade para continuidade do trabalho, então... Até fazer uma retomada dele e olhe que quando retomar não tiver a pressão do Movimento pra que ele continue ainda vai continuar nessa capenga

que ele tá... (Entrevista 12BH).

Desta forma, a entrevista a seguir ratifica que as negociações para a realização da Parada servem de exemplo de que as dificuldades para sua realização não são apenas financeiras, mas principalmente políticas:

Então quando a gente vê a Parada... Que... A gente encontra milhões de dificuldades, não só financeiras, mas política também entendeu?... De... De pessoas resistentes... Esse ano mesmo a gente recebeu um... Um relatório extremamente homo fóbico... Assim... É... O guarda municipal se preocupou mais de relatar a menina que passou mal porque bebeu... Do que... Do que dizer que o banco foi quebrado... Por que ele é responsável pelo patrimônio público e não pela menina que estava desmaiada porque bebeu, porque isso já é assunto da Saúde, tal, né?... Então você vê como é a questão homofóbica, o cara diz então... Uma menina bêbada, alcoolizada, tatata... tatata... tatata... e o banco foi quebrado e agora?... o banco foi quebrado em que lugar?... esquina com quê?... perto de onde?... o que era pra ele dar o detalhe, não deu... deu mais... ou seja, ele vê... ali... ali tinha uma questão arredia... então é essa dificuldade do... do... a Parada, a Parada...ela reflete nisso... eu digo assim: ... que... que quem constrói a Parada, ela faz por... Só o fato de realizar a Parada você constrói um monte de advocasse, por que... Olha... Você tem reunião com a Polícia... A Política vai puta fazer a segurança de homossexual se beijando, não sei o que... Mas tem que fazer, aí você tem reunião dos Bombeiros... Bombeiros ficam puto pra ver... Aí você tem... É... Reunião com Centro-sul, limpeza pública, é... É. É inadmissível Belo Horizonte, a gente ter tanta dificuldade para realizar a Parada... (Entrevista 5BH).

As duas agentes públicas a seguir destacam um conflito que também foi citado por outros entrevistados, ou seja, o fato de grande parte do movimento social LGBT defender que apenas profissionais vinculados aos grupos LGBT e com identidade similares a eles que podem trabalhar nas equipes técnicas e nos cargos de gestão dos Centros de Referência

LGBT. Entretanto tais conflitos são muito mais teórico-políticos do que presentes no cotidiano das relações:

Setores do mov. LGBT (não saberia dizer se expressivos ou não) argumentam que o Estado, por meio dos seus agentes, ou seja, profissionais concursados e/ou contratados para a atuação no campo das políticas sociais, não estão aptos para desenvolver políticas específicas para Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, por diversos motivos. Fala-se da necessidade de profissionais vinculados aos grupos LGBT assumirem as equipes técnicas e cargos de direção por serem eles legitimamente os artífices desta política na cidade, pelo trato muito próximo com o tema e pela orientação sexual idêntica aos potenciais usuários desta política. Por sua vez, até o presente momento, representantes estratégicos do poder público vêm correspondendo a tais demandas. Deste modo, sem conflitos aparentes, ambos de alguma maneira parecem confortáveis (Entrevista 2BH).

A entrevista seguinte complementa essa discussão dizendo que esse conflito ainda se arrasta frente às mudanças eleitorais e aos jogos de interesses partidários:

Então, com isso o primeiro tensionamentos aconteceu com a implementação do Centro de Referência em 2008, por que o próprio movimento não entendia... Qual que era a principal reivindicação pra que... ham... para o formato desse Centro, aonde que esse Centro deveria estar e como ele deveria funcionar. Então, a primeira preocupação que o Movimento teve é que as pessoas iriam compor a equipe técnica tinham que necessariamente ser do Movimento... Tudo bem... Acho que até aí, é uma reivindicação legítima, mas para, além disso, o que cabia naquele momento ao Centro de Referência era o que se entende por um serviço integrado a qualquer cidadão. O Movimento Social específico LGBT entende que não... que o público LGBT ainda hoje só pode ser atendido por iguais... Isso é uma discussão muito complicada... esse é meu entendimento, mas o

Movimento não pensa assim, o Movimento acha que o centro específico tem que ser composto de uma equipe de pessoas do próprio segmento. Exatamente aí que se deu um grande tensionamentos, que se arrastou até o ano de 2010 e no meu entendimento não houve uma resolução acordada, entre o movimento social e governo que aquela política vinha de encontro a todas as reivindicações anteriores. Isso foi um momento tenso que teve... desdobramentos difíceis e que os gestores, de certa forma... diretamente na linha de frente da gestão, é... sofremos muito com isso... você viveu isso na linha de frente (Entrevista 6BH).

Nas duas próximas entrevistas a discussão sobre tais conflitos perpassa por um discurso teórico. O gestor a seguir argumenta que numa sociedade democrática é legítimo a existência desses tensionamentos no contexto de reivindicação por direitos de cidadania:

Não só porque o ambiente de conflito, conflito por direitos, por direitos ainda não constituídos, por direitos que existem proclamados, mas não são efetivados, enfim a passagem do exercício da tradução do Direito Humano no sentido lato, para um direito que interfira no cotidiano das pessoas, do cidadão, da cidade, o que a gente chama de Direito da Cidadania, é... isso foi um desafio muito rico. Mas eu acho que constituir... e consagrar direito, certo?... É muito complicado mesmo, é muito difícil... eu acho que tem que perseverar... é... ter coragem de ousar... certo?... Não esmorecer e tensionar... tem que tensionar... se não tensionar não anda... não anda porque de repente você tem um mundo de cores livres muito à vontade, a tensão não me preocupa... lidar com conflito é rigorosamente constitutivo... da Democracia, aliás, é tão constitutiva que é da gene, da própria Democracia, ela existe por causa do conflito, se alimenta do conflito, certo?... (Entrevista 3BH).

Numa abordagem também teórica, o agente público a seguir elucida sobre os conflitos entre os movimentos sociais e o Estado, argumentando que ao ponto que chegaram tais

relações importa mais saber como que cada um desses atores sociais utiliza de seus lugares do que saber onde se localizam:

Hoje não existe uma diferença, não existe uma diferença ontológica entre você está no Estado ou está nos movimentos sociais, sei, eu acho que hoje a diferença é como que você usa o lugar que você tá, os uso que você faz no lugar que você tá, e aí eu acho que tá todo mundo muito perdido nisso aí né, eu acho que tá todo mundo muito perdido... É de parceria... porque que quando acabou a ditadura todo mundo teve um pouco a sensação assim de que as coisas iam resolver, o Estado agora é o nosso parceiro né, então você vê uma aproximação muito grande né, essa relação de conflito, parceria, ela não é mais a mesma, sem dúvida, mas eu acho que são palavras ruins pra descrever essas relações, não sei quais seriam melhores, estou buscando essas palavras inclusive, mas eu acho que são palavras ruins né, ou então a gente deveria falar não em conflito e parceria né, mas em que conflitos e que parcerias são feitas (Entrevista 7BH).

Nos relatos seguintes, são apresentadas algumas análises de entrevistas realizadas em Lisboa. Na fala abaixo apresenta um argumento de que os conflitos existentes são menos com os grupos mais institucionalizados, porém eles ainda acontecem, principalmente, pelo fato dos grupos LGBT não perceberem uma naturalidade do poder público para tratar de tais questões ao contrário da forma que se posicionam frente a outros grupos sociais:

Ah... Porque, como tava a dizer, que os Movimentos tanto que... Os Movimentos LGBT em Portugal não têm da parte do poder político o mesmo tipo... De... De naturalidade, da maneira como são ouvidos... Que tiveram outros Movimentos Sociais... Não têm, ainda hoje não têm... A... Ainda hoje o... O Movimento LGBT ser recebido é notícia, não é uma coisa normal, não... Portanto essa naturalização do político com o Movimento não aconteceu ainda... Ainda é uma coisa... A... Não estão instituídas, tanto essas pontes não se fazem regularmente, não estão instituídas, não há naturalidade nessa... Nesse... Nessa troca

e quando acontece é com as Associações mais institucionalizadas, né?... (Entrevista 1L).

Já o gestor abaixo argumenta que os conflitos existem porque o poder público ainda não conseguiu responder as principais demandas dos grupos LGBT. Porém, ressalta que há um canal de comunicação sempre aberto por parte dos gestores e agentes públicos:

Mas eu diria que a maior tensão tem a ver com isso, não é? Que é o facto do Movimento ter as... Ter o seu caderno reivindicativo, não é? E... E nós com estrutura governamental ainda não conseguimos dar resposta a tudo... Agora, o que eu acho é que com as respostas que já estamos a dar, não é? Com estas... Com o salto que demos agora este ano, com a questão dos projectos, com o financiamento, com o contacto estreito que temos com o Movimento, não é?... Quando eu te falo em tensão... É tensão pelo facto de nós ainda não termos conseguido acolher aquelas reivindicações, não é? Mas eu até acho... E a minha avaliação até por... Porque tô curioso por perceber que avaliação faz o lado de lá, não é? O Paulo e as outras pessoas, mas até acho que... Que o nível ideal até está interessante, está com boa qualidade... A... Temos sempre canal aberto, a porta aberta, não é? O Paulo sempre que quer, sabe... Liga-me e outras pessoas... Paulo, o outro Paulo, toda gente... A... Portanto, diria que sim, que até que tá com nível interessante com... Com aqueles pontos de tensão com a questão da discordância... Pela questão do timing também de algumas... De alguns avanços... (Entrevista 5L).

Assim, as duas entrevistas seguintes levantam como exemplos concretos dos conflitos atuais as demandas pela aprovação da homoparentalidade:

A divergência é claramente a homoparentalidade; em que parte do movimento reivindica os direitos com a homoparentalidade, e o poder políticos... ham... diz que as coisas têm que ser feitas passo-a-passo: para já vem o casamento, depois vem a homoparentalidade... terão

homoparentalidade... Esse é um tema de discórdia, que o governo, o poder público não incorpora ao seu discurso... (Entrevista 13L).

E, ainda, é acrescida a ideia de que o conflito é mantido pelo jogo político, por isto é tão difícil de ser contornado.

Eu creio que o maior frisson foi à questão da parentalidade, nitidamente. Ham... que não foi incluída e, portanto... e pretendem isso. Embora, de facto uma lei... Em Portugal a lei do casamento é a lei do casamento, e a parentalidade é considerada outra categoria. O problema é que foi acrescentado um ponto nessa lei... que para pessoas do mesmo sexo, proibiam. Quer dizer, é uma discriminação que já existia. Mantêm-se uma discriminação, explicitamente. Não cria, mantêm... Mas isto é a minha posição pragmática enquanto activista, não é? É a minha opinião. E neste sentido obviamente aquilo que foi feito serve... até. E com a noção de que isto é um jogo político, de que há regras que nós não conseguimos tornear... (Entrevista 12L).

No próximo fragmento de entrevista, nota-se claramente que o motivo principal dos conflitos aconteça nos momentos de debates públicos, sendo, portanto, momentos tão evitados pela sociedade portuguesa, pelo receio de discutir temas considerados marginais pela sociedade:

E eu acho essencialmente que, nestas discussões públicas em que se debatem temas específicos, este conflito está mais presente... Eu também sinto uma coisa que é... Sempre que há um organismo público que tem uma posição contrária àquela que a Organização defende... Que o Movimento defende, tende a não ter tanta abertura para o diálogo, ou seja, quando estamos a falar de um Poder eleito ou socialmente pelas pessoas, ou que tenha sido demandado por alguém, eu acho que essa comunicação quando a pessoa ou o organismo tem uma posição contrária à tua... Tende a não existir tanto, ou seja, tem as pessoas singulares... Imagina... Ok, eu acho que momentos de

tensão essencialmente tem sido o debate público, mas o problema é que... Será que esse debate público tem sido suficiente? Será que tem havido abertura pro diálogo quando a posição é contrária àquela que a Organização defende? Se calhar não... Por isso é que também não temos visto muitos debates... Na Sociedade portuguesa sobre Movimentos... Sobre questões LGBT por adquirir... Não, não ouvimos falar em debates sobre adoção e... Por estar através de homossexuais, não é? São raras... É muito raro... É muito raro (Entrevista 6L).

Ou seja, esse entrevistado esclarece que sempre que não há respostas do poder público aos movimentos sociais o conflito se instala. Isso acontece, principalmente, quando o movimento acha que algo já pode ser aprovado e aceito pela sociedade, mas o Estado, ao contrário, pensa diferente:

Não... Assim... O conflito por vezes existe quando o poder político não dá resposta... Ao Movimento Social, né?... O poder político geralmente, na maioria das vezes toma decisões em função de... De... De consensos que são criados... Consensos ou perspectivas maioritárias do ponto de vista de opinião e esta agenda não é uma agenda que possa esperar por consensos ou por maiorias de consciência do ponto de vista de... De fundo da Sociedade... O casamento entre pessoas do mesmo sexo não esperou por isso e não pode esperar porque se nós formos bem a pensar, torna-se difícil que exista porque o preconceito acaba por vingar... No entanto tem que ser aqui muito uma perspectiva de... De entendimento de elite da mudança de... De... Realmente conquista direito e a tensão existe quando o poder político e os Movimentos Sociais... O poder político neste caso não dá resposta às reivindicações dos Movimentos Sociais... e o conflito existe quando os Movimentos Sociais acham... Às vezes bem, outras vezes menos bem... Que já existe a consciencialização social e o poder político acha que não... É o caso do casamento... Do... Da adoção por casais homossexuais, os Movimentos Sociais encararam como sinal de fraqueza o casamento

ter excluído a adoção, enquanto o poder político entendia que a Sociedade não estava preparada pra esse passo e, portanto houve aqui um confronto há aqui uma diferença de perspectivas (Entrevista 3L).

Desta forma, é possível analisar que os conflitos e tensões levantadas pelos entrevistados perpassam desde questões mais pontuais sobre divergências quanto as prioridades das demandas, as funções de cada ator social, aos personalismos, partidarismos e narcisismos até questões mais estruturais como a não institucionalização das políticas públicas de direitos LGBT e os processos de preconceitos e discriminações cotidianas ainda vivenciadas de forma significativa entre os grupos LGBT frente a heteronormatividade compulsória. Para que as ações políticas se tornem instrumentos efetivos de promoção de cidadania e direitos humanos, é imprescindível uma maior articulação entre formuladores, executores e público alvo das políticas. Assim, algumas tensões poderiam ser evitadas, entre o que se propõe executar e o que de fato é executado. Com isso poder-se-ia abrir espaço para que tensões mais politizadas em torno de questões estruturantes na luta pela igualdade social pudessem se tornar o foco das agendas políticas.

4.6.5 Resistência x Parceria

Esta categoria foi criada pelo fato de, em maior ou menor grau, todos os entrevistados, tanto do movimento social quanto do poder público reconheceram que certa parceria entre eles existe e é necessária⁵⁰. Por isto, aqui foram incluídas as falas que se preocuparam em se posicionar frente a tais parcerias com uma postura de resistência frente às possíveis ações políticas de homogeneização e/ou opressão.

Na entrevista abaixo, uma militante brasileira expressa de forma crítica e com clareza como essa situação de parceria conduz a uma linha tênue entre atitudes de resistência e de cooptação. Por vezes, os movimentos sociais ainda não perceberam que a medida que suas reivindicações são acolhidas pelo Estado, estas, na verdade, estão garantindo direitos e fazendo o poder público exercer seu dever. Por este motivo, os movimentos sociais acabam tornando-se reféns do direito conquistado. A entrevista ressalta também sobre o fato de

⁵⁰ Conforme o Anexo G, vale ressaltar que no caso de Belo Horizonte essa parceria ocorre de maneira sistemática inclusive na época dos eventos da Parada LGBT, onde a PBH, através da CMDH recebe anualmente o prêmio de Direitos Humanos e Cidadania LGBT.

alguns militantes transitarem entre cargos do governo e cargos do movimento, como isso contribui para as confusões sobre papéis e funções de cada ator social:

Eu acho que Movimento Social é Movimento Social... Muitos grupos LGBT confundem execução do projeto como se tivesse algum favor devendo por Estado, por exemplo, é... O Estado, ele vai cumprir o seu papel que é de Estado, o Movimento Social vai cumprir o papel dele... De... Controle social e de Movimento Social... Eu acho que hoje um diálogo ele... É até meio perigoso por que... É... Uns acabam sendo cooptados por esse diálogo... Então hoje nós vemos muitas pessoas, né?... Que tão dentro do... desse poder público, então a partir daí ele não fala enquanto Movimento Social mas ele fala enquanto Governo... Então a gente não pode misturar Movimento Social com a questão de Governo... e aí quando senta pra negociar... É aquela questão... Não sabe quem é Movimento Social, nem sabe quem é Governo... Então essa diferenciação a gente tem que... Hoje, é claro que é diferente da época da Ditadura, né?... E a gente pode colocar na mesa as nossas reivindicações... O Estado e o Governo eles nos devem e nos devem muito, são... É... Séculos e séculos de opressão que a gente vive, de homofobia, de lesbofobia... Então a gente não tem que misturar essas coisas não... É... Porque hoje em dia tá difícil, tem muitas pessoas... Você sabe né?...É Governo, militante, que é afinal? (Entrevista12BH).

Por isto, na entrevista abaixo é argumentado que há pequenos impactos nestes conflitos:

Ações que propõe uma fratura na ordem vigente, sem, no entanto, colocar em xeque a atual estrutura social desigual. Do outro lado ações que explicam oposições, estabelecem conflitos, e antagonismos com uma ordem social vigente (Entrevista 13BH).

A entrevista a seguir, de um gestor português, corrobora essa discussão. Quer dizer, há maior dificuldade do Estado em estabelecer parcerias com os grupos sociais de maior resistência às ideologias do Estado:

Talvez tenha maior dificuldade eventualmente em falar talvez com as Panteras Rosa... A... Por... Não te consigo se calhar te explicar muito... Muito, o motivo também me pode... Pode ser um motivo alicerçado no preconceito de ambas... De ambos os lados, no nosso lado e no lado das Panteras, mas as Panteras... Por questões... Políticas e ideológicas. Ou seja, as Panteras estão mais coladas com... Com o projecto de reivindicações nesta área mais próximo do Bloco de... De Esquerda, não é? Em termos de uma conotação política, não quer dizer que as Panteras sejam uma invenção do Bloco de Esquerda, mas tem pessoas, sei lá... O Sérgio Vitorino é... Foi candidato pelo Bloco de Esquerda... A... Dentre outros. sim ... Entre outras e tem tido uma agenda com um nível de agressividade diferente... Sinto um nível de agressividade diferente, talvez às vezes esse nível de agressividade... Alguns diálogos não encaixem tão bem, mas mesmo com as Panteras Rosa eu penso que nós... Eu acho que nós temos um diálogo de uma forma geral simples e... Estruturado com... Com os Movimentos Sociais, obviamente na linha de... Assumindo o Governo em que estamos, ou seja, a questão da parentalidade é uma divergência... Não é? (Entrevista 5L)

Tais argumentos apontam que uma cultura clientelista e assistencialista sobre direitos ainda insiste em se manter viva na postura de determinados sujeitos, já que frente as resistências sociais alguns confundem direitos com privilégios e passam a utilizá-los como objetos de apaziguamento dos conflitos. Nesse sentido desmobilizam ações coletivas e o possível grau emancipatória das parcerias.

4.6.6 Cooptação x Parceria

Há um grande número de instituições que nascem e se mantêm por financiamentos de projetos e ações oriundas do Estado, movimento que tem gerado uma proximidade em alguns momentos e o distanciamento em outros.

É sabido também que militantes de muita expressão social constantemente são convidados a estarem em cargos públicos, e deixam de ser movimento e passam a ser Estado. Este fato, em alguma medida, retira o potencial reivindicativo do militante, ao mesmo tempo em que o deixa próximo de instancias que podem possibilitar transformações sociais.

Apesar de reconhecermos a existência de movimentos sociais de caráter institucional, Melucci (2001) nos adverte que a construção de uma identidade coletiva e política supõem investimentos constantes, porém neste movimento, que é um processo, quanto mais se institucionalizarem as ações sociais, mais cristalizadas estarão suas regras.

Esta pesquisa, como proposta de investigação, apresenta pelo menos dois caminhos para pensar a atuação do movimento LGBT no Brasil: a ruptura completa com os limites de compatibilidade e a construção de parcerias. Porém, a atuação do movimento não é linear, ela tem variações de acordo com as bandeiras políticas do momento, com a conjuntura política, a estrutura de oportunidades e as lideranças, às vezes mais conservadoras, outras mais revolucionárias.

Assim, nesta categoria há posicionamentos que por vezes sugerem certa cooptação dos grupos sociais pelo poder público. Na fala da agente pública a seguir é discutido que, apesar de existirem alguns avanços nas políticas governamentais voltadas para o público LGBT, a confusão de papéis entre poder público e movimentos sociais tem contribuído para diminuir a radicalidade do movimento e, conseqüentemente, para desresponsabilizar o Estado da institucionalização dessas políticas em políticas públicas:

Na execução atual desta política a função de gestores, servidores públicos e líderes e representantes dos movimentos sociais ainda se confunde. Tal situação parece contribuir para diminuir a radicalidade do movimento e, conseqüentemente, para desresponsabilizar o Estado da proposição de políticas eficazes, eficientes e efetivas na seara LGBT. Não obstante, a existência de uma política de atendimento às vítimas de violação aos direitos fundamentais do segmento LGBT e o fomento de iniciativas de formação de agentes públicos e outros setores sobre este tema, entre outras ações, tem sido possível nos

últimos anos, com alguns períodos de interrupção de tais serviços (Entrevista 2BH).

De forma mais aprofundada, o entrevistado a seguir correlaciona tal realidade com alguns conceitos teóricos que servem para elucidar o contexto político. Dessa forma, é argumentado que a partir do momento que o movimento social decidiu migrar das parcerias com o mercado para parcerias estatais havia um contexto totalmente propício a tais interlocuções, como por exemplo: realização de conferências, criação de conselhos, presença significativa de governos da esquerda, financiamento de grandes projetos sociais etc.

Por um lado, a democratização do acesso na participação política não necessariamente significa democratizar as relações de poder. Por outro lado, o entrevistado ressalta que não gosta de utilizar a palavra cooptação, pois sugere uma atitude passiva dos grupos sociais. E na verdade ele argumenta que há aí também um jogo de sedução, também, por parte do movimento. Afinal há status, benefícios e até mesmo salários envolvidos nesse processo de sair da militância para ocupar um cargo formal ou mesmo informal no governo:

vamos recusar o mercado e vamos fazer uma coisa cívica e por isso eles foram pro Estado, buscar dinheiro público pra poder militar, não diria que foi uma escolha racional, estratégica, ideológica e etc., porque eu acho também que tem muito a ver com X da época, o Lula assume o Governo em 2003 né e passa a capitalizar em cima das diversas militâncias né ... a coisa da participação ela se torna ao mesmo tempo uma característica da gestão né, ela atribui um certo status para a formação de identidades coletivas... mas que essa democratização desses espaços não implica necessariamente uma democratização das relações políticas ... eu não gosto da palavra cooptação né, eu to ainda estruturando a minha crítica a essa palavra, isso traz pros movimentos sociais uma perspectiva muito passiva, sabe, como se os movimentos sociais fossem passivos, e o Estado vai lá e os cooptam, porque eu acho que na verdade é uma interação da política atual contemporânea né, a forma como o senso comum né, ... mas eu acho que isso é o principal, por dois motivos, um porque o espaço do Poder, sobretudo o Poder Estatal, ele é muito sedutor, ele cria determinados discursos, determinados jargões técnicos, ele cria

determinados rituais institucionais, como falar ao lado de um alto cargo, de ganhar passagens pra viajar pra Brasília pra representar sei lá quem, né, e nessas passagens você pode não ganhar dinheiro... você junta milhas no seu cartão... você vai criando determinados procedimentos burocráticos que produzem né um pouco uma neutralização desse campo, sabe, não uma neutralização da cooptação mas uma neutralização da gramática única sabe, uma neutralização como se política fosse política pública ... e aquele militante que militava depois do trabalho, né, aquele grupinho que cada um tirava dez conto do bolso para fazer um jornalzinho, que ficava cada um indo ali na boate pedindo pra imprimir o sei lá o que, pedindo esmola pros outros pra pode ajudar, né, de fazer uma passeata porque não sei lá o que, de tentar ações, de juntar atores, de articular sei lá o que, ele se torna pálido né... que a política pública faz né, demanda de você que você seja técnico, que você saiba avaliar, monitorar, acompanhar, propor, projetar, não sei o que lá, que são palavras que na minha opinião né podem não ser o contrário da política mas elas não circunscrevem o campo da política...Terrerina analisa os movimentos sociais como variáveis independentes, “os movimentos sociais podem não determinar a política, porque muitas vezes quem tá em cima determina mais, mas sem eles a política não aconteceria, porque essa pouca importância que eles tem é determinante mais do que muitas vezes de quem tá em cima”... (Entrevista 7BH).

O trecho da fala do entrevistado abaixo ilustra com precisão os dilemas deste contexto, qual seja o de ocupar o espaço misto de participação, entre ser militante e ao mesmo tempo assumir um cargo de gestão no governo. A entrevista reconhece que esse fenômeno tem levado a certa normatização das pessoas que conciliam essas funções e, conseqüentemente, a uma normatização do próprio movimento social LGBT:

Do movimento fui para técnico na Política de Direitos Humanos... Na Coordenadoria que era a primeira vez que eu trabalhava com o poder público, é... E depois teve uma seleção pra Coordenador do... Na hora da instalação do Centro de Referência GLBT... Na época era GLBT...

E depois é que é LGBT... E aí foi onde eu comecei a trabalhar, então, é... Foi essa trajetória... A trajetória... Vim do movimento e sou do movimento, né?... E vim trabalhar com o poder público... Mas muito pela necessidade mesmo... De a gente ter uma... Por que era tudo sempre construído, né?... Era uma política que estava sendo construída... Necessitava de ter uma pessoa... Que tivesse essa interlocução com os movimentos, refletisse um pouco... É... Essa questão do movimento dentro do poder público... Então, eu acho que era isso... É... Eu digo duas questões, primeiro é a... A nossa... A gente era... Subversivo... Não somos mais subversivo, nós entramos na ordem... Entendeu?... Do Estado [risos], né?... Eu digo que não tem coisa mais normatizada que funcionário público (risos)... Monogâmico (risos)... é... Casado e monogâmico (risos)... Tem coisa mais normativa do que essa?... A gente entrou... Até porque, né?... Então... É... Nós buscamos casamentos, nós buscamos... Nossa... E quanto mais... e perdemos essa... E a outra questão da nossa sexualidade... Entendeu?... A gente ficou... É... E isso no discurso da militância... Não é um discurso de defesa da sexualidade... Eu acho que a gente retrocedeu, a gente ficou tão rígido com... Com esse quadro de violência também que é colocado muito frequente, né?... No país e por esse embate muito forte... Da acessibilidade de garantir que o Estado tem que dar conta... O Estado tem que... e... E... Mesmo com todo o potencial do Movimento, a gente não conseguiu alguns avanços e tal... É... Acabamos não discutindo muito mais o coletivo... Do que as questões individuais no sentido Da... Sexualidade... Então vamos pensar... Direitos... O discurso é... Eu não quero discutir se eu sou homossexual... Ou se eu sou heterossexual, se eu sou ou não bissexual... O que eu quero discutir é que eu tenho menos Direito e esse direito é porque eu sou homossexual... Mas eu quero Direito, entendeu?... Até aquela prática de beijaço... Isso não... Não é mais a prática do Movimento hoje, entendeu?... Hoje a prática do Movimento é muito mais de... De uma ação, trabalha muito com Advocacy... É... É uma das estratégias do Movimento é... É... Atualmente é a Advocacy, inclusive nós estamos fazendo um curso...

Todo mundo de... Todo mundo de *tailleur*... Porque ali não se trata de... Você pra entrar... Você... Você... Você... Já... Lá no Congresso não é... Não se trata de transformia, existe um regimento... Que diz que você tem que usar roupa... Né?... Já que o Movimento optou pra ocupar esse espaço... Ele vai ter que... Ter esse jogo aí entendeu?... E isso perde na minha avaliação, eu acho que a gente ficou careta... A gente encareto, o Movimento... É... Também tem essa questão da conjuntura... É muita violência (Entrevista 5BH).

Em Lisboa, tal fenômeno se apresenta relativamente dentro das mesmas configurações. Da mesma forma que nas entrevistas brasileiras foram apontadas a linha tênue entre a parceria e a cooptação, aqui se revela a percepção deste modelo normatizado nas associações mais institucionalizadas, conforme o trecho abaixo:

Não existe nenhuma associação que seja reconhecida efectivamente pelo governo sem... sem estigmatizarem a coisa. Eles são sempre um bocado estigmatizadores do movimento... (Entrevista 2L).

Quanto a isso, o entrevistado abaixo aponta que esse não é um contexto específico de Portugal, mas generalizado em maior ou menor proporção entre os países que possuem políticas LGBT instituídas. Assim, o financiamento do governo ao invés de ser visto como direito passa a ser considerado como um amortecedor das pressões do movimento, onde eles se deixam confundir com as lógicas do poder público e com isso silenciam o próprio movimento social:

O associativo que é favorável... o que aconteceu desde que o PS do Sócrates está no poder? ...até agora não havia financiamentos pra projetos *Gays* e *Lésbicas*... passou a haver, estão a ser a... esmagadoramente canalizados para a ILGA, exclusivamente pra ILGA e pras associações que estão na sua órbita... como a... como a Ex-aequo, com pequenas excessões, mas fundamentalmente pra ILGA, portanto essas associações mais institucionais... a... houve contratação de pessoas do Movimento para trabalharem em organismos de Estado, como sabes... como é exemplo a CIG e

atenção que isto não é uma crítica pessoal às pessoas que aceitaram esses trabalhos... alguém tem de fazer... alguém tem de fazer esse trabalho, não é mesmo uma crítica pessoal... estou a criticar sim a prática do outro lado que é na verdade uma prática de compra de activistas... não quer dizer que as pessoas cedam a isso, não estou a dizer que cedem... estou a dizer que é essa a visão... que está do outro lado... a... Exatamente... eu... eu sobretudo acho que tem que analisar qual é a intenção... é... também não temos que ser ingênuos, quer dizer, nada disto é novidade... acho que nem sequer exclusivo de Portugal, todos os Governos financiam os associativos que lhe são mais favoráveis, não é? ...o dinheiro para o Poder Político funciona como uma espécie de almofada, da constestação social, né? Há muita constestação social em determinado setor, então vamos financiar as associações dali que são mais geridas e que se podem aproximar mais, pra... Isso funciona em todo lado, não há aqui novidade nenhuma, em Portugal está a começar a acontecer agora ao Movimento LGBT... Com alguns contornos de partidarização... Desses setores do Movimento, o... A confusão pra mim está do lá de cá, não está do lado de lá, nós sabemos que essas práticas existem, o problema pra mim está de facto em quando, setores do Movimento que até aqui eram independentes... Começam a confundir a sua lógica com aquilo que a lógica do Partido no poder... Começam a fazer acordos com o Partido no poder que traem... Que traem e tentar silenciar setores do próprio Movimento... (Entrevista 14L).

Neste sentido, a fala da entrevistada seguinte, que ocupa esse espaço misto entre ser militante e ser agente pública, ilustra bem a forma que o poder público canaliza as experiências da militância para seus interesses. Isso pode tanto conduzir a um fortalecimento das ações para o bem público como servir apenas como atenuador de conflitos com os grupos sociais, para ter essa clareza é preciso perceber os efeitos dessa ação:

Eu continuo presidente na associação... mas como consultora sem remuneração... Nestas mudanças houve pessoas que entretanto saíram, pessoas com experiência... e eu mantive-me sempre perto

para... Ham... acabou por ser um convite. Eu realmente percebo que a nível de trabalho e da experiência que eu tenho... dos projectos que acabei por preparar e os pedidos de financiamento... ou seja, eu tenho experiência nisso, de concessão de projectos, de candidaturas a financiamentos... de coordenar equipas de trabalho... aqui se calhar é diferente, aqui é mais fácil, se pode exigir mais das pessoas... E também pelo factor de se calhar a associação é a única que está com uma intervenção geográfica tão espalhada... que é um bocado parecido do que foi feito... que é começar a intervir localmente nos vários distritos... agora a competência de tratar destas questões de orientação sexual e identidade de género e... nisso eu sou especialista, de facto... em todas as áreas eu sou formadora de activistas, de certo modo... obviamente que há valências... Mas nós acabamos por estar preparados para falar um bocadinho de tudo. Se calhar, há coisas que não vamos totalmente a fundo... por exemplo, o casamento foi uma área de trabalho de outra associação. E eu acho que foi por aí que acabou por acontecer esse convite. Eu na altura também fiquei assim... mas depois pensei assim “faz sentido” e realmente também já tinha ouvido histórias de pessoas que trabalham no movimento social e que acabam por ser convidadas para a parte do serviço público porque realmente têm experiência... Eu penso mais como uma oportunidade, sabendo das limitações. Para mim é... uma oportunidade de tentar avançar com mais poder, ou seja... ao mesmo tempo não o tendo... faz sentido aceitar o convite porque é preferível ter alguém que conhece bem, que vem de dentro... que trabalhou muitos anos ouvindo as necessidades das pessoas, que sabe que tem de ouvi-las em certos temas... do que... há técnicos que não sabem nada sobre estes assuntos, às vezes dizem disparates, têm preconceitos... eu tinha sacrificado um bocado a minha vida pessoal por causa do movimento... Que eu tinha um projecto de maternidade que era suposto já ter acontecido e... como é mais difícil ter um emprego... Se eu estivesse num cargo público com mais poder, eu poderia muito mais à vontade avançar certas coisas. Mas eu actualmente acho que há vontade suficiente, e se não achasse também

não teria aceitado essa oportunidade. E, por outro lado, eu sempre quis trabalhar aqui porque gosto também das questões de gênero e de discriminação. Acabou por ser para mim, a nível pessoal... ham... uma oportunidade perfeita... Realmente eu gosto do que faço. Eu sei que há muitas coisas que há muitas coisas que são, às vezes, só política. Só que eu neste momento tenho até uma boa perspectiva, nós temos mudanças muito boas. (Entrevista 12L).

A partir das falas anteriores, vale ressaltar que o termo cooptação talvez seja insuficiente para representar a complexidades de tais parcerias. Para discutir a relação de cooptação do Estado aos movimentos sociais, Machado (2013) discute as fronteiras reticulares do discurso diferencialista, como um dos mecanismos de mobilização de identidades que se conectam ao monopólio de narrativas e de oportunidades. Nesse sentido, a cooptação pode ser melhor compreendida inserindo nesse debate seus aspectos relacionados a uma lógica de sociabilidade da racionalidade instrumental. As entrevistas indicam a cooptação por vezes sendo vista pelos movimentos sociais como estratégia de luta e em outras vezes como estratégia de sobrevivência, ou mesmo as duas coisas. Por isso, o autor supramencionado argumenta que muito do que a gente chama de cooptação é na verdade um guiche de serviços que os movimentos sociais fazem fila pra receber. Portanto, é algo que faz parte de toda uma gramática da política, onde cooptação simplifica tal análise, por reduzir nossa capacidade de identificarmos as dinâmicas interacionais que impedem a emergência da política.

Concorda-se com o potencial crítico desta discussão, porém optou-se por manter o termo cooptação, pois tal conceito já está fundamentado nos referenciais teóricos desta pesquisa (ver Touraine, 1984, 1994; Melucci, 1996, 1997; Scherer-Warren, 1999) de uma forma constextualizada com a realidade estudada e não por um conceito apenas linear e reducionista dessa complexidade das correlações de força, poder e jogos de interesses públicos e privados.

4.7 A (não) institucionalização da política LGBT

Esta categoria foi construída para discutir quais têm sido os principais impactos do processo de criação da política LGBT sob o movimento social, o poder público e a sociedade civil, ou seja, os efeitos apontados como limites e possibilidades no processo de visibilidade,

de garantia de direitos, bem como frente às novas reivindicações por direitos que cada novo contexto tem suscitado.

4.7.1 Impactos no movimento social

Nesta subcategoria é apresentada tanto as percepções dos próprios representantes dos movimentos sociais quanto dos representantes do poder público. Percebe-se que os impactos nos movimentos sociais com a construção da política LGBT no âmbito do poder público, de uma forma geral tem causado certo apaziguamento dos conflitos com os grupos sociais. Isso é percebido, principalmente, em Belo Horizonte, onde há um serviço específico de atendimento dentro do governo, com orçamento vindo do Governo federal e com contrapartida orçamentária do governo municipal. Porém, estes ativistas não podem esquecer que isso não é benesse, mas dever do poder público. O campo do político não pode ser visto como o lugar da verdade, mas como o lugar do conflito, conforme aponta Moouffe (1996).

Nesta primeira fala, encontra-se a justificativa de um agente público sobre o tema. É argumentado que a política precisa ser melhor consolidada em Belo Horizonte, todavia o entrevistado compreende que a criação dessa política esteja ocorrendo com certa transparência e isso tenha gerado uma diminuição do tensionamentos dos movimentos sociais com o poder público, uma vez que o mesmo acredita que as ações políticas governamentais tem aliviado o trabalho das ONGs:

O que precisa mesmo é a gente ter uma... Uma política mais consolidada, assim... Eu falo e às vezes confundo né?... A gente, tal... Porque assim... Aqui eles têm... Têm clareza que nós somos parceiros, o Movimento é parceiro, ele tem espaço pra dizer o que querem... Eles têm espaço pra contribuir e... E eu acho que se estabelecer muito de confiança, sem... Sem complicação... Porque o Movimento continua muito autônomo, assim... Principalmente o nosso espaço... Que quando não dá, a gente consegue, entendeu?... Dizer pra eles claramente que não deu... Pra conseguir tais coisas, né?... Então, eles têm o... Eu acho que quando você abre o espaço de... De transparência e de participação, você... É... Diminui o tensionamentos, porque eles nos vê como parceiros, o Movimento... Não vê como a gente olha um bando de sacanas que tá ali usando... A

questão LGBT, não tá fazendo nada, se projetando... Pelo contrário, é... é... O serviço que a gente presta aqui por mais que... Né?... Não seja o... O ideal é um meio de alívio pras ONGs... (Entrevista 5BH).

O agente público abaixo aponta que o grande impacto por ele percebido se refere ao fato dos movimentos sociais terem perdido sua grande característica de mobilização, por estarem muitos dependentes com o poder público., o que permite analisar que o discurso desses movimentos não tenha avançando muito. Ao contrário de Portugal, os movimentos sociais no Brasil não conseguiram se apropriar tanto do discurso acadêmico, e por vezes este é visto de forma pejorativa por alguns militantes. Segundo o entrevistado seguinte, isso tem gerado uma dificuldade de complexificarem seus discursos e gerarem maiores articulações de diferentes atores sociais para impulsionar as mobilizações sociais. Ele reconhece, no entanto, que esses militantes têm o poder de explicitarem conflitos sociais com precisão e esse é um grande impacto que eles tem nas mãos:

Porque na medida em que os movimentos sociais eles perderam aquela ebulição que eles tinham, e é natural, ia perder mesmo, nenhum movimento social consegue permanecer mobilizado durante tanto tempo né... Muito incerto, muito incerto, é o momento onde a gente não pode esperar muita coisa dos movimentos sociais também né, porque eles já estão todos muito amarrados ... porque eles não souberam se apropriar do discurso acadêmico pra construir o deles, pelo contrario né, eles vulgarizam o discurso acadêmico quando eles o usam né, tentando reproduzir, falando nós também citamos autor né, eles não conseguem complexificar o discurso deles pra produzir articulação, pra produzir renovação do movimento, pra remobilizar setores... o movimento social não é só as pessoas, mas ele é feito de pessoas, onde tão essas pessoas, que impacto... Olha, eu acho que o principal, principal, que os movimentos sociais tem conseguido fazer hoje, de um modo geral ... eu acho que é explicitar conflito que já existiam antes... Porque eles conseguem apontar com mais precisão né o conflito, eles politizam mais o debate... Eu fico pensando o que essa aproximação com o Estado né provocou na dinâmica desses movimentos sociais, sabe, claro que sem negar né, que você tem

também com essa aproximação espaços de democratização, não estou falando que o Centro de Referência não basta, é que ou mesmo tempo que você cria coisas que são interessantes, você mata aquela ebulição que existia na sociedade, né, e você cria um espaço, né, que ele é muito contraditório, é um lugar que não deveria existir, ele existe né, pra tampar o buraco social, só que eu me lembro do Edital que eu andava com ele na mão todo grifadinho pra justificar tudo o que eu fazia ali dentro, que eu era um alvo fácil ali né, por quê? Porque caixinha nenhuma me protegia, então eu estava muito exposto ali dentro né (Entrevista 7BH).

Desta forma, a entrevistada abaixo avalia que o impacto tem sido muito pequeno. O fato de ser uma política ainda recente e com pouca infraestrutura e visibilidade política, que foi construída por uma demanda do movimento, mas que ganhou progressivamente outras nuances pelas diretrizes partidárias de cada gestão. O próprio movimento social não se articula de forma efetiva com esse espaço, a não ser alguns militantes específicos que tenha relações pessoais com a equipe do serviço:

Mesmo tendo sido produto de um... de um edital, tendo um centro de referência em 2008, ela é muito recente, então... as atribuições desse centro elas vieram, num primeiro momento construído a partir da necessidade das demandas do movimento social, mas num segundo momento elas tiveram que passar por uma readequação da nova gestão, então... hoje o centro está voltado para o atendimento ao público LGBT pra diversas demandas de violação de direitos principalmente no que diz respeito à orientação sexual... Em casos de discriminação também... e em formação da rede de atendimento. ... Não vejo que existe uma articulação do Movimento com o Centro de Referência e não vejo que existe uma... uma... um apoio do Movimento ao Centro de Referência, representativo, talvez de pessoas, porque uma coisa é o Movimento organizado, a outra coisa é o público que acessa o Centro de Referência, o Movimento pode por vezes até indicar um caso ou outro... mas buscar alguns casos onde o Movimento organizado tenha acessado o Centro, muitas vezes a

própria limitação do Centro não alcança a resposta necessária. Isso...
(Entrevista 6BH).

Enfim, diante dos argumentos utilizados pelos próprios ativistas de que os impactos ainda são pequenos e pulverizados, vale ressaltar que o campo do político não pode ser visto como o lugar da verdade, mas como o lugar do conflito, conforme aponta Moouffe (1996). Nesse sentido, os impactos alcançados devem servir de incentivo a novas lutas sociais e não como desmobilizadores das ações coletivas.

4.7.2 Impactos no Poder Público

A construção da política LGBT no âmbito do poder público tem causado alguns impactos positivos também. Os entrevistados tanto de Belo Horizonte quanto de Lisboa destacaram a já existência, mesmo que de forma incipiente, de uma sensibilidade política entre determinados representantes do poder público para tratar do assunto. Assim, por mais que haja ações para minimizar a homofobia na sociedade, os entrevistados argumentam que a homofobia institucional ainda existe. Porém, o fato do poder executivo, mais especificamente no Brasil, e do poder legislativo, mais especificamente em Portugal, estarem se comprometendo com algumas causas LGBT, isso aponta para certo reconhecimento e compromisso político, bem como para um convívio mais sistematizado e legitimado com atores sociais diversos vindos do ativismo e da academia, o que amplia os discursos e possibilidades de atuação.

O entrevistado abaixo ressalta que ao comparar o momento atual com épocas passadas é perceptível o impacto da construção da política LGBT para um maior reconhecimento do governo sobre a relevância dessa política:

É... Eu acho que a política... Ela... tem um impacto super importante, por que... o Estado se reconhece quando ele começa a criar uma ação... Ele destina recursos pra essa ação... Ele reconhece que tem homofobia e uma ausência de... ação e ele precisa fazer e isso é fundamental... Não é fácil, gente... Eu sou da época que a gente não era recebida nem por Vereador... Sabe?... Hoje o Prefeito já veio aqui no Centro de Referência, entendeu?... Há uma visibilidade política hoje, não é?... eu acho que o impacto... Cultural... No Centro... Aqui

nesse prédio mesmo por mais que trabalhem com... Com questões das exclusões, você vê... Aquelas coisas... Que é... Travesti entrando no prédio... É gay entrando no prédio... É... Sabe?... E aí começa a aparecer mesmos... Os preconceitos, os conflitos sociais, porque veio... Você vivenciou isso muito, né?... De reclamações... Ah... O menino estava namorando, ah... E desmascara né?... E coloca às claras... Assim: Olha, nós vamos ter que trabalhar com essa população e essa população é assim... Mas é só quem acompanhou esse processo de conquistas é que percebe o quanto nós alcançamos... Não é o ideal, estamos muito longe do ideal... É... É... Você mesmo acompanhou isso quando a gente não tinha nem café aqui dentro... Né?... Nem telefone, a gente queria fazer trabalho voluntário aqui... Né?... E vocês que acolhiam a gente... (Entrevista 5BH).

O entrevistado abaixo já se refere de forma mais cética aos impactos no poder público. Ele argumenta que percebe muito mais um impacto de fragmentação das políticas e consequentemente das lutas sociais do que de uma articulação para o fortalecimento das causas políticas. Essa fragmentação é apontada tanto pela partidização dos movimentos sociais e das ações políticas quanto pelas disputas entre os grupos de ativistas e de agentes públicos, o que acaba por gerar confusão entre o que é realmente prioritário ou não em termos de ações políticas:

Porque aí o próprio nome já indica né, não tem universalidade né, a história do movimento, antes de atingir o Estado, antes de sambarcar qualquer política pública né, ele fez esse movimento se fragmentando já, porque antes se falava movimento homossexual, movimento gay, com GUEI, porque era nacionalista né, pela ditadura ali, você tem o Primeiro Encontro Gay Lésbica, ou Lésbigay, depois você já começa na terceira onda ali, que a Facchine chama você já começa ter as letrinhas, que surge o GLS, que era ligado ao setor do mercado, aí surge o B né, depois o L passa na frente do G, e você tem aquelas coisas, tipo, você lembra-se ... precisava por os Três Ts, em termos de uma sigla já é desnecessário, porque a sigla não precisa ser idêntica ao nome do órgão, depois negaram a palavra transgêneros,

transgêneros é errado, é um transito entre gêneros, mas dá aquela ideia de transitar, de transcender, sei lá o que, então ficava aquelas querelas do particular... cada uma tem uma identidade muito contingente né, do que eu acho que é certo, do que a outra acha que é certo, e ai quando você vai pra esses espaços de participação o que você vê, é que invés desses atores impactarem o Estado né ou impactarem a sociedade utilizando o Estado né, esses espaços participativos eles servem muito mais pra essas diferenças... esses lugares servem muito mais para fragmentar esses movimentos e colocar eles a trabalho do que realmente pra promover uma articulação entre esses movimentos né, haja vista as duas Conferências Nacionais que tem nenhuma linearidade entre as duas, é com se fossem duas Conferências que caíram do espaço, você não tem na segunda né uma análise do que foi proposto na primeira, e uma análise do que ela provocou, do que ela conseguiu fazer em termos assim de impacto social né ...você tem uma partidarização desses atores muito forte, né, em todos os setores... “um grande problema que a gente tem hoje é essa indiferenciação entre os partidos” né, não to falando que não tem diferença, mas essas diferenças elas estão muito mais no âmbito pessoal do que no âmbito partidário, ideológico, então a minha crença é que esses partidos né, levaram pro movimento social muito mais do seu personalismo e da sua indiferenciação ideológica né e do discurso único, da política contemporânea tecnicista... você deve saber disso muito melhor do que eu, porque você ficou muito mais tempo do que eu... eu vi gente confusa, gente presa naquela malha burocrática sem perceber que estava presa e eu “o que que isso quer dizer em termos de impacto social? Nada” (Entrevista 7BH).

O gestor abaixo aponta uma visão mais positiva sobre os impactos, destacando que Belo Horizonte foi a primeira capital a desenvolver algumas ações políticas específicas na área de direitos humanos e LGBT, em outras palavras, criou a primeira coordenadoria de direitos humanos do país, o que possibilitou abarcar diferentes lutas por direitos específicos, inclusive na área LGBT de forma pioneira. Recentemente, destaca-se o pioneirismo da

elaboração do Parecer 52, que instituiu o nome social de travesti e transexuais nas escolas da Rede municipal⁵¹. É ressaltada ainda como impacto a passagem do Centro de Referência LGBT para o status de Coordenadoria, hierarquicamente posto no mesmo nível de decisão como as demais coordenadorias de direitos específicos que compõem a Secretaria Adjunta de Direitos de Cidadania.

Sabe-se que isso facilita a implementação de políticas públicas voltadas pra essa temática, bem como a efetivação de um orçamento próprio, uma visibilidade maior e a necessidade de uma reestruturação na equipe técnica. Porém, no momento, com as mudanças políticas ocorridas com as eleições de 2012, constata-se mais uma vez um retrocesso nos avanços alcançados, e o Centro retornou às mesmas dificuldades anteriores. De certo modo, enquanto não houver uma real e consistente prioridade política, percebemos que não adiantam esses pequenos e pontuais avanços apontados na fala abaixo:

Desse Seminário também nós tivemos a possibilidade de tá articulando junto ao Conselho Municipal de Educação, uma formação pros Conselheiros na temática da diversidade sexual e gênero e também a possibilidade da elaboração do Parecer 52, que instituiu o nome social de travesti e trans nas escolas da Rede municipal né... foi de autoria minha, mas eu tive várias contribuições de parceiros que me ajudaram na elaboração, e foi a primeira capital que talvez ainda seja a nível municipal... nós temos hoje vários Decretos a nível estadual ... serviu de referência pra Contagem, outros municípios, e tal. Então a questão do nome social de travesti foi muito interessante... nós conseguimos um advogado pra trabalhar lá, já tá trabalhando, nós conseguimos ampliar o espaço do Centro de Referência, estamos lançando uma cartilha... Tá, esse é o desafio sabe Andréa, desde que nós chegamos aqui nós procuramos dar um status no Centro de Referência de coordenadoria LGBT, porque o prefeito quer que se iguale com a estrutura que tem em Brasília, então tem o peso político e facilita na implementação de políticas públicas voltadas pra essa temática... (Entrevista 8BH).

⁵¹ Ver no Anexo G discussão veiculada na mídia hegemônica da cidade.

Quer dizer, como a entrevistada a seguir argumenta de forma crítica, por mais que a Política LGBT no âmbito do poder público desde a sua origem vem sendo executada por setores do movimento social LGBT, mesmo assim ainda não conseguiu atingir um impacto social tão significativo, por inúmeros e diversos fatores políticos, conforme são detalhados abaixo:

Trata-se, a nosso ver, de uma política cada vez mais distanciada das esferas centrais de poder e decisão e com poucos recursos humanos, financeiros e materiais. Além disso, trata-se de uma política com pouquíssima capilaridade intra e intergovernamental. Especialmente, a política LGBT é a mais nova e incipiente, uma política pública incrustada na política de direitos humanos que, por sua vez, encontra-se esvaecida e sub-alojada em uma política de direitos de cidadania. Ademais, a primeira, desde a sua origem vem sendo executada por setores do movimento social LGBT (Entrevista 2BH).

Conforme argumenta o entrevistado abaixo, certo impacto, hoje existe, porque até pouco tempo não existia nada formalizado. Uma ação intersetorial efetiva ainda não é algo concreto, ainda há pouco reconhecimento desse público e da importância dessa política, até mesmo da política de Direitos Humanos que agrega essa política dentro dela. Entretanto, a Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos tem amadurecido nessa discussão de implementação de políticas específicas e com isso, mesmo que de forma precária, tem sido uma espécie de incubadora de projetos e programas. As parcerias com a academia têm sido construídas e servidas para qualificar o trabalho técnico:

E em formação da rede de atendimento pra que este público também seja atendido nas demais políticas públicas respeitando seus direitos específicos e também a articulação dessa rede pra que essa temática esteja contemplada também nas demais políticas, então se a gente tem uma travesti que necessita de um atendimento clínico, de um atendimento na área da saúde ou de uma vaga na rede de educação, que ela possa usar seu nome social... Principalmente dentro do campo das travestis... que a gente vê que as demais políticas ainda não têm o entendimento de como lidar com esse público... De uma

ação intersetorial efetiva, ainda não. Acho que elas são tímidas, elas são, é... talvez assim... com uma... certo impacto, hoje, porque a gente não tinha nada alguns tempos atrás, hoje à gente já tem iniciativas, mas tímidas... Uma ação intersetorial não é concreta, não é efetiva, ela está sendo construída já que a gente vive ainda processos também de... de... de governos assim... com pouco reconhecimento desse público e da importância dessa política, até mesmo da política de Direitos Humanos que agrega essa política dentro dela... , acho que a Coordenadoria mesmo que, a passos curtos, ela tenha amadurecido nessa discussão de implementação de políticas específicas...né?... De... vamos dizer assim, de uma incubadora de projetos e programas, é... o LGBT tem... tem... tem contribuído para isso. Às vezes isso permite também buscar na academia um saber mais construído, pra... fazer com que a implementação da política, ela seja mais pensada, tenha uma reflexão maior... (Entrevista 6BH).

Nas entrevistas de Lisboa, percebemos também certo reconhecimento do impacto no poder público com a construção de ações políticas em parceria com os grupos sociais. Mas esse impacto, comparado a Belo Horizonte, é sentido pelos entrevistados de forma menos significativa, precisamente pelo fato de não existir um serviço público formalizado e específico na área LGBT dentro dos órgãos do governo. Assim, o entrevistado abaixo destaca que diante desse incipiente cenário é percebido que os diversos agente públicos quando vão discursar sobre o tema demonstram desconhecimento nos seus comentários:

Sim... e hoje continua a não achar que seja sua obrigação e continua a não ter o discurso... tu vais te surpreender com a Elza Paes... ela não sabe falar sobre isto, não sabe mesmo, diz um conjunto de disparates... a Elza Paes este ano já fez dois discursos que eu ouvi, a falar de opção sexual em vez de orientação sexual, ok...? Ela não sabe o que diz... e não sabe o que diz por que é tudo muito recente, porque eles não tiveram tempo de aprender... e, sobretudo por que durante muitos anos não perguntaram... ok...? Mas isto, eu posso dizer que isto é generalizado, não é só o Poder Político, é o Poder Político e o conjunto dos Partidos... inclusive é o Partido em que eu

estava... é mesmo assim, que... por isso que hoje em dia quando me perguntam, eu digo: Eu venho da política partidária, mas eu sou um activista em primeiro lugar... é isso que eu sou e é mesmo por isso... tenho uma... tenho uma visão... tenho a visão dos dois lados, tenho uma visão interna da política partidária e não podia estar mais desiludido, sabes?... mas pronto... a... até 2003 foi assim (Entrevista 14L).

O entrevistado seguinte argumenta que o maior impacto no poder público tem sido a aproximação com os movimentos sociais, com as demais câmaras municipais para uma maior visibilidade política sobre a temática em todo o país. Isso ocorre diferente das preocupações do poder público belo-horizontino, por Lisboa se tratar da capital portuguesa:

E os avanços, muito nesta linha de... De... De uma agenda de continuidade, bebendo muita inspiração de facto do caderno de reivindicações do Movimento e daí a importância deste diálogo, mas tem sido um pouco assim a construção do nosso discurso, entre o que acolhemos, não é? E o que não... E o que não acolhemos, ao fim ao cabo tem sido mais ou menos esta... Mas, basicamente sim... Muito do que não acolhemos tá muito ainda nas questões da parentalidade, não é? Que eu acho que é o passo que há de vir a seguir para trabalharmos do ponto de vista legal, não é? Em termos de Legislação e não só na questão das Políticas Públicas... Agora, por outro lado deixa-me só dizer isto que eu acho que é também muito importante... Se este Poder Central tem ainda pouca notoriedade, mas, está aqui agora a ter um impulso no Poder Local... Esquece... Exatamente, mas da... De activismo... De activismo, não é? Não tanto das estruturas públicas, ok? Pronto, e essa outra aposta que temos muito trabalho por fazer do ponto de vista local e dos Poderes Locais, ok? Ah... E tem... E tem sido um... Um... Um papel que nós temos tentado desempenhar me quer, quer a Elza Paes... Que é junto dos Presidentes das Câmaras Municipais, dos pequenos municípios... Então... A... A nossa preocupação é com a Comunidade LGBT, se há... Não a há, percebes? Vamos entender, ou seja, há este trabalho nosso também de

tentar, não é? Porque em alguns sítios, as ONG's nem sequer chegam, ok? Ah, mas há um trabalho muito importante também que te queria falar e acho que este também é muito... Muito importante, as nossas ilhas têm a gestão autónoma, tem... A Madeira e os Açores têm dois Governos específicos autónomos, não é? ... à CIG e tem uma direcção regional pra Igualdade com as seis áreas para a discriminação... É a única estrutura em Portugal que trabalha as seis áreas de discriminação... (Entrevista 5 L).

De forma mais sistemática, o ativista a seguir destaca como impactos uma maior conscientização dos poderes legislativo e executivo sobre a necessidade de efetivarem políticas LGBT. Com isso, esse determinado grupo social sente que melhoraram os canais de participação e diálogo com o poder público:

Os principais impactos? Bom... Bom, sobre o Estado veem-se logo as mudanças que já houve, não é? Na parte Legislativa, Executiva, etc, não é? Mas... Do ponto de vista... Dentro do próprio Estado... Sim... Já por exemplo, pedidos de formação, já há uma consciencialização da necessidade de... De ter mais conhecimentos sobre... Sobre as questões LGBT e, portanto... E não só... Mas... Mas tipo quê?... Sim... Há uma maior procura deles, claro... Há... Há... E à partida... Portanto, temos ver isto acontecer, há uma abertura grande, por exemplo, por parte das polícias que existia há uns tempos atrás... Há uma abertura por parte, por exemplo, um Movimento Social se quer ter uma formação nesta área... É claro que não é não geral, mas tem havido mudanças e isso... E isso é muito positivo e é a tal coisa... Os canais de comunicação têm sido estabelecidos, esta tal Conferência que nós fizemos ajudou também a fazer isso, temos um reconhecimento também institucional que é outro... Que era há uns anos atrás, portanto à partida temos... Temos notado diferenças importantes do Estado conosco... (Entrevista 11L).

Essa maior sensibilidade do Estado é reafirmada na entrevista seguinte:

Em nível do Estado, pronto, se falar em nível do governo realmente há mais sensibilidade... e há mais abertura... e... e começa a haver preocupação em achar que estas questões estão a ser incluídas e etc... Está um bocadinho. Mas é mais a questão dos decisores políticos, porque depois falta a formação dos técnicos e mesmo de... pessoas com cargos com nomeação política. Isso, sim, falta muito (Entrevista 12L).

Já na entrevista seguinte é justificado que falta uma sensibilização de pessoas específicas dos partidos políticos e da sociedade de uma forma geral:

(...) tem-se notado uma maior consciencialização e um maior apoio por parte de todo Parlamento, é muito gratificante ouvir aplausos, é muito gratificante ouvir opiniões, portanto... Perceber que de facto quem está governando o nosso país está também mais sensibilizado... Sensibilizado das discussões, mas claro... Também tens outro ponto, não é? São... São os Partidos que... Ou os Partidos ou as pessoas que ainda não... Não estão sensibilizados, ou se calhar nunca vai estar... Também a criticar, portanto, é como te falava no início da nossa conversa... Este contraponto do Movimento LGBT e a percepção que o Movimento LGBT tem na Sociedade é que... Um espelho daquilo mesmo que a Sociedade é né? Tem tudo... Tem tanto de bom quanto de mau... Portanto, essencialmente acho que é isso... (Entrevista 6L).

Assim, na entrevista abaixo é complementado que certa experiência social que tem ocorrido nessas parcerias entre Movimento LGBT e poder público têm conseguido levar a cabo novas formas de convivência social que até então não estavam previstas na agenda do Estado. E o Estado vê-se obrigado a modificar seus valores e atitudes, conseqüentemente sua forma de gestão:

Não como um reconhecimento... É mais... A... Por exemplo... Sei lá, as gravidezes dos homens trans... A... Que é que o Estado pode fazer?... O Estado vai ter... Tem que reconhecer... Aquele homem que muitas vezes já tem até bilhete de identidade masculino... Como... Como pai e mãe daquela criança, vai ter que reconhecer, não vai ter

outra hipótese, mas não quer realmente, ele não quer fazer isso, quer manter o dualismo de género, não é?... Mas vai ter que, ou seja, estes Movimentos... Este. Estas experiências sociais que estes Movimentos conseguem levar a cabo, principalmente falando no dualismo de género, novas formas de... De... Não diria bem de conjugalidade... Novas formas de convivealidade com crianças, com tudo... Elas... Elas não estão... Não estavam previstas na agenda do Estado e o Estado vê-se obrigado a... A modificar coisas que não queria e que nas quais não queria mexer, porque as vidas já estão... E as pessoas já estão a viver daquela maneira e, portanto... Elas não desaparecem... As pessoas, né?... A sua maneira de viver, tanto que depois o Estado é obrigado a acompanhar essa... Essa... Vida, mas que assim é novo por que... Não sei ainda, não tô a ver muito bem haver outros momentos históricos em que... Os cidadãos enquanto grupo tenham inventado novas maneiras de dizer que o Estado tivesse que ir atrás, muito menos isso... Acho que tá acontecendo logo agora... (Entrevista 1L).

Enfim, mudanças nas campanhas eleitorais também tem ocorrido, conforme é argumentado na entrevista a seguir:

No que tem a ver com o Estado, meramente com os partidos políticos, a diferença é que as coisas começaram a fazer parte de sua agenda política que não faziam antes, ou seja... O assunto que era tabu, que não se falava que geralmente era trabalhado nos bastidores, nas galerias e na... Na... Nos passos perdidos da Assembleia da República... Agora não, agora aparece no... Nos compromissos políticos das campanhas eleitorais (Entrevista 7L).

Dessa forma, percebe-se que os impactos no poder público são muito mais do ponto de vista da gramática da política da boa vizinhança, a partir daquilo que já esteja formalizado na agenda política do que do ponto de vista de impactos efetivos para uma mudança cultural significativa. Um bom exemplo disso se refere ao fato de que, mesmo existindo ações políticas, programas e projetos, o impactos desses serviços no índice dos casos de preconceitos e discriminação ainda é pequeno.

4.7.3 *Impactos na sociedade civil*

Foram mencionados vários impactos da construção da política LGBT pelo poder público na sociedade civil. Como impactos positivos os entrevistados ressaltam: reconhecimento social, visibilidade política, ampliação dos espaços de visibilidade e de discussão sobre o tema, novas visões, maior aceitação social, maior acessibilidade para as reivindicações, evolução da sociedade na percepção pública, quebra de tabus, transformações culturais e legais, manifestações sociais de afeto e politização dos discursos. Como impactos negativos foram destacados: avanços ainda incipientes, baixo impacto social, pequena eficácia, pouco conhecimento e procura do próprio público-alvo, pouca e ineficiente divulgação dos serviços, contradição entre emancipar e tutelar a população.

Percebem-se impactos basicamente positivos a partir das entrevistas feitas em Lisboa. Isto talvez tenha ocorrido pelo fato das ações políticas ainda estarem em fase de implantação, com isso não foi possível uma avaliação de seus impactos. Já nas entrevistas de Belo Horizonte apareceram mais impactos positivos, porém também apareceram um número significativo de impactos negativos. Isso demonstra que apesar do avanço de já existirem políticas formalizadas e desenvolvidas pelo poder público, a eficácia das mesmas ainda é pouco significativa em relação ao número de casos de violência homofóbica ocorridas.

A entrevista abaixo ressalta o reconhecimento da diversidade humana e sexual. Destaca, também, a ampliação dos espaços de discussão sobre o tema:

Acredito que o principal impacto sobre essas esferas do mundo público é o reconhecimento de que existe uma população com identidades sexuadas diferentes da heterossexualidade e que reivindicam um olhar do Estado sobre elas. Ainda que um grande desafio seja visibilizar as formas de violência específicas a que estas populações estão submetidas (físicas, simbólicas e institucionais), é inegável que as questões FGTS extrapolaram os pequenos grupos e lugares restritos para se tornar assunto de bar, de televisão e de justiça (Entrevista13BH).

Na entrevista abaixo, é destacado que tal política tem propiciado novas e positivas visões sobre a diversidade sexual, inclusive na mídia hegemônica:

Eu acho que isso tudo vai levando a surgir novas visões assim, né, acho que por causa disso, por causa dessa militância, do que tá sendo construída, hoje a gente já viu é aparecer em filmes e novelas um tratamento em questão á orientação sexual, de uma forma mais positiva, então eu acho que isso, mas isso é conquista (Entrevista 1BH).

A breve fala abaixo enfatiza o crescimento da politização da sociedade civil:

A visibilidade e a politização na esfera pública das questões relacionadas às sexualidades (Entrevista 2BH).

Na entrevista a seguir, nota-se que a politização expandida para as várias regionais da cidade está localizada a partir do intermédio da Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos:

Vamos ver se eu sei responder isso, porque na verdade, eu falo muito mais no campo prático do que no campo teórico, mas... institucional também. Então, eu posso dizer que vivi do ano de 2005 pra cá dentro da Coordenadoria de Direitos Humanos... É... talvez o que há de inovador, é que... a cidade já discute direitos LGBT, e isso foi é... implantado e plantado pela Coordenadoria de Direitos Humanos, mesmo porque o próprio movimento social ele não tinha muita abertura para falar dentro das políticas públicas, ou para os gestores das políticas públicas... mas claro que é... todas as formas de reivindicações dos movimentos, elas chegavam de alguma forma até os gestores... Ele é ainda muito pequeno... então acho que ele precisa de uma divulgação maior... talvez pensar em qual a possibilidade de levar ao conhecimento das regionais, dos territórios, as pessoas que não tem acesso... aos serviços que são mais centralizados (Entrevista 6BH).

Em contraponto, a entrevista abaixo localiza o Centro de Referência LGBT vinculado à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos. Desta forma, nota-se seu um impacto social efetivo por meio do seguinte trecho:

O Centro de Referência LGBT, em teoria, seria um espaço onde o público alvo deveria encontrar informações, orientações e apoio em casos de violência homofóbica ou em casos de desrespeito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, mas a realidade é um espaço pouco frequentado, com pouca procura e muitas vezes desconhecido pelos LGBT. A burocracia que gira em torno das ações do sempre me parece uma questão. É claro que os processos de rotinização burocrática dos serviços a serem prestados pelos CRLGBT afasta a população e o torna inacessível para muitos/as. As afirmações acima me levam a questionar: Qual são o papel e a função que um Centro de Referência tem atualmente? Sem uma resposta final ousou dizer que o Centro não atende a população alvo (Entrevista13BH).

Desta maneira, a entrevistada seguinte justifica que não basta ter na cidade um CRLGBT se este não conseguir atender e atender de forma eficaz ao seu público alvo:

Não basta somente ter na cidade um CRLGBT, mas ser bem divulgado porque a minha população, na maior parte, não tem acesso a esses órgãos porque tem travestis que não tem nem certidão de nascimento. Acho que a população de travestis tem muitas coisas que são realmente específicas delas. Vejo o descaso e o desinteresse de muitos órgãos com minha população, sei por que acompanho travestis em hospitais, cartórios, escolas e só vejo que encaram as travestis como seres de outro planeta (Entrevista 4BH).

O gestor imediato do Centro Municipal explica que o serviço está bem localizado na cidade, porém ele ainda é novo e pouco divulgado:

O Centro de Referência... Ele continua no centro da cidade, ele continua é... É... Aqui... A gente tem que ter uma articulação, então na Comunidade que... Que você sabe, escola... Conhece o diretor da escola... O... O capitão, o delegado, a Associação de Bairro... O

assistente... O agente de Saúde do bairro, o posto de Saúde... Então lá eles têm mais clareza... Mais contato com as pessoas, então... A ideia é essa, é... É... Capilarizar, então... Nós temos quatro meses só de funcionamento, entendeu?... E aí a gente já conseguiu... Fazer esse... Esse material de divulgação, a gente já conseguiu agora... A gente... Final do ano a gente já vai fazer outro... Uma cartilha... Um material voltado para travesti e transexual... E a gente tá fechando esse projeto de fortalecimento... (Entrevista 5BH).

Um técnico do CRLGBT municipal apontou que há uma grande contradição no trabalho desenvolvido pelo serviço. A ênfase dada apenas ao atendimento de casos acaba propiciando uma prática tutelar ao invés de emancipatória:

Então naquele Edital eu lembro que falava assim, produzir dados pra impactar a política pública né, e se produziu, virou pesquisas, articulação de redes, nada disso foi feito né, por quê? Porque o principal era o atendimento... Centro de Referência, uma contradição assim estrutural é que o Centro de Referência em termos de política pública né, o que ele tá dizendo pra sociedade, na minha leitura, o que ele diz pra sociedade é o seguinte “olha, você é homossexual, você tem um espaço aqui pra gente te atender, mas é aqui, fora daqui você não existe” sabe, e ao mesmo tempo em que existe este Centro de Referência ele reforça o que, que essa pessoa não existe, antes disso” já que você não existe mas você tá aí querendo existir vem cá, fica aqui, no sofazinho pra você esperar a sua vez” sabe, então eu acho que ele tem uma contradição (Entrevista 7BH).

Na entrevista abaixo, é utilizado o mesmo argumento para dizer sobre o Centro de Referência LGBT do Estado:

O Centro de Referência do Estado... E hoje a gente vê que ele não funciona, a gente fica meio que decepcionado do não funcionamento... E... O Estado... Ele... Ele... Ele quer ter alguma coisa que... Por exemplo... Minas Gerais, mas pra falar que tem, mas de

fato tem que funcionar... A gente tem essa lei 14.170 quase que ninguém conhece que eu acho que é uma lástima por que... E... E a gente que trabalhar para a lei dar lei, dar lei à visibilidade porque tem muitas pessoas que não usam essa lei por que... Vai saber... Então... Ela tem que ser trabalhada junto com os Direitos Humanos da pessoa... É que... Que ela tenha a... A liberdade de estar inclusive acionando essa questão da lei... Mas, assim... Infelizmente a gente vê que... O Estado ainda também... Não tem políticas públicas... É... Para a questão LGBT... (Entrevista 12BH).

Neste sentido, na entrevista abaixo é destacado que as questões LGBT já estão publicizadas na sociedade, porém o impacto ainda é pequeno:

Os indivíduos vinculados aos diversos movimentos querem ver e cobram que os direitos LGBT estejam ali presentes e que sejam considerados e, sobretudo que os movimentos sejam caixa de ressonância dos direitos LGBT. Quanto à sociedade os impactos são muito fortes, pois se trata de como nos relacionamos com as diferenças. Nesse aspecto, a sociedade civil tem ainda um longo caminho a trilhar, mesmo que as questões da comunidade LGBT já não sejam mais um segredo que deve ficar restrito ao mundo privado (Entrevista 10BH).

Nas cinco entrevistas portuguesas descritas abaixo, são apresentados, mesmo que de forma pontual, alguns impactos da política LGBT na sociedade civil. Porém, apesar da clareza na pergunta realizada aos entrevistados, percebemos certa confusão nas suas respostas em demarcar se o impacto social foi devido às ações políticas gerais ou do poder público. O que pode ser compreendido pela incipiência destas últimas:

E acho que é nesse nível que esse impacto foi bom e, portanto... Acho que no impacto em termos da Sociedade Civil em geral, há um impacto positivo... Não total mais positivo na questão do discurso, por exemplo... Do discurso, não é? A homossexualidade ainda entra, mas entrava mais aqui há três, quatro, cinco anos atrás no discurso de

gozo, de troça, de nojo... Se tu quisesses insultar alguém podias dizer: Ah, és gay... Lésbica! Não é?... (Entrevista 5L).

Na próxima entrevista, foi ressaltado que as ações políticas ao romper com a invisibilidade e o silêncio sobre essa temática tem contribuído para uma mudança mais favorável da opinião pública na área LGBT:

A própria Sociedade tem evoluído muito e nós temos nomeadamente nessa questão, por exemplo, da Igualdade e Acesso ao Casamento e... No início, nós tínhamos... Enfim, as sondagens valem sempre o que valem os inquéritos que são feitos, mas... Mas no início o apoio à reivindicação era da ordem dos vinte por cento, por exemplo... E passou a ser maioritário, portanto... Em pouco tempo, houve um processo que ajudou a visibilização das pessoas LGBT e, sobretudo dos casais de pessoas do mesmo sexo... E isso teve um impacto importante em termos de percepção pública do que significa ser homossexual e... E ajuda a mostrar alguma diversidade que... Portanto, para além... Para além de um estereótipo, não é? Temos várias representações ou várias pessoas, que conseguem aparecer e falar de si próprias e de suas vidas, temos um processo em que um tabu é desfeito... Porque precisamente, o preconceito alimenta-se do silêncio e a partir do momento em que nós vencemos o silêncio e vencemos a invisibilidade, conseguimos alterar de uma forma mais significativa, o... A percepção pública... Do que é ser homossexual... (Entrevista 11L).

Tal discussão é complementada na entrevista abaixo:

Depois, há outras questões. Por exemplo, a questão dos homossexuais no exército, coisas deste tipo... até sair a homossexualidade da... das listas das doenças... Tudo isso acho que foi muito importante. E acho que, em virtude do movimento LGBT e das transformações culturais que Portugal tem sido... nas últimas décadas, e aí acho que sim, acho que... eventualmente, aí acho que a integração Européia, a televisão,

os meios de comunicação social, certa cultura... certa cultura de massas foi timidamente... mas, apesar de tudo, de forma compromissória... mas, apesar de tudo, foi integrando, dando assistência às pessoas LGBT... eu acho que aí houve uma transformação muito forte e que o Estado foi integrando alguns princípios de combate à discriminação. Ham... e eles vão ser integrados... eles vão ser integrados numa perspectiva mais... ham... mais... emancipatória, mais reguladora e assimilacionista... mas eles vão ser integrados. Ham... em termos de impacto... (Entrevista 4L).

Assim, o entrevistado abaixo argumenta que as “pedras” que, literalmente, ele recebeu nas primeiras manifestações públicas, hoje são substituídas por manifestações de carinho.

Aqui por exemplo... A questão do... Do... De outro impacto que eu notei e eu falei pra você que recebi pedra no Primeiro Porto Pride, o que eu recebi agora foi doce... Durante doces até neste café que a gente tá agora... Eu já sou cliente deste café faz tempo, né?... (Entrevista 7 L).

Enfim, na entrevista seguinte é apontada uma separação entre o que foi contribuição do movimento social e o que foi feito pelo poder público, que também partiu de uma reivindicação do movimento:

Há... Um impacto primeiro que houve a transformação legal de que... A Lei do Casamento é o fruto máximo neste momento, não é...? A outra transformação dum transformação legal, ou seja, a capacidade de influenciar o Estado para transformar legalmente... A visão do Código Penal e... A Lei de Educação Sexual, a Lei do Casamento, ou seja, que são elementos de transformação legal que é um impacto real do Movimento, por outro lado há uma capacidade de influenciar, quer a Sociedade Civil... Quer outros Movimentos reais nas questões Da... Da... Nas questões da Igualdade e da Homofobia e, portanto... Há uma capacidade de o Movimento LGBT estar presente e dizer: Isto é importante... (Entrevista 10L).

Enfim, se por um lado hoje há uma maior visibilidade da diversidade sexual na sociedade as pessoas com identidade LGBT, publicizada ou velada, ainda permanecem não legitimadas e inferiorizadas nas hierarquias sociais.

5. A (NÃO) INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA LGBT NO PODER PÚBLICO DE BELO HORIZONTE

Brasil! Mostra a tua cara, quero ver quem paga pra gente ficar assim. Brasil! Qual é o teu negócio? O nome do teu sócio? Confia em mim (...)

Cazuza

Meu partido, é um coração partido e as ilusões estão todas perdidas... meus heróis morreram de overdose, meus inimigos estão no poder. Ideologia! Eu quero uma pra viver

Cazuza

Para (re)construção desta história, foi utilizada como referências básicas a experiência na área, projetos, relatórios e publicações construídas internamente pela equipe da CMDH e pela equipe do CRLGBT e que estão citados nas referências bibliográficas, bem como os argumentos utilizados pelos entrevistados na presente pesquisa de doutorado e nas dissertações de mestrado de ex-funcionários da CMDH, Aléxia Dutra Balona Passos e Frederico Vianna Machado e pelos demais referenciais teóricos da pesquisa. Por este motivo, refazer uma história ainda pouco sistematizada em dados formais se torna um desafio tanto pela postura de pesquisadora – pela demanda de uma análise crítica sobre os fatos – quanto pela postura ativista de engajamento com o objeto de estudo e por ter feito parte diretamente da construção desta política no período compreendido entre os anos de 2000 e 2008. Contando desde o período que entrei como estagiária da CMDH até a ocupação do cargo de gestora ao todo foram 10 anos de trabalho diário nesta área.

Conforme Facchini (2005), a história das conquistas LGBT no Brasil pode ser dividida em três fases. Resguardadas as especificidades de cada Estado e município, de certa forma percebemos que em Belo Horizonte também passamos por um movimento parecido. Quer dizer, temos relatos de que as primeiras manifestações dos grupos sociais LGBT começaram na década de 1970 e gradativamente ocorreram inserções pontuais junto a esfera pública na década de 1980 à década de 1990, vindo a consolidar-se como ações políticas governamentais a partir de 2000. Nesse momento, percebemos uma inserção formal das demandas LGBT na política de direitos humanos e da cidadania, nas instâncias do poder legislativo e posteriormente do executivo e judiciário.

Por meio do nosso trabalho de sistematização de experiências, documentos, entrevistas e das pesquisas realizadas por Machado (2007) e Passos (2010), constata-se que

de forma pioneira Belo Horizonte se destacou no país no período do regime militar a partir das atividades pelos direitos homossexuais coordenadas pelo Sr. Edson Batista Nunes⁵². Em 1972, foi realizado em Belo Horizonte o I Simpósio Brasileiro de Estudos sobre Homossexualidade e após dois anos ocorreu o segundo evento. Nesse processo, foi formado em 1979, na cidade de Belo Horizonte, o grupo Terceiro Ato que chegou a participar do I Encontro Brasileiro de Homossexuais em São Paulo (1980). O grupo Terceiro Ato passou a integrar o Núcleo Gay do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), militando pela candidatura do Sr. Edson Nunes a Deputado Federal, o mesmo não foi eleito, mas se destaca como a primeira candidatura assumidamente gay no país. E teve entre outros apoios o da candidata à vereadora e referência nacional nos direitos humanos, Helena Greco⁵³.

Na década de 1980, a militância de travestis e transexuais ainda não existia efetivamente na cidade. A grande luta desse momento era retirar a homossexualidade do rol de doenças da OMS. Na metade da década de 1980 e com a transformação do movimento homossexual e movimento LGBT, ampliando as lutas pela diversidade sexual, estes movimentos se aproximam das lutas pelo combate a AIDS apesar da resistência de alguns grupos nesse movimento. Mas vale destacar que nesse momento, multiplicaram-se os grupos que atuavam no enfrentamento da AIDS, sendo que muitos deles vieram a se tornar ONGs ficando numa relação transitória entre movimento social e governo. Concomitantemente, outras ONGs de prevenção e combate a AIDS foram surgindo, como: o GAPA-MG em 1987 e posteriormente o grupo VHIVER em 1992, entre outros.

Deste modo, destaca-se que a aproximação do movimento LGBT com o Estado foi propiciada pelas políticas de prevenção das DSTs/AIDS, a partir da proliferação de ONGs/AIDS nesse contexto. Mas tais parcerias apontam que, tanto o movimento LGBT em Belo Horizonte, quanto as políticas e gestões públicas locais, não podem ser vistas como um universo homogêneo. As contradições, disputas internas, correlações de força e poder, concepções políticas, técnicas e estilos de ativismos e militâncias nos mostram as complexidades que envolvem a área.

Conforme Machado (2007), o movimento de travestis e transsexuais talvez seja, dentre os demais atores LGBT, o mais dependente das políticas de prevenção às DST's/AIDS. Porém, a atuação da ASSTRAV não foi restrita à área da prevenção, participaram também dos processos de formação do movimento LGBT belo-horizontino, a

⁵² Em Machado (2007) se encontra uma consistente descrição e análise dos grupos sociais do movimento LGBT de Belo Horizonte, desde a década de 1970.

⁵³ Helena Greco foi a primeira coordenadora da CMDH/PBH.

partir do final da década de 1990. A ASSTRAV assumiu, além disso, em 2002, a coordenação voluntária do CRDS, com o apoio de muitos voluntários do CELLOS, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania, o que veio subsidiar a criação do CRGLBT no âmbito do governo municipal. O CRGLBT desde 2007 foi vinculado diretamente à Coordenadoria de Direitos Humanos e custeado, em grande parte, pelo Governo Federal.

Com relação às concepções políticas dos grupos LGBT belo-horizontinos, percebe-se uma maior proximidade entre o extinto CRS e o Libertos Comunicação e um distanciamento da concepção de militância do CELLOS. Este por sua vez se aproxima da concepção da ALEM. Neste sentido, como aponta Machado (2007):

Assim como o Clube Rainbow de Serviços, a Libertos Comunicação aparentemente busca, através de formas mais assimilacionistas de politização, a inclusão do homossexual pela via da economia e da cultura, deixando as discussões sobre outros antagonismos sociais totalmente de lado (...). Assim como a ALEM, a estruturação do CELLOS foi fortemente influenciada por formas tradicionais de militância, isso contribuiu para o desenvolvimento de um estilo próprio de atuação e concepção política, que por sua vez, traz novos modos de pensar as relações políticas dentro do movimento GLBT. Consideramos que pensar as temáticas GLBT inseridas em um contexto mais amplo de demandas é um caminho político mais democrático e transformador. O CELLOS, bem como a ALEM, ao fazerem a opção pelo discurso de esquerda, limitaram as possibilidades articulatórias com setores de direita e, conseqüentemente, com determinados aspectos da gramática política do movimento GLBT contemporâneo, tal como podemos perceber na crescente mercadorização das formas de atuação política e da produção de algumas Paradas GLBT no Brasil (pp. 163-77).

Apesar das políticas de prevenção de DST/AIDS serem grandes frentes de trabalho nesse momento e uma relevante fonte de financiamento de vários projetos e ações das ONGs LGBT em Belo Horizonte, elas não são as únicas atividades dos grupos. Vale ressaltar que tais políticas tem sido uma das maiores fontes de custeio da Parada LGBT em âmbito local.

De acordo com Passos (2010), observa-se, contudo, por meio da análise de uma liderança do chamado “segmento T”, ou seja, travesti e transexual, um questionamento referente ao trabalho no campo da prevenção das DSTs/AIDS. Neste sentido, é apontado que os grupos LGBT assumiram a função estatal ao atuar nesta área pela sua maior experiência no que tange à penetração no universo homossexual e transgênero, caracterizando, assim, uma mistura de funções entre o Estado e a sociedade civil.

No âmbito governamental, a década de 1990 é o marco de inserção formal da temática da diversidade sexual nos documentos de direitos humanos. É criado o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 1996, que inclui essa temática entre os demais grupos de minorias sociais. Tem como objetivo, “apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem terra e homossexuais” (Brasil, 1996, p.7).

O II Programa Nacional de Direitos Humanos foi lançado em 2002, e teoricamente avança no detalhamento da articulação entre direitos GLTTB e direitos humanos. Ou seja, busca ampliar a discussão representando a gama de identidades e especificidades reivindicadas pelo movimento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, ambos durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, apesar do II PNDH ter possibilitado uma aproximação entre movimento LGBT e governo federal na construção de respostas coletivas ao HIV/AIDS, de uma forma geral o Programa é considerado como um documento que não se concretizou na prática (Daniliauskas, 2012).

O III PNDH foi lançado em 2010, sob a presidência de Luís Inácio da Silva, Lula. Pela primeira vez a discussão avança em relação à participação da sociedade civil organizada na elaboração do documento, pois teve como base as propostas aprovadas nas conferências de direitos. As discussões sobre LGBT se encontram, principalmente, no Eixo III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades, na diretriz 10 (Garantia de igualdade na diversidade. A temática LGBT é ainda mais aprofundada em relação aos PNDH anteriores, por meio da discussão sobre a necessidade do diálogo entre universalidade e especificidade (BRASIL, 2010).

No âmbito da sociedade civil organizada, a década de 1990 demarca o início da terceira onda do movimento social LGBT no Brasil e em Belo Horizonte coincide com o crescimento da diversificação de grupos e parcerias. Destacam-se o surgimento da ALEM, do grupo GURI, posteriormente nomeado como AGM e da ASSTRAV. A partir de 2000, formaram-se demais grupos, como: Clube Raibow de Serviços- CRS (2000), CELLOS (2002) e o Libertos Comunicação (2003). Atualmente não existem mais os grupos

GURI/AGM e o CRS. Os demais grupos permanecem na arena política, mesmo entre distanciamentos e aproximações de suas lutas e são filiados à ABGLT. O conjunto de suas ações culminou em 1998 com a realização da I Parada do Orgulho Homossexual de Belo Horizonte, por iniciativa e coordenação pioneira no Brasil pelo grupo de lésbicas da ALEM. Entre as realizações deste grupo nesse período ressalta a mobilização para aprovação da Lei Estadual nº 14.170/02⁵⁴, que determina a imposição de sanções à pessoa jurídica por ato de discriminação praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual. Porém, é uma lei com pouca efetividade no Estado e falta de compreensão por parte dos agentes públicos sobre seus limites e possibilidades. Nessa legislação foi prevista também a criação do CRGLBTTT, implantado posteriormente em 2005, tendo como ação pioneira a coordenação do espaço por uma transexual⁵⁵.

O CRGLBTTT é um órgão do governo estadual, mas por ter sede em Belo Horizonte é relevante destacar algumas de suas ações que tiveram impacto no âmbito municipal, tais como: A realização da I Conferência Estadual LGBT (2008) e da II Conferência Estadual LGBT (2011). A partir desses eventos foram construídos os Planos Minas sem Homofobia, em regiões e cidades pólos como Belo Horizonte, Alfenas, Uberlândia, Montes Claros, Ipatinga e Barbacena, com o objetivo de descentralizar ações de acordo com as necessidades de cada município. Entre as ações realizadas, duas se destacam: a decisão Judicial, motivada pelas mobilizações do CRGLBTTT em parceria com um Bombeiro e um policial militar, que determina pagamento de pensão a companheiros de servidores estaduais⁵⁶, e o Projeto de Reabilitação e Ressocialização das Travestis e Gays da Penitenciária de São Joaquim de Bicas. É uma medida inédita no Brasil, baseada numa experiência da Alemanha, na qual, desde 2009, travestis e gays afeminados estão sendo transferidos para alas específicas nos presídios, com o objetivo de garantir acomodações adequadas, proteção à integridade física e a autoestima, não havendo mais a raspagem da cabeça deste população encarcerada. Além disso, a ação busca evitar a coação dessas pessoas a terem relações sexuais forçadas com outros detentos e evitar o risco de adquirirem doenças sexualmente transmissíveis. Fazem parte das ações a inclusão em projetos de inserção social, como curso de cabeleireiro e costura. Porém, essa é uma ação polêmica e com fortes discordâncias dentro do próprio

⁵⁴ Ver no anexo D a descrição da Lei Estadual 14.170/02.

⁵⁵ No âmbito nacional temos, a partir de 1999, 12 dos 27 Estados da Federação com legislações específicas sobre proibição da discriminação por orientação sexual, disponível no site da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

⁵⁶ Ver no Anexo F reportagem que ilustra as negociações ocorridas em Belo Horizonte sobre o assunto.

movimento social, por se tornar uma prática de segregação desse público, podendo conduzir a uma estigmatização do mesmo dependendo da forma que acontece na prática cotidiana⁵⁷.

Além da política de saúde, na prevenção e enfrentamento das DSTs/AIDS, e da política de direitos humanos na promoção de direitos e atendimento a casos de violência, percebemos que as Paradas do Orgulho LGBT também foram uma importante interlocutora entre o poder público e o movimento LGBT. Conforme destaca Machado (2007, p. 207), somente a primeira edição deste evento, no ano de 1998, contou com “quase nenhum acesso à política institucional”. Vale ressaltar que nos anos de 1999 e 2000, o apoio a Parada do Orgulho LGBT foi sustentado pela esfera legislativa municipal e estadual, principalmente pela mediação do Vereador Leonardo Mattos (PV) e do Deputado Estadual João Batista de Oliveira (PDT).

Conforme destaca Machado (2007), a Parada e alguns grupos que a organizam a fazem na cidade e no cenário da militância nacional em torno de um discurso de fundamentação política esquerdista, que propõe a explicitação dos antagonismos sociais a partir da politização do discurso sobre a sexualidade, daí a recusa ao modelo de mercantilização da Parada. No entanto, entre outros aspectos, essa lógica conduz os movimentos organizados a se aproximarem do Estado e das Políticas Públicas no desenvolvimento de suas ações. Tais articulações trouxeram novos elementos para a arena política com conflitos e contradições, como a ampliação da visibilidade da militância, sobretudo em espaços institucionais determinados, de acordo com Machado (2007, p. 118):

Porém, os grupos organizados foram sendo assimilados e diminuíram sua capacidade de interpelação, já que os espaços institucionais que os acolheram são controlados por regras, procedimentos institucionais e mecanismos burocráticos que limitam as possibilidades de enfrentamento, sobretudo das lideranças que se envolveram diretamente com órgãos governamentais. Além disto, os discursos sobre desigualdades sociais, que enriqueciam os debates acerca das hierarquias e desigualdades sexuais, perderam força para uma tradução do discurso da opressão em discurso de defesa dos Direitos Humanos focada na especificidade LGBT. Estas transformações deixam dúvidas quanto a capacidade destes movimentos em produzirem novos antagonismos que apontem para ações contra-hegemônicas nos espaços que passaram a ocupar .

Assim, a Primeira Parada LGBT foi inicialmente idealizada e organizada por uma liderança lésbica, fundadora da Associação Lésbica de Minas (ALEM). As primeiras manifestações da Parada LGBT demonstraram uma crítica radical aos padrões normativos da sociedade. Posteriormente, a Parada gradativamente começou a ganhar um cunho

⁵⁷ Ver no Anexo F a capa do projeto com a foto das travestis com cabeça raspada, antes do início das ações comentadas acima.

mercadológico e midiático, porém permaneceram as oposição de diferentes segmentos da sociedade. Todavia, a Parada foi crescendo em número de participantes e os grupos se estruturando. E desde 2002 a SMADC e a CMDH passaram a ceder espaço físico para reuniões, oferecer subsídios políticos e de infra-estrutura para o evento. Bem como a contratação de lideranças para cargos políticos nos centros de referência municipal e estadual, que contribuíram neste processo (Machado, 2007).

Consequentemente, a parceria com o governo e com as políticas públicas exigiu dos militantes posturas mais cordiais na produção do evento, abrindo mão de um enfrentamento mais acirrado entre movimento social, poder público e sociedade civil, já que muitos conflitos deveriam ser negociados internamente e adequados às demandas de seus novos interlocutores. Isso conduziu a um certo isolamento dos grupos LGBT em seu cotidiano criando comportamentos políticos mais previsíveis e burocratizados (Machado, 2007).

Em Belo Horizonte, foi aprovada no âmbito municipal a Lei nº 8.176/01, que estabelece penalidades para o estabelecimento que discriminar pessoas em virtude de sua orientação sexual. Apesar da ainda difícil efetivação de tais leis no cotidiano suas criações legitimaram um avanço na institucionalização da política LGBT na cidade. Entretanto é uma lei ainda pouco efetivada, pois não foram criados instrumentos legais para fiscalização dos estabelecimentos. Como, por exemplo, serviços e equipe técnica específicas para atuar nestes casos. Dessa forma, até o momento, fica na responsabilidade da CMDH e do CRLGBT atuarem pontualmente nas demandas recebidas.

Todo esse resumo contextual percorrido acima serve para compreensão do momento de criação do primeiro estabelecimento público de atendimento na área LGBT com o apoio governamental. Após um confronto entre os movimentos LGBTs belo-horizontinos e o então reeleito prefeito Célio de Castro, diante de um comentário preconceituoso realizado por este na mídia, o prefeito se retratou comprometendo a ceder um espaço físico na PBH para a criação do CRH. O espaço foi também legitimado pelo Art. 7º da Lei 8.176/01 que reitera o dever do executivo de manter setor especializado para receber denúncias relacionadas às infrações dessa lei:

As leis 8.176/01 e 14.170/02 pressupõem a criação de órgãos que garantem que seus princípios sejam cumpridos. Nesse âmbito, surge a possibilidade de se criarem órgãos governamentais que defendem os direitos GLBT, mas que sejam controlados e geridos pelos movimentos sociais (Machado, 2001, p.187).

Deste modo, em 2001 é criada a Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania (SMDC) e a CMDH já existente no país de forma pioneira desde 1993, passa a integrar tal secretaria. Nela também é cedida um espaço para a instalação do CRH, nesse momento coordenado pelo sócio-fundador do Clube Rainbow de Serviços:

com cuidado, com clareza, com segurança e paulatinamente foi se ganhando isso. Tem uma questão que é... que é... que é importante, porque é... um houve um segundo momento em que com esses arremedos de institucionalização da política, certo?... abriu-se um espaço mais largo de interlocução, outras entidades começaram a aparecer... e ainda que fosse muito marcado, fortemente marcado com um trabalho voluntário, já havia nessa época, certo?... uma... uma... um equipamento mobiliário mais adequado... no Centro de Referência da Diversidade Sexual, ainda muito tímido, mas houve um assumimento também nesse sentido, não só no sentido de botar na marca da Prefeitura o solzinho... mas também de sentir que tinha um papel que você podia assinar, timbrar e poder escrever sem medo, viu?... é... a Secretaria Municipal de Direito da Cidadania se referindo à universidade sexual... certo?... sai timbrado com o símbolo da Prefeitura, aí você tem uma mesa, uma cadeira, tem um computador, tem um telefone, tem sim... um acesso ao fax... com uma materialidade que possibilitava que os setores se organizassem, ainda que, repito, fosse fortemente atrelado a um trabalho voluntário, articulado pelas entidades representativas...mas aí surgiram outras... né?...surgiu... é que a memória incorre... corre sempre o risco de errar, mas... surgiu o GURI, certo?... surgiu ALENS... surgiu o CELOS, que depois acabou assumindo de uma maneira mais efetiva... um papel de protagonista nessa questão, eu acho que o CELOS acabou com o tempo assumindo de uma maneira mais marcada... esse protagonismo, é... é...é, a participação de representantes em conselhos de Direitos... certo?... (Entrevista 3BH).

O apoio da esfera Executiva Municipal as Paradas se iniciaram em 2001, principalmente a partir das ações da SMDC, do Programa DST/AIDS e da Belotur. Neste

contexto ocorreu um crescimento significativo das participações que passaram de 800 pessoas para uma média de 3.000 a 5.000 participantes. Posteriormente, com a saída do primeiro secretário da SMADC em 2002, o coordenador do CRH colocou seu cargo voluntário de coordenação à disposição para que o novo secretário escolhesse uma nova coordenação para o serviço. Nesse processo, o CRH passou a ser denominado como CRDS, sendo voluntariamente coordenado pela líder da ASSTRAV, Walquíria La Roche. Em seguida o CELLOS e a ALEM, integraram uma coordenação coletiva do CRDS, desenvolvendo as seguintes ações em parceria com a CMDH: atendimento e encaminhamento dos casos de violência e discriminação homofóbica, organização da Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte, articulações políticas municipais, estaduais e nacional com outros movimentos sociais e com o poder público, *advocacy* (defesa de direitos), entre outras:

(...) que , que fez parte do nosso esforço na época. Deixa eu falar o que eu encontrei, certo?... Como eu disse, tudo muito incipiente, certo?... uma timidez muito grande de se assumir e tocar nessa questão, porque tava longe de haver um assumimento do poder público municipal à época e que as questões ligadas à área da comunidade LGBT é questão de política pública...certo?... isso não tava minimamente dado, contudo havia um projeto de um Centro de Referência chamado à época, nós estamos falando aqui de 2002, segundo semestre, Centro de Referência do Homossexual... era assim a primeira designação... É...Centro de Referência Homossexual. A gente avaliava... que essa designação, nem de longe respondia... à necessidade, a gente tinha documentos que falavam do homossexual, aí veio a discussão do Centro de Referência da Diversidade Sexual, que também compreendeu-se depois que essa designação não abrangia... né?... a totalidade, digamos assim nos recortes que compõem... e que deviam ser objetos dessa discussão da constituição, da elaboração, da implementação e do assumimento dessas questões como questões de política pública. A ideia do Centro de Referência do Desenvolvimento da Diversidade Sexual, ela surgiu desse alargamento da questão do homossexual... os interlocutores principais que se encontram na época eram ligados a dois recortes muito específicos... certo?... homossexuais

masculinos...especificamente, certo?...na pessoa do já falecido...
é...é... Danilo, do grupo RAIMBO e a época também ligado à... à
ASTRAV, a associação de travestis, quando encontrei ainda com o
primeiro de título de Centro de Referência do Homossexual,
curiosamente... certo?... em alguma medida, compreendia esses dois
segmentos que estavam presentes, mas a ideia de institucionalizar, de
fortalecer levou uma discussão conceitual que rapidamente sem maior
dificuldade virou... diversidade sexual, mas virou ali para consumo
interno, porque não havia nenhuma ação de externalidade nesse
primeiro momento... essa externalidade, entenda-se aqui, certo?...
não havia uma política assumida, não havia uma política assumida,
não havia uma identificação dessa política com... a Prefeitura, não
havia nada, um documento, uma peça publicitária, um cartaz, uma
placa que fosse, que dissesse que essa matéria é da competência do
poder público municipal... Na realidade tinha uma sala, nessa uma
sala tinha uma mesa, nessa uma mesa tinha por trás dela uma cadeira
e tinha um armário, certo?...não mais do que isso... é... não havia
nem telefone...à época. É... quando houve esse problema lá com a
ASTRAV...certo?... e foi autorizado, trouxe alguns outros móveis
que acabaram compondo esse ambiente, é... e nós trabalhávamos
exclusivamente a essa época com a participação voluntária... dos
representantes desses dois segmentos, E pronto... certo? A seção de
espaço e pronto. A gente não tinha ainda atendimento, nós
trabalhávamos na perspectiva de um trabalho voluntário tentando
constituir uma possibilidade de que ouvesse um lugar de escuta, de
eventual orientação, é... é... um dos passos subsequentes foi...foi
tentar estabelecer uma... uma...uma articulação mais própria, mais
apropriada, adequada, de pressionar... nós vamos ter que ter essa área
ligada a um de nossos setores... havia a nosso juízo, um caminho
natural de institucionalidade e fortalecimento pela via da
Coordenadoria de Direitos Humanos... mas isso não tá dado, não tá
posto dessa forma, era a construção. Essa construção, exigia também,
alguma...algumas sinalizações do Governo Municipal em outros
níveis... se a discussão era tímida na internalidade da Secretaria de

Cidadania, né?... ela é inexistente nas outras áreas... completamente inexistente, então, ficava um...um...um diálogo e um discurso entre os mesmos, é... tentar fazer a parte da necessidade de avançar dessa política, a gente buscar minimamente uma institucionalização. E essa institucionalização podia se dar... aquela época não se parecia, em duas medidas. Primeiro... ancorando as questões ligadas à comunidade LGBT em um dos espaços institucionais que a Secretaria já tinha... esse é um aspecto, por meio dele oferecer, começar a constituir, abrir diálogo com os movimentos, certo?... pra se constituir as bases que poderia vir a ser uma política municipal de promoção de direitos LGBT, e por outro lado tinha uma coisa que a gente não explicitava assim, mas me parecia estratégica... de ter uma peça, de ter uma placa, de ter algum papel dizendo: Política LGBT é questão de política pública para o Município de Belo Horizonte (Entrevista 3BH).

Portanto, à medida que as ações de parceria entre o Estado e o segmento LGBT, em torno da prevenção e do enfrentamento da AIDS foram demonstrando êxito e deixando de serem vistas como um problema que ocorre apenas entre esse público, o debate sobre a homossexualidade deslocou-se do campo da saúde para o campo dos direitos humanos, como ressalta Fonseca e colaboradores (2007, p. 9):

Dessa forma, na década de 2000, as discussões voltadas para a sub-cidadania do público LGBT ganham centralidade, passando a ser direcionadas para o estigma social, a discriminação, o preconceito e a violência perpetradas contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Coloca-se, assim, em relevo a necessidade da elaboração e implementação de políticas públicas específicas para este segmento, que atuem concomitantemente no enfrentamento à violência homofóbica e na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania LGB.

Conforme destaca Passos (2010), a dinâmica do sucesso das parcerias entre o Estado e a sociedade civil no terreno da prevenção das DSTs/AIDS, na esfera das políticas de saúde, parece ter oferecido um modelo sobre o qual, também, poderiam ser aplicadas as políticas de enfrentamento à violência e discriminação homofóbicas contra o segmento LGBT, agora, no campo das políticas de direitos humanos e cidadania. Isso contribuiu para o Estado recorrer aos grupos/ONGs LGBT e vice-versa diante da necessidade de atuação nesta nova área. No caso belo-horizontino, isso aconteceu por meio da parceria entre os grupos e ONGs LGBT e

o poder público na consolidação do Centro de Referência da Diversidade Sexual, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania.

A criação do CRDS contribuiu para aproximar o poder público municipal da temática da diversidade sexual, por meio do movimento social. Nesse momento a política LGBT ainda não havia sido incorporada nem mesmo pelo Executivo Federal. Neste sentido, os militantes do CRDS promoveram, na esfera da SMADC, um trabalho permanente e prolongado de formação dos gestores e agentes públicos sobre a temática LGBT. Sendo que os grupos/ONGs LGBT que não possuíam sedes próprias encontraram na estrutura da SMDC um apoio para que pudessem funcionar. Contudo, as dinâmicas ali estabelecidas não deixaram de apresentar algumas contradições e confusões de papéis e funções entre o poder público e os grupos/ONGs LGBT presentes na execução do CRDS e uma frágil institucionalidade. Esse fato foi acentuado com as contratações efetuadas pelo poder público, por meio da SMADC, de representantes e líderes dos grupos LGBT para atuarem junto à equipe da CMDH e na esfera do CRLGBT.

Os pontos positivos disto foram o conhecimento da realidade cotidiana da militância e do público alvo e o compromisso e dedicação à causa. Os pontos negativos: falta de conhecimento e experiência em gestão pública e confusão entre os papéis de gestor e de militante. Seja por cooptação ou mesmo pela dificuldade em exercer ao mesmo tempo o papel daquele que faz o controle social e ao mesmo tempo ocupa um cargo de governo.

Assim, a experiência do CRDS propiciou a implementação do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania GLBT no âmbito da SMADC, por meio de um convênio com a SEDH, como uma ação prevista no referido Programa Brasil sem Homofobia. A implementação do CRGLBT ocorreu no antigo espaço cedido para o funcionamento do CRDS, em uma sala junto à CMDH, mas o setor foi reformado para abrigar o CRGLBT. Deste modo, o antigo CRDS, denominado desde 2007 como “Espaço do Movimento LGBT”, foi transferido para outro andar da SMADC, sendo até hoje administrado por alguns militantes gays sob a supervisão da CMDH:

No ano de 2005, a Coordenadoria passa a ter a atribuição de implementar políticas de direitos humanos e cidadania LGBT... e no ano de 2007 por meio de um convênio assinado também com o Governo Federal, a Coordenadoria, coordena o Centro de Referência em direitos humanos e cidadania LGBT e esse convênio, ele é

formalizado em 2008 e no ano de 2008 a Coordenadoria passa a coordenar o Centro de Referência pelos direitos humanos e cidadania LGBT. Foi um convênio de 12 meses, apenas, depois ele não foi renovado... mesmo a Coordenadoria tendo dentro de suas atribuições, que na verdade ela vem com a reforma, não é em 2005, com a reforma de 2002, é...então mesmo a Coordenadoria continuando com a atribuição de implementação políticas para este público, ela fica sem o centro de referência até o ano de 2010, então... de final, do princípio de 2009 até o início... o meio, Junho de 2010, o município fica sem a política, mas a Coordenadoria continua fazendo o atendimento por meio de um serviço de atendimento integrado ao cidadão a este público especificamente. E... aí, Julho com a nova gestão de 2008 ele já inclui nos programas de governo a implementação e fortalecimento de um programa voltado ao público LGBT e no ano de 2010 ele realmente é reaberto e o atendimento passa a ser efetivo em Junho de 2010 (Entrevista 6BH).

Este espaço misto de participação, entre governo e militância, na elaboração e execução da política de direitos humanos LGBT, é algo relativamente novo na história da redemocratização da gestão pública brasileira, consequentemente de Belo Horizonte. Dessa forma, existiram momentos de avanço e conquistas, bem como momentos de grandes equívocos ou mesmo de impasses para colocar em prática o que foi planejado. Porém, tal parceria pode ser muito interessante, desde que saibamos potencializá-la nesse contexto cada vez mais complexo. Por exemplo, na presente pesquisa apontamos que a relação entre as demandas do movimento social LGBT e as respostas construídas pela política pública de direitos humanos não é mais linear e isso é constantemente percebido na confusão de papéis entre os militantes do movimento e os agentes públicos da CMDH e da SMADC.

Por vezes, quem demanda é o poder público, e quem responde é o movimento, seja por uma confusão de funções e responsabilidades ou, até mesmo, seja por um desejo consciente de que a política seja efetivada. Outro exemplo claro disso está refletido na profissionalização de militantes e no ativismo de agentes públicos, que demonstra o quanto as fronteiras entre sociedade civil e Estado, entre adversários e apoiadores, por vezes, estão hoje indefinidas, utilizando os dizeres de Mouffe e Boaventura, e isso pode ser comprovado

também pela diversidade de atores sociais envolvidos na cena pública. Isso pode contribuir com o respeito à diversidade humana, porém, a princípio, esse fenômeno não representa nem emancipação e nem regulação apenas. Essa realidade nos faz refletir que essas fronteiras flexíveis entre o Estado e a sociedade civil são menos determinantes para compreensão da garantia de direitos. Mais importante é analisar em cada contexto e situação como esses atores se articulam e a quem e para que estão a serviço:

hoje não existe uma diferença, não existe uma diferença ontológica entre você está no Estado ou está nos movimentos sociais, sabe, eu acho que hoje a diferença é como que você usa o lugar que você tá, os uso que você faz no lugar que você tá, e ai eu acho que tá todo mundo muito perdido nisso ai né, eu acho que tá todo mundo muito perdido.... É de parceria... porque que quando acabou a ditadura todo mundo teve um pouco a sensação assim de que as coisa iam resolver, o Estado agora é o nosso parceiro né, então você vê uma aproximação muito grande né, essa relação de conflito, parceria, ela não é mais a mesma, sem dúvida, mas eu acho que são palavras ruins pra descrever essas relações, não sei quais seriam melhores, estou buscando essas palavras inclusive, mas eu acho que são palavras ruins né, ou então a gente deveria falar não em conflito e parceria né, mas em que conflitos e que parcerias são feitas (Entrevista 7BH).

Neste sentido, é possível analisar que o apoio as Paradas em 2002 foram ampliados devido ao contexto de inserção dos grupos LGBT na estrutura da SMDC, por meio do CRDS. O público de participantes no evento também se ampliou para uma média de 10.000 a 15.000 participantes. Em 2003, a Parada deixa de contar apenas com os recursos dispersos vindos dos próprios militantes e parceiros políticos, como: vereadores, partidos políticos de esquerda, sindicatos e estabelecimentos comerciais LGBT. Ocorre assim o apoio financeiro do Ministério da Saúde por meio das políticas de prevenção de DST/AIDS, com isso a visibilidade política do evento se fortalece e o número de participantes aumenta de forma significativa para a média de 12.000 a 25.000 participantes. Dessa forma, o Executivo Federal se torna a principal fonte de financiamento das paradas (Machado, 2007).

Em 2004, temos o marco nacional mais significativo que especifica um documento político na área dos direitos humanos LGBT, a criação do Programa Brasil sem Homofobia

(Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB - gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - e de Promoção da Cidadania de Homossexuais). Foi lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de diretrizes do Plano Plurianual PPA – 2004-2007, no primeiro mandato do presidente Lula. Houve uma ampla e tensa participação de todos os ministérios e do movimento LGBT, tanto na elaboração do documento quanto na construção de pactos políticos, buscando assim ampliar o leque de áreas abrangidas pelas ações e de concretizar as demandas LGBT. O Programa tem como objetivos: a) o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB (Brasil, 2004).

Entretanto, na prática, o Programa passou por dificuldades políticas que incidiram em limites de infra-estrutura, financiamento e descentralização de poderes. Conforme Mello, Avelar e Maroja (2012) suas propostas praticamente se confundiam com as demandas dos grupos LGBT, o que tornava difícil reconhecê-las como parte de um programa de responsabilidade do Governo Federal. Tal fenômeno tem a ver com a própria forma peculiar que tem sido construídas as políticas de direitos humanos LGBT.

Acompanhando essa agenda política nacional, em 2005, após a reforma administrativa da PBH, foi criada a Lei nº 9.011/05, formalizando a vinculação do CRDS à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos. É atribuído a este órgão a competência sobre as questões da diversidade sexual inter-relacionadas à promoção de políticas de direitos humanos⁵⁸. Apesar do trabalho cotidiano que a CMDH vinha desenvolvendo junto ao CRDS e aos movimentos LGBT da cidade, a formalização dessa responsabilidade exigiu de sua equipe maior

⁵⁸ Em relação aos direitos LGBT à CMDH compete:

IV- elaborar, propor e coordenar programas, serviços e ações que visem a promoção e defesa dos direitos da comunidade homossexual, em toda a sua diversidade, garantindo o direito à livre orientação sexual;

V- fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da comunidade homossexual, em toda a sua diversidade;

VI- desenvolver coleta de dados, estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos, aos atos de violência doméstica e intrafamiliar e a prática de atos de discriminação e violência contra a comunidade homossexual, sistematizando as informações que orientem a formulação da política municipal de direitos humanos e cidadania;

X- criar instrumentos que promovam a organização, a mobilização social e a participação popular da comunidade homossexual, em toda a sua diversidade;

XIII- promover ações de apoio e orientação sobre os direitos da comunidade homossexual, em toda a sua diversidade, e às vítimas de violência doméstica e intrafamiliar; assegurando-lhe participação na formulação e implementação de propostas que orientem a política municipal no campo dos direitos da comunidade homossexual, em toda a sua diversidade (Belo Horizonte, 2009).

formação, capacitação e estreitamento das relações com os atores sociais envolvidos nessa política. Tal realidade ocorreu por meio de parcerias e compartilhamento de saberes atravessados por conflitos de ordem conceitual, políticos e administrativos. O que demandou negociações e tensionamentos para a consolidação do projeto.

A partir de 2005, a Parada alcançou nova fonte de financiamento através da Lei de Incentivo à Cultura, bem como novos apoiadores: a ABGLT, o NPP/UFMG e o CRP-04. A Parada deixa de ser coordenada pela ALEM e passa a ser coordenada pelo grupo CELLOS. Nesse período também foi inaugurada pela ALEM a Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes. Outra conquista desse período foi a aprovação do alvará de licenciamento expedido pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do apoio de políticos e gestores públicos.

Diante das diretrizes propostas pela criação do Programa Brasil sem Homofobia, de descentralizar serviços pelos estados e municípios a CMDH junto com o CRDS elaborou o Projeto de Fortalecimento do Centro de Referência GLBT, aprovado em 2006 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República⁵⁹. O CRGLBT de Belo Horizonte foi lançado no dia 28 de junho de 2007, sendo que o CRDS permaneceu integrado a CMDH/SMDC e passou a ser denominado como Espaço do Movimento LGBT, como citam Prado, Machado e Carmona (2009, p. 114):

A lógica do Governo Federal de inclusão da política LGBT no âmbito da política nacional de direitos humanos tem sido reproduzida em outros Estados (...). Entretanto, questionamos até que ponto essa estratégia política representaria o reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos ou apontaria mais uma vez para uma lógica de inclusão perversa – ou exclusão – de um grupo ainda bastante invisibilizado entre os órgãos públicos de maior legitimidade política e consequente prioridade orçamentária.

Assim sendo, o CRGLBT tornou-se um equipamento público vinculado à Coordenadoria de Direitos Humanos, órgão da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, por meio do convênio 173/06, celebrado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). Suas ações prioritárias podem ser assim descritas: articulação e fortalecimento de uma rede de parcerias com organismos governamentais e não governamentais; formação da sociedade civil, de gestores e agentes públicos sobre os direitos humanos e cidadania homossexual; apoio às ações desenvolvidas pelo movimento social; realização de atendimento e orientação psicossocial e jurídica, por meio de uma equipe interdisciplinar, às vítimas da violência e de

⁵⁹ Foi destinado um valor de R\$ 95.500,00 ao município para implementação do CRGLBT e uma contrapartida do município de 10% sob esse valor. O valor total de R\$ 105.050,00 serviu para custear o pagamento da equipe técnica, estagiários e demais materiais permanentes e de consumo para o funcionamento do equipamento.

discriminação homofóbica e, ainda, produção de um banco de dados sobre as violações dos direitos humanos do público GLBT. De acordo com o Relatório Técnico Parcial do Projeto de Implementação do CRGLBT em Belo Horizonte – no período de maio a dezembro de 2007, o equipamento realizou 50 atendimentos.

Entre as atividades realizadas destacaram-se o I Fórum GLBT do CRGLBT⁶⁰, no dia 27 de junho de 2007, envolvendo gestores e agentes públicos, militantes de movimentos sociais, estudantes e acadêmicos, centrando a discussão na relação entre a universalidade dos direitos humanos e as particularidades dos direitos LGBT e na homofobia, o Lançamento do CRGLBT, no dia 28 de junho de 2007, no qual foram apresentados o Plano de Trabalho e o Projeto Básico do CRGLBT, e o I Ciclo de Debates do CRGLBT: Construindo Políticas Públicas, realizado entre os dias 18 de outubro a 07 de novembro de 2007, prioritariamente voltado para gestores e agentes públicos da Prefeitura de Belo Horizonte. O CRGLBT também participou da organização do I Seminário sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero: Educando para a Diferença, promovido pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte nos dias 03 e 04 de dezembro de 2007. Além disso, a equipe do CRGLBT, realizou *advocacy* no Legislativo, Executivo e Judiciário nos meios de comunicação e pela internet, bem como participou de vários eventos como palestrantes e debatedores e produziu artigos científicos, capítulos de livros, o que propiciou o fortalecimento da articulação de redes (Belo Horizonte, 2008):

Bom... olha... é... eu acho que o Brasil sem Homofobia, ele veio colocar o seguinte... tirar a questão do LGBT do campo da doença e colocar no campo de Direitos Humanos, porque antes era só... Coordenação da ST AIDS, é... todo mundo... Ah... procura a AIDS, procura a AIDS, então isso nem era muito ruim... então quando se abre é... é... o... esse Brasil sem Homofobia, é... aí já abre no campo de Direitos Humanos... de Cultura, abre-se uma possibilidade de diálogo... e aí hoje a gente tem o exemplo do... do... Educação sem Homofobia que entra também nesse... nessa questão do... do Brasil sem Homofobia... Então, houve um avanço?... houve sim... mas... é pequeno ainda mediante tantos assassinatos e tantas coisas que vêm

⁶⁰ O Fórum LGBT teve como objetivos: Discutir e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e do Plano Nacional LGBT; Avaliar e propor estratégias para fortalecer a Programa Nacional Brasil sem Homofobia; Avaliar e propor estratégias para implantação do Programa Municipal BH sem Homofobia e Articular a participação dos representantes do município de Belo Horizonte para a conferência Estadual

acontecendo... Bom... eu acho importante é... essa questão do LGBT... tá?... com a questão dos Direitos Humanos, porque o debate, ele avança... ele avança em outros aspectos... é... como eu disse que... com... com o Brasil sem Homofobia teve um avanço que discutia a Cultura, discutia a LGBT... então os Direitos Humanos também começou a... ter um outro olhar porque antes a... a questão LGBT era vista somente como a questão da doença, né?... e aí a gente começou a... o avanço porque... avançou porque a gente começa a... a... a reivindicar essa questão, a questão da LGBT tem que ser tratada como questão de Direitos Humanos... os nossos Direitos, é... por exemplo, nós temos vários Direitos que... que nós não temos e aí... isso daí é questão... aí a gente começa: Ah não... porque que nós não temos... então, se existe Direitos Humanos, nós temos que ter esses Direitos também, então é um outro patamar que a gente não fica só reivindicando... (Entrevista 12BH).

Em 2007, devido a um conflito entre a comissão organizadora da Parada e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais quase foi vetada a realização desse evento, o que necessitou de uma forte mediação dos gestores públicos da PBH, parlamentares e representantes do movimento LGBT local e nacional para viabilizar a realização do evento (Machado, 2007).

Em 2008, o CRGLBT, por meio da Coordenadoria de Direitos Humanos e da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, realizou o Fórum Municipal GLBT: Cidadania e Políticas Públicas (29/03/08), com a participação de setores governamentais, acadêmicos e o movimento LGBT de Belo Horizonte. As propostas que foram elaboradas e aprovadas pela plenária subsidiaram a I Conferência Estadual LGBT e a I Conferência Nacional GLBT, ocorridas no mesmo ano, nas quais esteve representado pela coordenação municipal dos direitos humanos.

O texto Base e o Regimento da I Conferência Nacional LGBT do Brasil, é um documento elaborado pelo poder público em parceria com militantes do país e aprovado pela comissão organizadora da Conferência. O documento apresenta uma breve análise da conjuntura nacional e internacional dos avanços nas políticas públicas e a legislação de proteção a LGBT. O texto se divide em eixos temáticos que orientaram os trabalhos da Conferência Municipal e Estadual, tais como: 1 - Direitos Humanos; 2 - Saúde; 3 - Educação;

4 - Justiça e Segurança Pública; 5 - Cultura; 6 - Trabalho e Emprego; 7 - Previdência Social; 8 - Turismo; 9 - Cidades; 10 Comunicação; 11 - Igualdade Racial e 12 - Mulheres. Cada eixo apresenta um diagnóstico e as estratégias de gestão e ação para cada uma das suas temáticas. Além destes eixos temáticos, o Texto Base contém temas transversais vistos como determinantes da condição de vida das pessoas, tais como: idosos, pessoas com deficiência; infância, adolescência e juventude” (Texto Base, 2008).

A análise crítica realizada por Duque (2009) sobre os documentos construídos nesse processo de organização das conferências municipais, estaduais e, principalmente, da nacional contribui para pensarmos as contradições entre os discursos e as práticas de construção da política de direitos humanos LGBT. O autor destaca:

- O Texto Base informa que um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas discriminatórias em relação a sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Porém, o texto dá margem a uma interpretação que restringe a prática da sexualidade apenas à vida adulta, colocando jovens, adolescentes e crianças fora da legalidade do exercício de suas sexualidades, e, conseqüentemente, distante de parte de seus direitos
- No Texto Base há uma afirmação sobre o direito das pessoas se apresentarem socialmente com o “seu sentimento de pertencimento a um determinado gênero, independentemente do seu sexo biológico”, porém, este direito é restringido pelo mesmo ao argumentar que a delegação a ser eleita nas Conferências Estaduais para a Conferência Nacional LGBT deverá ser composta por, no mínimo, 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis), o que reforça o binarismo de gênero ainda com vestígios na diferença sexual

O I e II Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, foi elaborado com base nas resoluções da I e II Conferência Nacional GBLT, respectivamente em 2008 e 2011, lançados em 2009 e 2012. Os planos foram elaborados com a participação de milhares de pessoas nos diversos municípios e estados (Brasil, 2009, 2012). Neles podemos perceber que há um foco na promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT, apontando um deslocamento do foco na homofobia como ocorreu no PBSH para a garantia da igualdade de forma universal.

Porém, mesmo com tal estratégia política de mudança do foco permanecem graves violações dos direitos humanos LGBT. Diante desses equívocos produzidos pelos principais atores sociais responsáveis na construção da política de direitos humanos LGBT percebemos o quanto a cultura heterossexista e homofóbica ainda legitima e naturaliza nossos paradigmas sociais.

Nesse contexto nacional, que se repete no contexto municipal, ocorreram vários impasses financeiros e políticos em 2008 para a renovação do convênio do CRGLBT com o Governo Federal, frente às burocracias legais do período eleitoral, o referido equipamento teve suas atividades desmobilizadas, pelo fato da necessidade de finalização dos contratos de trabalho da equipe técnica e dos estagiários. Apenas seu coordenador se manteve no equipamento, como forma de não fechar por completo os serviços da política. Assim, com o apoio da Coordenadoria de Direitos Humanos e do Serviço de Atendimento Integrado ao Cidadão (SAIC), da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, o atendimento de casos foi mantido, apresentando um total de 101 casos atendidos no referido ano. Entretanto, a coordenação do equipamento procurou ainda manter as ações de articulação e fortalecimento da rede de parcerias no campo LGBT, participando de eventos diversos, como: seminários, cursos, palestras, entre outros. Porém, em dezembro de 2008, finalizou-se o contrato de trabalho do coordenador do CRGLBT com a Prefeitura de Belo Horizonte. A partir disso, o CRGLBT encontrou-se, até o mês de março de 2010, sem uma equipe de trabalho e sob a responsabilidade direta da equipe da Coordenadoria de Direitos Humanos, sendo que os atendimentos continuaram a ser realizados com o apoio do SAIC.

Em 2008, no período pré-eleitoral belo-horizontino, o movimento LGBT da capital apoiou publicamente o candidato a prefeito posteriormente eleito, Sr. Marcio Lacerda (PSB), a partir de um acordo político para que o executivo municipal apoiasse à causa LGBT. Dessa forma, ocorreu a inclusão da pauta LGBT como uma das ações do seu Programa de Governo.

Em 2009, ao tomar posse no cargo de Prefeito de Belo Horizonte instituiu-se o Programa BH Metas e Resultados, – tendo por objetivo a implantação de um modelo de gestão estratégica voltada para a avaliação permanente das políticas públicas e dos resultados dos programas, projetos e ações nele contemplados. O Programa BH Metas e Resultados possui 12 áreas de resultados para o investimento de recursos humanos e financeiros do município: Cidade Saudável, Educação, Cidade com Mobilidade, Cidade Segura, Prosperidade, Modernidade, Cidade com Todas as Vilas Vivas, Cidade Compartilhada, Cidade Sustentável, Cidade de Todos, Cultura e Integração Metropolitana. A Prefeitura de Belo Horizonte, nestas 12 áreas descritas, estabeleceu 40 Projetos Sustentadores, estipulando

para cada um deles os seguintes aspectos: órgãos e equipes envolvidas na execução e um gerente responsável pela sua condução, população a ser beneficiada, objetivos específicos, metas físicas, prazo de implantação e indicadores. O CRGLBT, foi elencado como uma das ações no mencionado Programa de Governo e passou a integrar o projeto sustentador Direito de Todos, especificamente na área de resultado Cidade de Todos. Consequentemente, o CRGLBT foi integrado ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), exercício 2010-2013, da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (Prefeitura de Belo Horizonte, 2009).

Em 2009, houve a tentativa de aprovação do PL 105/09, que institui o Dia Municipal da Parada LGBT⁶¹ no calendário oficial do município, proposto pela vereadora e também presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Luzia Ferreira (PPS), entretanto o projeto não foi aprovado devido a falta de quorum. O que instaurou um conflito entre opositores e aliados do movimento LGBT sobre a constitucionalidade ou não do município arcar com tal despesa. Mas claro que tal dissenso estava sustentado pelo preconceito devido aos valores religiosos de parte dos parlamentares em contraponto a uma discussão laica sobre o Estado, de acordo com Passos (2010, p. 186):

Percebe-se, ainda, que a inatividade do CRLGBT, durante todo o ano de 2009 e nos primeiros meses do ano de 2010, vem contribuindo para que os atendimentos ao segmento LGBT, no âmbito da política municipal de direitos de cidadania, fiquem pulverizados e dispersos na estrutura da SMADC. Deste modo, passaram a existir pelo menos três portas de entrada para o referido atendimento: a CMDH, o SAIC e o “Espaço do Movimento LGBT”. Com o encerramento do CRGLBT, a CMDH buscou criar um fluxo institucional para o atendimento dos casos referentes ao segmento LGBT. Neste sentido, acordou-se que tanto a CMDH quanto o “Espaço” endereçariam tais demandas ao Serviço de Atendimento Integrado ao Cidadão (SAIC) e os casos considerados mais complexos pelo SAIC passaram a contar com o respaldo técnico-político da CMDH. Porém, diante da ausência dos profissionais que estavam à frente do CRGLBT, nem todos os setores da SMADC compreendem que a CMDH faz a gestão da política LGBT e os casos ali aportados, muitas vezes, tomam a direção do “Espaço” como se lá fosse institucionalmente o local mais legítimo para encaminhá-los. Percebe-se, assim, que a ausência prolongada do CRLGBT tem contribuído para que o “Espaço do Movimento LGBT” seja, em alguns casos, novamente acionado como um “serviço” de acolhimento, orientação e/ou encaminhamento das demandas apresentadas pelo segmento de gays, lésbicas e transgêneros à SMADC. Ao mesmo tempo, o “Espaço”, na mesma linha seguida

⁶¹ Apesar da atual parceria entre Movimentos sociais LGBT e Estado para a realização das paradas, é importante ressaltar que a Parada LGBT em Belo Horizonte, ao longo da sua história, manteve uma relação intrínseca ao surgimento e desenvolvimento dos grupos militantes LGBT da cidade, isso reafirma sua importância como ação coletiva. Para maiores informações consultar a dissertação de mestrado de Machado (2007). Resultados parciais também foram publicados em Machado & Prado (2007). Em Prado, Machado & Carmona (2009) foram publicados resultados que são complementares a este assunto. Tais publicações foram também desdobramento de uma pesquisa anterior (Machado & Prado, 2005).

pelo CRDS, continua a ser também um local de frequência e sociabilidade LGBT, configurando-se como uma espécie de centro de convivência LGBT.

Este contexto contribuiu para reforçar a postura de alguns militantes de que os atendimentos aos casos de violação aos direitos LGBT são mais efetivos se realizados por seus pares, bem como o entendimento de que o Centro de Referência LGBT será melhor conduzido se estiver sob a coordenação do movimento social e não do governo. Percebecebemos assim, no movimento LGBT local a intenção de representar de forma massiva a causa LGBT, continuando a atender as demandas LGBT no âmbito governamental, ocupando assim os cargos de gestão e de agentes públicos da política LGBT. Contudo, percebemos que houve a preocupação por parte de alguns militantes de que os atendimentos também fossem realizados por profissionais diversos que não tenham a mesma orientação sexual ou identidade de gênero semelhante aos atendidos no Centro de Referência LGBT governamental, mas com a condição de que sejam capacitados pelo movimento LGBT:

O Centro de Referência... ele aposta numa política universal, eu acho que cada... cada... vez discursar mais pra fora é que está... resultando nessas conquistas porque o nosso segmento sempre falou pra dentro, nossos Seminários eram pra nós mesmos... ainda acontece assim, né?... os nossos Fóruns eram pra nós mesmos, nós discutimos entre a gente... entre nós mesmas, né?... mesmo com diversas é... etnias, gêneros, sexualidade ou orientações sexuais... Mas a lógica é universal... universal... assim... é uma política mesmo universal, é pensada nos Direitos Humanos... pensada naquela pessoa como... não... é Direito Humano, a gente não fala sobre recortes... não, ela é travesti... ela... não, ela é mulher... ela tem cabelo grande, porque que a mulher tá com o cabelo grande?... ela tá com a cabeça raspada, porque?... entendeu?... então... se a ... nesse... pensa um pouco, é uma loucura... né?... mas que pelo menos nós tivemos impacto positivo... (Entrevista 14BH).

Daí também surgiu a demanda pelo movimento LGBT ao poder público de Belo Horizonte da criação de uma instância governamental específica, isto é, de uma Coordenadoria dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais:

Todavia, enquanto tal reivindicação não adentrar a agenda institucional da PBH, o “lugar” possível desta política parece ser no âmbito da Coordenadoria de Direitos Humanos, como vem ocorrendo desde 2005. No entanto, a intermitência do processo de institucionalização do CRLGBT vem contribuindo para enfraquecer e deslegitimar, ainda mais, as tentativas de elaboração e implementação de uma política governamental na referida área. Ressalta-se, também, que as contratações de técnicos e estagiários de nível superior, possibilitadas anteriormente com recursos federais e municipais para custear o pagamento da equipe de trabalho do CRGLBT, entre 2007 e 2008, demonstraram não ser tão consistentes no que tange à continuidade desta política. Repete-se, em 2010, a mesma dinâmica das contratações temporárias de profissionais para atuar no referido equipamento. Contudo, agora somente financiadas com recursos municipais (Passos, 2010, p. 199).

A política municipal LGBT deveria substituir os contratos de prestação de serviços pela designação de servidores públicos para atuarem no Centro de Referência sob a gestão da CMDH, bem como a partir de um efetivo controle social pelos grupos LGBT. Entretanto, essa proposta para uma nova estrutura iria romper com o pacto velado, mas simbólico, da criação da parceria entre o poder público e os grupos LGBT. Assim, no primeiro semestre de 2010, não foi possível aprovar a verba financeira, para manutenção do CRGLBT por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Assim, o Executivo Municipal disponibilizou recursos próprios para reativação do CRLGBT.

Neste sentido, foi realizado um processo seletivo público simplificado, instituído pelo Edital de Seleção SMADC 001/09, publicado em 16 de dezembro de 2009, no Diário Oficial do Município. Por intermédio deste instrumento foram abertas três vagas para as funções de Supervisor Técnico, Advogado e Técnico Social. No dia 14 de janeiro de 2010 o mesmo jornal publicou o resultado final do processo seletivo público simplificado, visando reabrir tal equipamento público e reativar a política LGBT em âmbito municipal.

O CRLGBT continuou vinculado diretamente à Coordenadoria de Direitos Humanos e submetido hierarquicamente à Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania que, por sua vez, está vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte:

nessas áreas gerais dos direitos humanos elas ficaram um pouco sem objeto... em alguma medida, eu acho que se ressentem disso ainda hoje... O que é ação específica, precípua da área de Direitos Humanos?... Eu convido, certo?... aos queridos companheiros da área, a dizer... o que seria hoje, certo?... uma maneira bem definida, um objeto bem conformado... do seu campo de atuação... mas por outro

lado, essa mudança da perspectiva abriu espaço... abriu espaço pra que a gente pudesse estabelecer um diálogo (Entrevista 3BH).

As políticas por direitos específicos tem alcançado uma maior relevância na sociedade em relação as políticas universalistas de direitos humanos. Tais movimentos sociais e políticas que reivindicam direitos específicos se fortaleceram na fundamentação dos movimentos sociais e das políticas universalistas. Mas quando ganham força deixam de articular suas lutas com outras, ou mesmo deixam de trabalhar pelas ações políticas universais. Com isso, as políticas universais ficam perdidas ao serem desvalorizadas pelos próprios segmentos e as lutas se tornam individualizadas descontextualizando suas questões mais amplas:

É, então... o que eu posso pensar do que há de novo?... eu fico pensando que há de novo e vejo isso muito mais no campo... negativo que no positivo, é que direitos específicos e não necessariamente LGBT, ele tem ganhado um campo muito maior do que o próprio campo dos Direitos Humanos, que é muito maior do que qualquer campo do direito específico. Vejo que Direitos Humanos procuram absorver... a reivindicação dos movimentos sociais, fortalecer e hoje come um pouco desse próprio processo, negativamente, porque deu força e os Movimentos cresceram... na verdade, eles não se... reconhecem até como Direitos Humanos mas não lutam por Direitos Humanos, lutam por direitos específicos. Então, dentro da... da estrutura da Prefeitura, a gente vê claramente isso onde todas as Coordenadorias de direitos específicos têm, estão, no mesmo... mesmo status da Coordenadoria de Direitos Humanos... dentro de uma política de direitos de cidadania que por vezes está dentro do campo de Direitos Humanos, né?... (Entrevista 6BH).

Entre as considerações de profissionais que estiveram direta ou indiretamente ligados à coordenação da política do CRGLBT, Passos (2010, p. 195) destaque que:

No plano social e político, a implementação de políticas públicas voltadas para as especificidades do segmento LGBT, especialmente aquelas de enfrentamento às históricas formas de violência e discriminação homofóbica, concorre

cotidianamente com cristalizadas lógicas de poder e hierarquias. Esta constatação faz com que pensemos detidamente na proposta estrutural e metodológica do Centro de Referência e na sua localização na área dos direitos humanos e cidadania, tendo em vista suas reais possibilidades de eficácia, eficiência e impacto no campo das políticas sociais. Pondera-se, ainda, a escassa representatividade do binômio direitos humanos e cidadania no cenário político, institucional e administrativo atual da Prefeitura de Belo Horizonte e, conseqüentemente, no seu impacto progressivamente diminuído, especialmente a partir da década de 2000 (p. 195).

Por isto, é preciso que o Centro de Referência trabalhe conjuntamente com a comunidade e com os grupos militantes, entretanto, a experiência tem apontado que, quando algum grupo de ativistas assume o espaço do governo a tendência é que determinados grupos sejam privilegiados politicamente em detrimento de outros, seja por questões ideológicas e/ou pessoais, o que limita a efetivação de uma rede democrática de atuação, atenuando ainda mais o compromisso do Estado com as políticas sociais (Fonseca et al., 2007). Esta crítica está presente no argumento abaixo:

mesmo tendo sido produto de um... de um edital, tendo um centro de referência em 2008, ela é muito recente, então... as atribuições desse centro elas vieram, num primeiro momento construídas a partir da necessidade das demandas do movimento social, mas num segundo momento elas tiveram que passar por uma re-adequação da nova gestão, então... hoje o centro está voltado para o atendimento ao público LGBT pra diversas demandas de violação de direitos principalmente no que diz respeito a orientação sexual... em casos de discriminação também... e em formação da rede de atendimento.... não vejo que existe uma articulação do Movimento com o Centro de Referência e não vejo que existe uma... uma... um apoio do Movimento ao Centro de Referência, representativo, talvez de pessoas, porque uma coisa é o Movimento organizado, a outra coisa é o público que acessa o Centro de Referência, o Movimento pode por vezes até indicar um caso ou outro... mas buscar alguns casos onde o Movimento organizado tenha acessado o Centro, muitas vezes a própria limitação do Centro não alcança a resposta necessária. Isso... (Entrevista 6BH).

Na atual conjuntura o CRLGBT se tornou um órgão individualizante, burocratizante e aburguesado, pelo fato de localizar a discussão na vítima e não no fenômeno sociopolítico mais amplo, como afirma a entrevista abaixo:

Centro de Referência virou isso, a individualização do fenômeno, sabe, a particularização né...porque o discurso dos direitos humanos tem essa coisa da especificidade, que não pode perder, claro que tem especificidade né, só que ele fica ai, e como que ele fica ai, o que acontece né, ele atomiza os problemas, ele dificulta a politização desses temas, e porque que dificulta? ...sedução por conta daqueles lugares de poder, por conta daqueles fluxos institucionais, por conta daqueles lugares de pertencimento, por conta dessas pessoas que são militantes profissionais e agora depende daqueles lugares pra continuar existindo e ...esses movimentos sociais, eles já tem uma tendência a fragmentação, por conta de relações pessoais que já são muito difíceis, os dias de hoje são muito individualistas né, as pessoas tem muita dificuldade de conviver com a coletividade né, por conta de diversas coisas que eu não vou conseguir falar agora, que talvez eu nem sei né, mas que, por exemplo, e esses lugares quando eles cruzam, por exemplo, o racismo e a sexualidade, ele produz não o enriquecimento mas ele produz uma especificidade cada vez maior, você não vai falar da sexualidade, do racismo, enquanto demarcadores de relações sociais né, enquanto elementos de hierarquização social, mas você vai falar do preto gay, ou da negra gay, ou da lésbica negra, né, você vai criar ainda uma cisão maior ali dentro, ao invés dessas pessoas pensarem como que brancos e negros são marcados pelo racismo no âmbito da sexualidade, como que negros e brancos são marcados pela sexualidade no âmbito de seus processos de hierarquização social, eles vão ficar discutindo ...e ai como é que o Governo atende, o Governo adora fazer isso “então vamos criar uma Coordenadoria do negro gay, vamos criar aqui então o Centro de Referência do preto pobre gay, sei lá o que” é isso que a política pública está fazendo né, e os movimentos sociais ... Eu respondi isso um pouco aquela hora que eu falei de como que o

Estado responde, vamos criar uma Coordenadoria do negro gay pobre, você lembra que eu fiz essa brincadeira, de como que a resposta do Estado é o particular, é ir no específico ali e criar, põe ali um representante, sabe, as resposta tem sido muito esta, eu acho né, “há, tem um problema do gay, não sei lá, vamos criar um Projeto então de alfabetização de gay, sei lá o que, há, problemas na escola, então vamos capacitar professores” e olha que capacitação de professores eu acho que é um plus ai, que ai já é uma intervenção mais focalizada, eu acho, sabe, que extrapola a sexualidade, a atualização do sujeito né, mas ainda sustenta o discurso da vítima, não o discurso da vítima, da vitimização, mas por conta dos direitos humanos você foca o problema da sexualidade no gay “olha gente, não vamos discriminar a vítima não, coitado, ele não merece apanhar, é contra a lei bater né, direitos iguais, sei lá o que” sendo que na verdade o discurso da sexualidade é outra coisa, esse artigo que a gente publicou no México fala disso, por isso que fez tanto sucesso, porque a gente conseguiu criar um pouco uma matriz de compreensão do discurso dos direitos humanos pra além disso, pra além dessa especificidade né, agora esse campo ai é totalmente confuso, onde que movimento social responde, teria que fazer um mapeamento disso ai hoje pra ver como isso tá hoje né (Entrevista 7BH).

Desta forma, ressalta-se a necessidade desse órgão se tornar uma política pública de Estado:

apontamos mais uma vez para a importância da efetivação deste órgão (CRGLBT) como uma política pública permanente, aberta à sociedade civil, mas de responsabilidade estatal, pois assim conquistará legitimidade para executar projetos de longa duração e estabilidade político-institucional para se posicionar de modo mais firme e autônomo. Apontamos também para a importância de formas mais objetivas de regulação e controle social para a execução destas políticas e para a solidificação de instituições transparentes, dinâmicas e comprometidas” (Fonseca et al., 2007, p.8).

No contexto atual, a realização das Paradas, tem sido comandada pelos grupos CELLOS, ALEM e ASSTRAV, a partir do referencial de se constituir como um ato político, buscando assim evitar que este evento seja capturado pela lógica de mercado e perca, assim, a

sua expressão histórica de ser um ato eminentemente político, que expressa as demandas, perspectivas e desafios do movimento LGBT belo-horizontino:

Explica-se, pois, que ao longo da semana da Parada, tradicionalmente, são realizados vários eventos, quais sejam: seminários, palestras, premiações, entre outros que discutem temáticas pertinentes ao campo de luta do movimento LGBT. Além disso, um dia antes da Parada acontece a Caminhada da Visibilidade Lésbica, como dito anteriormente. No dia propriamente de realização desta manifestação é montado um palanque na área de concentração do evento que, antes da saída dos trios elétricos acompanhados pelos militantes e frequentadores, é ocupado por diversos atores sociais, ou seja, lideranças sindicais, gestores públicos, parlamentares, membros da academia e de outros movimentos sociais etc., convidados a fazerem os seus pronunciamentos, sendo ouvidos pelo público ali presente (Passos, 2010, p. 210).

Um desafio que ainda permanece é a tentativa de transversalizar a política LGBT nas demais políticas que compõem a PBH. Mesmo diante de todas as iniciativas da equipe voluntária do CRDS para transversalizar aquela temática na SMADC, desde o ano de 2002, e das tentativas da Coordenadoria de Direitos Humanos, desde 2005, percebe-se que as correlações de força e poder entre as políticas internas acabam propiciando uma falta de compreensão e sensibilização por parte das demais políticas para tal interface. Desta forma, as ações de capacitação e formação realizadas pela CMDH não conseguiram instituir ações intersetoriais significativas até mesmo pela pouca autonomia dessa política na PBH. Vale ressaltar que o alcance das ações de formação tem sido dar visibilidade à política LGBT no âmbito da PBH, por meio da divulgação do CRGLBT e de suas funções no âmbito da CMDH:

Trata-se, a nosso ver, de uma política cada vez mais distanciada das esferas centrais de poder e decisão e com poucos recursos humanos, financeiros e materiais. Além disso, trata-se de uma política com pouquíssima capilaridade intra e intergovernamental. Especialmente, a política LGBT é a mais nova e incipiente, uma política pública incrustada na política de direitos humanos que, por sua vez, encontra-se esvaecida e sub-alojada em uma política de direitos de cidadania. Ademais, a primeira, desde a sua origem vem sendo executada por setores do movimento social LGBT (Entrevista 2BH).

Com relação a parceria com a política municipal de saúde a interlocução tem sido feita diretamente e somente entre os grupos do movimento LGBT e a política municipal de saúde, como já exposto. As únicas ações desenvolvidas entre a política municipal de saúde e a política municipal de direitos humanos foram: uma breve exposição da Coordenação de DST/AIDS no I Ciclo de Debates: Construindo Políticas Públicas, em 2007, e a participação da referida Coordenação no Fórum Municipal GLBT: Cidadania e Políticas Públicas ocorrido em 2008, sendo os dois eventos realizados pela CMDH/CRLGBT. Isso acaba fragmentando e enfraquecendo ainda mais a consolidação dessa política no governo municipal, pois o trabalho que ambas as políticas desenvolvem são relevantes para melhor abarcar a complexidade das demandas no campo LGBT.

No que se refere à política municipal de educação destacamos que este órgão implantou, em 2007, o Programa Diversidade Sexual na Educação, no âmbito do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Neste ano foi realizado, de forma pioneira no país, o I Seminário sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero: educando para a diferença⁶². No qual a CMDH e o CRLGBT estiveram representados pela participação numa mesa redonda do evento. A partir deste evento foi elaborado e desenvolvido um curso de formação, chamado Educação Sem Homofobia, para 240 educadores/as das Redes Municipais de Ensino de Belo Horizonte e Contagem, entre abril e novembro de 2008, coordenado pelo NUH/UFMG e financiado pela SECAD/MEC. Além disso, em dezembro de 2008, o Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CMEBH), a partir da demanda apresentada pelos movimentos sociais locais e de âmbito nacional, aprovou, por unanimidade, a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das Escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte⁶³. Foram também realizados cursos de formação para os conselheiros/as sobre a temática direitos humanos e cidadania LGBT. Em 2010 foi realizado o II Curso de Formação “Educação Sem Homofobia” para 500 educadores/as das Redes Municipais de Ensino de Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Betim e Juiz de Fora, entre abril e novembro de 2010, sendo novamente coordenado pelo NUH/UFMG e financiado pela SECAD/MEC.

Além disto, as parcerias entre a CMDH e o NPP/UFMG e, posteriormente, com o NUH/UFMG, possibilitou uma formação teórica mais consistente para a equipe da CMDH e do CRGLBT e conseqüentemente para suas ações de capacitação de agentes públicos na

⁶² Ver no Anexo G reportagem veiculada na cidade pela mídia.

⁶³ Ver Anexo F sobre a Resolução do Conselho Municipal de Educação nº002/2008.

PBH. Nesse contexto, um pesquisador do NPP/UFMG integrou a equipe técnica do CRGLBT, e ocupou, por um certo período, o cargo de psicólogo.

Contraditoriamente a tais ações de formação, ocorre nesse período no âmbito do governo federal o veto ao *kit* contra homofobia. O material era composto por 6 revistas de histórias em quadrinhos com foco no público adolescente, como parte do programa de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS, numa parceria entre os ministérios da Educação e da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Em 2010 chegaram a ser remetidas às Secretarias de Saúde nos estados para serem distribuídas nas escolas, mas por pressão da bancada evangélica no Congresso Nacional, a presidente Dilma Rousseff vetou a continuidade da produção e da distribuição. De forma preconceituosa a bancada parlamentar passou a chamar o material educativo de *kit gay*.

Dessa forma, a decisão do poder executivo de suspender um *kit* pedagógico destinado a auxiliar professores e alunos para o debate sobre a diversidade de orientações sexual e de expressões de gênero representa uma repetição do modelo institucional brasileiro. Essa situação demonstra as hierarquizações em torno da sexualidade e dos modos de gerencia-la .

Há, do ponto de vista dessas decisões, um tempo considerado adequado para falar e pensar sobre a homossexualidade como uma possibilidade; há lugares em que se deve falar sobre a diversidade; quando se pode falar e pensar nesses lugares e momentos adequados; e há uma determinada forma à qual a constituição dessa diversidade deve estar circunscrita (Nardi; Rios; Machado, 2012, pg 8).

O ano de 2011 pode ser considerado um período de mais inserção e consolidação das ações políticas do CRLGBT na cidade de Belo Horizonte, por meio das frentes de formação, capacitação e atendimento de casos. Bem como por ter sido o ano de realização da Iª Conferência Municipal LGBT. A mesma foi discutida a partir dos seguintes eixos temáticos: Saúde; Educação; Cultura, Direitos Humanos, Segurança Pública e Justiça; Trabalho e Renda. Porém, as diretrizes aprovadas permanecem como desafios no contexto atual⁶⁴. Mas se compararmos os objetivos dessa conferência, presente no Anexo G, com os objetivos do Fórum LGBT, presente na nota de rodapé nº38, ocorrido em 2008, é possível perceber que não ocorreram mudanças significativas. O que aponta para a morosidade e burocratização do serviço público.

⁶⁴ Ver no Anexo G o Decreto de convocação para a Iª Conferência LGBT, bem como o discurso de apresentação e introdução do documento distribuído aos participantes do evento.

No primeiro semestre de 2012, foi publicado um Guia Direitos Humanos e Cidadania LGBT, para divulgação dos serviços e orientações básicas sobre direitos. Isso demonstra uma tentativa do CRLGBT de ampliar e fortalecer sua divulgação na cidade, porém, percebemos que o impacto não foi como o esperado⁶⁵.

Todo este percurso, nos possibilita argumentar que essa relação ambígua entre poder público e movimento social tem conduzido a uma certa assimilação dos movimentos sociais ao acolherem a pressão do Estado para que reproduzam discursos mais alinhados às lógicas governamentais. Isso se torna mais perceptível quando lideranças entre os militantes ocupam cargos de assessoria no poder público, desmobilizando seu posicionamento crítico frente ao governo (Bernstein, 1997).

No contexto atual permanece o mesmo quadro de desmobilização deste serviço pela falta de maior reconhecimento pelo poder público, recém reeleito, e conseqüente a ausência de recurso próprio se repete, o que deixa constatado que o modelo do sistema público é cíclico e o quanto é difícil sair da roda ou mesmo reinventá-la. No presente momento o CRLGBT novamente se encontra refém do convênio com o Governo Federal que não foi renovado e da não formalização dessa política na estrutura do governo municipal, conforme é relatado no trecho abaixo:

Bom, a criação né desse serviço é um avanço, só de ter criado uma coisa não tinha criada, mas ainda eu vejo ainda como um frágil, que foi um Centro de Referência que foi criado depois ficou desativado e voltou né, acho, penso que é uma Coordenadoria que vai trabalhar principalmente a questão hoje assim dos crimes violentos né, da homofobia, acho que essa é a maior demanda que eles tem e é inegável a importância de termos na Secretaria que tem o direitos humanos ter uma Coordenadoria de direitos LGBT, mas penso que é um desafio também eles conseguirem também a Coordenadoria dos direitos humanos ali, LGBT, começar a construir com esses outros atores, né, com Assistência Social, com a Educação, com esses vários, Esporte e Lazer, Cultura, para além das Secretaria de Direitos Humanos né, começar a também buscar e discutir a questão dos direitos humanos, da violação dos direitos humanos dentro de cada

⁶⁵ Ver o Anexo G com o discurso formal de apresentação do Guia pela equipe do CRLGBT.

uma dessas esferas né, como que a saúde tá violando algum direito humano dessa população, como que a educação, né, eu acho que esse é um papel importante deles, dessa construção com as outras políticas... Eu vejo como ainda sendo uma coisa que ainda é um desafio pra a avançar mesmo né, de não ficar só no caso a caso, do atendimento das pessoas, pra isso ai partir pra uma construção mesmo, uma discussão da política com vários seguimentos mesmo, com empresas, por exemplo, quando tem alguma questão né, de debate, de levar essa discussão, então eu acho que é uma Coordenadoria importantíssima que vai fortalecer essa discussão nos vários outros seguimento... acho que isso é o desafio agora, de trabalhar junto também, de aproximar (Entrevista 1BH).

No âmbito mais amplo, vale destacar a recente pesquisa realizada sobre as políticas públicas LGBT no Brasil, onde percebemos que Belo Horizonte não se encontra diferente da situação nacional. O professor Luis Mello, coordenador desse estudo, problematizou o tratamento dos direitos sexuais no Brasil, por meio da análise crítica do processo de formulação e implementação de políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT. O pesquisador argumenta que:⁶⁶

a despeito dos avanços nas iniciativas governamentais, especialmente no âmbito do Poder Executivo Federal, o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada. Essa talvez seja uma boa fórmula geral para mostrar o paradoxo da situação dos direitos da população LGBT no Brasil hoje” (Mello et al., 2012, p.1)

Neste sentido, como aponta a entrevista abaixo, ao longo dessa trajetória cheia de retrocessos alguns poucos avanços é percebido e talvez o mais consistente dele seja a visibilidade da temática nos espaços municipais de interlocução do poder público:

⁶⁶ Para maiores informações sobre a pesquisa consultar o site disponível no link <http://www.sertao.ufg.br>, website do *Ser-Tão*, é o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de Goiás (UFG).

É claro que a história faz com que as políticas amadureçam, né? Não é possível que experiências sejam elas negativas ou positivas, elas não tenham um encaminhamento qualquer, não sendo, acredito que seja para uma amadurecimento, então tudo que se viveu de 2002 – quando a implantação de um Centro de Referência da diversidade sexual... que era um Centro formado apenas por ONGs, até hoje com o segundo Centro de Referência, né?...houve uma história e essa história tem desdobramentos, ela tem efeitos, ela tem um amadurecimento do próprio Município. Então, o que a gente percebe hoje, é que já não... já não causa tanto estranhamento nas demais políticas, nos espaços onde se fala em Direitos Humanos, falar de público LGBT (Entrevista 6BH).

Todo esse percurso histórico-social e político discutido nesse item sobre a política LGBT em Belo Horizonte nos aponta para os desafios frente as correlações de força e poder presentes no processo ainda inacabado da (não) institucionalização da política LGBT do município como uma política pública.

A fala da entrevista abaixo ilustra esse dilema:

agora, a Coordenadoria ainda, sinceramente, ainda não senti... uma mudança assim... há uma Coordenadoria, há... teve um avanço... que avanço que vai poder ter numa vida de uma lésbica que mora lá no morro e favela?... qual que é a mudança de fato nisso?... então, a mudança, eu acho é que... da existência dessa Coordenadoria... olha... no Brasil... mas não adianta, por exemplo, nós fizemos Conferência, nós temos as maiores Paradas, nós temos a Coordenadoria, mas isso não reflete, é... nos nossos Direitos, a gente continua a... a... a depender de um Juiz, por exemplo, pra decidir a nossa vida... ainda... dependemos de um Juiz pra dizer: Olha... fica ou não com a herança de uma pessoa que você morou 30 ou 40 anos... então isso... não tá refletindo, essa... é... todas essas ações aí... por exemplo, as Paradas, a Coordenadoria, a Conferência ainda não tá refletindo na vida do nosso dia-a-dia enquanto lésbica... Agora, é importante... é importante, é claro que é importante mas muito mais do que

importante eu quero ver o meu Direito garantido, que não tá acontecendo... (Entrevista12BH).

Quer dizer, ver o direito garantido está além da criação de leis e políticas, requer a construção de ideologias alternativas ao modelo hegemônico, que mostre a cara da diversidade de cada brasileiro, de cada belo-horizontino e de cada ser humano.

6. A (NÃO) INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA LGBT NO PODER PÚBLICO DE LISBOA

O que as vitórias têm de mau é que não são definitivas. O que as derrotas têm de bom é que também não são definitivas

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.

José Saramago

Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos

José Saramago

Escrever sobre a recente história da (não) institucionalização da política LGBT no poder público de Lisboa, requer perpassar pelas principais ações políticas LGBT ocorridas no âmbito português a partir principalmente da iniciativa de Lisboa, que é a cidade capital e central do país. Seguindo a mesma lógica utilizada no item anterior, para reconstrução desta história, foi utilizada como referências básicas nossa experiência na área durante o período de estágio de doutoramento em Portugal, em 2010, os projetos, relatórios e publicações construídas pela equipe da CIG e por militantes e que estão citados nas referências bibliográficas. Bem como, os argumentos utilizados pelos entrevistados na presente pesquisa de doutorado e na dissertação de mestrado da acadêmica e ativista portuguesa, Ana Cristina Santos e pelos demais referenciais teóricos da pesquisa.

Em Portugal, mesmo após o fim da ditadura em 1974, permanece uma ideologia moralista cristã que dificulta a intervenção no espaço público. No entanto, o ativismo LGBT possibilitou conquistas, em termos socioculturais nesse contexto e, sobretudo, na década de 1990 no nível jurídico. Ainda na década de 1970 surgem as primeiras manifestações públicas exigindo liberdade sexual, mesmo que de forma bastante incipiente. Vale ressaltar, a publicação no Diário de Lisboa em 13 de maio de 1974 do manifesto do Movimento de Ação Homossexual Revolucionário (MAHR); em 25 de outubro de 1980, nasceu o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR); em 1982 ocorre o I Ciclo de Debates Ser Homossexual em 1984 e 1987 acontecem Congressos Nacionais de Sexologia (Almeida, 2010; Cascais, 2006; Santos, 2004, 2005).

No entanto, foi apenas em 1982 que a homossexualidade foi descriminalizada, sendo necessários vários anos até que surgissem no país associações LGBT com intervenção pública, organizada e regular. Consideramos que tal regularidade pública das iniciativas LGBT em Portugal, contribuiu para que o movimento LGBT português emergisse a partir de 1995. Foi neste ano que se realizou a primeira celebração dos eventos de Stonewall em Portugal, sendo também de 1995 que data o surgimento da ILGA Portugal, a associação LGBT mais antiga entre as que persistem até ao momento.

Santos (2004) destaca quatro grandes marcos de consolidação do movimento LGBT português coincidentes com a própria história do movimento LGBT de Lisboa, conforme já argumentado acima pelo fato das grandes ações políticas ocorrerem nesta cidade. O primeiro marco ocorreu em 1997 com a inauguração do Centro Comunitário Gay e Lésbico com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e sob a coordenação da ILGA. Ocorre também nesse mesmo ano a I Celebração do Orgulho Homossexual, Arraial Gay e do I Festival de Cinema Gay e Lésbico. O segundo marco aconteceu em 2000, com a realização da I Marcha do Orgulho Homossexual com participação do poder público via Câmara Municipal. O terceiro marco ocorreu em 2002 a partir de dois eventos: 1ª Semana do Orgulho Gay, Lésbico, Bissexual e Transgênero e as Jornadas Lésbicas, incluindo recitais, debates e filmes. O quarto marco se deu em 2003 pela iniciativa do 1º Fórum Social Português (FSP), pelo reconhecimento e articulação ao movimento LGBT.

Após a descriminalização da homossexualidade em 1982, assiste-se a um período de quase duas décadas em que nenhuma conquista jurídica foi concretizada no campo LGBT. Entretanto, ressalta-se nesse contexto que em 1999 a Assembleia da República aprovou o decreto nº416/VII para criação do Programa da Saúde e da Sexualidade Humana que significou o ensino obrigatório de temas sobre sexualidade, AIDS e temas transversais nas disciplinas do ensino básico ao secundário.

No âmbito governamental a realização do conjunto de ações do Ano Europeu em 2007 se destacou como marco de início de um compromisso formal com a temática direitos humanos LGBT.

É... a partir... Então percebemos que a primeira coisa que o Governo Português fez com... que o Governo Português fez sobre questões de Direitos LGBT foi no Ano Europeu... criou um... um... trabalho... um grupo de trabalho de acompanhamento com ONGs do Ano Europeu, onde estavam ONGs de Direitos LGBT, fez grandes Seminários

temáticos para acesso de discriminações que estão a ser trabalhadas... ham... entre eles, um Seminário sobre Direitos LGBT... e esse Seminário sobre Direitos LGBT foi a primeira coisa institucionalmente que o Estado português fez sobre isto, depois há uma alteração da CIG e da sua... da criação da CIG vinda de uma outra estrutura anterior que se chamava Comissão Pra Igualdade e Direitos das Mulheres que se transforma em Comissão pra... pra Cidadania e Igualdade de Género, está com uma mudança em termos de discursos e de dinâmicas (Entrevista 10L).

Neste contexto que os movimentos sociais LGBT, passaram a ser representados com assento nas comissões da CIG:

É... exatamente... e até 2007... até 2007 o Movimento LGBT não tinha nenhum organismo público de... com diálogo institucional estabelecido como tinha todas as outras áreas de discriminação, ok? ... um Ano Europeu que pediu que cada país organizasse um plano nacional de ação pro seu trabalho... pra trabalhar digamos, o projecto do Ano Europeu durante todo o ano de 2007... Óbvio que Portugal fez também, né? E Portugal optou por trabalhar também por trabalhar numa lógica de cruzamento entre todas as áreas de discriminação, ou seja, terem focos específicos, não é? Sei lá... Em 17 de Maio fizemos um... Um Seminário só sobre questões LGBT, mas foi o primeiro em Portugal... 17 de Maio de 2007, foi o primeiro Seminário em Portugal organizado ou co-organizado... e com financiamento público... 2007... A ILGA Portugal e a Opus Gay, ok? Pela primeira vez as Organizações... que representam pessoas LGBT passaram a ter acento e passaram a ter um organismo institucional de diálogo que é a CIG, ou seja, a CIG passou pra além das questões de género, passou a... preocupar-se a ter na sua esfera de trabalho as questões de orientação sexual e de identidade de género... Desde o fim de 2007... durante todo o ano de 2007 por causa do Ano Europeu, mas formalmente desde o fim na... na Conferência do encerramento do Ano Europeu porque o Ano Europeu encerrou... na Europa toda encerrou em Lisboa

porque Portugal tinha a presidência da União Européia nessa altura... e nessa Conferência, no discurso de encerramento da Conferência, a Elza Paes... na altura era presidente da CIG, anunciou formalmente que as Organizações LGBT a partir daquele momento tinham um organismo público institucional de diálogo que era da CIG... e que iam ser integradas no Conselho Consultivo, ...pela primeira vez é atribuído financiamento público a dois projectos LGBT... é um projecto da ILGA Portugal e um projecto da Rede Ex-aequo... também pela primeira vez, lá está... Pela primeira vez é atribuído financiamento público e aqui parece-me que é o início, não é? De tentar a começar a estabelecer um desenho de políticas públicas na área LGBT (Entrevista 4L).

Finalmente, em 2001 foi aprovada a lei das uniões de fato que garantiu o reconhecimento da coabitação a casais, independentemente da orientação sexual. Esta foi uma batalha do movimento desde a década anterior, sendo celebrada como uma vitória coletiva. Em 2002 ocorreu o Manifesto *Reconhecer a Diversidade, Promover a Igualdade*, onde as associações LGBT reivindicaram pela efetivação da lei 120/99 de garantia ao direito a saúde reprodutiva no âmbito da educação sexual, como ressalta Santos (2004, p. 261):

Nos anos seguintes, os manifestos anuais do movimento mantiveram muitas das antigas reivindicações, assumindo contudo contornos renovados impostos pela agenda externa ao próprio movimento. (...) é notória uma crescente aproximação da Europa e da retórica do direito internacional – com especial incidência nos documentos internacionais de direitos humanos e direitos sexuais.

Tais considerações podem também ser verificadas no documento oficial do Portugal Pride, quando no mesmo é enfatizado que “É tempo de a lei portuguesa dar aos cidadãos as mesmas garantias de defesa dos direitos humanos que a nível europeu o Estado Português já assumiu” (Portugal Pride, 2002)⁶⁷. O trecho da entrevista abaixo esclarece esta discussão:

Eu acho que em particular por volta dos anos 2000 é que se começou a usar a temática dos direitos humanos. Eu acho estrategicamente inteligente e importante de usar... por várias razões: por uma razão de concessão. Os direitos LGBT são de facto uma parte dos direitos

⁶⁷ Disponível em: <http://portugalpride.org/manif2002.asp>, acessado em 15 de abril de 2010.

humanos. Ham... os direitos sexuais são direitos humanos. ... O facto de falares de direitos humanos... ganhas pelos menos duas coisas – poderia dizer mais, mas pelos menos duas coisas: fazes integrar ao movimento LGBT uma noção universal dos direitos humanos, ou seja, que isso é uma parte dos direitos de todos.... O reconhecimento dos direitos desta parte da nossa humanidade é uma contribuição para os direitos de toda a humanidade... de todas as pessoas. E, depois, os “direitos humanos” é uma coisa que já está dentro das cabeças das pessoas para que as pessoas tenham uma comunicação positiva. Ninguém é contra os direitos humanos. Há muita gente que tem práticas atentatórias aos direitos humanos, mas ninguém se diz contra os direitos humanos. Há muitos crimes cometidos em nome dos direitos humanos....o conceito de “direitos humanos” é um conceito muito forte... e é um conceito que está muito fortemente presente na consciência das pessoas. As pessoas estão abertas para o discurso dos direitos humanos. Ainda que em alguns casos ele seja tornado inócuo, que ele seja uma espécie de sedativo para outras coisas.... Acho que isso permitiu que o movimento LGBT também tivesse planos com outros movimentos. ...Acho que é preciso encontrar o equilíbrio certo... sendo que penso, evidentemente, que entra a afirmação pela diferença e a luta pela igualdade. E a afirmação de espaços de auto-organização são espaços específicos, mas que depois conseguem convergir com lutas mais globais. Ou seja, eu acho importante definir um movimento LGBT, e não que se diga simplesmente “direitos humanos (Entrevista 4L).

A aprovação da lei das uniões de fato iniciou uma série de alterações jurídicas: em 2003 ocorreram medidas de proteção contra a discriminação homofóbica no Código do Trabalho e em 2004 foi aprovada pela Assembléia da República a inclusão no artigo 13 da Constituição a proibição de discriminação em função da orientação sexual. Portugal tornou-se assim o quarto país no âmbito mundial e o primeiro Europeu a incluir este critério na sua Constituição (Santos, 2008). A equalização das idades de consentimento e a proteção contra a violência doméstica e os crimes de ódio, ambos em 2007 e o casamento civil em 2010. Sobre o casamento civil vale destacar seu momento de embates políticos, que apontam que a

promulgação da lei somente ocorreu devida a tentativa de maquiar a situação de crise do país e pelas indicações de que o parlamento voltaria a aprovar a lei, caso não fosse sancionada pelo Presidente da República⁶⁸.

Entre outras ações, sublinhe-se ainda as intervenções da esquerda política e de organizações como o Clube Safo, ILGA-Portugal, Não te Prives, Opus Gay, Rede Ex-aequo, Panteras Rosa e o PortugalGay.pt, entre outros, através de atos públicos, seminários, saraus e publicações (Santos, 2003). Não obstante, o impacto político das estratégias desenvolvidas pelo movimento LGBT português (Carneiro, 2009; Santos, 2008), algumas destas alterações foram também influenciadas por instâncias supranacionais, com especial ênfase para a União Européia. Entre as reivindicações não respondidas pelo poder político e legislativo permanecem ainda os direitos de homoparentalidade, nomeadamente a procriação medicamente assistida, a co-adoção e a adoção por casais do mesmo sexo. Ou seja, questões da parentalidade e do atendimento aos casos de orientação sobre direitos e enfrentamento à violência.

Diante dessa realidade, fica claro que:

As preocupações que marcam o percurso do movimento feminista português cruzam-se com muitas das reivindicações do movimento LGBT, pelo que ambas as lutas convergem em determinados momentos. É importante considerar que o sistema de opressão – o patriarcado – é comum a ambos, na medida em que impõe modelos estereotipados de home e de mulher, conferindo a cada um papéis sociais predeterminados em função do gênero. (Santos, 2004, p.267)

Entre as parcerias estabelecidas pelo movimento LGBT, como interlocutores preferenciais se encontram as organizações de defesa dos direitos humanos, seguidas pelas escolas, pelas organizações de defesa dos direitos das mulheres e da mídia. Como segundo parceiro, estão os partidos políticos de esquerda⁶⁹. “Na terceira ordem se encontram os sindicatos, seguidos pela União Européia. Por fim, estão a igreja católica, as forças armadas e as multinacionais” (Santos, 2004, p. 270).

Assim, a realidade das lutas portuguesa tem mostrado que a proteção jurídica por si só, não basta para efetivação de direitos. Mas há fatores da esfera jurídica que tem contribuído para tais avanços: a) a visibilidade social de que os direitos LGBT são reivindicações tão legítimas quanto a de outras minorias sociais já reconhecidas; b) os

⁶⁸ Ver o Anexo F, com reportagem que retrata tal situação e posicionamentos de representantes da sociedade civil e do poder público argumentando sobre a aprovação do casamento civil.

⁶⁹ Tais como: Bloco de Esquerda (BE), Juventude Socialista, Partido Ecologista Os Verdes (PEV) e Partido Comunista Português (PCP).

direitos garantidos nas leis se tornam um forte argumento em relação a opinião pública, contribuindo para mudança de representação sociais; c) servem como poder simbólico dos sujeitos, independente de sua efetiva aplicação (Santos, 2004, pp. 285-86).

Desta forma, a articulação entre a arena jurídica e política, tem funcionado como espaço de produção simbólica. Instigando a ampliação de atores sociais parceiros, novas mobilizações e participações que têm propiciado novos marcos de cidadania.

No nível da interação entre movimento social e poder público em Portugal, centramos o nosso interesse analítico na criação de órgãos tais como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG)⁷⁰, que assume esta nomenclatura e novas funções a partir de 2007, bem como a criação da Secretaria de Estado para a Igualdade (2009). Apesar de não serem órgãos específicos para a área LGBT, eles têm sido importantes interlocutores do movimento LGBT, assumindo a luta contra a discriminação sexual entre as suas prioridades políticas.

A CIG dispõe de um Conselho Consultivo que integra representantes de vários departamentos governamentais, organizações não governamentais e um grupo técnico-científico, entre eles há uma representação do movimento LGBT, através da ILGA Portugal. A CIG também fornece orientação jurídica por meio eletrônico, telefone e presencial⁷¹.

Nesta parceria entre poder público e movimentos sociais, foi criado em 2011 o IV Plano Nacional para a Igualdade – Gênero, Cidadania e não Discriminação (Gestão 2011–2013). O Plano Nacional para Igualdade propõe medidas para combater desigualdades a serem aplicadas nos próximos três anos. Estão divididas em 14 áreas estratégicas que vão desde a integração da dimensão de gênero na administração pública até à independência econômica. Defende o acesso igual de homens e mulheres ao mercado de trabalho e as relações entre profissão e família.

O plano prevê um maior envolvimento das autarquias e das organizações sem fins lucrativos, que passam a ser parceiros estratégicos na implementação das políticas públicas de igualdade e não discriminação. Estão previstos 77 protocolos com autarquias, bem como a execução de planos municipais para a Igualdade em mais de 100 municípios de todo o país.

⁷⁰ No Anexo F *folder* explicativo sobre as atribuições e os serviços da CIG.

⁷¹ “A CIG é um organismo da Administração Pública, com sede em Lisboa e uma delegação no Porto, integrada na Presidência do Conselho de Ministros e tutelada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Foi criada pelo Decreto-Lei nº202/2006, de 27 de Outubro. Sucede à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, a qual substituirá a Comissão da Condição Feminina. Tem como missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de gênero” disponível em <http://www.cig.gov.pt>.

O investimento da ILGA Portugal foi fundamental para incluir a pauta LGBT nesse Plano. Em 2010, Portugal tornou-se o 6º país da Europa e o 8º do mundo a eliminar na lei a discriminação no acesso ao casamento. O movimento LGBT continua a influenciar a política de igualdade em Portugal com a participação no Conselho Consultivo da CIG, o que contribuiu para que fossem incorporadas pela primeira vez no Plano da Igualdade medidas de combate à discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero:

Porque eu acho que o passo agora que nos falta dar é exatamente o passo de se inserir nas políticas públicas... eu acho que esse é o passo que falta, ou seja, já tivemos aqui alguns avanços legislativos e vamos ter mais em breve, não é? Faltará no campo da população LGBT, depois faltará a questão da parentalidade, mas eu penso que isso também virá... mais dia, menos dia virá, não é? Até porque, não sei se tu ainda viste uma campanha da ILGA, ... não sei como que é, mas vais entrevistá-lo ainda... outras duas coisas, a CIG... toda a formação que a CIG antes dava que era muito homens e mulheres, hoje já tá adaptada e já está numa formação mais alargada, fala de umas questões de orientação sexual e de identidade de gênero, do heterossexismo, pra além do sexismo... fala-se também do heterossexismo, portanto... esse foi um passo também importante (Entrevista 5L).

Neste sentido a ILGA Portugal, com sede em Lisboa, tem desenvolvido, entre outras, as seguintes atividades em parceria com o poder público:

- Acompanhar a situação política nacional e internacional e intervir na agenda política em questões relevantes para os grupos LGBT
- Acompanhar as eleições presidenciais chamando a atenção para as questões relacionadas com a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero
- Manter e desenvolver contatos com os partidos políticos, grupos parlamentares e com o Governo, nomeadamente com a Secretaria de Estado para a Igualdade, enfatizando a necessidade de transversalidade na política de combate a discriminação com base na

orientação sexual e na identidade de gênero e assegurando o cumprimento dos objetivos tratados no Plano Nacional para a Igualdade 2011/2013

- Acompanhar e monitorizar o trabalho da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG, continuando a promover a inclusão nesse trabalho da luta contra a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero
- Influenciar a política de igualdade e o cumprimento do Plano Nacional para a Igualdade 2011/2013 através da participação no Conselho Consultivo da CIG e dos grupos de trabalho mais relevantes para os fins
- Promover uma Conferência temática sobre as relações e projetos familiares das pessoas LGBT
- Promover e dinamizar atividades que comemorem o Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia
- Estabelecer linhas de orientação para a organização e participação nas comemorações do Orgulho: Arraial Pride e Marcha do Orgulho LGBT
- Atribuir e divulgar os Prêmios Arco Iris
- Aumentar a colaboração entre a Associação e as forças e serviços de segurança, de modo a reforçar a confiança da população LGBT nestes serviços e a prevenir a violência e os crimes de ódio contra as pessoas LGBT
- Realizar apresentações sobre a Associação ILGA Portugal e sobre Direitos Humanos e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero nas escolas das forças e serviços de segurança, com o objetivo de formar agentes policiais em questões específicas LGBT
- Organizar e participar de debates formativos, sessões de sensibilização e ações de formação com uma preocupação de abrangência geográfica
- Acompanhar redes de ONGs europeias e mundiais cujas temáticas sejam pertinentes para a Associação, continuando a representar Portugal na EU
- Mantendo a intervenção na Coordenação Portuguesa da Marcha Mundial de Mulheres, para discussão das famílias LGBT
- Acompanhar as diretivas da União Europeia contra a discriminação em função da orientação sexual e a sua transposição para o plano nacional, intervindo também junto das instituições europeias e mundiais

Nas entrevistas de Lisboa, observa-se também um certo reconhecimento do impacto no poder público com a construção de ações políticas em parceria com os grupos sociais. Mas esse impacto, comparado a Belo Horizonte é sentido pelos entrevistados de forma menos significativa, precisamente pelo fato de não existir um serviço público formalizado e específico na área LGBT dentro dos órgãos do governo.

Assim, o entrevistado abaixo destaca que, diante desse incipiente cenário, é percebido que os diversos agentes públicos quando vão discursar sobre o tema demonstram desconhecimento nos seus comentários:

Ela não sabe o que diz... e não sabe o que diz porque é tudo muito recente, porque eles não tiveram tempo de aprender... e sobretudo por que durante muitos anos não perguntaram... ok...? Mas isto, eu posso dizer que isto é generalizado, não é só o Poder Político, é o Poder Político e o conjunto dos Partidos... (Entrevista 14L).

Assim, de uma forma geral nas entrevistas apareceram comentários de que certas experiências sociais que tem ocorrido nessas parcerias entre Movimento LGBT e poder público tem conseguido levar a cabo novas formas de convivência social que até então não estavam previstas na agenda do Estado e o Estado vê-se obrigado a modificar seus valores e atitudes, conseqüentemente sua forma de gestão.

O Centro LGBT é uma outra grande frente de ação da ILGA em parceria com o poder público. Se refere a um espaço de cidadania, de integração social e de valorização dos Direitos Humanos. Por meio de atividades culturais, de formação e de atendimento e orientação ao público LGBT. No entanto, tal espaço ainda carece de maior financiamento para a realização de suas atividades. Pois conta com grande parte de sua equipe formada por voluntários. Conta também com uma Linha LGBT – Linha Telefônica de Apoio e Informação LGBT (antiga LAISH), com o Serviço de Aconselhamento e Psicoterapia (SAP), Serviço de Aconselhamento Jurídico, Prevenção do HIV/AIDS, entre outras (site da Direcção da Associação ILGA Portugal).

Ao realizar um diálogo com Boaventura de Sousa Santos, Santos (2004) comenta sobre os espaços estruturais da sociedade contemporânea que configuram arenas de regulação e emancipação, a autora aplica tais categorias para uma análise do reconhecimento dos direitos LGBT em Portugal:

- No espaço doméstico, se refere ao rompimento com o modelo patriarcal que sustenta relações sexistas e hierarquias de gênero. A conquista do casamento LGBT aponta para uma ação de democratização ao diversificar os modelos de família.
- No espaço da produção, trata-se da prevenção e enfrentamento a formas de preconceito nos ambientes de trabalho em função da orientação e identidade de gênero. No espaço do mercado, significa extrapolar o “mercado rosa” para ações contra-hegemônicas ao modelo neoliberal
- No espaço da comunidade, se refere a denunciar atitudes preconceituosas, através da organização de ações de protagonismo e associativismo.
- No espaço da cidadania, é onde acontecem as lutas jurídicas com a pressão e monitoramento dos movimentos sociais
- No espaço mundial, trata-se da articulação a agenda internacional de direitos humanos para a construção de modelos globalizados da orientação não-heterossexual.

Vale destacar, que a alteração do regime político Português em 1974 e a adesão do país à União Européia em 1986 tem contribuído para uma maior visibilidade e politização das sexualidades. Isso tem possibilitado uma globalização de baixo para cima, onde o movimento LGBT tem legitimado suas reivindicações sócio-políticas pressionando o Estado a agir de acordo com as recomendações das instituições européias.

Assim, muitas conquistas ocorridas na área social, inclusive na área dos direitos LGBT, em Lisboa se devem as orientações e diretrizes da União Européia, uma vez que o país quer também acompanhar as agendas socialistas desta comunidade considerada como vanguardista.

7. TRADUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE IGUALDADE E DIFERENÇA NAS POLÍTICAS LGBT DE BELO HORIZONTE E LISBOA

Tenho o direito a ser igual sempre que a diferença me inferioriza; e tenho o direito a ser diferente sempre que a igualdade me descaracteriza.

Boaventura de Sousa Santos

Este item tem como objetivo instigar a análise crítica sobre as novas formas de relação entre perspectivas universalistas e particularistas desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade civil organizada na formulação e execução das políticas de direitos humanos LGBT, com destaque para as mobilizações dos movimentos sociais e os serviços públicos LGBT no Brasil e em Portugal, com foco em Belo Horizonte e Lisboa. Para tal, foi proposta uma análise das igualdades e diferenças entre as experiências dessas duas cidades, através da tradução de saberes e práticas de cada contexto.

Esse capítulo da pesquisa contribuiu para propiciar uma discussão dialética sobre os dados. Buscou-se considerar as diferenças e aproximações entre a construção da política LGBT em Belo Horizonte e Lisboa, ou seja, os contextos específicos e suas correlações conjunturais, possibilitando, dessa forma, propiciar uma tradução (Santos, 2008) destas experiências com o intuito de compartilhamento e ampliação de saberes e fazeres. Sobre tais diferenças e igualdades é preciso deixar claro que elas não aparecem de forma estática e nem fechada. Por vezes, algo que se apresentou como diferença em um contexto também se apresentou como igualdade em outro contexto.

A respeito da transversalidade da participação em diferentes grupos pelos militantes LGBT, um fato que constatamos em Lisboa, conforme apontou o entrevistado abaixo, é que os ativistas com afinidades políticas sentem-se à vontade para transitar entre vários grupos LGBT:

Sim... Isso é muito comum, haver acumulação de associações no movimento... Cá... (...) as Panteras não são uma associação... As Panteras são uma rede informal de... De activista de outras associações, na sua esmagadora maioria, temos gente que participa na Club Safo, temos gente que participa na ILGA, temos gente que

participa na Não te Prives... O que é característica comum?... Regra geral são as pessoas que fundaram o movimento cá em Portugal... A... E dentro das pessoas que fundaram o movimento cá em Portugal, aquelas que sempre tiveram uma intervenção mais politizada, (...) Sim... Porque todos nós temos outras frentes de... De atuação em outro movimento LGBT (Entrevista 14L).

O entrevistado abaixo justifica essa transversalidade das participações dos ativistas em vários movimentos LGBT e mesmo em outros espaços como o poder público dizendo que se trata da multiplicidade de identidades e cidadanias. Parece algo fragmentador, porém eles demonstraram que convivem muito bem com essa fluidez nas representações e participações políticas. O trecho da entrevista abaixo remete à discussão sobre os sujeitos de identidade múltiplas e plurais que compõem as identidades coletivas – tratado anteriormente a partir de Melucci (2001):

Sim... É um papel... Percebido como esquizofrênico, eu não acho assim tanto... Então, na realidade acho que há espaço... E tu consegues enxergar bem as barreiras e perceberes o que estás a fazer nesse momento... Ham... E... Mas há... Há espaço e há... Portanto, consegues criar com... Essa barreira, essa diferença entre os diferentes Movimentos... Mas, o contraponto em... É que às vezes é muito preciso, como esquizofrênicos, as pessoas são... Tende a serdes muito vistas como apenas uma coisa e há ali uma dificuldade e nós... Quer a Não Te Prives, quero eu... Eu nem tanto, mas a Não Te Prives é um bom exemplo disso... Nós sempre tivemos pessoas que pontuam por esses vários caminhos, não é...? Ou seja, e isso tem a ver com a nossa multiplicidade de identidade e cidadanias... Nós somos... Tão cidadão quando estamos a ser académicos como somos cidadãos quando estamos a ser activistas, não é...? (Entrevista 10L).

Sobre o nível das mobilizações dos movimentos sociais LGBT também percebemos uma diferença em Lisboa. Conforme argumentou o entrevistado abaixo, há uma crença, tanto externa a Portugal quanto interna ao país, de que não há movimentos sociais portugueses. Entretanto, pode-se dizer que são mobilizações menores em termos de quantidade. Mas em

termos de qualidade das ações políticas e de seus efeitos na mudança social percebemos uma mobilização muito efetiva. que “comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (Melucci, 2001, p. 35).

Se compararmos de forma linear Lisboa a Belo Horizonte e Portugal ao Brasil, respectivamente, teremos uma lente condicionada para enxergar tais realidades a partir dos referenciais da outra. Mas ao realizar um trabalho de tradução de tais experiências pode-se perceber momentos em ambas as cidades em que seus movimentos sociais LGBT possuem uma vontade de mudança e de reapropriação da sociedade. Em concordância com a discussão de Touraine (1994), o relato abaixo aponta um conflito social que busca realizar valores culturais de combate a um adversário social:

É como... Como que ei de te dizer... Os movimentos sociais em Portugal são relativamente fracos... E há um... Um discurso, por um lado há um discurso que não existe Movimento Social em Portugal que é mentira e é menorizadora aquilo que existe... Há activismo social muito interessado em Portugal, sempre que se diz que não existe activismo social em Portugal está-se a apagar este activismo e a diminuí-lo... (Entrevista 14L).

O argumento teórico do entrevistado abaixo também contribui nessa discussão. As noções de reconhecimento, reciprocidade e pertencimento tornam-se importantes para a compreensão dos processos de constituição das identidades coletivas – o *nós* – como via de realização das ações coletivas (Melucci, 1996; Scherer-Warren, 2005):

Ham... Não há homogeneidade nos movimentos, e nem há homogeneidade no poder público. Os movimentos são atravessados por diferenças políticas... e o poder público também é atravessado por estas políticas... Ou seja, as questões... para utilizar aqui os termos da Nancy Fraser... acho que é assim... as questões da distribuição e dos reconhecimentos estão ligadas... E, portanto, nós temos uma luta muito forte contra o governo sobre as questões da redistribuição. E temos tido algumas divergências a respeito das questões do reconhecimento. Algumas associações LGBT fazem

como nós uma ligação mais forte entre a distribuição e o reconhecimento. Outras fazem uma ligação mais tênue. Ou seja, não se metem em discussões políticas que não sejam políticas sectoriais LGBT. Mas eu acho, que as políticas do trabalho, as políticas de... pronto, as políticas de distribuição... também têm um bocado as questões da política do reconhecimento: na questão das mulheres, nas questões LGBT, etc... Se calhar aí alguma separação um bocadinho maior de campos de associações que, de alguma forma, se enfraqueceram, baixaram as bandeiras e conformou-se com a proposta do governo... (Entrevista 4L).

Por meio da análise do trecho supramencionado, foi possível também analisar a relação entre os particularismos dos movimentos sociais e os universalismos do poder público na construção de políticas públicas LGBT. Vale ressaltar que reconhecemos que nem sempre as demandas dos movimentos sociais são tão particulares assim e que as respostas do poder público também não são universais na prática. Porém, optou-se por localizar as demandas dos grupos LGBT numa perspectiva particularista, pelas suas especificidades de lutas frente aos processos de discriminação e preconceitos vivenciados, bem como pelos processos subjetivos envolvidos nessa realidade. Nessa mesma lógica, localizou-se as respostas construídas pelo poder público numa perspectiva universalista, já que buscam responder de forma geral, formal e racional as pressões e reivindicações sociais. Tal mecanismo acaba conduzindo a respostas muito abstratas e sem consistência na afetividade das ações políticas. Porém, até mesmo por serem ações políticas muito recentes, tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa, como já discutimos, há momento em que esses lugares, posições e papéis se misturam.

Para Touraine, a crise na relação sujeito e sociedade no mundo atual, representa muito mais a separação dualista entre o conhecimento objetivo e o subjetivo, bem como entre o universal e o particular. Enquanto nas sociedades pré-modernas havia certa confusão entre sujeito e objeto, na modernidade ocorre a “derrubada das convenções, tradições, costumes e crenças; a saída dos particularismos e a entrada no universalismo” (Touraine, 1994, p. 216). No mundo pós-moderno, entretanto, ainda segundo Touraine (1994), verifica-se uma pluralidade de subjetividades e ao mesmo tempo uma intolerância a elas.

Quer dizer, somos convidados a pensar no que seria uma sociedade democrática por outro viés, ao contrário do retorno a uma perspectiva apenas universal, racional e objetiva, do

século das luzes, “é preciso voltar-se para o sujeito como princípio fundador da cidadania e definir os conflitos sociais como um debate sobre o sujeito – aposta cultural central – entre os atores sociais opostos e complementares” (Touraine, 1994, p. 358).

Pode-se, de alguma forma, a partir deste ponto analisar a relação entre os particularismos dos movimentos sociais e os universalismos do poder público na construção de políticas públicas LGBT. Conforme podemos perceber na entrevista abaixo, as ações de parceria entre movimentos sociais e poder público na construção de políticas públicas LGBT ainda são muito incipientes e pontuais, principalmente, em Portugal. Não existe nenhuma política pública LGBT no país e mesmo as ações políticas realizadas pelo poder público tratam-se muito mais de um apoio do país, incentivado pela União Européia, no financiamento de ações de determinados grupos LGBT. Uma iniciativa mais consolidada começa a ser vislumbrada com a inserção da CIG nessas discussões, porém mesmo suas ações universalistas também ainda são reduzidas:

Financiamento do Estado... E... Ham... Não há nenhuma situação deste gênero para a questão LGBT, entendes...? Portanto, esta é a diferença que fizemos esse tipo de parcerias claras em que o Estado delega numa ONG ou num grupo ONG uma determinada tarefa dele, não há... Não acontece, porque o Estado não tem tarefas na questão LGBT, se não tem políticas... Não pode estar a delegar, na realidade essas políticas... O trabalho de consciencialização da sociedade portuguesa sobre a questão LGBT é feita... É feito essencialmente, excetuando a questão do Ano Europeu e até um pouco deste ano, o Ano Europeu pra inclusão e contra a pobreza... Excetuando nestas pequenas coisas que são mais européias na realidade do que portuguesas... O Estado português não tem Políticas Públicas, portanto todo o trabalho de consciencialização, de lobby... Não é de lobby, consciencialização de informação à população que vive sobre homofobia é feita pelo Movimento... Portanto, há uma ausência do Estado... Que está a mudar, não estou a dizer que não esteja a mudar, ou seja, há cinco anos a coisa era horrível... Só que... Não há um instrumento de política... Não há um instrumento político... Não há instrumento de Política Pública... (Entrevista 10L).

Sobre as parcerias dos movimentos sociais LGBT, é relevante a constatação de que não há uma rede de parcerias consolidada com outros movimentos sociais em Lisboa. As iniciativas de maior impacto ocorreram apenas a partir de 2003. Esse fato é justificado pelo baixo reconhecimento das lutas LGBT em relação às demais lutas sociais, conforme é levantado pelos entrevistados abaixo:

Antes de 2003, portanto, nós não tínhamos ninguém, não tínhamos aliados fora pessoas concretas nalguma associação feminista ou nalguma associação antirracista, mas eram coisas muito isoladas mesmo, até 2003 não há nada e, sobretudo não há relação institucional... Eu lembro-me, por exemplo, Da... Das associações como a ILGA ou a Rede Ex-aequo... Eu estava envolvido na altura, tentarem desenvolver junto o Ministério da Educação, programas para a Educação Sexual, este tipo de coisas... E nem resposta, é que nem resposta... Não... Nem o sequer um recebemos, vamos reunir... Ou recebemos, vamos ler... Não... Nada... Nada... Não era só negligência, era vergonha, não havia um Ministério ou um... Um... Um órgão institucional que se atrevesse a pegar no tema tinha vergonha, tinham medo... Com uma excessão... Mas isso mantem-se... Mas isso mantem-se... Desconhecimento e discurso erróneo sobre as questões LGBT é... Generalizado... (Entrevista 14L).

E, ainda, é destacado que esse fenômeno é reforçado pela cultura imposta por alguns grupos de que haveria um discurso padrão proferido pela associação de maior visibilidade pública, onde as demais deveriam se alinhar. O que dificulta a aglutinação de parceiros com discursos diferenciados:

As divergências nasceram com o nosso súbito aparecimento no mundo LGBT sem sequer ter havido qualquer contacto, como praticamente não houve até hoje. Tratou-se de uma posição ideológica afirmativa, de que só devia de haver uma associação LGBT em Portugal, e todas as que surgissem deviam discursar pelo mesmo padrão ideológico de um partido político com que elas estavam alinhadas, considerando todas as outras, perturbadores desse

discurso único, que se pretendia e pretende impor ainda hoje, mas agora, já com outro sentido, pois duas delas mudaram subitamente, de tutela e de rumo político-partidário. Por isso a Opus Gay foi amplamente atacada, vilipendiada a vários níveis... (Entrevista 15L).

A respeito da relação entre as Legislações e as Políticas Públicas, percebe-se enfoques diferenciados entre a política LGBT de Belo Horizonte e de Lisboa. Em Belo Horizonte, acompanhando a conjuntura brasileira, No Brasil, o poder legislativo não tem alcançado muitas conquistas na área LGBT. Já com relação ao poder executivo, há um maior número de políticas LGBT consolidadas no poder público, o que pode ser justificado tanto por uma maior abertura do poder executivo para esse tipo de ação, quanto pela necessidade de um compromisso público formal com o fato de o Brasil ter o maior índice de assassinatos homofóbicos do mundo.

Já em Lisboa, acompanhando a conjuntura portuguesa, percebe-se um legislativo mais comprometido com as causas LGBT. Ao contrário do Brasil, a bancada de religiosos fundamentalistas em Portugal não tem uma influência significativa, perante a bancada mais progressista do congresso. Esse argumento foi utilizado pela maioria dos entrevistados lisboetanos. Além disso, o fato de Portugal ter um número muito reduzido de assassinatos homofóbicos em relação à realidade dos demais países nos leva a perceber que os portugueses estão muito mais preocupados com uma mudança cultural para igualdade de direitos do que com uma ação prioritária de combate à violência.

Sobre a dificuldade com o poder legislativo a entrevistada brasileira argumenta a seguir, de forma direta e sucinta, que

no Brasil a tênue separação entre religião e Estado torna-se um complicador a mais nesse processo, pois na prática não há separação entre Estado e religião, cada vez mais as religiões tem interferido nas decisões do Estado (Entrevista 10B).

Essa fala nos leva a retomar a discussão sobre a nova configuração da relação religião-política-mídia, não apenas em Belo Horizonte mas em todo país. Em março do presente ano foi indicado pelo Partido Socialista Cristão (PSC), o pastor evangélico deputado federal Marco Feliciano (SP) como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (CDH). Os protestos dos movimentos universalistas de direitos humanos e dos

movimentos sociais LGBT desde então tem sido intensos frente as declarações discriminatórias em relação as pessoas negras, mulheres e a homossexuais. Bem como pela ausência do partido e seu representante em uma trajetória no campo dos direitos humanos. Apesar da justificativa do partido de que numa democracia eles teriam direito de indicar o representante que quisessem, uma análise crítica sobre esse fato nos faz perceber o quanto que os espaços políticos de Direitos Humanos estão cada vez mais fragilizados e sendo utilizados como mercadorias de trocas. A não efetivação da laicidade do Estado tem possibilitado uma reconfiguração do lugar dos evangélicos fundamentalistas na política, isso inclui disputas por poder e hegemonia no campo religioso, interesses políticos partidários em coligações para suas campanhas e abertura de espaços da mídia hegemônica conservadora que até então eram cedidos em momentos pontuais apenas para católicos⁷².

Assim, por mais que seja percebido um gradativo fortalecimento da perspectiva sócio-histórica e crítica dos direitos humanos, principalmente entre ativistas e acadêmicos, percebemos que a perspectiva naturalista-cristã, ainda perpassa o discurso dos direitos humanos defendido pelos segmentos religiosos fundamentalistas⁷³. Esse fato ocorre numa lógica de que direitos humanos são para humanos direitos. Ou seja, para humanos identificados ao modelo imposto pela elite dominante, isso aponta as contradições da teoria sobre os ditos direitos humanos universais e sua efetivação frente a diversidade humana e ao mesmo tempo a sua intolerância.

Já a entrevistada portuguesa argumenta sobre o mesmo assunto apontando outros elementos. Acrescenta como motivo para o destaque de Portugal na construção de leis LGBT, a pressão e a concorrência entre os países que compõem a União Européia:

Olha, eles têm sido... A nível do Estado eles têm sido, sobretudo legislativos... que não foi só isso do casamento, antes disso o código penal tinha sido revisto e os crimes de homofobia passaram a ser agravantes... isto é, os crimes de ódio, se foram por razões homofóbicas, têm uma pena de prisão maior... houve transposição de muitas directivas Européias de não discriminação... Houve muitas coisas que se fizeram. O que é que não se conseguiu fazer ainda?

⁷² Para maiores informações ver o artigo de Renato Janine Ribeiro, publicado no Observatório da Imprensa (n. 740, 2/4/2013). E o texto de Leonardo Boff, *O que se esconde atrás do caso Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos*, publicado em 09/05/2013 no link: <http://leonardoboff.wordpress.com/>

⁷³ Para maiores parofundamentos sobre o tema veja a pesquisa: Jurkewicz, R. S. Cristianismo e Homossexualidade, no link: www.rizoma.ufsc.br/pdfs/regina.pdf

Ainda não se conseguiu fazer o que a gente chama de uma... Conseguir que todos os organismos do Estado, na saúde, nos polícias, na segurança social, etc., tenham as suas próprias normas anti-homofóbicas e de inclusão da diversidade LGBT. Que façam programas de combate à homofobia, acções de formação, tenham programas concretos de acolhimento, de discriminação positiva, etc. Percebes? Todo este trabalho que no Brasil existe mais, por exemplo. Ainda não conseguimos dar esse paço. Ham... eu acho que isso agora vai começar a ser possível porque passou a haver uma Secretaria de Estado da Igualdade que vem da experiência da SIDA – que por sua vez já estava a incluir as questões de orientação sexual e de identidade género... e, portanto, vai haver acções pró-activas nesse sentido... Mas grande parte disso tem que vir do movimento. Até porque vai chegar o momento em que o movimento vai esgotar a agenda legislativa, não é? Ham... e já conseguiu resolver uma grande questão, não é? E, portanto, o próprio movimento e a aliança com instituições do Estado que estejam capacitadas e adaptadas para tratar da igualdade têm que agora promover esse tipo de acções. Quer dizer, estas coisas não estão a resultar em Portugal, não estão a ser levadas, mas eu acho que estão a começar agora... a ser feito. Agora, o que eu pensei ser muito transformador foi... Eu vejo sempre as coisas em perspectiva histórica, não vejo assim em curto prazo... (Entrevista 9L).

Na entrevista a seguir é acrescentado que com exceção das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da AIDS, não há outras políticas públicas consolidadas nessa área no país, pois o enfoque os movimentos LGBT portugueses sempre foram às reivindicações legais. Porém, com as novas conquistas legislativas na área LGBT as ações políticas tem caminhado gradativamente para ações junto ao poder executivo.

Não tem havido. Faz-me lembrar de coisas que nós não temos e que não estão na agenda da discussão pública. Ou seja, que as políticas sociais integrem a questão LGBT e as discriminações específicas que existem em determinados segmentos da nossa população. Ham... eu

acho que em Portugal o movimento tem sido um movimento muito importante, muito centrado em denúncias... não tem sido um movimento tão... Ham... Desculpa, em minha opinião, não tem sido um movimento capaz de criar outras formas de socialização... até política. Não, na verdade, centros comunitários no país. Não há, na verdade, associações de acolhimento de... que tenham este tipo de... Até que, nem que não fosse por via do Estado as próprias associações criassem essas políticas públicas, ou começassem a dar respostas para isso. As associações são associações que não têm este tipo de projectos e este tipo de recursos... porque são associações muito viradas para a reivindicação política, para a reivindicação legal... e sem uma estrutura de apoio social que lhes possa servir de rede. Não há nenhum apoio jurídico para homossexuais. Quer dizer, é possível que a ILGA tenha algumas coisas... mas não me parece ser muito acessível... Nos relatórios eu tenho colocados em questão... eu acho que não existem políticas públicas para a população LGBT. Talvez, a única coisa que exista... que de imediato eu consigo pensar, é – muito recentemente – algumas políticas na área da saúde e da prevenção da SIDA e de algumas campanhas do poder público, do governo... Mas, quer dizer, também não adianta ter a lei se o próprio mecanismo de manutenção da lei não funciona. ... mas a temática LGBT só entrou na agenda política nos últimos cinco anos. Antes não existia. Quer dizer... Portanto, agora que nós estamos a conseguir uma série de conquistas legais, eu espero uma fase – passadas estas conquistas legais: casamento e identidade de género... que possamos trabalhar a implementação dos direitos que decorrem destas leis, e que a implementação de políticas sociais tenham em conta a especificidade da discriminação LGBT (Entrevista 4L).

A entrevista abaixo reafirma, de forma sintética, tal discussão:

Não, não há um organismo para queixas. Nós temos, neste momento, é uma lei que é “crimes de ódio”, pronto. Mas, por exemplo... Sim, tem de ir à ILGA ou à Polícia. Mas, por exemplo, se não for na

polícia bem tratado, o Ministério... ham... tem uma... ham... Ou seja, mas não há ninguém que para receber estas queixas e tratá-las tendo competências só para isto. Eu acho que é uma das coisas que valia a pena... É uma das coisas que já pensei. Por exemplo, e eu na minha possibilidade... Obviamente que eu vou fazer propostas, eu não tenho poder para as coisas serem aprovadas... mas eu vou olhar – e eu já comecei a olhar atentamente para o que estava antes... e há coisas que eu já vi que a questão da orientação sexual tem de ser incluída... ou que se tem que arranjar recursos equivalentes para a questão da orientação sexual. E nós às vezes conseguimos. E isso ainda bem que eu estou aqui. Vamos ver se dá [risos]. Se eu não conseguir, pronto, eu tentei. Mas isso é a falta, é a falta disso. E realmente a CIG é o organismo público que tem tratado a questão da orientação sexual porque não há mais nenhum. E faz sentido, porque o sexismo está por trás da homofobia e da transfobia, portanto... (Entrevista 12L).

Assim, sobre a agilidade das aprovações das leis LGBT em Portugal devido ao foco do país nos últimos tempos em se destacar entre os demais países da União Europeia, escutamos argumentos como o seguinte;

porque isto foi muito rápido aqui... eu acho que não há nenhum país europeu que tenha sido tão rápido em termos legais"... (Entrevista 14L).

Enfim, um exemplo da resistência do Ministério da Educação com a política LGBT, para ilustrar que essa área do poder executivo ainda está bastante incipiente:

Não... ou seja, o Projecto Inclusão é apoiado pela Cidadania e Igualdade de Género que é um departamento estatal, não é?...Não... não... não temos, infelizmente não temos e não sei se teremos...Na minha experiência enquanto activista, não enquanto dirigente de uma Associação, mas enquanto activista... não... não há... infelizmente não há e tem-se notado na Sociedade que... agora mais recentemente tem

aparecido alguns organismos de pessoas, alguns Movimentos que basicamente, de forma disfarçada quase... a... são contra este trabalho de irmos às escolas e de falar... não só da Rede ex aequo mas doutras instituições, não é? A própria Secretaria de Educação, o próprio Ministério da Educação recentemente também se manifestou de forma quase camuflada que poderia falar-se de Educação Sexual, mas não teria que se falar obrigatoriamente de Orientação Sexual que não... a... a... aí entra a normativa, né? Portanto eu acho que de facto, essa abertura ainda não existe... (Entrevista 6L).

Quanto a associação entre direitos humanos e direitos LGBT, esse também foi um ponto de divergência entre os paradigmas teórico-políticos escolhido por cada país, e por sua vez suas cidades para dizer dos direitos LGBT. No Brasil, e mais precisamente em Belo Horizonte, percebemos que a construção da política LGBT tem se dado no âmbito da política pública de direitos humanos. Desde ações mais pontuais ocorridas a partir da década de 1970 até a formalização dessa política pelo Ministério de Direitos Humanos a partir do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, que descentralizou serviços vinculados aos órgãos de direitos humanos pelo país. Essa articulação é perpassada por tensionamento, já discutidos ao longo dessa pesquisa, porém é uma associação que sempre esteve presente, seja nas ações políticas ou seja nas discussões teóricas.

No entanto, se por um lado, do ponto de vista legalista e sócio-histórico essa articulação potencializa as lutas por direitos LGBT, do ponto de vista institucional e da execução da política municipal reconhecemos que tal articulação enfraquece os lutas por direitos LGBT, já que a política municipal de direitos humanos está cada vez mais deslegitimada pelo governo. O que tem conduzido a uma desmobilização de suas ações políticas tanto no âmbito interno governamental quanto na sua visibilidade e relevância social.

Esta articulação é perpassada por tais tensionamentos, porém é uma associação que sempre esteve presente, seja nas ações políticas ou seja nas discussões teóricas. As tensões se apresentam numa dimensão mais ampla pela forma excludente da própria criação dos documentos universais de direitos humanos e dos documentos específicos de direitos LGBT, conforme foi discutido no capítulo 2, nos itens 2.3 e 2.4.

Esse fato conduz ao questionamento: é possível participar da construção da política sexual reivindicando especificidades e pluralidades sem cair nos mesmos efeitos da

universalidade disciplinar que se critica? É a partir de uma releitura da relação direitos sexuais e direitos humanos que a construção de identidades políticas aparecem na ampliação do que é o humano. Pensar a dinâmica das ONGs e dos grupos sociais, bem como as trajetórias dos militantes, é perceber quando os direitos sexuais se deslocam dos direitos individuais para os direitos sociais, como princípio do bem comum.

É por isto que, para Foucault (2002), o Estado não é uma grande caixa da qual o poder emana, mas um processo permanente de criação e recriação de lógicas estatais. Esse posicionamento destes novos atores sociais como público-alvo das políticas públicas também propicia impactos nos programas, por se ver ameaçado no seu poder de normalização. Já que uma política de direitos humanos, tende a participar desta higienização da sexualidade.

Já em Portugal, constata-se uma outra lógica de construção da política LGBT. O fato do país e o contexto europeu ao qual está incluído propiciar uma relevância maior aos direitos fundamentais, ou seja, àqueles direitos já garantidos constitucionalmente, a discussão não ocorre via direitos humanos, mas via direitos de igualdade. Quer dizer, seja pela ênfase no poder legislativo, ou seja, pelo descrédito no princípio da universalidade nos documentos internacionais de direitos humanos, as lutas por direitos LGBT tem perpassado muito mais por uma discussão da igualdade de direitos. Percebemos também que quanto mais esses atores sociais estão articulados a esquerda política menos associam direitos humanos a direitos LGBT e quanto mais estão articulados à direita política ou mesmo às ações do poder público mais a associação direitos humanos e direitos LGBT aparecem.

Desta forma, é possível analisar junto as entrevistas abaixo que essa relação direitos humanos e direitos LGBT está presente em alguns discursos pontuais, quando querem por exemplo tratar de questões ligadas à violência, porém isso não ocorre de forma explícita.

A minha percepção é de que essa relação nem sempre foi explícita, nem sempre se disse que os direitos sexuais são direitos humanos. Acho que isso começa a ser uma questão; e se começa a olhar para os direitos sexuais como uma questão de direitos humanos com a morte da Gisberta... Não vejo muito essa associação... que os direitos sexuais são direitos humanos. Ham... excepto que a... como é que se chama? A Agência na qual a associação para o planeamento da família está incluída, que é uma agência internacional – IPPF, acho eu... Ham... só recentemente é que nós... se começa a dizer que direitos sexuais são direitos humanos. Portanto, nisto tudo tenho

conhecimento... o ano passado, portanto, em 2009.... Olha, esta é uma relação que para mim não está de todo clara. E que não está presente no meu quotidiano activista, digamos. Essa força “direitos sexuais são direitos humanos” não está de todo na minha... não informa o meu activismo. Portanto... Não vejo os direitos humanos como um discurso associado aos direitos sexuais. No movimento, pelo menos, eu não vejo isso. Da mesma forma que para mim não está, que eu não associo, não... nunca ouvi ninguém me falar em termos de direitos humanos. O máximo o que fazem é dizer “ah, os direitos LGBT são direitos humanos”, e daí a te dizer que não há uma relação que de facto informe o quotidiano, as formas de intervenção. (Entrevista 13L).

Dizer que direitos LGBT são direitos humanos, é uma relação que para os entrevistados portugueses não aparece de forma clara e nem informa o cotidiano de suas ações. Alguns até apontaram que pensar direitos humanos como um guarda-chuva para a proteção e promoção dos direitos específicos é algo interessante. Porém, muitos ressaltaram que isso se torna abstrato já que nos maiores documentos internacionais de direitos humanos não constam algo explícito sobre os direitos LGBT, conforme aparece uma representação explícita de outras lutas sociais. Por isso, o entrevistado abaixo aponta como um risco e ao mesmo tempo como um desafio a tradução desses direitos humanos para o caso das particularidades do direito a igualdade para o público LGBT:

Olha, não sei bem responder a isso, porque eu nunca percebi muito bem o que é direitos humanos... [risos descontraídos] do ponto de vista político. Mas eu tenho um texto... que eu lido com a questão dos direitos humanos. Eu estou a brincar. Mas eu acho mais... que a ideia de “direitos humanos” é um chapéu-de-chuva muito... muito grande. Ham... mas é importante, porque é uma espécie de referente simbólico sobre aquilo que se considera ser absolutamente fundamental... da ordem da moral, quase... e que depois deve estar advertido em lei, não é? Nesse sentido, acho que a ideia dos direitos da sexualidade, ou identidade sexuada, orientação, identidade de género... serem “direitos humanos”... É que não estão aceites ainda.

Atenção! Porque se tu tiveres como referente o que são os “direitos humanos”, as diferentes cartas e declarações... eles não estão lá. Os direitos LGBT não estão lá. Estão em algumas declarações dos direitos humanos específicas, mas que são mais chamadas de “direitos fundamentais”... que é o caso da União Européia, do Tratado de Lisboa... que especificam claramente que as questões LGBT são questões de... “direitos fundamentais”, não é? A mim, o que me interessa – se calhar por ser antropólogo – a questão dos direitos humanos é a questão da “universalidade” ou não dos mesmos, não é? Estes factos todos sobre tradições religiosas e etc. e eu neste livro tenho um texto justamente sobre se os direitos LGBT são direitos universais ou não são direitos, não é? E, portanto, é uma afirmação muito forte para um antropólogo, mas que eu defendo. Agora, repara, parte do movimento avançou... uma parte do discurso do movimento é sem dúvida sobre direitos humanos... mas não é fundamental... mesmo sobre direitos... no sentido político liberal do termo. No sentido de os direitos... ham... da “igualdade” perante a lei, não é? Para mim é uma coisa um pouco diferente de direitos humanos, não é? Porque está implícito no reconhecimento do direito humano a livre orientação sexual, a livre identidade de género, não é? Está implícito. Não é este o instrumento de reivindicação. A menos que eu o use, não é?... Eu uso muito mais “igualdade”, “igualdade de direitos” e, por direitos, eu quero dizer os direitos constitucionais... os direitos das leis... O risco é justamente... Não chamaria “risco”, porque acho que é um risco bom de correr, não é? Ham... eu acho que é um risco quando são transpostos para outros contextos culturais poderem parecer baseados numa narrativa ocidental sobre o que é que são os direitos das pessoas. E depois de haver aí um problema de como é que a gente traduz isso para os termos locais. Mas eu sei muito pouco sobre isto, infelizmente. Isto é, sei muito pouco sobre como é que, por exemplo, no mundo árabe ou no mundo islâmico ou no oriente... como é que os activistas estão a tratar a questão. A nível internacional é um problema, porque nós não temos... A Declaração Universal dos Direitos Humanos, as declarações da ONU... das grandes instancias –

mesmo internacionais... as regionais, não. A Européia, etc., etc... Mas, as internacionais, não aparece nada LGBT. Quer dizer... Não aparece nada. Todas as declarações de direitos humanos não incluem nada LGBT. Grande parte do nosso esforço é fazer com que incluam, não é? E não incluem porque? Porque justamente são declarações feitas por signatários, muitos deles oriundos de contextos políticos e culturais onde a questão é justamente impensável, não é? Como é que nós fazemos o trabalho de tradução disso? É muito difícil. Esse é o principal desafio. Não é um risco, é um desafio (Entrevista 9L).

De forma sintética a entrevista a seguir também ressalta este mesmo dilema. Mesmo as perspectivas mais críticas na concepção dos direitos humanos, conforme foi trabalhado no capítulo 2, estão aquém de alcançarem essa representatividade das lutas:

De Direitos Humanos ser uma coisa que abrange todos os direitos incluindo os Direitos LGBT... é... eu... eu acho que é assim... é muito complicado... muito complicado nisso, é o que eu quero dizer... a mim me faz confusão que ainda hoje você tenha políticos com maior ou menor responsabilidade, falando da Carta Universal de Direitos do Homem... a mim... a mim me incomoda... a mim me incomoda isso porque a Carta Universal de Direitos do Homem já foi corrigida, certo?... e o que nós temos é a Carta Universal... (risos) ... o que eu ia dizer?... foi alterada pros Direitos Humanos... Exatamente, não é do Estado, não é do Partido, não é da repartição... é da pessoa que... quer fazer qualquer coisa e tá se calhar um passo mais à frente e já chegou lá e você ainda está saindo de casa... e eu acho que isso... que isso é... é... ainda não é institucionalizada essa ideia de que Direitos Humanos é Direitos... também LGBT e... e vai levar tempo, vai levar... isso é muito do que lhe falei, porque ainda você tem pessoas com demasiado poder falando de uma Carta que é dos homens e não é... não é do ser humano, não é da mulher... é só dos homens (Entrevista 7L).

Na entrevista abaixo aparece um desejo do poder executivo de fazer uma maior aproximação nessa articulação entre direitos humanos e direitos LGBT, porém, é ressaltada essa dificuldade já que mesmo a ONU, conforme os entrevistados belo-horizontinos também destacaram, não demonstra nas suas prioridades uma preocupação com os direitos LGBT:

Olha... eu... eu gostava de desmistificar uma coisa, eu acho... Há um documento muito importante na área da Igualdade, muito mulheres e homens que é a Plataforma de Ação de Pequim... de 95, não é? Que vem da Quarta Conferência Mundial das Mulheres, e se tu reparares nas doze áreas críticas da Plataforma de Ação não tá lá nada sobre questões de Orientação Sexual, de Identidade de Género... que seja, não está... a... mas o que te posso dizer é que as lésbicas, as feministas lésbicas estiveram lá em Pequim há quinze anos e eu tenho um documento escrito por uma activista mexicana a contar o outro lado da história de Pequim... O que que com isto quer dizer? Que no plano mais internacional, o Movimento LGBT tem tentado estar aqui e acolá nalgumas agendas e tem sido invisibilizado de facto por outros Movimentos, ou seja, por exemplo em Pequim as mulheres de uma forma geral invisibilizaram as lésbicas... ao nível político até... Porque não está na... na ação, mas já aí em Pequim em 95, houve uma meia dúzia de Estados e a União Européia teve um papel importante porque a União Européia foi um dos Estados... são vinte e sete mas... apareceu como a União Européia a... a reclamar por questões de Orientação Sexual e Identidade de Género... já em 95, não é? Juntamente com o Canadá, juntamente com a África do Sul, portanto... Juntamente com a Nova Zelândia... houve aqui alguns países... E o que que te posso dizer? Te posso dizer que esta agenda está muito escondida das Nações Unidas, ou seja, está muito pouco... aliás, não sei se sabes... acabou de ser criada a... a... You One Woman, a nova estrutura da ONU pras questões de gênero... Sim... Com menos gás, com menos força... Na União Européia a... Vejo um bocadinho, vejo mais forte mas também... não te consigo dizer se é da minha visão de estar mais próxima aqui da União Européia por estar cá... mas o que é um facto é que eu tenho ido às Nações Unidas, tive

lá agora em Nova Iorque há duas semanas, tive lá em Março e não me parece que a ONU tenha uma preocupação muito grande com a agenda específica LGBT... Não... não... Em 2007 a temática e a tónica do nosso discurso foi forte na questão Direitos Humanos, ou seja, as questões de discriminação... aliás, nós cá, nem todos os países têm esta perspectiva... Por exemplo, nós cá encaramos a violência de género ou a violência contra as mulheres como uma violação também de Direitos Humanos, ok? A... Portanto, nós temos muito esta... esta colagem, ou seja, discriminar é violar os Direitos Humanos... temos muito esta colagem, portanto... todas as áreas de discriminação em que tocamos... é matéria de Direitos Humanos.... por outro lado eu penso que ainda também temos que ter o enfoque da questão LGBT pelos Direitos LGBT para si, ok? Sabendo nós que no nosso quadro, pra nós foi uma perspectiva de Direitos Humanos tem que ter aqui uma meia dúzia de políticas específicas de enfoque só na questão LGBT, mas... Com a mensagem junto das pessoas que são questões de Direitos Humanos... não sei se fui claro pra ti... Portanto, ou seja, é sempre uma perspectiva de Direitos Humanos pra nós... sempre... sempre... tamos a falar sempre de Direitos... de Direitos Humanos e aqui... pra nós Direitos Constitucionais também... o princípio de Igualdade, o nosso princípio da Igualdade na Constituição tem Orientação Sexual, ok? Portanto, sim... é sempre uma perspectiva de... de... de Direitos Humanos, sempre... mas como te disse, ao nível agora do avanço das Políticas Públicas temos que ter uma questão específica LGBT pra além da questão do cruzamento LGBT com as outras áreas, mas temos que ter políticas específicas LGBT e isso é sem dúvida... até por que sentimos que elas estão ainda pouco desenvolvidas... cá. Talvez quando elas ganharem uma extreaming grande, aí já consigamos trabalhar sempre muito no chavão Direitos Humanos... Direitos Humanos... Direitos Humanos... Agora, ainda temos que colocar muito a tónica no chavão LGBT... LGBT... LGBT, ok? Mas a nossa perspectiva e a perspectiva do Governo... e o Primeiro-Ministro no dia do debate da lei, no discurso dele ele falou

isto como uma questão de Direitos Humanos também... ok?
(Entrevista 5L).

Neste sentido, na entrevista a seguir é esclarecido que a noção de igualdade como arcabouço das várias lutas sociais se torna mais instigante e mais afirmativa, possibilita um discurso mais crítico sobre o respeito as diferenças por meio da igualdade de oportunidades:

Sim... vejo que não há uma relação muito direta estabelecida na... em Portugal... por exemplo, no Brasil não é? Em que... não há uma Secretaria de Direitos Humanos e que há uma... e que a expressão Direitos Humanos não aparece formalmente, não é? Em termos de Poder Público, aparece enfim... como minha Orientadora, mas não como designação e portanto... eventualmente poderá haver uma consciencialização crescente da integração das questões LGBT no âmbito de Direitos Humanos... Mas não há nada muito explícito em termos de... na alteração, não é? Portanto, é difícil... é difícil de fazer aí uma... uma... Hum... hum... hum... certo, mas... Mas isso acaba por ser, é evidente que as ligações são importantes e nós sentimos essa... isso precisamente no ano de 2007 com o Ano Europeu da Igualdade e Oportunidades, sentimos isso ao estarmos, por exemplo, do ponto de vista público aliados a questão do género... que faz todo sentido no nosso ponto de vista, que haja... que haja essa relação mas... é isso... de alguma forma até a noção do Igualdade como chapéu de chuva é uma noção que acaba por ser mais aguçada que a noção de Direitos Humanos...É um termo... é um termo que é mais específico e que... e que não deixa margem para dúvidas porque em relação aos Direitos Humanos, há muita constatação sobre a integração, não é? Das questões LGBT neste... e portanto, a Igualdade é mais afirmativo, é mais claramente afirmativo... o que não significa que nós não utilizemos também materialmente os Direitos Humanos como referência em vários níveis e... todas... em termos de tercerização, em termos de materiais que produzimos, etc... mas, de facto em termos de Políticas Públicas, pelo menos estamos satisfeitos com a designação... com as designações... com as designações, não é? Nomeadamente a

ideia de Igualdade, a ideia de Cidadania, igualdade de gênero... são... são designações que se adequam também ao que nós... ao que nós pretendemos... (Entrevista 11L).

A entrevista seguinte ilustra os efeitos desse contexto na criação das próprias nomeações de suas políticas públicas. E acrescenta, como aparece também em outras entrevistas, que a origem dessa ênfase na questão da igualdade vem na fundamentação das lutas por igualdade de gênero, igualdade de oportunidades, como uma especificidade das discussões levantadas pela União Européia:

a própria Secretaria é da Igualdade e não de Direitos Humanos... A discursividade dos Direitos Humanos é muito menos presente... o que faz com que... como a igualdade na tradição Européia, é primeiro uma questão relacionada a igualdade entre homens e mulheres e na nossa própria tradição política... faz com que grande parte do discurso de Igualdade que nós ainda hoje produzimos em termos de Políticas Públicas... é um discurso sobre Igualdade entre homens e mulheres... eu acho que o exemplo que se tem pode ser dado não pela Orientação Sexual, mas pela questão de ter aceito quem é... É novo, ou seja, a questão é... a afirmação que os Direitos LGBT são Direitos Humanos é uma afirmação que há dois... nascimento no... dez... anos 90, o Movimento LGBT português... ou seja, era frequente essa afirmação... Eu acho... e acho que há aqui uma diferença em Portugal que tem a ver mesmo com a questão da discursividade dos Direitos Humanos... os Direitos Humanos são algo difusamente presente na política portuguesa e na Sociedade... não são, acho que não adquirem a importância, por exemplo que têm como chapéu... no caso brasileiro ou ao mesmo no caso de outras... de outros espaços da América Latina e até mesmo... ham... no caso de pessoa ficante, por exemplo, que poer acaso eu também conheço bem... são menos importantes em termos discursivos, são muito usados por alguns Movimentos, mas... ham... virá influência, a nossa influência nesta área terá acima de tudo da União Européia e não tanto do Conselho da Europa... o Conselho da Europa usa muito o discurso dos Direitos Humanos e a União

não... usa dos direitos Fundamentais, ainda que a União refira-se sempre as Convenções Internacionais na área dos Direitos Humanos, ela criou uma Carta própria e portanto... os Direitos Fundamentais são uma lógica muito mais de... não de igualdade real, mas de quisermos de igualdade e oportunidades e... Portanto, há aqui uma diferença discursiva importante e... Portanto, o nosso discurso político é muito mais centrado no... em Direitos Fundamentais e em questões de luta... digo, promoção de igualdade e luta contra a discriminação e portanto, menos relacionado com os Direitos Humanos... (Entrevista 10L).

Porém, alguns entrevistados apontam uma menor resistência sobre o tema dos direitos humanos, porém também demonstram pouca vivência com o mesmo:

Eu acho que essa, digamos... essa aliança entre o Movimento LGBT e Movimento Direitos Humanos, tem sido uma aliança que tem crescido... até há algum tempo atrás, eram duas coisas distintas, felizmente com o passar... Com o passar dos anos essa aliança tornou-se mais... mais compacta e eu acho que isso é notório, não é? E na minha comunicação com... com outros países eu percebo isso mesmo, não é? Em que há muitas pessoas que fazem parte de Organizações de Direitos Humanos que têm levado a cabo muitas ações de reivindicações dos Direitos LGBT e eu acho muito importante de ter... Porque Direitos LGBT são Direitos Humanos, são Direitos que dizem respeito a pessoas, não é? Portanto, são Direitos Humanos, não há como fugir... não é transversal a nada, ou seja, Direitos LGBT são Direitos que dizem respeito a pessoas... Sim... sim... Por exemplo, a Rede Ex-aequo tem sido convidada muitas das vezes pela SOS Racismo, que é uma Organização que defende questões relacionadas com Direitos Humanos... Portanto, eu acho que cada vez mais a Sociedade portuguesa tem dado provas dessa aliança... o que é muito bom... (Entrevista 6L).

A entrevista seguinte também demonstra pouco conhecimento sobre tal articulação, mas deixa claro seu apoio:

Eu acho que quando esse discurso começou a ser feito... e até mesmo foi a Anistia Internacional... ham... que eu me lembre... ham... que começaram a dizer que os direitos LGBT eram direitos humanos... Eu achei ótimo. Eu achei que era por aí que se tinha de ir. Portanto, está... (Entrevista 12L).

Na entrevista a seguir, esta adesão se apresenta de forma mais contundente, ao aparecer um argumento de impossibilidade de dissociar direitos LGBT dos direitos humanos. Sua fala aponta para o reconhecimento de que a universalidade supõe a particularidade e vice-versa:

Eu acho que são... são uma... são a mesma coisa, pra mim direitos LGBT são uma questão de Direitos Humanos, na medida que... nós não... nós temos na nossa Constituição um artigo que refere que todos os cidadãos têm direito à sua... à sua... à formação livre de sua personalidade... é... e eu acho que a discriminação, me alimento com base em orientação sexual, em gênero, em origem... a... é um atentado aos Direitos Humanos... nós não podemos assumir... eu não assumo... que é possível retirar da agenda dos Direitos Humanos, a questão da agenda LGBT, não é... eu acho que não é... efetivamente só existe... na minha apreciação da palavra de Direitos Humanos quando a discriminação é removida... é... é... da Sociedade, portanto eu não consigo dissociar, pra mim a questão dos direitos LGBT sempre foi uma... uma questão de Direitos Humanos, tem tanta validade como todas as outras... (Entrevista 3L).

Enfim, na entrevista abaixo também aparece uma afinidade ao tema, porém muito mais do ponto de vista dos valores humanitários do que do ponto de vista das ações políticas do cotidiano:

É uma questão curiosa... eu acho que os Movimentos LGBT são herdeiros dos Movimentos de libertação em geral, não é? ...e não vou

muito em esse ponto de vista, são realmente direitos... Movimentos pelos Direitos Humanos (Entrevista 14L).

Na entrevista de um belo-horizontino é apontada a importância da colaboração entre as lutas sociais, seja por igualdade, ou seja, por direitos humanos. Este aspecto aponta para uma tentativa de mediação das perspectivas particularistas por meio de um arcabouço universalista:

É incontornável a questão dos direitos humanos... uma referência à Carta dos Direitos Humanos...e quase todas as leis para um país desenvolvido têm que se delinear também pela carta dos direitos humanos e pela igualdade. Para isso os direitos humanos têm de obedecer determinadas regras... e isso não acontece, mesmo em países democráticos como o nosso... é importantíssimo que haja uma colaboração muito próxima entre os direitos humanos e a comunidade LGBT (Entrevista 2BH).

Com relação às novas demandas associadas aos direitos LGBT, há também um distanciamento entre as pautas das lutas LGBT e suas parcerias com outras temáticas. O Poliamor, por exemplo, tem sido uma nova frente de reivindicações por direitos e suas mobilizações tem se aproximado das Paradas LGBT portuguesas, principalmente em Lisboa. Em Belo Horizonte, não existe esta associação, há algumas manifestações acadêmicas pontuais, focadas na região sul do país, mas sem inserção política nos movimentos sociais. Mas isto ainda não é visto de forma consensual dentro do movimento LGBT português. Há aqueles que reconhecem o Poliamor como uma causa de direitos humanos e há àqueles que diferenciam tais grupos em relação aos grupos LGBT. Conforme se encontra nos argumentos do entrevistado abaixo:

Obviamente que sim... no fundo acho que as Sociedades tão construídas com base em... num conjunto de... desorganizacionais... existem agora um conjunto de novos... de... de nichos de lutas de direitos com os quais eu não sei se algum dia será conquistado pra eles... dar um exemplo concreto... Poliamor... quer dizer... à limites pra todas as pessoas e à limites em tudo... a percepção da

discriminação tem que ser uma percepção pra tratamento igual, ou seja, temos duas pessoas que pretendem ter uma relação familiar... é... elas não devem ser discriminadas com base na orientação sexual... é... temos uma pessoa que... que é diagnosticada por disforia de gênero e portanto... obviamente a sua sexualidade... o seu gênero não... não bate certo com a sua identidade, estamos a falar de um caso concreto, de uma pessoa discriminada... a questão das mulheres e o homem... o homem... e os homens terem os mesmos direitos e serem efetivos os mesmos direitos... estamos a falar de igualdade, ou seja, pra mim a agenda dos Direitos Humanos e a agenda LGBT enquanto tivermos a falar da luta pela igualdade... é a mesma, quando estamos a falar de situações distintas novas e inovadoras, diferentes... aí... é... não sei se estamos a falar de igualdade, temos a falar de acrescentar perspectivas... à organização social e aí não sei se... se... se será fácil perspectivar como luta de Direitos Humanos... a... do Poliamor é particularmente complexa... difícil... a... no sentido em que as pessoas têm direito... a exercer sua... estamos a falar da formalização do direito Poliamor... né?... ou seja... a... a... porque... depois, quer dizer a perspectiva da poligamia, não é?... como um direito é algo que na minha opinião tem efeitos perversos nomeadamente naquilo que muitas vezes nós queremos combater, que é a questão do domínio masculino, na questão da... do... domínio, tanto... ele... há... há fronteiras na agenda LGBT... a... pelo menos na minha... pro que eu hoje penso, pra aquilo que eu hoje sou... há limites e há fronteiras na agenda LGBT... é... e eu... eu tenho ido sempre às marchas LGBT, vejo a valorização excessiva determinadas é... é... perspectivas políticas que na minha opinião não podem ter o mesmo valor de outras... a questão do Poliamor, face à questão dos direitos transexuais ou face à questão dos direitos homossexuais pra mim não têm... dificilmente terá a mesma importância, o mesmo valor, a mesma dimensão naquilo que refere aos Direitos Humanos, portanto pra mim há... tanto se pra mim há, também há... também há pra maioria das pessoas e portanto a perspectiva é muita... o tratamento é igualado, perante a desigualdade perante a

discriminação, obviamente que eu acho que estamos a falar de Direitos Humanos... (Entrevista 3L).

Um outro fato muito específico da realidade de Lisboa se refere à existência da União Européia e do Conselho Europeu, que são instâncias as quais Portugal está vinculado, juntamente com demais países que assinaram o pacto europeu. Na América Latina, ou mesmo no Brasil não temos instâncias equivalentes a essa. Dessa forma, algumas negociações políticas acabam também se divergindo entre Belo Horizonte e Lisboa, devido ao fluxo e as hierarquias entre as funções do poder público. Talvez se existissem no Brasil ou mesmo na América Latina instâncias como a União Européia e o Conselho Europeu, poderíamos ter organismos de maior pressão social pelos avanços humanitários. Dessa forma comparações entre países vizinhos poderiam ocorrer na busca de avanços civilizatórios. Entretanto, conforme Touraine (1995) elucida, que a América Latina possui raízes políticas do autoritarismo, por meio dos ismos: clientelismo, populismo e paternalismo. É argumentado que em tais sociedades não ocorreu uma ruptura revolucionária do modelo político tradicional, sendo exatamente o papel dos atores sociais na definição do conflito e no compromisso com a participação social que sustentam as reivindicações frente ao sistema político vigente (Touraine, 1997).

Na entrevista abaixo, é enfatizado que muitas conquistas ocorridas na área social, inclusive na área dos direitos LGBT em Portugal se devem as orientações e diretrizes da União Européia, uma vez que o país quer também acompanhar as agendas socialistas da comunidade européia que são consideradas como vanguardistas:

O que eu acho é que a União Européia... a... facilitou uma visão da política enquanto política européia e... a... eu considero como muita gente considera que as conquistas de lugares que foram conseguidas em Portugal, foram por influência dos actores europeus... ... razão pela qual eu penso que realmente aprovaram a não discriminação na Constituição e agora o casamento... não foi... não foi pela força do ativismo português, que ele é muito débil... foi precisamente por... por... quererem acompanhar uma agenda socialista Européia dentro de uma certa vanguarda... socialista... acho que foi... (Entrevista 1L).

Desta forma, na entrevista a seguir é ressaltado que tais agendas sobre políticas LGBT estão muito mais presentes na União Europeia do que na ONU. A grande maioria dos entrevistados destacaram o Ano Europeu como esse marco de formalização dessa agenda política. Foi destacado o papel da União Europeia no financiamento de ações da ILGA Europeia e da ILGA Portugal. Além disso é traçado uma diferença entre a União Europeia e o Conselho Europeu:

e eu agora aqui, a nível de Secretaria de Estado... eu trabalho muito as questões da União Europeia e as... as questões das Nações Unidas, não é? E já percebi que as questões LGBT na União Europeia têm com muito mais empoderamento, estão muito mais em cima da mesa, estão muito mais na agenda do que ao nível das Nações Unidas... se percebe o espaço gigante... a agenda da Não-Discriminação e a agenda específica LGBT... eu penso que ganha um espaço político incomparável com o passado a partir de 2007 também... o Ano Europeu, ou seja, desde esse ano há um esforço e há um nítido trabalho desenvolvido no ano da Comissão Europeia para ter preocupações específicas com as questões LGBT e... por isso também financiam... a União Europeia é uma das grandes financiadoras da estrutura da ILGA Europa, ok? ...À qual a nossa ILGA é... da qual a nossa ILGA Portugal é filiada e a ILGA Europa também tem tido um trabalho muito importante a nível de produção e até de documentação, sei lá... e sim... sim que a agenda LGBT está muito invisibilizada, ok? Na área dos Direitos Humanos... já ao nível do Conselho da Europa, não confundir a União Europeia é uma coisa, são vinte e sete Estados e o Conselho da Europa são quarenta e sete Estados... é uma estrutura mais antiga que nasce logo no pós-guerra... o Conselho da Europa nasce lá em 48 ou 47, logo no pós-guerra e tem outra filosofia da União Europeia... não é... não é uma plataforma federalista com Políticas Económicas conjuntas nem de fronteiras... é uma plataforma quase de jurisprudência sobre o que acontece na Europa, de género... Como te digo uma é mais antiga que a outra... o Conselho da Europa é mais antigo... o Conselho da Europa tem a Rússia, tem a Turquia... Não... não... são muito distintas... são muito distintas... são

muito distintas... a União Européia tem funções mais governativas e executivas, ou seja, se entenderes a UE é quase que como os Estados Unidos da Europa...Ok? A União Européia será mais ou menos os Estados Unidos da Europa, ok? Ainda não tão federais quanto os Estados Unidos, ainda com mais soberania individual cá... mas, já com Políticas Económicas comuns, ideais comuns, política de segurança comum, políticas de cooperação comuns... O Conselho da Europa sim... mas, de... e como te digo... Tem uma relação de forças diferentes, tem a Rússia que não está na UE, tem a Turquia que não está na UE, tem outros países... e o que te posso dizer é que o Conselho... o Comitê... o Conselho da Europa tem uma Comissão pros Direitos Humanos e o Comissário pros Direitos Humanos que é um Comissário Nórdico... que é o Thomas Armarber tá com uma agenda fortíssima sobre as questões LGBT (Entrevista 5L).

Na entrevista seguinte também é feita uma comparação entre a União Européia e a ONU, apontando um exemplo ocorrido em Bruxelas, que demonstra uma certa negligência da ONU com as lutas LGBT:

Nem é a homossexualidade... é... nas questões de Direitos Humanos o seu comportamento é muito mais de recomendação do que de obrigação... e não sei precisar qual foi a lei... mas... creio que foi o casamento mesmo... que houve... não... o casamento não... foi não, foi uma coisa que se desencadeou cá, que chegou até à discussão de Bruxelas e tudo que Bruxelas fez foi aconselhar, para uma melhor convivência e na Sociedade... blá, blá, blá... que o Governo português tomasse uma atitude... aconselhou, mas não obrigou... (Entrevista 7L).

Assim, o entrevistado abaixo destacou a importância da União Européia e do Conselho da Europa nas articulações entre direitos LGBT e direitos humanos.

Na União Européia e no Conselho da Europa... que são duas estruturas diferentes, com dinâmicas diferentes... ham... mas que têm

uma claríssima repercutividade sobre os Direitos LGBT... sempre centrados no caso da... do Conselho de Europa que os Direitos LGBT são Direitos Humanos (Entrevista 10L).

Sobre os regimes políticos, Brasil e Portugal possuem instâncias diferentes, a execução das políticas pelo poder público em Belo Horizonte e em Lisboa possuem especificidades nos seus fluxogramas e nas representatividades dos agentes públicos. O entrevistado abaixo é um parlamentar com trajetória no ativismo LGBT, dessa forma ele aponta com detalhes as particularidades das instâncias que compõem o poder público português:

O meu problema aqui é assim... os projectos-lei que nós construimos no grupo parlamentar são mais progressistas do que as propostas de lei que vêm do governo. Só que basta o governo decidir que em determinado assunto vai ser tratado como proposta de lei e não como projecto-lei... para de certo modo já não haver nada a fazer... Que tem aquela oportunidade partidária de o governo ter o primeiro-ministro como secretário-geral do partido, percebe o problema? Esse é o meu problema... Para isso tu tens que ver bem que o sistema político não tem nada a ver com o brasileiro. Nós temos uma câmara... são... o parlamento, não é? O sistema é parlamentar, basicamente. E ao parlamento concorrem diferentes partidos... e elegem os seus deputados. O partido que ganha constitui o governo, não é? Portanto, tu tens o parlamento, e o partido maior – que ganha – sai um governo, não é? Então, o primeiro-ministro – que é o executivo – é a principal figura de autoridade... e que tem capacidades legislativas também, que faz propostas de lei. Depois, completamente a parte, na outra direcção, o presidente da república... que não é uma figura completamente simbólica – como noutros países – mas não é executiva, como no Brasil... é “semi”. Isto é, tem a capacidade de intervir, até um certo limite, nas decisões do governo. Fazendo duas coisas: ele pode... fazer nomeadamente um coisa... ele pode pedir a verificação da constitucionalidade de uma lei, não é? E é o que ele fez com o casamento. Sendo que em última instância é

sempre o parlamento que decide. Isto por quê? Como são duas eleições distintas, muitas vezes o governo que sai no parlamento é de uma orientação política diferente ao do presidente da república. E é o caso agora, não é? O presidente é de direita e o governo é de esquerda. Então, o que ele fez foi: quando nós aprovamos a lei do casamento no parlamento, a lei... todas as leis têm que ir para o presidente da república para ele assinar, não é? E ele nesse momento é que pode dizer “eu não gosto disso. Suspeito que não é constitucional”, e então envia para o tribunal constitucional, que é um órgão independente... “independente”, enfim... juízes nomeados pelos dois grandes partidos, basicamente... para verificar a constitucionalidade. Foi isto que ele fez. Só que desta vez, curiosamente, o tribunal constitucional achou que ele não tinha razão... era perfeitamente constitucional. E, portanto, saiu o resultado e ele fez questão de vir à televisão e falar do assunto. Isto é, como é que ele ia explicar a sua derrota às pessoas apoiantes... porque ele vai concorrer outra vez às eleições em Janeiro. E, neste sentido, foi uma ótima vitória para nós, porque ele é representante do conservadorismo em Portugal, não é? E todas as suas teses contra o casamento foram derrotadas pelo órgão máximo de verificação da constitucionalidade... e, portanto, foi ótimo... É assim, as leis são aprovadas no parlamento, o primeiro-ministro não tem nada que aceitar ou não aceitar, é o parlamento. Neste caso a lei até era uma proposta vinda do governo e, portanto, vinda do primeiro-ministro. Mas, depois, todas as leis, seja sobre o que for, são aprovadas pelo parlamento e têm de ser publicadas... têm que ser assinadas pelo primeiro-ministro e pelo presidente da república. E é aí que o presidente da república pode “entupir” o processo. Agora, ele nunca pode acabar com o processo, porque imagina que... imagina que o tribunal constitucional tinha dito que sim, havia um problema. O que acontecia era que a lei voltava para o parlamento, era reformulada e discutida outra vez, e seria aprovada. A única coisa que o presidente pode fazer é “evitar” leis, ele pode dizer... usar o direito de veto, só que quando o presidente veta uma lei ela volta para o parlamento e o

parlamento, se quiser, aprova ela outra vez, e aí já não há mais veto para o presidente. Os poderes dele são um pouco simbólicos. É a pura alternância de poderes. É por isso que normalmente os eleitores elegem um governo de esquerda e um presidente de direita ou vice-versa (Entrevista 9 L).

Com relação ao poder judiciário, o entrevistado abaixo argumenta a pouca expressão pública de Portugal em relação a outros países, inclusive ao Brasil, que por compromisso político do Supremo Tribunal Federal brasileiro aprovou a união civil homoafetiva, mesmo ainda não sendo aprovado pelo poder legislativo:

Não estou a dizer que seja desimportante, acho que ela hoje não é muito utilizada porque as pessoas não têm um acesso fácil à justiça, porque as pessoas que são vítimas de discriminação dificilmente apresentam queixa... de um lado... por outro lado, porque Portugal não tem essa tradição existente em outros países do poder judicial, no fundo, ter uma componente de... apurativa, de criar as interpretações das leis (Entrevista 3L).

Assim, em Lisboa o parlamentarismo, como um sistema de governo no qual o Chefe de Estado, que pode ser um monarca, como na Inglaterra, Suécia e Japão ou presidente, como ocorre na França, Itália e Portugal, não detém as funções de Chefe de Governo. O parlamento é que escolhe um chefe de governo, este recebe o título de primeiro-ministro, entre os blocos político-partidários com maior presença, mas nada impede a oposição de ganhar como ocorre atualmente. Em tese, o líder do partido ou coalizão que obtiver a maioria das cadeiras parlamentares terá direito de escolher o chefe de governo e compor o gabinete de governo.

Em outra via, o presidencialismo, regime político brasileiro, é uma forma de governo na qual o líder é escolhido pelo povo para mandatos regulares, acumulando a função de chefe de estado e a função de chefe de governo. Esse sistema foi criado pelos norte-americanos como forma de impedir a concentração de poder. Juridicamente, o presidencialismo se caracteriza pela separação de poderes. O Legislativo, o Judiciário e o Executivo são independentes entre si.

Tais diferenças implicam lógicas de fluxos e correlações de força e poder específicos da realidade de Belo Horizonte e Lisboa na construção de políticas de direitos humanos

LGBT . Ou seja, em Lisboa o presidente tem pouco poder nas decisões e com isso geralmente são de partidos ligados a ideologias de direita, mais conservadores. Conforme foi discutido, em Lisboa é estratégico ter um parlamento com ideias progressistas para que os projetos de lei voltados para os direitos LGBT sejam articulados e aprovados. Já em Belo Horizonte, o presidente eleito acumula poderes como chefe de Estado e de Governo, que por sua vez são descentralizados entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Desta forma, tendo um presidente com poder político partidário e que seja apoiado pelo parlamento, ele possui autonomia para deliberar sobre projetos de lei. Porém, vivenciamos no momento um governo que apesar da sua trajetória de esquerda tem preferido se posicionar de maneira passiva frente aos projetos de lei violadores de direitos LGBT que se apresentam no congresso. Mesmo com alguns avanços pelo Supremo Tribunal de Justiça, como a aprovação do casamento civil, grandes retrocessos permanecem por omissão do poder público. Assim, as diferenças dos regimes em si não refletem tanto no compromisso dos governantes com a garantia de direitos humanos, mas tem incidência maior nos fluxos das tramitações e negociações políticas.

Como fora dito anteriormente no capítulo 2, no item 2.4, sobre a articulação entre as Teorias Queers e Identitárias, essa discussão contribuir para compreender as diferentes perspectivas das cidades. Em Lisboa, ao contrário de Belo Horizonte, os grupos LGBT possuem uma identificação maior, bem como uma vivência das teorias e práticas que transitam pelo reconhecimento da fluidez identitária. Entretanto, estes grupos também destacam que há momentos estratégicos para defender uma posição *queer* ou uma posição identitária mais rígida. Acredita-se que na realidade brasileira, tanto pela pouca inserção acadêmica formal dos ativistas quanto pelos altos índices de homofobia que exigem estratégias de construção de políticas identitárias, a Teoria Queer não tenha sido tão identificada pela luta dos movimentos LGBT no país.

Porém, essa justificativa precisa ser analisada de forma contextualizada, para não correremos o risco de gerar o pensamento equivocado de que a Teoria Queer não esteja preocupada com a homofobia. Ao contrário disso, conforme foi discutido no capítulo 2, a partir de um tenso debate entre o brasileiro Miskolci (2010) e o português Almeida (2009) e utilizando os dados coletados nas entrevistas, considerou-se que, se por um lado, os ditos “identitários estabelecidos” são nomeados como aqueles que defendem a parceria com o Estado, mas que também gerou algumas vezes cooptação e clientelismo, por outro lado os denominados *queers* que propoiam uma relação mais crítica com o Estado colocam em xeque a essencialização identitária estratégica. Assim, estes não são necessariamente anti-

identitários e/ou acadêmicos como alguns de forma reducionista tentam classificar: “Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade” (Silva apud Louro, 2001, p. 550), e de acordo como o mesmo autor, qual seja Silva, este tipo de pensamento nos favorece a defender, de forma crítica, as políticas identitárias.

Na entrevista abaixo é ressaltado que o trabalho dos grupos LGBT de Lisboa não é pela via da afirmação rígida, já que o discurso é sempre pela via da igualdade. Nessa lógica, as diferenças somente se apresentam quando o Estado não reconhece as pessoas LGBT. Assim, é argumentado que a Teoria Queer se torna potencialmente transformadora se não cair numa perspectiva ortodoxa sobre a fluidez das identidades:

Na realidade... e portanto, o nosso trabalho nunca é o da afirmação numa especificidade muito própria, é de um... um... que queremos ser iguais, ele só é afirmação de especificidade muito própria nos casos em que conhecemos que é uma diferença... ... a questão não é a da afirmação de identidade, a questão é a do combate à homofobia, heteronorma de atividades se quisermos... e portanto, se fazemos do combate à homofobia, que seja, a homofobia violenta, seja a homofobia ausente e silenciosa... fazemos dessa o destaque, não é...?... ... nós não dizemos que um casal gay é um casal diferente de um casal hetero, dizemos que eles são iguais e têm que ter condições iguais, ou seja, a discursividade é realmente a da Igualdade... ham... onde é que estão as diferenças...? Estão as diferenças na ausência do Estado nos entender como um grupo, ou seja, se isto é influência da Teoria Queer... não sei... não sei, eu acho que é uma influência, digamos... consciente que vai buscar à Teoria Queer aquilo que é... que é possível ser mais potenciador de transformação social sem... sem entrar nalgum radicalismo que a Teoria Queer tem, como por exemplo a questão da fluidez e da negação de identidade... ou melhor... que algumas leituras da Teoria Queer tem em relação a isso e... eu acho que o não mais destacado da Teoria Queer... a Judith Butler de... o poder deve lhe dar imensa urticária, leituras que fazem da obra dela, deve lhe dar algum incômodo mesmo porque... se me disseres que eu sou completamente Queer é porque estou com um

grupo de gays... e essencialistas que acham que são muito diferentes e que... a sua diferença é o... aí sou anti-essencialista e eu sou por inerência... anti-essencialista, sou muito mais construtivista. Agora, não entro na lógica da hiper-fluidez... ham... que, por exemplo, a hiper-fluidez impede Políticas Públicas próprias... o dizer que não somos nem heteros e nem homens impende de chamar a atenção... E outros que não são... e portanto... o que é importante é isto, a fluidez é importante quando as identidades... quando... a forma como nós nos autoidentificamos, porque identidade não é dos outros... é nossa, não é...? a forma com que nós nos autoidentificamos nos deixa espaço a... eu posso, eu sou muitas coisa e portanto... se me apetece ser mais desconstrutor num determinado momento, porque estou com um público com o qual acho que é importante eles perceberem a desconstrução, mas a história... se estiver com alguns Queers radicais que... inclusive conheci em Portugal, apetece-me provocar e dizer: Não, não... eu sou identitário!... Não... eu sou bicha!... Não, eu quero falar sobre isso!... eu quero falar desse lado... porque... a questão... (Entrevista 10L).

Assim, na entrevista belo-horizontina abaixo é argumentado que se vivêssemos numa cultura de direitos para todos poderíamos abrir mão de uma maior visibilidade da política identitária, porém quando ocorre uma violência por motivos homofóbicos é preciso ter clareza e que, além de suas performances, a identidade sexual e/ou de gênero daquela pessoa foi discriminada. Daí a necessidade de dialetizar essas perspectivas e estratégias políticas:

Num mundo ideal não há nenhuma necessidade de recorrer a conceitos de gênero e a conceitos binaristas de gênero... homens e mulheres... porque as pessoas constroem as suas identidades a partir de referências múltiplas e exercem determinados modelos que prescrevem determinadas formas de ser... do jeito de pensar, etc., etc. No entanto, eu acho que em termos estratégicos... mesmo para aqueles que acham como eu que a luta, em último caso... nós podemos ver um mundo que podemos dispensar estas categorias... Eu acho que para viver num mundo em que a gente possa dispensar estas

categorias particulares, nós precisamos primeiro de afirmar as suas existências. Então, isto me faz afirmar as suas existências e juntar pessoas e mobilizar pessoas no movimento político e no movimento social em torno de categorias dominadas... e, portanto, sim, enquanto houver discriminação há homossexuais... sim, enquanto houver discriminação há mulheres... e é importante utilizar essa categoria. Isso não quer dizer que não possamos lutar contra a discriminação, e se não houver discriminação pode ser que esta categoria deixa de ser útil para a nossa luta. Mas enquanto houver discriminação nós temos de usar esta categoria (Entrevista 4BH).

Com relação à articulação entre trajetória acadêmica e ativista este é um outro ponto de diferença entre as cidades pesquisadas. Em Belo Horizonte percebe-se que o nível de escolaridade dos militantes é na maioria secundarista e há uma resistência, informal e velada, por parte de muitos membros do movimento social LGBT em fazer parcerias com a academia ou mesmo em se apropriarem diretamente do discurso acadêmico, por argumentarem que este seja elitista e muito abstrato. Apesar de que algumas experiências exitosas, mesmo que pontuais, tem ocorrido de forma gradativa e já foram citadas nessa pesquisa.

Por isto, é possível perceber esse discurso de certa forma contraditório, pois na prática o que percebemos na postura dos militantes belo-horizontinos é uma apropriação estratégica do discurso acadêmico. Inclusive em algumas vezes os ativistas parecem mais acadêmicos do que os propriamente acadêmicos. Por exemplo, quando nas suas palestras na cidade muitas vezes priorizam mais as apresentações de dados em *power point* do que a discussão de situações reais e casos do cotidiano. Portanto, achamos essa visão de alguns entrevistados um pouco restrita por não analisarem essa complexidade.

Porém, em Lisboa é possível constatar uma lógica diferenciada, o próprio movimento social é composto de forma significativa por acadêmicos militantes, o que torna o movimento bastante intelectualizado. Há uma identificação explícita com o discurso acadêmico. Isso propicia um caráter mais teórico nas suas argumentações, com maior inserção de temas acadêmicos ainda não tratados nas experiências de Belo Horizonte.

O entrevistado belo-horizontino abaixo faz parte de uma das exceções locais, onde concilia ativismo, trajetória acadêmica e ainda experiências no poder público:

porque eu acho que o discurso dos direitos sexuais ele vem até depois dos direitos humanos né, no caso dessa militância, que tem uma trajetória muito própria, de articular com teorias né, que se gestou muito entre eles ali mesmo né, na cara, na coragem, na criatividade, e tal, e de repente estão em lugares que eles nunca imaginariam que ia tá né, pelo menos eu tenho a sensação que eu escutei muito mais direitos humanos LGBT do que direitos sexuais, direitos sexuais já é uma construção mais intelectualizada né, eu acho que requer um pouco mais de formação, requer um pouco mais de inserção nesse campo dos direitos humanos, porque você vê subdivisões nele né, você tem que ter conhecimento de conjuntura porque os direitos sexuais ele tá muito mais fora do Brasil do que no âmbito nacional né. Os movimentos sociais daqui não tem uma formação acadêmica e nem souberam se apropriar do conhecimento da academia para fortalecerem suas lutas (Entrevista 7BH).

A partir da coleta e análise dos dados constatou-se alguns pontos de aproximação entre as experiências e vivências das ações políticas LGBT em Belo Horizonte e Lisboa. Mas, da mesma forma que justificamos sobre as diferenças, vale aqui também ressaltar que não são aproximações lineares, pois tratam-se de contextos muito diferentes. Por isso, estamos utilizando do referencial teórico-metodológico denominado “tradução” (Santos, 2003, 2004, 2005, 2008, 2009), já apontado em outras passagens do texto.

A respeito da relação do movimento social LGBT com partidos políticos, ambos os movimentos sociais LGBT de Belo Horizonte e de Lisboa tem relação ativa com partidos políticos, porém em Lisboa essa parceria aparece de forma mais explícita e mantendo constância em partido específico. Já em Belo Horizonte, são parcerias mais diversificadas e fluidas, a constância se apresenta apenas com relação a ser da esquerda ou da direita política.

Assim, percebeu-se que a relação entre os grupos LGBT e os partidos políticos em Lisboa é muito forte, isso demonstra os conflitos entre as diferentes ideologias partidárias. Na entrevista abaixo aparece este dilema político:

em segundo lugar, os Partidos são com o uma espécie de bolha absorvedora daquilo que são as dinâmicas sociais... a... as pessoas são absorvidas para os Partidos, as pessoas são absorvidas para um tipo

de política que se esgota na vida partidária, as pessoas são cultivadas politicamente num tipo de pensamento político que esgota a política na política institucional e na política partidária e isto é uma armadilha de pensamento terrível e infelizmente limita... ainda limita o Movimento Social em Portugal, todo ele... todo ele, não só o Movimento LGBT... (Entrevista 14L).

O entrevistado seguinte também faz uma crítica ao dizer que não existem associações LGBT independentes em Lisboa e que isso acaba prejudicando a autonomia das ações políticas:

mas há outro problema que é a questão também de que as... aqui em Portugal se sofre muito esse problema, é o problema de muitas pertencerem... ou serem no fundo, pertencerem a determinados partidos, sem exceções... não há Associações independentes nos diversos setores com os quais se possam fazer essas coligações alargadas... tanto isso, também prejudica porque... por exemplo, quando... em vez de sermos vistos como uma coligação de esquerda... contrahegemónica... já somos vistos como uma coligação mais específica do... do bloco de esquerda (Entrevista 1L).

O entrevistado belo-horizontino a seguir já busca relativizar esse fato apontando que essa relação entre movimentos sociais e partidos políticos faz parte das ações políticas. Percebe-se que há uma certa adesão aos partidos políticos que por vezes acontece espontaneamente e em outras vezes por pressão dos próprios partidos, mas em ambas as situações com muitos jogos de poder e interesses públicos e privados:

Ou seja, a gente tinha, seja no campo político, seja no campo dos movimentos diferentes visões políticas sobre o assunto. Diferentes visões políticas não só sobre princípios, mas diferentes visões sobre as escolhas de fato. E sobre as escolhas estratégicas de como é que íamos fazer, como é que não íamos, e etc. Há alguns grupos... que estão, que têm uma boa relação com o governo e que, portanto, têm uma cooperação mais forte com o governo – mesmo do ponto de vista institucional, há outros que têm um conflito maior com o governo e

que, portanto, têm menos cooperação institucional... há facilidades políticas... mesmo que haja divisões partidárias. E nos grupos LGBT também tem aqueles com diferentes visões do... da própria luta LGBT, do conflito... tal como há partidos que têm... (Entrevista 4BH).

Percebeu-se, por meio da análise desse trecho de entrevista mais um indicador de aproximação, qual seja a fragmentação nos discursos entre os diferentes atores sociais. Essa constatação esteve muito presente nas entrevistas de ambas as cidades pesquisadas. Ou seja, os argumentos contrários, dispersos, divergentes e fragmentados entre os diferentes atores sociais: movimentos sociais, poder público e academia. Principalmente com relação aos dois primeiros, que apontam para um desconhecimento e/ou desconsideração pelas ações políticas que o outro tem trabalhado. A grande maioria demonstrou ter conhecimento e consideração apenas pelo que seus pares têm realizado.

Na entrevista abaixo é argumentado que o poder público não consulta os movimentos sociais antes de fazerem suas propostas, porém o movimento social também não tem monitorado o que o poder público tem realizado:

ah, agora isto é a nossa bandeira!... nunca perguntam, nunca nos perguntaram se era a nossa prioridade, nunca perguntaram ao movimento associativo... normalmente avançam com projetos de lei sem perguntar a ninguém, portanto acabam por querer impor a nossa agenda... ao movimento, uma agenda... a lei das linhas de facto... (Entrevista 2L)

Na entrevista seguinte percebe-se uma divergência sobre a lógica de atuação do poder público pelo movimento social. Tais dados são constatados pela dificuldade que cada um desses atores sociais possuem para compreenderem fora de suas percepções particulares as possibilidades e limites das ações do outro. Assim, muitas vezes o mesmo fato é percebido de maneira totalmente diferente por eles, conduzindo a tensionamentos que poderiam ser mais produtivos se houvesse maior abertura para construção conjunta:

Ou seja, se esteja ainda por cima, depois te dou de comer ou o quê...?
Tens as estruturas do Estado que, portanto aplicam as Políticas

Públicas de Direitos Humanos na luta contra a discriminação separadas por Ministérios... que tem a ver com... que tem mais a ver com dinâmica de poder do que mais nada, não é...? Poder interno... dinâmica de... o... por exemplo, a questão dos jovens, a questão das crianças e dos deficientes tive... ta há trinta anos sob alçada do Ministério do Trabalho e Segurança Social porque tem muito a ver com prestações de dinheiro... são tudo estruturas que funcionam muito, que fazem Política Pública, mas são também estruturas que são um erro... por... tamos a falar de apoio a crianças, apoio a deficientes, de... de... portanto... (Entrevista 10L).

Sobre alguns dos conflitos internos ao próprio movimento social LGBT, no contexto belo-horizontino, percebemos que os conflitos são mais perpassados por tensões dispersas nos valores políticos partidários e nas posições frente as parcerias com o Estado. No contexto lisboetano percebe-se que os conflitos se assemelham a estes relacionados a valores políticos e aos posicionamentos frente às parcerias com o poder público. Porém, diferente de Belo Horizonte, em Lisboa são acrescentadas, de uma forma mais acirrada, outras tensões internas mais específicas referentes as reivindicações dos grupos sociais. Conforme aponta a entrevista abaixo, a discussão sobre a aprovação do casamento e agora a discussão sobre a homoparentalidade, não era consenso entre os movimentos LGBT e tem gerado fortes conflitos entre a ala dita como radical e a ala dita como consensual dos grupos LGBT:

Portanto, só isso... se dentro do próprio movimento há essas lutas internas, digamos, essas divergências em que há o consenso de, a certo momento, torná-la... Ok, então, vamos por partes. Há várias reivindicações no movimento. Há uma associação que há vários anos colocava como prioridade a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa prioridade que era atribuída ao casamento entrava muitas vezes em conflito com outras reivindicações de movimentos ditos “mais radicais”, em que o objectivo... em que diziam que as questões do casamento e da família, tal como eram colocados, estavam a reforçar a norma heteronormativa. E, então, combatiam a ideia de que o casamento deveria ser a grande prioridade do movimento LGBT e o grande caminho a traçar. por exemplo, as

questões do poliamor, que estão presentes nesse movimento dito mais radical e não estão, de forma nenhuma, em associações como a ILGA Portugal... Portanto, a diversidade é uma questão mais colocada por estes movimentos ditos radicais, e o casamento é a principal questão colocada pela ILGA; embora as tais associações se tivessem juntado à ILGA... estás a ver? é ao mesmo tempo um ponto de discórdia, porquê havia uma “facção”, entre aspas, que achava que não se devia colocar as questões da parentalidade, da homoparentalidade, e outro grupo que dizia “não, nos temos de falar também da homoparentalidade”. Aí é um ponto de discórdia entre os movimentos, as questões da parentalidade... (Entrevista 13L).

Na entrevista abaixo, é argumentado que essa diversidade de pensamentos e atitudes dentro do movimento é algo progressista, e tem possibilitado uma maior representatividade pelos diferentes grupos da diversidade de demandas sociais.

Sim... E outras, digamos, mais inconformistas, mais... sem com que no ponto de vista da própria política pudéssemos não votar a favor da própria proposta do governo. Mas não sem deixar de fazer a disputa máxima para que eles recuassem. E, portanto, eu acho que há diferentes hegemonias políticas dentro das associações... o que é normal e saudável. Mal era que o movimento LGBT fosse um movimento todo homogéneo. Isso seria péssimo, porque isso significaria que ele não seria representativo. E o movimento LGBT será mais representativo quanto mais diverso for. E eu acho que é bom que ele seja diverso. E acho que ele ainda tem que representar muitos mais milhares de pessoas que ainda hoje não são bem representadas no tipo de movimento LGBT que existe. E, portanto, eu não estou se quer a fazer uma crítica. Eu acho que é bom que haja diversidade, mas é evidente que isto também significa que há associações que politicamente estão mais próximas de determinados sectores políticos... e isso é assim, isso faz parte da vida, é saudável. Faz parte da democracia. Não sei se isto chega, se não chega (Entrevista 4L).

Na entrevista a seguir é indicado um conflito entre o segmento transgênero em relação aos demais segmentos LGBT, referente à reprovação da luta pelo casamento e priorização das lutas específicas, pelos primeiros. Isto aponta para a pluralidade presente no próprio movimento LGBT que conduz a pluralidade de lutas e de prioridades. Mas percebe-se este fato como emancipatório, por não homogeneizar as lutas. Conforme argumenta Mellucci (1996); Gonh (1997) e Dagnino (1994), esta estratégia garante um caráter mais democrático e crítico ao próprio movimento, como se pode constatar na fala a seguir:

vez em quando há algum tipo de tensão entre Ts... e LGBs, não é? Porque há tensão que há uns que invisibilizam outros também e vice-versa, não é?... Sim... não... e aqui tens um exemplo mais recente que é a questão do casamento, não é?... ou seja, mas isto também é uma... isto, lá está... Isto foi uma... Também foi uma aprendizagem com o próprio Movimento, ou seja, e aí também encontras as divergências entre o Movimento, tens por exemplo, uma pessoa que tem um passado intenso de participação no Movimento LGBT português... o Miguel Val de Almeida, não é? Mas o próprio Miguel tem um discurso de... se temos de priorizar, primeiro passo que eu quero... é o casamento, ok? Na... na... isto na intervenção teórica e prática e na... pelas práticas do Miguel, né? Depois, tens o tal discurso das... das Panteras que eu já ouço mais como: Ou tudo ou nada! Ou seja, darem-me só o casamento é tarem a me tratar... Tarem a me discriminar ainda, também não deixa de ser verdade, só o casamento sem a adoção é uma discriminação... ainda existe discriminação sem dúvida, mas... mas... Mas tem um discurso um bocadinho mais puxado neste sentido, ou seja, o Miguel já ameniza um bocadinho mais, não é? Pronto... pra te dar estes dois exemplos, depois é óbvio que se acaba este discurso aqui pelo meio, não é? Sei lá, também tenho... Lembro-me perfeitamente de há pouco tempo tive com a... com a Cristina, não é? Na Marcha de Lisboa, encontramos-nos na Marcha de Lisboa... e eu sei que a Cristina até pelo percurso de estudo da questão também queria ter tudo... e pá mas sem o casamento e ficamos contentíssimos, festejamos aquilo e olha...

vamos agora trabalhar no próximo... no próximo passo, agora... como é que justificamos? Sim, traçamos um caminho e dentro dessas prioridades... e tendo em conta também o histórico do caderno de reivindicações do Movimento Social... dentro desse histórico de reivindicações traçamos aqui uma linha de prioridades, ou seja, um... era importante começar a a capacitar o Movimento LGBT e isto faz-se como? Financiando algumas coisas que eles tenham projectos específicos, ações, o senhor dos passos... isto era importante, era importante trazê-los para o diálogo estruturado, Conselho Consultivo, ok? Era importante não virar a cara e... e... e manter digamos essa sinergia, ou seja, membros do Governo estarem presentes em... em... momentos organizados pelo Movimento LGBT... a Conferência da ILGA como te falei ou outras... ao nível da produção legislativa, não é? Dentro do pacote que tínhamos repara... Houve coisas que entraram, embora não sejam tão visíveis mas entraram antes do casamento, que é a lei da violência doméstica, as alterações no Código Penal que te falei, ok? Mas essas foram mudanças que foram possíveis, deu tempo de fazer porque encontramos timings de revisão desses Códigos ou a nova lei da violência e como já tínhamos essa agenda mais e mais larga de Não-Discriminação... Vamos encaixar, mas isso... Eu acho que... o Movimento não vê isto, não vê... estas tanto como... tão... tão visíveis... Não sei se o Paulo... Da ILGA... Porque eu sei que o Paulo teve um papel activo quando a lei da violência doméstica esteve em discussão pública com... Com apresentação de propostas, não é? Para considerar as questões das pessoas da violência entre casais de pessoas do mesmo sexo e por fora... teve uma (Entrevista 5L).

Na entrevista seguinte é levantado que falta ainda em Portugal uma lei sobre Identidade de Género. Isto também tem conduzido à divergências entre os movimentos LGBT. Esta reivindicação está presente em ambas as cidades, ou seja, a necessidade de leis e políticas voltadas para transgéneros. Temos algumas experiências pontuais espalhadas nos respectivos países referente a aprovação do nome social nos documentos e nos registos educacionais. Porém, políticas de geração de emprego e renda estão ainda mais ausentes:

Sim... as grandes conquistas, essencialmente é incluir-se o género, enquanto de facto é proibitivo a discriminação e... o meu parecer pessoal enquanto... não enquanto inteligente... enquanto activista, acho que neste momento falta-nos uma lei de identidade de género em Portugal, acho que o grande... o próximo ponto a alcançar porque de facto as pessoas transexuais em Portugal têm uma luta muito difícil... muito difícil, que dura cinco, dez anos... dez anos e acarreta durante esses dez anos uma série de coisas, uma série de... de... de frustração pessoal, de maus tratos por parte de organismos... Eu acho que de vez de termos pessoas mais diversificadas dentro do Movimento LGBT, pessoas das quais têm-se sentido massadas, o que tem trazido um bom contributo... pra todo Movimento e que tem enriquecido... o Movimento... E é bom porque em mesmo termos públicos, vejo pessoas de todo tipo de... todo tipo de trabalhos, de todo tipo de faixas etárias e de... de crenças... a defenderem a causa LGBT, não é? (Entrevista 6L).

Enfim, é destacado numa entrevista em Belo Horizonte que os conflitos internos ao movimento LGBT se apresentam devido às dinâmicas de atuação muito diferenciadas entre cada grupo LGBT. Isto remete justamente as especificidades das demandas de cada grupo, enquanto os gays estão na maioria das vezes vinculados a demandas por reconhecimento (direitos civis) os grupos de travestis e transexuais estão mais vinculados a demandas por redistribuição (direitos sociais). Porém, tais lutas se encontram em determinados contextos. Por isso a discussão sobre reconhecimento e redistribuição (Fraser, 1997) e a discussão sobre velhos e novos movimentos sociais (Touraine, 1988; Mellucci, 1996 e Santos, 1994) não pode ocorrer de forma estanque, mas ser dialetizada com as tensões entre o que é possível de ser universalizado e particularizado em cada situação:

Existem dinâmicas muito diferentes dentro do próprio Movimento Social LGBT, ou seja, um Movimento muito mais institucional, muito mais tendencialmente... voltado para o governo outro Movimento muito contrário ao Estado e que faz acima de tudo pressão política no sentido... de... pressão política para alterar a Legislação, pressão

política pra... esta dinâmica, outra que tenta ir por dentro, digamos assim... por dentro tentando influenciar o Estado, outro... outro... (Entrevista 10BH).

Em ambas as cidades estudadas, encontramos hierarquias entre as lutas que compõem o próprio movimento LGBT. De uma forma geral elas são percebidas e reconhecidas tanto pelos entrevistados que fazem parte do segmento mais dominante, os Gays, quanto dos entrevistados que fazem parte do segmento mais dominado, Lésbicas, Travestis e Transsexuais.

Tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa tal situação foi levantada nas entrevistas as lésbicas e nas entrevistas a Gays como sendo um movimento de reprodução, por vezes inconscientes, de uma lógica machista, patriarcal. Porém, em Lisboa essa hierarquia foi justificada não apenas por questões de gênero, mas também por questões de visibilidade e legitimidade política de alguns grupos LGBT:

a ILGA Portugal... quase que... que se especializou na questão legal das coisas... mas descorou de toda parte social enquanto por exemplo, a Rede Ex-aequo se especializou na formação dos jovens nas escolas, mas descorou uma carrada de outras não se envolvendo tanto com a marcha, com... com a marcha do Porto, a marcha de Lisboa... foram abandonando, como vou dizer?... as pessoas estão se mancando às suas ações, esta trabalha muito bem a educação sexual e a toda formação dos jovens, esta trabalha muito bem tudo que tem a ver com direito, a nível da lei e do escrito, essa trabalha muito bem as questões de... de... de encarar o canhão que é a... o caso das Panteras... há um caso de discriminação, eu estou na rua falando, gritando, se põem na frente das marchas, se põem na frente dos canhões, como eu tô falando... eles vão pra guerra, você começou tendo Associações que cada uma tem a sua especialidade... Em relação... política, foi que a tal divisão daqueles que queriam o casamento e adoção e a... e a... o acolhimento e a coparentalidade, essas coisas... apareceu na Assembleia diferentes reivindicações, ok? ...Também... também acontece... a única coisa que agora de alguma forma divide a... as ações das diferentes Associações... é que você tem por exemplo a

ILGA Portugal e Rede Ex-aequo muito próximas do Governo atual e todas outras não... é quase como que se os meninos de couro se dão bem com o papai magnata e todo o resto fica esperando... e... e... isso se vê, por exemplo, no financiamento que... que o Estado dá pra ILGA e pra Rede através dos seus organismos, primeiramente o IPJ para a Rede e o Ministério para a Igualdade para a ILGA Portugal e a dificuldade que é para qualquer outra Associação conseguir seja o que for... seja o que for... e... e criou-se aqui um segmentarismo de... de... temos uns meninos bem monogâmicos, maravilhosos que vestem Ralf Lauren e depois temos os outros que compram na feira, bárbaros que gritam alto e que andam com a calça pra baixo, entendeu? (Entrevista 7L).

Na entrevista a seguir é ressaltado as divergências por questões políticas. Percebe-se este fator como uma divisão entre os movimentos LGBT em Lisboa, nem tanto por questões de gênero, mas muito mais por questões de classe social e status político:

Tá... pra nós isso é uma pena enorme, porque dentro de todas as Organizações que nós conhecemos é aquela que mantém ainda uma... a questão também da visibilidade das mulheres dentro desta... desta temática, pronto... nem sempre é fácil, porque mesmo dentro do Movimento já tem divergências e portanto... por questões políticas também obviamente, por visões distintas... (Entrevista 5L).

Na entrevista seguinte uma militante compara Portugal ao Brasil na situação de dominação das lésbicas pelos Gays, afirmando que em Portugal a invisibilidade das Lésbicas nas ações políticas é ainda maior. Entretanto, apesar deste fato ter ficado claro, há também uma certa desmobilização dos grupos sociais compostos especificamente por lésbicas do país. Eles se encontram desorganizados, enfraquecidos e pulverizados em participações em outros grupos mistos:

Pois... neste momento não tem Movimento, não há um Movimento específico, eu sei que vocês lá no Brasil têm um dia contra a lesbo... lesbofobia e a visibilidade lésbica, também tem coisas específicas... mas nós nunca tivemos nada disso (Entrevista 1L).

Enfim, na entrevista abaixo é apresentada uma discussão bastante crítica sobre a complexidade desse fenômeno. É uma realidade que envolve múltiplos fatores, sabemos que a cultura machista impede a abertura de espaços significativos de participação feminina. Por mais que existam feministas lésbicas muito ativas no país, percebemos um movimento tanto interno aos grupos LGBT quanto externos a estes de resistência frente a participação das mulheres nos espaços de decisão política:

sobretudo eu penso que ninguém está tão bem posicionado como nós pra... por exemplo, fazer a crítica à cultura gay, as novas discriminações que ela encerra... a discriminação dos transexuais entre gays, na cultura gay... a discriminação das lésbicas dentro das associações gays... que são maioritariamente... são maioritariamente femininas, mas cujas direcções são maioritariamente masculinas... não há nenhum grupo que esteja posicionado ou que... ou que esteja... ou que aguento digamos assim, a carga... ou que tenha assumido pra si a carga de fazer estas críticas internas, mas também se não houver quem o faça não somos capazes de olhar pra nós mesmos nem pro movimento... a cultura comercial gay, por exemplo, é hegemónica... sobrepõe-se a qualquer visibilidade lésbica ou... a... transexual neste momento cá em Portugal... todo o comércio é gay... há muito pouca coisa pra mulheres, por exemplo... é preciso dizê-lo e é preciso criar essas alternativas... mais do que dizê-lo é preciso criar essas alternativas mas para as criar, também é preciso criar a consciência que existe um problema e uma desigualdade... (Entrevista 14L).

Um fator que vale ser destacado entre as semelhanças também é o processo de personificação dos grupos LGBT. A dificuldade dos grupos sociais LGBT de fazerem a alternância de poder dentro do próprio movimento social. Isso tem conduzido a uma personificação dos grupos LGBT pelas lideranças que o representam. Muitas vezes o grupo é confundido com seu representante. Por um lado, esse fato se deve a dificuldade em formar novas lideranças com qualidade técnica e política, por outro lado, esse fenômeno também pode ser explicado pela dificuldade de redistribuírem o saber-poder.

O entrevistado abaixo comenta sobre esse dilema no contexto belo-horizontino:

toda a militância tá centralizada em torno de uma pessoa né, e essas pessoas por mais que elas tenham tentado democratizar as relações dentro do grupo e tudo e mobilizar mais gente e tudo, não todos né, um deles não, mas mesmo os que tentaram isso, não conseguiram dar voz para novas militâncias, novas lideranças, não conseguiram formar novas lideranças (Entrevista 7B).

O entrevistado belo-horizontino a seguir também comenta sobre esse dilema utilizando sua própria experiência no contexto lisboetano. Além disso, acrescenta um ponto também constatado em Belo Horizonte, que se trata da complexidade que perpassa a vida desses militantes pioneiros. Quer dizer, eles tiveram que abdicar de formações profissionais e de trabalhos formais para se dedicarem a militância, após o passar do tempo se sentem também inseguros em abrir mão dos cargos de liderança no movimento para se inserirem no mercado de trabalho formal, diante de todo sistema econômico neoliberal e capitalista vigente no mundo:

Tudo... eu sou o Site, o Site sou eu... difícil separar uma coisa da outra... e quando a gente fez o Site... foi naquela... OK, ninguém vai ver, ninguém tem computador, ninguém vai fazer nada... né?... e eu recordo que foi quase... que você lançar rebuçado numa feira... a criançada pegou tudo... e aí as visitas tinha um pouquinho mais, todos os dias você tinha mais uma visita... porque que agora eu não tenho um emprego?... é simples... o João Paulo e o Site cresceu tanto... que eu sou chamado frequentemente pra ir às escolas... que é que acontece?... se eu fosse um empregado e hoje... segunda-feira, eu digo pra você: Olha, amanhã não posso vir que eu vou numa escola... aí eu chego na quarta: Olha, amanhã também não posso vir que eu na quinta-feira vou numa escola... você vai me dizer: Tá fazendo este cara aqui, né?... falta cinco vezes por mês e trabalha quantos dias afinal?... eu tô pagando pra que? (Entrevista 7L).

Após tais análises e partindo do conceito teórico de *epistemologias do sul* de Boaventura de Sousa Santos podemos pensar no modo como a cidade de Belo Horizonte

(Brasil) e Lisboa (Portugal) vem construindo processos de planejamento estratégico, desconsiderando a igualdade e diversidade sexual como elemento fundamental da diversidade social das cidades contemporâneas.

Na perspectiva das *epistemologias do sul*, na qual diferentes saberes e experiências políticas, sociais e epistemológicas podem transformar e transmutar a cartografia das experiências de planejamento local, é possível ter um olhar crítico para os processos multi-escalares da construção de políticas LGBT de âmbito nacional no Brasil e Portugal, e de âmbito local em Belo Horizonte e Lisboa. Todavia, essas cidades, do ponto de vista das ações políticas da sociedade civil organizada podem ser consideradas como um exemplo paradigmático de participação e de envolvimento de diferentes atores na construção dos processos de planejamento da política de direitos humanos LGBT.

Assim, é por esse viés que identificamos algumas correlações na realidade entre as cidades de Belo Horizonte e Lisboa, frente às tensões da interação direitos humanos e direitos específicos, universal e particular:

- A hierarquia presente na institucionalização dos direitos humanos, estabelecendo uma hierarquização de prioridades na gestão orçamentária e administrativa das políticas públicas.
- A disputa entre movimentos sociais sobre qual é o mais violado nos seus direitos, conduzindo a estratégias distantes das mesas de negociação já estabelecidas e de valores já pactuados.
- A tensão entre direitos humanos e direitos de cidadania (garantidos nas leis) desconhecendo as suas diferenças, reduzindo as reivindicações e desresponsabilizando o Estado de sua função.
- O discurso acrítico que, pretensamente defendendo uma igualdade, anula as especificidades.

Assim, ao resgatar as contradições do discurso hegemônico – religioso, científico (médico, jurídico, universitário etc) e moral, é possível discutir a naturalização do preconceito e das hierarquias. Essa naturalização conduz a hierarquias sexuais que suscita a institucionalização da homofobia, estabelecendo uma hierarquização dos direitos humanos e das prioridades na gestão orçamentária e administrativa das políticas públicas. Romper com

esse modelo heteronormativo, requer também a tradução de valores e experiências democráticas que mesmo a passos lentos apontam saídas para uma sociedade mais pluralista.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

João Guimarães Rosa

Neste momento, ao fechar uma travessia que durou quatro anos e meio, vale retomar o início desta caminhada para a sistematização de considerações (in)concluídas neste processo. Buscou-se, de forma pertinente ao tema, ao longo dos capítulos desta pesquisa, levantar, descrever, analisar e sistematizar alguns elementos sobre as políticas de direitos humanos e direitos LGBT no âmbito das cidades de Belo Horizonte e Lisboa. Ainda que o objetivo não tenha sido realizar uma pesquisa comparada, foi contemplada a tradução de experiências de ambas as cidades, por meio da descrição dos impasses da (não) institucionalização de políticas públicas na esfera do vasto campo dos direitos humanos. O tema analisado ao longo da proposta deste trabalho contemplou o campo dos direitos LGBT a partir da discussão da relação entre possíveis universalizações da política de direitos humanos e as demandas específicas dos grupos LGBTs, revelando as contradições, dissensos e articulações advindas deste embate.

Foi realizada uma análise de tradução das aproximações e distanciamentos entre o universal e o particular; entre os direitos humanos e os direitos LGBT; entre a política governamental e os movimentos sociais, e entre política e sexualidade. A complexidade dos direitos humanos se localiza nas diferentes formas que estes podem ser concebidos e praticados. Seja como uma prática hegemônica, ou seja, como uma prática contra-hegemônica e, em meio a tudo isto, há uma linha tênue entre o que pode ser emancipatório ou regulatório, tal como afirma Santos (2008, p. 443):

Enquanto forem concebidos como direitos humanos universais em abstracto, tenderão a operar como localismo globalizado e, portanto, como uma forma de globalização hegemônica. Para poderem operar como forma de cosmopolitismo insurgente, como globalização contra-hegemônica, os direitos humanos tem de ser reconceptualizados como interculturais. (...) É sabido que os direitos humanos não são universais na sua aplicação. (...) todas as culturas tendem a definir como universais os valores que consideram fundamentais. (...) A questão da universalidade dos direitos humanos é uma questão cultural do ocidente.

Contextualizando esta discussão intercultural dos direitos humanos para a questão dos direitos humanos LGBT, constata-se também que a condição de universalidade é em si mesma não-universal. Se por um lado, há uma lógica de opressão que perpassam as minorias sociais e por isto afirmam os direitos humanos como necessidade em um eixo unificador das lutas sociais, por outro lado essa afirmação precisa ocorrer como uma forma de estratégia política. Ou seja, uma estratégia possível de ser a todo tempo (des)construída e (re)inventada de maneira a melhor alcançar as especificidades, as particularidades dos grupos sociais e seus sujeitos envolvidos nesse processo.

Mas paralela a esta história teórica, jurídica e formal dos direitos humanos, há também as práticas e discursos que se constroem diariamente por diferentes pessoas e organizações como formas de tradução de experiências e vivências que lutam pela igualdade e justiça social. Santos (2010a) sustenta que é possível usar de maneira contra-hegemônica instrumentos hegemônicos, para isto, argumenta, o direito deve atuar em rede e de forma transversal, pois o poder está em todos os lugares, a transformação do mundo ocorre via transformação do poder.

As correlações de força e poder presentes nas fronteiras indefinidas entre políticas universalistas e particularistas na relação entre a sociedade civil e Estado, seja como adversários ou apoiadores na construção da política LGBT, têm se materializado na diversidade de atores sociais envolvidos na cena pública. Este fenômeno pôde ser percebido tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa, resguardados seus contextos históricos e políticos.

Tal discussão nos faz refletir sobre quais são as fronteiras flexíveis entre o Estado e a sociedade civil e dentre elas quais são menos determinantes para compreensão da garantia de direitos. Mais importante é reconhecer a heterogeneidade das demandas universais e particulares e analisar as formas como elas se apresentam se articulam e a quem e para que estão a serviço. A relação entre as demandas específicas do movimento social LGBT e as respostas universais construídas pela política pública de direitos humanos não é linear. Um exemplo disto está refletido na profissionalização de militantes e no ativismo de agentes públicos, sobretudo Belo Horizonte, mas com alguma expressão inicial em Lisboa.

O processo de redemocratização tem possibilitado espaços de interlocução entre a sociedade civil e o Estado, propiciando mudanças na forma de atuação de cada um desses atores sociais. A sociedade civil tem buscado qualificação técnica e cognitiva para se inserir nos serviços e projetos públicos e o trabalho voluntário tem sido substituído pela categoria de profissional socialmente engajado, a partir da ocupação de militantes em cargos técnicos e

políticos das instituições governamentais. Em outro contexto, o financiamento das organizações não-governamentais passa a ser efetivado também por editais e orçamentos estatais, conduzindo algumas vezes a cooptação dos movimentos sociais pelo poder público. A forma que o Estado, por sua vez, tem construído para reconfigurar seu papel na democracia, demonstra uma tentativa de “viabilizar e visibilizar o diálogo público, transferindo responsabilidades para a sociedade civil em consonância com o descaso neoliberal para com os direitos sociais” (Prado et al., 2009, p. 5).

O contexto social, histórico, político, cultural e econômico Português é diferente do Brasileiro, conseqüentemente os contextos belo-horizontino e lisboeta também são diferentes. O poder público em Lisboa começou a formalizar ações políticas que poderão conduzir no futuro a uma política pública na área LGBT, enquanto em Belo Horizonte, mesmo que de forma insuficiente e por vezes equivocada, o governo já possui uma política efetivada na gestão atual, porém ainda não é uma política de Estado. Tal realidade diferenciada possibilitou uma análise do processo de construção da política LGBT em tais cidades a partir de momentos diferentes de criação de uma política pública. Se o primeiro caso o localizamos na fase de elaboração e implementação da política, o segundo se encontra principalmente no momento de avaliação e monitoramento do que foi implementado e deve ser (re)formulado.

Um outro ponto de distanciamento se encontra na estratégia política prioritária de cada uma dessas cidades na luta pelos direitos LGBT. Lisboa tem encontrado uma abertura na esfera do poder legislativo para ampliar e fortalecer a rede de atores sociais pelas conquistas LGBT. O fato da maioria dos partidos que compõem o parlamento atualmente serem da esquerda política tem contribuído para uma aposta na mudança legislativa, o que transformou Portugal num país de destaque internacional pelo seu pioneirismo em termos de leis específicas na área LGBT.

No Brasil, encontra-se um parlamento muito influenciado por segmentos religiosos e de base fundamentalista. A abertura para uma rede social LGBT com o poder público tem se dado muito mais no campo do poder executivo e judiciário, com destaque internacional para os atos públicos, principalmente a realização das Paradas LGBT e seus impactos sociais, a partir das jurisprudências e políticas locais de atendimento ao público LGBT, bem como a recente aprovação pelo Supremo Tribunal Federal do casamento civil.

Ao contrário de Lisboa, em Belo Horizonte há um alto índice de casos de violência e assassinatos ao público LGBT, o que nos aponta como imperativo o fato de que as leis e as políticas públicas apenas não bastam, sendo necessário uma transformação cultural cotidiana frente ao modelo heteronormativo ainda dominante na sociedade.

Outro ponto de diferença entre as cidades pesquisadas se refere a constatação de que em Belo Horizonte o nível de escolaridade dos militantes é na maioria secundarista e há uma resistência por parte de muitos membros do movimento social LGBT em fazer parcerias com a academia ou mesmo em se apropriarem do discurso acadêmico, por achá-lo elitista e muito abstrato. Porém, em Lisboa percebe-se uma lógica diferenciada, o próprio movimento social é composto de forma significativa por acadêmicos militantes, o que torna o discurso mais teorizado com inserção de temas ainda não tratados em experiências menos teóricas como no Brasil.

Ambos os movimentos sociais LGBT de Belo Horizonte e de Lisboa tem relação ativa com partidos políticos. Não existem grupos independentes e isso tem limitado a atuação dos movimentos. Porém em Lisboa essa parceria aparece de forma mais explícita e mantendo constância em partido específico. Já no Brasil, são parcerias mais diversificadas e fluidas, a constância se apresenta apenas com relação a ser da esquerda ou da direita política. Assim, percebemos que a relação entre os grupos LGBT e os partidos políticos em Lisboa é muito forte. Geralmente um grupo LGBT específico é todo apoiador de um determinado partido político. Isso aponta consequências políticas partidárias em decisões ligadas ao tema LGBT, demonstrando que às vezes o conflito não passa pela via de valores gerais, mas de ideologias partidárias.

Outra constatação que esteve muito presente nas entrevistas de ambas as cidades pesquisadas foram os argumentos contrários, dispersos e fragmentados entre os diferentes atores sociais: movimentos sociais, poder público e academia. Principalmente com relação aos dois primeiros, onde aponta para um desconhecimento e/ou desconsideração pelas ações políticas que o outro tem trabalhado. A grande maioria demonstrou ter conhecimento e consideração apenas pelo que seus pares têm realizado.

Em ambas as cidades estudadas, encontramos hierarquias entre as lutas que compõem o próprio movimento LGBT. De uma forma geral elas são percebidas e reconhecidas tanto pelos entrevistados que fazem parte do segmento mais dominante, os Gays, quanto dos entrevistados que fazem parte do segmento mais dominado, Lésbicas, Travestis e Transsexuais. Em ambas capitais estudadas tal situação foi levantada nas entrevistas as lésbicas e nas entrevistas a Gays como sendo um movimento de reprodução, por vezes inconscientes, de uma lógica machista, patriarcal. Porém, em Lisboa essa hierarquia foi justificada não apenas por questões de gênero, mas também por questões de visibilidade e legitimidade política de alguns grupos LGBT.

As cidades, mais do que seus respectivos países, tem sido pioneiras na construção de alternativas de enfrentamento aos problemas sociais. Isso talvez se deva ao fato de que são nas cidades que se encontram as decisões políticas, principalmente na contemporaneidade onde a gestão pública se concentra nos grandes centros urbanos. Dessa forma, quanto maior o número populacional, a dimensão da cidade e a desigualdade social, maior se torna o problema social, devido justamente a complexidade das relações sociais e das formas de organização e administração da vida em sociedade. Da mesma forma, quanto mais amplo é o repertório das lutas por direitos humanos, mais difícil é chegar a uma coesão entre elas. Como encontrar uma forma alternativa de dar coesão à sociedade? O consenso acaba sendo a coesão do possível de ser negociado. Por exemplo, à medida em que um grupo social como o LGBT vem reivindicar a inclusão nos direitos humanos o que era um valor universal se fragmenta, não é possível construirmos valores que abarquem a todos (Santos, 2010a).

Conforme já foi discutido, em 2004, no âmbito governamental brasileiro, ocorre um avanço nas conquistas dos direitos LGBT com a criação, a partir de uma parceria entre Estado e sociedade civil organizada, do Programa Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais (PBSH). A elaboração desse Programa teve a participação direta de representantes dos movimentos LGBT, o que contribuiu para o exercício do controle social por meio do acompanhamento e avaliação das diferentes ações que integram o Programa.

Acompanhando os desdobramentos do Programa Brasil sem Homofobia, foi realizada no ano de 2008 a I Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT⁷⁴, com a presença do Presidente da República. Nesse sentido, foi realizado um processo amplo e coletivo, juntos aos estados e alguns municípios do país, para que mobilizassem encontros, assembleias e conferências locais para discussão e aprovação de propostas a serem encaminhadas a conferência nacional. Foi nesse quadro que em âmbito local, na cidade de Belo Horizonte, realizou-se um Encontro Municipal de direitos LGBT, no qual foi construído um Relatório das propostas aprovadas no Encontro Municipal de direitos humanos LGBT de Belo Horizonte. A realização deste evento bem como o documento daí elaborado, levou em consideração a elaboração de propostas e de instrumentos para a construção de um modelo de participação de diferentes atores na proposição de políticas públicas locais.

⁷⁴ Ver no Anexo G o discurso de apresentação da Conferência.

Conforme os dados apresentados, percebeu-se a contradição nos documentos analisados, nas ações políticas e nos discursos entre os participantes desta pesquisa. Os contrapontos presentes foram notados a partir dos seguintes aspectos, tanto os nacionais quanto os municipais foi a permanência, seja em maior ou menos grau, do binarismo de gênero, reproduzindo sutilmente processos discriminatórios e estigmatizantes. Apesar da visibilidade política, as discussões sobre a construção dos direitos humanos LGBT não problematizaram, até o momento, de maneira efetiva, a necessidade da desconstrução das hierarquias sexuais. Este tipo de posicionamento tem fragilizado o enfrentamento das construções sócio-históricas da heteronormatividade compulsória.

Nesta mesma linha, em Portugal apenas recentemente a questão da orientação sexual entrou no quadro das políticas públicas, com a alteração da Lei Quadro da Comissão para a Igualdade de Cidadania e Género. No âmbito local, da cidade de Lisboa, em 2008/2009 se elaborou – e promoveu a sua discussão pública – a Carta Estratégica de Lisboa. Posteriormente, no seminário participativo sobre “Demografia Coesão Social e Inclusão”, integrado no processo de preparação e discussão do referido instrumento de planejamento estratégico, promoveu o debate e a apresentação de algumas propostas sobre políticas LGBT de âmbito local.

Assim, pode-se salientar como o processo que leva à construção de diretivas e políticas portuguesas locais de direitos humanos, direitos sexuais e promoção da cidadania LGBT deverá ser um elemento fundamental da promoção da diversidade social (e sexual) nas cidades contemporâneas. Efetivamente, a forma como o tema é trabalhado nas políticas públicas, ainda como uma política de menor valor em relação às demais, demonstra o quanto a naturalização da homofobia institucional nos desafia no rompimento dessa lógica sexista.

Apesar das fortes ações sociais, caracterizadas pelos eventos e documentos governamentais, principalmente em Belo Horizonte e de eventos que proporcionam interlocução entre governo e sociedade civil, ainda há o grande desafio de transformar as políticas incipientes, geridas ao longo dos últimos anos, especialmente a partir de 2004, em efetivas políticas públicas. Ou seja, políticas de Estado, que não esperem somente pelo desejo dos governantes e das incertezas decorrentes da inexistência de um marco legal de combate à homofobia e de promoção da cidadania LGBT.

Enquanto a lógica em Belo Horizonte caminha pelo reconhecimento de que os direitos LGBT são direitos humanos, já em Lisboa a lógica é pelo direitos de igualdade. Dizer que direitos LGBT são direitos humanos, é uma relação que para os entrevistados portugueses não aparece de forma clara e nem informa o cotidiano de suas ações. Alguns até apontaram

que pensar direitos humanos como um arcabouço para a proteção e promoção dos direitos específicos é algo interessante. Porém, muitos ressaltaram que isso se torna abstrato, já que nos maiores documentos internacionais de direitos humanos não constam algo explícito sobre os direitos LGBT, conforme aparecem uma representação explícita de outras lutas sociais. Por isso, o entrevistado acima apontou como um risco tal articulação e ao mesmo tempo como um desafio a tradução desses direitos humanos para o caso das particularidades do direito a igualdade para o público LGBT.

Consequentemente, a institucionalização da homofobia nos diferentes dispositivos de saber e poder tem legitimado uma desigualdade de acesso às políticas públicas, ao exercício de cidadania e a liberdade de expressão e circulação pela cidade. Reconhecer os limites tênues e as tensões entre o espaço público e privado, bem como a regulação e redução das orientações sexuais e das pluralidades identitárias sexuais frente à diversidade humana, é um processo político importante para a ampliação do campo democrático no espaço urbano.

Entre as principais reivindicações do movimento social LGBT de Belo Horizonte, que, aliás, coincidem com as demandas gerais do país, estão: equidade nos direitos, direito ao casamento⁷⁵, a parentalidade com a definição jurídica e social de família, a criminalização da homofobia, o nome social, geração de emprego e renda para o segmento T, a criação de Centros de Referência LGBT que funcionem 24hs e de políticas públicas no formato de Coordenadorias LGBT. Entre as demandas do movimento social LGBT de Lisboa, capital do país, estão: casamento civil⁷⁶, despatologização das trans, homoparentalidade e adoção. Vale ressaltar, que as reivindicações de ambas as cidades são similares, porém no Brasil há uma ênfase nas demandas pela criminalização da homofobia devido ao alto índice de assassinatos homofóbicos. Já em Portugal a violência homofóbica atinge um índice baixo, o que explica o fato dessa demanda só ter aparecido referente ao segmento T.

Nas entrevistas realizadas em Belo Horizonte e Lisboa, ficaram claras as insatisfações dos movimentos sociais quanto às respostas construídas pelo poder público. Porém, nas entrevistas dos representantes governamentais, ficou clara a concordância entre eles de que tem feito o melhor possível para responder as reivindicações políticas. Isso mostra um dos motivos dos desencontros e conflitos entre estes atores sociais. Em ambas as cidades aparecem nas entrevistas uma crítica a insuficiência das respostas governamentais, quando ocorrem estão direcionadas muito mais ao âmbito de demandas pontuais do que de

⁷⁵ No momento da pesquisa de campo em Belo Horizonte ainda não havia sido aprovado o casamento civil pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

⁷⁶ No momento da pesquisa de campo em Lisboa ainda não havia sido aprovado o casamento civil pelo Parlamento Português.

reivindicações estratégicas e estruturais para a transformação social. A diferença entre Belo Horizonte e Lisboa nesse aspecto se refere ao fato de na primeira as respostas políticas pelo poder executivo são mais avançadas do que na segunda, que por sua vez está mais avançada nas respostas do poder legislativo.

Os debates sobre a inserção legal e social do movimento LGBT devem ser mantidos em ambas cidades. Este posicionamento está representado praticamente em todos os trechos de entrevista dos participantes desta investigação. Contudo, em ambas as cidades pode-se manter o questionamento se a luta por direitos assimilacionistas como o casamento civil, a adoção de crianças por casais homossexuais e mesmo a ocupação de cargos governamentais, tem ou não oprimido as vivências de LGBTs, principalmente do segmento T que são ainda diariamente mais marginalizados, estigmatizados e violentados? Este dilema só pode ser respondido em cada contexto e situação.

Para a construção de uma cidade efetivamente inclusiva, é preciso repensar os valores hegemônicos e as relações de poder que nortearam, até aqui, a edificação de uma cidade para poucos. Assim, é preciso também debater os critérios de que nos valem para avaliar e classificar o mundo, as coisas, as pessoas e suas atitudes. É preciso construir dialogicamente novas regras e novas formas de convívios democráticos.

Ao resgatar os equívocos do discurso hegemônico – religioso, científico (médico, jurídico, universitário etc.) e moral, pode-se discutir a naturalização do preconceito e das hierarquias. Esta naturalização conduz a hierarquias sexuais que suscita a institucionalização da homofobia, estabelecendo uma hierarquização dos direitos humanos e das prioridades na gestão orçamentária e administrativa das políticas públicas.

Foram citados vários impactos da construção da política LGBT pelo poder público na sociedade civil. Entre as perspectivas universais e particulares, foram citados como impactos positivos pelos entrevistados: reconhecimento social, visibilidade política, ampliação dos espaços de visibilidade e de discussão sobre o tema, novas visões, maior aceitação social, maior acessibilidade para as reivindicações, evolução da sociedade na percepção pública, quebra de tabus, transformações culturais e legais, manifestações sociais de afeto e politização dos discursos. Como impactos negativos foram destacados: avanços ainda incipientes, baixo impacto social, pequena eficácia, pouco conhecimento e procura do próprio público-alvo, pouca e ineficiente divulgação dos serviços, contradição entre emancipar e tutelar a população.

Desta forma, pode-se presumir como impacto positivo a maior visibilidade política sobre o tema dos direitos LGBT e como impacto negativo a pouca eficiência das políticas

existentes nessa área. O que nos aponta que há muitas manifestações, muitas ações sendo produzidas, porém ainda há pouca efetividade nelas.

Na cidade de Belo Horizonte, a política municipal de direitos humanos faz uma tentativa de gestão local baseada na transversalidade com as demais políticas, por outro lado, revela limites políticos e institucionais nesta perspectiva de atuação. A CMDH, no período de 1993 a 2000, por estar vinculada diretamente à Secretaria de Governo, possuía legitimidade política e estrutura administrativa para as ações interssetoriais embasadas na universalidade dos direitos humanos. Desde a última década, a CDMH está vinculada à SMADC, tal fato enfraqueceu suas ações políticas, uma vez que SMADC que possui frágil posição estrutural e institucionalização fragmentada do conjunto de suas políticas – há maior resistência e falta de compreensão do caráter transversal deste política. No contexto lusitano, especificamente em Lisboa, há o respaldo do país por este ser considerado um dos mais avançados do ponto de vista legislativo, de outro modo, há contradições entre a lei formal e sua efetivação, ancoradas numa cultura conservadora. Mesmo com a inclusão de ações políticas voltadas para os direitos LGBT na Secretaria de Estado da Igualdade, através da CIG, percebemos que tais ações ainda são menos priorizadas entre o conjunto das frentes de trabalho deste órgão público.

Os efeitos produzidos nas tensões e diálogos entre as perspectivas universalistas e particularistas, nos momentos e contextos em que estes conflitos se apresentam de forma regulatória ou emancipatória, podem ser agora sistematizados a partir da tradução das experiências de Belo Horizonte e Lisboa na construção da política de direitos humanos LGBT, tais como:

- Com relação às tensões construídas pelas diferenças entre a cultura política do poder público e do movimento social, ou seja, por um lado frente as burocracias e hierarquias do serviço público e por outro lado frente a informalidade e incipiente organização dos movimentos sociais. Neste aspecto, percebe-se que a convivência entre estes atores sociais tem possibilitado novas configurações, onde o poder público por vezes tem buscado realizar práticas mais participativas, como a realização de Conferências, Fóruns, Grupos de Trabalho e os movimentos sociais tem buscado se organizar melhor na administração de suas demandas;

- Sobre os conflitos por (re)distribuição de verbas, orçamentos e seleções em editais para projetos, programas e políticas públicas voltados para grupos de minorias ainda permanecem como processos regulatórios e disciplinares das parcerias;
- Quanto à discordância sobre qual deve ser o perfil dos profissionais para realizar o atendimento ao público LGBT, o poder público continua considerando como critério apenas ter uma formação adequada e experiência ou sensibilidade com a temática, principalmente em Belo Horizonte. No entanto, o movimento social ainda sustenta que o principal critério é que sejam profissionais com orientação sexual LGBT, isso acontece em menos grau em Lisboa;
- A respeito da pouca descentralização na delegação de poder pelo governo, conduzindo a falta de transparência nas decisões e autoritarismo por parte de alguns agentes e gestores públicos nas relações de parcerias, infelizmente essa é uma tensão que ainda se encontra muito presente, mesmo nas políticas governamentais coordenadas por ativistas, sutilmente essa disciplina sobre os corpos e discursos é constatada;
- Sobre a priorização das ações vinculadas a interesses privados e/ou de um determinado segmento, na maioria dos casos motivadas por rivalidades partidárias, se mantém, principalmente em Lisboa;
- Quanto à cultura política do “jeitinho brasileiro”, com práticas de clientelismo, fisiologismo, nepotismo, assistencialismo e tutela, promovidas pelo poder público e vivenciadas de forma contraditória pelos grupos sociais, continuam servindo de confronto entre o poder público e grupos de pessoas LGBT. As vezes tais tensões conduzem a práticas conservadoras de regulação e por outras a práticas emancipatórias de rompimento com tais modelos devido a pressão social;
- Sobre as dificuldades de maior envolvimento e participação da população da cidade de uma forma geral, seja LGBT ou não, nas atividades realizadas percebemos que a maior visibilidade da relação direitos humanos e direitos sexuais tem alargado a compreensão da sociedade civil sobre a legitimidade das lutas LGBT;
- Com relação à falta de maior envolvimento e participação dos grupos LGBT nas atividades mais amplas desenvolvidas pelo Estado por meio de sua política universal de direitos humanos, nas próprias entrevistas aparecem dados de maior inserção nas parcerias;

- Sobre a resistência dos grupos específicos em participar e compartilhar das lutas de outros grupos de minorias ou mesmo de realizar ações conjuntas, conduzindo a uma não adesão as ações realizadas numa perspectiva universal de direitos humanos, percebemos um gradativo deslocamento de ações muito particularistas para a iniciativa de eventos que tratam da transversalidade das lutas sociais por direitos humanos. Principalmente em Belo Horizonte por haver uma ação política mais consolidada;
- Quanto aos desencontros entre movimento social e poder público, percebe-se ainda a falta ou pouco conhecimento e interesse do Governo local sobre as especificidades das demandas dos grupos sociais e a falta ou pouco conhecimento e interesse dos movimentos sociais sobre os organogramas e fluxogramas do governo. Isso demonstra o desconhecimento de que para demandar ao governo é preciso construir formas mais estratégicas que viabilizem a efetivação das ações dentro da realidade burocrática dos serviços. Esse aspecto aparece principalmente em Belo Horizonte, onde a construção da política governamental sobre direitos LGBT é mais efetivada em relação a Lisboa. Porém, estes tensionamentos ainda não produziram efeitos de mudança nas configurações da política social;
- Sobre o perfil identitário dos diferentes atores sociais envolvidos na política, onde os agentes e gestores públicos tendem a um modelo de posturas e atitudes mais normatizadas e os militantes a um modelo de posturas e atitudes com maior liberdade de expressão e despojamento nas atitudes, tem passado por efeitos que transitam entre a emancipação e a regulação. Por exemplo, a linha tênue entre a aquisição de novas vestimentas formais utilizadas por militantes quando vão se reunir com o governo e ao mesmo tempo um certo processo de higienização de suas vestimentas, principalmente no segmento de travestis e transexuais como condição implícita para serem acolhidas nesse universo governamental;
- Com relação às divergências nas visões sobre as ações políticas, onde os movimentos sociais criticam as práticas universalistas como sendo muito abstratas, argumentando que estas só ganham materialidade nas lutas específicas e o poder público critica a dispersão das demandas por práticas particularistas, argumentando que estas conduzem a fragmentação e fragilidades das lutas por direitos humanos universais, percebeu-se que tem ocorrido um alargamento da perspectiva universalista ao iniciar um movimento de maior inclusão das particularidades. Como por exemplo, a

aprovação do casamento civil pelo STF no Brasil e do casamento civil pelo Parlamento em Portugal, ambos pelo argumento de garantia da igualdade de direitos;

- Sobre os conflitos entre os movimentos sociais LGBT e os movimentos sociais de direitos humanos e serviços públicos desta área frente à falta de laicidade destes espaços vinculados a uma perspectiva universal de direitos humanos, tais discordâncias permanecem presentes nas contradições do discurso religioso vinculado historicamente ao campo dos direitos humanos na perspectiva naturalista-cristã. No caso de Belo Horizonte devido, principalmente, as correntes fundamentalistas vinculadas às religiões evangélicas, no caso de Lisboa principalmente, devido as correntes fundamentalistas vinculadas as religiões católicas. Tanto em Belo Horizonte quanto em Lisboa, as correntes mais críticas, relacionadas a teologia da libertação apontam movimentos de emancipação e as correntes mais fundamentalistas vinculadas ao protestantismo e a renovação carismática, apontam movimentos de regulação;
- A diferença nas concepções sobre direitos humanos com relação às penalidades de punição de agressores ainda permanecem em debate. Por exemplo, sobre a criminalização da homofobia há uma discussão se deve ocorrer via prisão tradicional ou responsabilização via penas alternativas. Este diálogo aponta efeitos de alargamento diante da escuta de uma corrente sobre a percepção da outra;
- Sobre as tensões pelo reconhecimento da necessidade da criação de um órgão público específico para os direitos LGBT ou do fortalecimento dos serviços específicos as pessoas LGBT no âmbito de um órgão público de direitos humanos na perspectiva universal tem conduzido a deslocamentos sobre o que significa o caráter democrático dos direitos humanos, que não é inerente ao tema, mas encontra-se nos efeitos promovidos por suas ações;
- Frente às demandas dos movimentos sociais para criação de políticas sociais específicas, voltadas não apenas para assistência social e participação como também para políticas de autogestão e autossustentação, por exemplo, por meio de programas de geração de emprego e renda para travestis e transexuais, teoricamente, percebe-se um alargamento desta discussão com iniciativas pontuais, porém ainda é um desafio manter uma ação permanente;
- Quanto à despolitização na compreensão das prioridades políticas por parte dos agentes públicos, mantém-se o mesmo quadro na compreensão das diferenças entre o

que significa melhorias na infra-estrutura dos serviços específicos e melhorias no orçamento financeiro e na visibilidade política destas ações;

- Sobre desgastes e retrocessos causados pelas mudanças de governo, principalmente pela desmobilização das ações políticas diante da inserção de novos profissionais sem perfil ou mesmo sem experiência para ocupar os cargos públicos específicos, na conjuntura principalmente belo-horizontina continua visível;
- Sobre a contradição entre as perspectivas universalistas e particularistas, percebe-se um gradativo alargamento das participações e parcerias entre as capacidades e habilidades profissionais e pessoais para lidar com as políticas universais por parte do movimento social LGBT e com as políticas particulares por parte do Estado;
- Quanto à confusão de papéis e funções dos diferentes atores sociais na construção da política de direitos humanos LGBT, permanecem conflitos de ordem estrutural a conjunturais
- Com relação aos tensionamentos estratégicos mobilizados pelo movimento social LGBT com vistas para o público externo, tem propiciado uma maior visibilidade de suas reivindicações junto ao poder público, aos demais movimentos sociais e a sociedade em geral;
- A resistência dos movimentos sociais LGBT frente às parcerias do poder público com pesquisadores e profissionais vinculados à Universidades para realização de pesquisas permanece informalmente, porém contraditoriamente cada vez mais é deslocada de uma crítica dos grupos sociais de que o Estado é elitista para uma apropriação estratégica dos conhecimentos teóricos. Esta realidade está presente apenas em Belo Horizonte;
- Quanto aos conflitos velados, onde por vezes o governo mesmo discordando de alguns posicionamentos do movimento social LGBT cede às suas demandas para evitar maiores divergências políticas e o movimento social por sua vez também cede por se tornar refém de alguns benefícios públicos, é uma realidade com particularidades de cada serviço e de cada ator social envolvido no processo;
- Sobre o desconhecimento e falta de interesse entre os diferentes atores sociais, tanto no campo do trabalho quanto nas ações políticas desenvolvidas pelos demais, tal fato conduzia a uma desmobilização das ações conjuntas, contudo, esta realidade tem alcançado novas configurações a partir de reconhecimentos recíprocos.

Os dilemas entre o universal e o particular deparados no cotidiano de trabalho e estudos suscitou a formulação desse problema de pesquisa que se manifestou desde o que aqui tem-se chamado de universalidade dos direitos humanos, ou seja, as tensões vividas nas divergências das ações políticas mais amplas pela garantia de uma perspectiva de indivisibilidade dos direitos e das lutas e minorias sociais àquelas mais específicas, particulares a lutas por direitos para as pessoas e grupos LGBT, tais como a luta em prol da criminalização da homofobia.

Assim, até que ponto as ações políticas do governo, do Movimento Social LGBT e até mesmo da sociedade civil em geral têm buscado novas configurações sociais para que todos sejam reconhecidos e respeitados como humanos?

Neste sentido está o campo dos direitos humanos, como um horizonte de igualdade social, uma utopia ativa que busca universalizar direitos para todos e noutro, está a construção da política para a universalização destes direitos no nosso cotidiano. Por isto, não foi falado nesta pesquisa de um campo de direitos específicos para um grupo social, mas de demandas particulares de um grupo social que se encontra excluído daquilo que é formalizado como política universal de direitos humanos. Laclau (2011, pp. 59-64) elucida esta discussão:

Ultrapassar uma ambiguidade implica ir além de seus polos; significa que nenhuma política de simples preservação de uma identidade é possível. Se uma minoria (...) tiver de afirmar sua identidade num novo contexto social, terá de levar em conta novas situações que inevitavelmente a transformarão (...) a rejeição do outro não é eliminação radical, mas uma renegociação constante das formas de sua presença (...). Ora, como seria possível essa coexistência sem alguns valores universais em comum, sem um senso de pertencer a uma comunidade mais ampla do que cada um dos grupos específicos em questão? Uma coisa é dizer que os valores universalistas do ocidente são prerrogativas de seus grupos dominantes tradicionais; outra, muito diferente, é afirmar que o vínculo histórico entre os dois é um fato contingente e inaceitável, que pode ser modificado através de lutas políticas e sociais.

As discussões acima servem para pensar o paradoxo discutido por Laclau (2011), segundo o qual o universal não tem um conteúdo concreto próprio, mas é um horizonte sempre móvel, por isto é incomensurável com qualquer particularidade e só existe dentro dela. Enfim, este paradoxo entre os direitos humanos ditos universais e particulares, não pode ser resolvido, pois sua irresolubilidade é que garante a democracia:

Se a democracia é possível, é porque o universal não tem corpo e conteúdos necessários; antes, diferentes grupos competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal. A sociedade gera um vocabulário de significantes vazios cujos significados temporários decorrem de uma

competição política. É essa incapacidade última da sociedade de se constituir enquanto sociedade (...) que torna incontornável a distância entre o universal e o particular e, conseqüentemente, encarrega os agentes sociais concretos desta tarefa impossível: o alcance da interação democrática. (Laclau, 2011, p. 66)

Desta forma, pode-se exemplificar que nos momentos em que os atores sociais LGBT, que são uma particularidade, podem realizar o universal a partir de suas ações políticas é porque conseguiram superar a própria forma de dominação, mantendo uma permanente assimetria entre o universal e o particular, garantindo assim o alargamento das lutas democráticas. Além das Teorias Queers, existe a perspectiva e a postura *queer* como uma possibilidade de questionar e romper com a reprodução de lógicas hegemônicas de organização social que legitimam a violação de direitos àqueles que não são reconhecidos como humanos pelo modelo imposto pela elite dominante. Discutir tais posturas não significa gerar um impasse para as conquistas identitárias de direitos humanos LGBT, mas o reconhecimento da fluidez identitária no campo das relações do reconhecimento de si mesmo – processo identitário. Por isto, ao longo desta pesquisa manteve-se um posicionamento *queer* que permitisse alargar os limites do que nossa sociedade reconhece como humano.

Defende-se por meio das ideias de Plummer (2001), Butler (2003) e Fraser (1997) Corrêa (2006b) a articulação entre reconhecimento e redistribuição a partir da noção de universalidade situada. Quer dizer, o foco nas lutas por direitos sexuais não deve ser apenas no âmbito dos direitos civis, mas é preciso ampliá-los para os direitos sociais. Posto o foco apenas nos direitos civis há o risco de se perder numa disputa de personagens, numa política de reconhecimento que se afirma apenas nas especificidades quais sejam o casamento gay e a não discriminação para cada categoria sexual. Quando recola-se esta discussão no campo dos direitos sociais é possível construir uma luta menos dependente dos personagens, retomando o tema da desigualdade existente a partir de novos arranjos sociais, tais como: previdência social, saúde, trabalho e outras demandas mais amplas. Deste modo, deve-se garantir a construção de uma pauta política que não se limite a reivindicar direitos para este ou aquele personagem, mas sim, retomar os direitos humanos na sua amplitude, utilizando como referência as particularidades.

Na sociedade pós-moderna tanto a racionalização quanto a subjetivação são imprescindíveis para abarcar a complexidade e pluralidade das demandas sociais. Por isso, razão e sujeito, universal e particular são dois lados opostos e ao mesmo tempo complementares. Passou-se muito tempo na vida acreditando naquilo que a elite capitalista, identificada com a racionalidade, tenta impor: de que para que a ciência possa triunfar seja

necessário renunciar ao sujeito, ao sentimento, à imaginação, ou seja, a todas as particularidades envolvidas aos grupos sociais (Touraine, 1994). Isto acaba contribuindo para enfraquecer as lutas por direitos LGBT como se fosse uma luta menor em relação as mobilizações universalistas por direitos humanos.

O que a experiência e a pesquisa de campo apontou é um dilema entre o universal e o particular que não se finda, que isto só pode ser resolvido em cada contexto e em dado momento histórico específico. A importância do reconhecimento das especificidades deve ser pensada de uma forma mais dinâmica, não apenas por fatores de sexo, gênero, cor, etc., mas daquilo que é próprio de cada um e em cada situação, e na necessidade que isso seja reconhecido e valorizado universalmente.

A universalidade adquire um caráter crítico quando ocupa o lugar de fazer traduções de experiências particulares, entre o que elas se aproximam e se distanciam, podendo assim abarcar melhor suas complexidades e intervir de forma mais eficaz sobre elas. Seja por meio da noção de uma universalidade situada em Plummer (2001) ou de uma universalidade contextualizada em Shivji (2006), o nosso grande desafio está em não perder de vista as diferenças e nem abrir mão de um horizonte de universalidades.

A emergência dos sujeitos políticos LGBT no cenário das políticas universalistas denunciam como o campo dos direitos humanos é uma hegemonia reguladora de discursos e práticas sociais. Portanto, um particular construído pelas elites no poder e universalizado para todos de modo a não aparecer como particular e é exatamente por meio deste discurso que surge a ambiguidade dos direitos humanos na prática.

Porém, a política é construída a partir de paradoxos (Scott, 2005), ela é a negociação do impossível. Reconhecer e manter uma tensão necessária entre perspectivas universalistas e particularistas contribui para ampliar e radicalizar a democracia. A inserção de uma política de direitos LGBT numa política de direitos humanos é estratégica como via de politização do debate.

Neste sentido, constata-se que as tensões produzidas na relação entre as perspectivas universalistas e particularista na construção da política de direitos humanos LGBT são analisadores psicopolíticos estratégicos no sentido de perceber os possíveis efeitos de alargamento, deslocamento e reconfiguração das noções universais de direitos humanos frente às particularidades das lutas por direitos LGBT. O universal só consegue consistência na prática quando as particularidades são universalizadas. Entretanto, numa sociedade desigual é possível perceber que as particularidades que se universalizam na maioria das vezes são do modelo imposto pela elite dominante.

Assim, se por um lado, o enfoque numa especificidade absoluta também traz problemas como fragmentação e enfraquecimento das lutas sociais, já que existe uma lógica de opressão que perpassa todas as minorias sociais, por outro lado, o tensionamento entre os direitos universais e específicos amplia, desloca e torna mais crítica a noção de universalidade dos direitos humanos. A universalidade dos direitos humanos precisa se assumir como um instrumento de tradução de reciprocidades, daí a relevância de pensar os direitos humanos como um significante vazio (Laclau, 2011), no qual as disputas realizadas entre os diferentes discursos sociais buscam dar forma, preenchimento e significado àquilo que compreendem como universal. Mas cada um partindo de seus referenciais, posições e valores, que em sua maioria são hegemônicos. Por isto, a relevância da manutenção constante dos conflitos e demandas dos grupos LGBT para o alargamento das possibilidades dos direitos humanos serem universalizados garantindo um caráter mais pluralista e democrático.

Vale ressaltar que dizer dos efeitos produzidos pelas tensões entre as perspectivas universalistas e particularistas na incipiente construção da política de direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa é antes de tudo reconhecer que essa ainda é uma história muito recente e dinâmica. Por isto é preciso ter clareza de que seus efeitos mais significativos, seja via emancipação, ou seja, via regulação, só perceberemos daqui um tempo de realização dessas ações políticas.

Enfim, a escrita desta pesquisa foi iniciada e também finalizada tecendo nossas considerações (in)conclusivas a partir das sábias palavras do Guimarães Rosa, no livro *Grande Sertão Veredas*. Tal autor afirma que quem elegeu a busca não pode se recusar a travessia. Ao parafrasear o autor, pode-se dizer que quem elegeu a busca por uma sociedade, efetivamente, com direitos humanos universais para todos não pode recusar a uma travessia tensa e constante pelas particularidades e especificidades de cada grupo e de cada sujeito na garantia da sua emancipação subjetiva e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, L. (2001). *Identidade psicossocial e identidade de gênero*. In: *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Ângelo, M. (1998). *Direitos humanos*. Rio de Janeiro: LED Editora de Direito.

Almeida, S. J. (2010). *Homossexuais no Estado Novo*. Lisboa: Sextante.

Almeida, M. V. (2009). *Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico*. Working Paper CRIA 1: Lisboa.

An-An'im, A. (org., 2002), *Cultural Transformations and Human Rights in Africa*. Londres: Zed Books.

Anjos, G. (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*. Porto Alegre, 4 (7), pp. 222-52.

Arcary, Valério. Peculiaridades da história política do Brasil contemporâneo. DOSSIÊ - América Latina: nova fase de múltiplos embates. Disponível em: www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/12.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2013.

Arendt, H. (1996). *La condición humana*. Barcelona: Ediciones Paidós.

_____. (1989). *As Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras

Avritzer, L. (1997). Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35), São Paulo.

Barcellos, V. D. (2008). *Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: Informativo. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*, Porto Alegre, 2 (2). Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/CAMPANHA/bol19.htm>. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

Belo Horizonte (2007). *Prefeitura: Relatório técnico de Fortalecimento da implantação do CRLGBT*. CMDH. Belo Horizonte.

_____. (2008). Prefeitura. Relatório técnico parcial do projeto de implementação do CRLGBT em Belo Horizonte – maio a dezembro de 2007. Belo Horizonte.

_____. (2010). *Lei Estadual n. 14.170 de 15 jan. 2002. Determina a imposição de sanções à pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual*. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/leiest14170.htm>. Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

_____. (2010). Lei Municipal n. 8.176 de 29 jan. 2001, que estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual e dá outras providências. Disponível em:

<http://64.233.163.132/search?q=cache:10nTJnKIE1QJ:www.abglt.org.br/port/leim8176.htm+lei+8.176+belo+horizonte&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

_____. (2010). Prefeitura. BH metas e resultados: Planejando o futuro, transformando o presente. Disponível em: http://64.233.163.132/search?q=cache:SCWuf_8mHqUJ:www.pbh.gov.br/bhmetasere resultados/+BH+Metas+e+resultados&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 23 de novembro de 2010.

_____. (2010). Prefeitura. Secretaria Municipal de Políticas Sociais. Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania. Processo Seletivo Público Simplificado. Seleção SMADC 01/2009. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 14 de jan. 2010. Disponível em: <http://Users\Convidados\Desktop\meusdocumentos\LGBT\Governamental\DOM-Diário Oficial do Município. Mht. Acesso em 29 de janeiro de 2010.>

Bernstein, M. (1997). Celebration and Supression: The Strategic Uses of Identity by the Lesbian and Gay Movement. *American Journal of Sociology*, 103.

Barcellos, V. D. (2008). Convenção Interamericana dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos: informativo. Rede Nacional Feminista de saúde. Direitos sexuais e Direitos reprodutivos. Porto Alegre, 2. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/CAMPANHA/bol119.htm>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

_____. (1997). *Locke e o direito natural*. Brasília: Universidade de Brasília.

Brasil (2004). Conselho Nacional de Combate à Discriminalização. Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à violência e à discriminação contra LGBT e a promoção da cidadania homossexual. Brasília: Secretaria especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

_____. (2008). Presidência da República: Secretária Especial de Direitos Humanos. Anais da Conferência Nacioanl de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília, 326 p.

_____. (2008). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travesti e, Transexuais. In: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, pp. 59-68.

_____. (2008). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília.

_____. (2009). Presidência da República: Secretária Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília, 2009.

_____. (2010). Presidência da República: Secretária Especial de Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos / PNDH-3. Brasília.

Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York: Routledge.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo (Edição renovada e ampliada)*. São Paulo: Edições 70.

Carneiro, N. S. (2009). *Homossexualidades : Uma Psicologia Entre Ser, Pertencer e Participar*. Porto: LivPsic.

Cascais, A. F. (2006). Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos. In: A.C. Santos (Org.), Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 109-26.

Carrara, S. (2004). Uma Reflexão sobre Direito Sexual. In: RIOS, Luís Felipe et al. (Orgs). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, pp. 154-57.

Carrara, S., & Uziel, A. P. (2005). *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto* Apresentação. In: Àvila, M. B. et al. (Orgs.). Rio de Janeiro: Garamond.

Carvalho, J. M. (2008). *Cidadania no Brasil: o longo caminho (11ª ed.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Chacam, A. S. (2007). *Direitos sexuais, direitos de gênero: novos desafios conceituais e políticos*. In: MAYORGA, Claudia; Prado, Marco Aurélio Máximo (Orgs.). *Psicologia social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte, Autêntica.

Carmona, A. M. (2006). *A Prática do Psicólogo numa equipe interdisciplinar no campo dos direitos humanos: tentativa de formalização*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. (2006). *A prática interdisciplinar de psicólogos no campo dos direitos humanos: tentativa de formalização*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais, 308p. Dissertação de Mestrado.

Comparato, F. K. (1999). *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva.

Cunha, E. P., & Cunha, E. S. M. (2002). Políticas Públicas Sociais. In: Carvalho, A. et. al. (Orgs.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: UFMG, Proex.

Corrêa, S. (2006). Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. *Horizontes Antropológicos*, 26, pp. 101-21.

_____. (2009). O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens e centros”. Bagoas, Natal: UFRN, 04, pp.17-42.

Corrêa, S., & Parker, R. (2004). Sexuality, human rights and demographic thinking: connections and disjunctions in a changing world. *Sexuality Research and Social Policy*, 1 (1), pp. 15-38.

Corrêa, S., & Petchesky, R. (1996). Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis: revista de saúde Coletiva*, 6 (2), p. 147-77.

Costa, F.A. (2010). *Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 195p.

Dagnino, E. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Daniliauskas, M. (2012). *De "temas polêmicos" a "sujeitos de direitos": LGBT nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010)*. IV Seminário Nacional Sociologia & Política: Pluralidade e Garantia dos Direitos Humanos no Século XXI, UFPR, 25 a 27 de setembro.

Doimo, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Anpocs.

Dornelles, J. (1998). Sobre a fundamentação histórica e filosófica dos direitos humanos. *Revista Direitos Humanos GAJOP*, número especial.

Duque, T. (2009). *Sexualidade, gênero e abjeção: uma reflexão sobre direitos humanos e LGBT no Brasil contemporâneo*. I Seminário nacional de Sociologia e Política: Sociedade e Política em tempos de incerteza. UFPR .

Estanque, E. (1999). Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp. 85-111.

Facchini, R. (2005). *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (2009). Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*, v.3, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CCHLA, n.4, jan./jul., p. 131-58. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art07_facchini.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Fraser, N. (1997). De la redistribución al reconocimiento? Dilemas en torno a La justicia em uma época ‘postsocialista’. In: *Reflexiones críticas desde la ‘posición postsocialista’*. Siglo Del Hombre Editores, Universidad de Los Andes, Facultad de Derecho.

Fonseca, C. M., Nascimento, L. A., & Machado, F. V. (2007). Dilemas contemporâneos dos movimentos sociais GLBT. Arquivo público do CRGLBT/CMDH/SMADC/PBH. Belo Horizonte: PBH, p.1-14.

- Foucault, M. (2002). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2007a). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2007b). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2007c) *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.
- Green, J. N. (2000). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp.
- Góis, J. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 11, nº 1. Florianópolis. Jan./Junho.
- Gonh, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos (6ª Ed.)*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Heller, A. (1992). Right, Modernity, Democracy. In: D. Cornell. M. Rosenfeld e D. G. Carlson (eds.), *Deconstruction and the possibility of Justice*. New York: Routledge.
- Laclau, E. (1990). *New reflections on the resolution of our time*. Londres: Verso.
- _____. (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Lafer, C. (1988). *A reconstrução dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1997). A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hanna Arendt. *Estudos Avançados*, 11 (30), pp. 55-65. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a05.pdf>. Acesso em: 16 de agosto de 2009.
- Lefort, C. (1996). *Ensaio sur l'ê politique*. Paris: Seuil.
- Lima Júnior, J. B. (2002). O caráter expansivo dos direitos humanos na afirmação de sua indivisibilidade e exigibilidade. In: Lyra, R. P. (Org.). *Direitos humanos: os desafios do século XXI – uma abordagem interdisciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica.
- Louro, G. L (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9, pp. 542-53.
- Machado, F. V. (2007). *Muito além ao arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 308p.
- _____. (2013). Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o estado

e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Machado, F. V.; Prado, M. A. M. (2005). Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, 10 (19), pp.35-62.

Magalhães, J. L. Q. (1997). *Poder Municipal*. Belo Horizonte: Del Rey.

_____. (2000). *Direitos Humanos: sua história, sua garantia e a questão da indivisibilidade*. São Paulo: Juarez de Oliveira.

_____. (2001). *Direitos humanos e direito dos cidadãos*. Belo Horizonte: PUC/MG.

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mata Machado, M. N. (2002). *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/Arte.

Mayorga, C. (2011). *Anotações realizadas na qualificação de doutorado em de Psicologia Social*. Belo Horizonte: UFMG.

Mello, Avelar, & Maroja (2012). Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Soc. Estado*, 27 (2).

_____. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp*.

Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova*, São Paulo, 17, pp.49-65.

_____. (1996). *Challenging codes: collective action in information age*. Cambridge, University Press.

_____. (1996). A Experiência Individual na Sociedade Planetária. *Revista Lua Nova*, 38.

_____. (1997). Movimentos Sociais e Sociedade Complexa. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Movimentos sociais na contemporaneidade*. São Paulo. PUC – Serviço Social, 2, pp.11-32.

_____. (1997). Sociedade Complexa, Identidade e Ação Coletiva: Entrevista a Dalila Pedrini e Adrian Scribano. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Movimentos sociais na contemporaneidade*. São Paulo. PUC – Serviço Social, 2, pp. 33-63.

_____. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.

Mendes, J. M. O. (2002). O desafio das identidades. In: Santos, B. S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

Minayo, M.C.S. (2007). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 406 p.

Miskolci, R. (2010). Artigo apresentado na mesa, In *Novas perspectivas e desafios políticos atuais do evento Stonewall 40 + o que no Brasil?*, Salvador, setembro.

Mott, L. (2007). Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais. *Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. – V. 1, n. 1, jul./dez. 2007).

Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.

Nardi, H. C, Rios, R. R, & Machado, P. S. (2012). Diversidade Sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. *Athenea: revista de pensamento e investigação social. Athenea Digital*, 12 (3), pp. 255-66.

Piovesan, F. (1998). *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonard.

Plumer, K. (2001). Sexualities in a runaway world: utopian and dystopian challenges. In *Seminário Sexuality and Social Change*, ABIA, Rio de Janeiro.

Portugal (2010). Presidência do Conselho de Ministros. *Documento sobre ações da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – CIG*. Lisboa.

_____. (2007). Presidência do Conselho de Ministros. *III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género, Resolução do Conselho de Ministros*. Lisboa.

Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8 (11), pp. 59-71.

_____. (2003). Psicologia política e direitos humanos: tensões da relação indivíduo e bem comum. In: Guerra, A. M. C. et al. (Org.). *Psicologia Social e Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

_____. (Coord.-2006). *Participação, política e homossexualidade: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Prado, M. A. M., Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.

Prado, M. A. M., Machado, F. V., & Carmona, A. M (2009). A luta pela formalização e tradução da igualdade nas fronteiras indefinidas do Estado contemporâneo: radicalização e/ou neutralização do conflito democrático? *Interface: a journal for about social movements*, v. 1(2), pp. 134-65.

Princípios de Yogiakarta (2009). Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em <http://www.clam.org.br/pdf/principiosdeyogiacarta.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

Rabinov, P. (Org.-1984). *Foucault Reader*. New York: Pantheon Books.

Ramos, S. (2005). Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: Grossi, M. P. et al. (Org.). *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.

Ramos, S., & Carrara, S. (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16 (2), pp.185-205.

Rios, R. R. (2007). Homofobia na perspectiva dos direitos humanos. In: Pocahy, F. (Org.). *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade*. Porto Alegre: Nuances.

Rocha, C. V. (2001). Idéias dispersas sobre o significado de políticas sociais. In: Stengel, M. et al. (Org.). *Política Pública de apoio sociofamiliar*. Belo Horizonte: PUC Minas.

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Salih, Sarah. (2013). *Judith Butler e a Teoria Queer*. Porto Alegre: Autêntica.

Santos, A. C. (2003). Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In: Santos, B. S. (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, pp. 335-79.

_____. (2004). Quando o direito das minorias sexuais também são direitos humanos: regulação versus emancipação. *V Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Minho: Braga.

_____. (2005). *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento.

_____. (2008). *Enacting Activism. The Political, Legal and Social Impacts of LGBT Activism in Portugal*. Tese de doutoramento, Universidade de Leeds: Reino Unido.

Santos, B. S. (1994). Subjetividade, cidadania e emancipação. In:_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

_____. (1996). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

_____. (2000). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In:_____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (2001), Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Contexto Internacional*, 23 (1), pp. 7-34.

_____. (2004). Do Pós-Moderno ao Pós Colonial. E Para Além de Um e Outro. Texto apresentado na Conferência de Abertura do VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.

_____. (2005). *O Fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez.

_____. (org.-2005). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2008), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

_____. (org.-2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

_____. (2010a). *Anotações em sala de aula*. Programa de Doutorado: Pós-colonialismo e Cidadania Global. Universidade de Coimbra (CES\FEUC), Portugal.

_____. (2010b), Anotações em sala de aula. Disciplina: “Teorias e debates sobre direitos humanos e globalização: definições, genealogias e contextos”. Programa de Doutorado: Democracia no Século XXI (2ª Ed.). Universidade de Coimbra (CES\FEUC), Portugal.

_____. (2010c) Sumário. In: *Programa de Doutorado “Democracia no Século XXI” 2ª edição – 2009-2010*. Universidade de Coimbra (CES\FEUC), Portugal.

Santos, B. S., Nunes, J. A. (2004), Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal. *South European Society and Politics*, 9 (2), pp. 1-15.

Santos, G. (2006). Estado, projetos políticos e trajetórias individuais: um Estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Sen, A. (2004). Elements of a Theory of Human Rights, *Philosophy and Public Affairs*, 32(4), pp. 315-56.

Sorondo, F. (1998). Los derechos humanos através de la história. *Educación y Derechos Humanos*, 2 (3).

Shivji, I. G. (2006). *Let the People Speak: Tanzania Down the Road to Neo-Liberalism*. Dakar: Codesria.

Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. 13 (1), pp. 11-30.

Scherer-Warren, I. (1999). Cidadania e Participação em Políticas Sociais. In: Scherer-Warren, I. (org.). *Cidadania sem fronteiras*. São Paulo: Hucitec.

_____. (2005). A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Revista de Sociologia Política*, 25.

Serrão, Joel. Dicionário de História de Portugal , 2ª ed., 6 vols., Porto, Figueirinhas, 1980.

Simões, J. A., & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 191p.

Sposati, A. O. (1999). A constituição de 1988 e o percurso das políticas públicas no Brasil. In: ____ *O processo de democratização na sociedade brasileira contemporânea: 20 anos de luta pela cidadania*. São Paulo: SESC.

Telles, V. S. (1999). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG.

Torres, M. A. (2010). Direitos humanos LGBT na educação e as lógicas heterossexistas. *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, UFSC.

Touraine, A. (1998). *Return of the actor*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

_____. (1994). *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1995). *Producción de la Sociedad*. UNAM - IFAL. México.

_____. (1997). *Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica

Trevisan, J. S. (2000). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Record.

Trindade, A. A. C. (1991). *A Proteção internacional dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva.

_____. (1996). *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. Suécia: ASDI.

_____. (1997), Dilemas e desafios da proteção internacional dos Direitos Humanos no limiar do séc. XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 40 (1), pp. 167-17.

_____. (1998). *A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília.

Young, I. M. (2006). Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, 67, São Paulo.

APÊNDICE A: ATIVIDADES DO ESTÁGIO DE DOUTORAMENTO EM PORTUGAL

- Interlocução com os pesquisadores do CES para o intercâmbio teórico-prático na área LGBT e sua intercessão com os temas: direitos humanos, políticas públicas e movimentos sociais
- Levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa, com ênfase no contexto de Lisboa/Portugal, a partir da Biblioteca Norte/Sul vinculada ao CES⁷⁷
- Participação nas atividades realizadas pelo Núcleo de Estudos de Democracia, Cidadania Multicultural e Participação, Núcleo de Pesquisa do CES ao qual a Profa. Dra. Ana Cristina Santos está vinculada
- Participação como ouvinte nas seguintes disciplinas e seus respectivos programas e professores: disciplina *Globalizações alternativas e reinvenção da emancipação* do Programa de Doutorado “Pós-colonialismo e Cidadania Global”, ministradas pelo Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos; disciplina *Teorias e debates sobre direitos humanos e globalização: definições, genealogias e contextos* do Programa de Doutorado “Democracia no Século XXI ministrada pela Prof. Dra. Cecília McDowell e da disciplina *Movimentos sociais transnacionais, risco e espaço público* do Programa de Doutorado “Democracia no Século XXI ministrada pelo Prof. Dr. José Manuel Mendes
- Participação em seminários, palestras e demais atividades realizadas pelo CES e/ou por outras organizações ou grupos sociais sobre temas afins a presente pesquisa
- Participação em reuniões de orientação do estágio de doutorado com a Profa. Dra. Ana Cristina Santos
- Participação de forma ativa em atos públicos, Parada do Orgulho LGBT de Lisboa e na organização da I Parada do Orgulho LGBT de Coimbra
- Levantamento e visita de pesquisa nas políticas públicas, ong’s e movimentos sociais de direitos humanos LGBT de Lisboa e Coimbra, para observação das práticas sociais e coleta de informações e documentos

⁷⁷ A biblioteca Norte/Sul possui um importante acervo bibliográfico constituído por livros, revistas e publicações periódicas - resultante da produção científica realizada, principalmente, nos países do hemisfério Sul – na área das ciências sociais e humanas. Comporta uma ampla variedade temática: cidadania sexual, movimentos sociais e políticas públicas; lutas contra-hegemônicas; identidades e etnicidades; direitos humanos; justiça social, minorias; inclusão social, estudos feministas e questões de diferença sexual; questões econômicas e alternativas à globalização neoliberal. Bibliotecária responsável: Maria José Carvalho; Bibliotecário: Acácio Machado (Fonte: www.ces.uc.pt).

- Participação em atividades e reuniões realizadas por organizações LGBT de Portugal, com ênfase nas cidades de Coimbra, Lisboa e Porto
- Entrevista com militantes, gestores, agentes públicos e pesquisadores da área LGBT em Coimbra e Lisboa
- Realização de palestra com a temática da pesquisa no Centro de Estudos Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cristina Santos. Este seminário teve como público-alvo as comunidades científicas do CES e ativistas LGBT portugueses e foi articulado com a agenda de comemorações LGBT de Coimbra

APÊNDICE B: PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

DATA: ___/___/___ LOCAL: _____

ENDEREÇO:

ENTREVISTADO/A: _____

CONTATO: _____

GRUPO E/OU INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE: _____

FUNÇÃO: _____

QUESTÕES:

- 1- Trajetória pessoal com relação ao ativismo e\ou formação profissional (cargos, funções, identificações, vínculos que o levou a essa temática)
- 2- No âmbito internacional, quando e como a reivindicação pela diferença e especificidade e/ou igualdade e universalidade emerge na luta pela garantia dos direitos LGBT? (Se considerarmos que o direito universal foi totalmente particular até agora, você reconhece que há um paradoxo nessa questão ou não?).
- 3- No âmbito nacional, quando e como a associação de direitos sexuais com direitos humanos aparece? Como você compreende esta relação? Na sua opinião, em que medida a questão dos direitos humanos tem sido utilizada pelo activismo LGBT em Portugal?
- 4- Na relação não linear entre as demandas dos movimentos sociais, por um lado, e as respostas construídas pelo poder público, por outro, que parcerias e diálogos aparecem e quais são os conflitos e tensões? Em que momentos algum consenso é possível?
- 5- Quais os principais argumentos utilizados pelos grupos sociais, por um lado, e pelos serviços públicos, por outro lado?
- 6- Há algo de novo nas práticas oriundas da relação entre direitos LGBT e Direitos Humanos? Se não, justifique. Se sim, quais as características potencialmente inovadoras das práticas decorrentes dessa relação, ou na inserção dos direitos LGBT no campo dos direitos humanos? Quais são os avanços e limites dessa interface?
- 7- Quais têm sido os principais impactos da política de direitos humanos LGBT sobre o Estado, os movimentos sociais e a sociedade civil?
- 8- Descreva os principais argumentos e práticas desenvolvidas pelo movimento LGBT em Portugal para reivindicar os seus direitos de cidadania com base na sua especificidade

como movimento social. E quais os principais argumentos e práticas desenvolvidas pelo Estado Português a nível local relativamente à política universal de direitos humanos?

- 9- Descreva os principais argumentos e práticas desenvolvidos pelo Estado Português para promover a cidadania e identidade LGBT, tendo em conta a especificidade das reivindicações deste movimento social
- 10- Como você analisa a tensão e o diálogo entre o movimento LGBT e a política de direitos humanos, tendo em vista a negociação de seus direitos como direitos específicos e como direitos humanos universais?.
- 11- Essa pesquisa tem como um de seus instrumentos metodológicos a realização de entrevistas semi-estruturadas, em bola de neve. Na sua opinião, quais profissionais, ativistas, políticas e grupos sociais devem ser entrevistados?

Ponto adicional: Você gostaria de indicar referências bibliográficas do seu conhecimento que trabalham a temática pesquisada? (possibilidade de indicação no momento da entrevista ou posteriormente por email).

APÊNDICE C: QUADRO COM O PERFIL DOS ENTREVISTADOS EM BELO HORIZONTE

Número da Entrevista	Função/Cargo	Data
01BH	Servidora Pública da Coordenação de DST/AIDS na Secretaria Municipal de Saúde/PBH	06/06/2012
02BH	Servidora Pública da Secretaria Municipal de Políticas Sociais Ex- técnica de referência histórica na área LGBT da Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos	07/12/2010
03BH	Gestor da Secretaria Municipal de Políticas Sociais	10/11/2010
04BH	Militante Histórica do Movimento LGBT de Belo Horizonte Membro do Grupo/ONG do Segmento Travestis e transexuais Gestora Pública da Política Estadual LGBT Ex-Coordenadora Voluntária do Centro de Referência da Diversidade Sexual da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania/PBH	10/11/2010
05BH	Militante Histórico do Movimento LGBT de Belo Horizonte Membro de Grupo/ONG do Segmento Gay Gestor Público Histórico da Política Municipal LGBT da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania	25/11/2010 e 21/05/2012
06BH	Gestora Pública da Política Municipal de Direitos Humanos da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania	10/11/2012

07BH	Ex- técnico de referência histórica na Política Municipal LGBT da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania	30/06/2012
08BH	Gestor Público da Política Municipal de Direitos de Cidadania Ex-Assessor da Secretaria Municipal de Educação no Programa Diversidade Sexual na Educação e no Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero	21/05/2012
09BH	Gestor Público da Coordenação de DST/AIDS na Secretaria Municipal de Saúde/PBH	06/06/2012
10BH	Assessoria Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Ex-vereadora de referência histórica na área LGBT	29/05/2012
11BH	Ex-Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República de referência histórica na área LGBT Ex- Parlamentar Estadual e Federal	25/04/2012
12BH	Militante Histórica do Movimento LGBT de Belo Horizonte Sócio-Fundadora de Grupo/ONG do Segmento Lésbico	02/12/2010
13BH	Militante do Movimento Universitário LGBT de Belo Horizonte	22/05/2012
14BH	Militante Histórica do Movimento LGBT de Belo Horizonte do Segmento Travesti, Transexual e Transgênero	15/05/2012

APÊNDICE D: QUADRO COM O PERFIL DOS ENTREVISTADOS EM LISBOA

Número da Entrevista	Função/Cargo	Data
01L	Militante do Movimento LGBT de Lisboa, no segmento Lésbico	16/07/2010
02L	Gestor de Grupo LGBT do Sindicato Unificado da Polícia de Segurança Pública	11/07/2010
03L	Parlamentar de referência na área LGBT	15/11/2010
04L	Parlamentar de referência na área LGBT	10/07/2010
05L	Assessor da Secretaria de Estado da Igualdade	14/07/2010
06L	Militante do Movimento LGBT Membro da Direção de Grupo Gay Jovem	16/07/2010
07L	Militante Histórica do Movimento LGBT Dirigente e Editor de site Gay	12/07/2010
08L	Militante do Movimento LGBT Membro da Direção de Grupo de pais de pessoas LGBT	17/07/2010
09L	Parlamentar de referência histórica na área LGBT Professor Universitário	15/07/2010
10L	Militante do Movimento LGBT de Lisboa, no segmento Gay	27/07/2010

11L	Militante do Movimento LGBT de Lisboa, no segmento Gay	14/07/2010
12L	Militante do Movimento LGBT de Lisboa Servidora Pública da Comissão para a Cidadania e igualdade de Género da Secretaria de Estado da Igualdade	14/07/2010
13L	Militante do Movimento LGBT de Lisboa, no segmento Lésbico	20/05/2010
14L	Militante do Movimento LGBT de Lisboa, no segmento Gay	15/07/2010
15L	Militante do Movimento LGBT de Lisboa, no segmento Gay	25/05/2010

ANEXO A - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A CIDADE DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte é um município brasileiro, capital do estado de Minas Gerais. Pertence à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e à Microrregião de Belo Horizonte. Com uma área de aproximadamente 330 km², possui uma geografia diversificada, com morros e baixadas, distando 716 quilômetros de Brasília, a capital nacional.

Cercada pela Serra do Curral, que lhe serve de moldura natural e referência histórica, foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa do estado mineiro sob influência das ideias do positivismo, num momento de forte apelo da ideologia republicana no país. Sofreu um inesperado acelerado crescimento populacional, chegando a mais de 1 milhão de habitantes com quase 70 anos de fundação. Entre as décadas de 1930 e 1940, houve também o avanço da industrialização, além de muitas construções de inspiração modernista, notadamente as casas do bairro Cidade Jardim, que ajudaram a definir a fisionomia da cidade.

De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, sua população é de 2 375 444 habitantes, sendo a sexta cidade mais populosa do país. Belo Horizonte já foi indicada pelo Population Crisis Committee, da ONU, como a metrópole com melhor qualidade de vida na América Latina e a 45^a entre as 100 melhores cidades do mundo. Hoje a cidade tem o quinto maior PIB entre os municípios brasileiros, representando 1,38% do total das riquezas produzidas no país. Uma evidência do desenvolvimento da cidade nos últimos tempos é a classificação da revista América Economía, na qual Belo Horizonte aparece como uma das 10 melhores cidades para fazer negócios da América Latina em 2009, segunda do Brasil e à frente de cidades como Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba.

A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional e até internacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político. Conta com importantes monumentos, parques e museus, como o Museu de Arte da Pampulha, o Museu de Artes e Ofícios, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, o Circuito Cultural Praça da Liberdade, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, o Mercado Central e a Savassi, e eventos de grande repercussão, como o Festival Creamfields Brasil, o Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua (FIT-BH), Festival Internacional de Curtas e o Encontro Internacional de Literaturas em Língua Portuguesa. É também nacionalmente conhecida como a "capital nacional do boteco", por existirem mais bares per capita do que em qualquer outra grande cidade do Brasil.

ANEXO B- INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A CIDADE DE LISBOA

Lisboa é a capital, bem como a maior e mais importante cidade de Portugal. Considerada uma cidade global Alfa-, Lisboa é também a capital do Distrito e da Área Metropolitana de mesmo nome. É ainda o principal centro da sub-região estatística da Grande Lisboa. Lisboa possuía, em 2011, uma população de 547 631 habitantes e uma área metropolitana envolvente que ocupa cerca de 2 870 km², abrigando quase 2,9 milhões de habitantes. A sua área metropolitana concentra 27% da população do país. A Região de Lisboa, que abrange do estuário do Tejo ao norte da Península de Setúbal, apresenta um PIB per capita superior à média da União Europeia, que faz desta a região a mais rica de Portugal, mas com a peculiaridade da sua economia se concentrar, sobretudo, em serviços. O concelho de Lisboa tem 83,84 km² de área, e apresenta uma densidade demográfica de 6 531,9 hab./km².

O concelho subdivide-se em 53 freguesias e faz fronteira a norte com os municípios de Odivelas e Loures, a oeste com Oeiras, a noroeste com a Amadora e a sudeste com o estuário do Tejo. Por este estuário, Lisboa une-se aos concelhos da Margem Sul: Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

Os principais meios de transporte na cidade são o Metropolitano de Lisboa e os autocarros da Carris. Porém, todos os dias entram em Lisboa cerca de meio milhão de carros, provenientes dos concelhos periféricos. Estes carros entram na cidade pela CRIL, pela CREL, a Ponte 25 de Abril, a Ponte Vasco da Gama e outros meios rodoviários importantes à capital.

Lisboa possui inúmeras atracções turísticas. A baixa pombalina, Belém, Chiado ou Bairro Alto, são zonas onde afluem milhares de turistas e visitantes anualmente. Duas agências europeias têm sede em Lisboa: o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência e a Agência Europeia de Segurança Marítima, ambas com projectos de novas sedes à beira rio. Considerada a "Capital do Mundo Lusófono", Lisboa abriga ainda a sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

ANEXO C - PROJETO DE LEI 5003/2001 (PLC 122/2006)

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3, do art. 140, do Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940— Código Penal — e ao art. 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta Art. 1º Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Art. 2º A ementa da lei passa vigorar com a seguinte redação: “Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero (NR)” Art. 3º O artigo 1º, da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. (NR)” Art. 4º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º: “Art. 4º Praticar o empregador ou seu preposto, atos de dispensa direta ou indireta. Pena: reclusão de dois a cinco anos.” Art. 5º Os artigos 5º, 6º e 7º, da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º Impedir recusar ou proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público; Pena — reclusão de um a três anos” “Art. 6º Recusar, negar, impedir, preterir, prejudicar retardar ou excluir em qualquer sistema de seleção educacional, recrutamento ou promoção funcional ou profissional. Pena — reclusão de três a cinco anos” “Art. 7º Sobretaxar, recusar, preterir ou impedir hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares; Pena — reclusão de três a cinco anos” Art. 6º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º ‘Art. 7º Sobretaxar recusar, preterir ou impedir a locação, a compra, a aquisição, o arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade; Pena: reclusão de dois a cinco anos.” Art. 7º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 8º- A e 8º- B: “Art. 8º-A. Impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no artigo 1º; Pena: reclusão de dois a cinco anos.” “Art. 8º-B. Proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas ao demais cidadãos ou cidadãos. Pena: reclusão de dois a cinco anos.” Art. 8º Os artigos 16 e 20, da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 16. Constitui efeito da condenação; I - a perda do cargo ou

função pública. para o servidor público; II - inabilitação Para contratos com órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional; III - proibição de acesso a créditos concedidos pelo Poder Público e suas instituições financeiras, ou a programas de incentivo ao desenvolvimento por estes instituídos ou mantidos; IV - vedação de isenções, remissões, anistias ou quaisquer benefícios de natureza tributária. V- multa de até 10.000 (dez mil) UFIRs, podendo ser multiplicada em até 10 (dez) vezes em caso de reincidência, e levando-se em conta a capacidade financeira do infrator. VI - suspensão do funcionamento dos estabelecimentos por prazo não superior a três meses. § 1º Os recursos provenientes das multas estabelecidas por esta lei, serão destinados para campanhas educativas contra a discriminação. § 2º Quando o ato ilícito for praticado por contratado, concessionário, permissionário da Administração Pública, além das responsabilidades individuais será acrescida a pena de rescisão do instrumento contratual do convênio ou da permissão. § 3º Em qualquer caso, o prazo de inabilitação será de doze meses contados da data da aplicação da sanção. § 4º As informações cadastrais e as referências invocadas como justificadoras da discriminação serão sempre acessíveis a todos aqueles que se sujeitarem a processo seletivo, no que se refere à sua participação. (NR)” “Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. § 5º O disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica; (NR)” Art. 9º A Lei nº.71 6, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 20- A e 20-B: “Art. 20-A. A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo e pena), que terá início mediante: I - reclamação do ofendido ou ofendida; II – ato ou ofício de autoridade competente; III - comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.” “Art. 20-B. A interpretação dos dispositivos dessa lei e de todos os instrumentos normativos de proteção do direitos de igualdade, de oportunidade e de tratamento, atenderá ao princípio da mais ampla proteção dos direitos humanos. § 1º Nesse intuito, serão observados, além dos princípios e direitos previstos nessa lei, todas disposições decorrentes de tratados ou convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, da legislação interna e das disposições administrativas. § 2º Para fins de interpretação e aplicação dessa lei, serão observadas, sempre que mais benéficas em favor da luta antidiscriminatória, as diretrizes traçadas pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, devidamente reconhecidas pelo Brasil.” Art. 10. O § 3º, do art. 140, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art.140

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa (NR)” . Art. 11.0 Artigo 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “Art. 5º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, orientação sexual e identidade de gênero, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federa.” Art.12. Esta lei entrará vigor na data de sua publicação. Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005. Deputado Antonio Carlos Biscaia Presidente.

ANEXO D - LEI ESTADUAL 14.170 DE 16 DE JANEIRO DE 2002

Ementa: determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual.

Fonte: publicação - minas gerais diário do executivo - 16/01/2002 pág. 88 col. 2 vide: decreto 43683 2003 minas gerais diário do executivo - 11/12/2003 pág. 2 col. 2 regulamentação total indexação: dispositivos, aplicação, sanção, pessoa jurídica, hipótese, discriminação, pessoas, homossexual, motivo, orientação, sexo. definição, situação, discriminação. garantia, inclusão, conselho estadual de defesa dos direitos humanos, representante, sociedade civil, defesa, liberdade sexual, orientação, sexo. autorização, executivo, criação, centro de referência, defesa, liberdade sexual, orientação, sexo.

Catálogo: DIREITOS HUMANOS. Determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo imporá, no limite da sua competência, sanção à pessoa jurídica que, por ato de seu proprietário, dirigente, preposto ou empregado, no efetivo exercício da atividade profissional, discrimine ou coaja pessoa, ou atente contra os seus direitos, em razão de sua orientação sexual. Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se discriminação, coação e atentado contra os direitos da pessoa os seguintes atos, desde que comprovadamente praticados em razão da orientação sexual da vítima: I - constrangimento de ordem física, psicológica ou moral; II - proibição de ingresso ou permanência em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado; III - preterição ou tratamento diferenciado em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado; IV - coibição da manifestação de afeto em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado; V - impedimento, preterição ou tratamento diferenciado em relação que envolva a aquisição, a locação, o arrendamento ou o empréstimo de bem móvel ou imóvel, para qualquer finalidade; VI - demissão, punição, impedimento de acesso, preterição ou tratamento diferenciado em relação que envolva o acesso ao emprego e o exercício da atividade profissional. Art. 3º - A pessoa jurídica de direito privado que, por ação de seu proprietário, preposto ou empregado no efetivo exercício de suas atividades profissionais, praticar ato previsto no artigo 2º fica sujeita a: I - advertência; II - multa no valor de R\$1.000,00 (um mil

reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizados por índice oficial de correção monetária, a ser definido na regulamentação desta Lei; III - suspensão do funcionamento do estabelecimento; IV - interdição do estabelecimento; V - inabilitação para acesso a crédito estadual; VI - rescisão de contrato firmado com órgão ou entidade da administração pública estadual; VII - inabilitação para recebimento de isenção, remissão, anistia ou qualquer outro benefício de natureza tributária. Parágrafo único - Os valores pecuniários recolhidos na forma do inciso II deste artigo serão integralmente destinados ao centro de referência a ser criado nos termos do artigo 6º desta Lei.

ANEXO E - LEI MUNICIPAL 8.176 DE 29 DE JANEIRO DE 2001

Estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece penalidade para estabelecimento localizado no Município que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual. Art. 2º- O Executivo imporá penalidade para o estabelecimento comercial, para o industrial, para entidades, representações, associações, sociedades civis ou de prestação de serviços que, por atos de seus proprietários ou prepostos, discriminarem pessoas em função de sua orientação sexual ou contra elas adotarem atos de coação ou de violência. Parágrafo único - Entende-se por discriminação: I - o constrangimento; II - a proibição de ingresso ou permanência; III - o preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis, motéis e similares; IV - o atendimento diferenciado; V - a cobrança extra para ingresso ou permanência. Art. 3º - No caso de o infrator ser agente do Poder Público, o descumprimento desta Lei será apurado mediante processo administrativo pelo órgão competente, independentemente das sanções civis e penais cabíveis definidas em normas específicas. Parágrafo único - Considera-se infrator desta Lei a pessoa que, direta ou indiretamente, tenha concorrido para o cometimento da infração. Art. 4º - Ao infrator desta Lei que seja agente do Poder Público e que, por ação ou omissão, for responsável por práticas discriminatórias, serão aplicadas as seguintes sanções: I - suspensão; II - afastamento definitivo. Art. 5º - O estabelecimento privado que não cumprir o disposto nesta Lei estará sujeito às seguintes sanções: I - inabilitação para acesso a créditos municipais; II - multa de 5.000 a 10.000 UFIR (cinco mil a dez mil unidades fiscais de referência), duplicada em Caso de reincidência; III - suspensão de funcionamento por 30 (trinta) dias; IV - interdição do estabelecimento. Art. 6º - Qualquer cidadão pode comunicar às autoridades as infrações a esta Lei. Art. 7º - O Executivo manterá setor especializado para receber denúncias relacionadas às infrações a esta Lei. Art. 8º - O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação. Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2001. Célio de Castro Prefeito de Belo Horizonte

ANEXO F – RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME/BH Nº 002/2008

Dispõe sobre os parâmetros para a Inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos Registros Escolares das Escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – RME/BH.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao disposto nos artigos 19, 24, 30 e 44, do Regimento Interno, da Resolução CME/BH nº 001/2008, de 19 de agosto de 2008, do Decreto nº 13.298, de 22 de setembro de 2008, que alteram o Regimento Interno e, considerando o “Programa Brasil sem Homofobia”, a Portaria nº 675/GM, de 31 de março de 2006, a Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual de 1989, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, a deliberação da Câmara Técnica de Gestão do Sistema e da Escola, de 11 de dezembro de 2008 e o referendo em Sessão Plenária Ordinária, de 18 de dezembro de 2008, nos termos do Parecer CME/BH nº 052 /2008, RESOLVE: Art. 1º -A partir de 2009, todas as unidades escolares da RME/BH deverão incluir nos registros dos diários de turma, nos boletins escolares e demais registros internos das instituições de ensino, entre parênteses, na frente do nome constante do registro civil, o nome social, pelo qual a travesti e o/a transexual se identifica. § 1º- Nome social é o nome pelo qual travestis e transexuais femininos ou masculinos preferem ser chamados. § 2º -O nome civil deve acompanhar o nome social em todos os registros e documentos escolares internos, excluindo o nome social de declarações, do histórico escolar, dos certificados e dos diplomas. Art. 2º - A educação é dever do Estado e da família e direito do aluno. Cabe à escola assegurar, portanto, a presença e a permanência do aluno nela, tendo em vista: I. respeito às diferenças individuais; II. desenvolvimento da aprendizagem, garantindo uma vida escolar de sucessos, aumentando a autoestima; III. a formação de um cidadão consciente, crítico e confiante em sua capacidade; IV. desafio de despertar no aluno o espírito de inclusão, sujeito partícipe do processo de aprendizagem; V. ambiente escolar deve ser um local de convivência social harmônica e de formação plena para a vida cidadã, de todos os alunos, independentemente de cor, raça, credo, convicção filosófica ou política, identidade de gênero e orientação sexual. Art. 3º - Os professores devem estar atentos a todos os momentos de aprendizagem dos alunos, nos tempos em sala e fora dela, que são excelentes oportunidades de aprendizagem, visando a educar e a evitar toda e qualquer forma de discriminação e preconceito entre o corpo discente. Art. 4º -Toda pessoa

tem assegurado por Lei o direito à dignidade, à liberdade de expressão, sem ser submetido a tratamento desumano ou degradante. Art. 5º -Poderão fazer uso do direito de inclusão do nome social nos registros escolares internos, por meio de requerimento próprio dirigido à Direção da Escola, os/as alunos/as com 18 (dezoito) anos completos. Parágrafo único – Em se tratando de alunos menores de 18 (dezoito) anos, isto só poderá ser solicitado com a aquiescência da família, sendo o requerimento assinado pelo pai ou responsável legal pelo/a aluno/a. Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 dezembro de 2008

Maria da Conceição Ramalho Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo a presente Resolução, nos termos do art. 12, da Lei 7.543/98, em 17/07/2009.

Macaé Maria Evaristo Secretária Municipal de Educação

**ANEXO G – MATERIAIS INFORMATIVOS SOBRE AÇÕES POLÍTICAS EM
BELO HORIZONTE**

**I CONFERÊNCIA MUNICIPAL
LGBT** 

9 e 10 de setembro de 2011

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania

Texto-Base

**I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas,
Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**

Por uma “Belo Horizonte Sem Homofobia”

**09 e 10 de setembro de 2011
Belo Horizonte - MG**

APRESENTAÇÃO

É com orgulho que Belo Horizonte recebe a **I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - I Conferência Municipal LGBT**, convocada pelo Prefeito de nossa cidade, por meio do Decreto Nº 14.534, de 12 de agosto de 2011, sendo delegada a sua condução à Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, por intermédio da Coordenadoria de Direitos Humanos e do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT-BH.

O tema central da I Conferência Municipal LGBT - “Por uma BH livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT” foi adotado não apenas por uma questão de simetria com o chamado nacional, mas, sobretudo, pela certeza que alimentamos, historicamente, de que um município rico é aquele comprometido em garantir, de forma igualitária, acesso a direitos capazes de garantir a dignidade aos seus munícipes, sem preconceitos e discriminações de qualquer ordem. A Conferência visa, a partir da discussão da interface dos direitos LGBT com cinco eixos estratégicos, a saber, saúde, educação, segurança, cultura e trabalho e renda, avaliar e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e à promoção dos Direitos Humanos e cidadania desta população, avaliar a implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, bem como elaborar propostas de políticas públicas em âmbito municipal, tendo em vista a construção do Programa Municipal de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – BH sem Homofobia.

Belo Horizonte, seguindo o seu compromisso com a luta pela defesa e garantia dos Direitos Humanos, se alinha com a decisão histórica do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que no dia 17 de junho deste ano aprovou resolução sobre violação dos Direitos Humanos LGBT. Esta Resolução expressa forte preocupação das Nações Unidas com relação a atos de violência e discriminação contra o segmento LGBT em todas as regiões do mundo e encomenda à Alta Comissária de Direitos Humanos um estudo mundial tendo em vista documentar leis, práticas discriminatórias e atos de violência contra pessoas por motivo de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Nesta perspectiva, a Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania conclama a cidade para discutir, nesta Conferência, a questão da violência e violação de direitos que o segmento LGBT vem sofrendo de forma sistemática e cotidiana, bem como os legítimos direitos por ele reivindicados, ressaltando a importância deste debate para implementação destas políticas a partir dos esforços conjuntos do governo municipal e de toda a comunidade em direção a construção de uma sociedade igualitária e livre de discriminação e preconceito.

Excelente trabalho a todas e a todos!
Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania

INTRODUÇÃO

A I Conferência Municipal de Políticas Públicas de Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte, que traz o tema: “ Por uma BH livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT” , é sem dúvida um momento histórico na luta pelos Direitos Humanos e efetivação da cidadania da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, bem como uma referência na democratização do Estado e da sociedade em geral.

Há décadas, o movimento social LGBT de Belo Horizonte, um dos mais dinâmicos do país, tem criado inúmeras estratégias de visibilidades, afirmação de direitos, de enfrentamento ao preconceito e a violência homofóbica. Além disso, tem apontado para o poder público a necessidade de ter ações e políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT.

Desde 2002, a Prefeitura de Belo Horizonte tem apoiado atividades dos movimentos sociais e desenvolvido ações institucionais pro-LGBT nas áreas da saúde, educação e Direito Humanos. A instalação do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte, serviço que atende às vítimas de preconceito e discriminação pela orientação sexual e/ou identidade de gênero. Um serviço da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania, vinculado, à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos, é um importante equipamento para atender às demandas da população LGBT.

Nesta conferência, pretendemos avançar mais. Fortalecer a democracia participativa e, juntamente com a população, pensarmos e apontarmos ações e proposições que consiga respondendo às reais necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida. Bem como, superar os obstáculos das desigualdades, da pobreza e da homofobia ainda presente na nossa sociedade.

Neste sentido, a realização da I Conferência LGBT de BH já nos enchem de alegria, orgulho e esperança, por vários motivos. Um destes é pelo processo de sua construção democrático, que envolveu além de representantes da sociedade civil e do poder público, de vários setores. E outro importante destacar está relacionado com seus objetivos, a construção de políticas públicas LGBT e o fortalecimento do exercício do controle social, através do Conselho Municipal LGBT, além da Coordenadoria Municipal LGBT, equipamento este que articule e desenvolva políticas públicas pro-LGBT. Tudo isso são avanços, todas e todos ganham. Uma cidade mais democrática e sem preconceito e homofobia, é, indiscutivelmente, uma BH mais bela!

Boa Conferência a todas e todos!

Equipe CRLGBT/BH

Colaboração:

Carla Mendes

Cláudia

Diana

Elisa Mendes

Paulo Wilson

Roberto

Sara Henri

James Wilson

Priscila de N

Roberto Ch

Diego Costa

**TEXTO-BASE DA
CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS,
LÉSBICAS, BISEXUAIS,
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**



DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS:

*O caminho para garantir a cidadania de gays,
lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*

Apresentação

A Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, convocada por meio do Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007, representa um marco histórico na luta pela Cidadania e Direitos Humanos da população GLBT, tendo a grande responsabilidade de discutir e propor, de forma coordenada e com a garantia de participação popular, as políticas que nortearão as ações dos Poderes Públicos.

Historicamente a população GLBT sofre o preconceito e a discriminação que se manifesta de diversas formas: ora pela homofobia que se concretiza na violência, seja ela física ou moral, mas sempre limitadora do exercício dos direitos de todos os cidadãos; ora pela negação do reconhecimento à diversidade sexual, quando restrita a uma compreensão binária e naturalizante de gênero, apartando desta forma todos os cidadãos que vivenciam suas identidades de gênero a partir de uma forma distinta das normas dominantes.

Estabelecer um pacto democrático, possibilitado pela Conferência Nacional, foi o caminho adotado pelo Governo Federal para a definição de ações voltadas para a população GLBT, que se consolidará no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, exigindo a articulação e a integração de esforços dos três Poderes da República.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais será construído como resultado da Conferência Nacional, devendo trazer as diretrizes para a elaboração de políticas voltadas ao segmento GLBT, mobilizando tanto os poderes públicos quanto a sociedade civil organizada.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirma o seu compromisso de tratar a questão dos Direitos Humanos como uma política de Estado. O modo de encarar os problemas decorrentes do preconceito contra a população GLBT vem passando por mudanças substanciais nos últimos anos.

Coroando importantes iniciativas anteriores, a convocação da Conferência Nacional remonta ao ano de 2004, quando foi criado, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Programa "Brasil sem Homofobia", cujas ações possibilitaram a implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia em todas as unidades da Federação, além de financiar Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania GLBT e projetos de capacitação em Direitos Humanos para o combate à homofobia.

A Conferência Nacional tem como Tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais" e, como objetivos, propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, ao mesmo tempo em que pretende avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia.

Paulo Vannuchi
*Secretário Especial dos
Direitos Humanos da Presidência da República*

APRESENTAÇÃO

Estamos felizes em publicar, em Belo Horizonte, o Guia Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Este material teve contribuições dos movimentos sociais LGBT, em especial da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais ABGLT, e será uma ferramenta fundamental para melhor compreendermos as especificidades da comunidade LGBT, e também possibilitar atuar em consonância com as diretrizes que o movimento elaborou nos últimos anos.

Não é mais novidade pra ninguém o potencial organizativo e de mobilização social que o movimento LGBT tem demonstrado em diferentes partes do país e, em boa parte dos municípios mineiros especialmente, aqui na nossa capital: Belo Horizonte. A experiência que suas ações têm impactado à sociedade é um exemplo para todos nós. As diversas atividades de afirmação de direitos e de visibilidades como as paradas do orgulho, são inquestionavelmente, as mais belas e fantásticas mobilizações sociais dos últimos tempos.

Mas nem tudo é só alegria para a população LGBT. Contraditoriamente, ainda temos presenciado inúmeras situações de violência, violação de direitos e até assassinatos, motivados pelo ódio aos homossexuais. O que tem colocado para nós do poder público a responsabilidade e o desafio de buscarmos entender mais a comunidade LGBT e, assim, atuarmos no enfrentamento da violência homofóbica e na implementação de ações que promovam os direitos e efetivação da cidadania desta comunidade.

Ações aparentemente simples podem ser fundamentais no combate a homofobia e promoção dos direitos dos LGBT. A informação e conhecimento são iniciativas eficientes para combater o preconceito, para provocarmos uma reflexão e mudança de atitudes nas nossas vidas. Foram estes os principais motivos que levaram a nos empenhar na compilação desta publicação. O guia está aí, agora só nos resta ler e utilizar em nosso dia-a-dia.

EQUIPE CRLGBT/BH



Convite



A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania - Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT, órgão da Coordenadoria de Direitos Humanos, convida a todos para o lançamento do

Guia de Direitos Humanos e Cidadania LGBT



Dia 31 de maio, às 15h, no
Auditório da Secretaria Municipal de Políticas Sociais
(Rua Espírito Santo, 505, 18.º andar - Centro)

Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania
 Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT
 Rua Espírito Santo, 505, 12º andar - Centro - Tel.: (31) 3277-4128








PREFEITURA
BELO HORIZONTE
www.pbh.gov.br

Igualdade. Resolução determina que travestis e transexuais sejam chamados pelo nome que escolherem

Escolas combatem homofobia

Belo Horizonte é a primeira capital a adotar medida em sua rede de ensino

■ EUGÊNIO MARTINS E
FERNANDO ZUBA

As escolas municipais da capital mineira voltam as férias com mais igualdade entre os alunos. Belo Horizonte é a primeira capital do país a adotar, em toda a rede municipal de ensino, o uso do nome social de travestis e transexuais. Foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM) uma resolução do Conselho Municipal da Educação que determina que a rede municipal

inclua nos registros e documentos escolares, e também nas chamadas em sala de aula, o nome pelo qual os transgêneros preferem ser chamados.

O coordenador do programa Educação Sem Homofobia, da Secretaria Municipal de Belo Horizonte,

Rede estadual

Região Norte. O Pará foi o primeiro Estado brasileiro a adotar, por meio de um decreto, o nome social de transgêneros em suas escolas estaduais.

José Wilson Ricardo, explica que a medida tenta barrar a enorme evasão escolar devido ao preconceito. "Os travestis e trans entram na escola e não costumam ficar mais de dois meses, porque se vestem de acordo com a sua identidade de gênero mas são chamados pelo nome de registro civil, o que lhes causa um grande constrangimento. A homofobia gera insegurança, estigmatização e isolamento", afirmou Ricardo.

Pela resolução, os alunos com 18 anos ou mais poderão solicitar a adoção do nome social diretamente, por escrito, à direção da escola. No caso de menores, o pedido deverá ser feito por um responsável legal.



Exclusão. Evelyn, que é psicóloga e transexual, acredita que não usar nome social é uma violência

→ continue

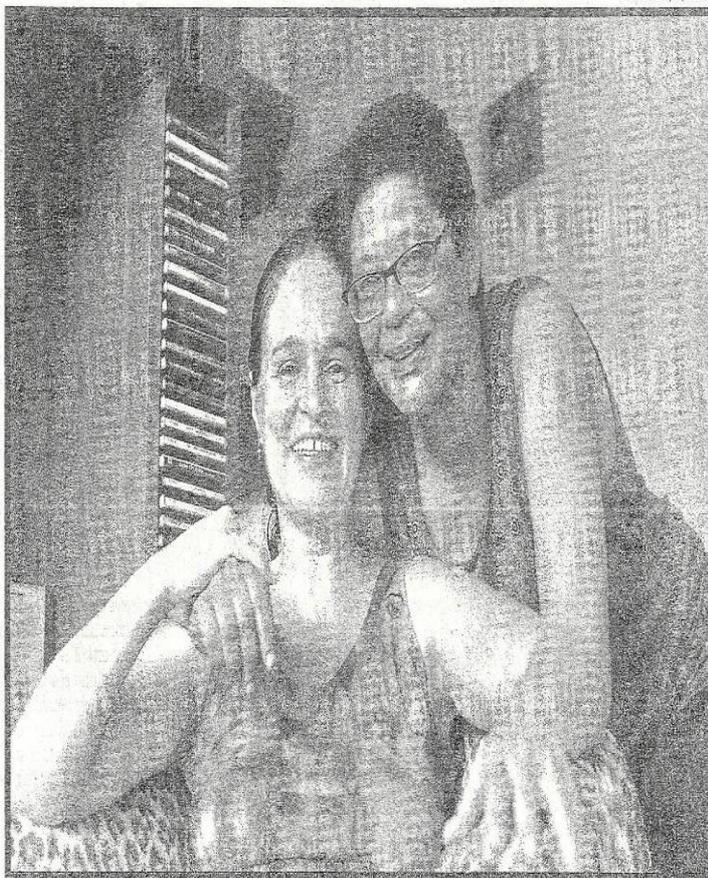
Entidades comemoram decisão da Justiça que determina pagamento de pensão a companheiros de servidores estaduais, em ação originada da demanda de um bombeiro e um policial militar

Ampliação de direitos festejada

PAULO HENRIQUE LOBARO

Entidades mineiras de defesa dos homossexuais comemoraram ontem a liminar que obriga o Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM) e o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) a concederem o benefício previdenciário a casais que mantêm relações homoafetivas. A tutela antecipada foi deferida pelo juiz Manoel dos Reis Moraes, da 6ª Vara da Fazenda Pública, em atendimento a uma ação civil pública assinada pelo promotor Rodrigo Filgueira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos (CAO-DH), do Ministério Público de Minas Gerais. O IPSM e o Ipsemg informaram que vão cumprir a ordem judicial, da qual é possível recorrer. A demanda surgiu a partir da reivindicação de bombeiro e de um policial militar que moram juntos há alguns anos e pleiteavam o benefício.

O despacho do magistrado agradeceu a servidora estadual e transexual Valquíria La Roche, diretora do Centro de Referência GLT (gays, lésbicas, travestis e transexuais). "O benefício faz parte do Plano Minas sem Homofobia. Só tenho a dar os parabéns ao juiz, ao promotor e ao Centro GLT, que procurou o Ministério Público para que a ação fosse impetrada, depois de não conseguir a garantia de que os dois institutos iriam assegurar o benefício aos homossexuais. O



Suelly Sevilha e Soraya Menezes, assessora da Associação Lésbica de Minas, defendem que Legislativo seja mais sensível ao analisar o assunto

mérito é também do Escritório de Direitos Humanos, nosso parceiro nessa conquista". Valquíria acrescenta que outras entidades que militam pela causa também comemoraram a liminar, como a Associação Lésbica de Minas (Alem).

A assessora política da entidade, Soraya Menezes lamenta apenas que o Legislativo brasileiro esteja inerte diante da questão. "Mais uma vez, o Judiciário está fazendo o papel do legislador. É importante que as pessoas usem seus direitos. Os parla-

mentares precisam aprovar normas sem se preocupar com os dogmas religiosos." Ela sabe bem da importância da liminar. Soraya é dependente do plano de saúde de sua companheira, Suelly Martins Sevilha, de 43. "A Suelly é servidora da Caixa Econômi-

ca Federal (CEF), que reconhece a relação homoafetiva. Não foi necessário que entrasse na Justiça para ter o benefício", diz.

Mas as duas estão prestes a ajuizar outra ação no Judiciário: "Adotamos uma criança de 3 anos, que tem a guarda provisó-

ria em nome da Suelly. Depois que conseguirmos a definitiva, vamos entrar na Justiça para que a criança tenha o nome de nós duas na carteira de identidade". A liminar também foi bastante comemorada pelo presidente do Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas, Marcelo Dias. "É um grande passo para nós, mas, mais uma vez, dado pelo Judiciário. A gente percebe que nossos grandes inimigos são os fundamentalistas religiosos. Na teoria, o Brasil é um país laico. Mas é só na teoria. Essa luta deve ser estendida a todos os entes da Federação, como os municípios".

Ainda em Alfenas, o vereador Sander Simaglio, o único parlamentar militante do movimento gay eleito para uma Câmara Municipal no país em 2008, citou um antigo ditado para avaliar a tutela antecipada: antes tarde do que nunca. "É claro que a tutela antecipada veio tarde mas veio. O Judiciário tem reconhecido as uniões homossexuais. Quando a Justiça reconhece esse benefício, quer dizer que está prestes a reconhecer outros. Mesmo que o legislador não seja sensível a esse tipo de causa, o Judiciário está caminhando com passos largos", disse Simaglio, acrescentando que a Constituição da República garante o princípio da isonomia entre brasileiros e os estrangeiros que vivem no país. Foi baseado nesse princípio, expresso no artigo 5º da Constituição, que o Ministério Público apresentou o pedido de liminar.

CRGLBTTT
CENTRO DE REFERÊNCIA DE GAYS, LÉSBICAS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E
TRANSGÊNEROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Criado pela Lei 14.378/02

Subsecretaria de Direitos Humanos

**CENTRO DE REFERÊNCIA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS,
TRANSEXUAIS E TRÂNGENEROS DE MINAS GERAIS – CRGLBTTT/MG**

PROJETO:

***PROGRAMA DE REABILITAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DAS
TRAVESTIS E GAYS DA PENITENCIÁRIA DE BICAS***



Rua Álvares Cabral, 1342 – Lourdes - CEP: 30170-001 - Belo Horizonte – MG
Fone: (31) 3292-5397 E-mail: crglbttdt@social.mg.gov.br

SEU DIREITO

PBH recebe V prêmio "Direitos Humanos e Cidadania LGBT"



Capital recebeu recentemente Parada do Orgulho LGBT

Acontecem tradicionalmente no mês de julho em Belo Horizonte eventos de cunho sócio-cultural e político que dão visibilidade às conquistas e aos desafios do

movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) que trabalha contra discriminações e preconceitos, buscando a livre orientação sexual e a identidade de gênero na cidade. Dentre os eventos realizados, merece destaque a premiação do V Prêmio Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte. O prêmio é concedido pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Cellos).

A premiação homenageou a Secretária Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (SMADC) na figura de sua titular, Sílvia Helena, e à Coordenadoria de Direitos Hum-

nos (CMDH), por lutarem pelo aprofundamento do sentido democrático em nossa sociedade. Os órgãos da Administração Municipal, promovem eventos sobre direitos sociais e de cidadania LGBT, avançando por meio do reconhecimento do direito sexual como um direito humano.

Desde sua criação em 2001, a SMADC vem apoiando o movimento LGBT belo-horizontino por meio de ações como o espaço físico nas dependências deste órgão para o funcionamento do Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS) e o suporte político e logístico para a realização da

Parada do Orgulho LGBT da capital.

A lei 9.011/2005 responde institucionalmente pela política LGBT na cidade, o que inclui o atendimento e a orientação dos casos de violência e discriminação homofóbica, a articulação política do movimento tanto local como nacional, além da advocacy (defesa de direitos), entre outras ações.

A premiação dada à Prefeitura afirma o compromisso do governo municipal com a política nacional de defesa, promoção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT.

ANEXO H – MATERIAIS INFORMATIVOS SOBRE AÇÕES POLÍTICAS EM LISBOA

11ª Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa

Todos os anos, ao longo do mês de Junho, muitas cidades do mundo organizam eventos que celebram o Orgulho LGBT, entre os quais uma marcha, chamada Marcha do Orgulho. Portugal teve a sua primeira Marcha do Orgulho LGBT em Lisboa no ano de 2000, decorrendo em 2010 a sua 11ª edição. Este ano, a sua comissão organizadora integrou 18 associações, sinal inequívoco do seu crescimento.

Os seus objectivos são vários:

- Assinalar o dia 28 de Junho de 1969, pois foi nessa data que, na cidade de Nova Iorque (EUA), no bar Stonewall Inn, homossexuais e transsexuais resistiram, pela primeira vez na História, às habituais rusgas policiais, à discriminação e à violência. A data de 28 de Junho é, por isso, fundamental para o movimento de defesa dos direitos das pessoas LGBT, sendo marcada por diversas Marchas e Prides a nível mundial desde então.

- Ocupar o espaço público com a diversidade de identidades de género e de orientações sexuais que nos caracteriza enquanto seres humanos porque, felizmente, somos todos/as muito diferentes entre nós e as identidades, as relações humanas e os afectos não obedecem a regras alheias, arbitrárias e injustas.

- Contrapor à vergonha que muitos/as querem impor às pessoas LGBT o Orgulho, pois só assim é possível resistir a séculos de opressão e discriminação e lutar por sociedades mais livres, mais iguais, em que a nossa diversidade seja respeitada e valorizada.

- Celebrar o recente direito adquirido de igualdade no acesso ao casamento civil, tudo o que já foi conseguido e continuar a mobilizar-nos para que mais seja possível alcançar, até chegarmos a uma cidadania plena. A mudança não acontece sozinha, por si, com o tempo. Os avanços legais, sociais e culturais que conseguimos deveram-se sobretudo à mobilização colectiva, à denúncia e à participação.

- Recordar que, no Portugal de 2010, há ainda muito caminho a percorrer na luta contra a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género. A lei perpetua a exclusão de casais de pessoas do mesmo sexo no que se refere à adopção e tarda em reconhecer formas de coparentalidade. Portugal nega às muitas crianças geradas e/ou criadas por gays e lésbicas o reconhecimento das suas famílias. Mulheres solteiras e mulheres lésbicas estão impedidas de aceder a técnicas de procriação medicamente assistida. Permanece ausente uma lei de identidade de género que proteja pessoas transgénero e transsexuais. Uma efectiva mudança social e cultural resta ainda por fazer.

- Promover e respeitar a diversidade sexual como valor humano porque boatos, anedotas, mexericos e controlo social continuam a contrariar o direito à felicidade de todas/os. A violência psicológica e física exercida sobre pessoas LGBT é uma realidade, como o demonstram os casos de *bullying* nas escolas ou os ataques e assaltos em vários pontos do país.

- Denunciar o facto de, pelo mundo fora, existirem sete países em que a homossexualidade é punida com pena capital e que em 93 outros qualquer pessoa pode ser julgada e punida com multa ou prisão por ser lésbica, gay, bissexual ou transgénero.

Sáímos à Rua porque muitos/as de nós, amigos/as, colegas, familiares, pessoas ao nosso lado, vivem a discriminação todos os dias, mesmo que num silêncio imposto pelo medo, pela solidão ou pela vergonha. Por isso, importa denunciar, olhar nos olhos, ocupar o espaço. Fazemos da nossa cidadania uma bandeira contra a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia. Por nós, por todas/os!

Organização:

AMPLOS, Associação Cultural Janela Indiscreta, Associação ILGA Portugal, APF, ATTAC, GAT, Identidade X/Y, Médicos pela Escolha, não te privas - Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais, Núcleo LGBT da Amnistia Internacional Portugal, Panteras Rosa, Poly Portugal, rede ex aequo, Rumos Novos, Sentidos e Sensações, Solidariedade Imigrante, SOS Racismo, UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.



**ASSOCIAÇÃO
ILGA PORTUGAL**
INTERVENÇÃO LÉSBICA, GAY,
BISSEXUAL E TRANSGÉNERO

Fundada em 1995, a Associação ILGA Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por objectivos a integração social da população lésbica, gay, bissexual e transgénero (LGBT), a luta contra a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género e a promoção da cidadania, dos Direitos Humanos e da igualdade de género.

contacte-nos no
Centro LGBT*
*Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero
Rua de São Lázaro, 88
1150-333 Lisboa
tel. 218 873 918
ilga-portugal@ilga.org
www.ilga-portugal.pt

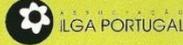
Apoie os projectos da Associação ILGA Portugal: associe-se, torne-se voluntário ou contribua com um donativo para a conta com o NIB 003506970057925863015.

AS FAMÍLIAS QUE SOMOS

MANIFESTO E HISTÓRIAS DE VIDA

PELO IGUAL RECONHECIMENTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES DAS PESSOAS LGBT*

***LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÉNERO**

O preconceito mata!

Somos contra a homofobia e a transfobia porque acreditamos na igualdade de direitos entre todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género!

Somos contra o preconceito e favor dos direitos humanos!

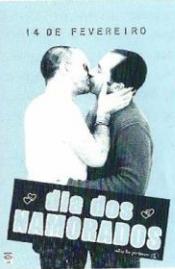
Sites da Campanha:
<http://www.homophobiaday.org/>
www.idahomophobia.org

Sites LGBT nacionais:
<http://a-trans.planetaclix.pt>
<http://www.clubesafo.com>
<http://ex-aequo.web.pt>
<http://www.ilga-portugal.pt/>
<http://www.naoteprives.org/>
<http://www.opusgay.org>
<http://www.panterasrosa.com/>
<http://www.pantobi.org/>
<http://portugalgay.pt>
<http://portugalpride.org>

Outros sites de interesse:
<http://www.amnistia-internacional.pt>
<http://www.apf.pt>
<http://www.apav.pt>
<http://www.cig.gov.pt/>

Fontes utilizadas nesta brochura: textos inspirados em Louis-George Tin, trad. original de Albino Cunha e Fernando Cascais; adaptações de http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Mundial_de_Luta_Contra_a_Homofobia

17 de Maio
Dia Mundial Contra a Homofobia

Campanha NTP do Dia dos/a Namorad@s em 2008, com o apoio do I.P.J.

A homofobia é inconstitucional:

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

(Constituição da República Portuguesa, art. 13)

não te prives 

arraialpride.ilga-portugal.pt

lisboa | terreiro do paço

arraial pride

14h junho 26

lesbico, gay, bissexual e transgênero

2010

26 Junho

Terreiro do Paço Lisboa

Arraialito

Arraial Pride para todas as famílias

26 Junho

entrada livre

DJ's
Lara Soft
Nuno Galopim
Rui Murka

Gay Village
Pátio do Mercúrio
Helena de Jesus
Anabela
Over Games

design:marcevalgo.pt
ilustração:martavaludo.com

arraial pride

arraialpride.blogspot.com
www.facebook.com/arraial.pride
arraialpride.ilga-portugal.pt

arraial pride

14ª edição
lésbico, gay, bissexual e transgénero

The major LGBT event in Portugal will color Terreiro do Paço, Lisbon, on June 26th. Designed to please a varied audience, Arraial Pride will begin at noon and will end at dawn, after a party set list with the best dance music in charge of well-known DJs. It's our intent to do a celebration of diversity, alike what happens in the main European capital cities and which could also put Lisbon along with the other destinations in the LGBT travel routes.

Gay Village · Pride Brides
Queer Games · Kids Zone
Welcome Center ILGA
Arena Bear
Live concerts · Dj's
Happenings · Performances
Free Tango and lot's of fun

The outcome will be in Terreiro do Paço. A free-access festivity with diverse events, activities, music, performances, happenings, food booths, bars...

ASSOCIAÇÃO ILGA PORTUGAL
RUA DE S. LAZARO, 88 / 1150-333 LISBOA
T +351 218 873 913 / +351 988 130 981

organização

patrocinador principal

patrocinios

stage
Lufthansa
 presents
 Chicks on Speed
 Post Hit
 Jenny Larue
 & Kina Karvel
 Renata Monjova
 Patricia Russell
 BETTY (L-Word)
 PlasticPoney
 Dj Lara Soti
 Dj Nuno Galopim
 Dj Rui Murka

Arraialito

entrada livre

O Arraialito é uma oportunidade para todas as famílias se divertirem: haverá tempo para brincar, cantar, dançar, desenhar, aprender, pensar, filosofar, ver e ouvir histórias e crescer.

Actividades

16h Filosofia para crianças
aprender a pensar é divertido!

17h Animação para todas as famílias
maravilhas coloridas

18h Mexer em família
movimento e dança para miúds e graúds

E mais actividades paralelas, surpresas, alegrias, sorrisos e xi-corações

ilustração: jofrances.com

11201728280

ILGA
 ASSOCIAÇÃO ILGA PORTUGAL
 RUA DE S. LAZARO, 88 / 1150-333 LISBOA
 T +351 218 873 913 / +351 988 130 981

apoio
 LISBOA
 EGEAC
 berrodesign

há diferentes formas de amar

A **rede ex aequo** é uma associação nacional de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes entre os 16 e os 30 anos fundada a 5 de Abril de 2003 com o intuito de trabalhar em prol da juventude LGBT em Portugal.

Grupos Locais de Jovens LGBT e Simpatizantes

A rede ex aequo conta actualmente com dez grupos locais de jovens que pretendem ser um espaço de apoio. Podés encontrar-nos em Aveiro, Braga, Cascais, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Porto e Setúbal. Nas nossas reuniões conversamos sobre temas variados, que estão de algum modo ligados à temática LGBT. Consulta este folheto para obter o contacto do grupo mais perto de ti e participa nas reuniões. Podés também encontrar mais informações, nomeadamente se foram criados novos grupos, no nosso site oficial. Poderás também participar numa das nossas formações e criar um grupo na tua cidade, sabe como em www.rea.pt/formacao.html e contacta-nos.

Fórum Virtual de Jovens LGBT e Simpatizantes

O Fórum na Internet da rede ex aequo é o local ideal para conheceres e falares com jovens da tua cidade e de todo o país. Temos actualmente mais de 9000 membros e milhares de mensagens. Para participares basta visitar www.rea.pt/forum e registares-te!

Campanha Digital Contra o Preconceito a LGBT's

A campanha digital contra o preconceito a lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros foi lançada em Portugal pela rede ex aequo. Foram criados banners e postais virtuais com frases que pretendem levar o cibernauta não só a pensar sobre as mesmas e reflectir sobre o preconceito existente para com as pessoas LGBT, mas também a clicar nos banners ou no link para os postais para aceder à página da campanha onde é possível encontrar respostas às suas questões. Podés encontrar esta campanha em www.rea.pt/campanha.

Brochura Sermos Nós Próprios

Esta brochura informativa é destinada a jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros ou com dúvidas. Alguns dos seus conteúdos são: Aceitar-se a si próprio/a; Será que sou Gay?; Será que sou Lésbica?; A Bissexualidade; o Transgénerismo; o Coming Out; Pais - Reacções e Perguntas; entre outros. Acede em www.rea.pt/brochura.html e informa-te.

Ciclo de Cinema para a Juventude LGBT

Todos os anos é organizado o Ciclo de Cinema para jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes. Os objectivos deste ciclo são sensibilizar os jovens portugueses em geral para questões da homossexualidade, bissexualidade e transgenerismo, especialmente no que diz respeito à fase da "assumir-se para si próprio". Este Ciclo de Cinema é realizado em Lisboa e estendido quando possível a outras cidades e regiões do país.

Projecto Educação LGBT

O Projecto Educação LGBT, apoiado pela Fundação Europeia da Juventude do Conselho da Europa, é um projecto da rede ex aequo que visa uma intervenção educacional trazendo às escolas informação sobre os temas da homossexualidade, bissexualidade e transgenerismo. Voluntários da associação com formação nesta área realizam, a pedido, debates em escolas, universidades, associações e outros locais. O projecto conta ainda com duas brochuras sobre orientação sexual e identidade de género, uma destinada a profissionais que lidam com jovens e outra destinada ao público em geral. Verifica em www.rea.pt/projectoeducacao.html e contacta-nos para que possamos ir à tua escola.

Observatório de Educação LGBT

O Observatório de Educação LGBT pretende, através de um formulário disponível na Internet em www.rea.pt/observatorio.html, dar voz e reportar todas as situações de qualquer cariz, respeitantes ao tema da orientação sexual e identidade de género, que tenham ocorrido em estabelecimentos escolares. As queixas recebidas, preenchidas de forma anónima se desejado, são tratadas e enviadas aos estabelecimentos escolares, mas especialmente ao Ministério da Educação, de modo a que o Estado possa ter maior consciência dos problemas de agressão psicológica e/ou física sofrida por jovens, professores e funcionários, assim como das ocorrências de veiculação de informação incorrecta, preconceituosa e atentatória dos direitos humanos das pessoas LGBT no espaço escolar.

Prémios Média

A rede ex aequo instituiu em 2005 os Prémios Média com o intuito de homenagear as figuras da Comunicação Social, das Artes e da Cultura que, através do seu trabalho, dão visibilidade a algumas das muitas realidades dos jovens homossexuais, bissexuais ou transgéneros igualmente no sentido da desconstrução de estereótipos associados à orientação sexual ou identidade de género. Trazendo linhas gerais, dar mais um passo no sentido da erradicação da discriminação destes jovens.

Acampamento de Verão para Jovens LGBT e Simpatizantes

A rede ex aequo organiza todos os anos o Acampamento de Verão para jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes. É uma oportunidade de jovens de todo o país experienciarem um convívio, a falar do que sentem, do que vivem e a divertirem-se nas muitas actividades que temos pré-programadas. Verifica em www.rea.pt/acampamento.html e fica atento. De que estás à espera?!

Para saber mais sobre estes e outros projectos da rede ex aequo visita o site oficial da associação.

Se estiveres interessado em apoiar a associação podés tomar-te sócio ou fazer um donativo para o NIB 00360379000108923016.

O teu contributo é muito importante para a realização destes e de outros projectos de informação e sensibilização da população em Portugal. Obrigado!



Rua S. Lázaro 88, 1150-333 Lisboa Portugal • Telefone +351 96

geral@rea.pt • www.rea.pt

- t) Prestar assistência técnica a iniciativas na área da cidadania e igualdade de género promovidas por outras entidades;
- u) Emitir parecer favorável à celebração de acordos de cooperação que envolvam entidades públicas estatais com incidência no apoio a vítimas de violência de género.

Serviços de atendimento ao público

Informação jurídica

A CIG fornece informação jurídica gratuitamente sobre toda a legislação pertinente para a área da cidadania e igualdade de género. Esta informação é disponibilizada a pedido, por carta, correio electrónico ou telefone. A CIG faz ainda atendimento individual, com marcação prévia, nas suas instalações.

Documentação e Biblioteca

Espaços abertos ao público, com acesso directo às estantes e base de dados informática (monografias, periódicos, documentos internacionais, recortes de imprensa, secção de livros antigos e audiovisuais). Fornecem-se fotocópias e documentos digitalizados em suporte papel e/ou electrónico, mediante pagamento.

A pedido, enviam-se bibliografias por via postal, correio electrónico ou fax.

Horário:

Lisboa: 10:00 às 17:00 horas

Porto: 9:30 às 12:30 horas e das 14:30 às 17:00 horas



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Informação diversa

A pedido, por correio, correio electrónico ou fax, responde-se a pedidos de informação nas áreas de actuação da CIG.

Sede

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Av. da República, 32-1º
1050 - 193 Lisboa - Portugal
Tel: (351) 217 983 000
Fax: (351) 217 983 098
e-mail: cig@cig.gov.pt

Delegação Regional

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
R. Ferreira Borges, 69-2º C
4050 - 253 Porto - Portugal
Tel: (351) 222 074 370
Fax: (351) 222 074 398
E-mail: cignorte@cig.gov.pt

Número Nacional de Informação a Vítimas de Violência Doméstica: **800 20 21 48**

www.cig.gov.pt

Quem Somos?



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

PORTUGAL

Quem Somos?

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) é um organismo da Administração Pública, com sede em Lisboa e uma delegação no Porto, integrada na Presidência do Conselho de Ministros e tutelada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A CIG foi criada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro. Sucede à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (institucionalizada pelo Decreto-Lei n.º 166/91, de 9 de Maio), a qual substituiu a Comissão da Condição Feminina.

Tem como missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

Esta Comissão dispõe de um Conselho Consultivo que integra representantes de vários departamentos governamentais, organizações não governamentais e um grupo técnico-científico.

Para o triénio 2007/2010, as principais linhas de orientação das actividades da CIG são implementadas, em estreita articulação com outros organismos do Estado e da sociedade civil, nomeadamente através dos seguintes planos:

• **II Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007 de 22 de Junho), o qual visa reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica e cultural. Este plano corresponde a uma fase de consolidação da política nacional no domínio da igualdade de género e de uma cidadania que integra os Direitos Humanos e contribui para o aprofundamento da democracia.

• **III Plano Nacional contra a Violência Doméstica** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007 de 22 de Junho), o qual visa a consolidação de uma política de prevenção e combate à violência doméstica, através da promoção de uma cultura para a cidadania e para a igualdade, do reforço de campanhas de informação e de formação, bem como do apoio e acolhimento das vítimas numa lógica de reinserção e autonomia.

• **I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007 de 22 de Junho), o qual visa a promoção dos Direitos Humanos através de uma análise compreensiva do tráfico de seres humanos; para o desenvolvimento de uma resposta e combate efectivo a esse fenómeno, com uma cooperação multidisciplinar entre os diversos agentes envolvidos.

Atribuições da CIG

- a) Apoiar a elaboração e o desenvolvimento da política global e sectorial com incidência na promoção da cidadania e da igualdade de género e participar na sua execução, ao nível das políticas específicas, e na correspondente articulação ao nível das políticas integradas;
- b) Contribuir para a alteração do quadro normativo, ou para a sua efectivação, na perspectiva da cidadania e da igualdade de género, elaborando propostas normativas, emitindo pareceres sobre iniciativas legislativas ou sugerindo mecanismos que promovam o cumprimento efectivo e integral das normas vigentes, designadamente nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, da protecção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens, do combate às formas de violência de género e do apoio às vítimas;
- c) Elaborar estudos e documentos de planeamento de suporte à decisão política na área da cidadania e da igualdade de género;
- d) Promover a educação para a cidadania e a realização de acções tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas;
- e) Promover acções que facilitem uma participação paritária na vida económica, social, política e familiar;
- f) Propor medidas e desenvolver acções de intervenção contra todas as formas de violência de género e de apoio às suas vítimas;
- g) Apoiar organizações não governamentais relativamente a medidas, projectos ou acções que promovam objectivos coincidentes com os seus;
- h) Atribuir prémios de qualidade a entidades que adoptem códigos ou sigam exemplos de boas práticas em matéria de promoção da igualdade de género, de prevenção da violência de género ou de apoio às vítimas;
- i) Assegurar a supervisão técnica das estruturas de acolhimento e de atendimento para vítimas de violência e a coordenação estratégica com os demais sectores da Administração Pública envolvidos no apoio;

j) Manter a opinião pública informada sensibilizada com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações e à manutenção um centro de documentação e de uma biblioteca especializados;

l) Elaborar recomendações gerais relativas boas práticas de promoção de igualdade de género designadamente ao nível da publicidade, funcionamento de estruturas educativas, de formação e da organização do trabalho no sector público privado, bem como atestar a conformidade com essas boas práticas;

m) Conferir competências técnicas e certificar qualidades de pessoas e entidades institucionais envolvidas na promoção e defesa da cidadania e igualdade de género;

n) Desenvolver serviços de consulta jurídica e apoio psicossocial, especialmente nas situações de discriminação e de violência de género;

o) Receber queixas relativas a situações de discriminação ou de violência com base no género e apresentá-las, sendo caso disso, através da emissão de pareceres e recomendações, junto das autoridades competentes ou das entidades envolvidas;

p) Assegurar modalidades adequadas de participação institucional das organizações não governamentais que concorram para a realização de políticas de cidadania e de igualdade de género;

q) Organizar, nos termos da lei, o registo nacional de organizações não governamentais cujo objecto estatutário se destine essencialmente à promoção de valores da cidadania, da defesa dos direitos humanos dos direitos das mulheres e da igualdade de género;

r) Cooperar com organizações de âmbito internacional, comunitário e demais organismos congéneres estrangeiros, tendo em vista participar nas grandes orientações relativas à cidadania e igualdade de género e promover a sua implementação a nível nacional;

s) Cooperar com entidades públicas e privadas a nível nacional, regional e local em projectos e acções coincidentes com a missão da CIG, nomeadamente pelo estabelecimento de parcerias;

Cavaco dá “sim” a casamento gay para não desviar atenções da crise

Presidente da República promulgou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Contrariado, crítico e a pensar na crise financeira

Luciano Alvarez
e São José Almeida

Sim, mas muito contrariado e com a crise no pensamento. Estas palavras resumem a declaração de ontem de Cavaco Silva, quando anunciou que promulgava o diploma que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. O Presidente disse “sim” para evitar mais problemas “face à dramática situação em que o país se encontra”, mas deixou fortes críticas aos partidos.

E como o “sim” foi dado em nome da crise, para não acentuar as divisões entre os portugueses nem desviar “a atenção dos agentes políticos da resolução dos problemas que afectam gravemente a vida das pessoas”, Cavaco Silva aproveitou a ocasião para dar uma alfinetada ao Governo. Lembrou que no discurso do Ano Novo tinha alertado que se poderia estar “a caminhar para uma situação explosiva”, para dizer que há momentos “em que a ética da responsabilidade tem de ser colocada acima das convicções pessoais de cada um”.

Recordando que o Parlamento aprovou em Fevereiro “uma lei que permitiu o casamento civil entre pessoas do

mesmo sexo”, o Presidente da República lamentou que “não tenha havido vontade política para alcançar um consenso partidário alargado sobre uma matéria de tão grande melindre, de modo a evitar clivagens desnecessárias na sociedade portuguesa”.

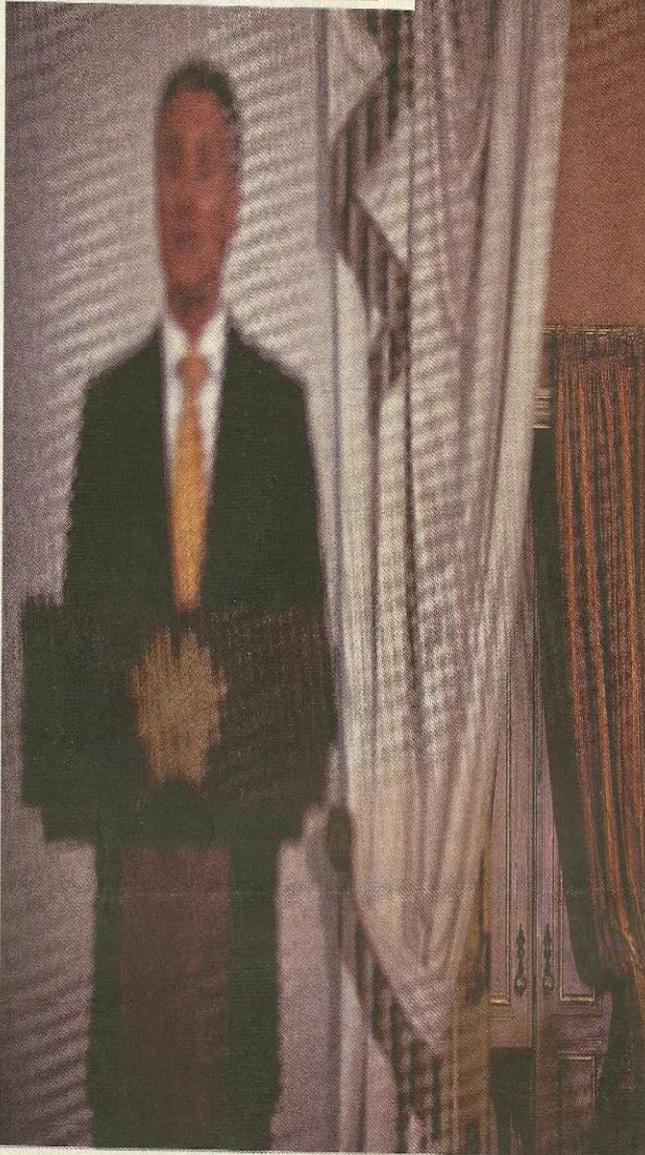
Este diploma teve origem numa proposta do Governo e foi aprovado pelo Parlamento em votação final global no dia 11 de Fevereiro com os votos favoráveis do PS, BE, PCP e PEV e contra do CDS-PP. No PSD houve liberdade de voto e seis deputados abstiveram-se, enquanto os restantes votaram contra a alteração da noção de casamento estabelecida no Código Civil.

Crise e desafios

“Face à grave crise que o país atravessa e aos complexos desafios que tem à sua frente, importa promover a união dos portugueses e não dividi-los, adoptar uma estratégia de compromisso e não de ruptura”, acrescentou o Presidente, dando desde logo um sinal de que viria a promulgar a lei.

Vieram então mais críticas aos partidos com assento parlamentar. Para Cavaco Silva, as forças políticas que aprovaram o diploma “não quiseram ponderar um princípio elementar da

Cavaco Silva promulgou a lei no Dia Mundial contra a Homofobia



O Presidente promulgou a lei tendo em conta a dramática situação do país e por ter indicações de que o Parlamento a voltaria a aprovar



O que eles dizem

Sérgio Vitorino

Dirigente das Panteras Rosa

É um facto feliz, até pelo simbolismo que o dia tem [Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia]. No entanto, é apenas uma meia vitória, pois a questão da adopção entre pessoas do mesmo sexo ainda não está resolvida. Mas admito que é "porta aberta" para o resolver.

Paulo Corte-Real

Dirigente da ILGA

É com grande agrado que vejo aprovada uma lei que une todas as pessoas e acaba com uma fractura como a discriminação. Independentemente das posições de cada um, este acto de promulgar demonstra que é possível não haver discriminação, sem afetar as crenças de cada um.



Manuel Alegre

Candidato presidencial

O Presidente da República promulgou uma lei com a qual não concordo, mas que coloca Portugal na linha da frente contra a discriminação. Respeitou a Assembleia da República e o Tribunal Constitucional. Porém, não devia ter misturado este diploma com a questão da crise.

Jorge Lacão

Ministro dos Assuntos Parlamentares

Faz bem que Portugal possa ser pioneiro na defesa dos Direitos Humanos, em matéria de defesa da dignidade humana, do desenvolvimento da personalidade de cada um e no combate às discriminações, como as que têm fundamento na orientação sexual.



Filipe Lobo d'Ávila

Deputado do CDS-PP

Não podemos deixar de dizer que discordamos desta decisão do senhor Presidente da República. A intervenção é esclarecedora, na medida em que aponta razões pelas quais, em condições normais, não promulgaria o diploma. [Mas] uma coisa é defender direitos entre pessoas do mesmo sexo e outra coisa é institucionalizar esses mesmos direitos.